



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ANA CLÁUDIA CAVALCANTI DE ARAÚJO

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E GESTÃO ESCOLAR NAS ESCOLAS
ESTADUAIS DA PARAÍBA

João Pessoa/PB

2021

ANA CLÁUDIA CAVALCANTI DE ARAÚJO

**ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E GESTÃO ESCOLAR NAS ESCOLAS
ESTADUAIS DA PARAÍBA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do grau de Doutorado em Educação.

Orientador: Profº. Drº. Jorge Fernando Hermida.

João Pessoa – PB

2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A663o Araujo, Ana Claudia Cavalcanti de.

Organizações sociais e gestão escolar nas escolas
estaduais da Paraíba / Ana Claudia Cavalcanti de
Araujo. - João Pessoa, 2021.

530 f.

Orientação: Jorge Fernando Hermida.

Tese (Doutorado) - UFPB/Educação.

1. Políticas educacionais. 2. Gestão escolar. 3.
Público-privado. 4. Organizações sociais. 5. Educação.
I. Hermida, Jorge Fernando. II. Título.

UFPB/BC

CDU 37.07(043)

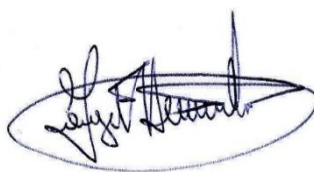
ANA CLÁUDIA CAVALCANTI DE ARAÚJO

**ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E GESTÃO ESCOLAR NAS ESCOLAS
ESTADUAIS DA PARAÍBA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Educação, na linha de Políticas Educacionais, da Universidade Federal da Paraíba.

Aprovada em: 27/08/2021

Banca examinadora



Prof.º Dr. Jorge Fernando Hermida (Presidente)



Prof.ª Dr. Maria das Graças Gonçalves Vieira Guerra
(PPGE/UFPB – Examinadora interna)



Prof.º Dr. Wilson Honorato Aragão
(PPGE/UFPB – Examinador interno)



Prof.ª Dr. Andréia Ferreira da Silva
(PPGED/UFCG – Examinadora externa)



Prof.º Dr. Jailton de Souza Lira
(PPGE/UFAL – Examinador externo)

Aos meus pais, pelo apoio incondicional.

Ao meu esposo Noedson e aos meus filhos, Rafael e Lucas, por sempre estarem ao meu lado, torcendo e sonhando juntos.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus, por ser a base das minhas conquistas.

Ao meu orientador, professor Jorge Fernando Hermida, por gentilmente ter me aceitado como sua orientada aos 45 do segundo tempo. Obrigada pelo incentivo e apoio.

Aos professores participantes da Banca de Qualificação, pelas valiosas contribuições que possibilitaram o amadurecimento teórico desta pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB), pelos conhecimentos e o saber transmitido.

Aos novos amigos e amigas conquistados nessa caminhada.

A todos que me incentivaram, sonharam e torceram para a realização deste estudo.

Um agradecimento especial ao professor Luiz de Sousa Junior (*in memoriam*), que partiu antes da defesa desta tese. Agradeço por ter me dado a chance de começar esta caminhada e por todos os ensinamentos.

RESUMO

Esta tese analisa a política de terceirização da gestão das escolas estaduais paraibanas pelas Organizações Sociais, consubstanciada no governo de Ricardo Coutinho (2011/2014 – 2015/2018). O que se busca neste estudo é compreender o contexto que motivou o redesenho das novas relações entre o público e o privado na educação pública brasileira, destacando-se o quase-mercado e o público não-estatal, que resultaram na tendência de dispersão da atividade estatal, no que se refere à oferta educacional, e à concentração dessas atividades nas entidades situadas na esfera da Organizações da Sociedade Civil – OSC, cujas organizações constituem, junto a outros tipos de instituições, o Terceiro Setor, no qual se destacam as Organizações Sociais. Tendo como fundamento teórico e metodológico o materialismo-histórico e dialético, a pesquisa de natureza bibliográfica e documental, conclui o seguinte: que apesar das nobres intenções explicitadas pelas autoridades educacionais do Estado da Paraíba, as parcerias público-privadas concretizadas através das Organizações Sociais implantadas no mercado educacional servem, tão somente, como mais um instrumento à serviço do capital para adequar a gestão educacional à ideologia ultraliberal imposta pelas autoridades nacionais após a quebra institucional ocorrida com o golpe jurídico-midiático-parlamentar de 2016.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Gestão Escolar. Público-privado. Organizações Sociais. Educação.

ABSTRACT

This thesis analyzes the management outsourcing policy of state schools in Paraíba by Social Organizations, embodied in the government of Ricardo Coutinho (2011/2014 – 2015/2018). The aim of this study is to understand the context that motivated the redesign of the new relationships between the public and the private in Brazilian public education, highlighting the quasi-market and the non-state public, which resulted in the trend of dispersion of the activity. State, with regard to educational provision, and the concentration of these activities in entities located in the sphere of Civil Society Organizations - CSOs, whose organizations constitute, along with other types of institutions, the Third Sector, in which Social Organizations stand out. . Having as theoretical and methodological foundation the historical and dialectical materialism, the bibliographical and documental research, concludes the following: that despite the noble intentions explained by the educational authorities of the State of Paraíba, the public-private partnerships implemented through the implanted Social Organizations in the educational market, they only serve as another instrument at the service of capital to adapt educational management to the ultraliberal ideology imposed by national authorities after the institutional breakdown that occurred with the legal-media-parliamentary coup of 2016.

Keywords: Educational Policies. School management. Public-private. Social Organizations. Education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Comparação antes e depois da Lei nº 13.019/2014	127
Quadro 2: Marcos Legais das OS nos Estados e Distrito Federal	135
Quadro 3: Índice de Desenvolvimento Humano	149
Quadro 4: Distribuição geográfica-espacial das unidades escolares contempladas com a gestão pactuada	176
Quadro 5: Dimensões e variáveis para a gestão pactuada	177/178
Quadro 6: Diretrizes das atividades: compromissos que as Organizações Sociais devem assumir	179
Quadro 7: Peso dos grupos de indicadores na nota global da avaliação da Organização Social	187
Quadro 8: Pontuação global, conceito e impactos na gestão das Organizações Sociais	188
Quadro 9: Percentual da liberação da parte variável da folha de pagamento do contrato de gestão das Organizações Sociais	188/189
Quadro 10: Distribuição dos lotes contemplados com a gestão pactuada por Organização Social	194
Quadro 11: Pontuação Global - ECOS - agosto/2017 - janeiro/2018	196/197
Quadro 12: Avaliação gerencial da Organização Social ECOS – agosto/2017 - janeiro/2018	200
Quadro 13: Pontuação Global - ECOS - fevereiro/2018 - julho/2018	202/203
Quadro 14: Avaliação gerencial da Organização Social ECOS - fevereiro/2018 - julho/2018	206
Quadro 15: Pontuação Global - ECOS - agosto/2018 - janeiro/2019	208/209
Quadro 16: Avaliação gerencial da Organização Social ECOS - agosto/2018 - janeiro/2019	212
Quadro 17: Pontuação Global - INSAÚDE - agosto/2017- Janeiro/2018.....	214/215

Quadro 18: Avaliação gerencial da Organização Social INSAÚDE – agosto/2017 - janeiro/2018	217
Quadro 19: Pontuação Global - INSAÚDE - fevereiro/2018 - agosto/2018.....	219/220
Quadro 20: Avaliação gerencial da Organização Social INSAÚDE - fevereiro/2018 - agosto/2018.....	223
Quadro 21: Pontuação Global - INSAÚDE - agosto/2018 - janeiro/2019.....	225/2206
Quadro 22: Avaliação gerencial da Organização Social INSAÚDE – agosto/2018 - janeiro/2019	229/230

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Matrículas nas escolas públicas e privadas da Paraíba Educação Básica – 2015/2018	166
Tabela 2: Matrículas nas escolas da Paraíba – Educação Básica – 2018	167
Tabela 3: IDEB Observado e Projetado – Rede Estadual –Brasil Rede Estadual – Brasil Rede Pública	168/169
Tabela 4: Levantamento de desembolso estimado por lote em reais	190

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Caracterização das Mesorregiões da Paraíba	150
Mapa 2: Divisão regional da Paraíba no orçamento democrático	156

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAMAOS – Comissão de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação das Organizações Sociais

CF/1988 – Constituição Federal de 1988

CNE – Conselho Nacional de Educação

CLAD - Conselho Latino-Americano para o Desenvolvimento

CONED - Congressos Nacionais de Educação

CONSAD – Conselho Nacional de Secretarias Estaduais da Administração

ECOS – Espaço Cidadania e Oportunidades Sociais

ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

ENAPE – Escola Nacional de Administração Pública

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNE – Fórum Nacional de Educação

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Valorização do Magistério

GRE – Gerências Regionais de Ensino

ICE – Índice de Clima Escolar

IEF – Índice de Equilíbrio Financeiro

IGD – Índice de Gestão Pública

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDEPB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Estado da Paraíba

IME – Índice de Satisfação da Merenda Escolar

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INSAÚDE – Instituto Nacional de Pesquisa e Gestão em Saúde

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MARE – Ministério da Administração e Reforma do Estado

MEC - Ministério da Educação

MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MP – Medida Provisória

MROSC – Marco Regulatório da Sociedade Civil

NGP – Nova Gestão Pública

ODE – Orçamento Democrático Estratégico

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONG – Organização Não Governamental

OS – Organização Social

OSC – Organizações da Sociedade Civil

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PDRAE – Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado

PNE – Plano Nacional de Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

PPPE – Parceria Público Privado na Educação

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROUNI – Programa Universidade para Todos

SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

SEDAM – Secretaria de Articulação do Desenvolvimento Municipal

SEPLAG – Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão

TCLE – Termo de Compromisso Livre e Esclarecido

TI – Tecnologia da Informação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 PERCURSO METODOLÓGICO	18
3 ESTADO E MERCADO NA CONCEPÇÃO DOS PENSADORES CLÁSSICOS.....	34
3.1 As ideias do Liberalismo Clássico	34
3.2 A concepção de Marx sobre Estado	42
3.3 O Estado regulador de Keynes	48
3.4 A Teoria do Capital Humano: educação x crescimento econômico	53
3.5 O livre mercado neoliberal e o mercado regulador da Terceira Via	57
4 PROCESSO DE REFORMA DO ESTADO E DA EDUCAÇÃO: a regulamentação do Terceiro Setor e das Organizações Sociais.....	67
4.1 Política brasileira no período de redemocratização	79
4.1.1 Reforma do Aparelho do Estado: Governo FHC (1995/1998 – 1999/2002) ...	81
4.1.2 Lulismo: Governos Luís Inácio Lula da Silva (2003/2006 – 2007/2010) e Dilma Rousseff (2011/2014 – 2015/2016)	91
4.1.3 Políticas reacionárias e conservadoras: Governo Temer (2016/2018)	106
4.2 Terceiro Setor e Organizações Sociais	111
4.2.1 Contextualização do Terceiro Setor.....	111
4.2.2 Marco jurídico do Terceiro Setor	125
4.2.2 Organizações Sociais	129
4.3 Paradigmas da gestão escolar: gestão democrática x gestão gerencialista	139
5 GESTÃO EDUCACIONAL DO GOVERNO RICARDO COUTINHO: terceirização das escolas estaduais através das Organizações Sociais	148
5.1 Caracterização do Estado da Paraíba: contexto geográfico, político e educacional	148
5.2 Projeto político do governo Ricardo Coutinho do PSB: modelo de gestão socialista ou de Terceira Via?	151
5.3 Política Educacional do governo Ricardo Coutinho (2011/2014 - 2015/2018) e caracterização da educação estadual	159
5.4 Implantação das Organizações Sociais na Rede Estadual de Ensino Básico da Paraíba	170

6 GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NAS ESCOLAS ESTADUAIS PARAIBANAS: primeiros resultados	192
6.1 Organização Social ECOS	192
6.1.1 Relatório de agosto/2017 a janeiro/2018	193
6.1.2 Relatório de fevereiro/2018 a julho/2018	200
6.1.3 Relatório de agosto/2018 a janeiro/2019	206
6.2 Organização Social INSAÚDE	212
6.2.1 Relatório de agosto/2017 a janeiro/2018	212
6.2.2 Relatório de fevereiro/2018 a julho/2018	218
6.2.3 Relatório de agosto/2018 a janeiro/2019	224
 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 232
 REFERÊNCIAS	 236
 ANEXOS.....	 249

1 INTRODUÇÃO

Esta tese de doutorado versa sobre a gestão das escolas estaduais de educação básica pelas Organizações Sociais, no Estado da Paraíba. A pesquisa foi realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB), na linha de pesquisa Políticas Educacionais e vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas Pedagogia Histórico-crítica: Políticas Públicas e Mundo do Trabalho (PHC-PPMT) – membro do HISTEDBR Nacional. O que se pretende neste estudo é compreender o contexto que motivou o redesenho das novas relações entre o público e o privado na educação pública brasileira, destacando-se o quase-mercado e o público não-estatal, que resultou na tendência de dispersão da atividade estatal referente à oferta educacional e na concentração dessas atividades nas entidades situadas na esfera das Organizações da Sociedade Civil (OSC), cujas entidades constituem, juntamente a outros tipos de instituições, o Terceiro Setor, onde se destacam as Organizações Sociais.

Nesse cenário de novas configurações do público e do privado na educação básica, o Estado da Paraíba, a partir de 2017, implementou a gestão de suas 652 (seiscentas oitenta e duas) unidades escolares no formato de Organizações Sociais. Isto posto, nos propusemos a investigar a política de gestão das escolas de educação básica paraibanas, materializada no segundo governo de Ricardo Coutinho (2015/2018), com base na Lei nº 9.454/2011 e no edital 001/2017/SEAD/SEE que celebraram contrato de gestão pactuada para serviços de apoio às unidades escolares da Secretaria de Estado da Educação com duas Organizações Sociais.

Nesse sentido, este estudo defende duas hipóteses de trabalho, a saber:

- A adoção do contrato de gestão com Organizações Sociais na rede de ensino estadual da Paraíba, segue a tendência dos Estados da federação em utilizar a sua capacidade de autonomia administrativa para formulação de um marco legal próprio que atenda aos preceitos mercadológicos da educação. E,
- Apesar das nobres intenções explicitadas pelas autoridades educacionais do Estado da Paraíba, as parcerias público-privadas que se estabeleceram no setor educacional, concretizadas através de Organizações Sociais, servem para adequar a gestão educacional à ideologia ultraliberal imposta pelas

autoridades nacionais após a quebra institucional decorrente do golpe jurídico-midiático-parlamentar de 2016.

Para operacionalizar este trabalho, a tese encontra-se estruturada por esta Introdução e mais cinco capítulos. Nesta breve Introdução, nos limitamos a, apresentar nosso objeto de estudo e a explicitar as nossas hipóteses de trabalho.

No item 2 é apresentado o primeiro capítulo da tese, versando sobre a metodologia da pesquisa. Intitulado *Percurso metodológico*, o capítulo apresenta o objeto de estudo, o problema de pesquisa, as questões norteadoras, a justificativa e a metodologia da pesquisa, a partir do marco teórico definido para tal fim. O principal objetivo deste capítulo é aproximar os leitores do nosso objeto de estudo através do método de pesquisa escolhido – o materialismo histórico-dialético, utilizado tanto no processo de investigação como na exposição dos dados coletados na literatura.

No segundo capítulo, *Trajetória das concepções de Estado e mercado na concepção dos pensadores clássicos*, buscamos estabelecer um diálogo acerca das concepções de Estado e mercado, em uma perspectiva histórica, a fim de compreender a atual dicotomia existente entre o público e o privado na esfera educacional. Nesse sentido, trazemos uma abordagem histórica desde as ideias do liberalismo clássico, perpassando pelo ideário de Marx, de Keynes, em seguida da Teoria do Capital Humano até chegarmos ao pensamento Neoliberal.

Em *Processo de reforma do Estado e da educação: a regulamentação do Terceiro Setor e das Organizações Sociais* (terceiro capítulo), abordamos o contexto internacional e nacional das mudanças decorrentes da crise do capitalismo que tiveram um impacto direto nas políticas sociais do Brasil, sobretudo nas políticas educacionais e a sua influência no cenário da Educação Básica. Para tanto, apresentamos a periodização da política brasileira pós-1988 em três momentos: o governo de Fernando Henrique Cardoso; o lulismo, caracterizado pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, e o governo Michel Temer (HERMIDA e LIRA, 2018). Em seguida, contextualizamos o Terceiro Setor, desde a concepção inicial do termo até as novas relações que se estabeleceram entre os setores público e o privado na educação, entendidos como quase mercado e público não-estatal, destacando as Organizações Sociais. Apresentamos também, na última parte deste

capítulo, os paradigmas da gestão escolar, a gestão democrática e a gestão gerencialista.

As análises vinculadas a esta pesquisa são apresentadas no quinto e sexto capítulo. Intitulado *Gestão Educacional do Governo Ricardo Coutinho: terceirização das escolas estaduais através das Organizações Sociais*, o capítulo cinco traz inicialmente uma caracterização do Estado da Paraíba, o projeto político e a política educacional do governo Ricardo Coutinho, e em seguida uma análise sobre o processo de implantação das Organizações Sociais na educação básica estadual. No sexto capítulo – *Gestão das Organizações Sociais nas escolas estaduais paraibanas: primeiros resultados* –, abordamos os resultados preliminares alcançados com a gestão pactuada com essa modalidade organizacional na rede de ensino estadual paraibana.

Nas *Considerações Finais*, trazemos uma síntese dos resultados da pesquisa, como também, algumas observações de como este trabalho contribuiu para se pensar a gestão das escolas públicas com um olhar mais acurado. Também chamamos nossa atenção para algumas limitações que se apresentaram ao longo desta pesquisa, e também anunciamos outros temas que poderiam inspirar futuros estudos e investigações sobre a temática, por se tratar de um assunto polêmico que diz respeito as esferas do público e privado na Educação Básica, que merecem o olhar atento de outros pesquisadores e especialistas.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo apresentamos os componentes clássicos que caracterizam a pesquisa educacional em geral, e a pesquisa sobre políticas públicas em particular. Iniciamos apresentando a problematização e o problema da pesquisa (questão norteadora), os objetivos (geral e específicos), a justificativa que motivou a realização deste estudo e as hipóteses de trabalho. Também dissertamos sobre os procedimentos metodológicos que nos viabilizaram conhecer a realidade estudada.

Este trabalho de tese constitui, como objeto de estudo, a política de gestão das escolas de Educação Básica pelas Organizações Sociais, concretizada no governo de Ricardo Coutinho (2011-2014 e 2015-2018), com base na Lei n.º 9.454/2011, através do Edital para terceirização de todas as escolas públicas estaduais. De acordo com o edital, este objetivava a “Seleção pública para seleção de organização social qualificada na área de educação visando à celebração de contrato de gestão pactuada para serviços de apoio nas unidades escolares da secretaria de estado da educação”¹.

Concluído o processo de análise, o governo estadual, por meio da Secretaria de Estado da Administração e da Secretaria de Estado da Educação, firmou contrato com duas Organizações Sociais: a Espaço Cidadania e Oportunidades Sociais (ECOS) e o Instituto Nacional de Pesquisa e Gestão em Saúde (INSAÚDE), para atuarem nas escolas estaduais do Estado da Paraíba. Com a assinatura do contrato as escolas passaram a ser administradas por instituições privadas, que teriam que responder pelo desempenho de ações no campo administrativo e gerencial e, além disso, alcançar metas de desempenho no que se refere ao rendimento escolar.

A partir desta política de gestão das escolas públicas, adotada pelo governo estadual, a questão norteadora elencada para esta pesquisa foi: *Como o governo de Ricardo Coutinho optou pela gestão das Organizações Sociais nas escolas de ensino básico do Estado da Paraíba e o que essa transferência de gestão representa para a nossa educação?*

Pautado nessa questão norteadora, o objetivo geral da pesquisa foi definido da seguinte maneira:

¹ Disponível em http://static.paraiba.pb.gov.br/2013/12/EDITAL_OS.pdf.

- Analisar a política da terceirização da gestão das escolas estaduais paraibanas pelas Organizações Sociais, consubstanciada no governo de Ricardo Coutinho (2011/2014 – 2015/2018).

Na busca de responder esse objetivo geral, foram construídos os seguintes objetivos específicos:

- Compreender as novas relações entre o público e o privado na educação brasileira suscitadas pela Reforma do Aparelho do Estado, em 1995, e a consolidação das parcerias público-privado na educação;
- Conhecer o processo de reforma do Estado e da educação na Paraíba, no governo de Ricardo Coutinho (2011/2014 – 2015/2018), que conduziu a regulação das Organizações Sociais na gestão das escolas de educação básica no estado;
- Avaliar os primeiros resultados da gestão pactuada das Organizações Sociais na rede de estadual de ensino da educação básica do Estado.

A justificativa para a realização deste estudo surgiu a partir da necessidade de compreender, através de uma análise documental, o processo que deu início a gestão das 652 escolas estaduais da Paraíba pelas Organizações Sociais, problematizando seus condicionamentos históricos, políticos, econômicos e educacionais. Para efetivar tal propósito, selecionamos um referencial teórico-metodológico que nos possibilitou compreender o movimento histórico como um processo, em que os sujeitos históricos, independentemente de suas próprias vontades, se apropriam das relações sociais para o desenvolvimento das forças produtivas em situações dadas (MARX, 2013).

Nesse sentido, para compreender o contexto e a lógica da gestão das escolas estaduais pelas Organizações Sociais, nos pautamos na análise de um arcabouço jurídico, a partir das reformas do Estado realizadas, inicialmente, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995/1998 e 1999/2002) e complementadas nos governos Luiz Inácio Lula da Silva (2003/2006 – 2007/2010), Dilma Rousseff (2011/2014 – 2015/2016) e Michel Temer (2016/2018). Esse tipo de organização faz parte de um conjunto maior, as Organizações da Sociedade Civil (OSC), que por sua vez constituem o chamado Terceiro Setor, um setor que reúne um conjunto de

entidades com diferentes finalidades, níveis de sustentabilidade financeira e formas de atuação.

Faz parte desse arcabouço jurídico, no âmbito federal, a Lei n.º 9.637/1998 - Lei das Organizações Sociais; a Emenda Constitucional n.º 19/1998; a Lei n.º 11.079/2004, que instituiu as normas gerais para licitação e contratação das parcerias público-privado no âmbito dos poderes da União, Estados, Distrito Federal e dos Municípios; a Lei n.º 13.019/2014, conhecida como o marco regulatório da sociedade civil – MRSC, além da própria Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no que se referem ao direito à educação e à gestão escolar.

O campo de investigação da esfera estadual é composto pelos seguintes documentos, Leis, Portarias, Editais e Contratos de gestão pactuada:

- Plano de gestão Paraíba Faz Educação (versão preliminar);
- Lei n.º 9.454, de outubro de 2011;
- Lei n.º 10.488, de 23 de junho de 2015 – Plano Estadual de Educação
- Plano de gestão Paraíba Faz Educação II, de 14 de julho de 2015;
- Portaria n.º 368, de 14 de julho de 2015 – Aprova o sistema próprio de avaliação, institui o Pacto de responsabilidades, o Plano de Metas por escola e o Projeto de Intervenção Pedagógica (PIP);
- Edital de Seleção n.º 001/2017/SEAD/SEE - Seleção pública para seleção de organização social qualificada na área de educação visando a celebração de contrato de gestão pactuada para serviços de apoio nas unidades escolares da secretaria de estado da educação;
- Contratos de gestão pactuados n.º 062/2017 - Organização Social ECOS;
- Contratos de gestão pactuados n.º 061/2017 - Organização Social INSAÚDE;
- Relatório Semestral de Avaliação dos Indicadores e Metas da Organização Social ECOS (três relatórios referentes aos períodos: agosto/2017 a janeiro/2018; fevereiro/2018 a julho/2018; e agosto/2018 a janeiro/2019);
- Relatório Semestral de Avaliação dos Indicadores e Metas da Organização Social INSAÚDE (três relatórios referentes aos períodos: agosto/2017 a janeiro/2018; fevereiro/2018 a julho/2018; e agosto/2018 a janeiro/2019)².

² Por motivo do tamanho dos arquivos, encontra-se em anexo, para servir como modelo da avaliação qualitativa elaborada pela Comissão de Acompanhamento Monitoramento e Avaliação (CAMAOS), da Secretaria de Estado da Educação, apenas um Relatório de Avaliação Semestral dos Indicadores e Metas das Organizações Sociais.

Como o conjunto dessa legislação está inserido no contexto em que o neoliberalismo teve início em nosso país, é necessário compreendê-lo através de uma perspectiva histórica, destacando todas as modificações ocorridas no cenário mundial, que reverberaram na esfera nacional, como é o caso dos desdobramentos do Ministério de Administração e Reforma do Estado (MARE) na área educacional, através da implantação do público não-estatal, e, que por sua vez têm um impacto no âmbito estadual, com a criação de uma legislação própria que permite as Organizações Sociais atuarem na educação pública.

Entende-se que o estudo de uma legislação específica para a compreensão do objeto de estudo é um instrumento imprescindível para desenvolver uma análise crítica sobre a atuação de entidades privadas na educação pública, considerando que tal estudo funciona como um elemento mediador entre a situação real e aquela que é considerada desejável, e que reflete as contradições existentes, nos permitindo detectar os fatores condicionantes da ação educativa (SAVIANI, 1999).

Com relação às fontes secundárias elegemos livros sobre a temática, artigos publicados em revistas e periódicos acadêmicos, dissertações e teses relacionadas ao tema proposto, o que possibilitou a sistematização de dados importantes para este estudo. A busca por esse levantamento bibliográfico foi realizada principalmente no acervo do *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO), no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

A pesquisa para construção do estado da arte foi norteadada, inicialmente, a partir do descritor: Organizações Sociais na educação básica. Ressalte-se, contudo, que só encontramos um único trabalho: a dissertação de mestrado, de Ana Cláudia Andreotti, defendida na Universidade Federal do ABC, no ano de 2019, intitulada “Gestão da Educação Pública através de Organizações Sociais em Goiás: como chegou a hora dessa ideia?”. Nessa pesquisa a autora buscou compreender o processo de privatização da gestão da educação pública no Brasil, tendo como caso de análise a iniciativa do governo de Goiás de transferir a gestão da rede estadual de educação para Organizações Sociais.

Em seguida, ampliamos a busca utilizando apenas o descritor Organizações Sociais, quando constatamos que os estudos sobre tais instituições se concentram nas áreas de administração, gestão pública, saúde e direito administrativo, o que reforça a relevância do tema sobre essa nova configuração adotada nas escolas públicas de educação básica. Assim, a seleção dos trabalhos aqui apresentados refere-se a temas relacionados às parcerias público-privadas na educação, que se aproxima da temática desta pesquisa, destacando-se os seguintes trabalhos:

Costa (2011), em tese de doutorado intitulada “Concepções de gestão nos programas do Instituto Ayrton Senna no contexto de alterações no papel do Estado e da sociedade civil”, defendida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, analisou as concepções de gestão nos Programas do Instituto Ayrton Senna (IAS), identificando os conceitos fundamentais de sustentação da proposta de gestão desse Instituto e as possibilidades de sua materialização na educação pública municipal de Cáceres-MT. A autora constatou que, por mais que o potencial transformador da escola esteja latente, neste momento de reorganização do capitalismo mundial, de mudanças no papel do Estado e da sociedade civil, a educação escolar encontra-se vulnerável às investidas do mercado, como se observou nos Programas analisados. O paradigma de gestão proveniente da materialização desses Programas parece se encaminhar para um modelo gerencial-burocrático-tecnológico.

“A gestão da educação no contexto da sociedade capitalista: parceria público-privada”, tese de doutorado defendida por Comerlatto (2013), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, analisou as decorrências da lógica do capital, por meio do Terceiro Setor, para a gestão democrática da educação. A autora apresentou a parceria entre a Rede Municipal de Ensino de Joinville/Santa Catarina e o Instituto Ayrton Senna (IAS), na execução dos programas Escola Campeã e Gestão Nota 10 do IAS e apontou que ambas as propostas estão voltadas para a perspectiva empresarial e mercadológica, e que com a implantação do modelo de gestão adotado pelo IAS a gestão democrática da educação foi sendo esgotada.

Ferreira Belo (2014), em tese de doutorado intitulada “A lógica do mercado na educação pública municipal: a parceria público-privada em Catalão/Goiás”, defendida na Universidade Federal de Goiás, analisou a lógica do mercado educacional no contexto da educação (pública) municipal, em Catalão, Goiás, sob a perspectiva das parcerias público-privadas em educação – PPPE. Neste estudo, a autora demonstrou

que a inserção da lógica de mercado educacional na Educação (pública) municipal em Catalão tem levado à internalização e naturalização de que tudo que envolve a Educação pública pode ser convertido em bens e produtos comercializáveis, e que esse processo viabiliza a expansão de grandes grupos empresariais do setor educacional, apresentando novos nichos de exploração econômica, que permitem a apropriação privada do bem público, com a concentração de capital em grandes empresas do ramo educacional.

“Programa jovem de futuro: uma proposta do terceiro setor para a gestão de escolas do ensino médio na rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul (2012-2014)”, tese de doutorado defendida por Balduino (2016), na Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, analisou as implicações do Programa Jovem de Futuro (PJF) para a autonomia da gestão das escolas públicas de Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, no âmbito da parceria entre o público representado pelo governo do Estado de Mato Grosso do Sul e o privado representado pelo Instituto Unibanco (IU), no período de 2012 a 2014. A autora comprovou, neste estudo, que o Programa Jovem de Futuro emprega a lógica de mercado nas escolas públicas de ensino médio, e induz a responsabilização das escolas pelos resultados, que incorporam alterações nas suas propostas pedagógicas e, assim, compromete a autonomia da gestão escolar e fere o princípio da gestão democrática.

A dissertação de Mestrado “O programa Educação-Compromisso de São Paulo e as estratégias de implementação das políticas Empresariais na gestão escolar”, defendida por Mesko (2018), pela Universidade Estadual de Campinas, analisou as formas de privatização endógena e exógena, aplicadas a partir do programa Educação: Compromisso de São Paulo via Gestão Escolar. O estudo revela a participação da classe empresarial na elaboração das políticas públicas educacionais paulistas e o processo de sedimentação de suas ações na gestão escolar.

Esses estudos somam-se, portanto, ao esforço dos pesquisadores da área de políticas educacionais em compreender essa nova configuração da gestão das escolas estatais, a partir do processo de formalização das PPPE, tanto a nível nacional, destacando-se: Adrião (2005; 2017; 2018); Peroni (2009); Freitas (2012) e Dourado; Bueno (2001), como estadual, Sousa Junior (2020; 2021) e Souza (2018).

Nessa perspectiva, partimos do entendimento de que a educação, enquanto atividade humana, exige como ponto de partida a compreensão da historicidade,

baseada no contexto do capitalismo, ou seja, das relações sociais resultantes dos conflitos entre as suas classes sociais fundamentais. Assim, a pesquisa realizada na área educacional deve estar sempre atenta à dinâmica ocorrida entre as relações presentes nas estruturas globais, ao mesmo em que observa as relações que se manifestam no âmbito local.

A lógica do modo de produção capitalista e seus efeitos para a educação pode ser melhor compreendida através da contribuição do filósofo húngaro Istvan Mészáros, em especial na sua obra “A educação para além do capital” (2008), na qual o autor ressalta a incorrigível necessidade de auto expansão e de acumulação do sistema do capital, não havendo espaço para a emancipação da humanidade. O filósofo faz uma crítica a esse sistema e propõe uma educação emancipadora, ou seja, uma transformação das práticas educacionais da sociedade. Entretanto, no capitalismo,

[...] sem um acordo sobre esse simples fato, os caminhos dividem-se nitidamente. Pois, caso não se valorize um determinado modo de reprodução da sociedade como o necessário quadro de intercâmbio social, serão admitidos, em nome da reforma, apenas alguns ajustes menores em todos os âmbitos, incluindo o da educação. As mudanças sob tais limitações, apriorísticas e prejudgadas, são admitidas apenas com um único e legítimo objetivo de corrigir algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida, de forma que sejam mantidas intactas as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo, em conformidade com as exigências inalteráveis da lógica global de um determinado sistema de reprodução (MÉSZÁROS, 2008, p. 25).

A educação defendida pelo sistema capitalista se contrapõe ao modelo de educação defendida por Mészáros (2008, p. 55) “uma educação plena para toda vida, para que seja possível colocar em perspectiva a sua parte formal, a fim de instituir, também aí, uma reforma radical”, ou seja, uma educação emancipadora, que possibilite à transformação do indivíduo e de sua comunidade, ou seja, uma educação que precisa romper com os domínios do capital.

A educação que buscamos desenvolver nesta pesquisa é aquela que “[...] opera, na sua unidade dialética com a totalidade, como um processo que conjuga as aspirações e necessidades do homem no contexto objetivo de sua situação histórico-social” (CURY, 2000, p.13). A educação é uma atividade humana que participa da totalidade da organização social, e para tanto, necessita que a considere como

historicamente determinada por um modo de produção dominante, quer seja, o modo de produção capitalista.

Assim, considerar a educação sua unidade dialética com a sociedade capitalista é considerá-la no processo das relações de classe, enquanto essas são determinadas, em última instância, pelas relações de produção. Do antagonismo entre as classes, uma delas emerge como dominante e tenta a direção sobre o conjunto da sociedade, através do consenso. Assim, a classe dominante, para se manter como tal, necessita permanentemente reproduzir as condições que possibilitam as suas formas de dominação, sem o que as contradições do próprio sistema viriam à luz do dia (CURY, 2000, p. 13).

A partir desse entendimento e fundamentado no pressuposto de que as condições materiais concretas são responsáveis pela forma de ser, pensar e agir na sociedade, entende-se que se faz imprescindível realizar uma análise das circunstâncias históricas das crises do modo de produção capitalista que motivaram as reformas educacionais no país, a partir da década de oitenta e noventa, e que inspiraram o governo de Ricardo Coutinho a realizar uma gestão pactuada com as Organizações Sociais nas escolas públicas estaduais.

Para operacionalizar os objetivos propostos neste estudo, nos pautamos na abordagem do materialismo histórico-dialético, devido à necessidade de desenvolver uma investigação crítica do objeto de estudo em sua totalidade, isto é, em suas múltiplas definições, entendendo que esse método pode oferecer “[...] subsídios para o estudo do fenômeno educativo, permitindo elucidar suas relações com a sociedade e ajudar a compreender a dinâmica das contradições das formações sociais e da educação nela inserida” (GAMBOA, 2008, p. 149).

Concordamos com o autor que o enfoque dialético é indispensável para compreender os processos históricos e interpretar a realidade, suas transformações, contradições e potencialidades de mudanças. O conhecimento só tem sentido quando é capaz de revelar as alienações, as opressões e as misérias da atual fase de desenvolvimento da humanidade e, questionar de forma crítica os determinantes econômicos, sociais e históricos ao mesmo tempo em que propicia a ação transformadora. Assim, é através do conhecimento crítico do mundo e da sociedade e de sua dinâmica transformadora que surgem ações emancipadoras, propiciando o sujeito a entender o fenômeno histórico em sua totalidade (GAMBOA, 2008).

Como a realidade não se apresenta de forma imediata ao homem, é através da dialética que se conseguirá distinguir a representação e o conceito da coisa em si, assim, “[...] o pensamento dialético distingue entre representação e conceito da coisa, com isso não pretendendo apenas distinguir duas formas e dois graus de conhecimento da realidade, mas especialmente e sobretudo duas qualidades da práxis humana” (KOSIK, 1995, p. 9).

Essa percepção decorre do fato de que o homem perante a realidade não se constitui como um abstrato sujeito cognoscente, mas como um ser que age de forma objetiva e prática sobre a natureza diante de seus interesses e necessidades, transpassado por um conjunto de relações sociais. Portanto, a realidade se apresenta como o campo em que se exercita a sua atividade prático-sensível, sobre cujo fundamento surgirá a imediata intuição prática da realidade, ou seja, o homem, inserido concretamente neste mundo, cria as suas próprias representações das coisas, gerando as formas fenomênicas da realidade (KOSIK, 1995).

Kosik (1995) apresenta alguns aspectos relevantes para o entendimento do mundo da pseudoconcreticidade, destacando-se o mundo dos fenômenos externos, do tráfico e da manipulação, das representações comuns, dos objetos fixados. Entendendo que,

O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças a seu contrário (KOSIK, 1995, p.11).

Portanto, o caminho para a compreensão da essência ou da “coisa em si” exige esforço, necessitando da análise científica para tal, pois, a ciência seria considerada supérflua se essência e fenômeno fossem coincidentes e não contraditórios. Assim,

A essência não se dá imediatamente; é mediada ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno. O fato de se manifestar no fenômeno revela o seu movimento e demonstra que a essência não é inerte nem passiva. Justamente por isso o fenômeno revela a essência. A manifestação da essência é precisamente a realidade do fenômeno (KOSIK, 1995, p.11).

É, portanto, na pseudoconcreticidade, que o fenômeno e a essência são tomados como iguais, quando de fato o fenômeno se manifesta imediatamente, já a “coisa em si”, a essência da coisa, a estrutura da realidade não se manifesta de forma direta, o que demanda a análise científica através da aplicação do método dialético.

A dialética representa, na concepção de Konder (1988), as contradições da realidade, do modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação, entendendo que:

O materialismo histórico de Marx e Engels é constatativo e não normativo: ele reconhece que, nas condições de insuficiente desenvolvimento das forças produtivas humanas e de divisão da sociedade em classes, a economia tem imposto, em última análise, opções estreitas aos homens que fazem a história. Isso não significa que a economia seja o sujeito da história, que a economia vai dominar eternamente os movimentos do sujeito humano. Ao contrário: a dialética aponta na direção de uma libertação mais efetiva do ser humano em relação ao cerceamento de condições econômicas ainda desumanas (KONDER, 1988, p. 66).

Dessa forma, a dialética permite que o sujeito se identifique e se compreenda enquanto agente colaborador do processo de transformação social, refletindo sobre as contradições inerentes à totalidade do sistema do qual ele faz parte.

A compreensão da totalidade, de acordo com Kosik (1995), parte da busca do caráter dialético, investigando para tanto, a unidade das contradições e a dialética de fenômeno e da essência, da lei e da casualidade, do todo e da parte, da essência e dos aspectos fenomênicos. O que significa dizer é que são os elementos contrários que formam uma totalidade.

Logo, para entender a totalidade não é necessário captar todos os fatos da realidade investigada, não é essa a compreensão do que é a realidade, mas sim a análise da “realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fator qualquer (classes de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido” (KOSIK, 1995, p. 44). Portanto, é esse entendimento que representa a destruição da pseudoconcreticidade, e contribui para que se alcance uma compreensão dialética da totalidade, ressaltando que:

A totalidade não é um todo já pronto que se recheia com um conteúdo, com as qualidades das partes ou com as suas relações; a própria totalidade é que se concretiza e está concretização não é apenas

criação de conteúdo, mas também criação do todo (KOSIK, 1995, p. 49 e 50).

Como a verdade não se apresenta imediatamente ao homem, é necessário um desvio para se chegar a ela, o que demanda explicações com base na própria realidade através da busca dos movimentos que a compõem a fim de compreender o que está obscuro e confuso para finalmente chegar ao conceito do todo.

O concreto se torna compreensível através da mediação do abstrato, ou seja, o todo por meio da mediação da parte. Kosik (1995) destaca que o método de pensamento que vai do abstrato ao concreto é um movimento do e no pensamento e que ocorre no plano abstrato, cuja base é a negação da imediatidade, indicando que através da dialética do concreto se reproduz idealmente a realidade em sua totalidade concreta. Assim,

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações e, por isso, é a unidade do diverso. Aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, e não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida, e, portanto, também, o ponto de partida também da intuição e da representação. (MARX, 1999, p. 39).

Marx (1982, p. 15) afirma ainda que “Nessa medida, o curso do pensamento abstrato que se eleva do mais simples ao complexo corresponde ao processo histórico efetivo”, ou seja, o método de avançar do abstrato para o concreto, de tratar a totalidade histórica, a partir de suas determinações mais abstratas e simples.

A concepção marxista, na perspectiva do materialismo histórico-dialético, está organizada através de dois momentos considerados inseparáveis: o método de investigação ou a pesquisa propriamente dita, e o método de exposição ou a apresentação, entendendo que:

A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho, é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção a priori (MARX, 1988 p. 16).

O método de investigação representa o esforço prévio de apropriação, pelo pensamento, das determinações do conteúdo do objeto no próprio objeto, ou seja, reflete uma apropriação analítica, reflexiva, do objeto pesquisado antes de sua exposição metódica. E o método de exposição, não se constitui simplesmente como uma auto exposição do objeto, mas representa uma exposição crítica do objeto com base em suas contradições, sendo entendido como uma tradução ideal do movimento efetivo do real, considerado como uma reprodução do movimento efetivo do material, do real, de tal modo que o real se “espelhe” no ideal (CHAGAS, 2011).

O método de investigação apresenta três elementos fundamentais: a detalhada apropriação da matéria, a análise da forma de desenvolvimento do material e a investigação da coerência interna da matéria. Esses elementos contribuem para o desenvolvimento do método de exposição entendendo-se que “Aquilo de onde a ciência inicia a própria exposição já é resultado de uma investigação e de uma apropriação crítico-científica da matéria”. (KOSIK, 1995, p. 31).

Nesse sentido, podemos inferir que através do método de investigação é possível conhecer as conexões internas do objeto de estudo, que tem como ponto de partida sua representação confusa e que para explicar suas determinações histórico-sociais utiliza-se da mediação das partes que compõem o todo caótico. E, é nesse processo de idas e vindas, ou seja, no desenvolvimento da investigação que surgem as categorias, construídas nas relações que determinam o fenômeno. E, através do método de exposição é que temos a explicitação do fenômeno que se apresenta de maneira mais compreensível. Esse momento é marcado pela crítica, onde o objeto é reconstituído criticamente pelo pensamento espelhado no movimento real, é a reprodução do movimento efetivo da realidade. Assim, na exposição a realidade deve ser apresentada de maneira lógica e coerente, de forma consciente e organizada pela interpretação dos resultados obtidos no processo de investigação (CHAGAS, 2011).

Para Marx, o sentido da reprodução é um reconstruir criticamente no plano ideal, representando o movimento sistemático do objeto, pois o objeto não é dado pela experiência direta e imediatamente, e sim através de um trabalho prévio de investigação, ou seja, “de maturação do objeto, de sua captação com detalhes, de suas formas de evolução, de suas conexões íntimas, para depois expor adequadamente, sistemático e criticamente, a sua lógica interna” (CHAGAS, 2011, p. 57).

Portanto, ao adotar a perspectiva da abordagem materialista-histórica dialética como alternativa metodológica para este estudo, almejamos compreender o processo histórico que resultou no redesenho do público e do privado na oferta da educação básica do nosso país, através da instituição do público não-estatal e do quase mercado no campo educacional. Nesse aspecto, consideramos que esse movimento foi e ainda é influenciado pelas transformações ocorridas nas últimas décadas no sistema capitalista, notadamente decorrentes das suas crises, sendo para tanto, a abordagem dessa natureza, fundamental.

É importante ainda destacar, como enfatiza Chagas (2011), que o método em Marx não é considerado um instrumento, uma técnica de intervenção externa do pensamento ao objeto, como que um caminho pelo qual o pensamento manipula, a partir de hipóteses exteriores, o objeto. O pensamento sugere, ao contrário, que na verdade, devemos é nos livrar de opiniões pré-concebidas, de conceitos externos ao objeto, de hipóteses que pairam acima dele, para nele mergulhar e penetrá-lo, considerando apenas o seu movimento, para trazer à consciência este trabalho da própria lógica específica do objeto específico.

Assim, o caráter concreto do conhecimento histórico da educação é aqui configurado através do movimento que parte da síncrese, da visão caótica do todo, e que através da análise, ou seja, das abstrações e determinações mais simples, consegue chegar a uma totalidade concreta, a síntese (SAVIANI, 2011).

Para adentrar na realidade ao qual tencionamos investigar, a partir da análise das fontes de pesquisa selecionadas para este estudo, elaboramos as categorias de análise, entendidas enquanto:

[...] formas do pensamento que expressam termos mais gerais que permitem ao homem representar adequadamente a realidade, e como tais, são generalizações de fenômenos e processos que existem fora da nossa consciência, e produtos da ação cognitiva dos homens sobre o mundo exterior. (GAMBOA, 1996, p. 22).

Nesse viés, as categorias têm uma função metodológica importante no movimento que vai do conhecido ao desconhecido e vice-versa, ou seja, a partir delas é possível apreender o real e compreender a realidade que caracteriza a educação como um fenômeno concreto. As categorias também são consideradas históricas, pois

seu processo de formação e aparecimento está ligado ao grau de desenvolvimento do conhecimento ao qual seu conceito está relacionado (GAMBOA, 1996).

Assim, as categorias são consideradas conceitos básicos que pretendem refletir os aspectos gerais e essenciais do real, destacando nesse processo suas conexões e relações. E, devem corresponder às condições concretas de cada tempo e lugar, possuindo como função interpretar o real ao mesmo tempo em ser uma indicadora de uma estratégia política (CURY, 2000).

As categorias surgem no processo do movimento histórico das relações de produção, pois, entende-se que estas “[...] só adquirem real consistência quando elaboradas a partir de um contexto econômico-social e político, historicamente determinado, pois a realidade não é uma petrificação de modelos ou um congelamento de movimentos” (CURY, 2000, p. 21), estando, portanto, em constante movimento e expansão. Como a realidade do movimento é considerada dialética e dinâmica, a representação desse movimento também deve se apresentar de forma dinâmica para não correr o risco de, nas palavras de Cury, petrificar aquilo que é dinâmico no real.

Diante da necessidade de compreender a gestão de escolas públicas pelas Organizações Sociais e pautados no método dialético, optamos por eleger as seguintes categorias de análise: contradição; totalidade, bloco do poder e Estado ampliado. E como categorias empíricas: público, privado, público não-estatal e Organizações Sociais. De uma forma geral, essas categorias contribuirão para que nossa investigação consiga apreender a realidade social e as vinculações da educação nessa mesma realidade.

A categoria contradição é considerada por Cury (2000) como a base de uma metodologia dialética, o motor do desenvolvimento interno e “Sob o ponto de vista da sociedade, negar a contradição no movimento histórico é falsear o real, representando-o como idêntico, permanente e a-histórico” (CURY, 2000, p. 27). Sem o elemento da contradição, a concepção de educação pode ser afetada, pois, ao retirar dela a negação, passa-se a representá-la dentro de um real que se desdobra de modo linear e mecânico.

Já a categoria da totalidade permite que se analise o objeto de estudo em suas múltiplas dimensões, e não apenas a compreensão particular do real. Eliminar a

totalidade significa tornar os processos particulares da estrutura social em níveis autônomos, ou seja, sem estabelecer as relações internas entre os mesmos. A educação não é considerada um processo particular da realidade, mas sim inerente às relações sociais (CURY, 2000).

Para complementar a análise do nosso objeto de estudo, e fundamentado na tradição marxista, procuramos compreender o movimento do público e o privado na educação, atrelado às políticas neoliberais, com base na categoria bloco no poder, desenvolvida por Poulantzas (2019), entendida como:

[...] a relação entre, por um lado, um jogo institucional particular inscrito na estrutura do Estado capitalista, jogo que funciona no sentido de uma unidade especificamente política do poder de Estado, e, por outro lado, uma configuração particular das relações entre classes dominantes: essas relações, na sua relação com o Estado, funcionam no seio de uma unidade política específica recoberta pelo conceito do bloco no poder. (POULANTZAS, 2019, p. 236).

Os estudos de Poulantzas (2019), apoiados em alguns escritos políticos de Marx, revelam três elementos formadores desse bloco no poder:

- O conjunto de determinadas instituições do Estado capitalista em sua relação com a luta política de classe.
- O campo das práticas políticas das classes e frações dominantes numa determinada conjuntura capitalista.
- Pela divisão da classe burguesa em frações no interior do modo de produção capitalista.

A partir desses três elementos conceitua-se bloco no poder como uma unidade contraditória entre distintas classes e/ou frações de classes, em suas relações com o Estado capitalista. Como no sistema capitalista coexistem várias classes e frações de classes dominantes que mantêm um vínculo específico com o Estado, as categorias classe-apoio e a grande burguesia interna também foram observadas em nosso estudo, possibilitando, assim, uma compreensão mais precisa do processo de reestruturação da hegemonia da estrutura de classes da sociedade brasileira, evidenciando o redesenho da reconfiguração entre o público e o privado na educação e os principais sujeitos políticos envolvidos nesse processo.

As classes-apoios representam as frações ou classes que, apesar de fazerem parte dos segmentos dominados, apoiam, em determinada conjuntura histórica, uma forma do Estado capitalista³. Poulantzas (2019) destaca que os dois principais aspectos que podem explicar os fatores que levam essas classes dominadas a sustentarem o bloco no poder são: o processo de ilusões ideológicas, entendendo que o apoio a uma dominação de classe determinada não é em geral baseado em qualquer sacrifício político real dos interesses do bloco no poder, mas, que esse apoio, é indispensável a essa dominação de classe; e, o temor, fundado ou imaginário, do poder das classes operárias, que sustenta que o apoio não se encontra baseado, seguramente, em uma comunidade de interesses a partir de sacrifícios mútuos reais, nem em uma ilusão ideológica relativa a este sacrifício, mas sobre o fator político da luta da classe operária.

Nesse sentido, passa a ser relevante a análise da teoria ampliada do Estado de Gramsci, que compreende o “Estado como sociedade política mais a sociedade civil” (GRAMSCI, 2000, p. 244). A sociedade política é entendida como o aparelho de governo propriamente dito, ou seja, o Estado em sentido estrito, legalmente aceito. Enquanto que a sociedade civil seria o conjunto de aparelhos privados de hegemonia pertencentes a sociedade.

A luta existente entre sociedade civil e sociedade política num determinado período histórico provoca a divisão de poderes em um determinado Estado. De acordo com Gramsci (2000), nas sociedades capitalistas, essa divisão de poderes do Estado está configurada da seguinte forma: “[...] o Parlamento mais ligado à sociedade civil; o Poder Judiciário, entre o Governo e o Parlamento, representa a continuidade da lei escrita – inclusive contra o Governo” (GRAMSCI, 2000, p. 235). Dessa configuração, os três poderes também são considerados órgãos da hegemonia política, representados pelo Parlamento, Magistratura e Governo, e dentre os poderes pertencentes ao Estado, desenvolvida por Gramsci, o órgão que está mais próximo da sociedade civil é o Parlamento, que marca sua presença através dos seus representantes.

³ No contexto do Estado bonapartista francês a classe-apoio era representada pelos camponeses e o lumpemproletariado e a pequena burguesia no final do período da república parlamentar.

A partir desses elementos, pretende-se analisar a atuação do governo estadual da política de gestão pactuada com entidades privadas, refletindo os embates que ocorrem no âmbito do Estado ampliado, no contexto da hegemonia do capital.

Avançaremos, no capítulo seguinte, para uma análise histórica sobre as concepções de Estado e mercado, na perspectiva dos pensadores clássicos, para entender a interação entre o público e o privado, concretizada na forma das parcerias público-privadas, através de instituições que se enquadram no formato de público não-estatal, como é o caso das Organizações Sociais.

3 ESTADO E MERCADO NA CONCEPÇÃO DOS PENSADORES CLÁSSICOS

O objetivo deste capítulo é apresentar um diálogo acerca das concepções de Estado e mercado, em uma perspectiva histórica, almejando compreender como, na atual conjuntura, se configura a dicotomia entre o público e o privado na Educação brasileira, especificamente na educação paraibana.

A apresentação das conceituações de Estado e de mercado que serão brevemente revistas a seguir, seguem um percurso histórico que tem como ponto de partida o liberalismo clássico, principalmente pautado nas ideias de Locke (1998) e de Smith (1983); da concepção marxista sobre o Estado; da relação entre Estado e mercado desenvolvida por Keynes (1996), através do entendimento de um Estado regulador. Em seguida será analisado o desenvolvimento da Teoria do Capital Humano por Schultz (1973) e a importância dada a educação no contexto do desenvolvimento econômico do país; chegando ao paradigma do neoliberalismo, com as ideias de Hayek (1977) e Friedman (1985), destacando nesse período a concepção de um mercado regulador da Terceira Via, desenvolvida principalmente por Giddens (2001), e finalmente ao entendimento do setor conhecido como Terceiro Setor, que tem como destaque a participação da sociedade civil.

Essa retrospectiva é essencial para compreendermos a atual configuração da garantia do direito à educação e a consequente oferta dos serviços educacionais que se apresentam no estado da Paraíba, através das Organizações Sociais, e que serão analisadas no próximo capítulo.

3.1 As ideias do Liberalismo Clássico

As concepções do ideário do liberalismo clássico remontam à etapa histórica de formação e consolidação do modo de produção capitalista, como veremos aqui neste subitem. Nesse contexto, ganha destaque uma doutrina que defende a desregulamentação das atividades de mercado e a redução das funções do Estado.

Um dos idealizadores do pensamento liberal, John Locke, estabeleceu a teoria dos direitos naturais do homem, que considerava o ser humano naturalmente livre, proprietário de sua pessoa e de seu trabalho. E que, ao incorporar seu trabalho à

matéria bruta, a tomava como propriedade privada, estabelecendo sobre ela um direito próprio. Mas, para garantir o direito de propriedade era necessário que o Estado assegurasse a existência de leis, para que o estado de natureza dos homens fosse preservado. Locke (1998) propôs que:

O estado de natureza tem para governá-lo uma lei de natureza, que a todos obriga; e a razão, em que essa lei consiste, ensina a todos aqueles que a consultem que, sendo todos iguais e independentes, ninguém deveria prejudicar a outrem em sua vida, saúde, liberdade ou posses (LOCKE, 1998, p.384).

No contexto da obra de Locke, a aquisição da propriedade indica que para o homem mantê-la é necessário haver leis, contrato jurídico, enquanto isso para aqueles que nada possuem, restaria apenas vender a sua força de trabalho. A capacidade de trabalhar era considerada o bem material que o indivíduo possuía, e a partir dela o trabalhador tinha a possibilidade de adquirir sua propriedade. Afinal, “[...] embora a terra e todas as criaturas inferiores sejam comuns a todos os homens, cada homem tem uma propriedade em sua própria pessoa. A este ninguém tem direito algum além dele mesmo. O trabalho de seu corpo e a obra de suas mãos, pode-se dizer, são propriedade dele” (Locke, 1998, p.407-408).

Surge, durante os séculos XVII e XVIII, um sistema de ideias elaborado por pensadores ingleses e franceses, fundamentado nos ideais da liberdade individual. Este sistema foi criado para que a iniciativa privada pudesse atuar na economia, sem a interferência do Estado e, na política do *laissez faire*⁴, que defendia o mercado livre nas exportações e importações dos países, em oposição ao protecionismo praticado na época, com altas tarifas alfandegárias.

O liberalismo clássico é uma doutrina política que tinha como ideia fundamental a criação de condições de existência para o pleno exercício da liberdade política, econômica e individual. Esse pensamento é marcado pela publicação do livro *A Riqueza das Nações*, em 1776, por Adam Smith, considerado como a manifestação de um novo pensamento econômico, que se posicionava contra o protecionismo mercantilista e que pregava a mínima interferência do Estado na economia.

Smith (1983) defendia uma filosofia individualista contrária à antiga visão paternalista do mundo mercantil, que vai acabar se sobressaindo, justamente por

⁴ Termo elaborado pelos pensadores da escola de pensamento clássico francesa, que adotaram a frase “*laissez faire, laissez aller, laissez passer, le monde va de lui-même*” (deixa fazer, deixa ir, deixa passar, o mundo vai por si mesmo), articulando a necessidade de existir um livre mercado.

refletir as necessidades da nova ordem capitalista que se instaurava naquela época. A prática da livre iniciativa era considerada como um requisito essencial para se alcançar um mundo mais justo, eficiente e produtivo.

Logo, as relações das atitudes econômicas individuais não deveriam estar submetidas à regulamentação do Estado que, de acordo com Adam Smith, teria a sua atuação reduzida apenas a três funções: a primeira função do soberano consistia em “proteger a sociedade contra a violência e a invasão de outros países independentes” (SMITH, 1983, p.689). A segunda função fazia referência ao dever do soberano de “proteger, na medida do possível, cada membro da sociedade da injustiça ou opressão de todos os outros membros da mesma, ou o dever de estabelecer uma administração judicial rigorosa” (ibidem, p. 708). E, por fim, a terceira função do Estado era “criar e manter instituições e obras públicas que, embora possam proporcionar a máxima vantagem para uma grande sociedade, são de tal natureza que o lucro jamais conseguiria compensar algum indivíduo ou um pequeno número de indivíduos, que as crie e as mantenha” (ibidem, p. 723).

Destarte, caberia ao soberano, ou ao Estado, zelar pelo princípio de individualidade proposto por Smith, mas para tanto, os deveres do soberano deveriam se restringir apenas à manutenção da segurança interna e externa; à garantia da propriedade privada e dos contratos; e, à criação e manutenção de instituições que fomentassem a produção e as operações comerciais, ou seja, a responsabilidade por serviços essenciais de utilidade pública como a construção de estradas, portos, ferrovias e serviços de comunicação.

O soberano (ou Estado) fica totalmente desonerado de um dever que, se ele tentar cumprir, sempre o deverá expor inúmeras decepções e para essa obrigação não haveria jamais sabedoria ou conhecimento humano que bastassem: a obrigação de superintender a atividade das pessoas particulares de orientá-las para as ocupações mais condizentes com o interesse da sociedade [...] primeiro o dever de proteger a sociedade contra a violência e a invasão de outros países independentes; segundo, o dever de proteger na medida do possível, cada membro da sociedade contra a injustiça e a opressão de qualquer outro membro da mesma, ou seja, o dever de implantar uma administração judicial exata; e, terceiro, o dever de criar e manter certas obras e instituições públicas que jamais algum indivíduo ou um pequeno contingente de indivíduos poderão ter interesse em criar e manter, já que o lucro jamais poderia compensar o gasto de um indivíduo ou de um pequeno contingente de indivíduos, embora muitas vezes ele possa até compensar em maior grau o gasto de uma sociedade (SMITH, 1983, p. 147).

O indivíduo era considerado como um ser humano essencialmente egoísta, frio, calculista e indolente, e, a busca pelo lucro e a motivação do interesse individual próprio eram consideradas características inerentes ao homem. No entanto, uma vez movido pela competição e rivalidade, em uma economia de mercado, esse indivíduo torna-se capaz de converter essas relações de mercado em algo benéfico para a sociedade em geral.

Portanto, Adam Smith defendia a ideia de que o interesse pelo lucro despertava a escolha natural sobre a produção de determinada mercadoria, pois corresponderia a real necessidade das pessoas.

Assim é que os interesses e os sentimentos privados dos indivíduos os induzem a converter seu capital para as aplicações que, em casos ordinários, são as mais vantajosas para a sociedade [...]. Sem qualquer intervenção da lei, os interesses e os sentimentos privados das pessoas naturalmente as levam a dividir e distribuir o capital de cada sociedade entre todas as diversas aplicações nela efetuadas, na medida do possível, na proporção mais condizente com o interesse de toda a sociedade (SMITH, 1983, p.104).

Nesse sentido, o mercado deveria ser livre, sem interferência do Estado, e os próprios produtores, movidos pelo desejo inerente do homem de obter mais lucros, concorreriam entre si para atrair uma maior quantidade de consumidores dispostos a pagar por suas mercadorias, o que os faria oferecer um produto de melhor qualidade, e que deveria ser constantemente aprimorado. Essas ações deveriam ocorrer no ambiente próprio de mercado, e eram consequências diretas da disputa entre os homens, que agindo cada qual por interesse próprio, acabavam beneficiando a sociedade em geral. “Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro, do padeiro que esperamos nosso jantar, mas de sua preocupação com o seu próprio interesse” (SMITH, 1983, p.14).

Esse mecanismo desenvolvido pelo próprio mercado é o que Smith (1983) denominou de a “mão invisível”, presente em uma economia de mercado e responsável por orientar as motivações egoístas dos homens para promover de forma harmoniosa o bem-estar da sociedade em geral. “[...] Deixa-se a cada qual, enquanto não violar as leis da justiça, perfeita liberdade de ir em busca de seu próprio interesse, a seu próprio modo, e fazer com que tanto seu trabalho como seu capital concorram com os de qualquer outra pessoa ou categoria de pessoas” (ibidem, p.47).

A divisão ou especialização do trabalho era considerado um fator essencial para que a “mão invisível” agisse e conseguisse garantir o equilíbrio de mercado,

através de uma maior produtividade do trabalho que ocasionava um aumento da aptidão particular de cada trabalhador e, conseqüentemente, uma redução do tempo final da produção, diminuindo a porosidade e a dispersão entre as operações e uma inovação na descoberta de máquinas, que facilitariam e abreviariam o trabalho.

As virtudes da divisão do trabalho são exemplificadas por Smith através da análise das operações produtivas em uma manufatura de alfinetes. As vantagens, evidenciadas inicialmente no ambiente microeconômico da empresa, são a seguir ultrapassadas para o conjunto da sociedade, através da diferenciação macroeconômica das ocupações, empreendimentos e negócios (MORAES, 2002).

Para Smith, a divisão do trabalho no sentido ampliado teria também uma natureza integradora e somatória, pois, “[...] os caracteres e habilidades mais diferentes são úteis uns aos outros; as produções diferentes dos respectivos talentos e habilidades, em virtude da capacidade e propensão ao intercâmbio ... são como que somados em um cabedal comum” (SMITH, 1983, p. 51).

Nesse sentido, a existência de ordem para um mundo econômico em que não há planejamento central é oferecido por Smith, no qual são as leis de mercado que garantem que determinadas formas de procedimento consigam atingir resultados previsíveis e otimizadores.

De uma forma geral, o pensamento liberal clássico apoiou-se em quatro fundamentos elementares, tendo por base os direitos naturais dos indivíduos, que são: o individualismo, a justiça e a igualdade jurídica, a liberdade e a propriedade. Em relação ao individualismo, vimos anteriormente que ele representou a essência desse pensamento. O Estado não deveria atuar na promoção da igualdade entre os membros da comunidade, pois impossibilitaria que tais indivíduos lutassem por seus próprios interesses. Ou seja, o mercado seria o local por excelência para conciliar as vontades individuais, que levariam a promoção do progresso da nação. E para assegurar a defesa do direito natural dos indivíduos, era imprescindível a garantia da justiça e da igualdade jurídica, e através do direito de todos seria alcançada a igualdade de troca entre capital e trabalho.

Os outros fundamentos básicos do liberalismo dizem respeito ao direito à liberdade que levaria ao direito de propriedade. Como o indivíduo não estava sujeito à pressão ou coação de suas atividades, caberia ao Estado assegurar a liberdade dos proprietários que era considerada pré-condição para o desenvolvimento individual.

Segundo o ideário do liberalismo, materializava-se uma distinção entre o Estado, enquanto esfera do público, e a sociedade enquanto esfera do privado. Isso significa que existia uma separação entre tudo aquilo que pertencia à esfera pública, assuntos do Estado, e à esfera privada, a sociedade. A lógica de mercado deveria prevalecer nas relações econômicas de forma que os melhores eram naturalmente selecionados.

Quanto às instituições públicas voltadas para a educação, Smith propõe que as mesmas poderiam e deveriam ter um rendimento próprio para cobrir seus gastos, e a maneira como conseguiriam tal renda seria pelo pagamento dos honorários ou remuneração do professor pelo próprio aluno. A justificativa para tal fato está presente nos elementos da aplicação do “método justo” e do “rendimento natural”, além do arrendamento da propriedade ou “dos juros de alguma soma de dinheiro concedida e confiada à gestão de curadores para esse fim específico ora pelo próprio soberano, ora por algum doador particular” (SMITH, 1983, p. 199).

Como dissemos anteriormente que a busca dos interesses individuais resultava em bem-estar para a sociedade como um todo, e valendo-se do fundamento central do liberalismo que é a liberdade individual e a propriedade, com atuação do livre mercado, o ensino de maneira geral seria mais bem desenvolvido, obtendo melhores resultados quando ocorresse sem a interferência do Estado.

Nessa perspectiva, Smith deixa clara sua posição privatista em termos das escolas quando defende que “Se o conceito que se tinha da utilidade dessas escolas não conseguia atrair alunos para elas, a lei não forçava ninguém a frequentá-las nem recompensava ninguém por tê-las frequentado” (SMITH, 1983, p. 210 e 220).

Assim, as escolas também deveriam ser regidas pelas mesmas leis que regem o mercado na esfera da economia, pela livre concorrência, pois só assim alcançariam o sucesso desejado. O ensino de maneira geral seria mais bem desenvolvido, obtendo melhores resultados quando ocorressem sem a interferência do Estado, mas a partir da relação natural e livre entre os indivíduos.

Santana (2007) ressalta que o modelo ideal de ensino preconizado por Smith seria uma atividade privada, sem inspeção, supervisão, ou financiamento do Estado e, ao mesmo tempo, eficiente. E para conseguir atingir essa eficiência era necessário que o professor desenvolvesse bem o seu trabalho para a sua sobrevivência e da concorrência, que indiscutivelmente ocorria no desenvolvimento de sua atividade.

No livre mercado, quando a escola é reconhecida pelo trabalho que desenvolve, os indivíduos estariam dispostos a pagar pelos serviços dos professores. A livre concorrência no exercício da profissão é mais valiosa do que qualquer outro objetivo proposto, e a ausência de competição poderia gerar um estado de corrupção na sociedade. Para Smith em qualquer profissão, o empenho da maior parte dos que a exercem é sempre proporcional à necessidade que estes têm de demonstrar empenho. E no exercício da profissão de ensinar também está presente essa situação de necessidade, de demonstrar capacidade e melhorar o desempenho (SANTANA, 2007).

Pautado nesses elementos, Smith tece críticas às dotações concedidas as escolas, pois, elas provocariam nos professores a diminuição da necessidade de se dedicarem à profissão. O professor perderia o estímulo na busca de se tornar mais competitivo, deixando de ser competente na sua relação com o aluno quando não era este quem o pagava, ou seja, o professor receberia seu salário independentemente do seu desempenho.

Outro aspecto criticado por Smith era a criação de regulamentos que impedissem a competição entre os estabelecimentos de ensino ou dentro da própria escola entre seus professores. Tais regulamentos muitas vezes favoreciam a imposição da disciplina, levando os professores a se acomodarem. Assim, o objetivo dos regulamentos era “manter a autoridade do professor e, quer o professor negligencie quer cumpra seus deveres, obrigar os estudantes, sem exceção, a se comportarem em relação a ele como se os cumprisse com a maior diligência e capacidade” (SMITH, 1983, p. 203).

No contexto da sociedade capitalista da época, a divisão do trabalho era considerada por Smith como um fator que justificava atenção especial do Estado em relação à educação, na medida em que:

O homem que gasta toda sua vida executando algumas operações simples, cujos efeitos também são, talvez, sempre os mesmos ou mais ou menos os mesmos, não tem nenhuma oportunidade para exercitar sua compreensão ou para exercer seu espírito inventivo no sentido de encontrar meios para eliminar dificuldades que nunca ocorrem. Ele perde naturalmente o hábito de fazer isso, tornando-se geralmente tão embotado e ignorante quanto o possa ser uma criatura humana [...] Ele é totalmente incapaz de formar juízo sobre os grandes e vastos interesses de seu país; e, ao menos que se tenha empreendido um esforço inaudito para transformá-lo, é igualmente incapaz de defender seu país na guerra. A uniformidade de sua vida estagnada naturalmente corrompe a coragem de seu espírito, fazendo-o olhar

com horror a vida irregular, incerta e cheia de aventuras de um soldado. Esse tipo de vida corrompe até mesmo sua atividade corporal, tornando-o incapaz de utilizar sua força física com vigor e perseverança em alguma operação que não aquela para a qual foi criado. Assim, a habilidade que ele adquiriu em sua ocupação específica parece ter sido adquirida às custas de suas virtudes intelectuais, sociais e marciais. Ora, em toda sociedade evoluída e civilizada, este é o estado em que inevitavelmente caem os trabalhadores pobres – isto é, a grande massa da população – a menos que o Governo tome algumas providências para impedir que tal aconteça (SMITH, 1983, p. 213 e 214).

A intervenção do Estado deveria acontecer na educação não para o desenvolvimento das ocupações humanas, mas para que o indivíduo, em função da divisão do trabalho, nas palavras de Smith, não sucumbisse ao embotamento. Na sociedade da época e de acordo com o pensamento liberal, o desenvolvimento das potencialidades individuais tinha uma relação direta com as atividades exercidas por elas. Assim, as pessoas que possuíam fortuna e tempo conseguiam se dedicar à educação, mantendo seu desenvolvimento intelectual, enquanto as pessoas comuns, por não terem tempo livre e pela necessidade de subsistência, não conseguiam se dedicar à educação. Grande parte dessas pessoas educavam-se no e pelo trabalho, mas poderiam aprender o mais essencial na educação, como ler, escrever e calcular, ainda quando jovens, antes de se empregar em suas ocupações definitivas. E, nessa situação, “Com gastos muito pequenos, o Estado pode facilitar, encorajar e até mesmo impor os pontos mais essenciais da educação” (SMITH, 1983, p. 215).

E, quando Smith defende que o Estado deve facilitar o ensino elementar, ele estava se referindo à criação em cada paróquia ou distrito de uma escola, onde “as crianças possam ser ensinadas pagando tão pouco que mesmo um trabalhador comum tem condições de arcar com este gasto, sendo o professor pago em parte, não totalmente, pelo Estado” (SMITH, 1983, p. 218). Além de que:

Ainda que o Estado não aufera nenhuma vantagem da instrução das camadas inferiores da população, mesmo assim deveria procurar evitar que elas permanecessem totalmente sem instrução. Acontece, porém, que o Estado aufera certa considerável vantagem da instrução do povo. Quanto mais instruído ele for, tanto menos estará sujeito às ilusões do entusiasmo e da superstição que, entre nações ignorantes, muitas vezes dão origem às mais temíveis desordens. Além disso, um povo instruído e inteligente sempre é mais decente e ordeiro que um povo ignorante e obtuso (...). Tais pessoas estão mais inclinadas a questionar e mais aptos a discernir quanto às denúncias suspeitas de ficção e de sedição, pelo que são menos susceptíveis de serem

induzidas a qualquer oposição leviana e desnecessária às medidas do Governo (SMITH, 1983, p.217-218).

Concordamos com Santana (2007) que vantagem da instrução direcionada às camadas populares, pode ser entendida como o uso político que o Estado poderia fazer da educação tanto para a defesa como para a manutenção dos interesses estabelecidos na época.

Na situação do dever do Estado em promover a instrução, o liberalismo sustenta a tese de que é a iniciativa privada que deve prover, com exclusividade, serviços e eventualmente bens na área da educação. A ideia é pensar o ensino privado como a regra ou opção principal. Sendo assim, caberia ao Estado abster-se de prover serviços e bens nessa área e também de regulamentar as atividades que nela são exercidas pela iniciativa privada, considerando o ensino público como a exceção, e no caso de oferecer esse ensino, não o assumindo completamente, mesmo que no seu nível elementar (CHAVES, 2007; SANTANA, 2007).

Como os serviços e bens educacionais são oferecidos pela iniciativa privada é perfeitamente legítimo que essa oferta seja cobrada daqueles que vão se beneficiar, sendo um contrassenso a noção de que a educação deve ser gratuita. E, além da perspectiva privatista da educação defendida por Smith, fica evidente a dualidade sugerida por ele quando sustenta a ideia de uma instrução para as “pessoas comuns”, os pobres, e outra para os ricos, as “pessoas de posição e fortuna”.

Com a ideologia de livre mercado, o liberalismo clássico fundamentou suas bases filosóficas na do sistema industrial capitalista. A partir desse momento, a fase de livre concorrência foi substituída pela fase do capitalismo monopolista, representada por um elevado processo de concentração de capital e sucessivas crises no sistema, que modificaram o rumo da economia e também da política, culminando em uma nova fase, considerada como a fase das grandes revoluções socialistas, que tiveram impacto em todas as esferas da sociedade, desde os níveis econômico, político, social, até o nível educacional.

3.2 Estado e educação em Karl Marx

A fase marcada pelas grandes revoluções socialistas decorreu da luta gerada pelas situações promovidas pelo capitalismo, e particularmente pela manufatura,

tendo os trabalhadores que arcar com os custos sociais da industrialização. O novo sistema fabril instituído com a Revolução Industrial ampliou e agravou a miséria da grande massa de operários urbanos, vivenciando condições de trabalho consideradas desumanas. Como o liberalismo clássico não tinha a preocupação de combater esse problema, nem de melhorar a condição de vida dos pobres, coube aos socialistas e trabalhadores organizados em sindicatos classistas protestarem contra o sistema perverso e excludente então vigente.

A partir da Revolução Industrial, elevou-se a produtividade do trabalho a níveis nunca antes observados. A base para esse elevado nível de produtividade foi a ampla utilização de máquinas, nas inúmeras fábricas surgidas nesse período. A classe operária vivia em condições extremamente precárias, chegando ao ponto de subsistência. Além disso, o seu ritmo de trabalho passou a ser condicionado pela máquina, que se tornou o foco central do processo produtivo.

Na perspectiva do materialismo histórico-dialético, Karl Marx é considerado como o mais influente dos socialistas, o grande pensador da nova economia política. Seus estudos sobre a sociedade capitalista levam em consideração os fatores históricos e econômicos, as relações de trabalho e produção, intrínsecos ao homem e à produção de sua vida material, de forma a constituir a estrutura econômica e social da sociedade (MARX, 1982).

A concepção materialista histórico-dialética de Marx critica o modo de produção capitalista e o ideário liberal, destacando o antagonismo entre as classes sociais, desse modo de produção como força motriz da história. Como pode ser observado na abertura do Manifesto Comunista “A história de toda sociedade existente até hoje tem sido a história de lutas sociais” (MARX; ENGELS, 1987, p. 93).

Um dos debates centrais na história do pensamento marxista busca evitar uma subordinação das variáveis subjetivas e estruturais aos elementos materiais. Nesse sentido, temos que,

[...] na produção social da própria vida, os homens constroem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas determinadas de consciência (MARX, 1982, p.25).

Nesse contexto, Marx (1982) faz uma leitura histórico-dialética sobre a definição de esfera pública, idealizada pelos liberais através do seu Estado burguês, que não se sustenta quando se percebe que o poder público é constituído a partir de uma infraestrutura já existente e não com o poder do povo, ou pelos princípios de igualdade liberdade e liberdade para todos, como era propagado e profetizado pelos pensadores burgueses. Ou seja, o modelo estatal e as relações sociais decorrentes da formação social e econômica predominantes favoreciam, propositadamente, a uma classe, a classe dominante: a burguesia urbano-industrial.

Em relação à obra teórica de Karl Marx, sabemos que por se tratar de um dos clássicos das Ciências Humanas e Sociais ela exerceu e ainda exerce uma profunda influência nos mais variados campos do conhecimento, percorrendo desde a Filosofia, a História, a Sociologia, a Economia, a Teoria Política, até a Arte e a educação – mesmo que nestes dois últimos campos de conhecimento seja de forma pouco explícita e/ou indireta. Isto porque o conjunto de sua obra é considerado por muitos especialistas como sendo uma autêntica Teoria Social.

Para direcionar os estudos sobre Marx e a educação e analisar o impacto do público e do privado sobre esse aspecto, precisamos reconhecer que o filósofo alemão não escreveu nenhuma obra que tratasse de maneira específica sobre a educação. No entanto, este tema aparece de forma nítida nas suas obras mais relevantes.⁵ Em especial naquelas nas quais o autor critica a consolidação do modo de produção capitalista e descreve a emergência de uma nova classe social – a burguesia – que estabeleceu uma relação antitética e antagônica com a também emergente classe trabalhadora.

Assim, a partir do estudo desenvolvido por Marx sobre a consolidação do modo de produção capitalista, da formação social, da burguesia e do Estado, vamos analisar como a questão da educação é compreendida em alguns de seus escritos.

No texto *Instruções aos Delegados do Conselho Central Provisório*, escrito em 1866, Marx faz uma análise sobre o trabalhador produtivo, e a divisão em três categorias a que foram submetidas crianças e jovens da classe operária. Na primeira categoria compreendia as crianças dos nove aos doze anos, na segunda dos treze

⁵ Pode ser observado em duas coletâneas que tratam da educação e do ensino, publicadas no Brasil (MARX e ENGELS, 1983, 1987), e também na obra coordenada por Lombardi (2011), que reúne todos os escritos que fazem referência à educação e ao ensino em Marx e Engels.

aos quinze e na terceira, os jovens entre dezesseis e dezessete anos. “Propomos que o emprego da primeira categoria, em todo o trabalho, na fábrica ou no domicílio seja reduzido para duas horas; o da segunda, para quatro horas, e o da terceira, para seis” (MARX, “Instruções aos Delegados do Conselho Central Provisório, 1968”, apud LOMBARDI, 2011, p.84).

Para Marx, a classe operária deveria compreender que o futuro de sua classe, e, portanto, da humanidade, dependeria de sua formação, e que corresponderia a um “curso graduado e progressivo para sua educação intelectual, corporal e politécnica” (ibidem, p.85). Essa formação teria que ser garantida através de leis impostas pelo poder do Estado, combinando trabalho produtivo com a educação,

Por educação entendemos três coisas:

- 1) Educação intelectual.
- 2) Educação corporal, tal como a que se consegue com os exercícios de ginásticas e militares.
- 3) Educação tecnológica, que recolhe os princípios gerais e de caráter científico de todo o processo de produção e, ao mesmo tempo, inicia as crianças e os adolescentes no manejo de ferramentas elementares dos diversos ramos industriais (ibidem, p.85).

Destaca-se, no contexto da época, a importância do entendimento entre a combinação do trabalho produtivo pago, da educação intelectual e da prática de exercícios corporais, como instrumentos de transformação e emancipação dos indivíduos. Com o advento do capitalismo, consolidou-se a divisão do trabalho, que é a forma exigida historicamente pelo processo do trabalho manufatureiro e industrial. Através do desenvolvimento da máquina, o ofício do trabalhador passa a ser propriedade do capital.

A partir dessa situação, emergem duas consequências: a primeira relacionada ao enfrentamento de classe, que diz respeito à apropriação dos meios de produção e da cultura, e a segunda afeta substancialmente a educação e a formação dos indivíduos. De maneira que, a limitação do conhecimento da classe trabalhadora mutila e reprime o desenvolvimento de suas faculdades criadoras. Nesse sentido, a divisão do trabalho é considerada o eixo sobre o qual se articulam as colocações de Marx sobre os temas da educação e do ensino (LOMBARDI, 2011).

Com o desenvolvimento do maquinismo, por um lado, é certo que a ciência e a técnica se incorporaram à máquina, mas, por outro lado, esse mesmo desenvolvimento exige uma qualificação da força de trabalho. O que “traz consigo a aparição, consolidação e auge do sistema escolar institucionalizado” (ibidem, p.10).

O modo de produção capitalista se caracteriza pela exploração, que acontece pela apropriação da força de trabalho, e esta vai gerar a mais-valia.

No capitalismo, só é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista, servindo assim à auto expansão do capital. Utilizando um exemplo fora da esfera da produção material: um mestre-escola é um trabalhador produtivo quando trabalha não só para desenvolver a mente das crianças, mas também para enriquecer o dono da escola. Que este invista seu capital em uma fábrica de ensinar, em vez de em uma de fazer salsicha, em nada modifica a situação (MARX, 1982, p.110).

O capital se apropria da força de trabalho que gera a mais-valia, e para obter esse trabalho produtivo é necessária uma qualificação, que só será alcançada através de ensino adequado. Assim, entende-se o sistema de ensino como uma concreta qualificação da força de trabalho, que alcançará seu aproveitamento máximo se conseguir atingir a integração dos indivíduos ao sistema. O que implica em reproduzir o sistema dominante, tanto em nível ideológico quanto técnico e produtivo (MARX, 1982).

Para Marx a relação entre a divisão do trabalho e a educação e o ensino constitui uma articulação profunda, capaz de explicar os processos educativos, destacando pontos que serão necessários alcançar para se conseguir uma transformação, ou seja, uma emancipação que vai além da social, uma verdadeira emancipação humana.

Para tanto, o sistema de ensino deveria ser organizado em dois níveis: primário e profissional, com todos os instrumentos de trabalho escolar sendo administrados gratuitamente pelos professores e também oferecidos de forma gratuita. “Nenhum professor está autorizado, sob nenhum pretexto, a solicitar de seus alunos o pagamento por estes materiais de trabalho escolar” (MARX, “A Guerra Civil na França”, apud LOMBARDI, 2011, p.131).

Ao longo da história o aparato escolar foi profundamente modificado, passando de uma educação familiar, germinal e religiosa, para uma nova realidade, onde era necessário um aparato tecnológico, em função das mudanças ocorridas nas forças produtivas. Além disso, há o fato de que a educação passou a ser levada a todos como uma condição que garantiria a igualdade a todos os cidadãos, o que determinou “a institucionalização, extensão e profundização do aparato escolar” (LOMBARDI, 2011, p.17).

Para o entendimento da participação do Estado no contexto educacional, destacamos o texto *Crítica ao Programa de Gotha*, escrito em 1875. Nesse texto, Marx tece duras críticas ao programa de unificação entre o Partido Operário Social Democrata e a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães, para formar o Partido Social Democrata da Alemanha⁶, tendo como principal mentor dessa unificação, o socialista Lassalle⁷. De acordo com Marx, tal programa apresentava, em vários pontos, inconsistências e incoerências que não estariam de acordo com um partido comunista, e dentre esses pontos destaca-se a questão da educação.

A principal contradição apontada por Marx (2012), ao programa defendido por Lassalle, consiste em querer do Estado uma educação emancipadora, alinhada ao mesmo tempo com uma sociedade comunista, que deveria atender aos reais interesses da classe trabalhadora. Para que ocorresse a emancipação deveriam ser superadas questões como a sociedade de classes, propriedade privada dos meios de produção, dinheiro, trabalho assalariado e sua divisão social, e até o próprio Estado.

Segundo Marx, o Estado burguês imprime sua concepção de educação, que favorece a própria classe dominante, amortecendo a luta de classes, permanecendo a dominação do capital sobre o trabalho. E nas sociedades divididas em classes antagônicas, particularmente no capitalismo, o papel da educação atua como mecanismo de reprodução que atende ao mercado capitalista, portanto, a formação de força de trabalho suscetível à produção e também à realização da mais-valia.

O ponto central para entender a crítica de Marx (2012) ao programa de unificação dos partidos, diz respeito à pretensão de Lassalle de construir o comunismo com o auxílio do Estado. Tal como de achar que a burguesia poderia ser responsável pela educação da classe trabalhadora.

O programa do Partido Operário Alemão exigia uma educação popular geral e igualitária a cargo do Estado, uma assistência escolar obrigatória para todos, além de uma instrução gratuita, o que foi veementemente criticado por Marx. Em relação a uma educação popular geral e igualitária para todas as classes sociais, Marx ressalta que a classe alta não iria se submeter a esse tipo de educação.

⁶ O *Sozialdemokratische Partei Deutschland (SPD)* representaria a união entre o *Sozialdemokratische Arbeiterpartei (SDAP)* e a *Allgemeiner Deutscher Arbeiter-Verein (ADAV)*, este último fundado e dirigido por Ferdinand Lassalle.

⁷ Lassalle foi um teórico socialista do século XIX, considerado o precursor da socialdemocracia alemã. Representou uma vertente do movimento socialista do século XIX bastante fecunda na Alemanha. Na sua concepção teórico-política, o Estado exerce um papel central e as relações entre os indivíduos devem ser controladas pelo Estado.

Educação popular igual? Que se entende por isso? Acredita-se que na sociedade atual (que é a de que se trata), a educação pode ser igual para todas as classes? O que se exige é que também as classes altas sejam obrigadas pela força a conformar-se com a modesta educação dada pela escola pública, a única compatível com a situação econômica, não só do operário assalariado, mas também do camponês? (MARX, 2012, p.45).

Quanto à assistência escolar obrigatória para todos e a instrução gratuita, Marx esclarece que “A primeira já existe, inclusive na Alemanha; a segunda na Suíça e nos Estados Unidos, no que se refere às escolas públicas” (ibidem, p.45). E que o fato de existir em alguns Estados deste último país uma educação “gratuita” também nos centros de ensino superior, significa que a classe alta pode pagar suas despesas de educação às custas dos fundos de impostos gerais.

Assim, uma “educação popular a cargo do Estado” é considerada por Marx como inadmissível, pois uma coisa é determinar, por meio de uma lei geral, os recursos para as escolas públicas, as condições de capacitação do pessoal docente, as matérias do ensino, ou seja, o cumprimento das prescrições legais mediante inspetores do Estado, como se faz nos Estados Unidos, e outra coisa completamente diferente é designar o Estado como educador do povo. “O que deve ser feito é subtrair a escola de toda influência por parte do governo e da Igreja [...] é o Estado quem necessita de receber uma educação muito severa” (MARX, 2012, p.46).

O cerne da crítica de Marx (2012) é o fato de se colocar a educação da classe trabalhadora a cargo do Estado. Quando o que deveria acontecer, segundo ele, é justamente o oposto, uma escola pública destinada aos trabalhadores sem o controle do Estado, e também, sem a influência da Igreja. O interesse da classe burguesa sobre as escolas consiste no controle da formação das massas conforme o interesse da própria classe dominante.

Nessa perspectiva, Marx enfatiza que o programa de unificação dos partidos, defendendo que o Estado garanta o direito à educação para os trabalhadores e seus filhos, era contrário às ideias revolucionárias comunistas. Haja vista que isso favoreceria a classe hegemônica a se manter no poder, continuando a explorar os trabalhadores. Assim, Marx defende um sistema de gestão escolar não burocrático, com a intervenção direta dos trabalhadores através de seus delegados. Afirma que “O ensino pode ser estatal sem que esteja sob o controle do governo. O governo pode nomear inspetores, cujo dever consistirá em vigiar para que a lei seja respeitada, sem que tenham o direito de intrometer-se diretamente no ensino” (MARX, 2012, p.56).

3.3 O Estado regulador de Keynes

Na perspectiva histórica de se buscar um diálogo acerca da concepção de Estado e mercado, temos no contexto do pós-guerra (1945-1973) a implementação de um conjunto de práticas, como o controle de trabalho, novas tecnologias e novos hábitos de consumo, que repercutiram diretamente sobre o nível de produção industrial, configurando-se em uma produção em massa e na ampliação do poder político-econômico. Uma grande quantidade de indústrias ascendeu tecnologicamente, e produtos como carro, aço, borracha, eletrodomésticos, dentre outros, alavancaram o crescimento econômico mundial (HARVEY, 2014).

Entretanto, esse aumento da produção industrial ficou restrito à algumas áreas do planeta, como destaca Harvey (2014), nas regiões do Meio Oeste dos Estados Unidos, na região do Rur-Reno, nas Terras Médias do Oeste da Grã-Bretanha e na região de produção de Tóquio-Yokohama. O capital corporativo passou por ajustes no sentido de obter uma lucratividade mais segura, no qual o “trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções relativas ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção” (HARVEY, 2014, p.125).

Esse período, nomeado de era fordista, amplia-se internacionalmente e o Estado passa a assumir diferentes obrigações. O que se justifica pela crescente produção em massa, que além de exigir vultosos investimentos em capital fixo, precisava também de uma demanda que se mantivesse estável para garantir a lucratividade dessas indústrias. O Estado passa então a complementar o salário social, direcionando políticas para as áreas de seguridade social, habitação, assistência médica, educação, etc. (HARVEY, 2014).

Nessa perspectiva, configura-se o modelo Keynesiano, entendido como uma corrente do pensamento econômico do século XX, inspirada na obra de John Maynard Keynes, em particular na *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, publicada em 1936. Para esta corrente o Estado tem maior participação nas políticas como um todo, sendo considerada também uma crítica ao pensamento econômico clássico e a tendência automática do equilíbrio de mercado.

O pensamento até então dominante de ideias liberais, com a liberdade de mercado, que conduziria necessariamente ao pleno desenvolvimento individual e ao bem-estar de todos, não mais satisfazia. Um novo pensamento começa a surgir em função, tanto do contexto, quanto das novas exigências de valores democráticos e

sociais, exigidos por uma grande parcela da população que se formou nas cidades para atender a sociedade industrial.

Keynes, formado na ortodoxia de Cambridge, que tinha como principais representantes: Pigou, Marshall, Stuart Mill, Ricardo e Smith, dedicou-se ao estudo do pensamento econômico. Foi discípulo de Marshall, considerado o grande pensador da escola neoclássica⁸, com estudos fundamentados em uma abordagem microeconômica, que tendia ao equilíbrio geral da economia.

Para Keynes (1996) a economia era considerada uma ciência moral, pois pautava-se em motivos, expectativas, dúvidas psicológicas, “valorizando a intuição em contraste à razão na escolha dos modelos relevantes e cultivando o espírito de controvérsia, umbilicalmente associado à política econômica” (KEYNES, 1996, p.7). Trata-se, pois, de uma ciência que lida diretamente com o homem, que apresenta um comportamento incerto, considerado como um agente econômico que, ao mesmo tempo em que é influenciado pela sociedade, também é capaz de influenciá-la.

As expectativas representavam um mecanismo importante para a determinação do consumo e do investimento, constituindo, assim, um dos principais fatores que ocasionavam mudanças na demanda e no produto (KEYNES, 1996). As decisões incertas dos agentes econômicos influenciavam a própria trajetória social, que tornava o ambiente ainda mais indefinido devido ao contexto da crise econômica mundial, causada pela Grande Depressão de 1929. Segundo Keynes, as políticas econômicas eram instrumentos importantes para refrear as crises capitalistas. Estas seriam caracterizadas por uma insuficiência de demanda efetiva, que representava o valor do produto que as empresas acreditavam que produziria um lucro máximo, diante de suas expectativas sobre a demanda agregada (KEYNES, 1996).

Diante do contexto da crise capitalista de 1929, as ideias de Keynes vão influenciar fortemente o pensamento econômico da época, pois apontavam para a necessidade de uma interveniência estatal, para que ocorresse um crescimento econômico sustentado. Nesse sentido, o pensamento keynesiano tem como característica marcante a necessidade de investimento produtivo como um fenômeno

⁸ Na realidade, Keynes chamava de clássicos os economistas que acreditavam na teoria prevalente. Entretanto, seguindo a tradição dos manuais macroeconômicos, o termo neoclássico está sendo utilizado em função dos pensadores que basearam suas análises no racionalismo econômico, característica dessa corrente, tendo como principais representantes Marshall, Walras, Pigou e Edgeworth.

monetário, que junto com a poupança, permite a participação do Estado como forma de gerar demanda e, conseqüentemente, atingir o pleno emprego (KEYNES, 1996).

Keynes (1996) mostrava que, contrariamente aos resultados apontados pela teoria clássica, as economias capitalistas não tinham capacidade de promover automaticamente o pleno emprego. Assim, a ação governamental por meio de seus instrumentos – a política fiscal e monetária – era essencial para direcionar a economia rumo à utilização total de recursos. O governo tinha não apenas a oportunidade, mas também a necessidade de orientar sua política econômica para promover a utilização plena dos recursos disponíveis na economia.

O *Welfare State* (Corrente inglesa), ou Estado Providência (*Corrente francesa – L'Etat Providence*), significou a implantação de novas políticas sociais e econômicas, responsáveis por assegurar um ambiente de desenvolvimento do consumo e do investimento, favorecendo a expansão da demanda agregada.

Segundo Keynes (1996), o funcionamento da economia deveria se fundamentar em alguns princípios, destacando-se a influência que as decisões econômicas públicas e privadas exercem sobre a demanda agregada. Haja vista que, uma redução nas decisões do setor privado, como a redução nos gastos do consumo durante uma recessão, necessitaria de uma intervenção pública, a exemplo de um pacote de estímulo fiscal.

Outro princípio que fundamentou a teoria keynesiana foi a questão da rigidez dos preços, que impacta diretamente a produção e o emprego real. Ou seja, qualquer flutuação nos gastos da economia, seja de consumo, investimento ou gastos do governo, modificaria o nível de produção do país. Desse modo, os preços e os salários não são perfeitamente flexíveis e o pleno emprego de recursos não estaria garantido como se pensava na época.

Para que a economia se recuperasse, Keynes (1996) defendeu a necessidade de intervenção do governo, através de políticas de estímulos para aumentar a demanda agregada, ou procura agregada, por bens e serviços. Principalmente em relação aos gastos públicos, tais políticas teriam a pretensão de diminuir a capacidade ociosa das empresas, com o conseqüente aumento do emprego da mão-de-obra.

Nessa perspectiva, foram introduzidos novos elementos presentes na macroeconomia moderna, como o efeito multiplicador, que representava os deslocamentos adicionais na demanda agregada. Estes ocorrem quando, por exemplo, uma política fiscal expansionista é aplicada, trazendo como consequência o

aumento da renda e, portanto, aumento das despesas de consumo. Esse efeito explica como os choques de demanda podem ser amplificados e provocar grandes alterações do produto (KEYNES, 1996).

Destarte, as políticas keynesianas influenciaram diferentes governos em âmbito mundial, sendo o Estado considerado um elemento indispensável para o bom funcionamento do sistema econômico capitalista. Isso, porque era o responsável por reduzir a carência, que envolve a demanda efetiva em situações de recessão, e o desemprego, regulando as oscilações de emprego e investimento. Para tanto, era necessário um Estado forte e interventor, capaz de regular as demandas e oferecer subsídios, instalando uma base planejada para o desenvolvimento econômico (KEYNES, 1996).

A Teoria geral foi mais do que um tratado para economistas. Teve implicações políticas claras, que estavam em sintonia com a época. Aguardar que a economia se recuperasse por si própria era impensável. Em meio a uma depressão, tentar equilibrar o orçamento era não somente estúpido, mas também perigoso. O uso ativo da política fiscal era essencial para fazer com que o país voltasse aos altos níveis de emprego (BLANCHARD, 2004, p.576).

As concepções econômicas sugeridas por Keynes foram adotadas inicialmente pelos Estados Unidos, denotando um rompimento total com as teorias liberais. E, por conseguinte, aquele país criou, em 1933, um plano de desenvolvimento econômico denominado *New Deal*. Esse plano “[...] significou uma série de medidas intervencionistas, saneadoras umas, incentivadoras outras, definidas por Roosevelt, que governou o país de 1933 a 1945” (REZENDE FILHO, 2010, p.212).

Assim, na tentativa de moderar as crises econômicas e sociais, o Estado deveria direcionar as grandezas macroeconômicas para regular as oscilações de emprego e investimento. A fórmula keynesiana da intervenção do Estado na economia, através dos agregados macroeconômicos e dos investimentos públicos, possibilitaria a retomada da produção e garantiria a margem de lucro dos capitalistas.

A partir dessas medidas foi proposta uma maneira de efetivar um novo modo de produzir decisões políticas e novas formas de participação na política, marcada pela negociação entre corporações empresariais e proletárias, intermediadas e institucionalizadas pelo poder público.

Nesse sentido, o Estado do Bem-Estar Social legitima o ideário Social-Democrata⁹ em relação a alguns avanços feitos pela classe trabalhadora.

[...] dentro de uma dialética em cujo pacto, contraditoriamente, se situou a possibilidade de sustentação do padrão de acumulação capitalista. Esse pacto envolve o financiamento, pelo fundo público, do capital privado e, ao mesmo tempo, de forma crescente, da reprodução da força de trabalho, aumentando de forma generalizada a assistência da população não por caridade, mas como direito, mediante as políticas sociais de saúde, educação, emprego etc. (FRIGOTTO, 1995, p.71).

Essa estrutura econômico-social assegurou anos de crescimento econômico com a ampliação, reprodução e acumulação do capital, garantindo também avanços sociais significativos para a classe trabalhadora. Evidenciadas em jornadas de trabalho menores, direitos trabalhistas mais amplos, previdência social, rede de assistência pública e estatal, liberdade de organização, dentre outras melhorias. A organização da produção capitalista reordenou-se para atender às novas necessidades que lhes foram impostas no contexto de crise descrita anteriormente.

3.4 A Teoria do Capital Humano (TKH): educação x crescimento econômico

A influência da teoria econômica sobre a educação é destacada, de uma forma mais contundente, na década de 1950, a partir da Teoria do Capital Humano, teoria que consagrou e propagou a ideia da importância do capital humano para o crescimento econômico de um país¹⁰.

A origem desse pensamento se encontra na Universidade de Chicago, que possui uma longa tradição de pesquisas que combinam o pensamento econômico com vários aspectos da vida humana, principalmente a educação, provocando uma revolução tanto no pensamento econômico como nas políticas educacionais globais. A abordagem desenvolvida por essa universidade ficou conhecida como o *Estilo Chicago*, pioneira no uso de ferramentas contábeis em relação a certos aspectos do comportamento humano, como a discriminação, o casamento, o crime e a corrupção.

⁹ Social-Democracia corresponde a uma corrente de pensamento político que aceita o capitalismo, mas busca reduzir os efeitos desse sistema por meio da política. Para tanto, utiliza-se de intervenções econômicas e sociais através de reformas parciais do sistema. É considerado um pensamento político atrelado à centro-esquerda.

¹⁰ De forma indireta os economistas clássicos já destacavam a importância do papel que o indivíduo devidamente capacitado tinha na ampliação da produtividade e, conseqüentemente, no aumento da riqueza de um país, presente desde a divisão social do trabalho de Adam Smith.

Dentre as importantes contribuições realizadas pela Escola de Chicago, destaca-se a Teoria do Capital Humano, mais especificamente a contribuição dos pesquisadores Theodore W. Schultz, Gary Becker e Jacob Mincer, a partir da década de 1950. Seus estudos influenciaram as instituições financeiras e foram considerados como o elemento central para o desenvolvimento econômico, sendo a educação um elemento essencial nesse processo.

As teorias que buscavam entender os principais fatores e mecanismos que determinavam o crescimento econômico na época, condicionavam tal crescimento aos fatores de produção disponíveis em cada país, quer sejam os recursos naturais, o capital e o trabalho. Dentre essas teorias, o “modelo de Solow”¹¹ era a mais conhecida e buscava explicar as diferenças de crescimento entre países e a diferença dos níveis de renda do próprio país.

A construção do conceito de capital humano teve início com os estudos de Theodore W. Schultz, professor da disciplina de economia da educação e ganhador do Nobel da Economia, em 1978, decorrente de duas suas publicações: *O valor Econômico da Educação*, de 1961, e *O Capital Humano: investimentos em educação e pesquisa*, de 1970, obras que trazem à baila uma discussão sobre a possibilidade de se quantificar o esforço intelectual de cada trabalhador, isto é, em relação ao retorno do investimento realizado por cada um deles através da educação.

Schultz (1973) relaciona, em sua obra, o capital humano ao processo de crescimento econômico, no sentido de identificar os mecanismos que podem contribuir para ampliar tal crescimento, desde o investimento público até a decisão individual de investir em sua própria capacitação. Para o autor, os modelos de crescimento econômico da época não levavam em consideração a variável mão-de-obra para explicar o nível de produção. E era preciso incluir também no modelo as melhorias na qualidade da força de trabalho, que levariam ao aumento da produtividade e, conseqüentemente, ao crescimento econômico. Para tanto, o conhecimento é colocado como forma de capital e a decisão de investir na capacitação do trabalhador passa a ser uma decisão individual ou das partes interessadas em melhorar e/ou aumentar a produtividade do trabalho. Assim,

Embora seja óbvio que as pessoas adquiram capacidades úteis e conhecimentos, não é óbvio que essas capacidades e esses conhecimentos sejam uma forma de capital, que esse capital seja, em

¹¹ O economista norte-americano neokenesiano Robert Merton Solow (1956) desenvolveu um modelo de crescimento econômico, conhecido como “Modelo Solow”.

parte substancial, um produto do investimento deliberado, que se têm desenvolvido no seio das sociedades ocidentais a um índice muito mais rápido do que o capital convencional (não-humano), e que o seu crescimento pode muito bem ser a característica mais singular do sistema económico. Observou-se amplamente que os aumentos ocorridos na produção nacional têm sido amplamente comparados aos acréscimos de terra, de homens-hora e de capital físico reproduzível. O investimento do capital humano talvez seja a explicação mais consentânea para esta assinalada diferença. (SCHULTZ, 1973, p.31).

Dessa maneira, o capital humano passava a ser concebido como fator de produção, sendo seus dispêndios justificados por motivos económicos, sendo, portanto, considerado como um bem de capital e não apenas como um bem de consumo. A educação passa a ser valorizada como um elemento de investimento indispensável para o aumento da produção nacional, ou seja, do desenvolvimento da nação. Nesse sentido, o capital humano passa a ser entendido como:

[...] A característica distintiva do capital humano é a de que ele é parte do homem. É humano porquanto se acha configurado no homem, e é capital porque é uma fonte de satisfações futuras, ou de futuros rendimentos, ou ambas as coisas. Onde os homens sejam pessoas livres, o capital humano não é negociável, no sentido de que possa ser vendido. Pode, sem dúvida, ser adquirido, não como elemento de ativo, que se adquire no mercado, mas por intermédio de um investimento no próprio indivíduo. Segue-se que nenhuma pessoa pode separar-se a si mesma do capital humano que possui. Tem de acompanhar, sempre, o seu capital humano, quer o sirva na produção ou no consumo. Desses atributos básicos do capital humano, surgem muitas diferenças sutis entre o capital humano e não-humano, que explicam o comportamento vinculado à formação e à utilização dessas duas classes de capital (SCHULTZ, 1973, p.53).

É ressaltada, assim, a importância de que a educação seja considerada como um investimento, pois ao mesmo tempo em que ela era vista como uma atividade de consumo, oferecendo uma satisfação imediata ao seu possuidor, se configurava também como uma atividade de investimento, na medida em que era realizada com o objetivo de oferecer capacitação, que promoveria satisfações posteriores, incrementando rendimentos futuros do indivíduo, que passaria a ser considerado também como um agente produtivo. Para tanto,

[...] É primordialmente uma atividade de investimento realizado para o fim de aquisição de capacitações que oferece satisfações futuras ou que incrementa rendimentos futuros da pessoa como agente produtivo. [...] tratar a educação como um investimento e tratar suas consequências como uma forma de capital. Dado que a educação se torna parte da pessoa que a recebe, referir-me-ei a ela como capital humano... A principal hipótese que está subjacente a este tratamento da educação é a de que alguns aumentos importantes na renda

nacional são uma consequência de adições a esta forma de capital (SCHULTZ, 1973, p.79).

Fica evidente que mesmo o capital humano podendo ser acumulado com o apoio de recursos públicos, ele é também considerado uma forma de capital individual. Isso significa que pertence à pessoa e é inseparável dela, bem como intransferível, o que vai diferenciá-lo dos capitais físicos e financeiros.

A partir dessa concepção de capital humano, vários pesquisadores passaram a estudar a importância deste modelo de capital para o crescimento econômico e a relação existente entre educação e renda. Esta ideia também passou a ser discutida no âmbito das instituições privadas e das agências governamentais, influenciando também a gestão da educação pública.

O conceito de capital humano, formulado por Schultz (1973), foi ampliado por Gary Becker que publicou em 1964 o livro *Human capital: a theoretical and empirical analysis with special reference to education*. Nesta obra o autor analisou, de forma sistemática, o custo-benefício das atividades responsáveis pela elevação dos níveis de produtividade do trabalhador.

São destacados em seus estudos os aspectos positivos do investimento em educação para o crescimento econômico, para os rendimentos individuais e também para a saúde e a formação das famílias. Dessa forma, o estudo contribuiu para ressaltar a importância do raciocínio econômico, no que diz respeito aos assuntos da vida cotidiana familiar e escolar, ressaltando o papel do governo na qualidade e ampliação da educação para todos, uma educação de qualidade (BECKER, 2007).

Evidencia-se, nessa abordagem, a capacidade atribuída à economia de fornecer uma perspectiva unificada a despeito do comportamento humano, relacionada aos diferentes contextos em que está inserida. Priorizando, porém, alguns aspectos básicos da teoria econômica, como o comportamento maximizador e o equilíbrio de mercado.

Outro marco importante na difusão desse conceito foi a publicação, em 1971, pela Unesco, de uma coletânea de textos¹² clássicos sobre a economia da educação que relacionam o investimento na educação ao desenvolvimento econômico. Os

¹²A coletânea foi intitulada de *Readings in the economics of education* com doze seções para compreensão da economia da educação. Para maiores informações buscar <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000000982>.

textos presentes nessa coletânea destacam o investimento no capital humano como essencial, tanto para o indivíduo quanto para a sociedade, enfatizando a importância de o governo adotar políticas públicas que favorecessem a ampliação do acesso da população ao ensino formal.

Na discussão sobre o capital humano, vemos que o principal objetivo dessa teoria era a verificação e a interação entre a importância do trabalho como parte do indivíduo e da mão-de-obra, que ocasionaria o crescimento da produção e, conseqüentemente, a satisfação das necessidades individuais. A produtividade dos trabalhadores poderia ser mensurada através do investimento destes em sua qualificação. O que refletiria em maiores habilidades e competências, resultando em um rendimento crescente no futuro (SCHULTZ, 1973).

De modo geral, a Teoria do Capital Humano, desenvolvida a partir da década de 1950, configura-se na esfera educacional através da qualificação da mão-de-obra, sendo está direcionada para aumentar a produtividade e a acumulação do capital. Os investimentos em educação passam a ser estabelecidos de acordo com as exigências do capital, e o fator humano, pelo emprego e desempenho profissional, servindo também para atender aos interesses do desenvolvimento econômico.

3.5 O livre mercado neoliberal e o mercado regulador da Terceira Via

Após a Segunda Guerra, até meados da década de 1970, a economia global saltou para uma época de forte desenvolvimento capitalista, considerada a era de ouro do capitalismo, uma era que “criara uma economia mundial única, cada vez mais integrada e universal, operando em grande medida por sobre as fronteiras de Estado ‘transnacionalmente’ e, portanto, também, cada vez mais por sobre as ideologias do Estado” (HOBBSAWM, 1995, p.19).

No entanto, essa Era favoreceu, essencialmente, os países capitalistas desenvolvidos, que representavam três quartos da produção mundial e contavam com cerca de 80% das exportações. Na década de 1970 esse modelo já apresentava sinais de desgaste, percebidos pelo “[...] colapso do sistema financeiro internacional de *Bretton Woods* em 1971, do *boom* de produtos de 1972-73, da crise da OPEP de 1973” (ibidem, p.280).

Harvey (2008) destaca que a criação da OPEP, em 1973, provocou a elevação dos preços do petróleo e colocou o poder financeiro dos países centrais à disposição

dos países produtores, como a Arábia Saudita, Abu Dhabi e Kuwait. A partir dessa medida o mundo capitalista entra em crise, uma “[...] longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno” (ANDERSON, 2008, p.10).

Surgiram crises fiscais de vários Estados (a Grã-Bretanha, por exemplo, teve de ser salva com recursos do FMI em 1975-76), enquanto as receitas de impostos caíam acentuadamente e os gastos sociais disparavam. As políticas keynesianas já não funcionavam. Mesmo antes da guerra árabe-israelense e do embargo do petróleo da OPEP de 1973, o sistema de taxa de câmbio fixas DCE *Breton Woods* baseado em reservas de ouro tinha se mostrado ineficaz. A porosidade das fronteiras dos Estados com relação aos fluxos de capital pressionava o sistema de taxas de câmbio fixas. Os dólares dos Estados Unidos tinham inundado o mundo e escapado ao controle daquele país, sendo depositado em bancos europeus. As taxas de câmbio fixas foram abandonadas por causa disso em 1971. O ouro não mais poderia funcionar como base metálica da moeda internacional; as taxas de juro passaram a ser flutuantes e as tentativas de controlar a flutuação logo foram abandonadas (HARVEY, 2008, p.22).

Nesse contexto, foi retomada a ideia dos princípios das leis naturais de mercado e as respectivas políticas neoliberais para viabilizá-las. O movimento neoliberal, distinto do liberalismo clássico, teve como documento de referência o livro *O caminho da servidão*, de 1944, do economista austríaco Friedrich Von Hayek, ganhador do prêmio Nobel da economia de 1974 e um dos mais destacados ultraliberais do século XX.

Na sua obra, Hayek, tece uma crítica sobre qualquer medida política, econômica e social que se direcione à coletividade, especialmente às intenções das correntes de pensamento socialista que foram desenvolvidas na União Soviética. O livro, escrito com propósitos políticos, defendia a ideia de que “a ascensão do nazismo e do fascismo não foi uma reação contra as tendências socialistas do período precedente, mas o resultado dessas mesmas tendências” (HAYEK, 1990, p. 32), tendências essas que puseram fim à liberdade, considerada pelo autor, o princípio fundamental da sociabilidade humana.

Anderson (2008) destaca que o movimento neoliberal surge logo após a II Guerra Mundial, na Europa e na América do Norte, locais de dominação do capitalismo, e tinha como alvo imediato o Partido Trabalhista Inglês, que ganhou a eleição geral de 1945 na Inglaterra. Com a vitória do Partido Trabalhista Inglês e a

consolidação das bases do Estado de Bem-Estar Social na Europa, Hayek convoca uma reunião na estação de *Mont Pèlerin*, na Suíça, com pensadores que como ele compartilhavam da mesma orientação ideológica. Entre estes participantes estavam presentes: Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros.

Esses pensadores eram críticos do “[...] Estado de Bem-Estar Social europeu, mas também do *New Deal* norte-americano” (ANDERSON, 2008, p.9), e formaram o que ficou conhecido como a Sociedade de *Mont Pèlerin*, que tinha como propósito “combater o keynesianismo e o solidarismo, duro e livre de regras para o futuro” (ibidem, p.10).

Entretanto, a polêmica contra a regulação do mercado sobre o Estado por parte da Sociedade de *Mont Pèlerin* não encontrou apoio, devido às condições favoráveis do capitalismo nas décadas de 1950 e 1960, bem como às suas fortes e longas taxas de crescimento econômico. Apenas com o fim da era de ouro do capitalismo e sua consequente crise, as ideias neoliberais passaram a ser aceitas, pois,

[...] as raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais (ANDERSON, 2008, p.10).

Na perspectiva neoliberal, tanto o movimento operário, quanto o poder excessivo dos sindicatos reduziram os níveis necessários dos lucros das empresas, levando a um processo inflacionário e a uma crise generalizada das economias de mercado. Para reverter essa situação era necessário um Estado forte a fim de reduzir o poder dos sindicatos, mas ao mesmo tempo fraco, em relação aos gastos sociais e as intervenções econômicas.

Anderson (2008) destaca as principais medidas propostas pelo neoliberalismo, a saber: estabilidade monetária; disciplina orçamentária; restauração da taxa natural de desemprego, ou seja, a manutenção de um exército de reserva para servir ao mundo do trabalho e à reforma fiscal. Essas medidas seriam necessárias para promover uma nova e saudável desigualdade, indispensável para dinamizar a economia, com a retomada do crescimento econômico.

Assim, para os neoliberais existiam dois inimigos que precisavam ser combatidos, um era o conjunto institucional composto pelo Estado de Bem-Estar Social, pela planificação e pela intervenção estatal na economia, identificados como a doutrina keynesiana. O outro inimigo eram as modernas corporações, os sindicatos e as centrais sindicais que, além de sabotar as bases da acumulação privada, por meio de reivindicações salariais, teriam empurrado o Estado para um crescimento parasitário, impondo despesas sociais e investimentos que não tinham perspectiva de retorno (MORAES, 2001).

Harvey (2008) interpreta esse movimento da seguinte forma:

[...] a neoliberalização seja como um projeto *utópico* de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto *político* de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas. Defenderei a seguir a ideia de que o segundo desses objetivos na prática predominou. A neoliberalização não foi muito eficaz na revitalização da acumulação do capital global, mas teve notável sucesso na restauração ou, em alguns casos (a Rússia e a China, por exemplo) na criação do poder de uma elite econômica. O utopismo teórico de argumento neoliberal, em conclusão, funcionou primordialmente como um sistema de justificação e de legitimação do que quer que tenha sido necessário fazer para alcançar esse fim (HARVEY, 2008, p.26-27).

Assim, para garantir as condições de acumulação do capital e a restauração do poder das elites econômicas, que vinham perdendo espaço com a crise capitalista, foi necessário retomar as ideias liberais de livre mercado e da livre concorrência em escala mundial. O neoliberalismo, configura-se como uma nova ordem econômica e geopolítica em consonância com organismos internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Hayek (1977), fiel a tradição filosófica dos pensadores clássicos, como foi observado anteriormente, defende veementemente o livre mercado enquanto modelo único de potencialização das capacidades humanas e da prosperidade das nações. Para tanto, propõe um verdadeiro ataque contra qualquer mecanismo por parte do Estado que limite o mercado.

Ao mesmo tempo, o ideário neoliberal, apresenta medidas nas áreas econômica, política e social, juntamente com doses intensivas de inovação tecnológica, configurando um novo modelo de acumulação mais flexível, que vai de encontro com a rigidez do modelo fordista, definido por Harvey como:

[...] a flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracterizam-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fortalecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado "setor de serviços", bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...]. Ela também envolve um novo movimento que chamarei de "compressão do espaço-tempo" no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e as quedas dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variado (HARVEY, 2008, p.140).

Nesse sentido, o neoliberalismo é entendido, de um modo geral, como uma ideologia filosófica e econômica do novo ciclo do capitalismo contemporâneo. Moraes (2001) define o termo neoliberalismo como sendo,

a) Uma forma de ver e julgar o mundo social; b) um movimento intelectual organizado, que realiza reuniões, conferências e congressos, edita publicações, cria *think tanks*, isto é, centros de geração de ideias e programas de difusão e promoção de eventos; c) um conjunto de políticas adotadas pelos governos neoconservadores, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 70, e propagandeadas pelo mundo a partir das organizações multilaterais criadas pelo acordo de Bretton Woods (1945), isto é, pelo Banco Mundial e por Fundo Monetário Internacional – FMI (MORAES, 2001, p.5).

Sobre as atribuições do Estado neoliberal, Harvey (2008) destaca que ele deve,

[...] favorecer os direitos individuais à propriedade privada, o regime de direito e as instituições de mercado de livre funcionamento e do livre comércio. [...] O arcabouço legal disso são as obrigações contratuais livremente negociadas entre indivíduos juridicamente configurados no âmbito do mercado. [...] O Estado tem, portanto, de usar seu monopólio dos meios de violência para preservar a todo o custo essas liberdades. Por extensão, considera-se um bem fundamental a liberdade de negócios e corporações (vistos legalmente como indivíduos) de operar nesse arcabouço institucional de livres mercados e livre comércio. A empresa privada e a iniciativa dos empreendedores são julgadas as chaves da inovação e da criação da riqueza. (Ibidem, p.75).

A partir desse contexto, o ideário neoliberal promove a efetivação do Estado mínimo, ou seja, a transferência de suas responsabilidades sociais para a iniciativa privada, considerado por Anderson (2008) como a síntese do projeto neoliberal.

A hegemonia deste paradigma foi apresentada como uma nova forma de regulação do Estado por meio da participação política e do distanciamento da sociedade. Tendo como lideranças políticas partidárias pessoas como Margaret Thatcher, na Inglaterra em 1979, Ronald Reagan, nos EUA em 1980, e Helmut Kohl, na Alemanha em 1982 (MORAES, 2001).

Nota-se, portanto, que foi necessário quase uma década para que as propostas neoliberais fossem colocadas em prática pelos governos europeus e norte-americanos de direita. É a partir de 1978, com a intervenção soviética no Afeganistão, que se cumpre o ideário neoliberal com o combate ao comunismo, considerada “[...] a mais intransigente de todas as correntes capitalistas do pós-guerra. O novo combate contra o império do mal – a servidão humana mais completa aos olhos de Hayek” (ANDERSON, 2008, p.12). Dessa forma, estava fortalecido o poder do neoliberalismo e consolidada a nova direita na Europa e na América do Norte.

De acordo com Moraes (2001), o neoliberalismo vai se constituindo como um Estado supranacional do capital, pois vai além da responsabilidade e da limitação dos Estados Nacionais (regulação de normas, regras e leis), alcançando uma esfera maior, de renovação por intermédio de governos adeptos dessa nova ideologia, bem como de banqueiros dos países capitalistas centrais e de agências multilaterais como a OMC, o Banco Mundial e o FMI.

Com o Estado supranacional do capital aparece pela primeira vez um Estado emancipado de toda territorialidade e cujo poder, ainda que se imponha aos estados territorializados a partir de fora, não recria fora deles um outro lugar para a política. Pelo contrário, ele é independente e separado de toda sociedade, situado em um não-lugar, a partir do qual ele limita e regulamenta o poder das sociedades de dispor de seu lugar. Sem base social nem constituição política, ele é um puro aparelho que expressa o direito do capital mundializado. Poder sem sociedade, ele tende a engendrar sociedades sem poder, coloca em crise os Estados, desacredita a política, submete-a às exigências de mobilidade, de “flexibilidade”, de privatização, de desregulamentação, de redução dos gastos públicos, dos custos sociais e dos salários, todas essas coisas pretensamente indispensáveis ao livre jogo da lei do mercado (MORAES, 2001, p.21).

Quanto às proposições neoliberais para a educação, temos como principal teórico Friedman (1985), economista norte-americano, ideólogo e defensor do liberalismo na versão conservadora da nova direita, influenciou fortemente a implementação das políticas educacionais nas décadas de 1980 e 1990, e que se fazem presentes até os dias atuais.

Em seu posicionamento teceu também duras críticas ao Estado provedor, considerado o grande causador da ampliação do *déficit* público, ao destinar recursos para programas sociais. O aumento do déficit, combinado às altas taxas de inflação trazia como consequência o desestímulo da concorrência, que repercutia negativamente na família, uma vez que desestimulava os estudos, trazendo como impacto o aumento da criminalidade na sociedade.

Para evitar tal situação, o Estado deveria limitar seus investimentos nos programas assistencialistas apenas para as classes que apresentavam um alto nível de vulnerabilidade econômica e social, restringindo os gastos sociais, e até mesmo encerrando muitos programas sociais públicos. “[...] De fato, para Friedman, é o próprio Estado de bem-estar social – o sistema de políticas sociais – o responsável por muitos ou quase todos os males que nos afligem e que têm a ver com a crise econômica e o papel do Estado” (ANDERSON, 2008, p.32).

Entretanto, apesar das críticas direcionadas ao Estado provedor, Friedman (1985) defendia a necessidade da participação do governo na economia, mesmo em uma economia liberal. Porém, não um Estado interventor, como pode ser observado em sua justificativa.

A existência de um mercado livre não elimina, evidentemente, a necessidade de um governo. Ao contrário, um governo é essencial para a determinação das regras do jogo e um árbitro para interpretar e pôr em vigor as regras estabelecidas. O que o mercado faz é reduzir sensivelmente o número de questões que devem ser decididas por meios políticos – e, por isso, minimizar a extensão em que o governo tem que participar diretamente do jogo. O aspecto característico da ação política é o exigir e reforçar uma conformidade substancial. A grande vantagem do mercado, de outro lado, é de permitir uma grande diversidade, significando, em termos políticos, um sistema de representação proporcional (FRIEDMAN, 1985, p.23).

Para esse autor, o principal problema das sociedades socialistas e sociais democratas era a presença de um Estado interventor e autoritário, que dificultava as liberdades individuais, econômicas e políticas. Criticava, dessa forma, o papel de um Estado controlador da economia e apontava para a necessidade de se efetivar regras institucionais que separassem a economia da política, ressaltando que “O tipo de organização econômica que promove diretamente a liberdade econômica, isto é, o capitalismo competitivo, também promove a liberdade política porque separa o poder econômico do poder político e, desse modo, permite que um controle o outro” (ibidem, p.19).

Os governos neoliberais passaram a adotar medidas que restringiam os direitos sociais, ao mesmo tempo em que incentivavam a iniciativa privada a considerar a possibilidade de efetivar tais serviços, reconfigurando, assim, a relação entre o público e o privado. Para Hayek (1977) não havia incompatibilidade entre a manutenção da concorrência e um sistema de serviços sociais, desde que a organização destes serviços tornasse eficaz a concorrência nos setores econômicos.

Nesse novo ciclo de acumulação do capital, os direitos sociais foram disponibilizados para a sociedade civil seguindo os preceitos da lógica do mercado para sua orientação e execução. A educação também seguiu essa lógica, passando a ser encarada como uma mercadoria, regida pelas forças do mercado e não mais como um direito social garantido pelo Estado.

A partir da década de 1990, surge outra corrente teórica, denominada de Terceira Via, desenvolvida inicialmente na Inglaterra, em um ambiente profundamente modificado pelas medidas neoliberais adotadas no governo de Margareth Thatcher na década de 1980 (ANTUNES, 2003), mas que não se sustentou do ponto de vista teórico em nenhum outro país.

O contexto do surgimento desta corrente teórica é descrito em Antunes (2003) no debate travado por Tony Blair, Primeiro Ministro eleito pelo Partido Trabalhista, sobre a retirada da cláusula quatro da Constituição partidária. Esta cláusula tratava da propriedade comum dos meios de produção, defendendo a ideia do empreendimento de mercado e o rigor da competição. A partir desse debate, a economia de livre mercado prevalece, combinando o liberalismo com a socialdemocracia. E tem início o que posteriormente Tony Blair, respaldado em intelectuais orgânicos do partido social-democrata, como Antony Giddens e David Miliband, denominou de Terceira Via.

A defesa da Terceira Via encontra-se entre a crítica aos neoliberais, que pretendiam diminuir o Estado, e aos sociais-democratas que, ao contrário, buscavam ampliá-lo. E é entendida como,

[...] uma estrutura de pensamento e de prática política que visa adaptar a social-democracia a um mundo que se transformou fundamentalmente ao longo de duas ou três décadas. É uma Terceira Via no sentido de que é uma tentativa de transcender tanto a social-democracia do velho estilo quanto o Neoliberalismo (GIDDENS, 2001, p.36).

Para essa corrente teórica a solução estava pautada na reconstrução do Estado através de sua reforma, entendida por Giddens (2001) como sendo um “processo de aprofundamento da democracia [...] Onde o governo pode agir em parceria com a sociedade civil para fomentar a renovação e o desenvolvimento da comunidade” (ibidem, p.79). Assim, para a Terceira Via seria necessário reconstruir o Estado, ir além daqueles da direita “que dizem que o governo é o inimigo” e também daqueles da esquerda “que dizem que o governo é a resposta” (ibidem, p.80).

Como o Estado era considerado uma instituição pesada, morosa e ineficiente, precisaria urgentemente se reorganizar e seguir os padrões de eficiência do mercado. Nesse sentido, o Estado passaria de um agente executor das políticas sociais, para um agente responsável pelo financiamento de tais políticas. E as instituições que compõem o Terceiro Setor, através das parcerias entre o setor público e o setor privado, se responsabilizariam por executar tais políticas públicas.

Giddens (2001) enfatiza que a Terceira Via deveria:

[...] ajudar os cidadãos a abrir seu caminho através das mais importantes revoluções do nosso tempo: Globalização, transformações na vida pessoal e nosso relacionamento com a natureza. Esse processo, acrescenta o autor, implica um novo tipo de relacionamento do indivíduo com a comunidade, através da redefinição de direitos e obrigações (ibidem, p.74).

A democracia seria também um aspecto imprescindível nesse contexto, e para Giddens (2001) era necessário ‘democratizar a democracia’. Porém, a democracia defendida pelo autor era entendida como a participação da sociedade civil, representada pelo Terceiro Setor, na realização das políticas, antes desempenhadas pelo Estado. Nesse sentido, a proposta da Terceira Via é repassar as atividades que antes eram de responsabilidade do Estado para a sociedade civil, através das instituições que compõem o Terceiro Setor, como solução para a crise que se instaurou na esfera pública.

Os teóricos da Terceira Via não defendiam, como os neoliberais, a privatização dos serviços ofertados pelo Estado e o Estado mínimo, e sim a participação de um novo ator – o Terceiro Setor, com a responsabilidade de substituir o Estado na execução das políticas sociais, dentre elas a educação, se valendo do estabelecimento de parcerias. Entretanto, essa pretensa corrente teórica não se sustentou, podendo ser considerada como um mecanismo do neoliberalismo utilizado

na busca de estratégias mais sutis de privatização e terceirização do aparato estatal, reformando essencialmente o Estado.

O capítulo 4, apresentado a seguir, vai discorrer sobre o processo de reforma do Estado brasileiro e da educação, discutindo a emergência dos novos paradigmas da gestão das políticas públicas, especificamente da política educacional, trazendo uma análise do Terceiro Setor e das Organizações Sociais.

4 PROCESSO DE REFORMA DO ESTADO E DA EDUCAÇÃO: a regulamentação do Terceiro Setor e das Organizações Sociais

Como esta pesquisa está fundamentada no princípio de que a construção do conhecimento reflete o movimento que parte da síncrese, da visão caótica do todo, e que através da análise, ou seja, das abstrações e determinações mais simples, consegue chegar a uma totalidade concreta, a síntese (SAVIANI, 2011), é necessário compreender a política de gestão das escolas de educação básica paraibanas pelas Organizações Sociais como um fenômeno concreto, na sua totalidade, além de buscar entender, tendo como base o movimento contraditório do real, diversos aspectos dessa realidade, como por exemplo, a nova configuração da oferta educacional em nosso país e Estado.

Nesse contexto, este capítulo analisa o processo de reforma do Estado e da educação, destacando a regulamentação do Terceiro Setor e das Organizações Sociais que atuam na esfera educacional. Para tanto, optou-se por uma periodização baseado nos estudos de Hermida e Lira (2018), de três momentos da política brasileira recente: o primeiro momento é caracterizado pela reforma do aparelho de Estado no governo Fernando Henrique Cardoso; em seguida, analisamos o fenômeno democrático e popular do *lulismo* – como daqui em diante nos referiremos às gestões governamentais do Partido dos Trabalhadores dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff; e no último momento, as políticas reacionárias e *conservadoras* caracterizados após o golpe jurídico-midiático-parlamentar que destituiu a uma Presidente da República eleita democraticamente com mais de 54 milhões de votos e empossou ao Vice-presidente Michel Elías Temer no poder.

Essa historicidade se faz necessária para compreender a situação atual da política educacional brasileira, entendida como uma análise de conjuntura que relacione a situação atual com os elementos mais permanentes, mais estruturais da realidade e, ao mesmo tempo, que atente para as dimensões locais, regionais, nacionais e internacionais dessa mesma realidade. Esse tipo de análise pode ser entendida como “[...] uma leitura especial da realidade e que se faz sempre em função de alguma necessidade ou interesse” (SOUZA, 1997, p.8), podendo ser considerada também como um mecanismo de valorização do saber científico educacional da pesquisa, no sentido de que oferece ao pesquisador, comprometido com a

transformação social, subsídios para fazer política, pois, “A análise da conjuntura é não somente parte da arte política como é em si mesma um ato político” (SOUZA, 1997, p.8).

O primeiro passo para desenvolver uma análise de conjuntura é compreender o cenário, que no nosso estudo refere-se ao momento da crise do capital dos anos de 1970. A partir desse período, os processos econômico, social e político desencadeados pela referida crise, alcançaram de uma forma geral todos os países (não de forma homogênea, variando o momento e a profundidade), se constituíram em espaços no qual se desenvolveram as ações da trama social e política. Essas ações condicionaram os acontecimentos que caracterizam o processo histórico do país, norteados o rumo de seu desenvolvimento.

O passo seguinte no percurso da construção do texto, foi desenvolver uma análise histórica dos principais fatos ocorridos a partir da crise do capitalismo, considerada uma crise de superprodução, e que alterou, significativamente, o padrão de acumulação, provocando um aumento da exploração sobre a classe trabalhadora, com a retirada dos seus direitos sociais e trabalhistas, ao mesmo tempo em que promoveu um ataque às organizações sindicais e o avanço do capital sobre o setor público através da privatização, concessão e publicização.

Para poder compreender desde uma perspectiva global e abrangente aos processos de privatização e de concessão ocorridos, precisaremos remeter-nos a um processo que teve início já nos anos 1970 em alguns países, mas no Brasil aconteceu durante a década de 1980, se acelerando nos anos 1990.

A crise do capitalismo da década de 1970 é tomada como marco temporal do nosso estudo devido ao fato de que foi a partir desse contexto que o capitalismo, para se recuperar, passa a utilizar estratégias que vão impactar a dinâmica da dicotomia público x privado, sendo esta considerada como uma “crise estrutural profunda e cada vez mais grave, que necessita da adoção de medidas estruturais abrangentes, a fim de alcançar uma solução sustentável” (MÉSZÁROS, 2011, p.3).

Mészáros (2002) aponta que com a crise, o capital passa a avançar de modo explosivo sobre a natureza, sobre o homem e sobre o mundo do trabalho, criando uma situação insustentável, um sistema inerentemente contraditório e que evolui de maneira aparentemente incontrolável, entendendo que:

O capitalismo consiste em um modo de produção voltado para a acumulação e o lucro, sendo para tanto necessária à sua contínua expansão e inovação. O capital não é uma coisa, mas um processo em que o dinheiro é perpetuamente enviado em busca de mais dinheiro. (MÉSZÁROS, 2002, p. 41).

E nessa busca de mais dinheiro, acumulação e lucro, Harvey (2011) descreve a movimentação do capital por sete “esferas de atividade”, compreendidas como: tecnologias e formas de organização; relações sociais; arranjos institucionais e administrativos; processos de produção e de trabalho; relações com a natureza; reprodução da vida cotidiana e da espécie; e concepções mentais do mundo. Dentre essas esferas, o autor destacou a produção de novas formas tecnológicas e organizacionais por causarem efeitos profundos nas relações sociais, e na relação com a natureza.

Assim, é inerente a trajetória evolutiva do capitalismo se desenvolver nas “esferas de atividade”, consideradas como um conjunto de arranjos institucionais e estruturas administrativas, em que essas instituições evoluem por conta própria, mas que no momento de crise são forçadas a se adaptarem, provocando mudanças nas relações sociais. O resultado desse processo de avanço do capital nessas atividades é entendido como parte das políticas neoliberais que impactaram diretamente o Estado, a sociedade e a educação (HARVEY, 2011).

A partir da década de 1990, nesse contexto de crise do capital, foram implementadas as reformas que instauraram um novo modelo de administração pública através da redefinição do papel do Estado e do modelo de gestão das políticas públicas e sociais e, conseqüentemente das políticas educacionais.

Nesse processo de redefinição do papel do Estado, em que o mesmo, segundo Abrucio (1997), começava a se esfacelar frente à crise dos anos 1970, é possível identificar três dimensões presentes na gestão pública. A dimensão econômica, caracterizada pela ativa intervenção estatal na economia, o keynesianismo; a dimensão social, o *welfare state*, cujo objetivo principal era a produção de políticas públicas direcionadas à área social a fim de garantir o suprimento das necessidades básicas da população; e a dimensão administrativa, com o modelo burocrático e de gestão weberiano, que correspondia ao funcionamento interno do Estado, caracterizado pela impessoalidade, neutralidade e racionalidade.

Nesse sentido, a reforma do Estado e, posteriormente, da esfera educacional, é tratada como parte de um conjunto de medidas com inspiração neoliberal e neoconservadora (ADRIÃO; PERONI, 2005), visando adequar o país à competitividade internacional. O processo de reestruturação do Estado no Brasil é “[...] justificada pelas necessidades de ajustes estruturais, em grande medida em razão da crise da dívida externa que alterou a relação entre Estado e sociedade civil (OLIVEIRA, 2015, p. 629)”.

Para acompanhar esse processo de redefinição do Estado, emerge um novo paradigma de administração pública, entendida como *New Public Management* (NPM); no Brasil, denominada por Bresser Pereira (1998) como modelo de administração pública gerencial ou Nova Gestão Pública (NGP). Esse movimento defende a implantação de princípios da lógica da iniciativa privada no setor público, uma tendência global em direção a um tipo de reforma administrativa, ocorrida nas décadas de 1980 e 1990:

[...] abrigados sob o guarda-chuva da New Public Management (NPM), especialmente nos países anglo-saxões, propunham soluções para a administração pública, cujos pontos centrais se referiam à adaptação e à transferência dos conhecimentos gerenciais desenvolvidos no setor privado para o público, pressupondo a redução do tamanho da máquina administrativa, uma ênfase crescente na competição e no aumento de sua eficiência (PECI; PIERANTE; RODRIGUES, 2008, p. 41).

Organismos multilaterais, como o Conselho Latino-Americano para o Desenvolvimento (CLAD, 1998), entendiam que, para a implantação da NPM, deveriam ser atendidas algumas particularidades: profissionalização da alta burocracia; transparência e responsabilização; descentralização na execução de serviços públicos; desconcentração organizacional nas atividades exclusivas do Estado; controle de resultados; novas formas de controles; agências que realizam atividades exclusivas do Estado e nos serviços sociais e científicos; orientação da prestação de serviços para o cidadão usuário e a modificação do papel da burocracia, no que se refere à democratização do poder público.

Portanto, a NPM pode ser definida como um programa de reformas do setor público pautada em instrumentos da gestão privada, com o objetivo de melhorar, tanto a eficiência quanto à eficácia dos serviços públicos nas modernas burocracias. Para alcançar esses pré-requisitos, os organismos públicos passaram a adotar métodos

empresariais de gestão (*management*), com foco na eficiência, e os servidores públicos avaliados conforme critérios de desempenho, semelhantemente aos utilizados nas empresas privadas (COSTA, 2010; MOTTA, 2013).

O NPM com o objetivo primordial de fazer a Administração Pública operar como uma empresa privada e, assim, adquirir eficiência, reduzir custos e obter maior eficácia na prestação de serviços. Nesse sentido, a Administração Pública deveria apenas direcionar os serviços, e não os executar diretamente. Havia uma preferência por terceirizar e contratar fora. Por meio de vários provedores privados, poder-se-iam usar os benefícios da competição entre eles, evitando monopólios e permitindo maior flexibilidade na gestão (MOTTA, 2013, p.84).

As propostas do NPM foram implementadas inicialmente na Inglaterra, no governo conservador de Margareth Thatcher, em 1979, apoiadas nas ideias neoliberais de Hayek e Friedman. Costa (2010) ressalta que, a partir dos anos de 1960, alguns institutos já teciam críticas ao modelo de intervenção social democrata e defendiam um modelo baseado nas premissas do livre mercado e do neoliberalismo.

Em seguida, ainda de acordo com Costa (2010), os Estados Unidos da América, com a eleição de Ronald Reagan em 1980, adotaram, também, na administração pública, um modelo de gestão baseado nas empresas privadas, incorporando a proposta da NPM. A partir de 1984, foram implementados programas semelhantes em países como Austrália e Nova Zelândia, cujas reformas tiveram início em governos trabalhistas, sendo aprofundadas, posteriormente, em governos conservadores. Já na Inglaterra, a reforma gerencial, que teve início no governo conservador de Margareth Thatcher, foi assumida, posteriormente, pelos trabalhistas, sob o comando de Tony Blair, que viam na chamada terceira via¹³ um meio de justificar tais medidas:

[...] o governo de Tony Blair persistiu com a mesma política de gestão adotada pelos conservadores, combinando economia de livre mercado, regulação estatal e terceirização de serviços sociais. Para sustentar ideológica e conceitualmente à deriva neoliberal do trabalhismo, Blair foi buscar na terceira via os argumentos de que precisava para eleger o mercado como força progressista (COSTA, 2010, p.150).

As principais influências desse modelo gerencialista foram extraídas das teorias da Escolha Racional ou Escolha Pública – *Public Choice* e da teoria do Agente

¹³ A Terceira Via é considerada como uma corrente ideológica da socialdemocracia.

Principal, sendo incorporados também aspectos contemporâneos da gestão empresarial, como: Total Quality Management – TQM, reengenharia, *stakeholders*, orientação a clientes, foco em resultados, flexibilização, remuneração variável por desempenho, dentre outros (MARINE, 2003).

A *Public Choice*, que tem como principal teórico James Buchanan, é resultado da escola de pensamento desenvolvida por economistas neoclássicos que adotaram o pressuposto do racionalismo econômico, no qual os indivíduos motivados apenas por benefício próprio tentam maximizar seus interesses econômicos. Adaptando esse conceito para o comportamento político na escolha dos indivíduos, Marine (2003) ressalta que esse racionalismo econômico pode ser observado quando os “eleitores votam de forma a atender aos seus interesses, políticos visam à reeleição e burocratas procuram atender aos seus interesses corporativos” (MARINE, 2003, p.48).

Em relação à Teoria do Agente Principal, entende-se que o pressuposto para sua existência são as relações contratuais na vida social; existindo a presença de dois agentes, em todas as transações: um, o contratante, identificado como principal, e outro, o contratado. Essa relação pode se apresentar de forma implícita ou explícita, e seu objetivo principal é alcançado quando se atinge a satisfação das partes, mesmo que essa satisfação seja dificultada pela assimetria de informações que, geralmente, vai favorecer uma das partes, o agente principal, por deter informação privilegiada (MARINE, 2003).

Assim, pautado nas teorias do *Public Choice* e do Agente Principal, o NPM tinha como ponto de partida uma análise econômica da política, no qual o setor público é examinado a partir do comportamento individual dos agentes que o integram. De maneira que, o agente público possuía um maior espaço para atuação, fundamentado em mecanismos de controle gerencial mais efetivo (COSTA, 2010).

Esse modelo gerencialista pode ser entendido de forma mais detalhada a partir da abordagem de Abrucio (1997). O autor compara, quanto aos objetivos e a sua relação com a sociedade, três correntes, ou três fases, do modelo da administração pública inglesa, classificando-as em: gerencialismo puro, *consumerism* e *Public Service Orientation* (PSO). Essa divisão é justificada como uma maneira de facilitar a comparação entre elas, ressaltando que:

[...] há uma modificação substancial ao longo do tempo, do gerencialismo puro ao *public service orientation*. A constatação mais

importante, no entanto, é que embora haja diferenças entre as teorias, elas não são mutuamente excludentes. Ao contrário, o que se percebe é que há uma incorporação dos aspectos positivos de cada teoria. A passagem de uma teoria a outra é realizada através de uma crescente inclusão de temas (ABRUCIO, 1997, p.13).

Na primeira fase, entende-se que o “ponto central do modelo gerencial puro é a busca pela redução de custos e o aumento da eficiência e produtividade da organização” (Ibidem, p. 11), ou seja, a redução de custos era o objetivo principal, o que estava de acordo com o ideário neoliberal que buscava aproximar o setor público do eficiente e produtivo setor privado, ficando a máquina governamental condicionada a uma quantidade cada vez menor de atividades por ela executada, mesmo que à custa de forte redução dos serviços ofertados à maioria da população. Outro aspecto destacado nessa fase é a descentralização administrativa como uma importante opção organizacional capaz de aumentar a autonomia das agências e dos departamentos governamentais.

Já na segunda fase da teoria, o *consumerism*, a principal característica é a flexibilidade, empreendida pela gestão, da qualidade dos serviços públicos no atendimento às demandas do consumidor, o qual, a partir desse momento, passa a ter prioridades dentro do setor público. Essa flexibilização na gestão pública pode ser caracterizada pela transição da lógica do planejamento para a lógica da estratégia.

Desse modo, ultrapassa-se o conceito de plano baseado em uma racionalidade técnica, em que se define apenas o melhor programa a ser seguido para um patamar em que são levadas em consideração as relações entre os atores envolvidos em cada política, o tipo de consumidor/cliente que demanda o serviço público e, sobretudo, a qualidade do serviço que será oferecido à população. Exige-se, portanto, um alto grau de mecanismos flexíveis de gestão, sendo necessárias eventuais alterações nos programas públicos, a fim de atender a cada tipo de demanda do consumidor (ABRUCIO, 1997).

Na terceira fase, que corresponde ao *Public Service Orientation* (PSO), foram introduzidos os conceitos de *accountability*, transparência, participação e equidade na prestação dos serviços públicos. Esses conceitos eram entendidos como um mecanismo de responsabilização, no qual o governo local deveria incentivar a

participação dos cidadãos nas decisões políticas, pois elas afetavam, diretamente, suas vidas. Assim,

[...] os teóricos do PSO resgatam os ideais de participação política dentro de um conceito mais amplo, o de esfera pública, que se utiliza da transparência como proteção contra novas formas particularistas de intervenção na arena estatal, como o são o clientelismo e o corporativismo. Portanto, é a partir do conceito de esfera pública (*public domain*) que é estruturado o conjunto de ideias do *Public Service Orientation* (PSO). Esfera pública vista como local de aprendizagem social. Isto é, a esfera pública não é só o lócus por excelência da participação dos cidadãos, mas sobretudo onde os cidadãos aprendem com o debate público (ibidem, p.27).

Destarte, a transparência e o aprendizado social devem estar presentes também na organização interna da administração pública, principalmente no momento de elaboração das políticas públicas, quando a definição do planejamento estratégico deve ser levada ao debate público.

Como característica central desse modelo gerencialista, temos a dispersão de poder, entendida, de acordo com Clarke e Newman (2012), como uma estratégia de reconstrução do Estado, em que há uma diminuição do papel deste e um alargamento de seu alcance na sociedade civil. Entretanto, esses autores destacam que a redução, ou dispersão, do papel do Estado correspondeu, na verdade, a uma expansão do seu próprio poder, pois novos agentes não estatais passaram a ser considerados como uma extensão do Estado. A partir de então, o Estado passaria a exercer com mais intensidade o poder de regulação financeira, de contratação, de monitoramento e de vigilância, como poderá ser observado no decorrer desta pesquisa com a introdução do público não-estatal e quase mercado no cenário educacional nacional e estadual.

Temos, assim, fases do modelo da administração pública. Contudo, segundo o próprio Abrucio (1997), não há uma utilização pura dessas fases, e sim uma combinação entre elas, com tipos diferentes de arranjos. Como exemplo, temos a implantação do gerencialismo puro no país, que correspondeu à retração da máquina estatal, exigindo, para isso, o impulsionamento de alguns instrumentos gerenciais, como formas de racionalização orçamentária e controle orçamentário e técnico direcionadas para a avaliação do desempenho da atividade governamental.

Baseado nesse modelo de gestão pública, o Estado brasileiro implementa uma reforma durante os anos 1990, entendida como NGP, em que: “[...] o *Managerialism*

definido como um conjunto de ideias e crenças que toma como valores máximos a própria gerência, o objetivo de aumento constante da produtividade e a orientação ao consumidor” (BRESSER PEREIRA, 1999, p.32). As ideias defendidas, a partir de então, foram a descentralização, a delegação de autoridade, a identificação de setores em que o Estado deveria operar e as competências e modalidades de administração mais adequadas a cada setor.

Entretanto, a NGP defende não a retirada da participação do Estado, mas a sua reconstrução. “Passa-se da ideia de ‘Estado Mínimo’ para a de ‘Estado Melhor’, que também seria uma esfera regida pelas regras da concorrência e submetida às exigências de eficácia semelhantes às da empresa privada” (MARQUES, MENDES, MARANHÃO, 2019, p. 352). Em meio a esse contexto, as propostas da NGP avançaram rapidamente, na tentativa de conter gastos e *déficits* públicos.

Promessas de reinvenção da Administração Pública eram bem-vindas pela população, pois trouxeram um novo otimismo na gestão pública por sucessivas idealizações de maior qualidade e eficiência. A crença em um mundo contemporâneo de mudanças rápidas e exigentes e novas soluções favorecia a proposição de inserção de práticas flexíveis de gestão privada no setor público (MOTTA, 2013, p.85).

Desse modo, fundamentado na racionalidade econômica, na redução do tamanho do Estado e na inserção de instrumentos de mecanismos de mercado no governo, o espaço de intervenção estatal se reduzia às funções regulatórias, passando as políticas sociais a serem implementadas também por organizações da sociedade civil. Os cidadãos eram vistos como clientes, sendo os bens e os serviços públicos avaliados segundo critérios de mercado. A lógica do setor privado deveria, portanto, servir de referência também ao setor público.

É neste contexto que a NGP se instaura como a possibilidade de refazer o contrato entre Estado e Sociedade, propondo maior envolvimento da comunidade. As parcerias aparecem como soluções que podem promover uma relação cooperativa entre o mundo dos negócios, as instâncias governamentais locais, os grupos de país e o Estado (OLIVEIRA, 2005, p.632-633).

A responsabilidade do Estado passou a ser questionada pelos defensores do livre mercado inclusive na área social, e especificamente na educação, em oposição à ideia defendida por Robertson e Verger (2012), de que a educação deveria ser de responsabilidade do Estado, “como atividade política e social complexa e que deve

permanecer, em grande parte, se não totalmente, no setor público e a serviço de interesses públicos” (ROBERTSON; VERGER, 2012, p.1134).

De acordo com os preceitos da NGP, para que se consiga promover e garantir uma educação de qualidade, faz-se necessário adotar uma política direcionada à avaliação da aprendizagem, de políticas, programas e ações. Constitui-se, dessa maneira, um poderoso mecanismo de regulação, pois esses indicadores nortearão o estabelecimento de metas de gestão, tendo um impacto direto sobre o financiamento das unidades escolares, e em alguns casos influenciando também a remuneração dos docentes, e até mesmo os currículos (OLIVEIRA, 2015).

Os resultados das avaliações externas na educação passariam a servir como parâmetros para orientar as escolhas dos alunos e de seus pais, no mercado educativo, mesmo quando não se tratar de uma educação privada. Essas políticas de responsabilização, segundo Oliveira (2015), impregnadas de uma lógica consumista resultam em grande irresponsabilidade social, pois “[...] são incapazes de prever os riscos que impõem as gerações que se escolarizam e insensíveis com os que não conseguem responder aos critérios estabelecidos” (OLIVEIRA, 2015, p.640).

Assim, a NGP foi sendo incorporada por importantes setores do Estado, mais especificamente na educação, até hoje, “que, mesmo em face de significativas mudanças nos enfoques políticos a partir de 2003, ainda persiste contraditoriamente nas instituições e políticas públicas estatais” (OLIVEIRA, 2015, p. 635).

Pautado nesses instrumentos da NGP se insere no país a reforma do Estado, fundamentada no pensamento neoliberal e com um forte apelo de transferência para a iniciativa privada das atividades sociais como educação, saúde, previdência, dentre outras. Uma reforma, justificada pelo governo brasileiro como um mecanismo essencial para a promoção da redução do Estado – considerado ineficiente pelos defensores de tal reforma – especificamente na área social, para o atendimento da população em geral. Assim,

A ineficiência apontada pela proposta liberal seria resultado de um determinado “erro de racionalidade”, e, portanto, sua superação representaria uma das condições para a retomada do desenvolvimento e consequente inserção do País no processo de globalização. Não seria, sob essa ótica, possível pensar em desenvolvimento enquanto persistisse a incapacidade de governar e a dificuldade do controle público sobre a máquina estatal (ZANARDINI, 2007, p.247).

Frigotto e Ciavatta (2003) ressaltam que esse entendimento da falta de eficiência das políticas públicas representava o aspecto de um movimento mais amplo. Movimento que se configurou como a necessidade de se cumprir uma agenda, inicialmente, imposta por organismos internacionais, como a cartilha do Consenso de Washington¹⁴, para que o país conseguisse seguir às regras da nova hegemonia global em curso, tornando o Brasil seguro para o capital internacional.

Para a América Latina o Consenso de Washington representou:

[...] em primeiro lugar, um programa de rigoroso equilíbrio fiscal a ser conseguido por meio de reformas administrativas, trabalhistas e previdenciárias tendo como vetor um corte profundo nos gastos públicos. Em segundo lugar, impunha-se uma rígida política monetária, visando à estabilização. Em terceiro lugar, a desregulação dos mercados tanto financeiro como do trabalho, privatização radical e abertura comercial. Essas políticas que inicialmente tiveram que ser, de algum modo, impostas pelas agências internacionais de financiamento mediante as chamadas condicionalidades, em seguida perdem o caráter de imposição, pois são assumidas pelas próprias elites econômicas e políticas dos países latino-americanos (SAVIANI, 2018, p. 293).

Nesse contexto, os organismos internacionais¹⁵, de um modo geral, orientavam a reforma do Estado a fim de estabelecer uma política social e econômica que viesse a reduzir a pobreza mundial. Para isso, preocupavam-se com a incapacidade de investimento e gestão do Estado, sugerindo medidas para torná-lo efetivo, mas que também fosse capaz de superar os limites que o modelo anterior impôs à capacidade de gerar desenvolvimento. Assim, foram criadas práticas consideradas saudáveis que

¹⁴ Consenso de Washington – representa uma expressão criada por John Williamson, em 1989, decorrente da reunião no *International Institute for Economy*, que funcionava em Washington, com o objetivo de discutir as reformas consideradas necessárias para os países da América Latina. As dez medidas propostas foram: disciplina fiscal; redirecionamento nas prioridades para despesas públicas; reforma tributária; liberalização do sistema financeiro; taxa de câmbio competitiva; liberalização comercial; liberalização da entrada do investimento direto; privatização das empresas estatais; desregulamentação; e direitos da propriedade assegurados.

¹⁵ Os organismos internacionais criados nesse período foram: em 1944 o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e o Fundo Monetário Internacional – FMI; em 1945 a Organização das Nações Unidas – ONU; em 1947 o Acordo Geral de Tarifas e Comércio – GATT; e em 1948 a Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN, a Organização Europeia de Cooperação Econômica – OECE, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, a Organização dos Estados Americanos – OEA, a Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO.

incentivavam a participação da comunidade local, o que representava a redução do papel do Estado na execução de determinadas políticas (ZANARDINI, 2007).

Outro instrumento internacional que também orientava a reforma do Estado está presente no documento elaborado em 1992 pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), intitulado de *Educação e conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade*. Tal documento:

[...] enfatizava a necessidade de reformas administrativas que operassem uma transmutação do Estado administrador e provedor para um Estado avaliador, incentivador e gerador de políticas. Para tanto, recomendava que se conjugassem esforços de descentralização e de integração, o que pode ser traduzido em desconcentração de tarefas e concentração de decisões estratégicas (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2002, p.64).

Na verdade, o processo de reforma do Estado brasileiro teve início a partir do final do período militar, entretanto, o que realmente se priorizou nesse período, foi a tentativa de corrigir os erros cometidos pelos militares, como “[...] o descontrole financeiro, a falta de responsabilização dos governantes e burocratas perante a sociedade, a politização indevida da burocracia nos estados e municípios, além da fragmentação excessiva das empresas públicas” (ABRUCIO, 2007, p. 68), do que propriamente construir um modelo de Estado apto a enfrentar os novos desafios que se apresentavam em escala mundial.

Na tentativa de combater o legado do regime militar, no que diz respeito à administração pública, Abrúcio (2007) destaca que as mudanças mais profundas ocorridas nessa esfera administrativa aconteceram a partir da Constituição Federal de 1988, que foram sintetizadas pelo autor nos seguintes pontos:

- Em primeiro lugar, a democratização do Estado, que foi favorecida com o fortalecimento do controle externo da administração pública, com destaque, entre outras mudanças, para o novo papel conferido ao Ministério Público (MP). Neste aspecto está, também, o reforço dos princípios da legalidade e da publicidade;
- A descentralização foi outra demanda construída nos anos de luta contra o autoritarismo e que ganhou enorme relevância na Constituição de 1988. Após 20 anos de centralismo político, financeiro e administrativo, o processo descentralizador abriu oportunidades para maior participação cidadã e para inovações no campo da gestão pública, levando em conta a realidade e as potencialidades locais. Impulsionadas por esta

- mudança, várias políticas públicas foram reinventadas e disseminadas pelo país;
- Propôs-se, ainda, completar a chamada reforma do serviço civil, por meio da profissionalização da burocracia. Nesta linha, houve ações importantes, como o princípio da seleção meritocrática e universal, consubstanciada pelo concurso público. Em consonância com este movimento, o Executivo federal criou, em 1986, a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), num esforço de melhorar a capacitação da alta burocracia. (ABRÚCIO, 2007, p. 69).

A leitura feita por Abrúcio (2007) sobre tais mudanças podem ser sintetizadas nos aspectos da democratização, da descentralização e da profissionalização dos serviços públicos, que representaram ganhos à administração pública brasileira. Entretanto, discordamos desse posicionamento, como por exemplo, com relação ao papel do Ministério Público, considerado decisivo na condução das ações penais na Operação Lava Jato. Outro aspecto que discordamos refere-se à profissionalização e direitos dos servidores públicos, pois, Abrúcio (2007) defende que tais medidas não representaram um ganho real na qualificação profissional devido ao fato de que:

[...] parte desta legislação resultou, na verdade, em aumento do corporativismo estatal, e não na produção de servidores do público. [...] Foram criadas falsas isonomias (como a incorporação absurda de gratificações e benefícios) e legislações que tornaram a burocracia mais ensimesmada e distante da população – exemplo claro disso foi o direito irrestrito de greve, que prejudica basicamente os mais pobres. Ademais, estabeleceu-se um modelo equivocado da previdência pública, tornando-a inviável do ponto de vista atuarial e injusta pelo prisma social (ABRÚCIO, 2007, p. 70).

Na prática as reformas neoliberais implementadas no país, ao longo das décadas, reduziram os direitos trabalhistas de uma forma geral, reduzindo as históricas conquistas sociais e ampliando a privatização do Estado, como será detalhado no tópico a seguir.

4.1 Política brasileira no período de redemocratização

O processo de mudanças na gestão pública brasileira, submetida à lógica da ideologia neoliberal, aconteceu já nos governos de José Sarney (1985-1990), Collor de Melo (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994), com a implementação do processo de privatizações, inicialmente de forma gradual, na tentativa de “resolver os problemas

da estagnação econômica, da inflação e da dívida externa que repercutiam negativamente na qualidade das políticas públicas estatais” (HERMIDA; LIRA, 2018, p.45).

A eleição de Collor de Melo (1990-1992), pelo Partido de Reconstrução Nacional – PRN (atual Partido Trabalhista Cristão – PTC), foi marcada por um forte discurso contra a corrupção e os privilégios dos funcionários públicos, os chamados marajás¹⁶, considerados como os grandes responsáveis pelos problemas nacionais.

Paradoxalmente, esse governo foi marcado por denúncias de corrupção baseado em um sistema de favorecimento na tentativa de usar o poder estatal para ampliar a esfera privada de seu grupo político. Todo esse esquema foi montado pelo então tesoureiro da campanha eleitoral, Paulo César Farias, o PC Farias. O desfecho desses acontecimentos, culminou no processo de Impeachment em 1992. Substituído pelo seu vice, Itamar Franco (PMDB), assume a presidência do país, tendo como grande destaque em sua administração a execução do Plano Real¹⁷.

O processo de privatização da economia foi intensificado nesse período através do Programa Nacional de Desestatização (PND), instituído pela Lei n. 8.031, de 12 de abril de 1990. A origem desse processo aconteceu ainda no governo militar de João Figueiredo, que já no ano de 1981, forma a Comissão Especial de Desestatização, responsável pela privatização de 20 empresas. Esse projeto tem continuidade durante o governo Sarney, quando mais 18 empresas foram privatizadas, das quais 12 eram controladas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES (ALMEIDA, 2010).

O governo Collor /Itamar (1990-1994) não apresentou um caráter reformista na administração pública, o mesmo pode ser dito em relação às políticas educacionais, que apresentou na era Collor, o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania e os Centros Integrals de Atenção à Criança – CAICs. A Política Educacional da era

¹⁶ No discurso de Collor, o termo “marajá” passou a significar o símbolo máximo do funcionalismo público ineficiente e corrupto, que recebia altos salários e que não trabalhava.

¹⁷ O Plano Real foi implementado pelo então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e teve como principais pontos: a indexação de uma nova moeda; a retomada do processo de desregulamentação da economia; a abertura do país ao capital externo e à concorrência e a adoção de uma política fiscal rigorosa. Todos esses preceitos seguiam as recomendações neoliberais, causando um impacto direto na população que necessitava dos serviços públicos.

Collor pode ser resumida a arbitrar sobre os preços das mensalidades das escolas privadas (SAVIANI, 2018).

Já no período Itamar Franco tivemos a proposta do Plano decenal “Educação para todos”, um plano focado no ensino fundamental e inspirado na Declaração “Educação para Todos”, da Conferência de Jomtien, realizado na Tailândia, em 1990. Foi também nesse governo a decisão do fechamento do Conselho Federal de Educação, por suspeitas de envolvimento em corrupção e, em 1994, a criação do Conselho Nacional de Educação (SAVIANI (2018).

4.1.1 Reforma do Aparelho do Estado: Governo FHC (1995/1998 – 1999/2002)

Em 1994, foi eleito o 34º presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, pelo Partido da Social-Democracia Brasileira – PSDB, assumindo seu mandato em janeiro de 1995, e sendo reeleito em 1998. O governo de FHC foi marcado pelo caráter reformista na economia e no Estado, um período que ficou conhecido como “modernização nacional”, e que seguiu as diretrizes impostas pelo neoliberalismo.

O padrão de desenvolvimento econômico que orientava o país até o período durante quatro décadas alicerçado na expansão industrial e empresas estatais, foi rompido, sendo decretado, assim, o esgotamento do modelo desenvolvimentista pelo novo bloco no poder. As classes do capital financeiro internacional e nacional apoiavam o programa neoliberal implementado no país, que contou também com o apoio das classes médias e de parte das classes populares.

A partir desse contexto foram adotadas as políticas de liberalização da economia ao capital internacional e à concorrência externa, o que trouxe como consequência o declínio da indústria nacional que precisava se adequar às exigências do comércio internacional.

Nesse período o Estado brasileiro foi sendo orientado a preparar o país para uma nova inserção do cenário internacional, o que só seria possível através da reforma do Estado e da redefinição de suas funções. O Estado passaria de um modelo de gestão burocrática para a gestão gerencial, com destaque à uma política voltada para as privatizações.

De uma forma geral, o modelo capitalista neoliberal implementado na América Latina, através dos conglomerados que unificam indústrias, bancos e serviços sob o comando das finanças, da abertura dos mercados internos latino-americanos e pela privatização das empresas estatais da região, ocorreu também no Brasil, onde encontrou um segmento amplo e heterogêneo da burguesia nacional que se beneficiou dessa política.

Nessa perspectiva, o governo FHC implementa um modelo capitalista neoliberal orientado pelo capital financeiro internacional, no qual uma parcela da burguesia nacional se beneficiou diretamente das políticas de juros altos e da liberalização de entrada e saída de capitais do país. Nesse segmento, destacam-se: empresas nacionais que passaram a se associar a grupos estrangeiros para participar dos leilões das empresas estatais; empresas comerciais ligadas à importação e grupos empresariais das áreas de saúde e educação. Temos, assim, portanto, e como sempre, um poderoso setor da burguesia nacional que se favoreceu das políticas de privatização e de aberturas de novas oportunidades de negócios e de associação com o capital internacional (BOITO JR., 2018).

Entretanto, alguns setores da grande burguesia interna, o agronegócio, os bancos nacionais e a construção civil, mantinham uma relação contraditória com a política neoliberal, apoiavam sua política social, mas se posicionavam contra a política econômica, especificamente a política de abertura comercial, que ameaçava o desenvolvimento local, “A grande burguesia interna teme ser engolida ou destruída pelos grandes grupos econômicos estrangeiros” (BOITO JR., 2018, p. 66). Esses setores se colocam contra o capital financeiro internacional e passam a exigir medidas protecionistas por parte do governo federal.

No âmbito da administração pública, a era FHC também foi bastante ativa com a justificativa de torná-la mais eficiente e, seguindo os preceitos dos programas defendidos pela Terceira Via propôs a Reforma do Aparelho do Estado, evidenciando que a sua reestruturação era um assunto de interesse global, tanto pela exigência de uma agenda global, quanto pela própria sociedade.

É importante ressaltar que a redefinição do papel do Estado é um tema de alcance universal nos anos 90. No Brasil esta questão adquiriu importância decisiva, tendo em vista o peso da presença do Estado na economia nacional: tornou-se, conseqüentemente, inadiável equacionar a questão da reforma ou da reconstrução do Estado, que já não consegue atender com eficiência a sobrecarga de demandas a

ele dirigidas, sobretudo na área social. A reforma do Estado não é assim, um tema abstrato: ao contrário, é algo cobrado pela cidadania, que vê frustrada suas demandas e expectativas (BRASIL, 1995, p.10).

A exigência, portanto, é a de que não apenas o Estado, mas a sociedade como um todo, deveria passar por um processo de transformação. Nesse sentido, Paulini (2006) aponta alguns preceitos sobre a lógica do mercado e a caracterização de como a sociedade deveria se apresentar a partir de então,

[...] limitar o tamanho do Estado ao mínimo necessário para garantir as regras do jogo capitalista, evitando regulações desnecessárias; segurar com mão de ferro os gastos do Estado, aumentando seu controle e impedindo problemas inflacionários; privatizar todas as empresas estatais porventura existentes, impedindo o Estado de desempenhar o papel de produtor, por mais que se considerasse essencial e/ou estratégico um determinado setor; e abrir completamente a economia, produzindo a concorrência necessária para que os produtores internos ganhassem em eficiência e competitividade. Com o passar do tempo, juntaram-se também a esse conjunto de prescrições regras de pilotagem de juros, câmbio e finanças públicas que, algo contraditoriamente, transformaram a política econômica neoliberal em uma *Business Administration* de Estado (PAULINI, 2006, p.71).

A autora ressalta que todas essas orientações serviram para fundamentar o processo de redefinição do papel do Estado, que segundo os preceitos neoliberais, era o grande responsável pelas crises do capitalismo. Visto que era considerado ineficiente, portanto, precisava ser modificado, provocando também mudanças nas políticas públicas. A lógica de mercado deveria ser garantida, e o princípio da concorrência passaria a incidir sobre as relações econômicas e na configuração dos direitos sociais. Na medida em que foram desregulamentados, passaram a ser considerados como serviços, garantindo a possibilidade de retorno financeiro e podendo ser implementados por instituições privadas.

De acordo com Bresser Pereira (1998), para que esse processo pudesse ser posto em prática, seria necessário redimensionar o padrão de organização e gestão do Estado, substituindo a administração pública burocrática por uma administração gerencial. Nesse aspecto, a análise efetuada pelo ministro quanto a resposta à crise do Estado dependeria da filiação ideológica dos grupos partidários: a esquerda tradicional; a centro-esquerda pragmática; a centro-direita pragmática, e a direita neoliberal.

A esquerda tradicional diagnosticou a crise como tendo sido causada por interesses externos – a globalização. O grupo da centro-direita pragmática, formado pelo *establishment* capitalista e burocrático nos países centrais e na América Latina, orientou que os países altamente endividados seguissem os fundamentos macroeconômicos e promovessem reformas orientadas para o mercado.

Já o grupo da direita neoliberal defendia o Estado mínimo e o pleno controle da economia pelo mercado, através das medidas de privatização, liberalização, desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho, ou seja, medidas que limitavam ao Estado garantir a propriedade e os contratos da iniciativa privada.

O grupo da centro-esquerda pragmática ou social-democracia, por sua vez, descreveu a crise como sendo uma crise do Estado, e defendeu, além da obediência dos fundamentos macroeconômicos – ajuste fiscal, políticas monetárias apertadas, preços de mercado, taxas de juros positivas e moderadas, e taxas de câmbio realistas – a realização de reformas orientadas para o mercado. Entretanto, tais reformas não garantiriam o desenvolvimento, o equilíbrio e a paz social. Era necessário, para tanto, a reconstrução do Estado, não o Estado mínimo, como uma forma do país corrigir as falhas de mercado, mantendo um perfil mais modesto de intervenção do que aquele prevalecente no ciclo anterior (BRESSER PEREIRA, 1998).

Neste aspecto, a reforma do Estado significava a recuperação da poupança pública e superação da crise fiscal, a redefinição das formas de intervenção nas esferas econômica e social, com a contratação de organizações públicas não-estatais para executar os serviços de educação, saúde, e cultura, e a reforma da administração pública através da implantação da administração gerencial, ou seja, o Estado deixaria de promover diretamente o desenvolvimento econômico e social e passaria a atuar como regulador e financiador do desenvolvimento (BRESSER PEREIRA, 1998).

Por volta dos anos de 1990, a centro-direita pragmática e de uma forma geral, as elites internacionais, também adotaram a tese da reforma do Estado, incentivadas por organismos internacionais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, instituições financeiras que adotaram como política prioritária os empréstimos a fim de facilitar as reformas do Estado. Formou-se, assim, uma coalizão de centro-esquerda e centro-direita, e que levou

[...] os governos, na América Latina, no Leste Europeu, em um grande número de países em desenvolvimento na Ásia, e mesmo nos países

desenvolvidos, promoveram a reforma do Estado para torná-lo menor, mais voltado para as atividades que lhe são específicas, que envolvem poder de Estado, mas mais forte, com maior governabilidade e maior governança, com mais capacidade, portanto, de promover e financiar, ou seja, de fomentar a educação e a saúde, o desenvolvimento tecnológico e científico, e, assim, ao invés de simplesmente proteger suas economias nacionais, estimulá-las a serem competitivas internacionalmente. Delineia-se, assim, o Estado do século vinte-e-um (BRESSER PEREIRA, 1998, p. 18).

O Estado do século XXI, era para Bresser Pereira (1998), um Estado Social-Liberal, social porque continuaria a proteger os direitos sociais e o desenvolvimento econômico, e liberal, porque utilizaria mais os controles de mercado e menos os controles administrativos, através da participação de organizações públicas não-estatais competitivas na realização dos serviços sociais e científicos, de um mercado de trabalho mais flexível, da capacitação dos recursos humanos e das empresas para a inovação, com o intuito de atingir a competição internacional.

Para alcançar esse tipo de Estado e torná-lo mais eficiente, era preciso buscar novas formas de gestão pública que fossem mais flexíveis, autônomas e descentralizadas. Afinal, somente assim seria possível acompanhar as exigências da globalização, o que na prática representou novas possibilidades de abertura para as parcerias público-privadas na área social.

Foi nesse contexto que aquelas concepções supracitadas orientaram a reforma do Estado no Brasil, com a apresentação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), sob a orientação do ministro Luiz Carlos Bresser Pereira. A reforma foi conduzida de forma integrada, abrangendo as esferas econômica, social e administrativa, e valendo-se do discurso da eficiência do setor privado e da descrença da administração do setor público, que necessitava reduzir seus gastos para que o país alcançasse o desenvolvimento econômico.

Tal reforma é pontado por Montañó (2010) como um mecanismo que promoveu a dinamização da transferência de responsabilidade estatal, frente às demandas de serviços sociais, para o mercado. O que pode ser constatado no argumento do ministro quanto à delimitação da área de atuação, em que “[...] reformar o Estado significa, antes de tudo, definir seu papel, deixando para o setor privado e para o setor público não-estatal as atividades que não lhe são específicas” (BRESSER PEREIRA, 1998, p.22).

A proposta da reforma do Estado, de acordo com Bresser Pereira (1988), compreendia três dimensões: a) a institucional-legal: direcionada à reforma do quadro jurídico-normativo do setor público e à criação de novos formatos institucionais a exemplo das agências autônomas, das organizações sociais e das organizações da sociedade civil de interesse público; b) a introdução de novos instrumentos de gestão combinados, com novas formas de controle e canais de *accountability*; e c) a dimensão cultural, representando a mudança de mentalidade em relação aos administradores públicos, combinada a um maior compromisso com os resultados. O que indicou uma capacitação massiva e permanente dos gerentes e servidores públicos (BRESSER PEREIRA; PACHECO, 2005).

E para o entendimento do que deveria ser considerado como as funções do Estado, foram elencadas três áreas de atuação: a primeira, voltada às atividades exclusivas do Estado, derivadas da própria definição do que representa a instituição Estado, o ‘poder do Estado’, ou seja, o poder de legislar e punir, de tributar e realizar transferência a fundo perdido de recursos. A segunda área de atuação correspondia os serviços sociais e científicos, representando as atividades de formular políticas públicas nas áreas social e econômica. E, em seguida, realizar transferências para a educação, a saúde, a assistência social, a previdência, a garantia de uma renda mínima, de seguro desemprego, a defesa do meio ambiente, a proteção do patrimônio cultural e o estímulo às artes. E, finalmente, a terceira área que incluía a produção de bens e serviços para o mercado (BRESSER PEREIRA, 1998).

Essa reforma representava, pois, um mecanismo de resgate da autonomia financeira e da capacidade de implantação de políticas públicas, uma vez que o país precisava controlar a crise fiscal, o *déficit público*, a estatização e a burocracia da administração pública. Nesse viés, o documento apresentava as seguintes propostas:

- (1) o ajustamento fiscal duradouro; (2) reformas econômicas orientadas para o mercado, que, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica, garantam a concorrência interna e criem as condições para o enfrentamento da competição internacional; (3) a reforma da previdência social; (4) a inovação dos instrumentos de política social, proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade para os serviços sociais, e (5) a reforma do aparelho do Estado, com vistas a aumentar sua “governança”, ou seja, sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas (BRASIL, 1995, p.11).

Nesse sentido, a reforma foi considerada como um extenso planejamento acerca das várias áreas de atuação governamental, que envolvia quatro problemas: o primeiro problema considerado um problema econômico-político, referente ao tamanho do Estado; outro problema também econômico-político, relacionado à redefinição do papel-regulador do Estado; um problema econômico-administrativo concernente à recuperação da governança e um problema político que era o aumento da governabilidade (BRASIL, 1995, p.7).

Na tentativa de solucionar tais problemas, o PDRAE recomendava a utilização do modelo gerencial, considerado o único modelo capaz de promover a eficácia e a eficiência dos serviços públicos, na gestão da coisa pública. O que reforçava a ideia de que essa reforma do Estado representava um instrumento indispensável para a estabilização social, pois através dela seria possível alcançar o desenvolvimento econômico. O que iria gerar mais igualdade, tanto no âmbito social como no regional, tornando o país apto a competir em escala mundial, seguindo as transformações decorrentes do processo de globalização (BRASIL, 1995).

As propostas para resolver ou pelo menos amenizar os quatro problemas descritos anteriormente foram: a delimitação das funções e do tamanho do Estado, através da privatização, terceirização e publicização; a redução do grau de interferência do Estado, por meio de programas de desregulamentação; o aumento da governança do Estado, mediante o ajuste fiscal e o aumento da governabilidade e, por conseguinte, o poder do governo (BRESSER PEREIRA, 1998).

Para Bresser Pereira (1998), a delimitação das funções do Estado era entendida como um processo de criação ou de transformação de novas instituições que pudessem garantir e aumentar a governança e a governabilidade. Essas instituições surgiram através da *privatização*, que consiste na transformação de uma empresa estatal em privada; da *terceirização*, significando a transferência dos serviços auxiliares, ou de apoio, para o setor privado e da *publicização*, que consiste na transformação de uma organização estatal em uma organização de direito privado, mas, pública não-estatal e que ofereceria serviços não-exclusivos de Estado.

Além da delimitação da área de atuação do Estado, a reforma envolveria também um processo de demarcação do seu papel regulamentador, entendido como um processo de desregulamentação, ou seja, determinar a extensão do seu poder de regulamentar as atividades privadas. De acordo com o modelo burocrático, houve um

excesso de regulamentação para proteger os direitos sociais, os padrões de qualidade dos bens e serviços, o que garantiu o funcionamento em áreas monopolistas.

Para tanto, foi seguido uma agenda liberal, que apontou para o caminho da redução da regulação por parte do Estado, por entender que a coordenação das atividades econômicas deveria ficar sob a responsabilidade do próprio mercado. Contudo, para que as empresas elevassem a competitividade internacional, se fazia necessário reduzir o processo de regulamentação de modo a tornar as decisões de investimento e as decisões que afetam o consumo o mais transparente possível e, de certa forma, mais controláveis pela sociedade, de maneira a identificar o papel do Estado no mercado (BRESSER PEREIRA, 1998).

Quanto ao aumento da governança proposta na reforma, era imprescindível que o Estado, de fato, passasse por uma reforma administrativa, a fim de tornar a administração mais dinâmica e mais eficiente, aumentando sua capacidade gerencial. Mas para alcançar essa capacidade seria preciso:

[...] o Estado se tornar mais forte embora menor: (a) mais forte financeiramente, superando a crise fiscal que o abalou nos anos 80; (b) mais forte estruturalmente, com uma clara delimitação de sua área de atuação e uma precisa distinção entre seu núcleo estratégico onde as decisões são tomadas e suas unidades descentralizadas; (c) mais forte estrategicamente, dotado de elites políticas capazes de tomar as decisões políticas e econômicas necessárias; e (d) administrativamente forte, contando com uma alta burocracia tecnicamente capaz e motivada (BRESSER PEREIRA, 1998, p.82).

E, finalmente, a reforma do Estado também propõe uma reforma política que garanta a capacidade política de governar, entendida como governabilidade, que em regimes democráticos, para ser alcançada, depende de uma série de fatores, como: instituições políticas que consigam intermediar interesses tanto do Estado, quanto da sociedade civil; de mecanismos de responsabilização dos políticos e burocratas; *accountability*; da capacidade de o governo atender as demandas sociais e da existência de um contrato social básico. Tais mecanismos garantiriam a capacidade de governar, haja vista que a governabilidade deriva da relação da legitimidade do Estado e de seu governo com a sociedade (BRESSER PEREIRA, 1998).

Com a reforma, o padrão de organização e gestão do Estado foi redimensionado, passando de um modelo histórico de administração burocrática para um modelo gerencialista. Inspirado no modelo de administração empresarial, centrado

na ideia da ineficácia do Estado versus a eficácia do mercado, e respaldado no apoio da sociedade civil na provisão dos direitos sociais.

Nesse novo paradigma de administração pública percebe-se um movimento de redução dos direitos sociais, incluindo as políticas universais, e a retirada do Estado da condição de provedor de direitos, repassando-os para o mercado. Borón (2008) destaca um duplo movimento do desempenho do Estado, a partir dos ajustes neoliberais:

A direitização do clima ideológico e político do Ocidente nos anos 80 trouxe consigo um duplo movimento: por um lado, uma supersticiosa exaltação do mercado, fechando os olhos para os resultados catastróficos que seu funcionamento autônomo havia produzido no passado – até desembocar na Grande Depressão de 1929 – e absorvendo-o piedosamente de suas culpas. Por outro, uma recíproca satanização do Estado como causador de todas as desgraças e infortúnios que, de diferentes maneiras, afetaram as sociedades capitalistas. Não é precisamente uma casualidade que a crítica ao Estado tenha começado a aumentar quando os Estados capitalistas da América Latina iniciaram uma nova etapa democratizadora. [...] se acrescenta um discurso ideológico autoincriminatório que iguala tudo o que é estatal com ineficiência, a corrupção e o desperdício, enquanto a ‘iniciativa privada’ aparece sublimada com a esfera da eficiência, da probidade e da austeridade (BORON, 2008, p.77-78).

A ideia de ineficiência do Estado versus a eficiência do mercado foi ressaltada com o processo da globalização, que trouxe como produto o aumento da competitividade internacional e a consequente redução da capacidade dos Estados nacionais de protegerem as suas empresas e seus trabalhadores dessa competição, evidenciando uma crise em escala mundial.

A política educacional acompanha esse movimento de percepção de um Estado e de uma educação pública ineficientes, marcada também por um movimento neoconservador, no qual,

[...] Diante do mote do ‘Estado mínimo’ passa-se a considerar a chamada “decadência da escola pública” como resultado da incapacidade do Estado de gerir o bem comum. Com isso advoga-se, também no âmbito da educação, a primazia da iniciativa privada regida pelas leis do mercado (SAVIANI, 2018, p. 293).

Nesse sentido, o governo de FHC desenvolveu e consolidou um conjunto de reformas educacionais que contribuíram para a formação de um modelo educacional

capaz de acompanhar as reformas implementadas no âmbito administrativo e também as políticas econômicas, sociais e políticas utilizadas naquele momento.

Os principais aspectos dessa reforma educacional podem ser sintetizados nas seguintes medidas: a regulamentação do Conselho Nacional de Educação – CNE através da Lei n.º 9.131, de 24 de novembro de 1995, que redefiniu o papel do MEC na educação do país e organizou o novo conselho de educação; a aprovação da LDBEN em 1996, através da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, após oito anos de tramitação no Congresso; a instituição dos exames nacionais de cursos de nível superior, o “Provão”, em 1996; a separação entre o ensino médio e ensino técnico-profissional determinada pelo Decreto n.º 2.208, de 17 de abril de 1997.

A questão do financiamento da educação ganhou destaque com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef) efetivada a partir da Emenda Constitucional n.º 14 de 12 de dezembro de 1996 e regulamentada pela Lei n.º 9.424 de 24 de dezembro de 1996.

Conforme ressalta Saviani (2018), a medida de maior impacto da política educacional do governo FHC foi a implantação da Medida Provisória n.º 1.568, editada em 14 de fevereiro de 1997 que, aprovada pelo Congresso, converteu-se na Lei n.º 9.448, de 14 de março de 1997, transformando o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em autarquia federal, o qual passou por uma redefinição de suas funções, como é possível observar no seu art. 1º:

Art. 1º Fica o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, órgão integrante da estrutura do Ministério da Educação e do Desporto, transformado em Autarquia Federal vinculada àquele Ministério, com sede e foro na cidade de Brasília - DF, tendo como finalidades:

- I - Organizar e manter o sistema de informações e estatísticas educacionais;
- II - Planejar, orientar e coordenar o desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliação educacional, visando o estabelecimento de indicadores de desempenho das atividades de ensino no País;
- III - Apoiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios no desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliação educacional;
- IV - Desenvolver e implementar, na área educacional, sistemas de informação e documentação que abranjam estatísticas, avaliações educacionais, práticas pedagógicas e de gestão das políticas educacionais;
- V - Subsidiar a formulação de políticas na área de educação, mediante a elaboração de diagnósticos e recomendações decorrentes da avaliação da educação básica e superior;

- VI - Coordenar o processo de avaliação dos cursos de graduação, em conformidade com a legislação vigente;
- VII - Definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos para a realização de exames de acesso ao ensino superior;
- VIII - Promover a disseminação de informações sobre avaliação da educação básica e superior;
- IX - Articular-se, em sua área de atuação, com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais, mediante ações de cooperação institucional, técnica e financeira bilateral e multilateral. (BRASIL, 1997, p. 1).

Como visto, mudanças significativas ocorreram nas funções do INEP, que passou de um órgão de realização e fomento à pesquisa educacional, de organização da documentação sobre educação e de disseminação das informações educacionais, para se converter em um órgão de avaliação da educação brasileira em todos os níveis e modalidades. E como consequência tivemos a consolidação do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, e do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM (SAVIANI, 2018).

A política educacional do governo FHC se completa com a aprovação do Plano Nacional de Educação – PNE, através da Lei n.º 10.172, instituída em 9 de janeiro de 2001. A CF/1988 e a LDB, determinavam o estabelecimento de um PNE, de duração plurianual, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

Nesse cenário, os setores organizados da sociedade civil, especialmente as entidades sindicais, o movimento e estudantil e as associações acadêmicas e científicas se mobilizaram e promoveram dois Congressos Nacionais de Educação – CONED, além de seminários, debates e encontros em todo o país, dos quais resultou uma proposta para o PNE.

4.1.2 Lulismo: Luiz Inácio Lula da Silva (2003/2006 – 2007/2010) e Dilma Rousseff (2011/2014 – 2015/2016)

O final do segundo mandato do governo FHC é marcado por uma situação econômico-financeira crítica, que abalou a hegemonia do bloco do poder e uma insatisfação, com relação à política social, de diversos setores, como, os setores do operariado urbano, dos servidores públicos federais, dos camponeses assentados e não assentados, das centrais sindicais, dos setores da baixa classe média e da grande

massa marginal composta por desempregados, subempregados e trabalhadores autônomos, que reivindicavam mudanças sociais na tentativa de amenizar as profundas desigualdades sociais, pois nesse período “houve uma percepção majoritária de que o governo FHC não fez o suficiente para melhorar a vida das pessoas mais pobres” (CARREIRÃO, 2004, p.181).

Nesse contexto de profunda insatisfação, o Partido dos Trabalhadores (PT), um partido que lutava pela defesa dos interesses nacionais e pela inclusão social, estava disposto a defender também os interesses da burguesia nacional. Configurado na figura de liderança política – Lula da Silva –, conseguiu neutralizar dois aspectos de rejeição em relação as outras eleições¹⁸ que disputou anteriormente: o radicalismo e o despreparo para governar, tornando-se a esperança para reverter a situação crítica em que o país se encontrava. Nesse aspecto, destacamos que:

A sinalização clara de moderação por parte do PT e de Lula – coligação com o Partido Liberal; a escolha de um grande empresário para candidato a vice-Presidente; a Carta ao povo brasileiro, assumindo compromisso com a manutenção dos contratos, metas de inflação e superávit primário – contribuiu para reduzir o medo de certas camadas em relação ao “radicalismo” petista e de Lula. Pesquisa do Núcleo de Opinião Pública Fundação Perseu Abramo, ao final de 1997, mostrava que cerca de 10% do eleitorado brasileiro apontava esse “radicalismo” como razão para não votar em Lula (rejeição). Outros 10% diziam não votar em Lula por questões relacionadas ao seu “despreparo” para governar. Aqui, também, a ênfase dada na campanha de Lula à sua capacidade de negociação e liderança (nos âmbitos sindical e partidário) parece ter contribuído para reduzir aquelas resistências a Lula (CARREIRÃO, 2004, p. 183 e 184).

Lula da Silva chega ao poder em 2002, através de uma ampla mobilização popular contrária ao projeto neoliberal em curso e também em decorrência de um pacto efetivado com as forças do mercado, através de uma carta-compromisso com garantias ao grande capital, validada pela Carta aos brasileiros,¹⁹ declarando-se o candidato *paz e amor*. Apoiado no primeiro turno, além do PT, pelo Partido Liberal (PL) e pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), recebeu novos aliados no segundo turno: Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e

¹⁸ Lula da Silva disputou as eleições presidenciais nos anos de 1989, 1994 e 1998.

¹⁹ Diante de uma situação de crise financeira, fuga de capital e aumento do “Risco Brasil”, chegando a ser denominado “Risco Lula”, Lula da Silva assina uma Carta ao povo brasileiro, em 22 de junho de 2002, assegurando a promessa de que seu governo iria manter as promessas do seu antecessor, e seria fiador do capital financeiro, sob o comando do FMI.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908>.

pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), conseguindo derrotar José Serra do PSDB, candidato apoiado pelo então Presidente FHC (CARREIRÃO, 2004).

Apesar das expectativas negativas do mercado, do risco de instabilidade econômica e uma total falta de confiança do capital nacional e internacional, Lula da Silva vence as eleições de 2002, superando o *risco Lula*, através da adesão de uma coalizão que reunia setores populares, partidos de esquerda e centro-esquerda e o setor empresarial nacional, Lula da Silva, reacende no país a esperança de implementar um projeto fundamentado em políticas desenvolvimentistas e de garantias de direito à cidadania (PAES DE PAULA, 2005).

A combinação da mudança de discurso e de imagem permitiu que Lula da Silva vencesse as eleições e, durante os próximos 13 anos seguintes, o país passava a ser dirigido por governos considerados democráticos e populares, fundamentado em uma ideologia política progressista. Esse período ficou reconhecido como *lulismo*, um dos fenômenos políticos mais importantes do século XXI (SINGER, 2012; BOITO JR., 2018).

O *lulismo* deve ser entendido como “um realinhamento eleitoral que se cristaliza em 2006 [...] possibilitando acelerar a implantação do modelo diminuição da pobreza com a manutenção da ordem” (SINGER, 2012, p. 3). Um fenômeno que conseguiu acelerar o crescimento econômico com a redução da desigualdade através da integração do subproletariado à condição de proletariado via emprego formal, favorecendo uma grande parcela da sociedade que até aquele momento não se sentia contemplada pelas políticas sociais.

Durante esse período, o país vivenciou importantes transformações econômicas e sociais que afetaram diretamente o bem-estar da população, principalmente a população de baixa renda, ou seja, houve uma redução da pobreza e alguma garantia de acesso aos bens e serviços, mas tal política não foi capaz de reduzir o abismo social existente no país.

A inclusão social e o enfrentamento da pobreza passou a ser um tema defendido pelo governo de Lula da Silva. Esse tema também foi observado entre parte dos governos latino-americanos que se instalaram no poder no final dos anos 1990 e na primeira metade da década de 2000. Inicialmente na Venezuela, em 1999, com Hugo

Chavez que instituiu o que ficou conhecido como “socialismo do século XXI”²⁰, e nos anos 2000 na Argentina com Cristina Kirchner – 2007/2015; na Bolívia com Evo Morales – 2006/2017; no Equador com Rafael Correa – 2007/2017 e na Nicarágua com Daniel Ortega – 2006/2018. Tais governos, considerados como progressistas, democráticos ou pós-neoliberais, buscaram caminhos alternativos ao modelo neoliberal clássico, até então vigente no continente (SADER, 2008; THWAITES REY, 2012).

De modo geral, os aspectos em comum que esses governos apresentaram podem ser sintetizados nas seguintes ações: preferiram as políticas sociais e não o ajuste fiscal; optaram pelos processos de integração regional e os intercâmbios Sul-Sul e não os tratados de livre comércio com os Estados Unidos; priorizaram o papel do Estado como indutor do crescimento econômico e da distribuição de renda, ao invés do Estado mínimo e da centralidade do mercado (SADER, 2013, p.138).

Entretanto, apesar desses governos estarem envoltos em um ciclo comum de ideias progressistas, as mudanças produzidas em cada um dos Estados nacionais da região foram desiguais e muitas vezes contraditórias, influenciadas também pela crise internacional que se apresentava em curso. De uma forma geral, Thwaites Rey (2010) ressalta que nesse processo de reconfiguração dos governos na América Latina são apresentadas algumas contradições, destacando-se os países que se posicionaram de forma mais radical como Venezuela, Bolívia e Equador, e outros países como Colômbia, Peru e Chile que mantiveram certa perspectiva neoliberal buscando captar porções do capital global através da abertura de zonas de livre comércio e mobilidade de capital. E, países como Brasil e Argentina, que não romperam totalmente com a perspectiva neoliberal, mas promoveram importantes medidas sociais de inclusão.

O aspecto marcante desse período foi a implementação de uma política pautada no crescimento econômico consubstanciada com uma política de distribuição de aumento do consumo, ou seja, em consonância com o neodesenvolvimentismo²¹

²⁰ Para o socialismo do século XXI ver Thwaites Reis (2010) que afirma que a esse tipo de socialismo caberia ao Estado um papel centralizador e promotor da renda do recurso nacional básico através da recuperação dos recursos naturais estratégicos, redistribuição da renda do petróleo e desenvolvimento endógeno.

²¹ O Neodesenvolvimentismo, implementado na América Latina após a eleição de presidentes de orientação centro-esquerda, é considerado um novo modelo ou ideal de Estado que concentra os discursos contrários ao ideal neoliberal. Um modelo que entendia que a concepção de desenvolvimento deveria aliar crescimento econômico com o combate à pobreza, ao desenvolvimento humano e a questão da sustentabilidade.

latino-americano, que “visava amenizar o desastre econômico e social causado pelas reformas neoliberais no continente” (CAETANO; COSTA, p. 252, 2018).

O neodesenvolvimentismo implementado no Brasil, considerado como uma frente política, representava “a base ampla e heterogênea de sustentação da política de crescimento econômico e de transferência de renda encetada pelos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff” (BOITO JR, 2018, p. 102). Embora, tendo como objetivo principal o crescimento econômico do capitalismo brasileiro com alguma transferência de renda, o neodesenvolvimentismo não rompeu com o modelo econômico neoliberal.

Nesse sentido, o governo Lula da Silva pode ser considerado como um “caminho marcado por contradições, e pela adoção fragmentada e difusa da gestão por resultados” (ABRUCIO, 2011, p.123). Alguns estudiosos dessa área destacam que mesmo tendo havido continuidades e avanços na gestão pública em relação ao seu antecessor, o que marcou o governo Lula foi a adoção de novos modelos de gestão de forma dispersa e fragmentada nas políticas públicas devido à falta de uma agenda prioritária e centralizada para a questão da gestão pública (ABRUCIO, 2011).

As políticas públicas que orientaram a agenda da gestão Lula da Silva foram herdadas de gestões que utilizam práticas gerencialistas, a exemplo do programa Bolsa Família, que possui um modelo sofisticado de monitoramento, e da adoção do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) na área de Desenvolvimento Social, configurando-se em um instrumento que vincula a distribuição de recursos aos municípios de acordo com a obtenção de determinados resultados.

Paes de Paula (2005) destaca que a esperança creditada ao governo Lula da Silva, de implementar um projeto através da adoção de “políticas que reformulassem as relações entre Estado e sociedade, no que se refere aos direitos de cidadania, não se concretizou na prática, observando-se uma continuidade, em relação ao governo anterior, das práticas gerencialistas” (PAES DE PAULA, 2005, p. 40). A ambivalência desse fato deve ser compreendida como própria de um Estado, capitalista por natureza, marcado pela oscilação entre momentos em que permite a exploração dos trabalhadores pelos capitalistas, enquanto em outras situações busca efetivar ajustes sociais para minimizar as desigualdades sociais.

Nesse aspecto, consideramos uma contradição da postura do governo Lula da Silva em não cumprir as promessas de seu programa eleitoral, as radicais e profundas

mudanças sociais, sucumbindo à ideologia neoliberal de uma política macroeconômica ancorada no tripé de metas de inflação, regime de câmbio flutuante e ajuste fiscal, favorecendo os ganhos do capital financeiro especulativo no país através da promoção dos juros altos.

Quanto aos avanços desse governo destacamos: as políticas de recuperação do salário mínimo e de transferência de renda; a elevação da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) com o objetivo de financiar as grandes empresas nacionais; a política externa de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no país para exportação de mercadorias e de capitais e o incremento do investimento estatal em infraestrutura.

A política de transferência de renda teve como principal destaque o lançamento, em 2003, do programa Bolsa Família, uma política de combate à pobreza, essencialmente voltada para a incorporação dos pobres ao mercado. Apesar desse programa fortalecer a dimensão das transferências de renda para a população mais pobre, não conseguiu garantir o grau de cobertura da proteção social, pois o que de fato ocorreu foi uma redução da esfera pública e dos direitos sociais e a universalização do mercado através do acesso aos bens (LAVINAS, 2017).

Com relação à administração pública destacamos a implementação de novas técnicas administrativas utilizadas em algumas áreas, gerando com isso, uma melhoria significativa em seu desempenho, como é o caso do Ministério do Desenvolvimento Social, do MEC e de algumas ações controladas pela Casa Civil, como o programa Minha Casa Minha Vida. Em contrapartida, outras áreas da administração pública seguiram utilizando técnicas arcaicas, tanto em termos de profissionalização, quanto em termos da própria agenda de gestão, fato que contribuiu, de acordo com Abrúcio (2011), para o surgimento de casos de corrupção e de fracassos em termos de desempenho de resultados.

Áreas como Transportes, Turismo, Esportes e outras, no fundo, não foram ainda atingidas nem pelas mudanças positivas da Constituição de 1988, tampouco pelos avanços obtidos nos anos FHC e Lula. Isto ainda não ocorreu, em boa medida, por conta de problemas no sistema político e na relação entre política e burocracia. No fundo, é preciso saber se a velocidade e a extensão das transformações já ocorridas na gestão pública federal são compatíveis com o modelo de presidencialismo de coalizão montado no país (ABRUCIO, 2011, p. 125).

Preocupado com as ações em prol da construção de um pacto para melhorar a gestão pública, o governo publica em 2008 um documento – a Carta de Brasília, construída em conjunto pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e pelo Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Administração (CONSAD), cujo objetivo era desenvolver ações para modernizar o funcionamento da gestão pública. Destacamos apenas os pontos relacionados com a modernização da gestão pública:

1. Gestão de pessoas – profissionalizar e capacitar continuamente a força de trabalho. Neste sentido, ganham especial importância: a criação e o gerenciamento de carreiras específicas alinhadas às necessidades da administração e pensadas em uma perspectiva estratégica; a definição de critérios para a ocupação dos cargos e funções comissionados; a introdução da lógica de gestão por competências para melhor alocação e uso dos talentos; e a implementação de sistemáticas de incentivo e responsabilização.
2. Modelos de gestão – simplificar os processos de trabalho, diminuindo o excesso de regras e controles; orientar a atuação do Estado para resultados e rever os mecanismos e instrumentos destinados a avaliar o desempenho institucional e a incentivar a boa gestão.
3. Instrumentos do ciclo de gestão – propiciar melhor articulação entre planejamento e orçamento e rever o modelo de gestão orçamentária de forma a orientá-lo para resultados, tornando-o menos rígido.
8. Realização de estudos e pesquisas para subsidiar as políticas e diretrizes para a modernização do Estado e para melhorar a gestão pública. Embora os principais entraves e problemas da administração pública sejam conhecidos, existe enorme carência de estudos e pesquisas sistematizados sobre o assunto que possibilitem entender a dinâmica dos problemas e a qualificá-los e quantificá-los para subsidiar a elaboração de propostas de solução adequadas (CARTA DE BRASÍLIA, 2008).

Percebe-se, com essa carta, a intenção do governo de modernizar as práticas adotadas na gestão pública, priorizando a profissionalização do serviço público, um modelo de gestão desburocratizado e a utilização de ferramentas que priorizavam ações de boas práticas de gestão, além de reforçar práticas de combate à corrupção através de mecanismos de transparência e da ética, pelo menos em tese.

Na esfera educacional, o aspecto da inovação pode ser percebido com a criação do Programa Universidade para Todos (ProUni), do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), do modelo de compras governamentais e do Plano de Ações Articuladas, considerado um importante instrumento de planejamento estratégico que o MEC instalou em milhares de municípios (ABRUCIO, 2011).

Entretanto, mesmo com a implementação de tais medidas na educação, o governo Lula da Silva manteve a política neoliberal que resultou em novas e complexas formas de reestruturação do Estado e também da política educacional, apenas ficaram menos visíveis em decorrência da política neodesenvolvimentista implementada por esse governo.

Um dos aspectos que podemos apontar com relação à evidência dos preceitos neoliberais na educação é o movimento dos reformadores empresariais²² da educação que avançou nesse período, no qual as políticas

[...] continuaram com um viés mercadológico, influenciadas por princípios de competição, meritocracia e responsabilização típicos da organização e gestão empresariais, portanto, extraídas do mercado, transpostas e adaptadas ao meio educacional cujas mudanças mais visíveis manifestam-se por meio de diferentes arranjos, entre eles o público-privado que levam à privatização da educação (CAETANO; COSTA, 2018, p. 252).

A política educacional implementada no primeiro mandato do governo Luiz Inácio Lula da Silva foi marcada por um fortalecimento do papel da União na organização da educação nacional, especificamente na educação superior, com um forte destaque para o sistema de avaliação, representando uma continuação do governo anterior. Dentre as medidas adotadas destacam-se a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que criou o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que instituiu o Programa Universidade para Todos (PROUNI).

No ensino fundamental, foi promulgada a Lei nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2004, que instituiu o ensino fundamental de 9 anos. Também, foi criado em substituição ao Fundef, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), através da aprovação em 19 de dezembro de 2006, da Emenda Constitucional nº 53 e da Medida Provisória nº 339, em 29 de dezembro de 2006, tendo sido convertida, no segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, na Lei nº 11.494, de 20/6/2007, regulamentada

²² O termo “*corporate reformers*”, os chamados reformadores da educação nos Estados Unidos, foi criado pela pesquisadora Diane Ravitch e indica a coalização entre políticos, mídia, empresários, empresas educacionais, institutos e fundações privadas e pesquisadores. A ideia era de que a iniciativa privada era mais eficiente para a educação americana do que os educadores profissionais. No Brasil esse movimento é conhecido como Todos pela Educação. Ver Freitas (2012).

pelo Decreto nº 6.253, de 13/11/2007, e modificada pelo Decreto nº 6.278, de 29/11/2007. O Fundeb representou um avanço em relação ao fundo anterior, pois, ampliou sua abrangência para toda a educação básica, incluindo além da educação fundamental, a educação infantil, o ensino médio, a educação de jovens e adultos, e as modalidades da educação especial, da educação indígena e quilombola, assim como a educação profissional integrada ao ensino médio (SAVIANI, 2108).

As rupturas ocorridas em relação ao governo FHC, especificamente no segundo mandato do governo Lula da Silva, podem ser sintetizadas pela instituição do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), através de um conjunto de decretos baixados em abril de 2007, com destaque para o Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007, que instituiu o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e a Lei nº 11.738 de 16 de julho de 2008, que instituiu o piso salarial profissional para os profissionais do magistério público da educação básica.

O movimento *Todos pela Educação* foi criado pelos empresários, sugerindo que a educação é um problema não restrito ao Estado e aos governos, mas de toda a sociedade. Esta iniciativa originou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) ao instituir o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, o que evidencia a participação do privado no campo educacional (SAVIANI, 2009).

No Movimento Todos pela Educação, representado pela elite financeira dos bancos e do setor industrial, o que na perspectiva de Poulantzas (2019) representam o bloco no poder, voltam os seus interesses para a educação. O empresário se coloca à disposição do país para colaborar com a garantia do direito à educação, definindo as diretrizes e prioridades da educação nacional e colocando-se à disposição para implantar tais políticas por meio de seus institutos e fundações. Nessa perspectiva, os empresários se utilizam de um discurso para a solução de um problema de ordem social, trazendo para a realidade das escolas, transformações em todas as áreas, seguindo os preceitos das empresas privadas (FREITAS, 2016).

Outro ponto da política educacional foi o estabelecimento das diretrizes para integração de instituições federais de educação tecnológica através da constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica, conforme pode ser observada na análise de Saviani (2018):

Efetivamente, essa é uma área na qual o Governo Lula se contrapôs, desde o primeiro mandato, ao Governo FHC. Levando em conta as críticas que os estudiosos da área de educação e trabalho formularam ao Decreto n. 2.208, baixado em 17 de abril de 1997 pelo Governo anterior, o Governo Lula editou, em 23 de julho de 2004, o Decreto n. 5.154 que, em seu último artigo, estabelece taxativamente: Revoga-se o Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997 (artigo 9º). Com esse novo decreto retoma-se a tendência da formação integrada visando à superação da dualidade entre educação geral e formação profissional, revertendo o retrocesso representado pelo decreto do Governo FHC (SAVIANI, 2018, p. 300).

Em 2010, Dilma Vana Rousseff, foi eleita a primeira mulher presidente do Brasil, e seu governo, em continuidade ao seu antecessor, também levantou a bandeira da redução das desigualdades sociais e da promoção do desenvolvimento econômico e humano, implementando uma agenda de inclusão social através de uma série de medidas distributivas, consolidando programas estratégicos como: o Bolsa Família; o Minha Casa Minha Vida; o Mais Médicos; o Brasil Sorridente; o Rede Cegonha; o Ciência Sem Fronteiras e o Vale Cultura.

As ações direcionadas para tais medidas visavam a modernização dos instrumentos do Estado através da promoção da participação e controle social através de mecanismos como *accountability*, transparência e redução do déficit institucional.

A política educacional do governo Dilma Rousseff também segue a mesma direção do governo Lula da Silva e, de uma forma geral, realizou algumas alterações pontuais na LDB, como por exemplo, a Lei nº 12.416, de junho de 2012, referente à oferta de educação superior para os povos indígenas.

Entretanto, algumas medidas causaram um impacto maior, como a Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, que ampliou a educação obrigatória para a faixa etária dos 4 aos 17 anos (essa lei ajusta a educação ao disposto na EC nº 59, de 11 de novembro de 2009), compreendendo a pré-escola (4 e 5 anos de idade), ensino fundamental (6 aos 14 anos) e ensino médio (15 aos 17 anos de idade).

Uma medida que pode ser considerada a marca da política educacional do governo Dilma, foi a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), através da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que como pode ser observado no artigo 1 tinha como objetivos:

Art. 1º É instituído o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), a ser executado pela União, com a finalidade

de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.

Parágrafo único. São objetivos do Pronatec:

I - Expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II - Fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;

III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;

IV - Ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;

V - Estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

VI - Estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda. (Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013). (BRASIL, 2011)

Conforme o artigo 2º, tais objetivos eram direcionados para estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos; trabalhadores; beneficiários dos programas federais de transferência de renda; e estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral. Além desse público-alvo, o PRONATEC estimulava a participação dos agricultores familiares, pessoas com deficiência, povos indígenas, comunidades quilombolas e adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, e também de mulheres responsáveis pela unidade familiar beneficiárias de programas federais de renda, nos cursos oferecidos por intermédio da bolsa-formação (BRASIL, 2011).

Para viabilizar essa modalidade de educação, foram oferecidos os cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para essa população de forma gratuita e com direito a auxílio alimentação, auxílio transporte e material escolar, já vislumbrando uma proposta de ampliação da oferta desses cursos, através de uma série de subprogramas, projetos e ações de assistência técnica e financeira que se concretizaram, destacando-se para tanto o Bolsa-Formação; o Fundo de Financiamento Estudantil Técnico (FIES Técnico); o Rede e-Tec Brasil; o Brasil Profissionalizado; o Redes Estaduais de EPT e o Rede Federal de EPT.

Essa ampliação da oferta dos cursos gratuitos favoreceu diretamente trabalhadores, estudantes e pessoas em vulnerabilidade social, inclusive com a

possibilidade de inserção delas no mercado de trabalho. Entretanto, Saviani (2018) destaca duas limitações desse programa:

[...] o PRONATEC constituiu uma iniciativa importante na direção da expansão da oferta de educação profissional e tecnológica, mas padece de pelo menos duas limitações: a crença empiricamente infundada de que há carência de profissionais de nível médio e que, conseqüentemente, os profissionais desse nível teriam maiores chances de serem absorvidos rapidamente pelo mercado de trabalho; e o incentivo à iniciativa privada alocando recursos públicos para a expansão das vagas oferecidas pelas redes de escolas particulares inclusive aquelas com fins lucrativos. (SAVIANI, 2018, p. 301).

No final do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, 2014, entra em vigor o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, para vigorar nos 10 anos subsequentes, com o objetivo de propiciar a melhoria da educação do país como um todo. O PNE é um documento que determinou as diretrizes, metas e estratégias para a política educacional entre os anos de 2014 e 2024, e considerado um dos principais destaques na educação brasileira. O que chama a atenção é que esse plano foi sancionado praticamente sem vetos, fruto de ampla discussão junto à sociedade civil bem como no Congresso Nacional.

Dentre as 20 metas que compõem o PNE, vamos destacar especificamente a meta 20 – Financiamento da educação, que estabelece a ampliação do investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto – PIB do país no quinto ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio (BRASIL, 2014).

A meta 20 do PNE e suas 12 estratégias, representava a possibilidade da efetivação do direito à educação em nosso país e da superação das desigualdades sociais e culturais, pois, as dimensões que contemplavam esse projeto estavam dispostas nas outras 19 metas, que incluía a universalização e ampliação do acesso ao ensino, a qualidade e equidade em todos os níveis e modalidades da educação básica, a valorização dos profissionais da educação, como também a implementação da gestão democrática em toda a rede pública de educação.

Assim, a justificativa para que 10% do PIB fosse efetivamente direcionado para a educação pública perpassa o direito de garantir aos estudantes brasileiros o acesso e permanência à educação pública de qualidade e a igualdade de oportunidades.

Percebe-se, de uma forma geral, que os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff realizaram políticas positivas com relação ao enfrentamento da pobreza,²³ ao reconhecimento da diversidade social e cultural da sociedade brasileira e que se refletia diretamente no ambiente escolar, ou seja, as mudanças implementadas por esses governos democráticos-populares, permeados por ideologia política progressista, afetaram diretamente a educação brasileira através das políticas educacionais mais inclusivas de acesso e permanência escolar, favorecendo a parcela da população mais pobre.

Entretanto, percebe-se também no sistema educacional um ambiente pautado nos conceitos de eficiência e eficácia, fundamentados nos princípios da NGP através da utilização dos princípios da gestão gerencialista, como os sistemas de avaliação externa em larga escala, de responsabilização e de prestação de contas. Nessa perspectiva, o desempenho dos alunos em avaliações externas é considerado como a mais importante questão educacional, como pode ser comprovado pela criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), em 2007, que se tornou o principal instrumento de aferição da qualidade da educação nacional, um índice balizado por metas a serem cumpridas pelas escolas – taxa de aprovação, taxa de reprovação e evasão, e de desempenho em exames padronizados, como o Prova Brasil. Apesar das insuficiências do IDEB enquanto instrumento de avaliação das políticas educacionais amplamente discutida na literatura acadêmica, destacando-se Casassus (2009); Cury (2002); Almeida; Dalben; Freitas (2013) e Ravitch (2011), dentre outros.

No segundo mandato de seu governo, no ano de 2016, Dilma Rousseff sofre um processo de *impeachment*, assumindo em seu lugar o vice-presidente Michel Temer. O ponto de partida para entender esse processo foram as consequências que a crise financeira de 2008²⁴ trouxe para os países emergentes, especificamente o Brasil que passou a sofrer um impacto mais forte. Inicialmente, essas consequências foram minimizadas pelos subsídios concedidos aos setores da indústria automobilística e de eletrodoméstico e por uma expansão do crédito ao consumidor,

²³ De acordo com o Banco Mundial, a parcela da população em situação de extrema pobreza no Brasil era de 13,6% em 2001, caindo para 4,9% em 2013. Já em 2017, o IBGE apontou um aumento de 2 milhões de pobres no país, para um total de 54 milhões de pessoas, o que equivale a 26,5% da população.

²⁴ A crise financeira de 2008 é considerada a maior crise do capitalismo desde a crise de 1929 e foi originada no interior do capitalismo rentista dos Estados Unidos.

entretanto, já no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff essa situação se agravou.

O agravamento da crise no cenário econômico juntamente ao cenário político conturbado, fez florescer manifestações em todo país – conhecidas como Jornadas de junho - e mais uma série de protestos, inicialmente contra o aumento da tarifa dos ônibus, alcançando em seguida outras demandas como habitação, saúde, transporte e educação. A partir desse contexto, o país seguiu dividido até as eleições presidenciais de 2014, se afunilando em uma polarização em que dois modelos estavam em disputa: “de um lado, a tentativa de, mesmo em meio à crise, dar continuidade ao modelo conciliatório (chamado por alguns de neodesenvolvimentismo) e, de outro, a busca por resgatar *in totum* a agenda neoliberal e romper com esse modelo” (PAULINI, 2012, p. 63).

O segundo mandato da presidente Dilma Rousseff aconteceu após uma disputa bastante acirrada, cuja vitória teve apenas 3,28% de diferença em relação ao seu adversário, Aécio Neves, que obteve 48,36% contra os 51,64% da candidata do PT. Esse pequeno percentual confirmou a intensa polarização política que o Brasil vinha atravessando, tanto em termos ideológicos, quanto regionais entre o Norte-Nordeste e o Centro-Sul. Para essa eleição o PT formulou a “Coligação com a Força do Povo” formada pelos seguintes partidos: PT, PMDB, PSD, PP, PR, PROS, PDT, PCdoB e PRB. E a coligação derrotada, intitulada “Muda Brasil”, foi composta pelas seguintes legendas: PSDB, PMN, SD, DEM, PEN, PTN, PTB, PTC e PTdoB (CAVALCANTI; VENERIO, 2017, p.141).

Quando se observa mais atentamente os números dessa eleição, confirma-se a polarização regional. Em valores aproximados, tem-se que, na região Norte, Dilma venceu por 56% a 44% e na região Nordeste, seu percentual de vitória foi de 71% contra 29% do seu adversário. Já na região Centro-Oeste, Aécio Neves venceu por 58% a 42%, confirmando sua vitória também no Sudeste, com um percentual de vitória de 57% a 43%. No Sul, Aécio Neves consegue 60% dos votos válidos, contra 40% de sua adversária. No eixo Norte-Nordeste, Dilma ganhou por 68% a 32% dos votos válidos (só perdeu no Acre, em Rondônia e em Roraima) (CAVALCANTI; VENERIO, 2017, p. 141).

Verifica-se, portanto, que desde a eleição e vitória da presidente Dilma, no ano de 2014, que o país já vinha atravessando um momento político de extrema

polarização, atingindo, no seu segundo mandato, a fase mais aguda da crise política, social e econômica, resultando na instauração do processo de *impeachment* em dezembro de 2015, pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, que aceitou uma denúncia por crime de responsabilidade oferecida.

De uma forma geral, os protestos de 2013, a reeleição de Dilma Rousseff em 2014, a desintegração da base governista no Congresso Nacional e a adoção de um ajuste fiscal, em 2015, que protegia as elites econômicas foram sinais do encerramento do período conhecido como *lulismo*, ou seja, da política de conciliação de classes (SINGER; LOUREIRO, 2016).

A crise política e econômica de 2014/2015 que culminou com o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff pode ser entendida como um conflito de classes e de frações de classes no Estado brasileiro, pois “É insuficiente constatar que o Estado brasileiro sob os governos da coalizão liderada pelo PT mantém a dominação da burguesia” (BOITO JR., 2018, p. 226).

Para compreender a influência de determinados grupos sociais que atuam no Brasil, seu grau de participação na política de Estado e consequentemente na interferência da conjuntura nacional, esse estudo se fundamentou na teoria marxista, que concebe o Estado brasileiro como uma instituição moldada pelas demais instituições e os indivíduos que as ocupa, portanto, não é considerada uma instituição neutra. E, seguindo o campo da teoria marxista, como foi destacado no capítulo anterior, utilizamos também os conceitos desenvolvidos por Poulantzas (2019) sobre bloco no poder para entender a classe burguesa e suas relações com o Estado e com as demais classes sociais. No Brasil essa classe no poder é composta por inúmeras frações burguesas rivais que disputam a hegemonia política no interior desse bloco.

De acordo com Boito Jr. (2018) o grande capital é subdividido por duas frações: a fração da grande burguesia interna, formada por grandes empresas sob o comando do capital nacional e distribuída em diferentes setores da economia, como a construção naval, a construção pesada, o agronegócio, a indústria de transformação e o capital bancário nacional. E, a fração associada, integrada ou internacionalizada da burguesia brasileira é composta pelos grupos econômicos atuantes no Brasil, proprietárias do capital internacional e dos grupos de capital nacional que mantêm relação direta de dependência com esses grupos internacionais. Assim, essa disputa

entre a grande burguesia interna e a burguesia associada foi considerada a principal disputa do bloco no poder que teve início nos governos de coalizão liderado pelo PT.

4.1.3 Políticas reacionárias e conservadoras: Governo Michel Temer (2016/2018)

Entendemos que o processo de *impeachment* representou um golpe, uma ruptura antidemocrática, acompanhada por uma grave crise política, econômica e social, “[...] com todos os requintes de uma plataforma programática do neoliberalismo extremado” (MANCEBO, 2017, p. 879).

Essa plataforma pode ser sintetizada com o lançamento, em 29 de outubro de 2015, pelo PMDB, durante um congresso nacional da Fundação Ulysses Guimarães, de um documento intitulado “*Uma ponte para o futuro*” (PMDB, 2015). Tal documento é considerado como uma agenda política permeada por princípios neoliberais e que indicava a rendição ao ciclo do capital financeiro. Esse documento serviu também de plataforma política quando o então vice-presidente Michel Temer assumiu o governo em 2016, e se refere a um texto com 19 páginas com a “finalidade de ser sua ferramenta para pesquisas científicas, doutrinação e educação política” (CAVALCANTI; VENERIO, 2017, p. 140).

Em linhas gerais, percebe-se no documento uma grande preocupação com a crise fiscal (diminuição dos recursos carregados aos cofres públicos) e com a rigidez do orçamento (dificuldade para alocação dos recursos). Esses fatores, combinados com a indexação de benefícios (salários, aposentadorias etc.) e com a falta de uma ampla reforma da Previdência, teriam contribuído para um desequilíbrio nas contas do Governo, para o aumento da inflação e para a crise econômica de modo geral (CAVALCANTI; VENERIO, 2017, p.155-156).

De acordo com Braga (2016), o documento “*Uma ponte para o futuro*” foi o resultado de uma intensa negociação ocorrida entre o PSDB (derrotados na eleição de 2014) e o PMDB, cuja essência era garantir o pagamento dos juros da dívida pública aos bancos, às custas do sacrifício de setores como a educação, a saúde e os demais programas sociais do governo, que deveriam ser deixados em segundo plano.

Nesse sentido, o autor enfatiza que:

[...] as forças golpistas derrubaram o governo não pelo que Dilma Rousseff concedeu aos setores populares, mas por aquilo que ela não foi capaz de entregar aos empresários: um ajuste fiscal ainda mais radical, que exigiria alterar a Constituição Federal, uma reforma previdenciária regressiva e o fim da proteção trabalhista. Ocorre que, do outro lado da atual crise, os sindicatos, em sua maioria, controlados pelo PT, ainda protagonizam um histórico ciclo grevista” (BRAGA, 2016, p. 52).

As principais consequências estruturais, resultantes do documento “Uma ponte para o futuro”, estão presentes no governo Michel Temer, que ocupou o poder a partir do golpe de 2016, um período marcado pelo aumento do conservadorismo e pela utilização de medidas neoliberais ou ultraliberais, com o propósito de atender aos interesses do capital financeiro internacional ao mesmo tempo em que negligencia as reais necessidades da grande massa trabalhadora do país.

Dentre as principais medidas desse governo podemos destacar a aprovação da Emenda Constitucional n.º 93, de 16 de dezembro de 2016, a partir da qual, foram inseridos, nas Disposições Constitucionais Transitórias, vários dispositivos que implementaram um novo regime fiscal com um limite para os gastos do governo federal, que vigorará pelos próximos vinte anos. O teto de gastos, fixado para 2017, corresponde ao orçamento disponível para os gastos de 2016, acrescido do índice de inflação daquele ano, o índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA. Para a educação e a saúde, o ano-base foi o de 2017, com início de aplicação em 2018. (BRASIL, 2016). Essa PEC atinge todas as esferas da administração pública e impacta fortemente as políticas educacionais, especialmente as aprovadas no PNE 2014-2014, como a meta 20, descrita anteriormente.

As regras do novo regime não permitem, assim, o crescimento das despesas totais e reais do governo acima da inflação, nem mesmo se a economia apresentar um resultado positivo, o que diferencia o caso brasileiro de outras experiências estrangeiras que adotaram o teto de gastos públicos. Somente será possível aumentar os investimentos em uma área se forem feitos cortes em outras áreas. As novas regras desconsideram, portanto, as taxas de crescimento econômico, como também as demográficas pelos próximos vinte anos, o que poderá levar ao “sucateamento das políticas sociais, especialmente nas áreas da saúde e educação, pondo em risco por completo a qualidade de vida da população brasileira” (MARIANO, 2017, p. 261).

O trabalhador brasileiro também foi penalizado com a contrarreforma trabalhista e da previdência social. Nesse aspecto, destacamos a aprovação da Lei da Terceirização, Lei n.º 13.429, de 31 de março de 2017 que garante, entre outros aspectos, a terceirização irrestrita, inclusive das atividades-fim. Esse aspecto da lei tem uma influência decisiva no nosso objeto de estudo, pois, garante a atuação de entidades privadas no contexto das escolas públicas.

Além desse aspecto, outras perdas trabalhistas foram incluídas no pacote da Reforma Trabalhista, como a flexibilização da jornada de trabalho; a introdução de novas modalidades de contratação, como o trabalho intermitente e a ameaça à garantia de gratuidade do processo trabalhista.

Quanto à Previdência Social destacamos a proposta de emenda constitucional (PEC) n.º 287 de dezembro de 2016, conhecida como a Reforma da Previdência, que propôs mudanças nas regras referentes aos benefícios dos servidores públicos e privados, justificada pela concepção de que a Previdência Social brasileira apresenta reiterados déficits orçamentários, tornando-se insustentável financeiramente. Para tanto, foram modificadas as regras para aposentadoria, como por exemplo, a idade mínima para aposentadoria, a forma de cálculo do valor inicial para a aposentadoria, e o valor das pensões. O impacto dessa PEC se estendeu também para a aposentadoria rural e as contribuições dos agricultores familiares (BRASIL, 2017).

No campo educacional, o novo Ministro da Educação nomeado foi um deputado federal do Democratas, Mendonça Filho, cujas iniciativas de gestão redirecionaram as políticas e ações até então postas em prática por esse órgão, como o rompimento da participação de setores da sociedade na definição dos principais programas ministeriais, prática utilizada nos governos do PT.

Tal fato pode ser corroborado a partir das primeiras iniciativas instituídas pelo novo ministro e que representaram uma inflexão nas relações do executivo federal com o Fórum Nacional de Educação (FNE) e com o Conselho Nacional de Educação (CNE), instâncias competentes para a implementação das políticas públicas de educação no país. Através do Decreto Executivo de 26 de abril de 2017 e da Portaria nº 577, de 27 de abril de 2017 (BRASIL, 2017), foi retirado do FNE sua base de representação social e a descaracterização da configuração da CNE, prevista para ocorrer no ano de 2018 (AGUIAR, 2019).

Nesse viés, Aguiar (2019) chama a atenção para o rompimento do MEC com setores da sociedade, quando,

[...] retirou a coordenação do Fórum da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), escolhida pelo colegiado, acarretou a reação imediata das entidades da sociedade civil que optaram pela saída coletiva do FNE e instituíram o Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE), com a responsabilidade de organizar a Conferência Nacional Popular de Educação 2018 (CONAPE 2018) e de “exigir o cumprimento dos planos nacional, estaduais, distrital e municipais de educação, contribuindo sempre para a sua análise e aperfeiçoamento em uma luta permanente pela educação pública democrática” (FNPE, 2018) (AGUIAR, 2019, p.6).

Outra medida que vai nessa direção foi a interferência na composição do CNE, considerado o principal órgão normativo da educação brasileira, através da revogação do decreto da presidenta Dilma Rousseff, que nomeou os novos conselheiros respaldada por consulta às associações e instituições pertinentes, “Ao agir dessa forma, o executivo federal procurava adequar a estrutura normativa do Conselho à nova perspectiva do projeto político governamental que se desenhava naquele contexto” (AGUIAR, 2019, p. 6). E que representava o interesse de que o CNE adotasse uma postura favorável às propostas e às ações do MEC, especialmente à aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), direcionada para a educação básica, que passa a ser alvo de interesses de grupos nacionais e internacionais na definição de um currículo nacional²⁵. A terceira versão da BNCC, aprovada em 2017, é considerada reprovável por muitos estudiosos, por apresentar graves indícios de retrocesso, como um documento tecnocrático e conservador, produzido sem transparência.

A Medida Provisória n.º 746/2016, que posteriormente se transformou na Lei n.º 13.415/2016, de 13 de fevereiro de 2017, e que causou bastante repercussão, instituiu a reforma do ensino médio. A justificativa do governo para tomar essa medida era tornar esta etapa do ensino mais dinâmica e atrativa aos jovens, tendo em vista a alta evasão de estudantes entre 15 e 17 anos. Entretanto, tal medida

[...] ao ser anunciada, mediante uma medida provisória, sem consultas às entidades da área, atropelando os projetos de lei sobre a matéria em tramitação no Congresso Nacional e, também, interrompendo programas e ações em andamento do governo anterior que visavam superar tal quadro, configurou-se como uma medida de cunho

²⁵ Para maiores informações consultar Aguiar (2018).

autoritário e conservador, o que motivou reações contrárias em vários setores da sociedade (AGUIAR, 2019, p. 11).

Constata-se, portanto, a partir dessa breve contextualização das principais políticas educacionais implementadas desde 1995, no governo FHC, uma orientação influenciada, sobretudo, por organismos internacionais e por instituições privadas alinhadas aos interesses de mercado. Nesse período, tivemos uma disputa dos projetos educacionais na sociedade, destacando-se, na perspectiva neoliberal, ações direcionadas à padronização dos currículos escolares e processos formativos, instrumentos de avaliação da educação básica e superior fundamentados nos princípios da NGP para atingir a eficiência, a eficácia, a meritocracia e a gestão por resultados. Uma perspectiva contrária àqueles que lutam por uma educação emancipadora, que possa modificar a realidade individual e da sua comunidade.

Essa disputa ficou menos visível ao longo dos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, onde foram registrados avanços na educação básica e superior, com o aumento dos investimentos direcionados para a educação pública, o aumento do número de jovens no ensino médio, a interiorização das universidades e a garantia de um piso salarial para os profissionais da educação. Todas essas conquistas foram alcançadas através da mobilização da sociedade civil e da sociedade política em conferências nacionais da educação e instituição do FNE que foi decisivo para formulação do PNE 2014/2024.

Conquistas estas, diga-se de passagem, que retrocederam no governo de Temer, evidenciando que as relações sociais em curso no país não são estáticas, mas estão em constante movimento, caracterizado como um movimento dialético. E, é esse movimento que representa um processo de rupturas e continuidades que atravessou as reformas administrativas e educacionais nesse período.

Com o intuito de compreender o movimento que levou à reconfiguração do público e do privado na educação nacional, sobretudo na educação paraibana, apresentaremos no tópico seguinte a caracterização do que se convencionou chamar de Terceiro Setor, onde novos atores da sociedade civil se configuram como responsáveis pela oferta educacional.

4.2 Terceiro Setor e Organizações Sociais

4.2.1 Contextualização do Terceiro Setor

O termo Terceiro Setor surge pela primeira vez nos Estados Unidos, em 1978, cunhado por John D. Rockefeller III²⁶, que o considera como um setor privado sem fins lucrativos, que incluía dezena de milhares de instituições indispensáveis à vida da comunidade, como igrejas, hospitais, museus, bibliotecas, universidades, escolas privadas, grupos de teatro, orquestras sinfônicas e organizações de assistência social de vários tipos, que para sobreviver, dependiam de contribuições voluntárias de tempo e de dinheiro dos cidadãos. O termo passou a ser usado pelos pesquisadores europeus a partir da década de 1980, para referir-se à combinação de certa flexibilidade e eficiência do mercado com a previsibilidade da burocracia pública (FERNANDES, 1994).

A origem do termo é apontada por Fernandes (2005) como uma tradução do inglês *third sector*, uma expressão de uso corrente nos Estados Unidos, utilizada paralelamente à outras expressões, como organizações sem fins lucrativos. Um tipo de instituição cujos benefícios não podem ser distribuídos entre seus diretores, associados e organizações voluntárias, que possui um sentido complementar ao primeiro tipo de organização.

Na Inglaterra são usadas expressões mais antigas para designar o Terceiro Setor, como caridades, o que remete à memória religiosa medieval, enfatizando o aspecto da doação. A ideia de filantropia é usada com frequência na literatura desse país, assim como a expressão *mecenato*, que faz lembrar o período da Renascença e o prestígio derivado do apoio às artes e ciências (FERNANDES, 2005).

No Brasil, o termo foi apresentado no III Encontro Ibero-Americano do Terceiro Setor, realizado em 1996, na cidade do Rio de Janeiro, onde os participantes discutiram o seu conceito, suas formas e limites (IOSCHPE, 2005). Nesse encontro, foi defendida a atuação de um setor em substituição ao papel do Estado, em um contexto de intensa reforma administrativa, que trouxe como desdobramentos

²⁶Ver em LANDIN, *A invenção das ONGs – do serviço invisível à profissão sem nome*, 1999, p.70.

alterações na propriedade do que permaneceria como público, de responsabilidade direta do Estado, e o que passaria a ser público não-estatal.

Na literatura brasileira o termo foi utilizado pela primeira vez nos estudos de Rubem César Fernandes²⁷, Leilah Landim²⁸ e Nanci Valadares de Carvalho²⁹, realizados no início da década de 1990. Até aquele momento não se conhecia a dimensão real desse fenômeno, que por trás das maiores e mais presentes organizações da mídia encontravam-se uma infinidade de outras organizações, com uma participação significativa nas políticas públicas (COELHO, 2002).

A partir da criação da Aliança Mundial para a Participação dos Cidadãos (CIVICUS)³⁰, o termo terceiro setor começa a ser difundido no Brasil. Segundo Fernandes (1994), este feito foi considerado como,

[...] uma das primeiras tentativas de criar uma instituição especialmente voltada para a promoção da cidadania ativa e da sociedade civil em escala mundial [...] um setor não-lucrativo e não-governamental que coexiste hoje, no interior de cada sociedade, com o setor público estatal e com o setor privado empresarial (FERNANDES, 1994, p.11).

Fernandes (1994) destaca também a importância de relacionar a justificativa para a criação desse setor com conceitos trazidos pela Terceira Via. Como exemplo, a democratização da democracia e o fim da era bipolar, considerando um mundo sem inimigos, mas na verdade parece pautar-se na retirada da luta de classes no contexto do capitalismo após a década de 1990 (COSTA, 2011).

No campo teórico não existe um consenso quanto ao termo Terceiro Setor, pois de acordo com Montañó (2010, p. 58) “[...] não reúne um mínimo de entendimento sobre sua origem nem sobre sua composição ou suas características”, uma vez que agrupa uma quantidade significativa de instituições, desde Organizações Não-Governamentais (ONGs) até fundações. O autor ressalta que o sistema capitalista utilizou “todas as esferas da vida social para o seu primordial fim: a acumulação

²⁷ Rubem César Fernandes. Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina.

²⁸ Leilah Landim. A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome.

²⁹ Nanci Valadares de Carvalho. Autogestão: o nascimento das ONGs.

³⁰ O CIVICUS é uma aliança global de organizações da sociedade civil e ativistas dedicados ao fortalecimento da ação cidadã e da sociedade civil em todo o mundo. Desde 2002, está sediada em Johannesburgo, na África do Sul, contando com mais de 8.000 membros em mais de 175 países. Para maiores informações consultar o site: www.civicus.org.

ampliada de capital” (p.231). Nesse sentido, tanto os indivíduos, quanto as instituições não são meios, mas serão moldados a fim de servir ao acúmulo de capital.

Logo, o capital, seguindo os preceitos do projeto neoliberal, deve reinstrumentalizar o Estado e as relações de trabalho apenas para os seus próprios fins, mas deve também reinstrumentalizar a sociedade civil, entendida como um espaço privilegiado de lutas sociais, como foi em contextos anteriores, para vir a ser um ‘setor’ de atividades entre as classes “harmonicamente mancomunadas para o bem comum” (ibidem, p.231), convertendo, assim, a sociedade civil em instância dócil, para tornar-se um meio adequado aos fins da alta burguesia.

Sobre a existência de uma diversidade de termos que são empregados para conceituar esse segmento, Coelho (2002) entende que essa “[...] multiplicidade de denominações apenas demonstra a falta de precisão conceitual, o que por sua vez, revela a dificuldade de enquadrar toda a diversidade de organizações em parâmetros comuns” (COELHO, 2002, p.58).

Constata-se também que sua nomenclatura não é produto de uma exigência conceitual do termo e sim da exclusão dos setores considerados tradicionais, sendo o Estado entendido como o primeiro setor e o mercado como o segundo, referindo-se às esferas da sociedade civil que não se encontram nem no Estado nem no mercado.

Corroborando com essa ideia de exclusão, Fernandes (1994), um dos pioneiros nos estudos sobre esse tema no Brasil, destaca que a referência a um terceiro setor é feita de forma indireta, “[...] obtida pela negação – nem governamental, nem lucrativa” (ibidem, p.127). Portanto, são duas negações que enfatizam uma relação com os demais setores: ‘não-governamental’ indica que não faz parte do governo, não se confunde com o Estado, e ‘não tem fins lucrativos’ significa que não é gerido a partir da lógica do mercado. Para o autor, o conceito revela um conjunto de iniciativas particulares, mas com um sentido público.

[...] pode-se dizer que o terceiro setor é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, em um âmbito não-governamental, que dão continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandem o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil (FERNANDES, 1994, p. 27).

Teodósio (2001) ressalta que o Terceiro Setor ao mesmo tempo em que se assemelha ao Estado, que é o primeiro setor, na medida em que tem como objetivo e alvo de atuação o espaço público, diferencia-se deste setor por ser uma iniciativa da própria sociedade. Além disso, não equivale à iniciativa privada, pois apesar de não ser governamental, tem como objetivo não o benefício de algumas pessoas ou grupos muito reduzidos, mas o benefício de toda a sociedade.

Já Szazi (2006), em seus estudos, conceitua o Terceiro Setor como um “conjunto de agentes privados com fins públicos, cujos programas visavam atender direitos sociais básicos e combater a exclusão social e, mais recentemente, proteger o patrimônio ecológico brasileiro” (SZAZI, 2006, p.22).

A relevância desse setor também é destacada por Montañó (2010), por abranger uma variedade de organizações, instituições e sujeitos individuais, que podem ser voluntários ou não. Entretanto, o autor considera o termo carente de rigor teórico e desarticulador do social, ao passo que “pressupondo a existência de um primeiro e um segundo setor – dividindo a realidade social em três esferas autônomas: o Estado, o mercado e a sociedade civil” (MONTAÑO, 2010, p.181).

Montañó (2010) critica a definição usual do termo, pois trata-se de um setor que engloba organizações e/ou ações da sociedade civil, não-estatais e não-mercantis. Para o autor tal definição é inteiramente ideológica e inadequada ao real, uma vez que subtende que a realidade social não se divide em primeiro, segundo e terceiro setor, mas em uma divisão considerada como um artifício positivista, um conceito abstrato, sem existência real, no qual o social é entendido de forma desarticulada entre Estado, mercado e sociedade civil.

Assim, percebemos que não existe um consenso em relação à caracterização e delimitação do terceiro setor, surgindo várias denominações para um grupo de organizações que passam a despontar na sociedade civil. Exemplo disso são as organizações sem fins lucrativos, as organizações voluntárias, as organizações não governamentais (ONGs), as associações comunitárias e as fundações. Termos que são usados muitas vezes de forma indiscriminada, sem o rigor e sem a precisão terminológica, e que na prática significam coisas diferentes. Coelho (2002) destaca, de uma forma genérica, que a literatura agrupa nessas denominações todas as organizações privadas, sem fins lucrativos, que visam a produção de um bem coletivo.

É importante destacar que as organizações que fazem parte do Terceiro Setor não surgiram recentemente, como desdobramento de influências externas. Associações ou organizações que praticam a caridade e a filantropia sempre existiram, o que ocorreu nas últimas décadas foi um maior incremento e diversificação de tais organizações, contribuindo para uma maior heterogeneidade do setor.

O Terceiro Setor brasileiro sofreu uma significativa mudança em seu perfil, resultado de uma série de fatores internos e externos, como o processo de redemocratização e a valorização de organizações em esfera mundial, que passaram a ter destaque como atores políticos, além do surgimento de organizações fundadas com base na defesa dos valores democráticos, que tiveram uma grande influência no setor como um todo (COELHO, 2002).

Rifkin (1997) reflete sobre as consequências da construção da identidade do termo para a efetividade de uma ação política. Isso, porque se não houver consciência da condição do Terceiro Setor no país, uma estruturação da sua identidade, não terá poder para tratar os problemas relacionados à sociedade civil.

O problema do terceiro setor [brasileiro] é que ele ainda não tem consciência de sua condição. Falta-lhe uma identidade. Sem identidade não há poder. Sem poder não há como o terceiro setor tratar como iguais o mercado e o governo; e enquanto isso não acontecer, ele não poderá começar a lidar com os problemas que a sociedade civil enfrenta em seus respectivos países (RIFKIN, 1997, p.58).

Mesmo existindo certa imprecisão no conceito do termo Terceiro Setor, há um consenso em relação à tendência de transferência da responsabilidade sobre a oferta de políticas sociais do âmbito estatal para instâncias privadas. Quer dizer, uma redução dos serviços governamentais para a oferta e/ou manutenção de diferentes serviços sociais, entre eles a educação, nas várias etapas de escolarização (ADRIÃO; PERONI, 2005).

Assim, essa nova configuração das esferas públicas e privadas repercute diretamente na questão social, que possui dentre outros aspectos, características da perda do caráter universalista que tinha anteriormente. Nesse sentido, a questão social passa a ter um tratamento descentralizado para o nível local das esferas governamentais, em relação às transferências de recursos públicos para o setor privado, uma vez que este setor não tem condições de autofinanciamento,

desenvolve-se, a partir dessa transferência de fundos, uma parceria entre Estado e sociedade civil (MONTAÑO, 2010).

Nesse sentido, a partir da redefinição do papel do Estado, implementada com a Reforma do Estado em 1995, seguindo os preceitos estabelecidos na NGP, ocorreu no país o redesenho das fronteiras entre o público e o privado, com o surgimento de novas instituições e de novos dispositivos legais que instrumentalizaram tais parcerias. A adoção de políticas neoliberais, caracterizadas pela ideologia do Estado mínimo, com as privatizações e transferência para a sociedade civil de atividades antes desenvolvidas pelo Estado, resultou em uma complexa rede de instituições. Sistematizada por Peroni (2016) como uma:

[...] alteração da propriedade, ocorrendo à passagem do estatal para o terceiro setor ou privado; ou através de parcerias entre instituições públicas e privadas com ou sem fins lucrativos, onde o privado acaba definindo o público; ou, ainda, aquilo que permanece como propriedade estatal, mas passa a ter a lógica de mercado, reorganizando principalmente os processos de gestão e redefinindo o conteúdo da política educacional brasileira (PERONI, 2016, p1).

Esse processo desenvolvido no país, se configurou na forma de uma descentralização das políticas sociais do setor estatal para instituições que compõem o Terceiro Setor. A partir desse movimento, setores como saúde, cultura, pesquisa científica e educação, deveriam ser descentralizados, passando a constituir o setor de serviços não-exclusivos, denominado de público não-estatal.

A partir desse panorama, percebe-se que a tradicional dicotomia existente entre o público e o privado é reconfigurada, aparecendo a nova categoria, público não-estatal. Esse debate está presente em um estudo realizado por Oliveira (2005), que evidencia a existência na Constituição Federal de 1988 de três formas de classificar as noções de público e privado: 1) o público como estatal e o privado como nem público nem estatal; 2) entre o público e o privado, o terceiro setor; e 3) o público nem estatal nem privado.

Na primeira forma, destaca-se o conceito de público estatal que está relacionado com a ordem econômica. Através da concepção de propriedade, as empresas são classificadas como públicas ou privadas, não aceitando diferenciações. Nessa perspectiva, o termo público como estatal associa público ao que é do Estado

e privado ao que não pertence ao Estado. Esse mesmo entendimento é defendido por Bobbio (1987), que considera que:

[...] ‘público tem dois significados diversos, conforme venha contraposto a ‘privado’, como por exemplo, na clássica distinção ente *ius publicum* *ius privatum* a nós transmitida pelos juristas romanos, ou ‘secreto’, em cujo caso tem significado não de pertencente à ‘coisa pública’ ou ao ‘estado’, mas de ‘manifesto’, ‘evidente’, mais precisamente de ‘visível’ (BOBBIO, 1987, p.25).

O segundo conceito presente no texto constitucional é o de “público sem fins lucrativos”, um conceito que nem é estatal e nem é privado. Nos termos de Cury (1992), o conceito de escola não estatal é percebido como:

Ela não é estatal, já que não faz parte do aparelho de Estado. Também não é pública, porque nela não há uma precedência reconhecida do todo sobre as partes; embora se reconheça o bem comum, o que há é uma dinâmica em que a parte privilegiada – movida pelo princípio da harmonia social hierarquizada -, para atender outra parte “desassistida” do todo, teria o dever de compensar necessidades não atendidas. Com isso, a parte “desassistida” reintegra-se ao todo e recupera-se a integração geral, ao mesmo tempo hierárquica e harmônica. Daí decorre a postulação da escola comunitária, filantrópica e confessional aos cofres públicos (CURY, 1992, p.40).

A partir desse entendimento, especificamente o artigo 213 da CF/88 trata dessa forma de diferenciar o público e o privado através da atividade educacional, quanto a destinação do repasse de verbas públicas para as escolas privadas sem fins lucrativos, que englobam as escolas dos tipos comunitárias, confessionais ou filantrópicas. Para ser enquadrada nessa categoria, as escolas precisam comprovar a finalidade não-lucrativa, e aplicar seus excedentes financeiros em educação. A grande novidade introduzida pela Constituição Federal de 1988 foi o debate sobre a exceção, isto é, sobre a admissibilidade da existência de escolas privadas sem fins lucrativos.

[...] entre o público estatal e o privado *stricto sensu* existe ‘algo’, ou, nos termos da Constituição, entre o público e o privado ‘com fins lucrativos’ temos o privado ‘sem fins lucrativos’, que, no entender do legislador constituinte, materializa-se nas escolas comunitárias, filantrópicas e confessionais com direito a receber recursos públicos (OLIVEIRA, 2005, p.160-161).

Quanto à terceira forma de classificar o público e o privado temos o público nem estatal e nem privado, percebida no texto constitucional que além do sistema privado e público, existe também outra forma denominada de estatal. Precisamente no art. 233 quando trata da competência do poder executivo em “outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado,

público e estatal” (BRASIL, 1988). Nesse sentido, entende-se que “o que é público não é estatal e o que é estatal não é público, tampouco privado” (OLIVEIRA, 2005, p. 162).

O que está por trás desse conceito é a ideia de público com serviço público, no qual a educação oferecida à sociedade, seja pelo Estado, seja pelas instituições privadas, é pública, justificando, assim, o repasse de verbas do Estado para as escolas privadas com fins lucrativos.

Percebemos, no texto constitucional, no capítulo referente à educação, que se travou um embate com relação à variedade conceitual entre o público e o privado, com a legitimação de formas intermediárias de existência entre a tradicional polaridade público-privado, representada pelo setor público não-estatal (OLIVEIRA, 2005).

Para Bresser Pereira (1998), a utilização do termo propriedade pública não-estatal, é entendida como uma forma utilizada pelo capitalismo contemporâneo, fugindo da forma tradicional de divisão feita pelo Direito entre propriedade pública e privada, quando afirma que “[...] além da propriedade privada e da propriedade estatal existe uma terceira forma de propriedade relevante no capitalismo contemporâneo: a propriedade pública não estatal” (BRESSER PEREIRA, 1998, p. 26). Nesse sentido, o público não-estatal corresponderia a uma forma de propriedade que deriva do público, contudo, é considerada não-estatal porque não faz parte do aparato do Estado e por não utilizar servidores públicos, não representando, portanto, os agentes públicos tradicionais.

As atividades que caracterizam tal setor não são identificadas como atividades exclusivas do Estado. Não sendo, assim, consideradas monopolistas, mas por envolverem externalidades positivas e não serem devidamente remuneradas pelas leis de mercado, justifica-se ainda hoje a transferência de recursos públicos para tais atividades. O Estado passa a subsidiar esse setor, o que segundo Bresser Pereira se devia ao “[...] argumento ético de que são atividades que envolvem direitos humanos fundamentais que qualquer sociedade deve garantir a seus cidadãos” (BRESSER PEREIRA, 1998, p. 64).

A justificativa do ministro, na época da Reforma, para o espaço do público não-estatal e, conseqüentemente, o repasse de verbas públicas, aconteceu pelo fato de

essas atividades não gerarem todas as receitas na venda de seus serviços no mercado. Assim, era necessário um reexame das relações entre o Estado e a sociedade, instigando o aparecimento de novas formas de parceria.

A introdução do 'público' como uma terceira dimensão, que supera a visão dicotômica que enfrenta de maneira absoluta o 'estatal' com o 'privado', está indiscutivelmente vinculada à necessidade de redefinir as relações ente Estado e sociedade... O público, 'no Estado' não é um dado definitivo, mas um processo de construção, que por sua vez supõe a ativação da esfera pública social em sua tarefa de influir sobre as decisões estatais (BRESSER PEREIRA, 1998, p.68).

Posto isso, concordamos com Oliveira (2005) que a emergência do discurso do público não-estatal é uma forma de naturalizar o repasse de recursos públicos para instituições privadas, ou seja, uma forma de naturalizar o processo de privatização e de omissão do Estado, sob a lógica neoliberal, que propõe seu enxugamento.

Assim, o setor público não-estatal é considerado como outra forma de propriedade existente no capitalismo contemporâneo, e que,

A pública estatal detém o poder de Estado e/ou é subordinada ao aparato do Estado; a pública não-estatal está voltada para o interesse público, não tem fins lucrativos, ainda que regida pelo direito privado; a corporativa também não tem fins lucrativos, mas está orientada para defender os interesses de um grupo ou corporação; a privada, finalmente, está voltada para o lucro ou o consumo privado (BRESSER PEREIRA; GRAU, 1999, p.23).

Temos um espaço público que é mais amplo do que apenas o estatal, um espaço público não-estatal formado por instituições de direito privado voltadas para o interesse público, não sendo consideradas privadas, mas sim públicas não-estatais. Esse movimento é entendido por alguns pesquisadores como a privatização do público, algo que seguiu a lógica mercantil, imposta pelos instrumentos determinados, para superação da crise do capitalismo (ADRIÃO, 2017; COSTA, 2005; MONTAÑO, 2010; PERONI; ADRIÃO, 2005).

Com o setor público não-estatal revela-se a importância da sociedade como fonte de poder político, configurados em algumas instituições que demonstram a importância do mercado educacional, representando o bloco do poder (POULANTZAS, 2019), mesmo que a justificativa apresentada pelo governo fosse para atingir a satisfação das necessidades coletivas, evidenciando que o Estado e o mercado não são as únicas formas para atingir tal objetivo.

Temos assim, que a partir da reforma do Estado, o processo de criação ou transformação de instituições para a execução dos serviços sociais aconteceu sob as formas de: privatização, terceirização e publicização. E, esta última forma, implica na transformação de uma organização estatal em uma organização de direito privado, mas pública não-estatal. O processo de publicização é entendido como:

[...] descentralização para o setor público não-estatal da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado, como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica. Chamaremos a esse processo de 'publicização' (BRASIL, 1995, p. 13).

Dourado e Bueno (2001) enfatizam que esse processo de publicização, na verdade, representou uma falsa publicização do privado, que se apropria cada vez mais do espaço público, tanto em termos de destinação de recursos, quanto de exploração de serviços, efetivados pela lógica de mercado e alinhadas ao processo de modernização e reforma do Estado. Tal processo se configura na minimização de políticas públicas, representando um esvaziamento do Estado, com a transferência de responsabilidade para o setor privado.

Nesse movimento de redesenho da esfera pública, além da criação do setor público não-estatal, destaca-se também outro processo que aconteceu simultaneamente, pautado nas formas de gestão fundamentada na lógica de mercado, identificado como quase mercado. Esse movimento foi favorável aos setores que não poderiam ser privatizados, mas que precisavam adotar práticas concorrenciais. Assim,

Os neoliberais propõem, para aquelas situações em que privatizar um dado setor não levaria ao estabelecimento das almejadas relações concorrenciais (pois manter-se-ia o monopólio da oferta sobre as mãos privadas), um “choque de mercado no interior do Estado”; eis aqui a origem do quase-mercado (ADRIÃO; PERONI, 2005, p.140).

Pode-se inferir, portanto, que as mudanças ocorridas na gestão pública resultaram, em grande medida, das transformações que aconteceram no mundo do trabalho. O mercado globalizado exigia novos métodos de administração dos sistemas educacionais para a formação de sujeitos que se adequassem às novas habilidades e competências requeridas pelo mercado, o que significou, na prática, a transferência da gestão educacional do setor público para o setor privado.

Para atender as novas exigências do mundo do trabalho, se fizeram necessárias reformas educacionais que foram implementadas, com maior ou menor intensidade, em diferentes países, nos quais,

[...] as instituições educacionais estão se adaptando às demandas de empresas globais por trabalhadores com as habilidades adequadas. Exceto por matemática básica e letramento, e por habilidades relacionadas a ocupações específicas, tais como tecnologia da informação (TI), a maior parte das habilidades técnicas desejadas pelas corporações globais envolvem processos mentais relacionados à priorização de tarefas de trabalho, processamento de informação, tomada de decisões, capacidade de liderança e resolução de problemas. Assim, não surpreende que empresas queiram as habilidades interpessoais necessárias para assegurar a lucratividade da vida corporativa, tais como espírito de equipe e cooperação, pontualidade e entusiasmo/motivação (SPRING, 2018, p.103).

Nesse contexto, a educação é convocada a formar esse trabalhador com novas habilidades, pois o padrão de acumulação flexível não poderia coexistir em um modelo de organização de trabalho rígido como era o modelo taylorista/fordista. Um modelo considerado extremamente rígido e, em certo ponto, ineficiente, pois articulava a produção em massa, o parcelamento das tarefas e a introdução da esteira mecânica, permitindo um maior controle do ritmo de produção e padronização das peças, além do pagamento de melhores salários que garantiam o consumo em massa (MESKO, 2018).

Os fatos históricos, a partir da década de 1970, representados pela competição com a indústria japonesa e a crise do petróleo, provocaram mudanças na organização industrial, acelerando a saturação do modelo taylorista/fordista e provocando o surgimento de um novo padrão de produção, denominado de *toyotismo* ou acumulação flexível. Esse modelo reúne os instrumentos tecnológicos de comunicação e financeiros, com novas roupagens para a acumulação do capital, abrindo espaço para a produção segmentada. Esse movimento intensificou-se, fortemente, com o processo da globalização, abrangendo novos setores e regiões geográficas, e que,

[...] apoia-se na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores da produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 2014, p.140).

A nova organização laboral exige uma flexibilidade dos processos de trabalho, necessitando para tanto, de trabalhadores polivalentes, capazes de trabalhar em equipe, com multiplicidade de funções, operando simultaneamente várias máquinas. E, para aumentar a produtividade, as empresas organizaram um exigente controle de qualidade, considerado um importante instrumento para o capital apropriar-se do saber do trabalhador, até então desprezado pelo modelo anterior (MESKO, 2018).

Nesse contexto, a educação desponta como uma área promissora para a exploração da iniciativa privada, inclusive a educação básica, pois como encontra-se em constante expansão, chegando a atingir uma escala mundial, exige também constantes modificações nos objetivos gerais das políticas educacionais, resultando em um processo que necessita da busca pela qualidade da educação, traduzida e medida por um sistema de avaliação educacional (SOUZA; OLIVEIRA, 2003).

O sistema de avaliação torna-se ao mesmo tempo um instrumento indutor da excelência educacional e um mecanismo que naturaliza as desigualdades. “De um lado, centralizam-se os processos avaliativos e, de outro, descentralizam-se os mecanismos de gestão e financiamento, tornando-os meios destinados a ‘otimizar’ o produto esperado, os bons resultados no processo avaliativo” (SOUZA; OLIVEIRA, p. 874).

Nessa lógica, Souza e Oliveira (2003) apontam duas potencialidades funcionais do sistema de avaliação: primeiro, converte-se em uma peça central do mecanismo de controle, deslocando-se dos processos para os produtos, no qual o controle passa a ser exercido na ponta do sistema, via testagens ordenadas através de processos avaliativos que verificam a qualidade do produto da ação da escola. E segundo, legitima a valorização dos procedimentos competitivos entre as escolas e os sistemas, induzindo pontuações melhores nos *rankings*, que passam a ser definidas pelos seus desempenhos em instrumentos de avaliação em larga escala, garantida pela associação entre desempenho e financiamento.

Tais modificações impostas pelo novo padrão de produção, pautadas na lógica de mercado, resultaram na implementação de estruturas intermediárias entre o sistema estatal e o sistema concorrencial, denominado de quase-mercado.

Logo, alguns mecanismos e dispositivos favoreceram o desenvolvimento da lógica e dos valores de mercado no interior do próprio sistema público estatal, surgindo diferentes formas de privatização, na qual,

Uma, que pode ser chamada de *stricto sensu*, tratou de transferir a propriedade de setores estatais para a iniciativa privada, em uma perspectiva de enxugamento da ação econômica do Estado. A outra, mais matizada, tratou de disseminar formas de gestão ancoradas na lógica de mercado. Nesse caso, não se discute a propriedade da empresa, mas se introduzem concepções privadas de gestão. Esta alternativa, quer seja pela natureza do procedimento, quer seja pela natureza da área não comportava uma transferência direta para o mercado, pelo menos em sua acepção mais “perfeita”. Um dos fundamentos das propostas de privatização *stricto sensu* era submeter as organizações a um “choque de mercado”, por meio dos efeitos salutares da concorrência. Na oferta de serviços educacionais, a adoção de mecanismos típicos de mercado é bastante limitada (SOUZA; OLIVEIRA, 2003, p.876).

A percepção desse contexto era tentar superar a dicotomia entre a gestão pública ineficiente de um lado e o mercado perfeito de outro lado, efetivada através da introdução de concepções da gestão privada nas instituições públicas. Porém, mantendo a propriedade estatal das mesmas, um mecanismo sintetizado por Afonso (2001) como:

[...] *quase-mercado* (ou semi-mercado) refere-se à introdução de *lógicas* e *valores* de mercado no interior do sistema público estatal, dando conta inclusivamente de formas diversas de comparação, concorrência e concretização da liberdade de escolha entre o público e o privado, quando estas não levarem à privatização ou não forem induzidas por razões de lucro, ainda que possam ser estimuladas por apoios financeiros ou subsídios específicos (como acontece com os *vouchers* ou cheques-ensino). Constituem ainda mecanismos de *quase-mercado* (porque induzidos ou propiciados pelo próprio Estado) os que se traduzem na concorrência entre organizações privadas, quando estas têm como objetivo ser escolhidas para funções de natureza lucrativa, através da realização de atividades específicas em estabelecimentos escolares públicos – por exemplo, a gestão privada de uma cantina ou a aquisição de um serviço privado para a segurança de uma escola pública. (AFONSO, 2001, p. 1144).

Nesse sentido, tais medidas serviram para atenuar as fronteiras entre o setor público e o setor privado, com a introdução do mecanismo de quase-mercado, que buscava se apropriar dos ganhos de eficiência obtidos no mercado, mas mantendo o caráter de propriedade estatal. A instituição de quase-mercado implicava em um

amplo controle e regulamentação por parte do Estado, o que foi feito através dos sistemas de avaliação, que contribuiriam para fiscalizar o sistema educativo.

Nesse sentido, o sistema de quase-mercado é entendido como uma proposição adequada para as organizações que, mesmo sem integrar o mercado, estariam aptas para a disputa, apresentando vantagens adicionais como condição para o aumento de sua eficiência (ADRIÃO, 2001).

No contexto das políticas educacionais, a concepção de quase-mercado fica evidente com as políticas regulatórias e centralizadoras que “ampliam mecanismos de controle a partir de uma lógica ‘importada’ do setor privado que incide sobre as políticas sociais ofertadas pelo Estado, ou ainda diretamente pelo setor privado” (PERBONI; MILITÃO; DI GIORGI, 2019, p.6).

Nessa lógica de políticas regulatórias e centralizadoras, foi implementado no Brasil um sistema de avaliação, direcionado para todo o sistema de ensino, desde o ensino superior com o Exame Nacional do Ensino Superior (ENADE), até a educação básica, como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

O SAEB é definido como “um sistema de monitoramento contínuo, capaz de subsidiar as políticas educacionais, tendo como finalidade reverter o quadro de baixa qualidade e produtividade do ensino, caracterizado, essencialmente, pelos índices de repetência e evasão escolar” (SOUZA; OLIVEIRA, 2003, p.881). A sua utilização como instrumento de avaliação de gestão educacional segue os parâmetros da concepção de quase-mercado, na tentativa de compreender e intervir na realidade educacional, por meio de um sistema de comparação e classificação de desempenho do sistema escolar, com a utilização de premiação para aqueles que se destacarem.

Souza e Oliveira (2003) destacam ainda que a questão central deste sistema de avaliação proposto para a educação básica não é a busca de informações para uma intervenção mais precisa e consistente através de políticas educacionais, mas sim, a instalação de mecanismos que estimulem a competição entre as escolas, responsabilizando-as pelo sucesso ou fracasso escolar. Isso significa que a implantação do conceito de quase-mercado na educação pública, com seus princípios e valores da iniciativa privada, não se traduz em um projeto de sociedade que almeja a transformação, mas evidencia apenas a reprodução e intensificação das desigualdades sociais e educacionais.

4.2.1 Marco jurídico do Terceiro Setor

No capítulo anterior, discutimos que no cenário em que emerge o neoliberalismo adotou-se a política de privatização das empresas estatais, a desregulamentação da economia e a liberalização unilateral do comércio exterior, com a finalidade de estimular o desenvolvimento econômico. Atrelados à essas medidas, ocorreu uma proliferação de entidades sem fins lucrativos que almejavam celebrar parcerias com a Administração Pública, garantindo a prestação das atividades relacionadas acima, em troca do fomento estatal.

O resultado desse processo foi um redesenho da atuação do poder público na oferta dos serviços sociais, de uma forma geral, e em particular na esfera educacional, ocorrendo, assim, uma redução de sua participação na oferta desses serviços. Além dessa redução, algumas atividades ou serviços que ainda permaneceram sob a tutela do Estado, passaram a ser geridos pela lógica de mercado, mas, o Estado permaneceu como financiador e avaliador de tais serviços (ADRIÃO; PERONI, 2009).

Para que de fato ocorresse a transição para o modelo de administração pública gerencial, o PDRAE previa a necessidade de elaboração de um marco institucional, que deveria contemplar a transição das atividades estatais para o Terceiro Setor, bem como contribuir para o aprimoramento da gestão pública (BRASIL, 1995, p. 7).

Dessa forma, desenvolveu-se nos últimos anos no Brasil uma legislação específica que propícia a operação de certas entidades privadas, que possuem as características do interesse público, não governamentais e sem fins lucrativos.

A legislação que rege, de forma direta ou indireta, as entidades do Terceiro Setor e que estabelece relações de cooperação entre o Estado e a sociedade, constitui o que se conhece de Marco Legal do Terceiro Setor no Brasil, e foi instituída, inicialmente, no governo FHC, a partir da reforma do Estado.

Até esse período, existia uma regulamentação das entidades sem fins lucrativos, expressa em duas leis: a Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, que instituiu a Declaração de Utilidade Pública Federal e o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro

de 1942, que determinava que as entidades sem fins lucrativos passassem a ser representadas juridicamente como associações ou fundações.

O Marco Legal do Terceiro Setor promulgou três leis e, teve como justificativa a intenção de estimular e fortalecer a sociedade civil. São elas:

- Lei n.º 9.367, de 15 de março de 1998 – Lei das Organizações Sociais (OS);
- Lei n.º 9.790, de 23 de março de 1999 – Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip);
- Lei n.º 12.101, de 27 de novembro de 2009 – Lei da Filantropia.

Organizações Sociais se traduzem em “um modelo de organização pública não-estatal destinado a absorver atividades publicizáveis mediante qualificação específica” (BRASIL, 1988, p. 13), são constituídas por associações civis sem fins lucrativos e orientadas para o atendimento do interesse público. Já as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público se configuram em uma qualificação jurídica atribuída aos diferentes tipos de entidades privadas que atuam em áreas típicas do setor público com interesse social, que podem ser financiadas pelo Estado ou pela iniciativa privada sem fins lucrativos.

No ano de 2014, foi promulgada a Lei n.º 13.019/2014, conhecida como o Marco Regulatório da Sociedade Civil (MROSC). Este também é o nome dado à agenda de compromissos que elaborou tal lei, e se constitui como uma agenda política mais ampla, que se estende a um conjunto de estratégias para o aperfeiçoamento do ambiente jurídico e institucional relacionada às organizações da sociedade civil e suas relações de parcerias com o Estado.

A principal motivação do novo regime jurídico de parcerias está orientada pelo fato de que a incidência, o impacto e a riqueza das organizações da sociedade civil na execução de políticas públicas precisam ser acompanhados de um quadro normativo que reconheça e valorize o trabalho das organizações à altura dos desafios da democracia brasileira (ENAPE, 2019, p.5).

O movimento de construção dessa agenda teve início em 2010, com a articulação da *Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil*, constituída por entidades representativas das mais variadas frentes

e segmentos, e que reúne organizações que atuam, por exemplo, na economia solidária, na promoção e defesa de direitos, no investimento social privado e responsabilidade social, em áreas tradicionais, como saúde, educação e assistência social – sejam de base comunitária, de origem religiosa ou empresarial.

A justificativa da construção de tal marco deve-se à importância de aproximadamente 820.455 Organizações da Sociedade Civil manterem relações com o Estado. Assim, fazia-se necessária uma legislação clara e coesa, que reconhecesse as especificidades das diversas instituições que compõem este segmento. Ao mesmo tempo, era preciso oferecer mecanismos de transparência e controle da aplicação de recursos públicos, como pode ser observado no quadro a seguir.

Quadro 1. Comparação antes e depois da Lei n.º 13.019/2014

ANTES DA LEI N.º 13.019/2014	
• Incapacidade dos instrumentos em abranger a totalidade das OSC e parcerias com o poder público; • Insegurança jurídica; • Criminalização das OSC e movimentos sociais;	• Ausência de normas claras, específicas e abrangentes para as OSC; • Multiplicidade de instrumentos: contratos de gestão, contratos administrativos, convênios; • Ausência de regulamentação do Convênio entre Estado e OSC; • Sucessivas alterações nas normas, falta de clareza e entendimentos diferentes; • Leis de Diretrizes Orçamentárias fixavam regras de parcerias;
DEPOIS DA LEI N.º 13.019/2014	
• Com o MROSC.	• Atendimento à diversidade das OSC; • Normas claras; • Contratualização.

FONTE: MROSC/ENAP, 2019, p. 15.

Consideram-se como Organizações da Sociedade Civil todas as entidades oriundas da livre organização e da participação social da população que desenvolvem ações de interesse público sem visarem o lucro, voltadas para

atender os mais diferentes temas e interesses, com variadas formas de atuação, financiamento e mobilização, de acordo com os seguintes critérios:

- Privadas: não integram a estrutura estatal.
- Sem fins lucrativos: não distribuem eventuais ganhos ou excedentes operacionais entre sócios, fundadores, diretores.
- Institucionalizadas: possuem personalidade jurídica própria ou legalmente constituídas.
- Autoadministradas: capazes de gerenciar suas próprias atividades.
- Voluntárias ou não-compulsórias: constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas, sem nenhum impedimento ou constrangimento legal.

No Brasil, esses critérios correspondem apenas a três figuras jurídicas no novo Código Civil: associações privadas, fundações privadas e organizações religiosas e sociais.

De uma forma geral, o termo “Organização da Sociedade Civil” representa apenas a forma mais recente de fazer referência àquelas entidades antes denominadas Organizações Não Governamentais – ONGs. Essas entidades constituem atores sociais e políticos cada vez mais presentes nas democracias contemporâneas e podem ser qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, desde que cumpram certos requisitos estabelecidos em lei. A lei que instituiu essa titulação tinha como objetivo regulamentar o regime jurídico entre essas entidades e o poder público, com o fim de celebração de convênios.

O termo Organização Social foi outra qualificação outorgada pela Administração Pública para que as entidades sem fins lucrativos pudessem receber determinados benefícios do poder público (dotações orçamentárias, isenções fiscais etc.) com vistas à realização dos seus fins. Com esse título, seria possível celebrar contratos de gestão, um modelo de administração pública que pretende ser mais eficiente. A análise mais detalhada sobre esse tipo de instituição, sua caracterização e formas de atuação, será feita no próximo capítulo.

Temos, assim, que o principal avanço da Lei n.º 13.019/2014 foi a criação de um regime jurídico próprio para as parcerias entre Estado e Organizações da

Sociedade Civil, pois, para atender um universo mais amplo de organizações, de objetos e de formas de execução, era necessária a criação de uma legislação mais abrangente, capaz de formalizar parcerias entre a heterogeneidade dessas organizações com o Estado.

A percepção da importância das Organizações da Sociedade Civil para o país pode ser verificada no estudo disponível na plataforma *Mapa das Organizações da Sociedade Civil* – MAPA, realizada a partir de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. O primeiro aspecto que chama a atenção é o crescimento de cerca de 32% no número das Organizações da Sociedade Civil em menos de uma década, passando de um total de 530.986 em 2010 para 781.921 no ano de 2018, o que representa um aumento de 250.935 instituições no período. Em novembro de 2020, data da última atualização da plataforma, o número total de Organizações da Sociedade Civil no país já chegava a 815.676.

Para acompanhar as reformulações ocorridas na administração pública, e as novas figuras jurídicas que integram as Organizações da Sociedade Civil que redesenharam as fronteiras entre as esferas pública e privada, com os novos protagonistas no cenário educacional, ocorreram modificações também na gestão escolar. Gestão esta que apresentou um movimento contraditório, sendo de um lado uma gestão democrática, pautada no princípio da participação de todos os envolvidos no processo escolar, e por outro lado, um modelo de gestão gerencial, pautado nos princípios da NGP, trazendo como consequência uma série de contradições e dilemas que serão analisadas no tópico a seguir.

4.2.3 As Organizações Sociais

A partir da publicação do Plano Diretor de Reforma do Aparelho de Estado – PDRAE, em 1995, foram instituídas as Organizações Sociais, segundo o ministro Bresser Pereira, como uma necessidade de ampliar a descentralização na prestação de serviços públicos e de modernizar a administração pública. Os objetivos e princípios que o PDRAE pretendia alcançar com a criação destas entidades, deveriam ser implementados gradualmente e as expectativas eram:

[...] no curto prazo iniciar o processo de modernização da gestão através de ações que independam de modificações mais estruturais

no sistema jurídico-legal. No médio prazo espera-se com a aprovação das emendas e respectivas regulamentações, além do projeto de Organizações Sociais, dar continuidade ao processo de modernização da gestão de forma mais consistente a partir da combinação de ações tanto na dimensão institucional, quanto na da gestão. Finalmente, no longo prazo, o objetivo é consolidar o processo de mudança, a partir da ideia [sic] de sua irreversibilidade, dotando o aparelho do Estado de uma estrutura com um grau de flexibilidade tal que permita enfrentar os desafios de ajustamento que certamente serão impostos, porém, ainda, imprevisíveis (BRASIL, 1995, p. 56).

De fato, a implementação das Organizações Sociais, figurava a médio prazo, como um instrumento essencial para consecução dos objetivos traçados pelos reformistas em relação aos serviços considerados não exclusivos do Estado, tendo sido concretizadas através da promulgação da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que define em seu art. 1º quem seriam essas organizações, nos seguintes termos.

O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei (BRASIL, 1998).

Percebe-se, que a delegação às Organizações Sociais das atividades consideradas como não exclusivas, foi um dos principais objetivos da reforma gerencialista da Administração Pública. A justificativa para essa mudança se baseou no pressuposto de que os serviços prestados por tais entidades alcançariam um grau maior de eficiência, comparados àqueles desempenhados diretamente pelo Estado, que contaria com regimes jurídicos mais flexíveis e com a diminuição da burocracia.

A partir da publicização dos serviços não exclusivos do Estado, ou seja, da transferência do setor estatal para o setor considerado como público não-estatal, surgem as Organizações Sociais (BRASIL, 1995, p. 60), entendidas como entidades de direito privado que, por iniciativa do Poder Executivo, obtêm autorização legislativa para celebrar contrato de gestão com esse poder e, assim, ter direito à dotação orçamentária. De acordo com o PDRAE essas organizações também teriam:

[...] autonomia financeira e administrativa, respeitadas as condições descritas em lei específica como, por exemplo, a forma de composição de seus conselhos de administração, prevenindo-se, deste modo, a privatização ou a feudalização dessas entidades. Elas receberão

recursos orçamentários, podendo obter outros ingressos através da prestação de serviços, doações, legados, financiamentos, etc. (BRASIL, 1995, p. 60).

Como as Organizações Sociais gozariam de maior autonomia administrativa, seus dirigentes também teriam uma responsabilidade maior pelo seu destino. Afinal, buscava-se uma maior participação social e ao mesmo tempo exigia-se um controle da sociedade, por meio de seus conselhos de administração, recrutado na própria comunidade a qual a organização serve. Logo,

Essa forma de parceria entre a sociedade e o Estado, além de viabilizar a ação pública com mais agilidade e maior alcance, torna mais fácil e direto o controle social através da participação nos conselhos da administração dos diversos segmentos beneficiários envolvidos. As organizações nesse setor gozam de uma autonomia administrativa muito maior do que aquela possível dentro do aparelho do Estado. Em compensação os seus dirigentes são chamados a assumir uma responsabilidade maior, em conjunto com a sociedade, na gestão da instituição (BRASIL, 1995, p. 74).

Nesse sentido, a criação das Organizações Sociais, parte do pressuposto de que os serviços considerados de grande relevância social, como por exemplo a saúde e a educação, seriam “otimizados mediante utilização de recursos, com ênfase nos resultados, de forma flexível e orientados para o cliente-cidadão mediante controle social” (BRASIL, 1995, p. 13).

As Organizações Sociais são consideradas pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos e que, uma vez qualificadas pelo Poder Executivo, através de uma decisão tomada a partir do preenchimento dos requisitos legais, poderão celebrar parcerias com a Administração Pública. Entretanto, o entendimento de alguns autores, como Modesto (1998) é de que não existem, a rigor, Organizações Sociais, quando afirma que “nenhuma entidade é constituída como organização social” e que, portanto,

[...] ser organização social não se pode traduzir em uma qualidade inata, mas em uma qualidade adquirida, resultado de um ato formal de reconhecimento do Poder Público, facultativo e eventual, semelhante em muitos aspectos à qualificação deferida às instituições privadas sem fins lucrativos quando recebem o título de utilidade pública (BRESIL, 1995, p. 8).

Na prática o que ocorre é que muitas instituições que constituem o Terceiro Setor e que, por meio de um processo de qualificação, recebem ou não o título de Organizações Sociais do Executivo, podendo abranger as esferas federal, estadual ou municipal (SILVA; TRIPODI, 2021). Tal fato representa mais uma controvérsia em torno dessas entidades, que vai além da própria definição, mas sobre o potencial de efetivação das estratégias de privatização.

A materialização dessas organizações ocorre, efetivamente, mediante o contrato de gestão, cujo objetivo é a prestação de serviços de relevância social, sendo sua execução incentivada através de fomento estatal. A partir dessas mudanças que ocorreram na atuação das políticas públicas, com a participação de instituições do Terceiro Setor, consideradas parceiras da gestão governamental, foram introduzidos dois mecanismos: o contrato de gestão e o termo de parceria.

O contrato de gestão é considerado um dispositivo jurídico que inaugura a possibilidade de compromisso institucional entre o Estado e uma entidade pública estatal (agências executivas) ou uma entidade pública não-estatal (organizações sociais). Tal contrato também é visto como uma maneira de o Estado transferir suas responsabilidades, por meio das Organizações Sociais, sem continuar submetido às exigências administrativas da administração pública. Transferir a gestão de escolas e sistemas de ensino para o setor privado é percebido como uma forma de ampliar o mercado educacional, o que representa o objetivo das mudanças sugeridas. (ADRIÃO, 2013).

Para Di Pietro (2011), a Organização Social é entendida como a qualificação jurídica dada à pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída por iniciativas de particulares e que recebe delegação do Poder Público mediante contrato de gestão para desempenhar serviço público de natureza social.

Para concretizar a relação de cooperação entre o Estado e a sociedade civil, é imprescindível a participação estatal no que diz respeito ao financiamento dessas organizações, seja de forma direta ou indireta. A modalidade de cooperação e financiamento criada para incentivar e viabilizar as Organizações Sociais é o contrato de gestão, fundamentado nos artigos 5º, 6º e 7º da Lei nº 9.637.

Assim, tal contrato representa o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como Organização Social, com o objetivo de estabelecer

parcerias para a execução das atividades relacionadas anteriormente. Os princípios do contrato de gestão podem ser observados no artigo 7º da Lei nº 9.637/1998:

Art. 7º Na elaboração do contrato de gestão, devem ser observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e, também, os seguintes preceitos:

I - especificação do programa de trabalho proposto pela organização social, a estipulação das metas a serem atingidas e os respectivos prazos de execução, bem como previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade;

II - a estipulação dos limites e critérios para despesa com remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados das organizações sociais, no exercício de suas funções.

Parágrafo único. Os Ministros de Estado ou autoridades supervisoras da área de atuação da entidade devem definir as demais cláusulas dos contratos de gestão de que sejam signatários (BRASIL, 1998).

Quanto à destinação dos recursos e bens públicos para as Organizações Sociais, temos o seguinte artigo:

Art. 12. Às organizações sociais poderão ser destinados recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão.

§ 1º São assegurados às organizações sociais os créditos previstos no orçamento e as respectivas liberações financeiras, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no contrato de gestão.

§ 2º Poderá ser adicionada aos créditos orçamentários destinados ao custeio do contrato de gestão parcela de recursos para compensar desligamento de servidor cedido, desde que haja justificativa expressa da necessidade pela organização social.

§ 3º Os bens de que trata este artigo serão destinados às organizações sociais, dispensada licitação, mediante permissão de uso, consoante cláusula expressa do contrato de gestão (BRASIL, 1998).

No entendimento de Di Pietro (2010), o contrato de gestão compreende, “uma forma do Estado se eximir de suas responsabilidades às Organizações Sociais, através da cessão de bens públicos e funcionários, sem, entretanto, estarem submetidas às exigências administrativas da administração pública” (DI PIETRO, 2010, p. 340).

O mecanismo funciona da seguinte forma: o Estado destina recursos para que uma instituição privada sem fins lucrativos realize atividades públicas, embora seja denominado de contrato, o qual se constitui, segundo Szazi (2006), na essência de um convênio, uma vez que prevê a destinação de recursos para uma entidade sem

fins lucrativos controlada pelo Estado, bem como a distribuição de atribuições que pressupõem mútua cooperação e interesse recíproco.

Nesse sentido, Montanõ (2020) aponta que esse processo representou uma verdadeira privatização, através da terceirização ou da transferência de funções de responsabilidade estatal para a iniciativa privada.

Ainda na década de 1990, as Organizações Sociais também foram pensadas para atuarem nas universidades federais, mas, como o Ministério de Administração e Reforma do Estado não conseguiu apoio político, principalmente por parte do então Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, o projeto não foi bem-sucedido. Para o então ministro Bresser Pereira, as universidades eram menos eficientes pelo fato de serem de responsabilidade da União, e, portanto, regidas pelo Estado, o que justificaria a transformação das universidades em Organizações Sociais, argumentando que:

A instituição que denominamos 'organização social' é a chave da reforma. Uma lei federal foi aprovada definindo as organizações sociais e o processo pelo qual os departamentos do Estado ou as agências que prestavam serviços sociais e científicos seriam transformados nessa nova forma de organização institucional. Mas enfrentamos dificuldades na implantação dessa parte da reforma. Isso pode ser ilustrado pelas universidades federais. No início do governo Cardoso, quando propus a ideia, o Ministério da Educação, que administra um grande número de universidades federais, aceitou-a, mas em vista da forte reação de vários reitores, que entendiam que 'a universidade estava sendo privatizada', o ministro recuou. (BRESSER PEREIRA, 2009, p. 252).

De uma forma geral, as Organizações Sociais não conseguiram alcançar, em âmbito federal, as diversas áreas de políticas sociais como se pretendia inicialmente. Entretanto, na esfera estadual tal mecanismo se tornou um importante instrumento de condução das políticas sociais presentes em muitos estados da federação. Tal fato se tornou mais evidente a partir do encerramento das atividades do MARE, no segundo mandato do presidente FHC, ocasionando a migração, principalmente para os Estados, de muitos técnicos de alto escalão que trabalhavam no Governo Federal, difundindo as ideias gerencialistas como uma forma de modernizar a administração pública dos governos locais, com destaque para o campo da educação, considerado um ambiente propício para implantação de tais ideias (ABRUCIO; GAETANI, 2006).

A aprovação do Programa Nacional de Publicização, que aconteceu apenas no governo de Michel Temer, regulamentou o disposto no artigo 20 da Lei n. 9.637, de 1998, com o Decreto n. 9.190/2017. Apesar de essa aprovação acontecer quase vinte anos após a instituição da lei de criação das Organizações Sociais, não impediu que muitos estados da federação criassem seus próprios marcos legais, mesmo antes da aprovação da lei federal, valendo-se do dispositivo em vigor àquela época, a Emenda Constitucional nº 19/1998, que permitia que os Estados criassem seus próprios marcos legais com relação às Organizações Sociais.

A importância da Emenda Constitucional nº 19/1998 se deve ao fato de que a mesma definiu entre outros aspectos: tetos para o gasto com funcionalismo público; a estrutura do regime jurídico único; a introdução do princípio da eficiência entre os pilares do direito administrativo e uma maior abertura para o controle do Estado pela sociedade. Tais mudanças constituíram-se em peças fundamentais na criação da nova ordem jurídica que estabeleceu parâmetros de restrição orçamentária e democratização da gestão pública (ABRUCIO; PEDROTI; PÓ, 2011).

Nesse contexto, o novo modelo de gestão estabeleceu um espaço para o público não-estatal, destacando-se as Organizações Sociais, que conforme pode ser observado no quadro a seguir, teve grande aceitação nos Estados e Distrito Federal, através da criação de seus próprios marcos legais.

Quadro 2: Marcos Legais das Organizações Sociais nos Estados e Distrito Federal

Estado	Marco Legal das Organizações Sociais
Alagoas (AL)	Lei n.º 7.777, de 22 de janeiro de 2016
Bahia (BA)	Lei n.º 8.647, de 29 de julho de 2003
Ceará (CE)	Lei n.º 12.781, de 30 de dezembro de 1997
Maranhão (MA)	Lei n.º 7.066, de 3 de fevereiro de 1998
Paraíba (PB)	Lei n.º 9.454, de 6 de outubro de 2011
Pernambuco (PE)	Lei n.º 11.743, de 20 de janeiro de 2000
Piauí (PI)	Lei Ordinária n.º 5.519 de 13 de dezembro de 2005

Rio Grande do Norte (RN)	Lei complementar n.º 271, de 26 de fevereiro de 2004 Lei complementar n.º 468, de 22 de junho de 2012.
Sergipe (SE)	Lei n.º 5.217, de 15 de dezembro de 2003
Acre (AC)	-
Amapá (AP)	Lei n.º 0599, de 25 de abril de 2001
Amazonas (AM)	Lei n.º 3.900, de 12 de julho de 2013
Pará (PA)	Lei n.º 5.980, de 19 de julho de 1996
Rondônia (RO)	Lei n.º 3.122, de 1 de julho de 2013
Roraima (RR)	-
Tocantins (TO)	Lei n.º 2.472, de 7 de julho de 2011
Distrito Federal (DF)	Lei n.º 4.081, de 4 de janeiro de 2008
Goiás (GO)	Lei n.º 15.503, de 28 de dezembro de 2005
Mato Grosso (MT)	Lei Complementar n.º 150, de 8 de janeiro de 2004
Mato Grosso do Sul (MS)	Lei n.º 4.698, de 20 de julho de 2015
Espírito Santo (ES)	Lei Complementar n.º 489, de 21 de julho de 2009
Minas Gerais (MG)	Lei n.º 23.081, de 10 de agosto de 2018
Rio de Janeiro (RJ)	Lei n.º 5.498, de 7 de julho de 2009
São Paulo (SP)	Lei Complementar n.º 846, de 4 de junho de 1998
Paraná (PR)	Lei Complementar n.º 140, de 14 de dezembro de 2011
Rio Grande do Sul (RS)	Projeto de Lei n.º 44/2016
Santa Catarina (SC)	Lei n.º 12.901, de 11 de janeiro de 2008

FONTE: Silva e Tripodi (2021)

No levantamento realizado pelas pesquisadoras Silva e Tripodi (2021), percebe-se que, atualmente, 24 estados e o Distrito Federal possuem programas de publicização, nos quais está prevista a qualificação de entidades como Organizações Sociais, exceto nos Estados de Roraima e Acre, embora este último tenha aprovado

a Lei Estadual n. 1.428, de 2 de janeiro de 2002, que regra juridicamente termos de parceria entre o Estado e Organizações da Sociedade Civil com Interesse Público.

Nesse sentido, a contratação e atuação de Organizações Sociais na esfera educacional, regulamentada por uma lei federal, a Lei n.º 9.637/1998, permitiu uma abertura discricionária em que Estados e Distrito Federal definissem seus próprios marcos legais, evidenciando a capacidade de autonomia desses entes e a grande influência que o segmento do mercado exerce sobre o ambiente educacional.

De uma forma geral, a atuação de tais entidades no campo educacional, pode ser considerada a partir de três aspectos: de natureza financeira; de conteúdo político; e, de natureza ideológica. Tais aspectos constituem o cenário propício para que essas entidades atuem como “atores privilegiados para oferta educacional, básica ou superior, por supostamente superar dilemas que envolveriam os limites do Estado e do Mercado como produtores de serviços sociais” (SILVA; TRIPODI, 2021, p. 6).

Concordamos com autores que vêm examinando as parcerias público-privado na educação (Adrião, 2018; Peroni, 2016), de que esses movimentos representam diferentes formas de privatização da educação, podendo incidir sobre as dimensões da gestão das escolas, da produção de conteúdo didático e da formação de professores.

Sobre à efetivação da privatização da educação básica identificamos, principalmente, na dimensão da gestão, uma maior efetivação através da transferência da gestão escolar para organizações com ou sem fins lucrativos, concretizadas mediante as parcerias privadas, convênios e contratos. Essa lógica da privatização, segue, de acordo com Tripodi e Sousa (2018), dois movimentos principais: a inserção de lógicas de gestão privada na esfera pública, e a dispersão da oferta para atores societais. No caso específico da Paraíba, os aspectos da parceria entre o Governo estadual e as Organizações Sociais serão examinados detalhadamente no capítulo final deste estudo.

As Organizações Sociais adquirem no país um papel relevante, e para corroborar com esse pensamento apresentamos alguns resultados do relatório desenvolvido pelo IPEA (2020), que traz um perfil das Organizações Sociais e Organizações da Sociedade Civil com Interesse Público em atividades no Brasil. Dentre os principais resultados elencados no relatório, destacamos:

- Do total de 781.921 Organizações da Sociedade Civil em atividade no Brasil, 1.114 são Organizações Sociais e 7.046 são Organizações da Sociedade Civil com Interesse Público.
- A região Sudeste contempla quase 40% das Organizações Sociais e 50% das Organizações da Sociedade Civil com Interesse Público. Enquanto que a região Nordeste aparece em segundo lugar com um percentual de 22% das Organizações Sociais.
- Em termos de criação das entidades, temos que mais de 90% das Organizações Sociais foram criadas entre os anos de 2011 e 2018, enquanto que 70% das Organizações da Sociedade Civil com Interesse Público surgiram na década anterior, entre 2001 e 2010.
- As Organizações Sociais e Organizações da Sociedade Civil com Interesse Público atuam, majoritariamente, nas mesmas áreas de Desenvolvimento e defesa de direitos e Cultura e recreação.
- Cerca de 93,40% das Organizações Sociais e 78,94% das Organizações da Sociedade Civil com Interesse Público não registram vínculos empregatícios formais. Das que registram, esse número chega a 9.233 vínculos de trabalhos formais nas Organizações Sociais e 44.157 nas Organizações da Sociedade Civil com Interesse Público.
- A média salarial nas Organizações Sociais é maior que nas Organizações da Sociedade Civil com Interesse Público, em média R\$ 3.671,78 contra R\$ 2.973,73.
- As mulheres constituem a maior parte da força de trabalho empregada: 6.663 nas Organizações Sociais e 28.376 nas Organizações da Sociedade Civil com Interesse Público. Além disso, a maior parte dos trabalhadores, em ambos os tipos de organizações, tem até o ensino médio completo: 5.394 nas Organizações Sociais e 20.001 nas Organizações da Sociedade Civil com Interesse Público.
- Entre 2010 e 2018, as Organizações da Sociedade Civil com Interesse Público receberam mais dinheiro do governo federal por meio de parcerias: R\$ 4.029.711.408,00 contra R\$ 528.880,00 das Organizações Sociais.

De acordo com esses resultados, ressaltamos a importância do estudo dessas organizações no cenário nacional devido ao número considerável de instituições presentes no país, e também ao quantitativo monetário envolvido em suas atividades. No perfil traçado pelo IPEA (2020), observa-se que entre os anos de 2010 e 2018, o total de dinheiro empenhado pelo Governo Federal em ações executadas pelas Organizações Sociais alcançou um montante de R\$ 694.288,00, sendo efetivamente pagos R\$ 528.880,00. Esse total corresponde ao pagamento apenas aos estados do Maranhão, Paraíba e Mato Grosso, o que reforça a importância do estudo das Organizações Sociais na gestão das escolas públicas em nosso Estado e que será detalhado na última parte deste capítulo, mas antes, apresentaremos um panorama geral da Paraíba, identificando seu contexto geográfico, social e político.

4.3 Paradigmas da gestão escolar: gestão democrática x gestão gerencialista

No final da década de 1980, com a consolidação da abertura política, o debate sobre o papel da educação na transformação social, econômica e política ganhou força na sociedade brasileira. O movimento de redemocratização e as reivindicações sociais de maior participação nas tomadas de decisão culminaram na inserção do princípio constitucional da gestão democrática da escola pública.

Essa ideia de gestão democrática surge na legislação do país como um marco importante, caracterizando um período posterior ao regime militar, momento marcado por movimentos de lutas pelos direitos sociais, destacando-se os educadores que defendiam a participação de princípios democráticos nos dispositivos oficiais direcionados às políticas educacionais. Assim, a CF/88, no inciso VI do artigo 206 define a gestão democrática como um dos princípios que passariam a orientar o ensino público na forma da lei.

A LDB também referenda a gestão democrática como um dos princípios norteadores da educação brasileira, em seu artigo 3º, inciso VIII destaca a “gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino” (BRASIL, 1996). E os sistemas de ensino passam a definir as normas que orientarão o ensino público pautado nesse novo modelo de gestão, evidenciando a

participação da comunidade escolar e dos profissionais da educação, conforme pode ser observado no artigo abaixo.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, LDB, 1996).

Assim, a gestão democrática é entendida como um princípio orientador das escolas públicas brasileiras. Vieira e Vidal (2015) ressaltam que esse tipo de gestão é definida pela CF/88 e referendada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), constituindo um novo modelo de gestão escolar. Entretanto, esse modelo ainda convive com políticas públicas que têm características de um Estado clientelista e patrimonialista.

Paro (2011) aponta a tendência de democratização da escola pública básica ocorrida no país, a partir do início dos anos 1980, reafirmando que esse termo é entendido como democratização das relações que envolvem a organização e o funcionamento efetivo da instituição escolar, e não democratização no sentido de universalização da escola básica, nem de popularização do ensino. São entendidas como “[...] medidas que vêm sendo tomadas com a finalidade de promover a partilha do poder entre dirigentes, professores, pais, funcionários, e de facilitar a participação de todos os envolvidos nas tomadas de decisões relativas ao exercício das funções da escola” (PARO, 2011, p. 15).

Ainda de acordo com esse autor, tais medidas podem ser agrupadas em três tipos:

[...] as relacionadas aos mecanismos coletivos de participação (conselho de escola, associação de pais e mestres, grêmios estudantis, conselho de classe); as relativas à escolha democrática dos dirigentes escolares; e as que dizem respeito a iniciativas que estimulem e facilitem, por outras vias, o maior envolvimento de alunos, professores e pais nas atividades escolares. Neste último tipo incluem-se as iniciativas mais próprias dos sistemas municipais de ensino que, especialmente a partir do final da década de 1980, por estarem sob a direção de governos mais identificados com interesses populares, implementaram medidas visando à melhoria das condições de trabalho dos educadores escolares, ou visando a mitigação do

autoritarismo das relações pedagógicas, ou ainda visando à participação da comunidade externa à escola (PARO, 2011, p.15).

No entanto, apesar do preceito legal de uma gestão democrática, a escola, de forma geral, ainda resiste à participação democrática, mantendo relações autoritárias em seu interior, a despeito da institucionalização de espaços democráticos para o exercício da participação democrática, como associação de pais e mestres, conselho escolar e o grêmio estudantil, “a estrutura da escola pública básica, permanece praticamente idêntica à que existia há mais de um século” (Paro, 2011, p. 19).

Paro (2011) realiza uma crítica em relação à estrutura da escola, chamando atenção para um dilema vivenciado pelas escolas, que, de um lado, tem uma estrutura tradicionalmente autoritária, apresentando um currículo homogeneizante, organização das séries/classes, retenção/exclusão, avaliação de aprendizagem centrada no professor, prática didática, organização das salas de aula, metas de produtividade e, por outro lado, busca a prevalência de práticas democráticas.

O autor vai questionar justamente se a permanência desta estrutura escolar autoritária limita a eficácia das medidas democratizantes, ressaltando que, na estrutura tradicional das instituições de educação formal, o espaço funciona como garantia do fortalecimento de políticas de controle e eficiência escolar, assim como o estabelecimento de hierarquia entre os profissionais envolvidos, em uma reprodução das macroestruturas de poder fortemente hierarquizadas (PARO, 2011).

Lück (2000) observa que nessa concepção de escola tradicional, o papel do diretor é de um guardião, responsável por efetivar as operações estabelecidas pelos órgãos centrais. Esse modelo de escola e de direção é caracterizado pela autora como um modelo estático, no qual o diretor escolar apresenta as características de um perfil burocrático, autoritário, legitimado pela posição hierárquica que ocupa.

Segundo a autora, administrar corresponderia a comandar e controlar com a objetividade e distanciamento necessários para manter a autoridade centrada na figura do diretor de escola. Como consequência desse posicionamento, temos a hierarquização e verticalização, tanto dos sistemas de ensino, quanto das escolas, centralização das ações, desresponsabilizando os atores escolares pelos resultados finais e desconsiderando a cultura escolar e suas especificidades (LÜCK, 2000).

A escola deve ser compreendida como uma arena constituída não somente por determinações formais deliberadamente instituídas, mas sim como um grupo social dotado de dinamismo. Formado por diferentes condutas, que podem ser antagônicas, contraditórias e nem sempre previsíveis, mas passíveis de estudo acerca de sua relação com as determinações racionais da instituição.

Nesse contexto, Paro (2011) sugere algumas mudanças na estrutura da escola, para refletir sobre a gestão e prática democrática preconizadas nos marcos legais, que são sintetizadas da seguinte forma:

[...] direção colegiada, no propósito de repartição do poder, por meio de eleições; redimensionamento da estrutura didática, como resultado de estudo sobre novas concepções de ensino e aprendizagem, que ressignifiquem a educação formal para os educandos; reformulação do currículo, com vistas a autonomia da comunidade escolar em dimensionar suas reais necessidades curriculares; busca de espaços de autonomia do educando, reformulando, por meio do diálogo, regras e normas que permeiam as relações; integração com a comunidade, na pretensão de recuperar a escola como espaço da e para a comunidade, abrindo-se para a participação comunitária (PARO, 2011, p. 30).

Temos, assim, nos dispositivos legais, a gestão democrática com indicações para a garantia de uma melhor qualidade para o ensino público brasileiro. Porém, para que isso ocorra é necessário que haja participação, autonomia e liberdade da comunidade educativa na gestão escolar.

Aspectos como o autoritarismo, a hierarquia, a burocracia e a troca de favores, marcas características do Estado centralizador e patrimonialista, precisam ser eliminados para que a prática da gestão democrática funcione. A escola não pode pertencer àqueles que a dirigem, tecnocratas na maioria das vezes, mas à comunidade que dela faz parte para que exista, de fato, o sentido público.

Esse sentido público é conquistado mediante alguns elementos construtivos que vão alicerçar a gestão democrática, entendidos como: participação, autonomia, pluralismo e transparência, e que consideram e incluem toda a comunidade escolar (ARAÚJO, 2009).

Nesse sentido, Paro (2003) afirma que:

No caso da Administração Escolar, sua especificidade deriva, pois: a) dos objetivos que se buscam alcançar com a escola; b) da natureza do processo que envolve essa busca. Esses dois aspectos não estão

de modo nenhum desvinculados um do outro. A apropriação do saber e o desenvolvimento da consciência crítica, como objetivos de uma educação transformadora determinam [...] a própria natureza peculiar do processo pedagógico escolar, ou seja, esse processo não se constitui em mera diferenciação do processo de produção material que tem lugar na empresa, mas deriva sua especificidade de objetivos (educacionais) peculiares, objetivos estes articulados com os interesses sociais mais amplos e que são, por isso, antagônicos aos objetivos de dominação subjacentes à atividade produtiva capitalista (PARO, 2003, p. 151).

No cenário nacional de democratização da sociedade em geral, buscava-se maior liberdade e autonomia para todos. No caso da educação, essa liberdade e autonomia representariam a possibilidade de que cada escola, de acordo com a realidade em que estivesse inserida, pudesse efetivamente escolher seu modo de fazer educação, isto é, em diálogo com a comunidade que dela faz parte. E para que o objetivo de transformação da classe trabalhadora fosse alcançado, era necessário,

[...] a escola organizar-se democraticamente com vistas a objetivos transformadores (quer dizer: objetivos articulados aos interesses dos trabalhadores). E aqui subjaz, portanto, o suposto de que a escola só poderá desempenhar um papel transformador se estiver junto com os interessados, se organizar para atender aos interesses (embora nem sempre consciente) das camadas às quais essa transformação favorece, ou seja, das camadas trabalhadoras (PARO, 1997, p.12).

Nesse movimento de redemocratização da sociedade civil, no contexto do capitalismo, Cury (2007) destaca como características da gestão democrática: transparência e impessoalidade; autonomia e participação; liderança e trabalho coletivo; representatividade e competência, aspectos estes que deveriam contribuir para o desejo de crescimento dos indivíduos como cidadãos e da sociedade enquanto sociedade democrática.

Desse modo, a gestão democrática da educação enfatiza a transparência dos atos e dos procedimentos de gestão, na busca da transformação da escola enquanto espaço de inclusão, enquanto um ambiente que respeite e favoreça a classe trabalhadora, através da consciência de classe, remetendo a um lugar de diálogo e construção do indivíduo enquanto sujeito histórico-social (COMERLATTO, 2013).

Para tanto, é necessário repensar a estrutura de poder da escola para que se alcance a socialização verdadeira, através da

[...] prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a escola é mera executora. Nesta perspectiva, abrem-se conceitos importantes para serem trabalhados: poder e participação (VEIGA, 2009, p. 166).

Por meio da gestão democrática, a escola deveria implementar políticas educacionais que realmente contribuíssem para a transformação e socialização de seus sujeitos. Entretanto, o que se observa na prática são inúmeros obstáculos à essa participação coletiva e democrática de toda a comunidade escolar e local (PARO, 2003; LUCK, 2010; PADILHA, 2008).

Assim, para que a gestão democrática consiga a transformação do sujeito, atingindo a qualidade da educação, o melhor caminho para tal é a tomada de decisões com a participação da comunidade escolar. Isto é, a “Participação significa a atuação de profissionais da educação e dos usuários (pais e alunos) na gestão da escola” (LIBÂNEO, 2004, p. 139).

Essa participação precisa de regras que serão estabelecidas pela própria comunidade escolar, para que ocorra com liberdade e autonomia, atingindo, de fato, os preceitos de tal gestão. De acordo com Padilha (2008, p. 65), essa autonomia pressupõe “[...] a alteridade, a participação, a liberdade de expressão, o trabalho coletivo na sala de aula, na sala dos professores, na escola e fora dela”.

O mesmo autor apresenta alguns parâmetros da gestão democrática que podem auxiliar na sua efetivação, são eles:

1. Capacitar todos os segmentos. Não basta pensar apenas nos professores. Os funcionários, os pais e os alunos também devem ser formados para a participação.
2. Consultar a comunidade escolar. A gestão democrática implica permanente consulta, divulgação de informações, realização de debates, seminários e assembleias etc. de modo a criar uma verdadeira cultura de participação.
3. Institucionalizar a gestão democrática. Para ser eficaz, a gestão democrática precisa ser regulamentada, deixando claro quais são as regras da participação [...].
4. Lisura nos processos de definição da gestão. A escolha dos dirigentes escolares precisa ser transparente. A fixação das normas, sua ampla divulgação e discussão do processo de escolha, bem como a fiscalização, por isso, são fatores decisivos.
5. Agilização das informações e transparência nas negociações. A negociação é fator importante do sucesso da gestão democrática. É um aprendizado constante, por meio do qual a administração pode até

mesmo mostrar os limites – entre eles, os legais – da própria participação (PADILHA, 2008, p. 63-64).

Percebe-se, portanto, que não existe um modelo de gestão democrática pronto e acabado, mas sim um processo de construção permanente, no qual cada escola estabelece os caminhos que pretende seguir, considerando suas especificidades. Nesse percurso, deve-se priorizar a participação da comunidade escolar e de um modelo flexível, que possa ser modificado de acordo com as necessidades dos seus alunos, que são os principais beneficiários do processo educacional.

Em consonância com esse movimento de redemocratização, ocorrido na esfera educacional, surge na gestão pública educacional brasileira os princípios da NGP, princípios, que no contexto das reformas neoliberais, ressignificaram termos como gestão democrática, participação e descentralização, promovendo uma série de contradições e dilemas. Isso, porque na sociedade capitalista as relações sociais que acontecem em nível de Estado geralmente são favoráveis à determinadas classes sociais, mas sempre em defesa do capital (OLIVEIRA, 2015).

Como destacamos anteriormente, na década de 1990 a NGP se fez presente no contexto das reformas que promoveriam a modernização do Estado e que na prática contribuíram para

[...] o esmaecimento da noção de direito e da concepção de público que nos anos de 1980 orientou o processo constituinte brasileiro. Esse esmaecimento contribuiu para instaurar uma nova relação entre sociedade civil e Estado bastante ambígua e temerária, considerando o quadro de desigualdade econômica, geográfica e social do país. O processo de privatização de alguns serviços públicos como telefonia, energia, água e esgoto, variando em alguns estados e municípios, estabeleceu novo comportamento entre o cidadão e a oferta de bens e serviços essenciais, que passou a ser ditada por uma dinâmica de mercado. Por outro lado, a reorientação na condução das políticas sociais veio acompanhada da focalização da oferta e da descentralização, que no caso específico da educação ocorreu nas dimensões administrativa, financeira e pedagógica (OLIVEIRA, 2015, p. 630- 631).

O movimento de modernização ocorrido na gestão do setor público de uma forma geral, a partir das recomendações da NGP, exigia também a modernização da gestão educacional, em todas as suas instâncias. Desde os níveis macro (ministérios), intermediário (secretarias estaduais e municipais de educação), até o nível micro dos

sistemas de ensino, correspondendo às escolas, em suas várias dimensões (CABRAL NETO, 2009).

Assim, as reformas educacionais acompanharam as reformas da administração pública, visando modernizar a gestão escolar, tendo em vista que, a “administração escolar não se faz no vazio, realizando-se, em vez disso, no seio de uma formação econômico-social, e sendo, portanto, determinada pelas forças sociais aí presentes” (PARO, 2001, p.123).

Para obter o sucesso e a qualidade do ensino, a concepção da administração escolar deveria estar pautada nos princípios do gerencialismo e baseada nos resultados, por meio de indicadores de desempenho, e também recorrendo às estratégias de responsabilização dos gestores e professores pelos resultados alcançados, no qual foram instituídos “mecanismos de controle cada vez mais severos e formas de gestão supostamente mais eficientes para garantir as condições necessárias à obtenção de bons resultados’ (AFONSO, 2010, p. 14).

Os conceitos de qualidade, eficiência e eficácia passaram a estar presentes no ambiente escolar, e para serem alcançados se fazia necessário que a gestão escolar fosse modernizada para impulsionar a autonomia das instituições, evidenciar e potencializar a avaliação de resultados e responsabilizar gestores e professores. Dessa forma, os princípios básicos da NGP foram aplicados também ao campo educacional, com o objetivo de:

[...] o novo modelo inspirado nas orientações do gerencialismo busca estabelecer, para o campo educacional, uma cultura organizacional firmada nos princípios de gestão estratégica e do controle de qualidade com vistas a promover a racionalização, a eficiência e a eficácia dos sistemas de ensino (CABRAL NETO, 2009, p. 197).

Pode-se dizer que o modelo de gestão das escolas públicas brasileiras, a partir da NGP, vem se modificando, influenciado por políticas gerenciais, com implicações na organização da escola e no trabalho do diretor. A gestão escolar, seguindo os preceitos da racionalidade técnico-burocrática, aponta para uma concepção de educação centralizadora, que reproduz regras formais, legais e normativistas fundamentadas no gerencialismo, apresentando “uma visão instrumental centrada na orientação para a tarefa e na importância das estruturas organizacionais” (LIMA, 2011, p. 23-24).

A gestão escolar, seguindo os mesmos critérios da reestruturação da administração pública, utiliza-se do uso racional dos recursos, com o objetivo de atingir a economia destes e também de alcançar uma melhor qualidade do ensino, cabendo ao gestor da instituição utilizar ferramentas práticas para atingir as metas propostas para a sua unidade escolar.

Souza e Oliveira (2003) destacam o novo papel da educação, que ao mesmo tempo passa a ser centralizada nos processos avaliativos e descentralizada quanto aos mecanismos de gestão e financiamento. Para esses autores, o processo de avaliação passa a ser um mecanismo indutor de excelência, mas em contrapartida, sendo considerado um instrumento que naturaliza as desigualdades. O sistema de avaliação, seguindo essa lógica, passa a cumprir dois papéis considerados funcionais:

[...] torna-se peça central nos mecanismos de controle, que se deslocam dos processos para os produtos, transferindo-se o mecanismo de controle das estruturas intermediárias para a ponta, via testagens sistêmicas, “os controles remotos” [...] De outro, a avaliação legitima “valorações” úteis à indução de procedimentos competitivos entre escolas e sistemas para melhorar pontuações nos *rankings*, definidos basicamente pelos desempenhos em instrumentos de avaliação em larga escala. Tal competição é garantida pela associação entre desempenho e financiamento, podendo redundar em critérios para alocação de recursos, que incidem, até mesmo, em remunerações diferenciadas dentro de sistemas de ensino que até a pouco trabalhavam com a noção de remunerações isonômicas (SOUZA; OLIVEIRA, 2003, p. 875).

Apesar do aparato jurídico brasileiro referir-se a um modelo de gestão escolar fundamentado na gestão democrática, o que vemos na prática são programas e projetos desenvolvidos pelos últimos governos que se alinham, de fato, à uma perspectiva gerencialista, e que segue um processo de controle referendado pelas avaliações externas.

Nesse sentido, os indicadores de gestão representam uma forma de avaliar o desempenho de uma organização no cumprimento de suas metas, objetivos e responsabilidades, tornando-se um instrumento de controle gerencialista que mede a eficiência e eficácia da instituição de ensino.

5 GESTÃO EDUCACIONAL DO GOVERNO RICARDO COUTINHO: terceirização das escolas estaduais através das Organizações Sociais

Neste capítulo abordaremos de forma mais detalhada como aconteceu a implementação das Organizações Sociais na gestão das escolas públicas estaduais da Paraíba. Inicialmente, apresentamos um panorama geral sobre o Estado da Paraíba, identificando seu contexto geográfico, social e político, em seguida trazemos o projeto político do governo Ricardo Coutinho do PSB. Em seguida, apresentamos a caracterização da educação estadual no período compreendido entre 2015 e 2018, e os detalhes da implementação das Organizações Sociais na rede estadual de ensino da Paraíba, durante o segundo governo de Ricardo Coutinho.

5.1 Estado da Paraíba: contexto geográfico, social e político

O Estado da Paraíba está localizado a leste da região Nordeste do Brasil, e tem como capital o município de João Pessoa, considerada o ponto mais oriental das Américas. Ocupa uma área territorial de 56.467.242 km² e uma população estimada em 4.018.127 habitantes, correspondendo a uma densidade demográfica de 66,70 hab./km², o que representa só 1,97% da população nacional. A taxa de urbanização corresponde a 68% e a expectativa de vida aos 74,1 anos em 2019, porém, ainda está considerada abaixo da média nacional que foi de 76,6 anos (IBGE, 2019).

O Estado da Paraíba reduziu, entre os anos de 2000 e 2010, o número de famílias em situação de extrema pobreza. O percentual de pessoas extremamente pobres passou de 41,18% em 1990, para 25,1% em 2000, e alcançou em 2010 a taxa de 13,39%. No ano de 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM³¹ alcançou 0,658, índice que situa o estado na faixa de desenvolvimento humano médio (IDHM entre 0,600 e 0,699), ocupando a 23ª posição entre as 27 unidades federativas do país.

³¹ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM é usado para apurar o desenvolvimento de cidades, estados e regiões. O IDHM brasileiro é um ajuste metodológico do IDH Global e segue as mesmas três dimensões: longevidade, renda e educação, porém não é possível fazer comparação entre o IDHM de um município e o IDH de um país.

Dentre a participação das dimensões que compõem esse índice, temos: a longevidade com índice de 0,783, seguido da renda, com índice de 0,656, e da educação com índice de 0,555. Já no ano de 2018, o IDHM da Paraíba atingiu o índice de 0,701, considerado um índice de médio para o nível alto. O item longevidade, com índice 0,794, foi o que mais contribuiu para a evolução desse índice. Em seguida a renda com 0,678 e a menor contribuição foi mais uma vez da educação, que pontuou 0,631 (PARAÍBA, 2020).

Apesar de a educação contribuir com a menor participação na evolução desse índice, o IDHM deste segmento apresentou um crescimento de cerca de 200% entre os anos de 1991 e 2010. Conforme pode ser observado no quadro a seguir, todos os componentes desse índice apresentaram um aumento significativo.

Quadro 3: Índice de Desenvolvimento Humano da Paraíba

IDHM E COMPONENTES	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,191	0,331	0,555
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	20,56	26,88	42,55
% de 5 a 6 anos na escola	37,78	79,09	94,13
% de 11 a 13 anos nos anos finais do ensino fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	18,41	35,74	81,67
% de 15 a 18 anos com fundamental completo	9,87	19,68	44,85
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	7,61	12,31	32,88
IDHM Longevidade	0,565	0,672	0,783
Esperança ao nascer	58,88	65,34	72,00
IDHM Renda	0,515	0,582	0,656
Renda <i>per capita</i>	196,59	299,09	474,94

Fonte: PARAÍBA (2020).

Com relação a ocupação e distribuição geográfica do estado, sua história, assim como a do Nordeste em geral, apresenta sua evolução econômica e social estruturada no seu território que vai do litoral ao interior, definindo sua distribuição

populacional e produtiva atual em torno de seus 223 municípios. O estado é dividido em quatro mesorregiões: Mata Paraibana, Agreste, Borborema e Sertão, e 23 microrregiões geográficas (IBGE, 2019), conforme pode ser observado no mapa a seguir.

Mapa 1: Caracterização das Mesorregiões da Paraíba

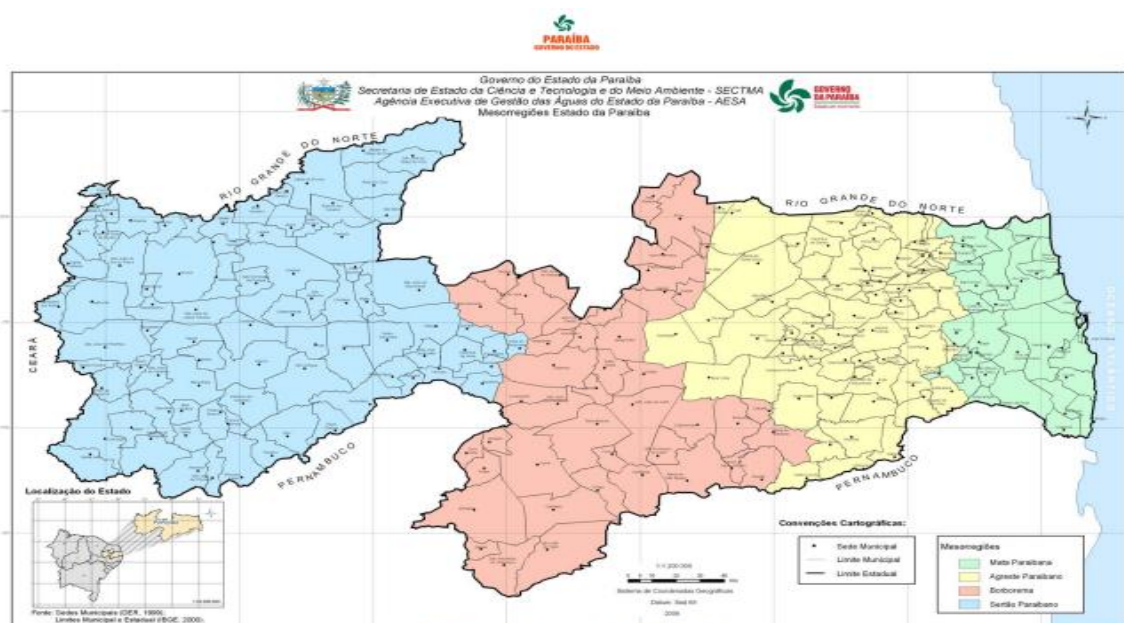


Figura 4 – Mesorregiões do Estado da Paraíba

Fonte: http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/wp-content/uploads/2016/11/PE_07.pdf

As principais atividades econômicas desenvolvidas no estado são: a agricultura – com destaque para a cana-de-açúcar, abacaxi, algodão, milho e feijão; a indústria – sucroalcooleira, alimentícia e têxtil; a pecuária – de modo mais relevante a criação de bovinos e caprinos; e, o turismo. Tais atividades contribuíram para um PIB, em 2017, de R\$ 62.387 bilhões, correspondendo a sexta economia do Nordeste, e a décima nona do país, respectivamente, cujas participações são de 6,5% e 0,9%. (IBGE, 2019).

Com relação aos aspectos políticos, o Estado da Paraíba apresenta uma história marcada pelo patrimonialismo e pelos governos oligárquicos. No seu período de redemocratização passou a apresentar uma alternância bipartidária entre o PMDB e o PSDB. Em 2010, com a vitória do candidato do PSB, Ricardo Coutinho, a gestão estadual foi inovada "[...] tanto no perfil do Gestor, advindo dos movimentos sociais, quanto nas práticas administrativas e procedimentos políticos que buscam

estabelecer a inclusão social, a transparência e uma relação estado-sociedade com base republicana” (VERAS, 2016, p. 4).

O estado da Paraíba passa a ser governado por um político do PSB, que implementa, nas suas duas gestões, uma política pública alicerçada na Nova Gestão Pública (NGP), com diretrizes voltadas para a concretização de parcerias público-privadas e de processos de privatização, inclusive no âmbito da educação, conforme será visto no tópico a seguir.

5.2 Projeto político do governo Ricardo Coutinho do PSB: modelo de gestão socialista ou de Terceira Via?

Ricardo Vieira Coutinho, eleito o quinquagésimo sexto governador do estado da Paraíba desde a proclamação da República, nasceu em João Pessoa e é formado em Farmácia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Iniciou sua carreira política ainda nos movimentos estudantis e sindicais, atuando no Centro Acadêmico do curso de Farmácia, no Sindicato dos Farmacêuticos, no Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde do Estado (SindSaúde), na Central Única dos Trabalhadores da Paraíba (CUT-PB) e no Sindicato dos Funcionários da UFPB³².

Foi eleito vereador do município de João Pessoa em 1993, e reeleito em 1996. No ano de 1998 foi eleito para o cargo de deputado estadual, se reelegendo em 2002. Em 2003, se filiou ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) e foi prefeito da capital paraibana por duas vezes, em 2004 e em 2010, quando renunciou para disputar o cargo de governo estadual, sendo eleito em segundo turno, com um total de 53,70% dos votos válidos. Em 2014 é reeleito Governador da Paraíba, ainda no primeiro turno, com um total de 52,61% dos votos válidos.

No contexto político nacional, o PSB alcança uma representatividade relevante, sendo o segundo partido político a eleger uma maior quantidade de governadores em 2010. Dentre esses estados, destaca-se a Paraíba, que passa a ser governado por

³² Para maiores informações consultar o site do Portal do Governo do Estado da Paraíba. Disponível em: <<http://www.paraiba.pb.gov.br/>>.

um partido socialista, em coligação com diferentes partidos³³, quebrando a alternância bipartidária existente entre PMDB e PSDB até aquele momento.

Já nas eleições de 2014 ocorreu uma maior pulverização de partidos políticos eleitos nos governos estaduais, em relação às eleições anteriores. O PSB perde representatividade nacional, elegendo apenas três governadores, nos estados da Paraíba e Pernambuco e no Distrito Federal³⁴.

O PSB tem origem, em 1945, quando um grupo composto por 63 pessoas funda um movimento organizado em defesa das transformações sociais e das liberdades civil e política, denominado de Esquerda Democrática. Em 1947 esse movimento dá origem ao Partido Socialista Brasileiro, que nasce sob o lema “Socialismo e Liberdade” ratificando a sua ideologia socialista com a declaração da função social da propriedade e o papel do Estado na economia, da defesa de reformas estruturais, da nacionalização de áreas estratégicas, da ampliação dos direitos dos trabalhadores e da garantia da saúde e da educação (PSB, s/d).

No contexto atual, o PSB apresentou um documento intitulado “Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional – Projeto Brasil: princípios e diretrizes” (s/d), em que orienta as expectativas civilizatórias do socialismo democrático para que o país consiga atingir um desenvolvimento sustentável. De acordo com esse plano, a construção de estratégias para o desenvolvimento nacional deve ocorrer a partir da organização dos recursos de ativos materiais e imateriais de nossa sociedade e de uma definição clara das prioridades do Estado brasileiro, através da combinação do fundo público dos investimentos e dos gastos sociais em detrimento ao rentismo financeiro que vive da especulação da dívida pública.

³³ A coligação “Uma nova Paraíba”, nas eleições de 2010, foi formada por nove partidos: Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Democratas (DEM), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Popular Socialista (PPS), Partido Trabalhista Cristão (PTC), Partido Verde (PV), Partido Trabalhista Nacional (PTN) e Partido Republicano Progressista (PRP). A chapa majoritária foi constituída por Ricardo Coutinho (PSB), governador, e Rômulo Gouveia (PSDB), vice-governador. Já no pleito de 2014, a coligação “A força do trabalho” contou com um total de onze partidos: PSB, PDT, Partido dos Trabalhadores (PT), DEM, Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), PRP, PV, Partido Social Liberal (PSL), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Humanista da Solidariedade (PHS) e Partido Pátria Livre (PPL). A chapa majoritária foi constituída por Ricardo Coutinho (PSB), governador, e Lígia Feliciano (PDT), vice-governadora.

³⁴ Nas eleições de 2010 foram eleitos 8 governadores do PSDB, 6 do PSB, 5 do PMDB, 5 do PT, 2 do DEM e 1 do PMN. Já nas eleições de 2014 tivemos 7 governadores eleitos pelo PMDB, 5 pelo PT, 5 pelo PSDB, 3 pelo PSB, 2 pelo PDT, 2 pelo PSD, 1 pelo PROS, PP e PCdoB, respectivamente.

Nesse sentido, a concepção de Estado defendida pelo PSB é de um Estado que contemple participação, gestão competente e governabilidade pautada pela transparência. Essa participação deve ser efetivada através de espaços concretos de articulação entre Estado e sociedade civil, nos quais se intensificarão os processos de debates, entendimento e deliberação política, fatores essenciais para se consolidar uma democracia representativa.

Dentre as diretrizes propostas pelo plano estratégico do PSB, o Estado deve ser concebido, não como um Estado provedor e sim um Estado mobilizador, capaz de despertar nas comunidades mais pobres a consciência de suas potencialidades e o desenvolvimento de suas capacidades, que lhes permitam sair do estado de pobreza, através do empreendedorismo. Nesse sentido, “[...] as iniciativas municipais de criação de incubadoras de empresas e de cooperativas de produtores estão na direção certa de fomento ao empreendedorismo e à criação de oportunidades de trabalho” (PSB, s/d, p. 54). O empreendedorismo é entendido como uma alternativa viável para a sobrevivência e autonomia da população mais pobre, dessa forma,

O empreendedorismo deve ser fortemente incentivado em um governo socialista. As iniciativas governamentais de combate à pobreza e geração de empregos devem vir acompanhadas de políticas públicas no sistema público de emprego que atuem no âmbito de ações empreendedoras (PSB, s/d, p. 57).

Para que o país alcance o desenvolvimento do empreendedorismo, o PSB defende uma educação pautada em ambientes estimuladores de comportamentos que desenvolvam a capacidade de geração do auto emprego, destacando a importância das instituições de ensino desenvolverem metodologias que permitam o empoderamento de estudantes dessa classe social.

Nesse sentido, concordamos com o argumento desenvolvido por Silva et.al. (2019) referente a contradição presente no plano de desenvolvimento do PSB, que apesar de se autoproclamar socialista, fundamenta suas propostas em valores de adaptação à sociedade capitalista no seu estágio neoliberal, especificamente na defesa do empreendedorismo e do empoderamento dos grupos sociais mais pobres para o enfrentamento de seus problemas sociais. O Estado deve incentivar e implementar políticas de estímulo ao associativismo e cooperativismo, visando ao

fortalecimento do capital social dos mais pobres, fundamental para geração de ocupações.

A concepção de educação para o PSB consiste em um processo formativo, tanto para o exercício da cidadania plena como para o mercado de trabalho, no qual “o sistema público de educação deve ter como seu objetivo e meta propiciar para todos os cidadãos a inserção de cada indivíduo na vida social, econômica e cultural de seu País” (PSB, s/d, p. 59). Uma educação de qualidade, equitativa e inclusiva, possibilitando a formação de uma juventude politicamente ativa e consciente de seu papel na sociedade atual.

Para garantir essa educação é preciso assegurar uma escola que promova aprendizagens contextualizadas com as exigências do mundo real, tendo como eixos a sustentabilidade, a participação democrática, a articulação com a cultura, as tecnologias de informação e comunicação e a mobilidade pelos diferentes espaços como forma de apropriação dos espaços públicos, o que representa uma educação integral, e que deve ser entendida como uma educação que

[] deve respeitar a realidade de cada local, repensar as atividades oferecidas, traçar o perfil do profissional de educação eficaz nesse regime escolar e reestruturar o currículo para orientar os conhecimentos, saberes e habilidades a trabalhar em sala de aula a fim de que crianças e jovens possam aprender de maneira contextualizada. A educação ambiental, que supõe uma visão sistêmica da educação e da escola com seu entorno, torna-se um eixo fundamental da educação integral (PSB, 2016, p. 62).

O projeto de educação integral defendido pelo Partido propõe além de uma articulação entre as diferentes políticas públicas das secretarias numa ação intersetorial, a participação da sociedade civil, organizada no âmbito de Estados e Municípios, com foco nas potencialidades e demandas educativas de seus respectivos territórios.

Entretanto, a revolução dessa educação proposta passa pelo aprimoramento da gestão nas diferentes instâncias do governo, através de uma governança democrática e na instituição de políticas de avaliação standardizadas da educação e de reconhecimento de mérito de seus profissionais por meio do pagamento de premiações e bônus financeiro vinculado ao alcance de metas estabelecidas externamente.

Nesse aspecto, ressalta-se a análise de Ravitch (2011), em contraposição à proposta de políticas de avaliação standardizadas, ao destacar que a ênfase demasiada nos escores e a exclusão de outros objetivos importantes da educação pode causar um efeito contrário, chegando ao ponto de “sabotar o amor pela aprendizagem e o desejo de adquirir conhecimento, ingredientes considerados necessários da motivação intrínseca” (p. 256). O esforço efetivado com as atividades de preparação para testes pode e vai aumentar os escores, mas apesar desse aumento, os jovens podem ser ignorantes em relação a aspectos da vida contemporânea como: à estrutura do governo, aos princípios da economia, aos fundamentos da ciência, à prática e apreciação das artes ou de grandes eventos que influenciaram o país e o mundo. Assim, os escores mais elevados nos testes podem ou não ser indicadores confiáveis de uma melhor educação, atingindo até mesmo o paradoxo de escores mais altos e uma educação pior.

Com relação ao programa de governo de Ricardo Coutinho destacamos que o mesmo apresentou um alinhamento com as diretrizes formuladas pelo PSB no que diz respeito a uma formação ancorada na ciência e tecnologia, como pode ser observado no programa de seu governo 2015/2018, quando ressalta que:

A sustentação do processo de transformação econômica e social em curso na região Nordeste e, em especial em estados como a Paraíba, encontra-se fortemente associada, entre outros elementos, à consolidação de uma sólida base de conhecimentos, que esteja ancorada numa infraestrutura de ciência e tecnologia orientada pelo estímulo à aprendizagem e direcionada ao atendimento das necessidades da região (PARAÍBA, 2015-2018, p. 9).

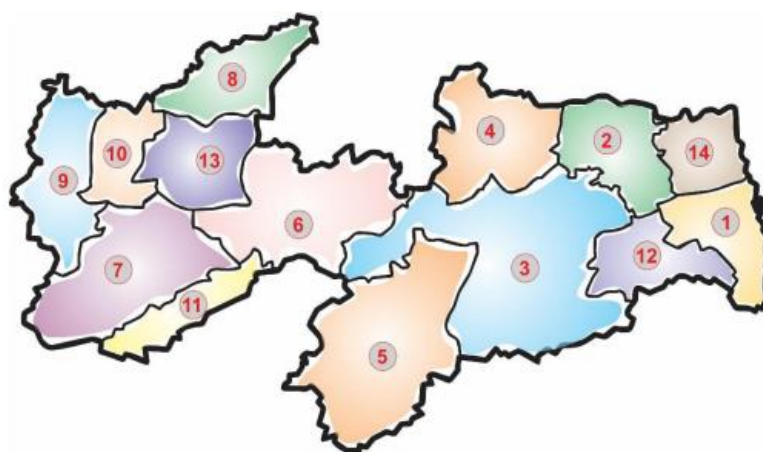
Destaca-se também o posicionamento de um ensino oficial orientado para atender aos interesses das pessoas e também para fins mercadológicos, quando enfatiza em seu programa de governo 2015/2018, que “[...] a apropriação de conhecimento de forma inovadora e empreendedora torna-se um fator crítico de sobrevivência e, aprender a lidar com a permanente seleção, apropriação e uso do conhecimento no dia-a-dia, impacta igualmente na vida dos indivíduos e das organizações” (PARAÍBA, 2015-2018, p. 11).

Ainda em consonância com as diretrizes propostas pelo PSB para o desenvolvimento estratégico do país, o governo de Ricardo Coutinho implementa em nosso Estado algumas inovações, como o Orçamento Democrático Estadual (ODE),

através da Medida Provisória n.º 160, de janeiro de 2011, e a criação da Secretaria de Estado da Articulação e Desenvolvimento Municipal (SEDAM). Tanto o ODE, quanto a SEDAM, tinham como objetivo articular, no âmbito do Poder Público Estadual, os programas governamentais destinados ao desenvolvimento municipal através de medidas que visavam desconcentrar os investimentos e melhorar a atratividade dos negócios nos municípios do interior, aplicando recursos financeiros em infraestrutura e em políticas públicas nas áreas de educação, saúde e assistência social (PARAÍBA, 2011).

A coordenação do ODE ficou a cargo da Subsecretaria Executiva do Orçamento Democrático que, por sua vez, está vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão (SEPLAG) que adota a divisão geoadministrativa do estado da Paraíba, definida pelo Decreto Lei n.º 12.984 de 14.08.2009, em 14 regiões geoadministrativas. Neste sentido, ficaram definidas as 14 regiões orçamentárias do estado: João Pessoa, Guarabira, Campina Grande, Cuité, Monteiro, Patos, Itaporanga, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Sousa, Princesa Isabel, Itabaiana, Pombal e Mamanguape, conforme pode ser observado no Mapa n.2 (PARAÍBA, 2009).

Mapa 2: Divisão regional da Paraíba no orçamento democrático



Fonte: PARAÍBA (2009).

A metodologia utilizada pelo ODE compreendia um conjunto de atividades, inicialmente as audiências públicas regionais, que possibilitavam um espaço consultivo à população e que aconteciam anualmente, realizadas em cidades polo, e

que correspondiam a cada uma das 14 regiões geoadministrativas. Essas audiências contavam com a presença do Governador, dos Secretários de Estado e de agentes políticos, representado um espaço em que a sociedade podia dialogar, apontando as principais demandas de sua região, através da indicação de três prioridades de investimento e de uma obra ou serviço (VERAS, 2016).

Já a SEDAM, teve como objetivo articular, no âmbito do poder público estadual, os programas governamentais destinados ao desenvolvimento municipal, priorizando os municípios que apresentavam os menores índices de desenvolvimento humano. Dessa forma, era possível desconcentrar os investimentos e melhorar a atratividade dos negócios nos municípios do interior, aplicando capital em infraestrutura e em políticas públicas nas áreas de educação, saúde e assistência social. (PARAÍBA 2011)

A partir da identificação das necessidades dos municípios pela SEDAM e pelo ODE, foi desenvolvido o programa denominado Pacto pelo Desenvolvimento Social da Paraíba (PACTO), que tinha como objetivo apoiar o desenvolvimento social dos municípios através de investimentos em áreas consideradas prioritárias. A coordenação do PACTO ficou a cargo da SEDAM e contava também com a participação de outras Secretarias e órgãos do governo, que envolviam um conjunto de projetos e ações de duração contínua, ou não, vinculada a uma determinada política pública, com objetivos e procedimentos definidos (VERAS, 2016).

Foram realizadas cinco versões do PACTO, nos anos de 2011, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017. No total das três primeiras edições foram 701 parcerias formalizadas, e destas a maioria na área de educação, chegando a um número de 343, e representando o maior volume de recursos destinados para a execução de obras em educação, aproximadamente R\$ 57 milhões (VERAS, 2016).

Outro programa implementado na gestão de Ricardo Coutinho totalmente alinhado com as diretrizes do PSB foi o Programa de Apoios ao Empreendedor na Paraíba (EMPREENDER-PB). Tal programa é considerado uma política de microcrédito que tem como prioridade a concessão de crédito produtivo com o objetivo de incentivar a geração de ocupação e renda, criado sob a Lei n.º 9.335, de 25 de janeiro de 2011, de autoria do Poder Executivo Estadual, tendo nova regulamentação através da Lei n.º 10.128, de 24 de outubro de 2013.

O EMPREENDER-PB é considerado uma política de governo que busca promover um modelo econômico alternativo através de relações de cooperação e solidariedade, possibilitando uma maior democratização do acesso ao crédito, com o objetivo de incentivar a geração de ocupação e renda, consolidados a partir da criação de novos negócios/empreendimentos paraibanos. Nesse sentido, fortalece a economia solidária, o microempreendedor individual, o microempresário, o empresário de pequeno porte e as cooperativas de produção do estado, além de promover a capacitação e qualificação gerencial dos empreendedores (PARAÍBA, 2013).

O EMPREENDER-PB possui cinco linhas de crédito: Empreender Individual; Empreender Coletivo; Empreender Artesanato; Empreender Mulher; e Empreender Gás Natural - destinado a financiar a conversão para Gás Natural Veicular (GNV) nos veículos de propriedade de taxistas, frotistas e profissionais do transporte em geral. E financia as seguintes áreas: artesanato, piscicultura, pesca oceânica, estética e beleza, confecções, GNV, setor alimentício, oficina mecânica, produtos eletrônicos, agricultura, aquicultura, cultivo de flores, produção de couro, mineração e meliponicultura.

Desde a sua criação, o programa EMPREENDER-PB já beneficiou mais de 24 mil paraibanos, em 197 municípios, além dos cursos de capacitação e elaboração de plano de negócios em aproximadamente 22 municípios. Só no ano de 2011, foram injetados, aproximadamente um total de R\$ 130.000 milhões na economia estadual.

Outro aspecto relevante da gestão pública do governo Ricardo Coutinho foi o compromisso com a modernização da gestão pública através do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e de Distrito Federal (PNAGE). Tal programa, que já vinha sendo executado no Estado, desde o ano de 2006, representa uma parceria entre os governos federal e estadual, através da Secretaria de Administração, e teve o valor pactuado para a Paraíba no total de R\$ 12.958.789,24, sendo o valor da contrapartida de R\$ 4.801.448,81. (PARAÍBA, 2009)

Entres as áreas de aplicação dos recursos do PNAGE na Paraíba, estiveram as de “Políticas Públicas, Recursos Humanos (melhorias de pessoal), Modernização da Máquina Pública, Atendimento ao Cidadão, inclusive com a possibilidade de instalação de Ouvidoria, Sistema de Informatização e Mudança Cultural” (PARAÍBA, 2009).

Com a adesão, e à implementação, do PNAGE, o governo da Paraíba se comprometeu com os princípios da reforma do Estado constantes do Plano Diretor (1995), visando a modernização da gestão pública e a adequação às propostas da nova gestão pública, o que na prática representa a aceitação oficial da gestão gerencial no Estado, com o apoio financeiro do governo federal.

Pelo exposto, se pode perceber que o caminho adotado pelo governo de Ricardo Coutinho, na construção e execução de políticas públicas, foi a utilização de indicadores sociais construídos a partir das necessidades apresentadas pelos próprios municípios, através do repasse de verbas condicionado à consecução de metas pactuadas, prática que corresponde ao método desenvolvido pelo sistema de administração pública gerencialista e, que se fez presente, de forma mais acentuada, na política educacional, como veremos no subtópico a seguir.

O governo da Paraíba, especialmente nos dois últimos mandatos (PSB), mostrou-se bastante afinado e ‘consequente’ na implementação e alcance dessa racionalidade administrativa, por um lado, e de fortalecimento da presença [direta e/ou indireta] da iniciativa privada em diferentes setores da esfera estatal. Coincidências à parte e a título de ilustração, no ano de 2016 as mesmas pesquisas realizadas pelo Ibope [publicadas no jornal Estado de São Paulo em 05/09/2016] destacavam, igualmente, além da Paraíba[1º do ranking], os governos do Piauí (PT) e do Pernambuco (PSB), dentre outros, como exemplos de que a adoção dos critérios do mercado, por parte dos governos, e a respectiva abertura à lógica das parcerias, pode resultar no alcance de eficiência na gestão pública (SOUZA, 2018, p. 1346).

5.3 Política Educacional da Paraíba no governo Ricardo Coutinho (2011/2014 – 2015/2018) e caracterização da educação estadual

Neste tópico caracterizamos a política educacional implementada nos dois mandatos de governo de Ricardo Coutinho (2011/2014 – 2015/2018). Tais medidas, de uma forma geral, são consideradas iniciativas que apontam para uma política gerencialista, seguindo os preceitos da Nova Gestão Pública (NGP), e também contam com a participação de agentes privados na gestão das escolas estaduais.

Para caracterizar a política educacional desse período em estudo é imprescindível ter uma visão da estrutura organizacional da educação básica estadual da Paraíba, que é composta pelo órgão executivo da Secretaria Estadual de

Educação (SEE/PB), responsável pela implementação das políticas educacionais, pelo órgão normativo e fiscalizador do SEE, pelo Conselho Estadual de Educação da Paraíba (CEE/PB), por gerências regionais de ensino e pelas unidades escolares, além de alguns órgãos suplementares, como a Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência (FUNAD), o Centro Estadual de Arte (CEART), a casa do Estudante da Paraíba e o Centro Estadual de Línguas.

O CEE/PB é um órgão colegiado que possui funções consultiva, normativa e deliberativa, foi criado ainda na década de 1960, por meio da Lei n.º 2.864, de 06 de junho de 1962, considerado um dos mais antigos conselhos estaduais do país e que ainda se encontra em pleno funcionamento na contemporaneidade³⁵.

Já a SEE/PB compreende duas Secretarias Executivas, a Secretaria de Gestão Pedagógica e a Secretaria de Administração de Suprimentos e Logísticas da Educação, além de 12 gerências executivas³⁶. A implementação da política educativa estadual é realizada através de 14 Gerências Regionais de Ensino (GRE), situadas nos municípios de João Pessoa, Guarabira, Campina Grande, Cuité, Monteiro, Patos, Itaporanga, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Sousa, Princesa Isabel, Itabaiana, Pombal e Monteiro.

No primeiro ano de seu mandato, 2011, Ricardo Coutinho, através da SEE/PB, lança uma versão preliminar do plano de gestão da educação da rede estadual de ensino da educação básica, o Paraíba Faz Educação, destinado a coordenar as ações de gestão na área de educação para o segundo semestre de 2011 e o ano de 2012.

O documento é composto por vários projetos e ações denominadas de estruturantes com o propósito de alcançar o “[...] fortalecimento da escola e dos profissionais da educação, visando o enfrentamento a estes desafios e a construção de novos rumos para o fazer educação” (PARAÍBA, 2011, p. 5).

³⁵ Disponível em: <https://cee.pb.gov.br/conselho/historia/>.

³⁶ As gerências executivas que compõem a SEE/PB são: Gerência de Acompanhamento à Gestão Escolar (GEAGE), Gerência Executiva de Educação Infantil e Ensino Fundamental (GEEIEF), Gerência Executiva de Ensino Médio (GEEM), Gerência Executiva de Educação de Jovens e Adultos (GEEJA), Gerência Executiva de Educação Profissional (GEEP), Gerência de Recursos Humanos (GEREH), Gerência de Programas de Fortalecimento da Escola (GPROFESC), Gerência de Tecnologia da Informação (GETECI), Gerência de Administração (GAD), Gerência Executiva de Diversidade e Inclusão (GEDI), Gerência Executiva de Assistência Escolar Integrada (GEAESI) e Gerência de Acompanhamento de Obras (GAMOB) (PARAÍBA, 2018).

No ano de 2012, a SEE/PB implementou o Sistema Estadual de Avaliação da Educação da Paraíba (Avaliando IDEPB), em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd/UFJF)³⁷. O sistema é um instrumento que possibilita, por meio da avaliação de medidas de desempenho dos estudantes, a aferição da qualidade do ensino ofertado pela rede estadual do nosso estado, obtidas pela aplicação anual de testes de Língua Portuguesa e Matemática com os alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental, alunos da 3ª série do ensino médio e alunos do 4º ano do ensino normal (PARAÍBA, 2015). Apesar de ter sido criado em 2012, sua regulamentação ocorreu apenas com a Portaria n.º 368, de 14 de julho de 2015.

Dentre os projetos que compõem o Paraíba Faz Educação, destaca-se o Projeto de Intervenção Pedagógica (PIP), que de acordo com a Portaria n.º 368, de 14 de junho de 2015, consiste em um projeto que tem como base o cumprimento das metas estipuladas pelo Sistema Avaliando o IDEPB.

Para a elaboração e execução do PIP as unidades escolares devem observar os seguintes critérios: ser uma construção coletiva dos diferentes sujeitos que compõem a escola; ter como referência os resultados do IDEB dos anos de 2012-2014 para a elaboração de um diagnóstico acerca das competências e habilidades não desenvolvidas pelos estudantes; respeitar as disposições contidas no Plano de Metas 2015-2018, no Kit Pedagógico Avaliando o IDEPB, identificando as matrizes de referência dos anos/séries avaliados; construir o plano de ação pedagógica por disciplina a partir das matrizes do IDEPB, integrado ao Projeto Político Pedagógico da escola; e, considerar o cronograma proposto pela SEE/PB para sua elaboração e execução (PARAÍBA, 2015, art. 4º). O cumprimento desse programa tornou-se bastante significativo para a rede estadual de ensino, pois, sua avaliação passou a ser um critério para o recebimento do Prêmio Escola Valor, que propicia o pagamento do 14º salário (SILVA et. al., 2018).

A partir do Avaliando IDEPB, foram concebidas iniciativas próprias de bonificação às escolas e seus profissionais que alcancem as metas e critérios estabelecidos. Nesse sentido, foi criado o Prêmio Educação Exemplar (posteriormente

³⁷ O Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd/UFJF) da Universidade Federal de Juiz de Fora, é um centro de pesquisa e desenvolvimento tecnológico que atua nas áreas de avaliação e políticas públicas educacionais. Uma instituição que elabora e desenvolve programas estaduais e municipais destinados a mensurar os rendimentos de estudantes das escolas públicas. Para maiores informações: acessar o site: <https://institucional.caeddigital.net/sobre.html>

denominado de Escola de Valor), através da Lei n.º 9.456, de 06 de outubro de 2011, destinado a fomentar, selecionar, valorizar e premiar as melhores práticas nas escolas públicas estaduais. Na sequência foi decretada a Medida Provisória n.º 198, de 24 de julho de 2012, que revoga a lei anterior e cria Mestres da Educação e Escola de Valor, através da Lei n.º 9.879, de 13 de setembro de 2012.

O Prêmio Mestres da Educação se destina aos professores que desenvolvam projetos educacionais que comprovem a melhoria no índice dos indicadores educacionais dos alunos. Já o prêmio Escola de Valor se refere a gestão das escolas e de toda a equipe escolar com o objetivo de construir um projeto para alcançar a meta proposta no IDEPB. Entre os anos de 2012 e 2018 foram lançados sete editais para o Prêmio que buscavam avaliar quatro dimensões da escola: gestão pedagógica; gestão participativa; gestão de pessoas e liderança; e, gestão de infraestrutura. As escolas vencedoras são premiadas com o 14ª salário para todos os profissionais.

Nesse contexto, a concepção da gestão gerencialista é claramente visível dentro do ambiente escolar da rede estadual de ensino, através da introdução de mecanismos de premiação, tanto para a escola quanto para o professor, que conseguir elevar os resultados de desempenho de seus alunos nos testes padronizados estipulados pela SEE/PB.

A escola passa a introduzir mecanismos de mercado e utilizar métodos de gestão inspirados na lógica empresarial, concretizada a partir de instrumentos de avaliação por resultados e de sistema de premiação. Nesse entendimento, recupera-se o argumento de Laval (2004), em que,

[...] a escola é, cada vez mais vista, como uma empresa entre outras, compelida a seguir a evolução econômica e a obedecer às restrições de mercado. A retórica gerencial se torna cada vez mais invasora, por parte dos responsáveis do mundo político e da alta administração escolar (p. 13).

Essas mudanças estratégicas implementadas na gestão da rede de ensino da educação básica paraibana, de caráter gerencialista e inspiradas na lógica empresarial, vieram a compor o cenário de abertura às parcerias público-privado na educação (PPPE), que se concretiza na tendência de privatização da educação do nosso estado. Dentre os atores privados que formalizaram tal parceria com o setor

público destacamos as empresas privadas, um *pool* de empresas, institutos e fundações, e, as Organizações Sociais³⁸.

Nesse contexto, o governo estadual instituiu a Lei n. 9.454, de 06 de outubro de 2011, que estabeleceu o Programa Gestão Pactuada e dispõe sobre a qualificação de Organizações Sociais. Tal medida segue a tendência dos demais entes da federação, como foi destacado anteriormente, em criar seus próprios marcos legais com relação às Organizações Sociais. Inicialmente o governo da Paraíba firmou contrato de gestão pactuada na área da saúde³⁹, e apenas no ano de 2017 foram firmados contratos na área da educação, conforme será discutido detalhadamente no tópico a seguir.

Ainda, deve-se pontuar que o segundo mandato do governo Ricardo Coutinho, 2015/2018, foi estruturado visando o aprofundamento da concepção de avaliação articulada à premiação. Esse movimento segue o contexto nacional com a aprovação do PNE (2014/2024) e no âmbito estadual, o Plano Estadual de Educação (PEE) implementado para vigorar entre 2015 e 2025.

A elaboração do PEE (2015/2025), uma construção sob a coordenação do Conselho Estadual de Educação (CEE), foi organizado em torno de cinco tópicos principais: 1) educação básica; 2) educação superior; 3) formação e valorização dos profissionais da educação; 4) gestão democrática da educação; e 5) financiamento da educação. Além destes, foi incluído no primeiro tópico a educação para a cultura dos direitos humanos, das relações étnico-raciais e de educação ambiental, ressaltando a diversidade, com ênfase na educação indígena e na educação escolar quilombola. Também contemplou, de forma inovadora, a educação escolar cigana, devido à presença no município de Sousa de comunidades ciganas fixadas em seu território. A partir da organização desses tópicos, o governo estabeleceu diretrizes de ações que visavam atingir a melhoria da qualidade da educação básica estadual.

³⁸ Para maiores informações sobre os programas e atores privados que impulsionaram as tendências de privatização na política educacional da Paraíba consultar SOUSA JUNIOR; MOURA (2021).

³⁹ No ano de 2011 a administração estadual da Paraíba aprovou duas Organizações Sociais na área da saúde: a Cruz Vermelha Brasileira para administrar o Hospital de Emergência e Trauma de João Pessoa e a Associação Círculo do Coração de Pernambuco para desenvolver pesquisas científicas e qualificar profissionais da rede de saúde cardiológica infantil.

Em consonância com o PEE (2015/2025), o governo cria o Plano de Metas para orientar a política de gestão da educação. Tal plano se ancorou em quatro pilares fundamentais: Democratização, Acesso; Permanência e Qualidade, e está estruturado em seis eixos norteadores: Eixo I: Organização e Regulação da Educação; Eixo II: Gestão Democrática e Participativa Popular; Eixo III: Valorização dos Profissionais da Educação; Eixo IV: Universalização e Expansão da Educação; Eixo V: Gestão e Práticas Pedagógicas; e, Eixo VI: Infraestrutura e Tecnologia. Conforme o documento, para cada um desses eixos existem metas a serem cumpridas para que se alcance a melhoria da educação básica estadual.

Chama atenção no Eixo I, a Meta 5, ao ressaltar que devem ser potencializadas as ações de avaliação e monitoramento dos indicadores em todas as escolas para fortalecer o IDEPB enquanto sistema próprio de monitoramento e avaliação dos resultados. Destaca-se também, a conexão existente com a Meta 12, presente no Eixo III, que traz a necessidade de serem redefinidos e fortalecidos os programas de premiação por mérito: Mestre da Educação e Escola de Valor.

Em articulação com a proposta do Governo Federal na realização de pactos entre os entes federados para alcançar uma educação de qualidade, o governo estadual instituiu o Pacto pela Aprendizagem na Paraíba (SOMA), através do Decreto n.º 37.234, de 14 de fevereiro de 2017, entre o governo do Estado e os Municípios.

Os Municípios paraibanos deveriam aderir ao Pacto, por meio da constituição de parceria formalizada através de Termo de Compromisso a adesão ao Pacto Social pelo Desenvolvimento da Paraíba, condicionando o município a participar do programa SOMA. As ações contempladas pelo SOMA foram:

- I. Implantação do Sistema de Gestão e Informação (SABER);
- II. Implantação de programa de Desenvolvimento Profissional – formação e certificação de gestores, sob responsabilidade do CAEd;
- III. Formação de Professores Alfabetizadores, responsabilidades das universidades públicas do Estado;
- IV. Distribuição de material didático para o ciclo de alfabetização;
- V. Avaliação de Desempenho de Estudantes da Rede Pública: realização de avaliações formativas e somativas para os estudantes do 1º ao 3º ano; e avaliações somativas para os estudantes do 5º e do 9º do ensino fundamental, sob a responsabilidade do CAEd;
- VI. Monitoramento das Ações de Alfabetização e Letramento (PARAÍBA, 2017).

A adesão de quase a totalidade dos Municípios paraibanos ao SOMA, revela a utilização, por parte do governo estadual do mecanismo de doação de objetos às redes municipais de ensino. Dentre as doações direcionadas aos Municípios, destacamos: 50 ônibus escolares com 59 lugares; 100 ônibus escolares com 24 lugares; 65.000 *kits* de mesas e cadeiras para crianças dos primeiros anos do ensino fundamental; e, 100 laboratórios de informática (atendimento de 18 alunos individualmente ou 36 alunos em duplas) para os anos iniciais e finais do ensino fundamental. Em contrapartida o Município deveria alcançar a meta projetada no IDEB (PARAÍBA, 2017).

Nesse sentido, a anuência ao SOMA significa a implantação, por parte do governo estadual, de iniciativas que contemplam ações direcionadas à alfabetização plena e ao letramento em todos os anos do Ensino Fundamental, concretizada pela concessão de apoio técnico e financeiro do governo estadual aos municípios, através da formação de gestores escolares e professores alfabetizadores, da adoção de um sistema de gestão das escolas, do monitoramento da alfabetização e da implantação da avaliação dos alunos das redes municipais, todas essas ações sob a responsabilidade do CAEd, que passa a atuar em quase todos os municípios paraibanos em diferentes iniciativas.

Isso posto, tivemos ao longo dos dois mandatos do governo de Ricardo Coutinho, a adoção de práticas gerencialistas e parcerias com atores privados na esfera da educação básica estadual, caracterizando o gerencialismo na educação estadual.

Com o intuito de contextualizar o cenário educacional estadual, durante o período estudado, destacamos alguns dados relevantes. De acordo com o Censo Escolar do INEP, o estado da Paraíba contava, no ano de 2018, com um total de 4.964 escolas de educação básica, assim distribuídas: 26 vinculadas à rede federal de ensino, 659 à rede estadual, 3.337 às redes municipais e 902 instituições privadas. Nesse ano, o número de matrículas correspondeu a um total de 994.770, conforme pode ser observado nas tabelas 1 temos a evolução das matrículas ao longo dos dois mandatos do governo Ricardo Coutinho.

Tabela 1: Matrículas nas escolas públicas e privada da Paraíba – Educação Básica – 2011/2018

MATRÍCULAS	2011		2012		2013		2014	
	Públicas	Privadas	Públicas	Privadas	Públicas	Privadas	Públicas	Privadas
Matrículas em creches	22.377	7.088	23.654	9.250	26.945	11.080	28.722	11.719
Matrículas em pré-escolas	68.239	29.351	68.534	28.797	68.554	31.879	68.473	32.546
Matrículas anos iniciais	296.880	61.274	282.136	62.516	270.700	67.945	259.132	70.659
Matrículas anos finais	246.409	36.766	237.953	37.163	226.708	40.101	218.675	41.048
Matrículas ensino médio	121.555	22.126	120.567	22.285	117.298	23.381	115.906	24.212
Matrículas EJA	141.163	1.820	142.417	1.944	150.377	1.922	151.237	1.600
Matrículas educação especial	494	578	506	363	377	397	267	511
TOTAL DE MATRÍCULAS	897.117	159.003	875.767	162.318	860.959	176.705	842.412	182.295
	1.056.120		1.038.085		1.037.664		1.024.707	
MATRÍCULAS	2015		2016		2017		2018	
	Públicas	Privadas	Públicas	Privadas	Públicas	Privadas	Públicas	Privadas
Matrículas em creches	31.133	12.882	33.448	12.776	38.649	13.255	41.178	13.407
Matrículas em pré-escolas	65.783	31.988	66.274	32.202	66.301	30.862	65.601	31.110
Matrículas anos iniciais	250.067	73.492	244.957	74.647	239.999	74.058	233.417	75.217
Matrículas anos finais	213.496	41.060	215.301	41.927	213.077	41.022	206.529	41.085
Matrículas ensino médio	111.385	21.798	118.319	22.453	122.368	21.268	121.364	19.933
Matrículas EJA	131.709	1.931	129.890	1.330	119.893	828	122.052	1.130
Matrículas educação especial	225	528	172	445	28.345	1.993	20.830	1.917
TOTAL DE MATRÍCULAS	803.798	183.679	808.361	185.780	828.632	183.286	810.971	183.799
	987.477		994.141		1.011.918		994.770	

Fonte: Censo Escolar/INEP/2011 a 2018.

A tabela 2 apresenta, de forma mais detalhada, os dados do ano de 2018, referentes à quantidade de matrículas das escolas públicas e privadas na educação básica paraibana em todas as fases de ensino.

As matrículas efetivadas na Educação Infantil somaram 151.296, correspondendo a um total de 106.779 (70,58%) na rede pública e 44.517 (29,42%) na rede privada. Nessa etapa, as redes municipais detêm quase a totalidade das matrículas na primeira fase da educação básica na Paraíba.

Nos anos iniciais verificamos que foram matriculados um total de 308.634 alunos, sendo 25.064 (8,1%) na rede estadual, 208.211 (67,46%) na rede municipal e apenas 142 (0,046%) na rede federal. A rede privada contou com 75.217 (24,37%) matrículas. Já nos anos finais do ensino fundamental a Paraíba registrou um total de 247.614 matrículas, distribuídas em 131.376 (53,06%) alunos na rede municipal, 75.153 (30,35%) na rede estadual e 41.085 (16,59%) na rede privada. A rede federal não tem matrícula nessa etapa de ensino.

No ensino médio, a rede estadual de ensino concentrou a grande quantidade de matrículas, com 81,30%, em seguida vem as escolas privadas com 14,11% e a rede federal com 4,18%. Um dado interessante nessa etapa da educação básica é que a matrícula está concentrada quase que totalmente em áreas urbanas, com 96,59% das matrículas, o que pode configurar uma limitação do direito ao acesso à escola pelos jovens que vivem nas áreas rurais.

Tabela 2: Matrículas nas escolas da Paraíba – Educação Básica - 2018

MATRÍCULAS	Escolas Públicas	Escolas Rede Estadual	Escolas Rede Municipal	Escolas Rede Federal	Escolas Privadas
Matrículas em creches	41.178	16	41.077	85	13.407
Matrículas em pré-escolas	65.601	143	65.357	101	31.110
Matrículas anos iniciais do ensino fundamental	233.417	25.064	208.211	142	75.217
Matrículas anos finais do ensino fundamental	206.529	75.153	131.376	-	41.085
Matrículas ensino médio	121.364	114.879	583	5.902	19.933
Matrículas EJA	122.052	58.427	63.313	312	1.130
Matrículas educação especial	20.830	4.971	15.684	175	1.917

Fonte: Censo Escolar/INEP/2018.

Quanto a análise do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) das escolas estaduais do ensino fundamental nos anos iniciais, temos que o mesmo alcançou as metas projetadas em todas as edições, desde o ano de 2007, como pode ser observado na Tabela 3. Entre todas as edições do índice, ocorreu uma elevação das notas obtidas, de 3,0, em 2005, para 4,7, em 2017, meta projetada para aquele ano. Com o resultado alcançado em 2017, a rede estadual atingiu a meta e cresceu, mas não alcançou as metas nacionais ficando abaixo da rede estadual nacional, em 1,3, e também se comparado ao resultado das demais escolas públicas do país, que englobam as instituições municipais, estaduais e federais, a Paraíba que alcançou 4,7 pontos, ficou 0,8 abaixo da média nacional, que foi de 5,5 pontos.

Em relação aos anos finais do Ensino Fundamental, observamos que na edição de 2011 as escolas paraibanas já não conseguem atingir o IDEB planejado, ficando 0,1 abaixo da meta, e nas edições seguintes essa diferença ficou abaixo do previsto em média 0,2 pontos. Entretanto, essa situação não é exclusiva das escolas paraibanas, as redes estaduais brasileiras, de uma forma geral, também apresentaram índices inferiores às metas projetadas.

A situação se torna ainda mais preocupante no Ensino Médio – etapa da educação básica sob responsabilidade do governo estadual –, que além do IDEB das escolas paraibanas não terem alcançado as metas projetadas, desde a edição do ano de 2013, a discrepância entre os índices alcançados e os projetados só aumentaram, colocando a Paraíba em posição bem inferior comparada à média nacional. Conforme os dados apresentados na Tabela 3, o IDEB obtido nessa etapa de ensino ficou 0,2, abaixo do IDEB projetado em 2013, e essa diferença aumentou para 0,4 e 0,9, nos anos de 2015 e 2017, respectivamente. A média nacional das escolas estaduais também não conseguiu atingir a meta projetada para essa etapa de ensino.

Tabela 3: IDEB Observado e Projetado – Rede Estadual – Brasil Rede Estadual – Brasil Rede Pública – 2005/2021

IDEB - 4º e 5º anos									
IDEB Observado	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
PB Rede Estadual	3,0	3,5	3,7	4,0	4,2	4,4	4,7	5,0	-
Brasil Rede Estadual	3,9	4,3	4,9	5,1	5,4	5,8	6,0	6,1	-
Brasil Escola Pública	3,6	4,0	4,4	4,7	4,9	5,3	5,5	5,7	-
Meta Projetada	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
PB Rede Estadual	-	3,1	3,4	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3
Brasil Rede Estadual	-	4,0	4,3	4,7	5,0	5,3	5,6	5,9	6,1
Brasil Escola Pública	-	3,6	4,0	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5	5,8
IDEB - 8º e 9º anos									
IDEB Observado	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
PB Rede Estadual	2,5	2,8	2,8	2,9	3,0	3,3	3,4	3,9	-
Brasil Rede Estadual	3,3	3,6	3,8	3,9	4,0	4,2	4,5	4,7	-
Brasil Escola Pública	3,2	3,5	3,7	3,9	4,0	4,2	4,4	4,6	-
Meta Projetada	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
PB Rede Estadual	-	2,6	2,7	3,0	3,4	3,7	4,0	4,3	4,5
Brasil Rede Estadual	-	3,3	3,5	3,8	4,2	4,5	4,8	5,1	5,3
Brasil Escola Pública	-	3,3	3,4	3,7	4,1	4,5	4,7	5,0	5,2
IDEB – Ensino Médio									
IDEB Observado	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
PB Rede Estadual	2,6	2,9	3,0	2,9	3,0	3,1	3,1	-	-
Brasil Rede Estadual	3,0	3,2	3,4	3,4	3,5	3,5	3,5	3,9	-
Brasil Escola Pública	3,1	3,2	3,4	3,4	3,4	3,5	3,5	3,9	-
IDEB – Ensino Médio									
Meta Projetada	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
PB Rede Estadual	-	2,7	2,7	2,9	3,2	3,5	4,0	4,2	4,4
Brasil Rede Estadual	-	3,1	3,2	3,3	3,6	3,9	4,4	4,6	4,9
Brasil Escola Pública	-	3,1	3,2	3,4	3,6	4,0	4,4	4,7	4,9

Fonte: Censo Escolar/INEP/2005 a 2019.

A partir do contexto da implementação do IDEB, um indicador de avaliação com o objetivo de mensurar a qualidade da educação básica, seus resultados vêm servindo de referência para que Estados e Municípios criem seus sistemas próprios de avaliação e para a concessão de bonificações às escolas públicas e seus profissionais, como foi o caso do Avaliando o IDEPB.

Entretanto, observando os dados presentes na Tabela 3, percebe-se que o esforço empreendido para alcançar as metas projetadas a nível estadual, nem sempre são alcançadas, ficando abaixo da média nacional, que também não é uma situação animadora, pois, além da educação brasileira também enfrentar muitos desafios o resultado do IDEB não leva em consideração condicionantes internos e externos da qualidade da educação.

Isto posto, concordamos com Ravitch (2011) de que:

O grande desafio de nossa geração é criar um renascimento da educação, um que ultrapasse em muito as habilidades básicas que foram recentemente o único foco da atividade federal, um renascimento que busque ensinar o melhor que foi ensinado, conhecido e realizado em campo de iniciativa humana (p. 249-250).

O alcance de uma educação de qualidade não pode ser balizado apenas com a introdução de um indicador de qualidade, sem levar em consideração os aspectos individuais de cada estudante, de cada escola e de cada Município e Estado que compõem a educação básica nacional. É preciso também estar atento para a experiência das políticas educacionais adotada em outros países, pois, ainda recuperando o argumento de Ravitch (2011), temos que:

Os fundamentos de uma boa educação serão encontrados na sala de aula, em casa, na comunidade e na cultura, mas os reformadores do nosso tempo continuam a procurar por atalhos e respostas rápidas. Desvinculadas de qualquer filosofia genuína da educação, as atuais reformas irão nos desapontar, assim como fizeram outras no passado. Nós iremos, com o tempo, vê-las como distrações, desvios equivocados e oportunidades perdidas. É tempo de reconsiderar não apenas os detalhes das atuais reformas, mas também a nossa própria definição de reforma (p. 251).

Nesse sentido, é interessante observar uma série de recomendações indicadas por essa autora para que as escolas melhorem e consigam alcançar uma educação de qualidade, destacando-se a valorização apenas no que os testes mensuram, a importância apenas na leitura e na matemática e a confiança apenas aos poderes mágicos do mercado, esperando que as escolas ajam como empresas privadas buscando o lucro e sendo culpada pelas mazelas da economia, pelos fardos impostos às crianças pela pobreza, pelas famílias disfuncionais e pela erosão da civilidade” (RAIVITCH, 2011, p. 255)

5.4 Implantação das Organizações Sociais na Rede Estadual de Ensino Básico da Paraíba

A partir da Lei n.º 9.454, de 06 de outubro de 2011, que instituiu o Programa de Gestão Pactuada e dispôs sobre a qualificação de Organizações Sociais, a Paraíba dá início a formalização das parcerias com esse tipo de instituição, inicialmente na área da saúde, e no ano de 2017 com a educação. O objetivo da pactuação com as Organizações Sociais, segundo o portal de transparência do governo, foi garantir a agilidade e a flexibilidade na gestão estadual. Ao todo, na Paraíba, 10 unidades de Saúde, de diferentes perfis e regiões, são geridas por Organizações Sociais ⁴⁰.

A legislação estadual sobre as Organizações Sociais está presente nos seguintes documentos:

- Lei n.º 9.454/2011 – Institui o programa de gestão pactuada, dispõe sobre a qualificação de Organizações Sociais e dá outras providências.
- Lei n.º 11.232 de 11/12/2018 – Cria a Superintendência de Coordenação e Supervisão de Contratos de Gestão – SCSCG – e dá outras providências.
- Lei n.º 11.233 de 11/12/2018 – Altera a Lei n.º 9454/2011 e dá outras providências.
- Decreto n.º 39.079 de 01/04/2019 – Regulamenta a Lei Estadual n.º 9.454, de 06 de outubro de 2011, alterada pela Lei n.º 11.233, de 11 de dezembro de 2018, que institui o Programa de Gestão Pactuada, dispõe sobre a qualificação das Organizações Sociais e dá outras providências.

Ainda de acordo com o portal da transparência, a Secretaria de Estado da Saúde (SES/PB) realiza periodicamente o monitoramento da gestão pactuada para garantir não apenas a efetividade do serviço, mas também o uso dos recursos. Entretanto, tal procedimento não foi suficiente para evitar fraudes nos hospitais geridos por Organizações Sociais no Estado, que ainda se encontram sob investigação, em uma operação denominada Operação Calvário, realizada pelo

⁴⁰ Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena; Hospital Metropolitano Dom José Maria Pires (Santa Rita); Hospital Geral e Mamanguape (Mamanguape); UPA Santa Rita; UPA Guarabira; Complexo Hospitalar Regional deputado Janduhy Carneiro (Patos); Maternidade Peregrino Filho (Patos); Reabilita - CER IV (Sousa); UPA Princesa Isabel.

Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ – Gaecc) em parceria com o Ministério Público da Paraíba (MPPB – Gaeco) e o Ministério Público de Goiás (MPGO – Gaeco).

Tal operação, que teve início em 2018, para investigar a suspeita de fraude na gestão da Organização Social Cruz Vermelha Brasileira, com sede no Rio Grande do Sul, em hospitais da Paraíba, inicialmente no Hospital Estadual de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, e também em outros Estados do país. No nosso Estado essa investigação é conduzida pelo Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (Gaeco) do MPPB. A suspeita inicial era o desvio de aproximadamente R\$ 134,2 milhões aos cofres públicos estaduais, entre os anos de 2011 a 2019, período em que a Organização Social geriu a unidade hospitalar.

Entretanto, com o avanço das investigações, a Operação Calvário se encontra atualmente em sua nona fase, outros contratos de gestão pactuada com Organizações Sociais na área da saúde, e também na educação, são suspeitos de desvios de recursos, figurando os crimes de desvio e lavagem de dinheiro. De acordo com o levantamento da investigação, no período de 2011 a 2019, somente em favor das Organizações Sociais da saúde e da educação, o governo da Paraíba empenhou R\$ 2,4 bilhões, tendo pago mais de R\$ 2,1 bilhões, dos quais estima-se um dano ao erário de \$ 134.2 milhões⁴¹.

Na área educacional, o Edital n.º 001/2017/SEAD/SEE, teve por objeto a “Seleção pública para seleção de organização social qualificada na área de educação visando a celebração de contrato de gestão pactuada para serviços de apoio nas unidades escolares da secretaria de estado da educação”, o governo estadual, por meio da Secretaria de Estado da Administração (SEA/PB) e Secretaria de Estado da Educação (SEE/PB), firmou contrato com duas organizações sociais para atuarem na rede de ensino estadual da Paraíba.

A implantação das Organizações Sociais no nosso Estado não foi precedida de nenhum debate mais aprofundado acerca dos impactos dessa forma de gestão nas unidades escolares ou mesmo na qualidade do ensino. Tratou-se de uma decisão vertical da administração pública estadual, que já tinha adotado a mesma postura com relação aos hospitais da rede pública, como foi destacado anteriormente, mas de uma

⁴¹ Para um maior detalhamento sobre a Operação Calvário consultar o Portal Correio que reúne uma cronologia completa sobre a investigação. Disponível em: <https://portalcorreio.com.br/t/operacao-calvario/page/5/>

forma gradual e não na rede como um todo, atingindo cerca de 600 unidades escolares de uma vez.

O processo de lançamento do edital de seleção das Organizações Sociais aconteceu de forma muito célere, com a divulgação no final do mês de junho de 2017, pelo governo estadual e o início da operação já estava previsto para começar, no mês de agosto de 2017, em 75% das unidades escolares, sem estabelecer um diálogo com as partes interessadas, estudantes, professores e sociedade de uma forma geral.

A resistência à contratação das Organizações Sociais na rede estadual de ensino ocorreu por parte do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado da Paraíba (SINTEP-PB) que na época acionou o setor jurídico na tentativa de tornar a contratação das Organizações Sociais ilegal, se posicionando contra a terceirização da educação pública estadual.

E também por parte dos estudantes secundaristas que se mobilizaram, e com o apoio da Associação Paraibana dos Estudantes Secundaristas (APES), no dia 18 de julho de 2017, ocuparam a sede da SEE/PB, no mesmo dia em que se realizava a entrega dos envelopes com as propostas de execução dos serviços por parte das Organizações Sociais. Tal ocupação durou seis horas, e o resultado alcançado foi o agendamento de uma audiência com o Secretário de Educação, Aléssio Trindade, para o dia 25 de julho, que apenas se comprometeu em promover um ciclo de debates nas escolas sobre o tema.

Em outra situação, no dia 21 de julho, durante um ato político na cidade de João Pessoa com a presença de senadores, deputados federais e o governador do Estado, a APES promoveu intervenções em repúdio ao processo de terceirização da educação estadual, que foi recebido pelos funcionários comissionados do governo de forma truculenta, chegando até a agressão física, fato que gerou solidariedade com os estudantes por grande parte da sociedade nas redes sociais da APES.⁴²

De acordo com a presidenta da APES, Denise Cruz, a educação paraibana encontra-se em uma situação de precariedade e a entrega do serviço a uma Organização Social não elevará a qualidade educacional, pelo contrário, como se trata de uma organização privada, o objetivo será apenas a busca do lucro.

Essa resistência pontual, por parte da comunidade educacional, contra o processo de privatização da educação pública estadual não foi capaz de romper com

⁴² Disponível em: <https://averdade.org.br/2017/08/secundaristas-lutam-contratizacao-da-educacao-na-paraiba/> "Secundaristas lutam contra a privatização da Educação na Paraíba"

o processo de pactuação da gestão das unidades escolares, que teve início no mês de agosto de 2017.

O argumento usado para convencimento da opinião pública, e da própria comunidade escolar, foi, em primeiro lugar, as relações de trabalho precarizadas de um enorme contingente de “prestadores de serviços” da SEE/PB, sendo contratados por tempo determinado, em geral correspondente ao ano letivo, com a possibilidade de recontratação nos anos subsequentes. Com a introdução das Organizações Sociais, esse contingente de trabalhadores passaria a ser regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com direito, a partir de então, aos “benefícios” da CLT, como férias remuneradas, décimo terceiro etc.

Por outro lado, esses trabalhadores saíam da folha de pagamento do Estado, abrindo folga para o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, no que diz respeito ao dispositivo que regula o percentual máximo de gastos com pessoal em relação à receita corrente líquida. Contudo, conforme será observado nas análises a seguir, esses trabalhadores ao serem contratados por entidades privadas, passaram a ser submetidos a uma fiscalização mais rigorosa e um maior controle do trabalho realizado, ficando sujeitos, portanto, à uma maior exploração de sua força de trabalho, além de terem de cumprir uma carga horária em escala diferente dos demais trabalhadores do quadro efetivo, isto é, dos servidores estatutários. Também se viram mais pressionados para o cumprimento das metas e indicadores estabelecidos nos contratos da Organizações Sociais com a SEE/PB, uma vez que uma parte dos salários da parte técnica e diretiva da Organização Social dependia do cumprimento de tais metas e indicadores.

As Organizações Sociais que ganharam a licitação e passaram a atuar na gestão da rede de ensino estadual da Paraíba, no período entre 2017 e 2018, foram a Espaço Cidadania e Oportunidades Sociais - ECOS e o Instituto Nacional De Pesquisa e Gestão Em Saúde - INSAÚDE.

A ECOS, constituída em 19 de setembro de 1997, pessoa jurídica de direito privado, qualificada como Organização Social, é uma associação sem fins lucrativos, com sede no estado do Rio de Janeiro, e têm por finalidade promover a cidadania efetiva das pessoas, especialmente aquelas com deficiência, e grupos em situações de desvantagens sociais. Isso, através da capacitação de recursos humanos, de atividades esportivas diversificadas em diferentes modalidades, promovendo a

preparação, treinamento e geração de oportunidades de trabalho por meio de alocação e agenciamento de postos de trabalho.

Conta também com a realização de seminários, congressos, cursos, ciclos de debates e pesquisa, publicação, atividades sociais, esportivas e culturais em geral, visando à plena integração desses cidadãos à sociedade. Desenvolve ações científicas, ambientais, culturais, assessoria técnica, educacional, jurídica e outras com o mesmo fim, visando também a integração internacional⁴³.

O INSAÚDE, uma instituição constituída sob a forma de pessoa jurídica de direito privado, sem finalidade lucrativa, presta serviço de saúde, educação e assistência social, há mais de 50 anos. É uma instituição que obteve a qualificação como Organização Social, tendo como origem a construção do Hospital da Santa Casa Jesus Maria e José, em agosto de 1948, na cidade de Bernardino de Campos, São Paulo, fundada pelo Padre Francisco Geraldo Pedro van der Maas. O INSAÚDE passou a receber essa denominação apenas no ano de 2015 quando um grupo de gestores da área de saúde passou a integrar a direção da Santa Casa Jesus Maria e José, com o objetivo de modernizar a gestão e transformar a Organização Social em uma instituição com atuação em nível nacional. Com sede em São Paulo, desenvolve ações e serviços nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Alagoas, Bahia e Paraíba, e tem como finalidade a atuação em todo o território nacional nas áreas de Assistência à Saúde e Serviços Médico-Hospitalares, Assistência Social e Assistência Educacional⁴⁴.

Os primeiros contratos de gestão firmados pelo Estado da Paraíba com essas duas Organizações Sociais, e que foram fonte de pesquisa deste estudo, foram os contratos de número 061/2017 entre a SEE e a INSAUDE, e o de número 062/2017 entre a SEE e a ECOS, através desses contratos, essas instituições foram qualificadas como Organizações Sociais.

Tais contratos visavam atuar nos seguintes campos da gestão escolar: vigilância, limpeza, portaria, educação especial, inspetoria, supervisão, orientação e psicologia. Vê-se, portanto, que os contratos não ficaram restritos à gestão administrativa das escolas, mas avançaram também sobre os campos pedagógicos. O que contraria a ementa do próprio Edital ou sugere o entendimento de que

⁴³ Objetivos extraídos do estatuto social da ECOS, obtidas no site <https://ecospb.org/>

⁴⁴ Informações obtidas através do site <https://www.insaude.org.br/home>

atividades de suporte pedagógico se constituem meramente em serviços de apoio às escolas.

De fato, o que, à primeira vista, ficou de fora dos contratos foi exclusivamente a atividade docente. Esta, ao que tudo indica, foi entendida como atividade-fim de forma exclusiva, o que denota uma incompreensão acerca do papel das demais atividades pedagógicas de suporte ao ensino, sobretudo orientação e supervisão escolar. Uma leitura da própria LDBEN⁴⁵ da Educação Nacional, particularmente o Título VI, que trata dos “profissionais da educação” mostra isso.

No artigo 67 está previsto que os profissionais da educação terão acesso aos cargos públicos exclusivamente por meio de concurso de provas e títulos, seguindo o mesmo entendimento da Constituição Federal de 1988, no artigo 206, “valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas” (BRASIL, 1988)⁴⁶. A contratação desses profissionais pelas Organizações Sociais agride não somente a LDB, mas a própria Constituição Federal.

Para concretizar a gestão das ações e dos serviços de apoio escolar, o Edital determinou a divisão da rede de ensino em quatro grupos, com dois lotes cada, visando fomentar a competição entre eles, totalizando um total de oito lotes, correspondendo, cada lote, à Gerencias Regionais de Ensinos (GRES) específicas, responsáveis, cada uma delas pela distribuição geográfica-espacial das escolas estaduais. Segundo o contrato, os lotes e as quantidades de unidades escolares determinados conforme pode ser observado no quadro a seguir:

Quadro 4: Distribuição geográfica-espacial das unidades escolares contempladas com a Gestão Pactuada

Lotes	Unidades Escolares	GRE
Lote 1	85 unidades escolares	1ª GRE
Lote 2	85 unidades escolares	1ª GRE
Lote 3	58 unidades escolares	2ª, 12ª e 14ª GRES
Lote 4	57 unidades escolares	2ª, 12ª e 14ª GRES
Lote 5	83 unidades escolares	3ª, 4ª e 5ª GRES

⁴⁵ Para consulta da LDB atualizada, sugere-se acessar o *link*: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.

⁴⁶ Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006.

Lote 6	83 unidades escolares	3ª, 4ª e 5ª GRES
Lote 7	101 unidades escolares	6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 13ª GRES
Lote 8	100 unidades escolares	6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 13ª GRES

Fonte: Edital de Seleção Pública OS Nº 001/2017/SEAD/SEE

A partir dessa distribuição geográfica-espacial das unidades escolares a ECOS foi contemplada com os lotes 2, 4, 6 e 8, e a INSAÚDE com os lotes 1, 3, 5 e 7. Para a constituição dos lotes foram selecionadas quatro dimensões correspondentes ao: 1) perfil da unidade escolar; 2) desempenho; 3) à infraestrutura e 4) ao ensino oferecido. À cada uma dessas dimensões correspondem algumas variáveis, conforme pode ser observado no quadro a seguir:

Quadro 5: Dimensões e Variáveis para a Gestão Pactuada

DIMENSÃO	VARIÁVEL
Perfil da Unidade Escolar	Quantidade de salas
	Quantidade de alunos matriculados
	Custeio
Desempenho	Média de proficiência do IDEPB do 1º ano do Ensino Médio de 2016
	Média de proficiência do IDEPB do 3º ano do Ensino Médio de 2016
	Média de proficiência do IDEPB Anos Iniciais 2016
	Média de proficiência do IDEPB Anos Finais 2016
	Taxa de Aprovação 1º ano do Ensino Médio de 2015
	Taxa de Aprovação do 3º ano do Ensino Médio de 2015
	Taxa de Aprovação do 5º ano de 2015
	Taxa de Aprovação do 9º ano de 2015
	Nota do IDEB Anos Iniciais 2015
	Nota do IDEB Anos Finais 2015
Infraestrutura	Proporção de equipamentos Adequados
	Sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE)
	Refeitório
	Sala de Leitura
	Banheiro com acessibilidade
	Área verde
	Biblioteca
	Dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida

	Laboratório de ciências
	Laboratório de informática
	Auditório
	Quadra de esportes
	Pátio
	Laboratório de matemática e/ou robótica
Ensino Oferecido	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) e Ensino Médio
	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
	Ensino Médio
	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)
	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
	Exclusivamente Educação de Jovens e Adultos
	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio

Fonte: Edital de Seleção Pública OS Nº 001/2017/SEAD/SEE

O critério para a escolha dessas variáveis, em cada dimensão, era para que cada grupo captasse as características específicas das diferentes regiões da Paraíba, identificando escolas semelhantes, com características homogêneas em cada grupo, e, heterogêneas em relação aos outros grupos. Pretendia-se com isso, garantir o equilíbrio e estimular a competição administrada em cada grupo, um dos princípios norteadores da reforma do Estado no país e constante no PDRAE (BRASIL, 1995).

Os grupos foram formados de acordo com critérios específicos. Assim, cada lote tem características específicas como matrículas, salas, servidores efetivos de apoio, IDEB, IDEPB, taxa de aprovação e taxa de abandono. Portanto, pode-se verificar uma concepção de gestão padronizadora das escolas, a partir do contrato de gestão, com forte ênfase para os resultados dos exames externos, a exemplo do IDEB, associado ao IDEPB, implementado em 2012 pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd/UFJF)⁴⁷.

Verifica-se, deste modo, que os sistemas de avaliação externa se constituem em um dos pilares da política educacional fundamentada nos princípios da Nova Gestão Pública (NGP), tendo como parâmetro a lógica empresarial, não apenas para aferir desempenho, mas também para ampliar os espaços de competição entre

⁴⁷ Para consulta sobre o IDEPB, deve-se acessar o sítio eletrônico: <http://www.avaliacaoparaiba.caedufjf.net/>.

escolas, docentes e alunos, visto que a rede estadual de ensino da Paraíba desenvolve projetos específicos de premiação de docentes e alunos, com base no critério de meritocracia, como foi visto no tópico anterior.

O acompanhamento dos indicadores de desempenho pode se constituir em critério para o cancelamento ou renovação dos contratos, pois, como será visto nas análises posteriores, um dos critérios para o cancelamento da gestão pactuada com a Organização Social é o cumprimento dos indicadores e das metas estabelecidas no Edital de seleção n.º 001/2017 SEA/SEE.

Para desempenhar as suas atribuições, a Organização Social contratada deve, durante a vigência do Contrato de Gestão, atender a alguns compromissos que foram elencados no quadro a seguir:

Quadro 6: Diretrizes das atividades: compromissos que as Organizações Sociais devem assumir

COMPROMISSOS DE ATIVIDADES DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS	
Suporte à educação inclusiva	Alimentação
Suporte Pedagógico	Limpeza
Acompanhamento pedagógico do aluno	Suporte de TI
Suporte ao professor	Segurança
Gestão dos espaços pedagógicos	Manutenção
Suporte ao secretariado	Gestão de RH
Gestão de estoque	Prestação de contas e gestão financeira

Fonte: Edital de Seleção Pública N.º 001/2017 (SEAD/SEE).

Para realizar tais compromissos de serviços de apoio escolar, as Organizações Sociais devem implementar uma série de ações, envolvendo um amplo campo de atuação, que incluem desde a garantia do apoio pedagógico, a mediação de conflitos entre os alunos e o apoio ao docente nas estratégias de ensino-aprendizagem e de avaliação, até questões relacionadas ao suporte de equipamentos multimídia de ensino, equipamentos audiovisuais, acompanhamento do cardápio escolar, controle

de qualidade da merenda escolar e a manutenção da infraestrutura física, logística e funcionamento do desenvolvimento das atividades escolares, evidenciando a necessidade, por parte de tais instituições, de um domínio em vários campos de conhecimento, conforme está previsto no edital de seleção n.º 001/2017 SEAD/SEE .

A avaliação do cumprimento das metas do contrato de gestão será feita por uma Comissão de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação (CAMAOS) determinada pela SEE/PB e que terá como objetivo gerar informações relevantes sobre o desempenho das Organizações Sociais que sejam apropriadas ao processo decisório com fins de promover aprendizado, transparência e responsabilização.

Nesse sentido, as informações geradas pelas Organizações Sociais visam produzir conhecimentos sobre a boas práticas e subsidiar decisões para fortalecer a implantação do modelo de gestão escolar em parceria, conforme previsto no Edital de seleção n.º 001/2017 SEAD/SEE. A base para o controle estratégico da CAMAOS será estruturada em relatórios e eventos periódicos, e contarão com os seguintes indicadores:

1. **Integração de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:** esse indicador busca garantir a integração dos alunos com deficiência às classes comuns do ensino regular. É calculado anualmente para toda rede de ensino, dividindo a quantidade de alunos com deficiência matriculados na rede estadual de ensino recebendo aulas em classes comuns pela quantidade de alunos com deficiência matriculados na rede estadual de ensino. O cálculo desse indicador retorna a porcentagem de alunos efetivamente integrados na rede de ensino, tendo como parâmetro a média da rede pública da Paraíba em 2016, fornecida pelo Observatório do PNE, que se encontra avançada em termos nacionais. A meta será manter o desempenho do período anterior.
2. **Índice de satisfação do AEE:** para avaliar a qualidade desse índice será elaborado um questionário, a partir da perspectiva dos responsáveis dos alunos, que abordará perguntas sobre a qualidade, adequação e integração, entre outros aspectos relevantes, tanto para as aulas integradas do ensino regular quanto para as do atendimento especializado como um complemento do ensino regular. Ele será aplicado semestralmente e será calculado como um índice consolidado das

respostas. O questionário e as metas para esse indicador estarão presentes na versão final do contrato de gestão.

3. **Alunos infrequentes acompanhados:** esse indicador busca medir o acompanhamento de alunos infrequentes, a partir da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI), regulamentada pelo Decreto n.º 32.303, de 29 de julho de 2011. O cálculo desse indicador é obtido dividindo o número de alunos com a FICAI preenchida pelo Total de alunos infrequentes. O indicador traz a porcentagem de alunos acompanhados e será calculado bimestralmente. O preenchimento da FICAI deve ser realizado seguindo a legislação cabível e o direcionamento da SEE. A meta estipulada para esse indicador é atingir 90% em 2017, 95% em 2018 e 100% em 2019.
4. **Índice de Clima Escolar (ICE):** a verificação desse índice ocorrerá através de questionários, aplicados anualmente. As questões buscarão a visão e o interesse que o estudante tem nas atividades desenvolvidas na unidade escolar e na sala de aula, a organização da unidade escolar, o relacionamento entre os agentes escolares e outros pontos que caracterizem a unidade escolar como um ambiente de acolhimento e propício ao aprendizado. O questionário e as metas para esse indicador estarão presentes na versão final do contrato de gestão.
5. **Índice de satisfação do Atendimento ao Público:** para avaliar a qualidade desse índice será elaborado um questionário a partir da perspectiva dos atendidos. O questionário deverá ser fornecido pela Organização Social e oferecido a todos atendidos. Ele abordará perguntas sobre a qualidade, receptividade, pró atividade e atendimento às demandas entre outros aspectos relevantes. Ele será calculado bimestralmente como um índice consolidado das respostas. O questionário e as metas para esse indicador estarão presentes na versão final do contrato de gestão.
6. **Escolas com dados atualizados:** esse indicador visa medir a atualização dos dados de alunos, professores e turmas da escola no sistema de gestão de informações da rede estadual de educação da Paraíba, o sistema SABER, uma ferramenta utilizada pelos professores para o registro de aulas, frequências e notas. De acordo com as recomendações da SEE/PB a unidade escolar só será considerada com dados atualizados se não houver pendência para a mesma no sistema SABER. A fórmula do indicador é uma porcentagem simples, definida pela quantidade de escolas sem pendências no SABER dividido pelo total de escolas

sob gestão compartilhada. Esse indicador será calculado semestralmente e sua meta é atingir 90% em 2017 e 100% nos anos de 2018 e 2019, respectivamente.

7. **Escolas com acesso à internet:** o objetivo desse indicador é garantir que o funcionamento da internet seja mantido em escolas que já o possuem, visto que a instalação de acesso à internet permanecerá sob a responsabilidade da SEE/PB. O indicador será calculado a partir da seguinte fórmula: Quantidade de escolas com internet em funcionamento dividido pela Quantidade de escolas com acesso à internet no período anterior. Esse indicador será medido bimestralmente e sua meta será 100% para todo bimestre. Caso a meta não seja atingida esse indicador pontuará zero.
8. **Índice de satisfação da Merenda Escolar (IME):** para avaliar a merenda escolar será elaborado um questionário a partir da perspectiva dos estudantes. O questionário abordará perguntas sobre a qualidade, equidade, variedade, disponibilidade e quantidade da merenda escolar de modo a garantir o seu fornecimento de forma adequada. Ele será aplicado semestralmente e será calculado como um índice consolidado das respostas.
9. **Índice de Equilíbrio Financeiro (IEF):** este índice permite avaliar a capacidade de pagamento da organização frente a suas obrigações. É baseado no indicador contábil conhecido como Índice de Liquidez Seca e é relevante para avaliar a sustentabilidade financeira da entidade. As informações para o cálculo deste Índice são retiradas do Balanço Patrimonial, cuja atualização é semestral. O IEF é calculado a partir da razão entre os direitos a curto prazo da organização, caixa, bancos e recebimentos, e as despesas de curto prazo, fornecedores, impostos, empréstimos e financiamentos. Essas informações são evidenciadas no Balanço Patrimonial como Ativo Circulante, retirado valores de possíveis estoques, e o Passivo Circulante. Para se chegar ao resultado deste índice temos a seguinte fórmula: $IEF = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$. O resultado do IEF maior do que 1, demonstra folga no disponível para uma possível liquidação das obrigações. Se o IEF for menor do que 1, demonstra não haver disponibilidade financeira suficiente para quitar as obrigações a curto prazo, caso seja preciso. E, se o IEF apresentar um valor igual a 1, significa que os valores dos direitos e obrigações no curto prazo são equivalentes. Dessa forma, a meta para esse indicador será $IEF \geq 1$. Esse indicador só pontuará na avaliação, com 100%, caso a meta seja atingida. Caso $IEF < 1$ a pontuação será igual a zero. Além disso, se

o IEF estiver entre 1 e 0,7 a Organização Social será notificada e se exigirá a apresentação de um plano para melhoria desse indicador. Caso seja verificado que o valor desse indicador é igual ou abaixo de 0,7 em qualquer período, se constituirá situação passível de cancelamento do contrato de gestão.

10. **Índice de Suporte de TI:** para avaliar o suporte de TI será elaborado um questionário, a partir da perspectiva dos gestores escolares. O questionário abordará perguntas sobre a conservação, organização e funcionamento da infraestrutura de TI. Ele será aplicado semestralmente e será calculado como um índice consolidado das respostas. Esse indicador complementa o indicador de Acordo de Nível de Serviço de Suporte de TI apresentado posteriormente nos itens 18, 19 e 20.
11. **Índice de Limpeza:** será elaborado um questionário para avaliar a limpeza das unidades escolares a partir da perspectiva dos gestores escolares. O questionário abordará perguntas sobre a apresentação, limpeza, organização e colaboração da comunidade escolar nas unidades escolares. Ele será aplicado semestralmente e será calculado como um índice consolidado das respostas. Esse indicador complementa o indicador de Acordo de Nível de Serviço de Limpeza apresentado no item 21 a seguir.
12. **Índice de Manutenção:** para avaliar a manutenção, será elaborado um questionário a partir da perspectiva dos gestores escolares. O questionário abordará perguntas sobre a conservação, organização e adequação da infraestrutura. Ele será aplicado semestralmente e será calculado como um índice consolidado das respostas, e complementa o indicador de Acordo de Nível de Serviço de Limpeza apresentado no item 15 a seguir.
13. **Índice de Segurança Escolar:** será elaborado um questionário para avaliar segurança escolar a partir da perspectiva dos gestores escolares. O questionário abordará perguntas sobre a execução do serviço de segurança, sua correta identificação, colaboração com forças policiais entre outros pontos relevantes. Ele será aplicado semestralmente e será calculado como um índice consolidado das respostas.
14. **Sistema Estadual de Avaliação da Educação da Paraíba – Avaliando IDEPB:** O Índice de Desenvolvimento da Educação da Paraíba (IDEPB) é um indicador que reúne dois elementos importantes para a qualidade da educação na Paraíba: o fluxo escolar e o desempenho nas avaliações em larga escala. O indicador é

calculado com base nos dados sobre aprovação, obtidos através do Censo Escolar, e nos dados de desempenho, obtidos através dos testes padronizados do Avaliando IDEPB. O Cálculo das metas do Avaliando IDEPB segue os mesmos procedimentos estabelecidos pelo Ministério da Educação em relação ao IDEB. O IDEPB utiliza a informação de testes próprios e as taxas de aprovação, reprovação e evasão, calculadas pelo INEP. As metas do IDEPB para o contrato de gestão serão as mesmas já definidas pela SEE para as unidades escolares, de forma a promover a gestão compartilhada com as unidades escolares.

15. **Realização da manutenção predial preventiva:** de acordo com o Edital de seleção, a Organização Social deverá realizar manutenção predial preventiva pelo menos uma vez por ano abordando os seguintes itens: sistema predial; instalações elétricas; Instalações hidráulicas; sistema de combate a incêndio; pintura; marcenaria e serralheria; telhados e calhas; vidros; equipamentos e mobiliário não pedagógico; limpeza de caixa d'água; bebedouros; verificação das lâmpadas, interruptores e tomadas; manter os quadros elétricos limpos; troca de lâmpadas, reatores, interruptores e tomadas, quando necessários; verificação de aquecimento e funcionamento dos disjuntores termomagnéticos; verificação da existência de ruídos anormais, elétricos ou mecânicos; medição da corrente com amperímetro nos alimentadores em todas as saídas dos disjuntores termomagnéticos; verificação de aquecimento nos cabos de alimentação; limpeza externa dos quadros de luz; Inspeção nas conexões de saídas dos disjuntores, evitando pontos de resistência elevada; lubrificação das dobradiças das portas dos quadros de luz; controle de amperagem nos cabos de alimentação; controle de carga nos disjuntores monofásicos; verificação de resistência de aterramento, mantendo-a dentro dos limites normalizados; verificação de barramento e conexões; limpeza das luminárias e das lâmpadas; reaperto dos parafusos de sustentação das luminárias e dos parafusos das bases soquetes; verificação dos parafusos de contato das tomadas; medição do isolamento dos circuitos, quanto ao estado dos fios. O Plano de Ação para a execução dos serviços de manutenção deve conter datas previstas para a realização da manutenção predial preventiva para cada unidade escolar. O indicador da realização da manutenção predial preventiva mede a porcentagem de escolas em que essa manutenção foi realizada até a data prevista no Plano de Ação. O cálculo para se chegar nesse índice é medido através da divisão do número de escolas com manutenção

preventiva no prazo/total de escolas. Esse indicador tem periodicidade anual e terá resultado zero caso a manutenção preventiva não tenha sido realizada em alguma escola.

16. **Prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva:** esse indicador serve para averiguar a necessidade de manutenção corretiva predial ou em algum equipamento de uma unidade escolar. Nesse caso a Organização Social deverá realizar atendimento em até 72 horas. Esse indicador mede a porcentagem de atendimentos dentro do prazo, obtido através do número de atendimentos realizados dentro do prazo/total de pedidos de atendimento. Esse indicador tem periodicidade semestral.
17. **Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva:** caso ocorra a necessidade de manutenção corretiva predial ou em algum equipamento de uma unidade escolar, a Organização Social deverá solucionar a causa do chamado em até 15 dias úteis. Esse indicador mede a porcentagem de soluções dentro do prazo, obtido através da divisão das soluções realizados dentro do prazo/total de pedidos de atendimento. Esse indicador tem periodicidade semestral.
18. **Realização da manutenção preventiva de TI:** a Organização Social deverá realizar manutenção preventiva da infraestrutura de TI das unidades escolares anualmente constituindo limpeza, realização de testes e manutenção de softwares. O Plano de Ação para a execução dos serviços de manutenção deve conter datas previstas para a realização da manutenção preventiva de TI para cada unidade escolar. O indicador da realização da manutenção preventiva mede a porcentagem de escolas em que essa manutenção foi realizada até a data prevista no Plano de Ação. Esse indicador é obtido pela divisão do número de escolas com manutenção preventiva no prazo/total de escolas, e tem periodicidade anual e terá resultado zero caso a manutenção preventiva não tenha sido realizada em alguma escola.
19. **Prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva de TI:** caso ocorra a necessidade de manutenção corretiva em algum equipamento da infraestrutura de TI de uma unidade escolar, a Organização Social deverá realizar atendimento em até 72 horas. Esse indicador mede a porcentagem de atendimentos dentro do prazo, obtido através do número de atendimentos realizados dentro do prazo/total de pedidos de atendimento. Esse indicador tem periodicidade semestral.

20. **Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva de TI:** caso ocorra a necessidade de manutenção corretiva em algum equipamento da infraestrutura de TI de uma unidade escolar, a Organização Social deverá solucionar a causa do chamado em até 15 dias, com a compra de peças no valor máximo de R\$ 300,00 por chamado, se necessário. Esse indicador mede a porcentagem de soluções dentro do prazo, obtido através do número de soluções realizadas dentro do prazo/total de pedidos de atendimento. Esse indicador tem periodicidade semestral.
21. **Acordo de Nível de Serviço de limpeza:** será elaborado um acordo do nível de serviço para limpeza a estar presente no contrato de gestão, que especificará os serviços a serem realizados e sua periodicidade (diariamente, semanalmente, mensalmente, anualmente etc.). Esse indicador será mensurado bimestralmente.

Para os indicadores que medem a satisfação dos alunos e dependem da aplicação de questionários, a aferição poderá ser realizada de forma amostral, sendo a quantidade de estudantes pesquisados representativa do universo de alunos presentes na escola de forma a alcançar erro amostra e nível de confiança estatística a serem definidos pela SEE/PB.

Com o intuito de potencializar a execução do projeto educacional da SEE/PB, a CAMAOS deverá sistematizar as informações coletadas e/ou disponibilizadas pelas Organizações Sociais, em ciclos de natureza temporal: bimestral, semestral e anual. Em cada ciclo serão avaliados os seguintes indicadores:

- **Bimestral:** Alunos infrequentes acompanhados, Escolas com acesso à internet, Índice de satisfação do Atendimento ao Público e Acordo de Nível de Serviço de limpeza;
- **Semestral:** Índice de satisfação do AEE, Escolas com dados atualizados, Índice de satisfação da Merenda Escolar – IME, Índice de Suporte de TI, Índice de Limpeza, Índice de Manutenção, Índice de Segurança Escolar, Índice de Equilíbrio Financeiro – IEF, Prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva, Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva, Prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva de TI e Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva de TI.

- **Anual:** Integração de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, Índice de Clima Escolar (ICE), Realização da manutenção predial preventiva, Realização da manutenção preventiva de TI e Sistema de Avaliação da Educação da Paraíba - Avaliando IDEPB.

Esses indicadores foram organizados em grupos, tendo cada grupo um peso específico, de acordo com sua importância relativa no contexto da sistemática de avaliação, conforme pode ser observado no quadro a seguir:

Quadro 7: Peso dos grupos de indicadores na nota global da avaliação da Organização Social

Indicadores/Grupos		Peso
IN1	AEE, suporte pedagógico e desempenho escolar	40%
IN2	Suporte administrativo	20%
IN3	Acordo de Nível de Serviço (ANS)	35%
IN4	Índice de Equilíbrio Financeiro (IEF)	5%

Fonte: Edital de Seleção Pública n.º 001/2017/SEAD/SEE.

A partir da atribuição individual da nota para cada indicador e/ou meta, referente a cada unidade de ensino, será realizado a média aritmética do conjunto de unidades escolares por grupo avaliado para cada Organização Social, e essa nota será multiplicada pelo peso atribuído ao grupo. Na etapa final, as notas ponderadas serão somadas e seu total será dividido por dez, resultando numa nota final, correspondendo a uma nota conceito, que poderá levar à renovação ou não da parceria, e até mesmo a sugestão de desqualificação da mesma, conforme pode-se visualizar no quadro a seguir.

Quadro 8: Pontuação global, conceito e seus impactos na gestão das Organizações Sociais

PONTUAÇÃO	CONCEITO	IMPACTO
9,1 a 10 pontos	A – ÓTIMO	Aprovado – Sugestão de Renovação
8,1 a 9,0 pontos	B – MUITO BOM	Aprovado – Sugestão de Renovação
7,1 a 8,0 pontos	C – BOM	Aprovado – Sugestão de Renovação
5,1 a 7,0 pontos	D – SATISFATÓRIO	Aprovado – Passível de Renovação após diagnóstico conjunto
4,1 a 5,0 pontos	E – RUIM	Reprovado – Não renova o Contrato
< 4,0 pontos	F – INSUFICIENTE	Reprovado – Não renova o Contrato Sugestão de Desqualificação

Fonte: Edital de Seleção Pública n.º 001/2017/SEAD/SEE.

Dessa forma, essa nota conceito além de servir como parâmetro para renovação ou não da Organização Social, será utilizada para indicar o grau de cumprimento das metas e obrigações contratuais da mesma.

Outro aspecto observado no contrato de gestão diz respeito a forma de remuneração do corpo técnico e diretivo da Organização Social, que contará com uma parcela mensal fixa, da ordem de 70%, e outra parcela mensal variável, vinculada ao cumprimento das metas, correspondendo ao percentual de 30%. Sendo assim, em todo período subsequente à avaliação periódica até a realização de uma nova avaliação, a Organização Social só conseguirá a liberação da parte variável conforme os percentuais atingidos de acordo com a pontuação global, que variam entre 1%, para uma pontuação global de 7,1 até 30%, se a pontuação chegar a 10, conforme pode ser observado no quadro 9.

Quadro 9: Percentual da liberação da parte variável da folha de pagamento do contrato de gestão das Organizações Sociais

Pontuação Global	Parte Variável	Pontuação Global	Parte Variável	Pontuação Global	Parte Variável
7,1	1%	8,1	11%	9,1	21%
7,2	2%	8,2	12%	9,2	22%
7,3	3%	8,3	13%	9,3	23%
7,4	4%	8,4	14%	9,4	24%
7,5	5%	8,5	15%	9,5	25%
7,6	6%	8,6	16%	9,6	26%
7,7	7%	8,7	17%	9,7	27%
7,8	8%	8,8	18%	9,8	28%
7,9	9%	8,9	19%	9,9	29%
8,0	10%	9,0	20%	10,0	30%

Fonte: Edital de Seleção Pública n.º 001/2017/SEAD/SEE.

Na prática, o corpo técnico e diretivo das Organizações Sociais para garantir os 100% da folha de pagamento, ou seja, os 70% da parte fixa e os 30% correspondente à parte variável, terão que responder não apenas por metas administrativas, mas também por metas de desempenho através do rendimento dos discentes em testes padronizados, como é o caso do IDEPB. Esse fato pode levar, inevitavelmente, a uma maior interferência da Organização Social sobre o trabalho pedagógico das escolas, e resultar em conflitos quanto aos objetivos do Projeto Político-Pedagógico das escolas e aos interesses imediatos da Organização Social e do seu corpo dirigente.

A prática de atrelar o desempenho do rendimento dos alunos em testes padronizados ao recebimento do salário integral da parte diretiva e técnica das Organizações Sociais, é a mesma lógica presente na rede de ensino estadual paraibana direcionada aos profissionais efetivos, no que diz respeito aos prêmios presentes nas escolas, que no caso específico recebem um mês a mais de salários.

A obrigatoriedade da educação e a vinculação de recursos para o ensino esteve presente nas constituições brasileiras⁴⁸. Com relação à questão que envolve a contratação de Organizações Sociais, a questão sobre a transferência de recursos

⁴⁸ O retrospecto histórico da política de vinculação de recursos para a educação presente nas constituições brasileiras e na LDBEN está detalhado em SOUZA JUNIOR (2015).

públicos para o setor privado se torna mais evidente. Esse foi um dos temas centrais presente nas disputas envolvendo as políticas educacionais desde os anos de 1930 até os dias atuais. O fato, porém, é que as mudanças ocorridas na legislação brasileira a respeito deste assunto sempre permitiram encontrar uma maneira de admitir brechas para essas transferências.

Nesse contexto, a Tabela 4 mostra a estimativa de desembolso de verbas públicas da rede estadual de ensino para cada lote, correspondendo a atuação das duas Organizações Sociais no nosso Estado.

Tabela 4: Levantamento de desembolso estimado por Lote em reais

Lotes	Folha de apoio R\$	Manutenção e pequenas reformas R\$	Despesas gerais R\$	Total das Despesas R\$	Matrículas	Custo/ Aluno R\$
Lote 1	1.048.403,83	108.164,48	172.678,50	1.329.246,81	46.168	28,79
Lote 2	1.128.769,20	126.823,99	202.467,36	1.458.060,55	45.642	31,95
Lote 3	757.167,54	67.659,69	108.014,88	932.842,11	28.245	33,03
Lote 4	697.617,59	72.059,08	115.038,27	884.714,94	28.608	30,93
Lote 5	1.000.981,32	134.560,86	214.818,83	1.350.361,01	49.014	27,55
Lote 6	959.686,62	121.059,26	193.264,30	1.274.010,18	44.458	28,66
Lote 7	1.221.937,70	131.981,90	210.701,68	1.564.621,28	35.939	43,54
Lote 8	1.199.578,82	133.802,34	213.607,91	1.546.989,07	37.112	41,68
TOTAL	8.014.142,62	986.111,60	1.430.591,73	10.340.845,95	315.186	32,81

Fonte: Edital de Seleção Pública n.º 001/2017/SEAD/SEE.

Esses valores foram calculados com base no levantamento dos gastos com escolas estaduais tomando como referência o ano de 2016, e atualizado com os dados de gasto com pessoal em março de 2017. Os demais valores foram estimados a partir dos valores de 2016 ajustados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado de 6,29% e pelo IPCA projetado para 2017 e 4,60%, presente no Relatório Focus emitido pelo Banco Central. Os valores de manutenção e despesas gerais foram divididos pelo número de salas de aula na rede estadual de ensino em 2016. A

partir dos valores de custo por sala e da folha salarial de cada escola foram calculados o desembolso total e o custo/aluno de cada lote (Edital n.º 001/2017/SEAD/SEE).

Nesse sentido, a assinatura do contrato estabelecido com a SEE/PB visa desenvolver ações e serviços de apoio escolar em unidades escolares integrantes, para implantação e implementação de Políticas Administrativas no âmbito educacional nas unidades escolares. O contrato de gestão pactuada tem um prazo de vigência de 24 meses, contados a partir de sua outorga, podendo ser renovado por igual período.

Em termos de repasses de recursos financeiros, temos que, com relação aos lotes 2, 4, 6 e 8, que correspondem à atuação da ECOS, um valor contratualizado estimado em R\$ 117.282.637,48, distribuídos da seguinte forma: no primeiro mês a quantia de R\$ 7.203.571,34, para a implantação da Organização Social; no segundo, terceiro e quarto meses R\$ 3.601.785,67; no quinto mês, R\$ 6.685.763,81, e nos dezoito meses subsequentes, a importância de R\$5.143.774,74.

Já com referência aos lotes 1, 3, 5 e 7, cuja atuação é da INSAÚDE, o contrato de gestão pactuada, estabeleceu o valor global estimado em R\$117.056.294,64, sendo que no primeiro mês o valor correspondia a uma quantia de R\$ 7.171.789,02, também para a implantação da referida Organização Social, no segundo, terceiro e quarto meses o valor seria de R\$ 3.585.894,51, no 5º mês, R\$ 6.685.377,15, e nos dezoito meses subsequentes, a quantia de R\$5.135.635,83.

O somatório dos valores contratados para as duas Organizações Sociais resulta, portanto, no total de R\$ 234.338.932,12, o que equivale a um valor médio por mês de R\$ 9.764.122,17 para cada um dos 24 meses do contrato, um valor mensal de aproximadamente R\$ 4.882.000,00 para cada Organização Social.

De acordo com o contrato, tais valores poderiam sofrer modificações conforme as disponibilidades financeiras de recursos alocados nos orçamentos dos anos subsequentes, como também pela legislação estadual aplicável aos referidos contratos de gestão.

Considerando que, em 2017, as receitas do Fundeb⁴⁹, da rede estadual da Paraíba, foram de R\$ 922.887.117,41 e multiplicando este valor por dois,

⁴⁹ O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) corresponde à parcela de recursos vinculados à educação que são redistribuídas às redes estaduais e municipais de um estado com base no número de matrículas multiplicado pelo custo-aluno. Para o ano de 2017, a Paraíba recebeu o equivalente a R\$ 922.887.117, segundo dados obtidos junto ao Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE).

correspondente a 24 meses, o gasto médio em relação ao Fundeb resultaria em 12,73% das receitas estimadas do fundo. Este valor refere-se ao segundo maior grupo de despesas, abaixo apenas dos gastos alusivos ao pagamento dos profissionais da educação.

Apresentamos, em termos gerais, os procedimentos de atuação da Organização Social na gestão da rede de ensino da educação básica da Paraíba proposto pela SEE/PB, no próximo capítulo relataremos os primeiros resultados alcançados com esse tipo de gestão pactuada.

6 GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NAS ESCOLAS ESTADUAIS PARAIBANAS: primeiros resultados

Neste capítulo evidenciamos os primeiros resultados alcançados pelas Organizações Sociais na gestão das unidades escolares da rede estadual de ensino da Paraíba. Chamamos atenção para o fato de que como a delimitação temporal da nossa pesquisa compreende o período do governo de Ricardo Coutinho (2011/2014 – 2015/2018) as informações disponíveis para nossa análise contemplam o segundo semestre do ano de 2017, que corresponde ao início da gestão pactuada na educação e, o ano de 2018.

Para tanto, foram analisados três relatórios semestrais de avaliação dos indicadores e metas das duas Organizações Sociais que atuaram no período em estudo – a ECOS e a INSAÚDE. Os relatórios referem-se aos períodos de agosto/2017 a janeiro/2018; fevereiro/2018 a julho/2018 e agosto/2018 a janeiro/2019, elaborados pela Comissão de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação (CAMAOS)⁵⁰, com base nas informações prestadas pelas Organizações Sociais que foram coletadas e comparadas com as metas definidas no contrato de gestão.

No período em estudo, a comissão de avaliação executou um acompanhamento sistematizado das ações das Organizações Sociais com o objetivo de acompanhar, monitorar e avaliar as políticas administrativas e de apoio pedagógico através de relatórios bimestrais, semestrais e anuais. Entretanto, optamos por analisar os três relatórios semestrais por envolver um maior número de indicadores e pelo fato de facilitar a compreensão da evolução de tais indicadores em três ciclos semestrais, que compreenderam os períodos entre agosto/2017 e janeiro/2018; fevereiro/2018 e julho/2018 e agosto/2018 e janeiro/2019.

A execução do contrato de gestão pactuada teve início no mês de agosto de 2017 para as unidades escolares pertencentes aos lotes 1, 2, 3, 4, 5 e 6, e no mês de dezembro de 2017 para as unidades escolares pertencentes aos lotes 7 e 8.

Conforme explicado no capítulo anterior, a metodologia utilizada para a seleção das unidades escolares para a gestão pactuada foi a aplicação da técnica estatística

⁵⁰ Os relatórios de avaliação dos indicadores e metas da Organização Social INSAÚDE e ECOS estão disponíveis em: <http://appsee.pb.gov.br/relatorios>

Análise de Componente Principal (PCA), a partir da priorização das trinta e cinco variáveis para as principais dimensões de variáveis presentes nas escolas. Essas dimensões foram resumidas em quatro dimensões: perfil da unidade escolar, desempenho, infraestrutura e ensino oferecido o que resultou em oito lotes de escolas, contempladas com a gestão pactuada, distribuídos para as duas Organizações Sociais, conforme pode ser observado no quadro a seguir:

Quadro 10: Distribuição dos lotes e total de escolas contempladas com a Gestão Pactuada por Organização Social

Lotes	GRE	Organização Social	Total de escolas
Lote 1	1ª GRE	INSAÚDE	85
Lote 2	1ª GRE	ECOS	85
Lote 3	2ª, 12ª e 14ª GRES	INSAÚDE	58
Lote 4	2ª, 12ª e 14ª GRES	ECOS	57
Lote 5	3ª, 4ª e 5ª GRES	INSAÚDE	83
Lote 6	3ª, 4ª e 5ª GRES	ECOS	83
Lote 7	6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 13ª GRES	INSAÚDE	101
Lote 8	6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 13ª GRES	ECOS	100
Total de escolas contempladas pela INSAÚDE			327
Total de escolas contempladas pela ECOS			325

Fonte: Elaboração própria a partir do Edital de Seleção n.º 001/2017/SEAD/SEE/PB.

A partir de agosto de 2017, a rede estadual de ensino da educação básica da Paraíba, passa a ser contemplada com a gestão pactuada entre as Organizações Sociais e a SEE/PB. A seguir, analisamos os primeiros relatórios desse tipo de gestão utilizada em nosso Estado, confeccionados pela CAMAOS, inicialmente da Organização Social ECOS e logo após da INSAÚDE.

6.1 Organização Social ECOS

6.1.1 Relatório agosto de 2017 a janeiro de 2018

Conforme foi detalhado no capítulo anterior, a metodologia utilizada pela CAMAOS para determinar a pontuação global e o conceito que a Organização Social

atingiu no período analisado estão presentes no Quadro 7, que demonstra o peso dos grupos de indicadores na nota global da avaliação e no Quadro 8, que aponta a pontuação global e o conceito correspondente que a Organização Social pode alcançar. Esse conceito global varia de “A – ÓTIMO”, que equivale a aprovação e sugestão de renovação do contrato de gestão pactuada, até um conceito “F – INSUFICIENTE”, que indica a reprovação da Organização Social com a sugestão de desqualificação da mesma.

Como no período da confecção do primeiro relatório, entre agosto de 2017 e janeiro de 2018, nem todos os indicadores foram calculados, devido à sua periodicidade, pois, alguns desses indicadores só seriam determinados após 12 meses do início da implementação da Organização Social, o peso dos indicadores foi redistribuído igualmente para os outros indicadores de forma a melhor representar o desempenho da Organização Social no referido período em análise.

A execução e os valores repassados para a ECOS, correspondentes ao contrato de gestão pactuada nesse período analisado, contemplou um total de 325 escolas, pertencentes aos lotes 2, 4, 6 e 8, conforme foi demonstrado no quadro 10.

Para o primeiro relatório de avaliação dos indicadores e metas da ECOS, dos 21 indicadores previstos no Edital de seleção n.º 001/2017, e considerando a periodicidade, a CAMAOS selecionou 16 indicadores para avaliação. São eles:

1. Integração de alunos com deficiência; transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação
2. Índice de Satisfação do AEE
3. Alunos Infrequentes Acompanhados
4. Índice de Satisfação do Atendimento ao Público
5. Escolas com dados atualizados
6. Escolas com acesso à internet
7. Índice de satisfação da Merenda Escolar
8. Índice de Suporte de TI
9. Índice de Limpeza
10. Índice de Manutenção
11. Índice de Segurança Escolar
12. Prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva
13. Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva

14. Prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva de TI

15. Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva de TI

16. Acordo de Nível de Serviço de Limpeza

Para se chegar a nota de desempenho de cada um desses indicadores, a CAMAOS observou a meta e a forma de cálculo, previstas no Edital de seleção n.º 001/2017, determinando uma nota individual por indicador. Logo após, foi calculada a média aritmética do conjunto de indicadores por grupo avaliado IN1, IN2, IN3 e IN4, conforme detalhado no Quadro n.7, e essa média foi em seguida multiplicada pelo peso atribuído ao grupo, considerando a redistribuição igualitária do peso dos indicadores não avaliados para os indicadores mensurados no referido período. As notas desses indicadores podem ser observadas no quadro 11, e alcançaram os seguintes valores:

- IN1 - referente aos indicadores do AEE, suporte pedagógico e desempenho escolar, com um valor de **4,2**;
- IN2 – suporte administrativo, com um valor de **1,53**;
- IN3 – referente aos indicadores que compõem o acordo de nível de serviço (ANS), com uma nota de **1,88**;
- IN4 – referente ao índice de equilíbrio financeiro (IEF) e que não foi selecionado para esse período, portanto, não entrou no cálculo da nota global da Organização Social.

Os indicadores pertencentes ao grupo IN1 conseguiram atingir a meta estipulada pela SEE/PB, que era manter 98% dos alunos com deficiência em salas de aulas comuns, e a ECOS alcançou um percentual de 100% e, garantir 75% dos questionários de satisfação do atendimento escolar especializado com pelo menos 67 pontos, e o resultado alcançando foi de 84,38%, superando assim as metas estipuladas, o que resultou na pontuação máxima 10 para os dois indicadores, e o valor final do grupo em 4,2.

O indicador de alunos infrequentes acompanhados não foi avaliado nesse período, devido a constatação de problemas nas informações disponibilizadas, como

Quadro 11: Pontuação Global - ECOS - agosto/2017 a janeiro/2018

IN	META	NOTA	MÉDIA (a)	PESO (i)	PESO IN	PONDERAÇÃO IGUALITÁRIA (b)	TOTAL DA IN (c) = (a) x (b)
1	Sistema de Avaliação da Educação da Paraíba - Avaliando IDEPB	-	10	8%	40%	42,11%	4,2
	Integração dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação	10		8%			
	Índice de avaliação do AEE	10		8%			
	Alunos infrequentes acompanhados	-		8%			
	Índice de Clima Escolar – ICE	-		8%			
2	Índice de satisfação do Atendimento ao Público	10	7,26	4%	20%	21,05%	1.53
	Escolas com dados atualizados	1,3		4%			
	Escolas com acesso à internet	10		4%			
	Índice de satisfação da Merenda Escolar – IME	5		4%			
	Índice de Segurança Escolar	10		4%			

3	Índice de suporte de TI	4,1	5,11	3,5%	35%	36,84%	1,88
	Índice de Limpeza	9,7		3,5%			
	Índice de Manutenção	5,4		3,5%			
	Realização de manutenção predial preventiva	-		3,5%			
	Prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva	1,48		3,5%			
	Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva	2,4		3,5%			
	Realização da manutenção preventiva anual de TI	-		3,5%			
	Prazo de atendimento de chamados para a manutenção corretiva de TI	5		3,5%			
	Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva de TI	7,7		3,5%			
	Acordo de nível de serviço de limpeza	-		3,5%			
4	Índice de equilíbrio financeiro – IEF	-		5%	5%	-	-
NOTA GLOBAL DA AVALIAÇÃO = $\Sigma(c)$							7,61

FONTE: Relatório dos Indicadores e Metas da Organização Social ECOS. Disponível em: <http://appsee.pb.gov.br/relatorios>

falhas no preenchimento do FICAI. Esse fato, provocou, por parte da SEE/PB, o desenvolvimento da oficina de alinhamento sobre o FICAI em todas as 14 GREs do Estado com o intuito de orientar e esclarecer os procedimentos do programa de combate à evasão escolar.

Com relação aos indicadores do grupo IN2, dos quatro indicadores que compõem esse grupo de suporte administrativo, a ECOS não conseguiu atingir a meta do indicador de escolas com dados atualizados de todos os requerimentos existentes no sistema SABER, que era 90% das escolas no ano de 2017. Do total de 325 escolas sob responsabilidade da ECOS, apenas 38 apresentaram os dados atualizados, totalizando um total de apenas 11,69%, resultando, assim, em uma nota de 1,3.

O índice de satisfação da merenda escolar (IME), foi avaliado, de forma amostral, através de uma entrevista direcionada a 368 alunos nas unidades escolares sob gestão pactuada da ECOS. Inicialmente a proposta era aplicar um questionário, mas devido as dificuldades logísticas de sua aplicação, optou-se pelo procedimento da entrevista. A meta era alcançar um total de 75% de satisfação do IME, e um total de 70 pontos. Entretanto, apenas 12 unidades escolares atingiram a meta de satisfação nesse indicador, o que representou um total de 36,36%, e uma nota individual do IME de 5. Dessa forma, o grupo IN2 alcançou uma pontuação total de 1,53, impactando a nota global da ECOS.

No grupo IN3, que estão presentes os indicadores que compõem o acordo de nível de serviço (ANS), nenhum indicador alcançou a meta estipulada no Edital de seleção n.º 001/2017. Apenas o indicador que mede o índice de limpeza, que tinha uma meta estipulada em 75% e 50 pontos, conseguiu o resultado de 72,97%, o que proporcionou uma nota individual de 9,7. Embora não tenha atingido a meta estipulada, a CAMAOS avaliou o desempenho da ECOS como excelente, devido ao desenvolvimento de ações complementares que multiplicaram os resultados nas escolas.

O indicador do índice de suporte em TI foi avaliado a partir de um questionário sobre conservação, organização e funcionamento da estrutura de TI, na perspectiva dos gestores escolares. A meta era alcançar 75% com pelo menos 50 pontos, e o resultado atingido foi 30,61% e uma nota de 4,1 pontos. A CAMAOS identificou dois pontos críticos nesse quesito: a velocidade da internet para ferramentas de aprendizagem e o bom funcionamento da rede de computadores.

O índice de manutenção também foi avaliado a partir de um questionário sobre conservação, organização e adequação da infraestrutura sob a perspectiva dos gestores escolares. A meta era 75% dos questionários com até 40 pontos de satisfação, e o resultado alcançado foi de apenas 40,78%, equivalendo a um desempenho, ou seja, uma nota final de 5,4.

Os outros quatro indicadores que compõem o IN3 referem-se ao prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva; prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva; prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva de TI; e, prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva de TI. Nenhuma meta estipulada para esses prazos foi cumprida pela ECOS, que deveria alcançar um percentual de 100% nos respectivos prazos.

A nota do indicador que trata do acordo de nível de serviço de limpeza (AL) não foi validada pela CAMAOS para esse período em função do pequeno número de gestores que responderam os questionamentos exigidos, apenas 36, quando a exigência mínima eram 77, o que inviabilizou o cálculo estatístico preciso e representativo.

Conforme previsto no Edital de seleção n.º 001/2017, todos os indicadores que apresentarem uma nota inferior a 7 deverão apresentar um plano de ação para melhoria à CAMAOS, com informações detalhadas sobre os procedimentos que serão adotados para atingir a meta determinada.

Após o somatório dos indicadores de notas, chegou-se a uma pontuação global da ECOS, que apresentou uma nota global de avaliação igual a **7,61**. Essa nota encontra-se no intervalo entre 7,1 e 8,0, correspondendo a um conceito **“C – BOM”**, garantindo o status de aprovado com sugestão de renovação do contrato de gestão pactuada.

De acordo com a nota conceito obtida pela ECOS e a sua consequente aprovação, a mesma atingiu a nota mínima necessária para garantir a remuneração variável sobre a folha de pagamento do corpo técnico e diretivo pelo período subsequente até sua próxima atualização, conforme foi definido no Edital de seleção n.º 001/2017, no qual a liberação dessa remuneração variável será feita a partir do conceito **“C – BOM”**.

Outro aspecto analisado pela CAMAOS foi a avaliação qualitativa do desempenho da ECOS nos quesitos gerenciais de transparência, equidade, ética, respeito, compromisso e eficiência. Essa avaliação foi obtida a partir dos dados apurados por meio da aplicação de questionários, que resultou em uma nota entre 1 a 5, sendo, 1. Péssimo; 2. Ruim; 3. Regular; 4. Bom; e 5. Excelente. No quadro a seguir detalhamos as notas por cada quesito e o respectivo comentário sobre a atuação da referida Organização Social.

Quadro 12: Avaliação gerencial da Organização Social ECOS

VALORES	NOTAS	COMENTÁRIOS
Transparência	4	Informa à Comissão de forma proativa e encaminha os dados e relatórios nos prazos estabelecidos.
Equidade	5	Assume responsabilidades e focam na resolução do problema em parceria.
Ética	5	Equipe com valores definidos
Respeito	5	Membros com postura profissional e qualificada, constantes elogios sobre o trabalho da ECOS
Compromisso	5	Instaura processos estabelecidos pela Comissão, sugere melhorias e informa qualquer imprevisto.
Eficiência	3	Alta capacidade de planejamento, organização e readequação

FONTE: Relatório dos Indicadores e Metas da Organização Social ECOS. Disponível em: <http://appsee.pb.gov.br/relatorios>

O desempenho nos quesitos gerenciais do corpo diretivo da ECOS alcançou notas satisfatórias nesse primeiro relatório semestral avaliado pela CAMAOS, com a maioria das notas atingindo um conceito excelente (nota 5), um conceito bom (nota 4) e apenas um conceito regular (nota 3), mas mesmo com esse conceito a comissão de avaliação informou a alta capacidade de planejamento, organização e readequação por parte da ECOS.

6.1.2 Relatório fevereiro de 2018 a julho de 2018

O segundo relatório semestral elaborado pela CAMAOS, contemplou o período de fevereiro/2018 a julho/2018, e mais uma vez, considerando a periodicidade, dos 21 indicadores previstos no Edital de seleção n.º 001/2017, avaliou os seguintes indicadores:

1. Índice de Satisfação do AEE

2. Alunos Infrequentes Acompanhados
3. Índice de Satisfação do Atendimento ao Público
4. Escolas com dados atualizados
5. Escolas com acesso à internet
6. Índice de satisfação da Merenda Escolar
7. Índice de Suporte de TI
8. Índice de Limpeza
9. Índice de Manutenção
10. Índice de Segurança Escolar
11. Prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva
12. Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva
13. Prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva de TI
14. Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva de TI
15. Acordo de Nível de Serviço de Limpeza

O processo para obtenção da nota global da ECOS, nesse período, foi calculada conforme o primeiro relatório semestral demonstrado anteriormente. Os indicadores de notas IN1, IN2 e IN3 atingiram 3,75, 1,63 e 2,09, respectivamente, conforme pode se observar no quadro 13. O indicador IN4 não foi selecionado para esse período, portanto, não entrou no cálculo da nota global da ECOS.

No IN1 foi avaliado apenas um indicador individual, o índice de satisfação do AEE, que obteve uma nota final de 8,9. Essa nota foi computada a partir da satisfação do AEE para necessidades especiais, que conseguiu cumprir a meta estipulada de 75% com pelo menos 67 pontos, alcançando 85,48% e 10 pontos. E também da satisfação do AEE para altas habilidades, que não atingiu a meta, totalizando uma satisfação de 58% e uma nota de 7,8 pontos.

Quanto ao indicador que avalia os alunos infrequentes acompanhados a partir do preenchimento da FICAI, ainda foram constatados alguns problemas nesse período, apesar do programa de combate à evasão escolar implementado no semestre anterior. De acordo com a avaliação da CAMAOS cerca de 43% das escolas preencheram a ficha de acompanhamento, 45% não preencheram e 11% não disponibilizaram nenhuma informação. Nesse contexto, esse indicador foi avaliado

Quadro 13: Pontuação Global ECOS – fevereiro/2018 a julho/2018

IN	META	NOTA	MÉDIA (a)	PESO (i)	PESO IN	PONDERAÇÃO IGUALITÁRIA (b)	TOTAL DA IN (c) = (a) x (b)
1	Sistema de Avaliação da Educação da Paraíba - Avaliando IDEPB	-	8,9	8%	40%	42,11%	3,75
	Integração dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação	-		8%			
	Índice de avaliação do AEE	8,9		8%			
	Alunos infrequentes acompanhados	-		8%			
	Índice de Clima Escolar – ICE	-		8%			
2	Índice de satisfação do Atendimento ao Público	10	7,76%	4%	20%	21,05%	1,63
	Escolas com dados atualizados	5,8		4%			
	Escolas com acesso à internet	10		4%			
	Índice de satisfação da Merenda Escolar – IME	3		4%			
	Índice de Segurança Escolar	10		4%			

3	Índice de suporte de TI	4,4	5,69	3,5%	35%	36,84%	2,09
	Índice de Limpeza	10		3,5%			
	Índice de Manutenção	4,8		3,5%			
	Realização de manutenção predial preventiva	-		3,5%			
	Prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva	0,6		3,5%			
	Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva	1,2		3,5%			
	Realização da manutenção preventiva anual de TI	-		3,5%			
	Prazo de atendimento de chamados para a manutenção corretiva de TI	8,3		3,5%			
	Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva de TI	9,3		3,5%			
	Acordo de nível de serviço de limpeza	6,9		3,5%			
4	Índice de equilíbrio financeiro – IEF	-		5%	5%	-	-
NOTA GLOBAL DA AVALIAÇÃO = $\Sigma(c)$							7,47

FONTE: Relatório dos Indicadores e Metas da Organização Social ECOS.

pela comissão de avaliação e sugerido a elaboração de um plano de ação, mas o indicador não entrou no cálculo da nota global da ECOS.

Quanto aos indicadores que compõem o índice de nota IN2, três deles conseguiram atingir a meta estipulada: o índice de satisfação de atendimento ao público, o número de escolas com acesso à internet e o índice de segurança escolar.

O índice de escolas com dados atualizados consiste em medir a atualização de alunos, professores e turmas da escola no sistema SABER, indicando o total de escolas que não possuem pendências nesse sistema. A meta para esse indicador é 100% de escolas com dados atualizados. De um total de 325 escolas sob responsabilidade da ECOS, 135 escolas ainda possuíam pendências no SABER e 190 apresentaram dados atualizados nesse sistema, o que equivale a um total de 58,46% e uma nota de 5,8 pontos. Apesar do progresso em relação ao semestre anterior, que apresentou um total de 11,69% das escolas com dados atualizados, representando um aumento de cerca de 46%, a ECOS não conseguiu atingir a meta estipulada, e a recomendação da CAMAOS foi de que a Organização Social reforce suas ações de forma presencial visando assegurar a institucionalização do processo de atualização contínua dos dados.

Quanto ao IME a meta era alcançar um total de 75% de satisfação nos questionários aplicados, com pelo menos 73 pontos. E da amostra de 43 escolas selecionada para esse indicador, apenas 10 atingiram a meta de satisfação, o que representou um total de 23,26%, e uma nota individual de 3 pontos. Essa nota indicou um retrocesso se comparada com a avaliação do semestre anterior que tinha conseguido um total de 5 pontos, apesar das ações desenvolvidas pela ECOS, como a realização de palestras promovidas a um total de 716 merendeiras. A nota desse indicador representou o menor índice do grupo IN2 que atingiu uma nota de 1,63, impactando na nota global.

No grupo IN3, apenas o índice de limpeza conseguiu atingir a meta estipulada, que era de 75% dos questionários com pelo menos 53 pontos. O resultado alcançado foi 85,23% de satisfação, ou seja, além do estipulado, o que representou uma nota de 10 pontos.

Os demais indicadores que compõem esse grupo não conseguiram atingir a meta, como o índice de suporte em TI, que tinha a meta de 75% dos questionários

com pelo menos 53 pontos, e só conseguiu um total de 33,04% o equivalente a uma nota de 4,4 pontos. O cálculo desse indicador depende das informações disponibilizadas no sistema SABER e o diagnóstico final da CAMAOS é que o ponto mais crítico diz respeito à velocidade da internet para ferramentas de aprendizagem. Nesse aspecto, a solicitação da comissão é que a ECOS elabore um plano estratégico visando suprir o gargalo informado pelos gestores.

O cumprimento da meta do índice de manutenção também ficou abaixo da meta estipulada, alcançando um total de 36,36%, e uma nota de 4,8 pontos. Apesar dessa pontuação, a avaliação da CAMAOS informou que a ECOS tem desempenhado com excelência e agilidade os chamados das escolas pelo atendimento da engenharia técnica, mas a avaliação com os gestores escolares indica uma insatisfação do atendimento, o que provocou a sugestão da elaboração de um plano estratégico para atender as unidades escolares mais críticas.

O indicador que avalia o prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva atendeu apenas 6% dos chamados e o indicador do prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva apenas 12%, o equivalente a notas bem abaixo do esperado, 0,6 e 1,2, respectivamente. Já os indicadores que avaliam o prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva de TI e o prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva de TI, também não atingiram as metas estipuladas, entretanto alcançaram um percentual de atendimento bem próximo da meta, com 83,24% e 93,6%, equivalendo a uma nota de 8,3 e 9,3, respectivamente.

Quanto ao último índice que faz parte desse grupo IN3, o indicador de acordo de nível de limpeza, que tinha como meta estipulada um total de 75% de questionários com pelo menos 63 pontos, e atingiu um total de 52% e uma nota de 6,9 pontos. No plano de ação para esse indicador, sugerido pela CAMAOS, a ECOS deve considerar os itens críticos apontados pelos gestores escolares: equipamentos internos e sanitários e vestiários.

A partir do somatório dos índices de notas IN1, IN2 e IN3, chegou-se a uma nota global de avaliação igual a **7,47**, conforme pode ser observado no quadro n.13. Apesar dessa nota global de avaliação ser uma nota inferior ao semestre anterior, que foi 7,61, esse resultado também se situa no conceito “**C – BOM**” e um status de aprovado com sugestão de renovação do contrato de gestão pactuada, garantido a

liberação da parcela variável que incide sobre a folha de pagamento da parte técnica e diretiva da ECOS.

Quanto a avaliação qualitativa do desempenho nos quesitos gerenciais da ECOS, a CAMAOS chegou as seguintes notas:

Quadro 14: Avaliação gerencial da Organização Social ECOS

VALORES	NOTAS	COMENTÁRIOS
Transparência	3	Informa à Comissão, porém certos dados não convergem
Equidade	2	Necessário melhorar visão da Comissão como parceria
Ética	4	Equipe com valores definidos. Necessário informar nos planos de ação o planejamento real dentro dos recursos que a ECOS possui
Respeito	2	Membros com postura profissional e qualificada, porém conflitos que não colaboram construtivamente ao projeto.
Compromisso	3	Ser mais proativo e propositivo em relação às melhorias nos planos de ação
Eficiência	3	Necessário melhorar as readequações de plano de ação e relatórios, conforme requerido

FONTE: Relatório dos Indicadores e Metas da Organização Social ECOS. Disponível em: <http://appsee.pb.gov.br/relatorios>

O que chama atenção nessa segunda avaliação quesitos gerenciais foram notas menores em todos os quesitos avaliados, com relação ao relatório do período anterior. Os quesitos de equidade e respeito pontuaram apenas uma nota igual a 2 que representa um conceito ruim. No quesito respeito destaca-se a presença de conflitos, que de acordo com a avaliação da comissão de avaliação, prejudica a construção coletiva do projeto de gestão pactuada, impactando na avaliação global da referida Organização Social.

6.1.3 Relatório agosto de 2018 a janeiro de 2019

O terceiro relatório analisado neste estudo compreende o período entre agosto/2018 e janeiro/2019 e estão presentes os seguintes indicadores:

1. Avaliando IDEPB

2. Alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação em classes comuns.
3. Índice de Satisfação do AEE
4. Índice de Satisfação do Atendimento ao Público
5. Escolas com dados atualizados
6. Escolas com acesso à internet
7. Índice de satisfação da Merenda Escolar
8. Índice de Suporte de TI
9. Índice de Limpeza
10. Índice de Manutenção
11. Índice de Segurança Escolar
12. Realização de Manutenção Predial Preventiva
13. Prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva
14. Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva
15. Realização da manutenção preventiva anual de TI
16. Prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva de TI
17. Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva de TI
18. Acordo de Nível de Serviço de Limpeza

Nesse período, a pontuação alcançada pelos indicadores de notas da ECOS totalizou os seguintes resultados: IN1 = 2,66, IN2 = 1,54 e IN3 = 2,56, conforme pode ser observado no quadro 15. Mais uma vez o IN4 não foi selecionado para esse período, portanto, não entrou no cálculo da nota global ECOS.

O indicador de notas IN1 avaliou os seguintes índices: o Avaliando o IDEPB, o índice dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação em classes comuns e o índice de satisfação do AEE. Apenas o índice dos alunos com deficiência em salas comuns atingiu a meta estipulada, obtendo a nota individual de 10 pontos, enquanto que o índice de satisfação do AEE, como no semestre anterior, só não cumpriu a meta em função dos alunos com altas habilidades, atingindo uma nota individual de 8,7 pontos.

Conforme foi demonstrado no capítulo anterior, o IDEPB calcula o desempenho de cada escola tendo como base a nota do IDEPB da escola no período anterior, dessa forma o desempenho de cada escola será proporcional ao alcance das metas.

Quadro 15: Pontuação Global ECOS - agosto/2018 a janeiro/2019

IN	META	NOTA	MÉDIA (a)	PESO (i)	PESO IN	PONDERAÇÃO IGUALITÁRIA (b)	TOTAL DA IN (c) = (a) x (b)
1	Sistema de Avaliação da Educação da Paraíba - Avaliando IDEPB	0,27	6,32	8%	40%	42,11%	2,66
	Integração dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação	10		8%			
	Índice de avaliação do AEE	8,7		8%			
	Alunos infrequentes acompanhados	-		8%			
	Índice de Clima Escolar – ICE	-		8%			
2	Índice de satisfação do Atendimento ao Público	10	7,3	4%	20%	21,05%	1,54
	Escolas com dados atualizados	4,1		4%			
	Escolas com acesso à internet	10		4%			
	Índice de satisfação da Merenda Escolar – IME	5		4%			
	Índice de Segurança Escolar	7,4		4%			

3	Índice de suporte de TI	5,6	6,95	3,5%	35%	36,84%	2,56
	Índice de Limpeza	8,5		3,5%			
	Índice de Manutenção	3,1		3,5%			
	Realização de manutenção predial preventiva	0		3,5%			
	Prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva	8,0		3,5%			
	Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva	8,6		3,5%			
	Realização da manutenção preventiva anual de TI	10		3,5%			
	Prazo de atendimento de chamados para a manutenção corretiva de TI	9,8		3,5%			
	Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva de TI	9,9		3,5%			
	Acordo de nível de serviço de limpeza	6,0		3,5%			
4	Índice de equilíbrio financeiro – IEF	-	5%	5%	-	-	-
NOTA GLOBAL DA AVALIAÇÃO = $\Sigma(c)$							6,76

Fonte: Relatório dos Indicadores e Metas da Organização Social ECOS.

O indicador IDEBP é auferido como a mediana do desempenho de todas as escolas sob a responsabilidade da ECOS, ficando definido para 2017 uma meta de 50, e para 2018 uma meta de 60. Com base no censo escolar e considerando as metas estabelecidas para o referido índice, a ECOS não atingiu a meta estabelecida, obtendo uma mediana da nota da escola de 16,23, o que equivale a uma nota de 0,27 pontos no índice IDEPB.

Quanto ao grupo IN2, os índices de satisfação de atendimento ao público e de escolas com acesso à internet cumpriram as metas estipuladas, atingindo a nota 10, apesar da suspeita de manipulação indevida das informações disponibilizadas em alguns questionários de satisfação de atendimento ao público, que em sua maioria apresentavam idêntica grafia e/ou marcação. As escolas que praticaram tal manipulação foram identificadas pela CAMAOS e seus questionários foram eliminados da avaliação.

O indicador que mede as escolas com dados atualizados atingiu uma nota inferior em relação ao semestre anterior, passando de 5,8 pontos para 4,1 pontos, indicando um retrocesso. A comissão de avaliação sugeriu que a ECOS reforce suas ações de forma presencial visando assegurar a institucionalização do processo de atualização contínua dos dados.

Quanto ao indicador do IME, novamente a ECOS não atingiu a meta estipulada, alcançando apenas um percentual de satisfação nos questionários de 38,46%, equivalente a uma nota de 5 pontos, entretanto, essa nota representou um avanço com relação ao semestre anterior, que tinha alcançado apenas uma nota 3 pontos.

O último indicador que compõe esse grupo de notas é o índice de segurança escolar, que tinha a meta de 75% dos questionários com pelo menos 70 pontos, e alcançou um total de 55,45%, equivalente a uma nota de 7,4 pontos. De acordo com os questionários, os pontos mais críticos nesse indicador são: os muros que protegem as escolas, a realização de rondas periódicas na área interna e externa das escolas e a segurança da escola no período noturno. Assim, foi solicitado pela CAMAOS a elaboração de um plano estratégico pela ECOS visando suprir os problemas informados pelos gestores escolares.

Quanto ao grupo IN3, apenas um indicador conseguiu atingir a meta determinada no Edital de seleção n.º 001/2017, que foi o indicador que verifica a

realização da manutenção preventiva anual de TI com 100% das escolas com manutenção realizada no prazo.

As notas mais baixas dos demais indicadores desse grupo, foram: o índice de manutenção, com um resultado de 23,12% e uma nota de 3,1 pontos; o índice de suporte em TI, totalizando 41,82% de satisfação dos questionários avaliados, equivalente a uma nota de 5,6 pontos, e o indicador de acordo de serviço de limpeza, com um resultado de 45% e uma nota de 6 pontos. Chama atenção, nesse grupo, o desempenho do indicador de realização de manutenção predial preventiva que por não realizar a manutenção preventiva em algumas escolas, no período superior a 12 meses, não atinge a meta, tendo uma nota igual a zero, impactando a nota final do grupo e a nota global da ECOS. Os demais indicadores desse grupo também não atingiram a meta estipulada, entretanto, alcançaram um nível de desempenho próximo, conforme pode ser observado no quadro 15.

A partir do somatório desses índices de notas chegou-se a uma nota global de avaliação igual a **6,76**. Como essa nota global de avaliação se encontra no intervalo entre 5,1 a 7,0, o conceito alcançado pela ECOS nesse período foi **“D – SATISFATÓRIO”**, indicando um status de aprovado, passível de renovação após diagnóstico conjunto, conforme estabelecido no Edital de seleção n.º 001/2017.

Com essa nota global a Organização Social fica impedida de receber a parte variável que incidirá sobre a folha de pagamento do corpo técnico e diretivo pelo período subsequente até sua próxima atualização, uma vez que a liberação dessa parcela variável do contrato de gestão está condicionada a uma nota mínima equivalente ao conceito “C - BOM”.

Quanto a avaliação qualitativa do desempenho da ECOS nos quesitos gerenciais, a CAMAOS atribuiu notas que variaram entre os conceitos bom e regular, conforme pode ser observado no quadro a seguir.

Quadro 16: Avaliação qualitativa gerencial da Organização Social ECOS

VALORES	NOTAS	COMENTÁRIOS
Transparência	4,43	Não há relatos
Equidade	3,86	Necessário melhorar visão da Comissão como parceria
Ética	4,00	Não há relatos

Respeito	4,71	Não há relatos
Compromisso	4,29	Não há relatos
Eficiência	3,43	Necessário melhorar as readequações de plano de ação e relatórios, conforme requerido anteriormente

Fonte: Relatório CAMAOS. Disponível em: <http://appsee.pb.gov.br/relatorios>

Chama a atenção nessa avaliação as notas não serem computadas com um valor inteiro, como nos relatórios anteriores, e a ausência de comentários referentes aos quesitos que alcançaram uma nota equivalente ao conceito bom (4), apenas nos quesitos de equidade e eficiência há indicação de melhorar as readequações do plano de ação e relatórios.

6.2 Organização Social INSAÚDE

6.2.1 Relatório agosto de 2017 a janeiro de 2018

Para a avaliação dos indicadores referentes ao período entre agosto/2017 e janeiro/2018, a CAMAOS considerou as 327 escolas, objeto do contrato de gestão pactuada com a Organização Social INSAÚDE. No primeiro relatório de avaliação dos indicadores e metas dessa organização, foram selecionados os seguintes indicadores:

1. Integração de alunos com deficiência; transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação
2. Índice de Satisfação do AEE
3. Alunos Infrequentes Acompanhados
4. Índice de Satisfação do Atendimento ao Público
5. Escolas com dados atualizados
6. Escolas com acesso à internet
7. Índice de satisfação da Merenda Escolar
8. Índice de Suporte de TI
9. Índice de Limpeza
10. Índice de Manutenção
11. Índice de Segurança Escolar
12. Prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva

13. Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva
14. Prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva de TI
15. Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva de TI
16. Acordo de Nível de Serviço de Limpeza

O processo para obtenção da nota global da INSAÚDE é o mesmo processo demonstrado para a Organização Social ECOS. Inicialmente é calculado a nota individual para cada indicador, em seguida, é calculado a média aritmética do conjunto de indicadores por grupo avaliado, que obtiveram, nesse período, as seguintes notas: IN1 = 4,20; IN2 = 0,66 e IN3 = 1,52, conforme pode ser observado no quadro 17. O grupo IN4 não foi selecionado para esse período, portanto, não entrou no cálculo da nota global da INSAÚDE.

Os indicadores que compõem o grupo IN1 atingiram a meta determinada pela SEE/PB, ou seja, tanto o índice que analisa a integração de alunos com deficiência às salas de aula comum, quanto o índice de satisfação do AEE, obtiveram o desempenho/pontuação máxima. Nesse período, a INSAÚDE em parceria com a SEE/PB e a FUNAD, promoveram cursos de capacitação para cuidadores que atuam na rede pública estadual de ensino, o que contribuiu para os resultados alcançados.

O indicador de alunos infrequentes acompanhados (ALI), assim como aconteceu na ECOS, não foi avaliado nesse período, devido a constatação de problemas nas informações disponibilizadas, como falhas no preenchimento do FICAI. A partir da compilação dos dados pela CAMAOS, constatou-se que do total de escolas sob a responsabilidade da INSAÚDE, 25,08% preencheram a FICAI, 45,26% não preencheram e 29,67% não disponibilizaram nenhuma informação. Tendo em vista esse resultado, a equipe pedagógica da INSAÚDE promoveu treinamento da FICAI para seus profissionais com o intuito de atender às exigências da SEE/PB.

Já no grupo IN2, a INSAÚDE conseguiu atingir a meta determinada apenas no indicador que avalia a segurança escolar, alcançando um total de 10 pontos.

Quadro 17: Pontuação Global INSAÚDE - agosto/2017 a janeiro/2018

IN	META	NOTA	MÉDIA (a)	PESO (i)	PESO IN	PONDERAÇÃO IGUALITÁRIA (b)	TOTAL DA IN (c) = (a) x (b)
1	Sistema de Avaliação da Educação da Paraíba - Avaliando IDEPB	-	10	8%	40%	42,11%	4,2
	Integração dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação	10		8%			
	Índice de avaliação do AEE	10		8%			
	Alunos infrequentes acompanhados	-		8%			
	Índice de Clima Escolar – ICE	-		8%			
2	Índice de satisfação do Atendimento ao Público	0	3,14	4%	20%	21,05%	0,66
	Escolas com dados atualizados	1,7		4%			
	Escolas com acesso à internet	0		4%			
	Índice de satisfação da Merenda Escolar – IME	4		4%			
	Índice de Segurança Escolar	10		4%			

3	Índice de suporte de TI	4,4	4,13	3,5%	35%	36,84%	1,52
	Índice de Limpeza	8,6		3,5%			
	Índice de Manutenção	5,3		3,5%			
	Realização de manutenção predial preventiva	-		3,5%			
	Prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva	0		3,5%			
	Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva	0		3,5%			
	Realização da manutenção preventiva anual de TI	-		3,5%			
	Prazo de atendimento de chamados para a manutenção corretiva de TI	4,4		3,5%			
	Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva de TI	6,2		3,5%			
	Acordo de nível de serviço de limpeza	-		3,5%			
4	Índice de equilíbrio financeiro – IEF	-		5%	5%	-	-
NOTA GLOBAL DA AVALIAÇÃO = $\Sigma(c)$							6,38

FONTE: Relatório dos Indicadores e Metas da Organização Social INSAÚDE.

Nesse grupo, dois indicadores foram zerados pela CAMAOS: o índice de satisfação de atendimento ao público, devido a quantidade insuficiente de questionários entregues pela referida Organização Social, um total de apenas 889 questionários em comparação com 4.421 questionários entregues pela ECOS; e o índice de escolas com acesso à internet, por não conseguir manter todas as escolas em funcionamento com acesso à internet.

O percentual de cumprimento da meta e desempenho do indicador escolas com dados atualizados atingiu apenas um total de 14,98%, equivalente a uma nota de 1,7 pontos. A justificativa para o baixo desempenho desse indicador foi a dificuldade de manuseio do sistema SABER, o que gerou a necessidade, por parte da CAMAOS de organizar treinamentos para capacitar os colaboradores da INSAÚDE.

O índice de satisfação da merenda escolar (IME) também não alcançou a meta determinada, apenas 31% das unidades escolares sob gestão pactuada da INSAÚDE conseguiram um desempenho satisfatório, o que corresponde a uma nota de 4 pontos. A recomendação da CAMAOS para esse fraco desempenho foi o desenvolvimento de um plano de ação amplo e eficaz para aumentar a satisfação dos alunos e garantir uma merenda escolar apropriada.

No grupo IN3 nenhum indicador conseguiu atingir a meta estipulada e também apresentou indicadores que foram zerados, são eles: o índice que avalia o prazo de atendimento de chamados para a manutenção corretiva e o índice de prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva. Ambos devido as falhas apresentadas no repasse de informações das aberturas de chamado de manutenção corretiva e também de não registrar os chamados abertos pelos gestores escolares.

Os indicadores que apresentaram percentuais mais baixo nesse grupo de notas foram: o índice de suporte em TI com 32,64% e uma nota equivalente a 4,4 pontos; o índice do prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva de TI, com 44% e uma nota de 4,4 pontos; o índice de manutenção, com 40% e uma nota de 5,3 pontos; e, indicador que mede o prazo de solução dos problemas para manutenção corretiva de TI com 62,04% e uma nota de 6,2 pontos. Todos esses indicadores apresentaram insatisfação no serviço da INSAÚDE, tanto da CAMAOS quanto dos gestores escolares, principalmente em decorrência do atendimento fora do prazo estabelecido. A recomendação em casos de indicadores abaixo da meta estipulada é a elaboração de um plano de ação para melhoria que deve constar as ações a serem

tomadas, seus respectivos prazos, a identificação do responsável por gerenciar cada ação e a metodologia a ser utilizada, a divisão da equipe responsável e as escolas ou áreas prioritárias.

A partir do somatório desses índices de notas, chegou-se a uma nota global de avaliação igual a **6,38**, conforme pode ser observado no quadro n.17. Como essa nota global está entre 5,1 e 7,0 pontos, foi atribuído conceito **“D – SATISFATÓRIO”**, que confere status de aprovado passível de renovação após diagnóstico conjunto, de acordo com o que ficou estabelecido no Edital de seleção n.º 001/2017. E, como foi destacado anteriormente, a nota conceito conseguida pela INSAÚDE ficou abaixo da nota conceito mínima para o recebimento da parte variável que incide sobre a folha de pagamento do seu corpo técnico e diretivo.

Quanto a avaliação qualitativa do desempenho da INSAÚDE nos quesitos gerenciais, a CAMAOS, segundo os valores do Programa de Organizações Sociais, atribuiu as seguintes notas:

Quadro 18: Avaliação qualitativa gerencial da Organização Social INSAÚDE

VALORES	NOTAS	COMENTÁRIOS
Transparência	1	O repasse de informações está altamente prejudicado devido à demora de correções em processos.
Equidade	3	Assume responsabilidades e focam na resolução do problema em parceria
Ética	3	Informações discrepantes do acompanhamento feito pela Comissão
Respeito	4	Membros com postura profissional
Compromisso	2	Lentidão na instauração processos estabelecidos pela Comissão
Eficiência	3	Necessário diminuir o tempo de readequação para atender as demandas e serem proativos na parceria com a Comissão

FONTE: Relatório dos Indicadores e Metas da Organização Social INSAÚDE. Disponível em: <http://appsee.pb.gov.br/relatorios>

Como pode ser observado no quadro 18, a lentidão na instauração de processos encaminhados pela CAMAOS e a consequente demora das correções de tais processos, justificaram nos quesitos compromisso e transparência um conceito ruim e péssimo, respectivamente. Tal desempenho fraco alcançado pelo quadro gerencial da INSAÚDE corrobora com as baixas notas alcançadas nos indicadores

individuais analisados no relatório semestral, acarretando apenas uma nota conceito satisfatória.

6.2.2 Relatório fevereiro de 2018 a julho de 2018

O segundo relatório semestral elaborado pela CAMOAS, correspondente ao período entre fevereiro/2018 e julho/2018, contemplou os seguintes indicadores:

1. Índice de Satisfação do AEE
2. Alunos Infrequentes Acompanhados
3. Índice de Satisfação do Atendimento ao Público
4. Escolas com dados atualizados
5. Escolas com acesso à internet
6. Índice de satisfação da Merenda Escolar
7. Índice de Suporte de TI
8. Índice de Limpeza
9. Índice de Manutenção
10. Índice de Segurança Escolar
11. Prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva
12. Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva
13. Prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva de TI
14. Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva de TI
15. Acordo de Nível de Serviço de Limpeza

A partir da análise e da nota para cada um desses indicadores, calculou-se a nota dos grupos de indicadores: IN1 = 4,21 pontos, IN2 = 1,75 pontos e IN3 = 1,41 pontos, conforme pode ser observado no quadro 19. O grupo IN4 não foi selecionado para esse período, portanto, não entrou no cálculo da nota global da INSAÚDE.

Quadro 19: Pontuação Global INSAÚDE – fevereiro/2018 a julho/2018

IN	META	NOTA	MÉDIA (a)	PESO (i)	PESO IN	PONDERAÇÃO IGUALITÁRIA (b)	TOTAL DA IN (c) = (a) x (b)
1	Sistema de Avaliação da Educação da Paraíba - Avaliando IDEPB	-	10	8%	40%	42,11%	4,21
	Integração dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação	-		8%			
	Índice de satisfação do AEE	10		8%			
	Alunos infrequentes acompanhados	-		8%			
	Índice de Clima Escolar – ICE	-		8%			
2	Índice de satisfação do Atendimento ao Público	10	8,34	4%	20%	21,05%	1,75
	Escolas com dados atualizados	5,7		4%			
	Escolas com acesso à internet	10		4%			
	Índice de satisfação da Merenda Escolar - IME	6		4%			
	Índice de Segurança Escolar	10		4%			

3	Índice de suporte de TI	5,1	3,825	3,5%	35%	36,84%	1,41
	Índice de Limpeza	10		3,5%			
	Índice de Manutenção	4,9		3,5%			
	Realização de manutenção predial preventiva	-		3,5%			
	Prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva	0		3,5%			
	Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva	0		3,5%			
	Realização da manutenção preventiva anual de TI	-		3,5%			
	Prazo de atendimento de chamados para a manutenção corretiva de TI	1,9		3,5%			
	Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva de TI	2,6		3,5%			
	Acordo de nível de serviço de limpeza	6,1		3,5%			
4	Índice de equilíbrio financeiro – IEF	-		5%	5%	-	-
NOTA GLOBAL DA AVALIAÇÃO = $\Sigma(c)$							7,37

FONTE: Relatório dos Indicadores e Metas da Organização Social INSAÚDE.

O grupo IN1 contou com apenas um indicador, o índice de satisfação do AEE, que atingiu a meta proposta no edital de seleção, tanto com relação aos alunos com deficiência, com aprovação dos questionários aplicados em 86%, quanto dos alunos com altas habilidades, com 76%, o que resultou em uma nota final do indicador de 10 pontos. A avaliação da comissão para esse indicador, é que a INSAÚDE tem avançado na valorização e na capacitação dos cuidadores através de cursos promovidos em parcerias com a FUNAD, entretanto, solicita uma maior rapidez nas informações sobre os espaços pedagógicos tendo em vista a responsabilidade do gerenciamento do mesmo e atender alunos com altas habilidades dentro de suas especificidades.

No grupo IN2, os indicadores que avaliam a satisfação de atendimento ao público, as escolas com acesso à internet e o índice de segurança escolar, conseguiram alcançar a meta determinada pelo edital de seleção, atingindo os percentuais totais de 97,47%, 100% e 78,26%, respectivamente, e uma nota individual para cada um desses indicadores de 10 pontos.

Os indicadores desse grupo que não atingiram a meta foram o índice de escolas com dados atualizados (ATU) e o índice de satisfação da merenda escolar (IME). Do total das 327 escolas sob responsabilidade da INSAÚDE apenas 187 estão com dados atualizados no sistema SABER, o que representa um percentual de 57%, equivalente a uma nota de 5,7 pontos. Apesar de ficar abaixo da meta, a comissão de avaliação constatou uma evolução desse indicador, pois na avaliação do semestre anterior apenas 14,98% das escolas estavam com seus dados atualizados, uma evolução de 42%.

Quanto ao IME, apesar da evolução apresentada nesse período com relação ao semestre anterior, o mesmo não conseguiu atingir a meta determinada que era 75% dos questionários com uma nota de pelo menos 73 pontos. Do total da amostra de 42 escolas selecionadas para esse indicador, apenas 19 cumpriram a meta estipulada, o que provocou um percentual de cumprimento de 45,24%, equivalente a uma nota final de 6 pontos. A avaliação da CAMAOS para esse indicador foi de que houve uma evolução da equipe de nutrição da INSAÚDE, com relação ao semestre anterior, com treinamentos, acompanhamentos dos gêneros alimentícios adquiridos pelas unidades escolares, fiscalização nas despensas, controle de estoques e notas fiscais, e, melhorias na organização e higienização dos alimentos.

No grupo de indicadores de notas IN3 apenas o índice de limpeza atingiu a meta estipulada, com 78,26% dos questionários com pelo menos 65 pontos, alcançando a nota de 10 pontos. Entretanto, apesar da INSAÚDE ter atingido a meta, a comissão de avaliação solicitou a qualificação profissional dos funcionários de apoio nas unidades escolares visando o conhecimento dos procedimentos padrões que assegurem o bom funcionamento da escola, e recomendou também adquirir o caderno de registro de entrada e saída, ocorrências e crachás de identificação para visitantes visando a segurança para a comunidade escolar.

Quanto aos indicadores de prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva e de prazo para solução dos problemas de manutenção corretiva, a CAMAOS solicitou por diversas vezes a regularização das ordens de serviços realizados pela INSAÚDE, entretanto foi recebido um número muito baixo dos serviços realizados, mesmo o prazo tendo sido estendido ao longo do semestre o processo não foi cumprido. Dessa forma, fundamentado na insatisfação do questionário respondido pelos gestores escolares, a nota para esses indicadores foi zero, o que impactou a nota final do indicador.

Os demais indicadores que compõem o grupo IN3 apresentaram os seguintes resultados: o acordo do nível de serviço de limpeza registrou um cumprimento de 46% e uma nota de 6,1 pontos, apesar da realização de 11 treinamentos de limpeza realizados em João Pessoa e Campina Grande; o índice de suporte em TI com apenas 38,20% das unidades escolares que atingiram a meta, acarretando uma nota de 5,1 pontos, destacando-se os pontos críticos de velocidade da internet para ferramentas de aprendizagem e o baixo funcionamento da rede de telefonia; e, o índice de manutenção, que apresentou um desempenho de 36,67%, equivalente a uma nota de 4,9 pontos.

O mesmo aconteceu para os indicadores de prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva de TI e de prazo para solução dos problemas para manutenção corretiva de TI, que também não atingiram a meta, não conseguindo atender os chamados registrados no prazo de até 72 horas, alcançando, assim, um percentual de cumprimento dos prazos de 19% e 26%, equivalentes a notas individuais de 1,9 pontos e 2,6 pontos, respectivamente.

Apesar do baixo desempenho de alguns indicadores, a nota global de avaliação obtida pela INSAÚDE nesse período foi de **7,37** pontos. Como essa nota atribuída está entre o intervalo de 7,1 a 8,0 pontos, foi atribuído conceito “**C – BOM**” que confere status de aprovado, com sugestão de renovação e que garante o pagamento da parte variável que incidirá sobre a folha de pagamento do corpo técnico e diretivo da Organização Social pelo período subsequente até sua próxima atualização.

Quanto a avaliação qualitativa do desempenho da INSAÚDE nos quesitos gerenciais, elaborada pelo CAMAOS, temos as seguintes notas e comentários:

Quadro 20: Avaliação qualitativa gerencial da Organização Social INSAÚDE

VALORES	NOTAS	COMENTÁRIOS
Transparência	3	O repasse de informações está prejudicado devido à demora de correções em processos.
Equidade	4	Assume responsabilidades e focam na resolução do problema em parceria
Ética	4	Informações do relatório diferentes das reuniões acordados com a Comissão
Respeito	5	Membros com postura profissional
Compromisso	3	Lentidão na instauração processos estabelecidos pela Comissão
Eficiência	2	Necessário diminuir o tempo de readequação para atender as demandas e serem proativos na parceria com a Comissão

FONTE: Relatório dos Indicadores e Metas da Organização Social INSAÚDE. Disponível em: <http://appsee.pb.gov.br/relatorios>

De uma forma geral, os quesitos gerenciais avaliados nesse período aumentaram em relação ao semestre anterior. Apenas o quesito eficiência alcançou uma nota 2, que equivale a um conceito ruim, e que teve como recomendação, diminuir o tempo de readequação para atender as demandas, o que foi comprovado pelo baixo desempenho dos indicadores analisados anteriormente, e também ser mais proativos com a comissão de avaliação quanto as informações e prazos solicitados.

6.1.3 Relatório agosto de 2018 a janeiro de 2019

O terceiro relatório semestral elaborado pela CAMAOS, correspondente ao período de agosto/2018 a janeiro/2019, contemplou os seguintes indicadores:

1. Avaliando IDEPB
2. Alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação em classes comuns.
3. Índice de Satisfação do AEE
4. Índice de Satisfação do Atendimento ao Público
5. Escolas com dados atualizados
6. Escolas com acesso à internet
7. Índice de satisfação da Merenda Escolar
8. Índice de Suporte de TI
9. Índice de Limpeza
10. Índice de Manutenção
11. Índice de Segurança Escolar
12. Realização de Manutenção Predial Preventiva
13. Prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva
14. Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva
15. Realização da manutenção preventiva anual de TI
16. Prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva de TI
17. Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva de TI
18. Acordo de Nível de Serviço de Limpeza

Nesse período, a pontuação alcançada pelos indicadores de notas totalizou os seguintes resultados: IN1 = 2,54, IN2 = 1,36 e IN3 = 2,58, conforme pode ser observado no quadro 21. Mais uma vez o IN4 não foi selecionado para esse período, portanto, não entrou no cálculo da nota global INSAÚDE.

O indicador de notas IN1 avaliou os seguintes índices: o Avaliando o IDEPB, o índice de integração dos alunos com deficiência em classes comuns do ensino regular e o índice de satisfação do AEE. Desses indicadores, apenas o que mede a integração dos alunos com deficiência atingiu a meta estabelecida, alcançando, dessa forma, a nota 10.

Quadro 21: Pontuação Global INSAÚDE – agosto/2018 a janeiro/2019

IN	META	NOTA	MÉDIA (a)	PESO (i)	PESO IN	PONDERAÇÃO IGUALITÁRIA (b)	TOTAL DA IN (c) = (a) x (b)
1	Sistema de Avaliação da Educação da Paraíba - Avaliando IDEPB	0,29	6,03	8%	40%	42,11%	2,54
	Integração dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação	10		8%			
	Índice de satisfação do AEE	7,8		8%			
	Alunos infrequentes acompanhados	-		8%			
	Índice de Clima Escolar – ICE	-		8%			
2	Índice de satisfação do Atendimento ao Público	10	6,44	4%	20%	21,05%	1,36
	Escolas com dados atualizados	0,1		4%			
	Escolas com acesso à internet	10		4%			
	Índice de satisfação da Merenda Escolar – IME	4		4%			
	Índice de Segurança Escolar	8,1		4%			

3	Índice de suporte de TI	4,1	7,01	3,5%	35%	36,84%	2,58
	Índice de Limpeza	10		3,5%			
	Índice de Manutenção	3,0		3,5%			
	Realização de manutenção predial preventiva	0		3,5%			
	Prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva	10		3,5%			
	Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva	8,4		3,5%			
	Realização da manutenção preventiva anual de TI	10		3,5%			
	Prazo de atendimento de chamados para a manutenção corretiva de TI	10		3,5%			
	Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva de TI	8,3		3,5%			
	Acordo de nível de serviço de limpeza	6,3		3,5%			
4	Índice de equilíbrio financeiro – IEF	-		5%	5%	-	-
NOTA GLOBAL DA AVALIAÇÃO = $\Sigma(c)$							6,48

FONTE: Relatório dos Indicadores e Metas da Organização Social INSAÚDE.

O índice de satisfação do AEE, que tinha como meta alcançar 75% dos questionários com pelo menos 75 pontos para os alunos com necessidades especiais e com altas habilidades, conseguiu um percentual de 59,04%, equivalendo a uma nota de 7,9 pontos, e, 58,33%, correspondendo a uma nota de 7,8 pontos, respectivamente. A partir desses percentuais alcançados, a nota final do indicador ficou em 7,8 pontos.

Quanto ao indicador Avaliando o IDEPB, a mediana das escolas sob a responsabilidade da INSAÚDE atingiu o total de 17,61, equivalendo a uma nota de apenas 0,29 pontos. Tal nota teve um impacto na nota final do indicador IN1, com 2,54 pontos, considerada a menor nota comparada aos dois semestres analisados anteriormente.

No grupo IN2, os indicadores que avaliam a satisfação de atendimento ao público e as escolas com acesso à internet atingiram a meta estipulada, obtendo uma nota 10. A CAMAOS destacou que a INSAÚDE deve estar sempre atenta aos desafios destes indicadores e seguir o ciclo de melhorias em seus processos.

O indicador de segurança escolar não atingiu a meta proposta no edital, cerca de 60,67% das unidades escolares analisadas sob a gestão pactuada da INSAÚDE atingiram a meta de pontuação, correspondendo a uma final de 8,1 pontos. A solicitação da comissão de avaliação foi a elaboração de um plano estratégico da Organização Social com o objetivo de suprir os problemas informados pelos gestores, destacando-se os muros que protegem as escolas e a realização de rondas periódicas na área interna e externa das escolas. Também foi recomendado uma qualificação profissional dos funcionários de apoio das unidades escolares, além da utilização do caderno de registro de entrada e saída, ocorrências e crachás de identificação para visitantes visando a segurança da comunidade escolar.

O resultado do IME também não atingiu a meta estipulada, do total de 41 unidades escolares, representantes da amostra, 387 alunos foram entrevistados, apenas 29,27% atingiram a meta proposta, representando um desempenho da INSAÚDE nesse indicador de uma nota 4 pontos. Com relação a qualidade da merenda escolar nas escolas que não atingiram a meta de pontuação, a avaliação dos questionários indicou que em cerca de 77% afirmaram que não há oferta pelo menos duas vezes por semana de frutas cruas; 58% responderam que não há oferta pelo menos duas vezes por semana de verduras e legumes frescos; e, 39% alegaram

que falta água potável para consumo. A recomendação da CAMAOS foi a elaboração de um plano estratégico de ação para resolver tais problemas relatados nos questionários.

Quanto ao indicador que mede as escolas com dados atualizados (ATU), do total de 327 unidades escolares, apenas 4, equivalendo a 1,22%, estavam com seus dados atualizados, ou seja, não possuíam pendências no sistema SABER. Portanto, o desempenho da INSAÚDE nesse indicador atingiu a nota de 0,1 pontos. A comissão de avaliação constatou uma piora significativa nesse indicador, reduzindo consideravelmente com relação ao semestre anterior que tinha alcançado 57% das unidades escolares com dados atualizados. A recomendação sugerida foi de que a Organização Social reforce suas ações de forma presencial e formativa visando assegurar a institucionalização do processo de atualização contínua dos dados.

No grupo IN3, os indicadores que avaliam o índice de limpeza; o prazo de atendimento de chamadas para manutenção corretiva, que teve um total de 100% das chamadas atendidas no prazo de 72 horas; o prazo de atendimento de chamados para a manutenção corretiva de TI; e, a realização da manutenção preventiva anual de TI atingiram a meta proposta, alcançando a nota 10.

Os demais indicadores pertencentes a esse grupo de notas não conseguiram alcançar a nota proposta no edital. O indicador que avalia o prazo de solução dos problemas de manutenção corretiva, do total de 2.721 abertura de chamados registrados, 2.291 foram solucionados em até 15 dias, equivalente a 84% das solicitações, representando uma nota de 8,4 pontos, considerada abaixo da meta proposta que era de 100%.

O indicador que avalia a manutenção preventiva foi zerado pela CAMAOS, apesar da INSAÚDE ter realizado um total de 231 manutenções preventivas nas unidades escolares. A justificativa da comissão de avaliação foi de que as informações disponibilizadas pela Organização Social não vieram acompanhadas dos documentos comprobatórios.

Já o indicador que avalia o prazo de solução dos problemas para manutenção corretiva de TI, do total de 647 aberturas de chamados, 537 foram solucionadas no prazo máximo de 15 dias, o que representou um percentual de 83% e uma nota de 8,3 pontos, ficando abaixo da meta que era 100%.

Quanto ao índice de manutenção, apenas 22,33% das unidades escolares atingiram a meta de pontuação, equivalendo a uma nota de 3 pontos. Para reduzir a insatisfação, em alguns quesitos, dos gestores escolares nesse indicador, a CAMAOS solicitou que a INSAÚDE revise a metodologia empregada na manutenção e elabore um plano de ação para as unidades que apresentaram os resultados mais baixos.

O desempenho do indicador do acordo de nível de serviço de limpeza também ficou abaixo da meta proposta, apenas 47% das unidades escolares atingiram a meta, equivalendo a uma nota final do indicador de 6,3 pontos, apesar do monitoramento da INSAÚDE para a realização do check-list de limpeza objetivando a qualidade da prestação de serviços. Nesse sentido, a CAMAOS solicitou que a Organização Social realize ações nas GRES mais distantes para manter a equidade de serviços em todo o estado. Os itens mais críticos para os gestores escolares foram: os equipamentos internos e os sanitários e vestiários.

Quanto ao desempenho do índice de suporte em TI, apenas 31% das unidades escolares analisadas atingiram a meta de pontuação, correspondendo a uma nota de 4,1 pontos. A recomendação solicitada pela comissão de avaliação foi de que a INSAÚDE elaborasse um plano estratégico visando suprir os pontos mais críticos informados pelos gestores.

Após o somatório dos indicadores de notas, chegou-se a uma pontuação global da INSAÚDE, que apresentou uma nota global de avaliação igual a **6,48**, uma nota que atribui o conceito **“D – SATISFATÓRIO”** e que confere o status de aprovado, com a possibilidade de renovação após diagnóstico conjunto. Essa nota global, como já foi destacado anteriormente, não garante o pagamento da parte variável que incidirá sobre a folha de pagamento do corpo técnico e diretivo da Organização Social pelo período subsequente até sua próxima atualização.

Quanto a avaliação qualitativa gerencial da INSAÚDE para esse último período analisado, destacamos as notas no quadro a seguir:

Quadro 22: Avaliação qualitativa gerencial da Organização Social INSAÚDE

VALORES	NOTAS	COMENTÁRIOS
Transparência	3,71	O repasse de informações está prejudicado devido à demora de correções em processos.

Equidade	3,71	Assumir responsabilidades e focar na resolução dos problemas em parceria com a Gestão
Ética	3,71	Melhorias estruturais na elaboração dos relatórios de atividades, bem como entregas no prazo determinado pela Comissão.
Respeito	4,71	Não há relatos
Compromisso	3,57	Lentidão na instauração processos estabelecidos pela Comissão
Eficiência	3,57	Necessário diminuir o tempo de readequação para atender as demandas e serem proativos na parceria com a Comissão

FONTE: Relatório CAMAOS. Disponível em: <http://appsee.pb.gov.br/relatorios>

Novamente, assim como foi observado na avaliação da Organização Social ECOS nesse mesmo período, chama a atenção as notas não serem computadas com um valor inteiro, como nos relatórios anteriores, e a ausência de comentários referente ao quesito Respeito, que alcançou uma nota equivalente ao conceito bom (4). Todos os outros quesitos tiveram notas 3,57 e 3,71, representando um conceito regular, com muitas recomendações de melhorias, conforme pode ser observado no quadro acima.

A partir desses relatórios semestrais produzidos pela comissão de avaliação da SEE/PB, a CAMAOS, constatamos as primeiras evidências sobre o processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação da gestão pactuada das Organizações Sociais, ECOS e INSAÚDE, presentes na rede de ensino da educação básica da Paraíba.

Nesse contexto, percebemos que as políticas públicas educacionais adotadas de uma forma geral no país, e em particular no estado da Paraíba, apresentam fortes tendência para que novos setores, como a educação básica, atraiam investimentos através de uma nova onda de privatização, sob a justificativa da ineficiência do Estado (HARVEY, 2011).

Observamos que a gestão pactuada dessas Organizações Sociais na rede de ensino estadual, apesar da justificativa do discurso da ineficiência do Estado e da superioridade do setor privado, não conseguiu atingir as metas propostas no Edital de seleção n.º 001/2017, em muitos dos indicadores analisados. O que nos leva a deduzir

que tais Organizações Sociais não estavam preparadas para atuarem no cotidiano escolar.

Nesse sentido, destacamos a importância da presente pesquisa para compreender de que forma o discurso político da superioridade das empresas privadas, na forma de Organizações Sociais, não são capazes de garantir a eficiência do gerenciamento das unidades escolares, pois, como argumenta Paro (2003), os princípios da administração gerencial não são apenas diferentes da administração escolar. Eles são antagônicos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, buscamos compreender o contexto que motivou o redesenho das novas relações entre o público e o privado da educação pública brasileira, relações concretizadas na forma de quase-mercado e público não-estatal, que resultaram na tendência de dispersão da atividade estatal no que se refere à oferta dos serviços sociais, em particular, à oferta educacional. A partir dessa reconfiguração, percebemos a concentração dessas atividades nas instituições situadas na esfera das Organizações da Sociedade Civil (OSC), cujas entidades constituem, junto a outros tipos de instituições, o Terceiro Setor, no qual se destacam as Organizações Sociais.

Nesse sentido, o objeto de estudo desta pesquisa foi a política de gestão das escolas de educação básica pelas Organizações Sociais, concretizada no segundo governo de Ricardo Coutinho (2011/2014 - 2015/2018), com base na Lei n.º 9.454/2011, através do edital para terceirização de todas as escolas públicas estaduais. O governo estadual, por meio da Secretaria de Estado da Administração e da Secretaria de Estado da Educação, firmou contrato com duas Organizações Sociais, através do contrato de gestão pactuada, para atuarem na rede de ensino estadual da Paraíba, que passaram a ser geridas por instituições privadas.

A dicotomia entre o público e o privado na oferta educacional constituiu o alicerce para a construção da hipótese que norteou nosso estudo. Destacando-se, em primeiro lugar, que a adoção do contrato de gestão com Organizações Sociais, na rede de ensino estadual da Paraíba, seguiu a tendência de outros Estados da federação que já utilizavam sua capacidade de autonomia administrativa para a formulação de um marco legal próprio para atender aos preceitos mercadológicos da educação. E também que as intenções explicitadas pelas autoridades educacionais do Estado da Paraíba, em relação às parcerias público-privadas concretizadas através de Organizações Sociais ocorridas na esfera educacional, constitui-se como uma forma de adequar a gestão educacional à ideologia ultraliberal imposta pelas autoridades nacionais após a quebra institucional ocorrida com o golpe jurídico-midiático-parlamentar de 2016.

Assim sendo, o ponto de partida para o entendimento das parcerias público-privadas na educação, fundamentado na perspectiva histórico-dialética, foi a compreensão dos aspectos históricos mundiais, no contexto do capitalismo, os quais motivaram a emergência do fenômeno da Nova Gestão Pública, e fundamentaram as reformas administrativas e educacionais. Nesse cenário, ficou evidente a dispersão da atividade estatal em relação à gestão da educação para entidades privadas, o que na prática representa um movimento de privatização da educação pública.

No Brasil, a concretização da reforma do Estado teve como marco teórico-conceitual a publicação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado – PDRAE, implantada pelo ministro Bresser Pereira, do Ministério da Administração Federal e Reforma do Aparelho de Estado – MARE, com a justificativa de promover a eficiência e a eficácia da gestão pública. Discutiu-se, ao longo deste trabalho, o papel que o PDRAE desempenhou para o redesenho das relações entre o público e o privado, através das parcerias público-privadas com as instituições que fazem parte do Terceiro Setor.

As análises discutidas aqui nesta tese indicaram que as reformas educacionais realizadas no contexto nacional e estadual seguem a lógica global, e são ocasionadas por interesses econômicos, articulados à uma política conservadora, e pelos interesses de determinadas classes sociais ou blocos no poder, de acordo com Poulantzas (2019), visando a desconstrução dos direitos sociais.

Tudo isso em consonância com uma agenda de transformação da economia mundial, sob a lógica da doutrina política neoliberal, que se traduz nas modificações no padrão tecnológico, informacional, organizacional e gerencial ocorridas no mundo do trabalho, e que resultaram em novos métodos de administração dos sistemas educacionais em todo o mundo, fundamentados na lógica gerencialista.

Nesse viés, o sistema educacional passa a se adaptar às demandas de empresas globais, executadas por trabalhadores com habilidades adequadas e específicas para continuar garantindo a lucratividade das empresas. Uma educação que, de acordo com Mészáros (2008) segue a lógica da incorrigível necessidade de auto expansão e de acumulação do capital, não havendo espaço, portanto, para uma educação emancipadora, ou seja, para uma educação realmente transformadora das práticas educacionais da sociedade.

Nesse cenário de profundas mudanças, a educação passa a ser considerada como um serviço não-exclusivo do Estado, podendo ser ofertada por instituições privadas, principalmente àquelas que fazem parte do Terceiro Setor, destacando-se as Organizações Sociais. Nessa lógica, a privatização afirma-se no campo educacional alegando ser o único caminho para que o país consiga atingir a qualidade, desconsiderando os resultados socialmente desiguais que tais práticas produzem. Ao que tudo indica, a tendência é que essa lógica se consolide, ainda que sua trajetória apresente um caminho de avanços e recuos, a depender da correlação de forças envolvidas nesse processo.

O governo do Estado da Paraíba, a partir de 2017, por meio da Secretaria de Estado da Administração e da Secretaria de Estado da Educação, implementou a gestão de suas 652 unidades escolares através de duas Organizações Sociais: a Espaço Cidadania e Oportunidades Sociais (ECOS) e o Instituto Nacional de Pesquisa e Gestão em Saúde (INSAÚDE), para atuarem junto às escolas estaduais da Paraíba, que passaram a ser geridas por instituições privadas, que teriam que responder por desempenho de ações no campo administrativo e gerencial e, além disso, alcançar metas de desempenho no que se refere ao rendimento escolar.

De modo geral, os resultados alcançados com a pesquisa revelaram que:

- As parcerias público-privadas presentes no mercado educacional nacional representam a redução da participação do Estado na oferta da educação, mas em contrapartida, sua atuação se efetiva através da transferência financeira para as instituições privadas.
- A transferência da gestão dos serviços públicos realizadas através dos contratos de gestão com as Organizações Sociais, permitiu ao governo desafogar sua meta de pagamento de folha com pessoal, haja vista que o repasse de verbas é para pessoa jurídica, isto é, para as Organizações Sociais que executam o contrato de trabalho. Por outro lado, dificultou o controle social dos gastos públicos, uma vez que o controle financeiro passou a ser feito exclusivamente pelo governo, abrindo margem para desvios de verbas públicas.

Diante desses resultados, chegamos ao entendimento de que apesar das nobres intenções explicitadas pelas autoridades educacionais do Estado da Paraíba, as parcerias público-privadas concretizadas através de Organizações Sociais ocorridas no mercado educacional, servem tão somente para adequar a gestão educacional à ideologia ultraliberal imposta pelas autoridades nacionais após a quebra institucional ocorrida com o golpe jurídico-midiático-parlamentar de 2016.

Sendo assim, são necessários novos estudos para averiguar o impacto da implantação desses mecanismos de gestão nas escolas estaduais em um prazo maior, em especial na educação e na gestão pedagógica das escolas. Por se tratar de um modelo de gestão que ainda apresenta resultados incertos, alguns questionamentos podem ser levantados, como: Houve melhoria no desempenho das avaliações estandardizadas após a implantação das Organizações Sociais? Houve evolução na oferta de apoio e infraestrutura escolar? Os compromissos de atividades das Organizações Sociais em relação à educação inclusiva, suporte aos professores e suporte pedagógico foram cumpridos? Houve controle da prestação de contas e gestão financeira?

Diante dessas constatações, pode-se destacar que, com a transferência da gestão do serviço de apoio e de uma parte do serviço pedagógico para as Organizações Sociais, não conseguiu atingir as metas propostas em muitos dos indicadores analisados. O que nos leva a deduzir que tais Organizações Sociais não estavam preparadas para atuarem no cotidiano escolar.

Desse modo, a gestão pactuada com as Organizações Sociais, representam um processo de privatização da Educação Básica, indicando a possibilidade concreta de perda de vista do caráter iminentemente público da educação e de transformação das escolas em empresas públicas de transmissão de conteúdo.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, F. L. *O impacto do modelo gerencial na Administração Pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente*. Cadernos ENAP, n.10. Brasília-DF, 1997.
- ABRUCIO, F. L.; GAETANI, F. Avanços e perspectivas da gestão pública nos estados: agenda, aprendizado e coalizão. In: *Avanços e Perspectivas da Gestão Pública nos Estados*. Brasília: CONSAD, FUNDAP, 2006.
- ADRIÃO, T. A privatização da educação básica no Brasil: considerações sobre a incidência de corporações na gestão da educação pública. In: ARAÚJO, L; PINTO, J. M. R. (Orgs). *Público x privado em tempos e crise*. São Paulo: Fundação Lauro Campos e Fineduca. 2017. p.16-37.
- ADRIÃO, T. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. *Currículo sem Fronteiras*, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org> Acesso em: 12 mar. 2018.
- ADRIÃO, T; DAMASO, A.; GALZERANO, L. S. A adoção de sistemas privados de ensino em escolas públicas de educação infantil: reflexões a partir do perfil dos professores. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, n.11 v.02 ago.2013, ISSN: 1809-3876 Programa de Pós-graduação Educação: Currículo – PUC/SP <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>. Acesso em: 22 mar. 2018.
- ADRIÃO, T.; PERONI, V. M. V. (Orgs.) *O público e o privado na educação: interfaces entre Estado e sociedade*. São Paulo: Xamã, 2005.
- ADRIÃO, T.; PERONI, V. M. V. A educação pública e sua relação com o setor privado: implicações para a democracia educacional. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 3, n. 4, p. 107-116, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.esforce.org.br> Acesso em: 20 jan. 2018.
- AFONSO, J. A. Protagonismos instáveis dos princípios de regulação e interfaces público/privado em educação. *Educação & Sociedade*., v. 31, n. 113, p. 1137-1156, out-dez, 2010. Acesso em 25 mar. 2019.
- AGUIAR, M. A. S., Reformas conservadoras e a “nova educação”: orientações hegemônicas no MEC e no CNE. Dossiê. *Educação & Sociedade*: Campinas, v.40, 2019. Acesso em: 15 out. 2020.
- ALMEIDA, M. P. *Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso*. 2010. 427 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003.

ARAÚJO, A.C. *Revista Retratos da Escola*. A gestão democrática e os canais de participação dos estudantes. Brasília, v. 3, n. 4, p. 253-266, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.esforce.org.br> Acesso em: 22 nov. 2019.

BARRETO, M. I. As organizações sociais na reforma do Estado brasileiro. In: BRESSER-PEREIRA, L.C.; GRAU, N. C. G. (Orgs.). *O público não-estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

BATISTA, N. C. A gestão democrática da educação básica no âmbito do plano de ações articuladas municipal: tensões e tendências. *Revista Brasileira de Educação*. v. 23. e 23008. 2018.

BECKER, G. *Human capital*: a theoretical and empirical analysis with special reference to education. 3 ed. New York: Columbia University Press, 2007. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/economic-sciences/1992/becker/facts/>

BRAGA, R. O fim do lulismo. In: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. (Orgs.) *Por que gritamos golpe?* Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. Org. Boitempo, 2016.

BRASIL. Decreto nº 9.190, de 1º de novembro de 2017. Presidência da República. Regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 29 de out. 2019.

BRASIL, Casa Civil. *Lei nº 9.637/98, de 15 de maio de 1998*. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9637.htm. Acesso em: 20 fev. 2018.

BRASIL, Casa Civil. *Lei nº 9.790/99, de 23 de março de 1999*. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9790.htm. Acesso em: 10 fev. 2018.

BRASIL, Casa Civil. *Lei nº 12.101/09, de 27 de Novembro de 2009*. Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, revoga dispositivos da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.429, de 26 de dezembro de 1996, 9732, de 11 de dezembro de 1998, 10.684, de 30 de maio de 2003, e da Medida Provisória nº 2.187-13, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l2101.htm. Acesso em: 20 fev. 2018.

BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 11.079/04, de 30 de dezembro de 2004*. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Brasília, DF: Casa Civil, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm. Acesso em: 12 mar. 2018.

BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 13.019, de 31 de Julho de 2014*. Estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação. Brasília, DF: Casa Civil, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm. Acesso em: 8 mar. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* (5 de Outubro de 1988). Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 25 jan. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 577, de 27 de abril de 2017. Dispõe sobre o Fórum Nacional de Educação. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: http://www.lex.com.br/legis_27402353_PORTARIA_N_577_DE_27_DE_ABRIL_DE_2017.aspx. Acesso em: 18 out. 2020.

BRASIL. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília: Presidência da República, 1995.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2014a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 5 fev. 2018.

BRASIL. Sinopse Estatística da Educação Básica. 2017. Brasília: Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatistica-da-educacao-basica>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRESSER PEREIRA, L. C. *A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle*. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1998.

BRESSER PEREIRA, L. C.; GRAU, N. C. Entre o estado e o mercado: o público não-estatal. In: *O Público Não-Estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 15-48.

BRESSER PEREIRA, L.C.; SPINK, P. (Org.). *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. São Paulo: FGV, 1999.

BRESSER PEREIRA, L.C.; PACHECO, Instituições, Bom Estado, e Reforma da Gestão Pública. *Revista eletrônica sobre Reforma do Estado*. Salvador, 2005.

BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo, Sociedade. Para uma teoria geral da política*. ed. 14. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BORON, A. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, E.; GENTIL, P. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

BOITO JR, A. *Reforma e crise política no Brasil*. Os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora da Unicamp/Editora Unesp, 2018.

_____. Os atores e o enredo da crise política. In: SINGER, A. (et al.). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

CABRAL NETO, A. Gerencialismo e gestão educacional: cenários, princípios e estratégias. In: FRANÇA, Magna; BEZERRA, Maura Costa (Orgs.). *Política Educacional: gestão e qualidade do ensino*. Brasília: Liber Livro, 2009.

CAETANO, M. R.; COSTA, M. O. Gerencialismo, internacionalização da educação e o papel da Teach for all no Brasil. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 56, n. 48, p. 249-275, abr./jun. 2018.

CARREIRÃO, A. *A eleição presidencial de 2002: uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais*. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 22, p.174-194, 2004.

CAVALCANTI, B.M.; VENERIO, C.M.S. Uma ponte para o futuro? Reflexões sobre a plataforma política do governo Temer. *Revista de Informação Legislativa: RIL* Brasília a. 54 n. 215 jul./set. 2017 p. 139-162. Disponível em: http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/54/215/ril_v54_n215_p139. Acesso em: 19 mar. 2021.

CENTRO LATINO AMERICANO DE ADMINISTRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO. *Uma nova gestão pública para a América Latina*. 1998. Disponível em <<http://www.bresserwebsite.org.br>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

CHAGAS, E. F. O método dialético de Marx: investigação e exposição crítica do objeto. *Síntese Revista de Filosofia*: Belo Horizonte, v. 38, n. 120, 2011.

CHAVES, E. O. C. *O liberalismo na política, economia e suas implicações para a educação: uma defesa*. In.: LOMBARDI, J. C.; SANFELECI, J. L. (Orgs.) *Liberalismo e educação em debate*, Campinas: Autores Associados, Histedbr, 2007.

COELHO, S. C. T. *Terceiro setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. 2 ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

COMERLATTO, L. P. *A gestão da educação no contexto da sociedade capitalista: a parceria pública privada*. 2013. 265 F. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

COSTA, F. L. *Reforma do Estado e contexto Brasileiro: crítica do paradigma gerencialista*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

CURY, C. R. J. *Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo*. 7 ed. São Paulo: Cortez 2000.

_____. *Gestão democrática dos sistemas públicos de ensino*. In: OLIVEIRA, M. A. M. (org.). *Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. *O Conselho Nacional de Educação e a Gestão Democrática*. In: OLIVEIRA, D. A. (org.) *Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos*. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

DALE, R. *Globalização e reavaliação da governação educacional: um caso de ectopia sociológica*. In: TEODORE, A.; TORRES, C. A. (Orgs.). *Educação Crítica & Utopia: perspectivas para o século XXI*. São Paulo: Cortez, 2006.

DE PLÁCIDO; SILVA. *Vocabulário Jurídico*. 25 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

DI PIETRO, M. S. Z. *Direito administrativo*. 23.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. *Parcerias na administração pública: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas*. 8.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

DOURADO, L.; BUENO, M. S. S. *O público e o privado na educação*. In: *Políticas e gestão da educação (1991-1997)*. Brasília: Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação UnB/FE (Anpae), Série Estudos e Pesquisas, nº 6 (Inep/The Ford Foundation/Comped), 2001.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – ENAP. *Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil*. Brasília, 2019.

FERREIRA, N. S. C. *Repensando e ressignificando a gestão democrática da educação na “cultura globalizada”*. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1227-1249, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22619.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.

FERNANDES, R. C. *Privado porém Público: o Terceiro Setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. O que é o Terceiro Setor? In: IOSCHPE, E. B. (org.) *3º setor: desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público da educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 33, n.119, p. 379-404, abr./jun. 2012.

FRIEDMAN, M. *Capitalismo e liberdade*. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção Os Pensadores).

FRIGOTTO, G. *A educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educação Básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do Mercado. *Educação & Sociedade*. Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril 2003. Acesso em: 15 jul. 2019.

GAMBOA, S.S. *Epistemologia da pesquisa em educação*. Campinas: Práxis, 1998.

_____. *Pesquisa em Educação: métodos e epistemologia*. Chapecó, Editora Argos, 2008.

GENTILI, P.; OLIVEIRA, D. A.. A procura da igualdade: dez anos de política educacional no Brasil. In: SADER, E.(Org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIDDENS, A. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social democracia*. 4.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *REA - Revista de Administração de Empresas*, v. 35, n. 3, 1995.

HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

_____. O enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

HAYEK, F. A. von. *O caminho da servidão*. Tradução de Leonel Vallandro. 2. ed. São Paulo: Globo, 1977.

HERMIDA, J. F.; LIRA, J. S. Estado e Neoliberalismo no Brasil. *Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional*, Curitiba, v. 13, n. 35, p. 38-63 set./dez. 2018. Disponível em: http://www.utp.br/cadernos_de_pesquisa. Acesso em: 22 mar. 2021.

HOBBSBAWN, E. J. *A era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. Mapas das organizações da sociedade civil. Relatório OSCIP e OS. Perfil das Organização Social e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público em atividade no Brasil. Brasília; Rio de Janeiro, 1990. Disponível em: <https://mapasosc.ipea.gov.br/>. Acesso em: 12 mar. 2021.

IOSCHPE, E. B. (org.) *3º setor: desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

KEYNES, J.M.. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Trad. Mário R. da Cruz. São Paulo: Nova Cultural, 1996 (Coleção Os Economistas).

KRAWCZYR, N. Ensino médio: empresários dão as cartas na escola pública. *Educação & Sociedade*. Vol. 35, n. 126, Campinas, 2014. Acesso em: 25 out.2019.

LAVAL, C. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Londrina: editora Planta, 2004.

LAVINAS, L. *Bolsa Família distribui renda, mas não reduziu abismo social, diz economista*. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41191783>. Acesso em: 16 out. 2020.

LIBÂNEO, J. C. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIMA, L. *A escola como organização educativa*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o Governo*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LOMBARDI, J. C. (org.). *Textos sobre a educação e ensino*. Karl Marx e Engels. Campinas: Navegando, 2011.

LÖWY, M. *Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil*. In: SINGER, A. (et al.). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

LÜCK, H. *A gestão participativa na escola*. Petrópolis, RJ; Vozes, 2010.

MANCEBO, D. Crise político-econômica no Brasil: breve análise da educação superior. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 38, nº. 141, p.875-892, out./dez. 2017.

MANCEBO, D. *O golpe de 2106 e os impactos para a educação superior brasileira*. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 56, n. 49, p. 62-84, jul./set. 2018

MARINE, C. *Gestão Pública: o debate contemporâneo*. Fundação Luís Eduardo Magalhães. Salvador: FLEM, 2003 (Cadernos FLEM, 7)

MARQUES, L. R., MENDES, J. C. B. e MARANHÃO, I. M de L. A nova gestão pública no contexto da educação pernambucana e a qualidade organizacional. *RBPAE*. V. 35, n 2, p. 351 – 367, mai./ago. 2019.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, l. 1, v. 1, 1982.

_____. *Crítica ao Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K.; ENGELS, F. *Cartas Filosóficas e o Manifesto de 1848*. São Paulo: Centauro Editora, 1987.

MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado*. São Paulo: Boitempo, 2015.

MESKO, A. S. R. *O programa “Educação – Compromisso São Paulo” e as estratégias de implementação das políticas empresariais na gestão escolar*. 2018. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

MODESTO, P. Reforma do Marco Legal do Terceiro Setor no Brasil. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 214, p. 55-68, out./dez. 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.12660/rda.v214.1998.47266>. Acesso em: 2 mar. 2021.

MONTAÑO, C. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção estatal*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MORAES, R. C. C. *Neoliberalismo – de onde vem, para onde vai?* São Paulo: SENAC, 2001.

_____. *Liberalismo clássico: notas sobre sua história e alguns de seus argumentos*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Textos didáticos n.40. Jan./2002.

MOTTA, P. R. M. O estado da arte da gestão pública. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, v. 53, n. 1, p. 82-90. jan/fev 2013.

NEWMAN, J.; CLARKE, J. Gerencialismo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 353-381, maio/ago. 2012.

NOGUEIRA, M. A. *Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, D. A. Mudanças na organização e na gestão do trabalho na escola. In: OLIVEIRA, D. A. e ROSAR, M. F. F. (org.) *Política e gestão da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

_____. Nova Gestão Pública e Governos Democrático-Populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 36, n. 132, p. 625-646, jul./set., 2015.

OLIVEIRA, R. P. Educação Pública e Privada na Constituição Federal de 1988. In: PERONI e ADRIÃO (organizadoras). *O público e o privado na educação: interfaces entre Estado e sociedade*. São Paulo: Xamã, 2005.

PADILHA, P. R. *Educar em todos os cantos: reflexões e canções por uma educação intertranscultural*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2012.

_____. *Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola*. 8. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2008.

PAES DE PAULA, A.P. Administração Pública Brasileira entre o Gerencialismo e a Gestão Social. *Revista de Administração de Empresas*. Vol. 45, nº 1, Rio de Janeiro; RAE/Debate, 2005.

PARAÍBA. *Lei 9.454 de 6 de outubro de 2011*. Institui o programa de gestão pactuada, dispõe sobre a qualificação de Organizações Sociais e dá outras providências. Paraíba: Diário Oficial do Estado, 6 de outubro de 2011. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-saude/arquivos-1/legislacao/lei-9454.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2018.

PARAÍBA. *Edital de Seleção Pública OS Nº 001/2017/SEAD/SEE*. Seleção pública para seleção de Organização Social qualificada na área de educação visando a celebração de contrato de gestão pactuada para serviços de apoio nas unidades escolares da secretaria de estado da educação. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/secretaria-da-saude/arquivos/legislacao/edital-001/2017.pdf>. Acesso em: 12 out. 2017.

PARAÍBA. Plano Estadual de Assistência Social da Paraíba (2020-2023). Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH), Diretoria do Sistema Único de Assistência Social (DSUAS). Paraíba, 2020. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-desenvolvimento-humano/arquivos/peas-2020-2023>. Acesso em: 18 jan. 2021.

PARAÍBA, Secretaria de Estado de Educação. *Plano de Metas Educação Paraíba 2015 – 2018*. 2015. Disponível em: <https://www.avaliaoparaiba.caedufjf.net/wp-content/uploads/2015/07/2015/Plano-de-Metas-Educacao-Paraiba-ORIENTAÇOES..pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

PARAÍBA. Secretaria de Estado de Educação. Portaria Nº 368, de 14 de julho de 2015. Institui no âmbito da Secretaria de Estado de Educação o Sistema Próprio de Avaliação da Rede Pública Estadual de Ensino da Paraíba. *Diário Oficial n.º 15.880*, João Pessoa, PB, 15 jul. 2015. Disponível em: <http://www.static.paraiba.gov.br/Diario-Oficial-15-07-2015.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2020.

PARAÍBA. Secretaria de Estado de Educação. Paraíba faz Educação. Versão Preliminar. Agosto de 2011.

PARAÍBA. Decreto n.º 37.234, de 14 de fevereiro de 2017. Cria o SOMA – Programa Pacto pela Aprendizagem na Paraíba e dá outras providências. 2017. Diário Oficial do Estado da Paraíba n.º 16.313, de 15 de fevereiro de 2017. Acesso em: 08 set. 2020.

PARAÍBA. Assembleia Legislativa. Lei n.º 9879, de 13 de setembro de 2012. Institui no âmbito do Poder Executivo Estadual, os Prêmios Mestres da Educação e Escola de Valor e dá outras providências.

PARO, V. H. *Gestão democrática da escola pública*. São Paulo: Ática, 1997.

PARO, V. H. *Administração escolar: introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2003.

PARO, V. H. *Crítica da Estrutura da Escola*. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. *Uma ponte para o futuro*. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015. Disponível em: www.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf. Acesso em: 20 mar. 2021.

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB) (2020). *Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional – Projeto Brasil: princípios e diretrizes*. s.d. Fundação João Mangabeira. Disponível em: <https://www.psb40.org.br/documentos/plano-estrategico-de-desenvolvimento-nacional-projeto-brasil-principios-e-diretrizes/> Acesso em: 16/10/2020.

PAULANI, L. M. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. (Org.). *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/EPSJV, 2006. p. 67-107.

PECI, A.; PIERANTE, O. P.; RODRIGUES, S. Governança e New Public Management: Convergências e Contradições no Contexto Brasileiro. O&S. v.15, nº46, Julho/Setembro, 2008.

PERBONI, F.; MILITÃO, A. N.; DI GIORGIO, C. A. G. Manifestações do “quase-mercado” nas avaliações externas e em larga escala. Educação, Santa Maria, v.44, 2019. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/reveducação>. Acesso em 14 de novembro de 2019.

PERONI, V. M. A. Implicações da relação público-privada para a democratização da educação. Reunião Científica Regional da ANPADE: Educação, Movimentos Sociais e Políticas Governamentais. *Conferência de Abertura*. Curitiba, PR. 24 e 25 jul/2016.

PERONI, V. M. A. A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado. *Pro-posições*, Campinas, v.23, n. 2(68), p. 19-31, maio/ago. 2012.

PERONI, V. M. V. e ADRIÃO, T. A relação público/privado e a gestão da educação em tempos de redefinição do papel do Estado. IN: ADRIÃO, Theresa, PERONI, Vera (Orgs). *Público e privado na educação. Novos elementos para o debate*. São Paulo: Xamã, 2008.

PERONI, V. M. A; PIRES, D. O. Terceira Via e Terceiro Setor: aspectos jurídicos e consequências para a política educacional brasileira. Dossiê. *Políticas Educativas*, Porto Alegre, v. 3, n.2, p.56-73, 2010.

PERONI, V. M. V.; OLIVEIRA, R. T. C. e FERNANDES, M. D. E.. Estado e Terceiro Setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 30, n. 108, p. 761-778, out. 2009. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 12 dez. 2019.

POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019.

REZENDE FILHO, C. B. O capitalismo na Terceira Revolução Industrial. In: *História Econômica Geral*. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

RAVITCH, D. *Vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

RIFKIN, J. Identidade e natureza do terceiro setor. In: IOSCHPE, Evelyn Berg. (org.) 3º setor: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

ROBERTSON, S.; VERGER, A. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 121, pp. 1133-1156, out-dez. 2012.

SADER, E. (org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

SAVIANI, D. *Política e educação no Brasil*. 4 ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 3 ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, D. *Política educacional no Brasil após a ditadura militar*. Revista HISTEDBR On-line. Campinas v.18, n.2 [76], p.291-304, abr./jun. 2018. Acesso em: 26 set. 2020.

SANTANA, L. C. *O liberalismo clássico e a valorização do ensino privado*. In.: LOMBARDI, J. C.; SANFELECI, J. L. (Orgs.) *Liberalismo e educação em debate*, Campinas: Autores Associados, Histedbr, 2007.

SANZ, R. O pântano no volume morto: degradação institucional brasileira atinge ponto mais agudo. 2016. Disponível em: index.php?option=com_content&view=article&id=11554%3A2016-04-02-16-38-22&catid=34%3Amanchete>. Acesso em junho 2019.

SCHULTZ, T. W. *O capital humano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SHIROMA, E. O. O eufemismo da profissionalização. In: MORAES, M. C. (org.). *Iluminismo às avessas: produção de conhecimento e políticas de formação docente*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SHIROMA, E.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. *Política educacional*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SILVA, A. F. et al. A política educacional para a educação básica no estado da Paraíba (2011-2018). In.: DUARTE, A. M. C.; RODRIGUES, C. M. L.; OLIVEIRA, D. A. (Orgs.) *A política educacional em contexto de desigualdade*. Uma análise das redes públicas de ensino da região Nordeste. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2019.

SILVA, A.; TRIPODI, Z. F. Organizações Sociais e educação: perfis e tendências em marcos legais nordestinos. *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 42, e241677, 2021. Acesso em maio de 2021.

SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das letras: 2012.

SMITH, A. *A riqueza das nações - investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Série Os Economistas)

SOUZA, H. J., *Como se faz análise de conjuntura*. 17ª ed. Petrópolis, Vozes, 1997.

SOUZA, S. Z. L.; OLIVEIRA, R. P. Políticas de avaliação no Brasil e quase mercado no Brasil. *Educação & Sociedade*. Campinas, vol. 24, n. 84, p. 873-895, setembro 2003.

SPRING, J. *Como as corporações globais querem usar as escolas para moldar o homem para o mercado*. Campinas: Vide Editorial, 2018.

SZAZI, E. *Terceiro setor: regulação no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Peirópolis, 2006.

VIEIRA, S. L.; VIDAL, E. M. Gestão democrática da escola no Brasil: desafios à implementação de um novo modelo. *Revista Iberoamericana de Educación*. n. 67, 2015.

VEIGA, I P A. Projeto Político-Pedagógico e Gestão Democrática. *Retratos da Escola*, Brasília, v. 3, n. 4, p. 163-171, jan. /jun. 2009.

Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 30 nov. 2019.

VERAS, C. L. M. V. *et al.* Pacto pelo desenvolvimento social da Paraíba – contrapartida solidária. Transformando a relação do governo estadual com os municípios e a realidade do povo paraibano. Disponível em: <http://consad.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Painel-13-03.pdf>. Acesso em: nov. 2020.

WOOD, H. M. Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.

ZANARDINI, I. M. S. A reforma do Estado e da educação no contexto da ideologia da Pós-Modernidade. *Perspectiva*. v. 25, n 1, p. 227 – 244, 2007.

ANEXOS

PROCESSO Nº 0017158-4/2017		EDITAL Nº 001/2017/SEAD/SEE	
OBJETO: SELEÇÃO PÚBLICA PARA SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL QUALIFICADA NA ÁREA DE EDUCAÇÃO VISANDO A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA PARA SERVIÇOS DE APOIO NAS UNIDADES ESCOLARES DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO.			
SESSÃO DE RECEBIMENTO, ABERTURA DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO:			
DIA:	11/07/2017		
HORA:	09h00		
LOCAL:	SALA DE REUNIÕES DA CENTRAL DE COMPRAS, LOCALIZADA NA AV. JOÃO DA MATA, S/N, TÉRREO, CENTRO ADMINISTRATIVO ESTADUAL, JAGUARIBE, CEP 58015-020, JOÃO PESSOA – PB		

PREÂMBULO:

EDITAL DE SELECAO PUBLICA OS Nº 001/2017/SEAD/SEE

O Estado da Paraíba, através da Secretaria de Estado da Administração e Secretaria de Estado da Educação, torna público, por meio de publicação no Diário Oficial do Estado da Paraíba, e em via eletrônica, disponível no sitio eletrônico <http://paraiba.pb.gov.br/educacao>, o Edital de Seleção Publica Nº 001/2017/SEAD/SEE, destinado a seleção de Organizações Sociais, qualificadas na área de Educação por este Estado nos termos da Lei Nº 9.454/2011, objetivando a contratação para a Gestão Pactuada das ações e serviços de apoio escolar em unidades escolares da Secretaria de Estado da Educação, especificadas neste edital e seus anexos.

A contratação consequente da seleção realizada por este Edital está amparada pela Lei Nº 9.454, de 06 de outubro de 2011.

A sessão de abertura dos envelopes com as propostas técnicas apresentadas pelas Organizações Sociais que participarão deste certame, será no dia hora e local acima citados.

Edital de seleção pública de organizações sociais Nº 001/2017/SEAD/SEE

Processo Nº 0017158-4/2017

I – OBJETO

- 1.1. Seleção de Organização Social qualificada na área de Educação, no âmbito do Estado da Paraíba, para celebração de contrato de gestão, visando a Gestão Pactuada das ações e serviços de apoio escolar, em unidades escolares da Secretaria de Estado da Educação conforme especificado nos Anexos II e I, respectivamente.

II – PROCEDIMENTO

- 2.1. O presente Edital encontra-se em conformidade com as disposições da Lei Estadual Nº 9.454, de 6 de outubro de 2011 e o Art.7º, II, b da Lei Complementar Nº 74, de 16 de março de 2007, ambas do Estado da Paraíba.
- 2.2. Para a condução e operacionalização dos termos deste edital, a Secretaria de Estado da Administração, juntamente com a Secretaria de Estado da Educação constituirá Comissão Especial para Seleção de Organizações Sociais, nos termos da Lei 9.454/2011.
- 2.3. Os membros da comissão de seleção não poderão possuir qualquer vínculo, remunerado ou não, com os proponentes (Organizações Sociais) participantes da presente seleção.
- 2.4. As Organizações Sociais qualificadas na área de educação, proponentes, seus representantes ou outros interessados deverão abster-se de entrar em contato com os membros da comissão de seleção para tratar de assuntos vinculados as propostas e área de atuação, no período estabelecido neste edital, sob pena de comprometimento do sigilo e da imparcialidade no exame e julgamento dos programas de trabalho a serem apresentados, podendo haver, no caso de comprovação do ato, a desclassificação da entidade respectiva.

III – CONDIÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DE EDUCAÇÃO

- 3.1. Podem participar do presente processo seletivo deste Edital, as entidades privadas sem fins lucrativos, devidamente qualificadas como Organização Social na área de Educação pelo Estado da Paraíba, nos termos dos artigos 3º a 7º e 33 da Lei 9.454/2011, devendo comprovar a qualificação na área de educação por meio de apresentação da publicação no Diário Oficial do Estado da Paraíba, do ato de qualificação exarado por autoridade competente.
- 3.2. É facultada às Organizações Sociais interessadas em participar do processo seletivo do presente edital, previamente à elaboração de suas propostas, a realização de VISITA TÉCNICA às unidades escolares constantes do ANEXO I deste edital, para efeito de maiores informações acerca de particularidades administrativas e pedagógicas da

operação, bem como avaliação das instalações físicas, bens patrimoniais e recursos humanos. Em sendo realizada, dará ensejo à emissão de comprovante, conforme modelo constante do ANEXO VI – Modelos de Declaração.

3.2.1. A não realização da VISITA TÉCNICA não gera qualquer prejuízo a entidade que assim optar.

3.2.2. A proponente que optar em não realizar a Visita Técnica, assume integralmente a responsabilidade decorrente de eventual desconhecimento de informações ou fatos provocados pela não realização da mesma, devendo apresentar declaração de que assume todos os riscos decorrentes do desconhecimento dos locais da prestação dos serviços, conforme modelo constante do ANEXO VI – Modelos de Declaração.

3.3. Todos os custos decorrentes da elaboração das propostas de trabalho (Técnica e Financeira) serão de inteira responsabilidade das Organizações Sociais participantes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização pela aquisição ou contratação de elementos necessários a elaboração e formatação das propostas, tampouco quaisquer despesas correlatas a participação no presente processo seletivo.

3.4. Não poderão participar do processo seletivo deste Edital:

- a) Instituições declaradas inidôneas pelo Poder Público;
- b) Instituições consorciadas;
- c) Instituições impedidas de contratar com a Administração Pública;
- d) Instituições que estejam, de qualquer forma, inadimplentes com o Estado da Paraíba ou cumprindo sanções aplicadas pela Administração Pública em qualquer dos estados da Federação ou pelo Governo Federal.

3.5. É vedada a celebração de contrato de gestão com organização social que:

- a) Esteja omissa no dever de prestar contas de ajuste de parceria, seja qual for a sua natureza, anteriormente celebrado com ente da Administração Pública de qualquer esfera da Federação;
- b) Tenha tido contas rejeitadas pela Administração Pública Estadual nos últimos 5 anos;
- c) Tenha tido as contas de parcerias julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação nos últimos 5 anos;
- d) Tenha entre seus dirigentes, em diretoria estatutária ou não, ou como membro do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, pessoa:
 - I – Cujas contas relativas à aplicação de recursos públicos tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, nos últimos 5 anos;
 - II – Julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo de provimento em comissão, enquanto durar a inabilitação;
 - III – Considerada responsável por ato de improbidade, com decisão condenatória transitada em julgada, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992;

IV – Que tenha sido responsabilizada ou condenada pela prática de infração penal, civil ou administrativa nas situações que, descritas pela legislação eleitoral, configurem hipóteses de inelegibilidade.

3.6. Fica estabelecida a validade mínima da proposta apresentada pela Organização Social pelo prazo de 180 dias, contados a partir da data do seu recebimento pela Comissão Especial de Seleção.

3.7. A Organização Social, qualificada na área de educação, na sessão pública respectiva, poderá se fazer representar por dirigente ou por procurador mediante instrumento, público ou particular, com firma reconhecida em cartório, que lhe confira amplos poderes de representação em todos os atos e termos do procedimento de seleção.

3.8. É vedada a qualquer pessoa física ou jurídica, a representação de mais de uma Organização Social na presente seleção.

3.9. Para manter a ordem durante a sessão pública, será permitida a presença de somente até dois representantes/procuradores de cada Organização Social participante.

3.10. Ficará impedido de externar quaisquer manifestações a fatos relacionados com a presente seleção, o representante da Organização Social participante que não apresentar instrumento de procuração ou cuja documentação não atenda as especificações requeridas.

IV – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

4.1. As Organizações Sociais interessadas em participar deste edital de seleção, deverão apresentar simultaneamente, no dia e horário estabelecidos, os seguintes documentos, distribuídos em 2 envelopes lacrados, distintos, opacos, devidamente fechados e rotulados, identificados como: Envelope 1 – Documentação de Habilitação, e, Envelope 2 – Propostas Técnicas e Financeiras, este contendo uma Proposta Técnica e Financeira para cada lote de unidades escolares que a Organização Social esteja interessada em participar.

4.2. Os envelopes referidos no subitem 5.1 deverão estar rotulados externamente com os seguintes informes:

ENVELOPE 1 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Governo do Estado da Paraíba – PB

Edital de Seleção Nº 001/2017/SEAD/SEE

NOME E ENDEREÇO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

ENVELOPE 2 – PROPOSTAS TÉCNICAS E FINANCEIRAS

Governo do Estado da Paraíba – PB

Edital de Seleção Nº 001/2017/SEAD/SEE

NOME E ENDEREÇO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

4.3. Envelope lacrado nº 1, endereçado ao Governo do Estado da Paraíba, indicando externamente, além do nome da Organização Social interessada, a referência ao Número do Edital de Seleção, contendo em original ou cópia autenticada dos seguintes documentos, todos eles encadernados e com a indicação sequencial das páginas:

- a) Índice com a indicação da ordem sequencial e numeração em que se encontram cada um dos documentos das demais alíneas deste inciso;
- b) Ato constitutivo ou Estatuto Social em vigor, registrado em cartório, com certidão narrativa do cartório competente acerca das últimas alterações, quando houver, ou qualquer outro documento oficial apto a comprovar que o Ato constitutivo/Estatuto Social apresentado é o último registrado, emitido em, no máximo 90 dias antes da data de apresentação dos envelopes;
- c) Ata de eleição da atual Diretoria da entidade;
- d) Relação nominal dos dirigentes da entidade, acompanhada de RG, CPF e endereço de seus integrantes;
- e) Cópia da cédula de identidade e CPF do representante legal da instituição ou de seu procurador;
- f) Cópia das certidões criminais negativas emitidas pela Justiça Federal, Estadual e Eleitoral dos dirigentes da entidade e de seu representante legal;
- g) Comprovante de inscrição da entidade no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- h) Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Nacional mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND) - (certidão expedida conjuntamente pela RFB e pela PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU), inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive inscritas em DAU)
 - h.1) caso a licitante possua uma certidão previdenciária e outra referente aos demais tributos, emitidas antes de 20/10/2014, mas dentro do prazo de validade, poderá apresentá-las, visto que permanecerão válidas dentro do período de vigência nelas indicados. Porém, caso apenas uma delas seja válida, terá que emitir a nova certidão unificada. Prova de regularidade para com a Receita Estadual, por meio de certidão negativa de débitos em relação a tributos estaduais da sede da proponente;
- i) Prova de regularidade para com a Receita Estadual, por meio de certidão negativa de débitos em relação a tributos estaduais da sede da proponente;
- j) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal, por meio de certidão negativa de débitos relativos a tributos municipais do município da sede da proponente;
- k) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, por meio de Certificação de Regularidade Fiscal – CRF expedida pela Caixa Econômica Federal;
- l) Cópia ou Extrato de balanço patrimonial e demonstração contábil do último exercício social, já exigíveis na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da proponente, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
 - l.1) O referido balanço, quando escriturado em forma não digital, deverá mencionar, obrigatoriamente, o número do livro diário e folha em que o mesmo se acha transcrito, ser subscrito por contador identificado por

registro perante do Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como pelo representante legal da entidade;

I.2) Havendo mais de um contador que subscreve o balanço patrimonial, todos deverão apresentar Registro de Regularidade Profissional perante o CRC;

I.3) O referido balanço quando escriturado em livro digital deverá vir acompanhado de “Recibo de entrega de livro digital”;

I.4) A comprovação da boa situação financeira da entidade proponente será efetuada com base no balanço apresentado, e deverá, obrigatoriamente, ser formulada, formalizada, apresentada pela proponente em papel timbrado da instituição, assinada, e será aferida mediante índices e fórmulas abaixo especificadas:

$$ILG = (AC+RLP)/(PC+ELP) \geq 1$$

$$ILC = (AC)/(PC) \geq 1$$

$$ISG = AT/(PC+ELP) \geq 1$$

Em que:

ILG = Índice de Liquidez Geral

ILC = Índice de Liquidez Corrente

ISG = Índice de Solvência Geral

AT = Ativo Total

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável em Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível em Longo Prazo

I.5) As instituições que apresentarem resultado menor que 1, em qualquer dos índices citados no subitem anterior, estarão inabilitadas no presente certame;

I.6) As instituições constituídas no ano em exercício e que, diante disso ainda estiverem aptas ao certame, deverão apresentar o Balanço de Abertura, dispensando-se o exigido na alínea “I” e nas sub-alíneas “I.4” e “I.5”.

- m) Comprovação de qualificação da entidade como Organização Social de Educação no Estado da Paraíba, em ato administrativo devidamente publicado no Diário Oficial do Estado;
- n) Certidão negativa de protestos e títulos expedida pelo(s) cartório(s) competente(s) da sede e filiais ativas da entidade há, no máximo, 90 dias da apresentação da proposta;
- o) Declaração de que a entidade cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante do ANEXO VI – Modelos de Declaração;
- p) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011, com

validade de 180 dias, contado da data de sua expedição (disponível nos portais eletrônicos da Justiça do Trabalho);

- q) Documento de aprovação, por parte do Conselho de Administração da Organização Social, da proposta de contrato de gestão, nos termos do inciso II, do artigo 6º da Lei Nº 9.454/2011 do Estado da Paraíba e suas alterações;
- r) Declaração de que executará, nas unidades escolares objeto do presente edital, todas as atividades descritas em sua proposta de trabalho, de que a validade de sua proposta técnica e financeira é de 180 dias corridos, de que conhece as leis e normas jurídicas que respaldam o presente instrumento e de que obedecerá, na gestão das unidades escolares, todos os princípios e a legislação da educação pública das unidades escolares do Estado da Paraíba, conforme ANEXO VI – Modelos de Declaração.

4.3.1. Será admitida a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mediante a apresentação de certidão positiva com efeitos negativos, nos termos da Lei.

4.4. Envelope lacrado nº 2, endereçado ao Governo do Estado da Paraíba, indicando externamente, além da Denominação da Organização Social interessada, a referência “Edital de seleção nº 001/2017/SEAD/SEE – Proposta Técnica” e deverá conter:

4.4.1. A proposta técnica, elaborada segundo orientações deste edital, deverá ser apresentada em uma única via, em arquivo eletrônico e impresso, numerada sequencialmente da primeira à última folha, rubricada, sem emendas ou rasuras, na forma original e iniciada por índice que relacione todos os documentos e as folhas em que se encontram, tudo devidamente encadernado. Deverá conter os elementos indicados no roteiro estabelecido no ANEXO IV, para fins de apreciação quanto aos parâmetros de pontuação e deverá, obrigatoriamente, ser iniciada com um **Sumário Executivo** contendo, no mínimo:

- a) Síntese do(s) plano(s) de ação mais relevante(s) da Organização Social, demonstrando como a proponente atingirá esse(s) objetivo(s)/meta(s), indicando a melhoria da eficiência e qualidade nessa(s) atividade(s), do ponto de vista pedagógico, econômico, operacional e administrativo e o(s) respectivo(s) prazo(s) de execução;

4.4.2. A proposta financeira deverá ser apresentada, sem emendas ou rasuras e deverá conter:

- a) Nome da Organização Social, com endereço físico e eletrônico e telefone/fax;
- b) Número do Edital de Seleção;
- c) Detalhamento, com base no modelo indicado no ANEXO V do presente edital, na qual deverão discriminar todos os valores envolvidos na contratação, destacando o valor total e por aluno. Deverão estar incluídas todas as despesas, inclusive as tributárias, para a execução do objeto do contrato de gestão;
- d) Data e assinatura do responsável.

4.4.2.1. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação aos valores, planos, especificações ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros formais.

4.4.2.2. A proposta financeira deverá ser elaborada tendo como referência o modelo previsto no ANEXO V, devendo o valor apresentado na proposta, observar rigorosamente o limite do valor estipulado pela Secretaria de Estado da Educação.

V – DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DAS PROPOSTAS

5.1. Toda a documentação mencionada no item IV – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA deverá ser entregue no dia e horário previstos no preâmbulo deste Edital, na Central de Compras situada no Endereço: Av. João da Mata, s/n, térreo, Centro Administrativo Estadual, Jaguaribe, CEP: 58.015-020 João Pessoa - PB.

5.2. A sessão pública de abertura dos envelopes lacrados será coordenada pela Comissão Especial de Seleção e ocorrerá no local mencionado anteriormente, na data e horário estabelecidos neste Edital.

5.2.1. Todas as Organizações Sociais que apresentarem proposta para a presente seleção pública poderão, na forma do item 3.7, se fazer representar por dirigente ou por procurador mediante instrumento público ou particular, com firma reconhecida em cartório, conferindo-lhe amplos poderes de representação em todos os atos e termos do procedimento. O referido documento deverá vir fora de qualquer envelope.

5.2.2. Os representantes que se credenciarem nos termos do item 5.2.1 deverão assinar lista de presença.

5.2.3. Iniciada a sessão pública de abertura dos envelopes, não será permitido o credenciamento de retardatários.

5.3. Na sessão pública designada, abrir-se-ão, na presença dos interessados, inicialmente, os envelopes concernentes à documentação de habilitação – envelope nº 1, os quais, após as necessárias vistas e conferências pela Comissão Especial de Seleção, serão rubricados por esta e pelos representantes das entidades presentes.

5.3.1. É facultado aos presentes eleger, por unanimidade, um único representante das Organizações Sociais para assinar os referidos documentos, devendo constar em ata, assinada por todos os presentes, o procedimento de eleição.

5.4. Será inabilitada a Organização Social que deixar de apresentar qualquer um dos documentos exigidos no Envelope nº 1, Documentação de Habilitação, ou apresentá-los com data de validade já expirada.

5.4.1. Caso algum documento de habilitação não conste data de validade, será considerado válido se emitido em até 90 (noventa) dias, contados a partir da data de emissão.

5.4.2. Se, eventualmente, surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, essas questões serão consignadas em ata e a conclusão quanto à habilitação ou não, se dará em sessão convocada especialmente para essa finalidade.

5.5. Em caso de inabilitação de todas as entidades disputantes, poderá a Administração Pública, fixar às interessadas o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de nova Documentação de Habilitação, em novo Envelope nº 1, devidamente lacrado, preservando-se o conteúdo original do Envelope nº 2, Proposta Técnica e Financeira, que

não poderá sofrer qualquer modificação e ou acréscimo, que ficará sobre a custódia da Comissão Especial de Seleção.

5.5.1. No caso em que somente uma Organização Social participante do processo de seleção deste Edital estiver com a documentação apta e em condições técnicas de sagrar-se vencedora deste certame com a pontuação mínima estabelecida, adotar-se-á o disposto no art. 12, inciso I, da Lei Estadual 9.454/2011.

5.6. As propostas referentes ao Envelope nº 2 permanecerão em poder da Comissão Especial de Seleção, e somente serão liberadas às instituições inabilitadas a partir do terceiro dia útil após a homologação do resultado do processo de seleção deste Edital.

5.7. A inabilitação da Organização Social importa em preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes do presente processo de seleção pública.

5.8. Ultrapassada a fase de habilitação, e não se mostrando conveniente a abertura dos demais envelopes na mesma sessão, esta será suspensa, com a convocação dos representantes das entidades que ainda prosseguem na disputa para comparecimento em nova sessão pública de abertura dos envelopes remanescentes, os quais, até que isso ocorra, permanecerão lacrados e rubricados pelos presentes, sob a custódia da Comissão Especial de Seleção.

5.8.1. Após a fase de habilitação, não caberá desistência das propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, devidamente aceito pela Comissão Especial de Seleção.

5.9. Na sessão pública designada, abrir-se-ão, na presença dos interessados, os envelopes concernentes às propostas técnicas, das quais, após as necessárias vistas e conferências pela Comissão Especial de Seleção, serão rubricadas por esta e pelos respectivos representantes presentes, podendo estes gozar da faculdade prevista no item 5.3.1.

5.9.1. A Comissão Especial de Seleção convidará o responsável técnico pela elaboração de cada proposta para uma apresentação de até 20 minutos. Nessa apresentação a Organização Social poderá expor os pontos relevantes de seu projeto, demonstrando as principais estratégias, planos de ação e os resultados esperados.

5.9.1.1. A apresentação será dirigida à Comissão Especial de Seleção e, por parte da Organização Social proponente, somente será permitida a presença do representante que fará a apresentação.

5.9.2. Aberta a proposta técnica – Envelope nº 2, não caberá, por parte da Comissão Especial de Seleção, desclassificar qualquer dos concorrentes por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após a análise.

5.10. Concluída a fase de apresentação, conforme item 5.9.1, a Comissão Especial de Seleção suspenderá a sessão pública, a fim de proceder à avaliação das propostas em sessão reservada.

5.11. Durante a análise de julgamento:

5.11.1. Será desclassificada a proponente cuja proposta de trabalho não atenda às especificações técnicas constantes deste Edital ou não apresente a declaração exigida no item 4.3 alínea “r”, conforme Modelos de Declaração - ANEXO VI.

5.11.2. Será desclassificada a proponente cuja proposta de trabalho não atinja uma pontuação total mínima de 90 pontos ou não alcançar 50% do total possível em cada um dos critérios: Atividade e Qualificação Técnica.

5.11.3. Será desclassificada a Organização Social cuja proposta financeira não esteja dentro dos limites estimados no ANEXO V.

5.12. Consideradas as ressalvas contidas neste Edital, qualquer reclamação deverá ser realizada em sessão pública pelos representantes legais da Organizações Sociais participantes.

5.13. Após a abertura dos envelopes, serão lavradas atas circunstanciadas do ocorrido em todas as sessões públicas, assinadas pelas entidades presentes e membros da Comissão Especial de Seleção.

5.14. À Comissão Especial de Seleção, por justa razão administrativa, financeira e ou legal, fica reservado o direito de:

- a) Estabelecer prazo para definir a habilitação, a classificação final das propostas, podendo suspender, em decorrência de alguma falha, omissão ou irregularidade, as sessões de julgamento;
- b) Promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo de seleção.

5.15. O julgamento das propostas técnicas apresentadas pelas instituições interessadas, será objetivo, não se admitindo, sob pena de responsabilidade, reformulação dos critérios de julgamento previstos no ato convocatório.

5.16. Em nenhuma hipótese será concedido prazo para a apresentação ou substituição de documentos exigidos não inseridos nos Envelopes nº 1 e nº 2. No entanto, a título de diligência, a Comissão Especial de Seleção, em ato devidamente fundamentado, relativamente aos documentos apresentados, poderá solicitar as informações e/ou esclarecimentos adicionais que julgar necessários, inclusive durante a apresentação prevista no item 5.9.1.

5.17. Não serão levados em consideração outros documentos anexados além daqueles indicados no Edital de seleção, bem como não será permitida a realização de alteração no modelo da proposta técnica.

5.18. Qualquer proposta apresentada em desacordo com as exigências deste Edital, ou com as diretrizes, normas e leis da área educacional, implicará na desclassificação da entidade interessada.

5.19. Será declarada vencedora do presente processo de seleção, a proposta que estiver de acordo com os termos deste Edital e seus Anexos, apresentada por entidade que obtiver a maior nota final.

5.20. A pontuação atribuída a cada proposta técnica obedecerá aos critérios de avaliação constante no ANEXO IV deste Edital.

5.21. Havendo apenas uma proposta técnica, desde que satisfeitas todas as condições previstas neste Edital, e sendo o seu valor compatível com o que foi estabelecido pela Administração, a proposta será aceita como vencedora desde que observado o disposto no Art. 12, inciso I, da Lei 9.454/2011.

5.22. Havendo empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida na proposta técnica apresentada. Persistindo o empate, será considerado como critério de desempate o tempo de experiência do corpo técnico da Organização Social, especificamente em Educação Básica.

5.23. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como aquelas tidas como inexequíveis, assim consideradas as que não tenham demonstrado a sua viabilidade econômica e técnica por meio de documentação que comprove que sua proposta é coerente com as melhores práticas e são compatíveis com a execução do objeto do contrato de gestão.

5.24. Na análise das propostas, a Comissão Especial de Seleção poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os interessados.

5.25. Concluída a avaliação do conteúdo do Envelope nº 2 – Proposta Técnica e Financeira, divulgar-se-á por meio de publicação na imprensa oficial, o Resultado Preliminar, com a ordem das entidades classificadas e a relação das desclassificadas.

5.26. Após análise de eventuais recursos a Secretaria de Estado da Administração conjuntamente com a Secretaria de Estado da Educação, editarão o ato de Homologação, com o resultado final, que será publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba.

VI – ESCLARECIMENTOS E RECURSOS

6.1. Os interessados que possuírem dúvidas na interpretação deste Edital deverão solicitar, por escrito, pedido de esclarecimentos, dirigidos à Comissão Especial de Seleção, até às 16:30h do dia 06/07/2017.

6.2. Em resposta aos pedidos de esclarecimentos, será publicada até o dia 10/07/2017, Nota de Esclarecimento, no sítio eletrônico do Governo do Estado da Paraíba (<http://www.paraiba.pb.gov.br>) e no Diário Oficial do Estado da Paraíba.

6.3. Qualquer Organização Social qualificada na área de educação no Estado da Paraíba, participante do processo de seleção deste Edital, poderá, no prazo de 2 (dois) dias úteis após a publicação do resultado preliminar, apresentar recurso, por escrito, direcionado à Comissão Especial de Seleção, ficando os demais participantes intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias. A Comissão terá o prazo de dois dias úteis, a contar do dia útil subsequente ao recebimento do recurso para julgar e decidir.

6.3.1. Os pedidos de esclarecimentos e recursos deverão ser protocolados junto ao Protocolo da Secretaria de Estado da Administração. Não serão conhecidos os recursos interpostos antes ou após os respectivos prazos fixados neste Edital, bem como os que forem enviados por fax ou correio eletrônico.

6.4. O acolhimento do recurso pela Comissão Especial de Seleção importará na invalidação, apenas, dos atos específicos questionados e insuscetíveis de aproveitamento.

6.5. A decisão em grau de recurso será definitiva, e dela dar-se-á conhecimento ao(s) recorrente(s) por meio de comunicação oficial.

6.6. Aos recursos interpostos serão atribuídos efeito suspensivo.

VII - DOS PRAZOS

7.1. Todos os prazos mencionados neste edital serão sempre contados em dias corridos, salvo indicação em contrário, excluído o dia de início e incluído o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no órgão ou entidade.

7.2. O prazo para a assinatura do Contrato de Gestão será de até 05 (cinco) dias após a publicação do resultado da seleção pública, prorrogáveis pelo mesmo período, observadas as condições previstas no próprio contrato.

7.3. O prazo de vigência do contrato de gestão será de **24 (vinte e quatro) meses**, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 meses, desde que confirmada a disponibilidade orçamentária e a consecução dos objetivos propostos pela organização social.

7.4. A execução do Contrato de Gestão Pactuada tem previsão de início no mês de agosto/2017 para as Unidades Escolares pertencentes aos lotes 1, 2, 3, 4, 5 e 6, e o mês de dezembro/2017 para as Unidades Escolares pertencentes aos lotes 7 e 8, discriminados no anexo I.

VIII – DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

8.1. A despesa com a celebração do futuro contrato de gestão correrá à conta das seguintes dotações orçamentárias:

22101.12.361.5006.2297.33903900.103

22101.12.362.5006.2146.33903900.103

IX – DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. As normas que disciplinam este processo de seleção serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança jurídica do futuro contrato de gestão.

9.2. Em nome do interesse público, e por meio de ato fundamentado, subscrito pelos titulares das Pastas, as modificações que afetem a elaboração das propostas técnico financeiras, deverão ser promovidas por meio de republicação deste Edital, com a reabertura de prazo inicialmente estabelecido, para a apresentação de novas propostas.

9.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da sessão pública na data marcada, será ela automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Comissão Especial de Seleção em sentido contrário.

9.4. A Comissão Especial de Seleção poderá, em qualquer fase do processo de seleção, suspender os trabalhos, mediante ato fundamentado, devendo promover o registro da

fundamentação e a convocação dos participantes para a sua continuidade em momento oportuno.

9.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Governo do Estado da Paraíba.

9.6. O não atendimento de exigências formais não essenciais, relativamente à proposta de trabalho, não implicará no afastamento da Organização Social do presente processo de seleção.

9.6.1. Exigências formais não essenciais são aquelas cujo descumprimento não acarrete irregularidade no procedimento, em termos processuais, bem como não implique em vantagem a uma ou mais entidades em detrimento das demais.

9.7. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

9.8. Quaisquer documentos, obtidos via internet, poderão ter os seus dados conferidos pela Comissão Especial de Seleção perante o sítio eletrônico correspondente.

9.9. A Organização Social participante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, podendo a Comissão Especial de Seleção inabilitá-la ou desclassificá-la, conforme o caso, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação pertinente, caso seja constatada a ocorrência de imprecisão ou falsidade das informações e ou dos documentos apresentados.

9.10. A autoridade competente para a aprovação do procedimento deste Edital poderá revogar o processo de seleção por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, bem como deverá anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, tudo mediante decisão fundamentada.

9.11. A revogação ou anulação do processo de seleção não gera para a Administração obrigação de indenizar qualquer custo relativo à participação dos interessados neste Edital.

9.12. A participação da Organização Social no processo de seleção implica sua aceitação integral e irretratável dos termos, cláusulas e condições do presente Edital e seus Anexos, que passarão a integrar o contrato de gestão como se transcrito fosse, com lastro na legislação em vigor, bem como na observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceitas, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do processo de seleção e execução do contrato de gestão.

9.13. É condição indispensável para a assinatura do contrato de gestão, a manutenção da qualificação da entidade selecionada no presente certame como Organização Social na área de educação, nos termos da Lei Estadual 9.454/2011, assim como cumprir todos os requisitos da referida legislação e sua regulamentação e suas alterações.

9.14. A Organização Social vencedora do processo de seleção que deixar de comparecer para a assinatura do contrato de gestão, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados de sua convocação, perderá o direito a firmar o instrumento de parceria com o Estado, sem prejuízo de eventuais sanções aplicáveis. Esse prazo poderá ser prorrogado uma vez, por

igual período, quando solicitado pela entidade durante o seu transcurso, desde que haja motivo justificado, devidamente aceito pelo titular da Secretaria de Estado de Educação.

9.15. Na ocorrência do previsto no subitem 9.14, poderá a Comissão de Seleção, desde que autorizada pelo titular da Secretaria de Estado de Educação, convocar as Organizações Sociais remanescentes, participantes no processo de seleção, obedecida a ordem de classificação, para as negociações e pactuações necessárias, tendo por parâmetro a proposta de trabalho originalmente selecionada, ou então revogar o respectivo processo de seleção mediante decisão fundamentada.

9.16. Até a assinatura do contrato de gestão, poderá a Comissão Especial de Seleção desclassificar as propostas de trabalho das Organizações Sociais participantes, em ato motivado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções, se tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da seleção, que represente infração aos termos do presente Edital de Seleção, mediante prévia oitiva da Procuradoria Geral do Estado.

9.17. Os casos omissos, dúvidas e questões não previstos neste Edital, serão dirimidos pela Comissão Especial de Seleção, mediante orientação jurídica externada pela Procuradoria Geral do Estado, observada a legislação vigente e respeitados os prazos estabelecidos neste Edital.

9.18. A Organização Social vencedora do presente certame deverá manter em seu corpo técnico, durante toda a vigência do contrato de gestão, membros com, no mínimo, as mesmas capacitações técnicas especificadas neste Edital e na sua respectiva proposta técnica vencedora do processo de seleção.

9.19. Havendo necessidade de substituição de membro do corpo técnico que foi pontuado no processo de seleção deste Edital, o substituto correspondente deverá ter qualificação técnica igual ou superior ao substituído, comprovado junto à Secretaria de Estado de Educação.

9.20. A Organização Social vencedora do presente processo de seleção deverá, quanto às compras, contratações e admissão de pessoal, atender ao disposto no inciso VIII, do art. 6º, da Lei Estadual nº 9.454/2011.

9.21. No decurso da execução do contrato de gestão, poderão ser feitas alterações no escopo da parceria firmada, tais como acréscimos de serviços, ampliação de metas, reequilíbrio econômico-financeiro, investimentos em infraestrutura, mobiliários e equipamentos.

9.21.1 A SEE poderá solicitar à OS a provisão de demandas judiciais específicas, cujos valores serão objeto de aditivo caso essas despesas extrapolem o valor do contrato.

9.21.2. Havendo concessão de reajuste de pessoal por data base ou reajustes salariais de natureza compulsória das categorias de pessoal envolvido nas atividades e serviços que são objeto do contrato de gestão, que comprometam financeiramente os resultados pactuados, os repasses podem sofrer recomposição, após análise da Secretaria de Estado da Educação e demais órgãos competentes do Estado da Paraíba, a fim de que não se torne inviável a gestão dos serviços e atividades por meio da parceria estabelecida.

9.21.3. As alterações no contrato de gestão, citadas no subitem anterior, deverão ocorrer por meio da elaboração de termos aditivos, mediante análise da documentação comprobatória do pedido e respeitando todos os trâmites legais.

9.22. As transferências de recursos financeiros, o número de parcelas e as demais condições, encontram-se definidas no Anexo VII - Minuta de contrato.

9.23. No ato do repasse, a Organização Social terá recolhido o percentual de 1,6% (um vírgula seis por cento) do valor total da fatura, para implementação e operacionalização do Fundo Estadual de Apoio ao Empreendedorismo – Fundo Empreender/PB, conforme disposto no inciso II, do art. 7º, da Lei 10.128/2013, de 23/10/2013.

9.24. Integram o presente Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Informações gerais das Unidades Escolares a serem contempladas com a Gestão Pactuada;

Anexo II – Diretrizes, indicadores e metas dos serviços da Gestão Pactuada;

Anexo III – Sistemática de acompanhamento, monitoramento e avaliação;

Anexo IV – Roteiro para elaboração da proposta técnica;

Anexo V – Estudo de desembolso estimado – modelo de planilha financeira;

Anexo VI – Modelos de Declaração;

Anexo VII – Minuta de contrato de gestão e anexos.

João Pessoa, 30 de junho de 2017

Ana Carolina Vieira Lubambo de Britto
Membro CESOS SEE/DEAD
Mat. 172.212-3

Dario Gomes do Nascimento Junior
Membro CESOS SEE/DEAD
Mat. 169.082-5

Ana Maria Almeida de Araújo Nóbrega
Membro CESOS SEE/DEAD
Mat. 171.538-1

Vivianne Pereira Almeida Diniz
Membro CESOS SEE/DEAD
Mat. 164.404-1

Isabella Gondim do Nascimento Aires
Membro CESOS SEE/DEAD
Mat. 171.498-8

ANEXO I – Informações gerais das Unidades Escolares a serem contempladas com a Gestão Pactuada

I – Nomenclatura Utilizada

SEE	Secretaria de Estado da Educação da Paraíba
GRE	Gerência Regional de Educação à qual a unidade escolar está vinculada 1ª GRE - Município sede João Pessoa; 2ª GRE - Município sede Guarabira; 3ª GRE - Município sede Campina Grande; 4ª GRE - Município sede Cuité; 5ª GRE - Município sede Monteiro; 6ª GRE - Município sede Patos; 7ª GRE - Município sede Itaporanga; 8ª GRE - Município sede Catolé do Rocha; 9ª GRE - Município sede Cajazeiras; 10ª GRE - Município sede Sousa; 11ª GRE - Município sede Princesa Isabel; 12ª GRE - Município sede Itabaiana; 13ª GRE - Município sede Pombal; 14ª GRE - Município sede Mamanguape;
Unidade escolar	Instituição de ensino a ser gerida em parceria com Organização Social da Educação, identificada por código INEP e nome atribuído pela SEE
Porte	Classificação da unidade escolar por quantitativo de alunos matriculados. As unidades escolares são classificadas em: Porte I – até 86 alunos Porte II – 87 a 435 alunos Porte III – 436 a 785 alunos Porte IV – 786 a 1134 alunos Porte V – acima de 1134 alunos
Lotes	Grupamento de Unidades Escolares a serem geridas em parceria com Organizações Sociais de Educação Lote 1 – 85 Unidades Escolares dos Municípios que compreende a 1ª GRE. Lote 2 – 85 Unidades Escolares dos Municípios que compreende a 1ª GRE. Lote 3 – 58 Unidades Escolares dos Municípios que compreende a 2ª, 12ª e 14ª GRE Lote 4 – 57 Unidades Escolares dos Municípios que compreende a 2ª, 12ª e 14ª GRE Lote 5 – 83 Unidades Escolares dos Municípios que compreende a 3ª, 4ª e 5ª GRE Lote 6 – 83 Unidades Escolares dos Municípios que

compreende a 3ª, 4ª e 5ª GRE

Lote 7 – 101 Unidades Escolares dos Municípios que
compreende a 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 13ª GRE

Lote 8 – 100 Unidades Escolares dos Municípios que
compreende a 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 13ª GRE

Ensino oferecido	Etapa/ Modalidade de ensino oferecido nas unidades escolares: Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) Ensino médio (1ª a 3ª série) EJA – Educação de Jovens e Adultos

II – Metodologia e critérios de seleção de unidades escolares para Gestão Pactuada

A metodologia adotada de seleção de unidades escolares seguiu as etapas abaixo:

- a) Estruturação de um banco de dados com variáveis que caracterizam as escolas estaduais;
- b) Aplicação da técnica estatística Análise de Componente Principal (PCA) para as principais dimensões de variáveis das escolas;
- c) Divisão das escolas em 4 grupos:
 - Grupo 1: escolas da 1ª GRE;
 - Grupo 2: escolas da 2ª, 12ª e 14ª GRE;
 - Grupo 3: escolas da 3ª, 4ª e 5ª GRE;
 - Grupo 4: escolas da 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 13ª GRE;
- d) Formação de Clusters a partir do algoritmo de Ward, de modo a formar grupos homogêneos de escolas semelhantes dentro de cada uma das partes;
- e) Divisão aleatória dos clusters em dois lotes para cada grupo, de modo a garantir que os lotes de cada parte possuam características semelhantes.

A partir da criação de um banco de dados com os dados principais de cada escola, foram priorizadas as variáveis mais relevantes para garantir o equilíbrio dos lotes para Gestão Pactuada, visto as obrigações descritas neste edital. Essas variáveis e suas dimensões são apresentadas a seguir.

Dimensão	Variável
Perfil da unidade escolar	Quantidade de salas
	Quantidade de alunos matriculados
	Custeio
Desempenho	Média de proficiência do IDEPB do 1º ano do Ensino Médio de 2016
	Média de proficiência do IDEPB do 3º ano do Ensino Médio de 2016
	Média de proficiência do IDEPB Anos Iniciais 2016
	Média de proficiência do IDEPB Anos Finais 2016
	Taxa de Aprovação 1º ano do Ensino Médio de 2015
	Taxa de Aprovação do 3º ano do Ensino Médio de 2015
	Taxa de Aprovação do 5º ano de 2015
	Taxa de Aprovação do 9º ano de 2015
	Nota do IDEB Anos Iniciais 2015
	Nota do IDEB Anos Finais 2015
Infraestrutura	Proporção de equipamentos Adequados
	Sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE)
	Refeitório

Dimensão	Variável
	Sala de Leitura
	Banheiro com acessibilidade
	Área verde
	Biblioteca
	Dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida
	Laboratório de ciências
	Laboratório de informática
	Auditório
	Quadra de esportes
	Pátio
	Laboratório de matemática e/ou robótica
Ensino Oferecido	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) e Ensino Médio
	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
	Ensino Médio
	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)
	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
	Exclusivamente Educação de Jovens e Adultos
	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio

A partir da priorização das 35 (trinta e cinco) variáveis acima relacionadas foi aplicada a Análise de Componentes Principais (PCA) para resumir as variáveis em 4 (quatro) dimensões: Perfil da unidade escolar, Desempenho, Infraestrutura e Ensino Oferecido.

Considerando quantidade de unidades escolares e proximidade territorial, foi definida a divisão das 14 GRE em 4 (quatro) grupos: Grupo 1 - escolas da 1ª GRE; Grupo 2 - escolas da 2ª, 12ª e 14ª GRE; Grupo 3 - escolas da 3ª, 4ª e 5ª GRE; e Grupo 4 - escolas da 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 13ª GRE. Isso permitiu que grupos captassem as características específicas das diferentes regiões da Paraíba.

Para estimular a competição administrada dentro de cada grupo entre as Organizações Sociais participantes da Gestão Pactuada, foi definida a divisão de cada grupo em dois lotes, formando oito lotes no total. De forma a garantir o equilíbrio entre os dois lotes de cada grupo, primeiro foi utilizado o *clustering* de Ward. Formaram-se *clusters* de escolas semelhantes em relação às quatro dimensões priorizadas. Cada *cluster* possui características homogêneas internamente e heterogêneas em relação aos outros *clusters* de unidades escolares dentro do mesmo grupo de GRE.

Cada lote foi assim formado pela divisão aleatória de metade das unidades escolares de cada *cluster*. Dessa forma, cada par de lotes do mesmo grupo tem uma proporção

semelhante de tipos de escola, garantindo seu equilíbrio e, portanto, estimulando a competição administrada em cada grupo. A seguir é apresentado o mapa com os lotes das Unidades Escolas.

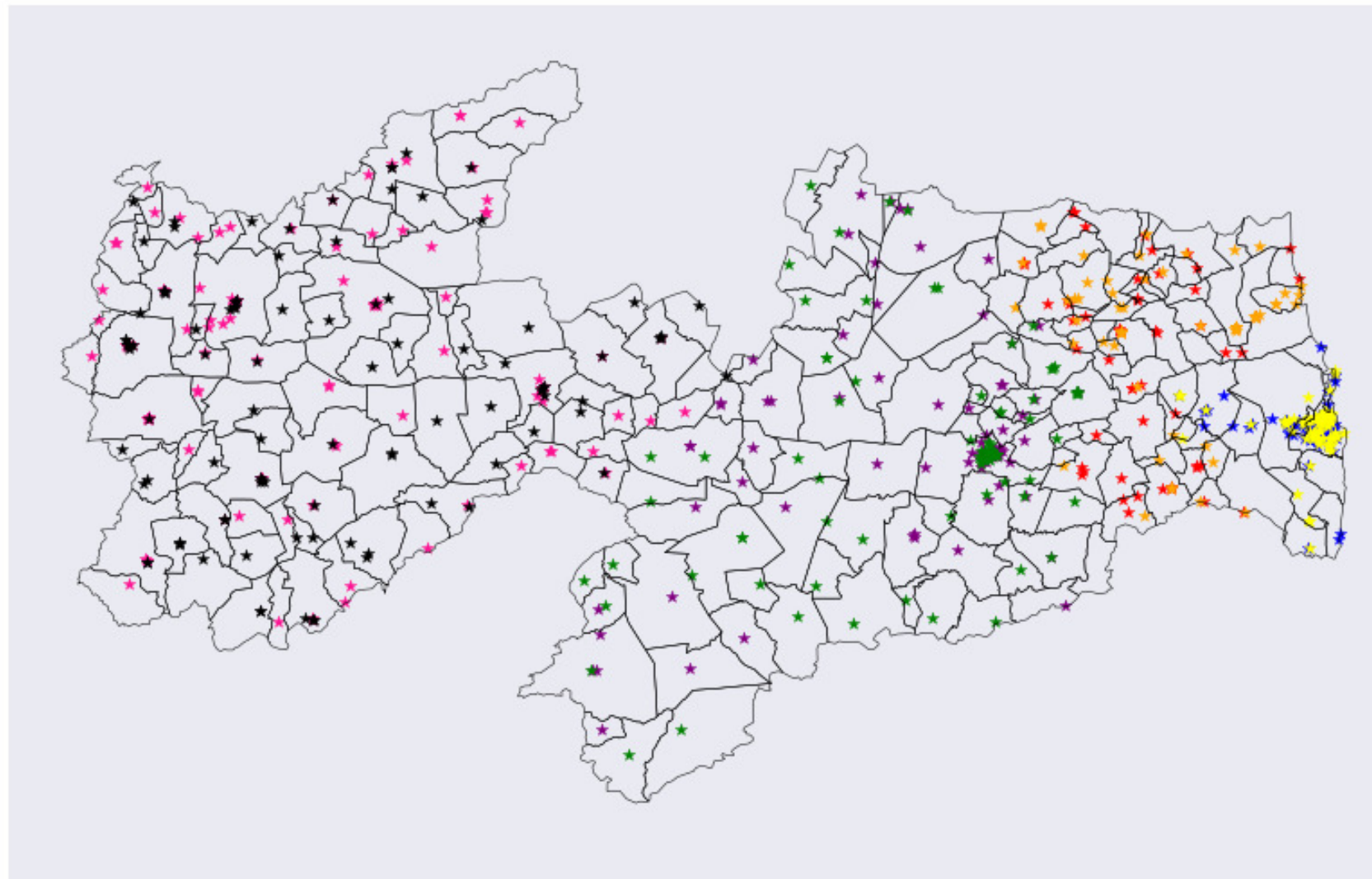


Figura 1- Lotes das Unidades Escolares a serem geridas em parceria com Organizações Sociais de Educação

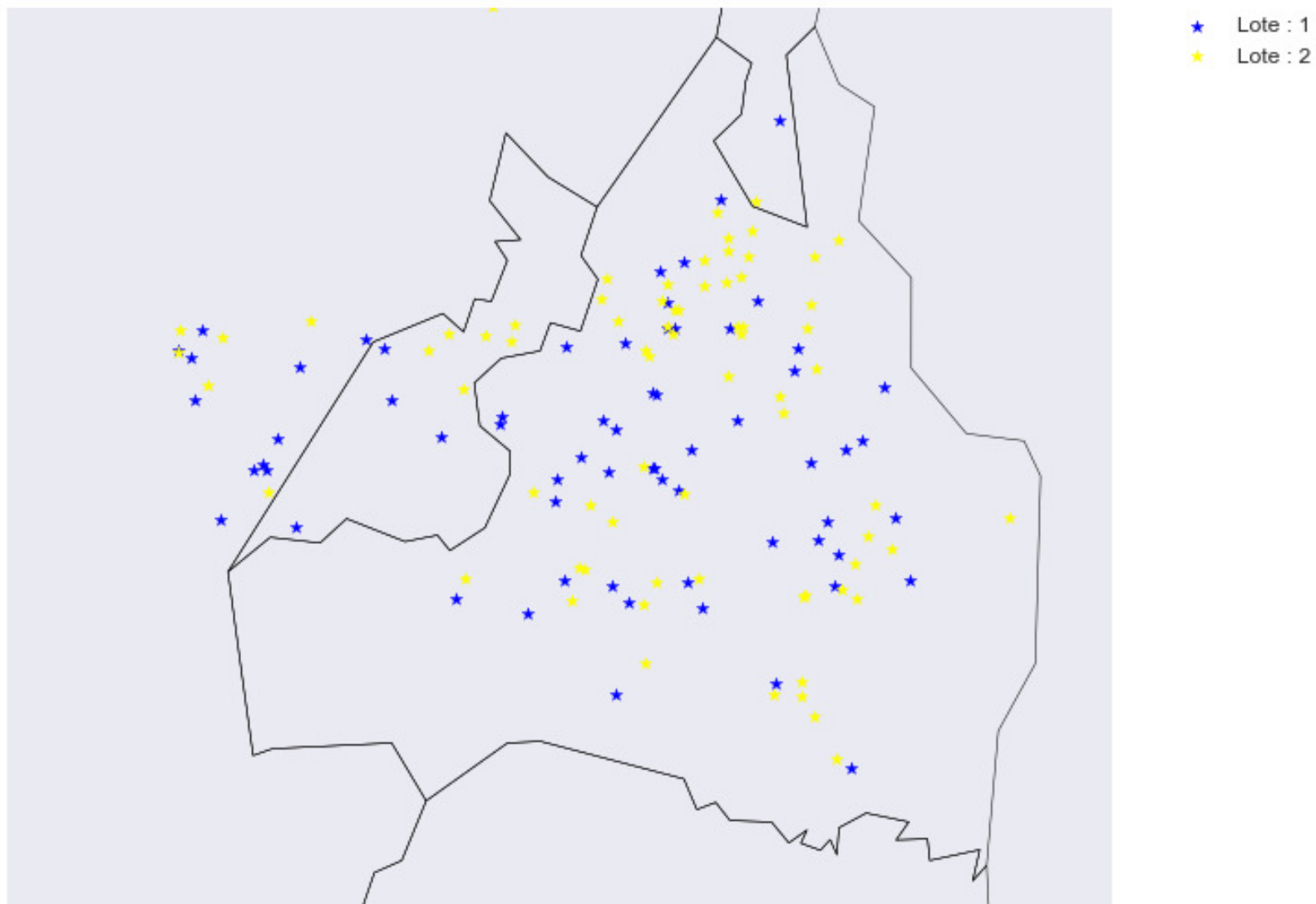


Figura 2 – Recorte dos Lotes 1 e 2, no município de João Pessoa

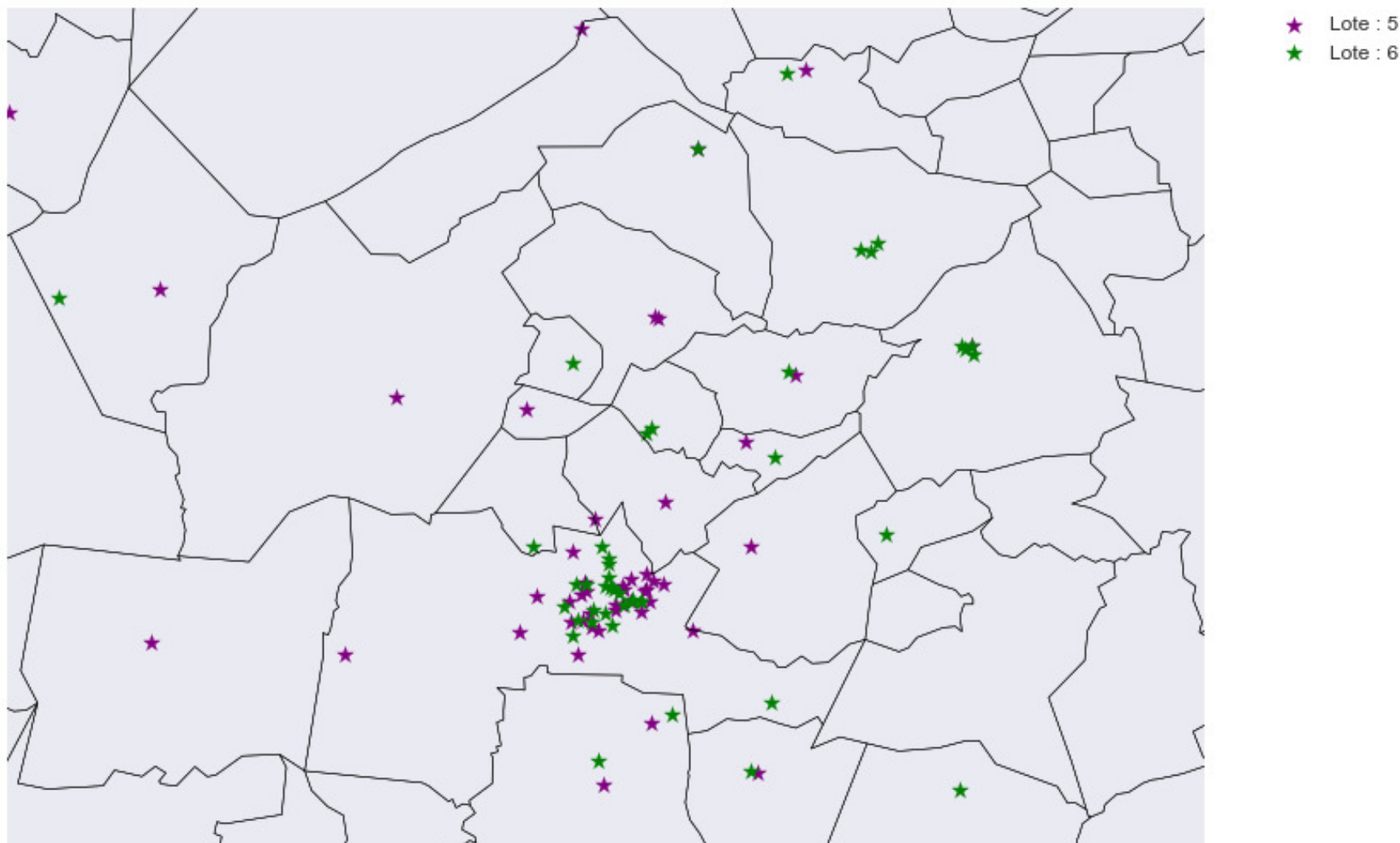


Figura 3 - Recorte dos Lotes 5 e 6, com destaque ao Município de Campina Grande



III – Caracterização dos Lotes e Escolas

A partir das características das unidades escolares e estatísticas descritivas de cada lote apresentadas abaixo as Organizações Sociais devem realizar propostas adequadas para cada lote.

Lote 1 (GRE 1)

	Matrículas	Salas	Servidores efetivos de apoio	IDEB - Ensino Fundamental (Anos Iniciais)						IDEB - Ensino Fundamental (Anos Finais)					
				2005	2007	2009	2011	2013	2015	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Média	543	8	8	2,61	3,35	3,65	3,83	4,19	4,16	2,61	2,81	2,90	3,03	2,95	3,39
Desvio Padrão	361	4	6	0,66	0,86	0,71	0,71	0,67	0,73	0,66	0,74	0,79	0,64	0,71	0,73
Menor valor	90	2	1	1,6	1,8	2,2	2,2	2,8	1,9	1,6	1,4	0,9	1,8	0,6	2,2
25%	263	5	4	2,3	2,6	3,1	3,4	3,7	3,65	2,3	2,3	2,5	2,53	2,55	2,8
50%	419	8	6	2,5	3,4	3,5	3,9	4,25	4,35	2,5	2,8	3	3	2,9	3,5
75%	763	10	10	2,95	4,1	4,3	4,3	4,68	4,7	2,95	3,5	3,4	3,5	3,35	3,8
Maior valor	1628	23	27	4,3	5	4,9	5,3	5,3	5,1	4,3	4,3	4,6	4,6	4,4	5

	IDEPB 2016				Taxa de Aprovação em 2015		Taxa de Abandono em 2015	
	5º Ano	9º Ano	1º Série	3º Série	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Média	4,08	3,27	2,93	2,70	81,79	68,39	8,83	19,66
Desvio Padrão	0,87	0,84	0,65	0,63	11,94	12,20	8,38	12,35
Menor valor	1,72	1,04	1,85	1,58	53,3	43,7	0	0
25%	3,58	2,81	2,39	2,18	76,23	58,1	3,63	8,08
50%	4,14	3,30	2,86	2,66	83,05	69,5	6,05	17,4
75%	4,75	3,81	3,44	3,17	90,75	79,28	13,8	28,75
Maior valor	5,54	5,14	4,31	3,86	100	86,5	36,3	50,6



GOVERNO DA PARAÍBA

Lote 2 (GRE 1)

	Matrículas	Salas	Servidores efetivos de apoio	IDEB - Ensino Fundamental (Anos Iniciais)						IDEB - Ensino Fundamental (Anos Finais)					
				2005	2007	2009	2011	2013	2015	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Média	537	10	9	2,44	3,40	3,63	3,92	4,31	4,43	2,44	2,82	2,73	2,96	2,87	3,07
Desvio Padrão	415	5	6	0,73	0,74	0,79	0,84	0,85	0,80	0,73	0,93	0,84	0,85	0,89	0,78
Menor valor	62	2	1	1,2	2	0,6	2,1	2,5	2,5	1,2	1,1	1,1	1,4	1,6	1,9
25%	272	6	5	1,9	3	3,4	3,4	3,68	4,05	1,9	2,3	2,13	2,33	2,3	2,5
50%	412	8	7	2,3	3,2	3,7	3,9	4,35	4,4	2,3	2,7	2,65	2,9	2,7	3
75%	667	13	12	2,8	3,7	3,9	4,2	4,68	4,85	2,8	3,25	3,18	3,4	3,2	3,38
Maior valor	2210	26	32	4,4	5,7	6	6,4	6,3	6,6	4,4	5,2	5,4	5,3	5,2	5

	IDEPB 2016				Taxa de Aprovação em 2015		Taxa de Abandono em 2015	
	5º Ano	9º Ano	1º Série	3º Série	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Média	4,24	2,88	3,13	2,91	75,93	71,32	9,53	17,66
Desvio Padrão	0,93	0,74	0,83	0,72	16,51	13,14	7,85	12,95
Menor valor	2,19	1,42	0,76	1,41	0	36,8	0	0
25%	3,55	2,39	2,70	2,65	68,3	64,3	3,55	8,5
50%	4,21	2,92	3,08	2,89	79,1	72,6	8,2	15,3
75%	4,88	3,13	3,59	3,21	88,6	79,4	14,7	23,5
Maior valor	7,19	4,66	5,19	4,66	100	98,9	30	63,2



GOVERNO DA PARAÍBA

Lote 3 (GRE 2, 12 e 14)

	Matrículas	Salas	Servidores efetivos de apoio	IDEB - Ensino Fundamental (Anos Iniciais)						IDEB - Ensino Fundamental (Anos Finais)					
				2005	2007	2009	2011	2013	2015	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Média	487	8	3	2,55	3,13	3,41	3,64	3,62	3,93	2,55	2,61	2,80	2,71	3,08	3,10
Desvio Padrão	267	4	2	0,55	0,55	0,66	0,55	0,74	0,59	0,55	0,64	0,66	0,51	0,66	0,52
Menor valor	81	2	1	1,6	1,9	2,5	2,8	2	2,4	1,6	1,3	1,7	1,8	1,8	2,3
25%	283	5	1	2,2	2,9	3	3,3	3,2	3,78	2,2	2,2	2,4	2,33	2,6	2,8
50%	446	7	2	2,6	3,1	3,1	3,6	3,6	3,95	2,6	2,6	2,7	2,7	3,1	3
75%	603	10	4	2,9	3,4	3,8	3,9	4	4,1	2,9	3,03	3,2	2,95	3,45	3,2
Maior valor	1241	20	7	3,6	4,7	5,2	5,3	5,4	5,5	3,6	3,9	4,5	3,9	4,3	4,5

	IDEPB 2016				Taxa de Aprovação em 2015		Taxa de Abandono em 2015	
	5º Ano	9º Ano	1º Série	3º Série	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Média	4,05	3,15	3,40	2,98	80,79	79,47	8,21	13,80
Desvio Padrão	1,04	0,70	0,45	0,41	13,17	9,11	7,12	7,18
Menor valor	2,51	1,76	2,36	2,07	35	55,6	0	0
25%	3,56	2,79	3,21	2,63	75,05	74	2,7	10
50%	3,78	3,17	3,30	3,00	85,5	80	6,2	14,6
75%	4,33	3,57	3,60	3,28	88,95	83,8	13,7	17,7
Maior valor	6,93	4,65	4,53	3,82	98,1	100	26,3	29,3



GOVERNO DA PARAÍBA

Lote 4 (GRE 2, 12 e 14)

	Matrículas	Salas	Servidores efetivos de apoio	IDEB - Ensino Fundamental (Anos Iniciais)						IDEB - Ensino Fundamental (Anos Finais)					
				2005	2007	2009	2011	2013	2015	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Média	502	8	3	2,38	3,30	3,46	3,61	3,59	3,94	2,38	2,61	2,85	2,60	2,84	3,10
Desvio Padrão	231	4	2	0,53	0,75	0,68	0,69	0,83	0,99	0,53	0,57	0,64	0,39	0,65	0,60
Menor valor	103	2	1	1,4	1,4	1,7	2,1	2,1	1,6	1,4	1,2	1,8	1,7	1,7	1,7
25%	310	6	1	2	2,8	3,2	3,15	3,13	3,8	2	2,2	2,5	2,33	2,45	2,7
50%	478	8	2	2,5	3,6	3,6	3,6	3,55	4,2	2,5	2,7	2,9	2,6	2,8	3,1
75%	672	10	4	2,7	3,8	3,98	4,05	4,08	4,5	2,7	2,975	3,2	2,8	3,3	3,48
Maior valor	1096	28	7	3,3	4,3	4,4	5,1	5,6	5,5	3,3	3,6	4,2	3,2	4,1	4,3

	IDEPB 2016				Taxa de Aprovação em 2015		Taxa de Abandono em 2015	
	5º Ano	9º Ano	1º Série	3º Série	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Média	3,79	2,97	3,29	2,97	77,71	78,48	9,80	16,13
Desvio Padrão	1,11	0,61	0,54	0,36	10,95	7,70	6,81	7,83
Menor valor	1,26	1,52	1,73	2,32	48	52,9	0	2,6
25%	3,22	2,59	2,98	2,76	70,9	73,55	5,4	10,15
50%	3,89	2,93	3,21	2,91	80,7	79,3	9,1	16,9
75%	4,60	3,34	3,65	3,25	84,8	84,45	12,3	20,3
Maior valor	5,48	4,38	4,74	3,71	100	97,4	32,6	41,2



GOVERNO DA PARAÍBA

Lote 5 (GRE 3, 4 e 5)

	Matrículas	Salas	Servidores efetivos de apoio	IDEB - Ensino Fundamental (Anos Iniciais)						IDEB - Ensino Fundamental (Anos Finais)					
				2005	2007	2009	2011	2013	2015	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Média	591	11	4	2,44	3,54	3,85	4,30	4,26	4,54	2,44	2,75	2,76	2,95	2,95	3,20
Desvio Padrão	423	6	3	0,44	0,75	0,71	0,76	0,70	0,69	0,44	0,65	0,57	0,54	0,57	0,57
Menor valor	39	2	1	1,8	1,8	2,2	2,8	3	3,2	1,8	1,5	1,7	1,8	2	2,1
25%	288	8	2	2,1	3	3,33	3,8	3,8	4,15	2,1	2,4	2,5	2,6	2,5	2,9
50%	469	10	3	2,4	3,5	3,85	4,1	4,2	4,5	2,4	2,6	2,7	3	2,8	3,2
75%	783	12	5	2,6	3,95	4,2	4,5	4,7	4,95	2,6	3,1	2,95	3,23	3,38	3,5
Maior valor	2270	44	18	3,5	5,4	5,4	6,4	6	6,3	3,5	4,9	4,6	4,4	4,3	4,5

	IDEPB 2016				Taxa de Aprovação em 2015		Taxa de Abandono em 2015	
	5º Ano	9º Ano	1º Série	3º Série	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Média	4,33	3,28	3,59	3,28	75,81	77,61	9,68	13,21
Desvio Padrão	0,98	0,56	0,56	0,47	11,87	10,80	7,28	7,95
Menor valor	1,97	2,13	2,38	2,19	44,4	34,4	0	1,2
25%	3,38	2,95	3,24	2,94	68,3	73,5	4,33	8,6
50%	4,49	3,37	3,60	3,32	77,15	78,8	7,7	12,8
75%	5,06	3,66	3,94	3,62	83,3	83,1	13,25	15,6
Maior valor	5,76	4,57	4,84	4,28	98,4	95,7	28,2	53,7



GOVERNO DA PARAÍBA

Lote 6 (GRE 3, 4 e 5)

	Matrículas	Salas	Servidores efetivos de apoio	IDEB - Ensino Fundamental (Anos Iniciais)						IDEB - Ensino Fundamental (Anos Finais)					
				2005	2007	2009	2011	2013	2015	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Média	536	10	4	2,63	3,47	3,74	3,91	3,93	4,34	2,63	2,84	2,80	2,91	3,13	3,20
Desvio Padrão	367	5	4	0,53	0,77	0,66	0,70	0,77	0,83	0,53	0,62	0,77	0,66	0,72	0,59
Menor valor	73	1	1	1,8	1,9	2,1	2,3	2,2	2,6	1,8	1,5	0,7	0,9	1,7	2,4
25%	221	7	2	2,4	3,05	3,4	3,65	3,6	3,78	2,4	2,45	2,4	2,4	2,7	2,8
50%	453	8	3	2,5	3,5	3,7	4,1	4,1	4,2	2,5	2,8	2,8	3	3,1	3,1
75%	681	11	5	2,8	4,2	4,2	4,325	4,45	4,9	2,8	3,15	3,4	3,4	3,6	3,3
Maior valor	1720	31	19	4,6	4,8	4,8	4,9	5,2	6	4,6	4,5	4,3	4	5	5,1

	IDEPB 2016				Taxa de Aprovação em 2015		Taxa de Abandono em 2015	
	5º Ano	9º Ano	1º Série	3º Série	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Média	4,10	3,52	3,64	3,41	77,00	76,63	6,62	13,15
Desvio Padrão	0,95	0,81	0,60	0,51	11,34	11,94	5,29	7,95
Menor valor	2,16	2,28	2,61	2,39	48,6	28,2	0	0
25%	3,52	2,97	3,19	3,10	71,3	70,3	2,325	7,625
50%	4,01	3,34	3,52	3,35	76,4	80,15	5,55	11,2
75%	4,79	3,97	3,94	3,69	84,3	83,7	9,425	17,65
Maior valor	6,57	6,01	5,43	5,58	97,6	100	21,8	34,3



GOVERNO DA PARAÍBA

Lote 7 (GRE 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 13)

	Matrículas	Salas	Servidores efetivos de apoio	IDEB - Ensino Fundamental (Anos Iniciais)						IDEB - Ensino Fundamental (Anos Finais)					
				2005	2007	2009	2011	2013	2015	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Média	356	9	4	2,51	3,42	3,84	4,11	4,13	4,53	2,51	2,80	2,93	3,01	3,21	3,54
Desvio Padrão	241	4	3	0,51	0,69	0,69	0,58	0,61	0,70	0,51	0,61	0,68	0,57	0,64	0,65
Menor valor	37	1	1	1,5	1,6	2,1	2,4	2,8	3	1,5	1,3	1,4	2,2	1,5	1,8
25%	180	6	2	2,1	3	3,48	3,88	3,9	3,93	2,1	2,4	2,5	2,6	2,8	3,3
50%	292	8	3	2,45	3,4	3,8	4,2	4,1	4,6	2,45	2,7	2,95	2,9	3,2	3,5
75%	480	11	5	2,93	3,95	4,1	4,4	4,5	5	2,93	3,2	3,3	3,33	3,6	4
Maior valor	1138	22	12	3,5	4,9	5,8	5,3	5,5	5,9	3,5	4,1	4,9	4,6	4,5	5

	IDEPB 2016				Taxa de Aprovação em 2015		Taxa de Abandono em 2015	
	5º Ano	9º Ano	1º Série	3º Série	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Média	4,43	3,52	3,72	3,35	83,06	81,58	6,06	10,29
Desvio Padrão	0,79	0,69	0,62	0,50	10,40	9,94	6,11	7,28
Menor valor	2,50	1,94	2,50	2,32	49,3	54,9	0	0
25%	4,09	3,16	3,20	2,99	77,33	76,65	1,4	5,875
50%	4,46	3,57	3,64	3,25	84,75	80,7	4,8	8,05
75%	4,92	3,95	4,23	3,84	91,55	89,4	8,85	14
Maior valor	5,80	5,13	5,32	4,34	100	100	27,9	30,7



GOVERNO DA PARAÍBA

Lote 8 (GRE 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 13)

	Matrículas	Salas	Servidores efetivos de apoio	IDEB - Ensino Fundamental (Anos Iniciais)						IDEB - Ensino Fundamental (Anos Finais)					
				2005	2007	2009	2011	2013	2015	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Média	371	9	4	2,48	3,40	3,57	4,02	4,19	4,56	2,48	2,72	2,78	2,93	3,15	3,38
Desvio Padrão	240	5	3	0,48	0,61	0,79	0,56	0,68	0,74	0,48	0,57	0,62	0,74	0,56	0,64
Menor valor	31	1	1	1,6	2,1	1,9	3,1	2,7	3,3	1,6	1,3	0,7	1	1,9	2,1
25%	192	6	2	2,13	3	2,75	3,55	3,6	4	2,13	2,4	2,43	2,48	2,7	2,9
50%	306	8	4	2,4	3,4	3,7	4,1	4,3	4,4	2,4	2,6	2,8	3,05	3,3	3,45
75%	507	11	5	2,8	3,7	4,25	4,4	4,7	5,1	2,8	3	3,1	3,4	3,6	3,8
Maior valor	1085	31	15	3,5	4,9	4,9	5	5,4	6,5	3,5	4	4,5	4,4	4,4	4,5

	IDEPB 2016				Taxa de Aprovação em 2015		Taxa de Abandono em 2015	
	5º Ano	9º Ano	1º Série	3º Série	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Média	4,72	3,42	3,73	3,48	83,21	83,19	6,01	10,30
Desvio Padrão	0,91	0,66	0,51	0,49	11,61	7,39	5,30	5,98
Menor valor	2,80	2,30	2,76	2,57	32,2	65,4	0	0
25%	3,98	3,02	3,45	3,15	77,1	78,58	1,325	5,2
50%	4,87	3,34	3,73	3,47	85,5	83,45	5,45	10,65
75%	5,26	3,87	3,91	3,73	92,1	87,75	8,3	14,525
Maior valor	6,44	4,94	5,46	5,26	99,1	100	19,5	26,3

IV – Relação das Unidades Escolares a serem contempladas com a Gestão Pactuada

INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
25091018	EEEF Veraldo Leite	1	01ª GRE (João Pessoa)	Bayeux	Urbana	Rua Carolina Machado, nº S/N - Bairro: Tambay	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)
25090984	EEEFM Joao Caetano	1	01ª GRE (João Pessoa)	Bayeux	Urbana	RUA PASTOR ANTONIO PETRONILO DOS SANTOS, nº 322 - Bairro: JARDIM AEROPORTO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25090887	EEEFM Prof Antonio Gomes	1	01ª GRE (João Pessoa)	Bayeux	Urbana	Rua Professor Antonio Gomes, nº 60 - Bairro: Mario Andreazza	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25090941	EEEF Anita Garibaldi	1	01ª GRE (João Pessoa)	Bayeux	Urbana	Rua Padre Feijó, nº 253 - Bairro: Tambaí	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25090933	EEEF Alvaro de Carvalho	1	01ª GRE (João Pessoa)	Bayeux	Urbana	RUA JOAQUIM FERNANDES, nº N/D - Bairro: CENTRO	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25120751	EEEFM Profª Auricelia Maria da Costa	1	01ª GRE (João Pessoa)	Caaporã	Urbana	Rua Pequena,, nº S/n - Bairro: PRIMAVERA	Ensino Médio
25091654	EEEF Sao Judas Tadeu	1	01ª GRE (João Pessoa)	Cabedelo	Urbana	RUA KARINA ZAGEL DE MENDONÇA,, nº S/N - Bairro: CAMBOINHA 3	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25091620	EEEFM Abreu e Lima	1	01ª GRE (João Pessoa)	Cabedelo	Urbana	Rua Margarida Maria Alves, nº 27 - Bairro: Renascer II	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25091603	EEEFM Pedro Americo	1	01ª GRE (João Pessoa)	Cabedelo	Urbana	Rua Pastor José Alves de Oliveira, nº 76 - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25091573	EEEF Joao Xxiii	1	01ª GRE (João Pessoa)	Cabedelo	Rural	Rua João Castor de Sena, nº s/n - Bairro: Jardim Brasília	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25091565	EEEF Augusto Severo	1	01ª GRE (João Pessoa)	Cabedelo	Urbana	Rua General José Arakem Rodrigues, nº 278 - Bairro: Jacaré	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25115618	EEEF Profª Ilza de Almeida Ribeiro	1	01ª GRE (João Pessoa)	Conde	Urbana	Loteamento Cidade das Crianças, nº s/n - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
25088572	EEEFM Flavio Ribeiro Coutinho	1	01ª GRE (João Pessoa)	Cruz do Espírito Santo	Urbana	PRAÇA LOURIVAL LACERDA, nº S/N - Bairro: CENTRO	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25088521	EEEF Faz Cobe	1	01ª GRE (João Pessoa)	Cruz do Espírito Santo	Rural	Assentamento Vida Nova, nº SN - Bairro: Zona Rural	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25088602	EEEF Campo de Sementes e Mudas	1	01ª GRE (João Pessoa)	Cruz do Espírito Santo	Rural	Sítio Campo Sementes e Mudas, nº s/nº - Bairro: N/D	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25124277	EEEFM Severino Dias de Oliveira Mestre Sivuca	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	R:FLOR DE IRIS, nº 85 - Bairro: MANGABEIRA VIII	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25092898	EEEFM de Eja Prof Geraldo Lafayette Bezerra	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua Felinto de Arruda Escolástico, nº s/n - Bairro: Cristo Redentor	Exclusivamente Educação de Jovens e Adultos
25093860	EEEFM Raul Machado	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Avenida Carneiro de campos, nº S/N - Bairro: Ilha do Bispo	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25094432	EEEFM Domingos Jose da Paixao	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Av. Domingos José da Paixão, nº N/D - Bairro: Muçumagro	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25094424	EEEF Dom Carlos Coelho	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua Eugenio Carneiro Monteiro, nº 182 - Bairro: Bancários	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25093622	EEEF Francisco Campos	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua Bourgueville, nº S/N - Bairro: Anatolia	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25094378	EEEF Castro Pinto	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	AVENIDA CRUZ DAS ARMAS, nº 1096 - Bairro: CRUZ DAS ARMAS	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25105183	EEEF Irma Severina Cavalcante Souto	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua Rodrigues Chaves, nº S/N - Bairro: Centro	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25114905	EEEF Milton Campos	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	R- SEVERINA MARIA VASCONCELOS DE CARVALHO, nº S/N - Bairro: GEISEL	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25094955	EEEF Adelaide Novais	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua Presidente Felix Antonio,, nº S/N - Bairro: CRUZ DAS ARMAS	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25094556	EEEF Isabel Maria	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	AV. João Machado, nº 484 - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
	das Neves		Pessoa)				(6º ao 9º Ano)
25094513	EEEF Frei Martinho	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	AVenida Desembargador Novais, nº s/n - Bairro: Cruz das Armas	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25094734	EEEF Profª Maria de Fatima Souto	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	RUA JOSE GOMES DE SOUZA, nº S/N - Bairro: MANGABEIRA I	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25095021	EEEFM Goncalves Dias	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	RUA HUMBERTO PAIVA DE CARVALHO, nº S/N - Bairro: CRISTO REDENTOR	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)
25094629	EEEF Profª Maria Geny de Sousa Timoteo	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Av. Monsenhor Walfredo Leal, nº 551 - Bairro: Tambiá	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)
25094416	EEEF Des Braz Baracuhy	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	rua Escritor Gilberto Amado, nº sn - Bairro: Castelo Branco	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25094335	EEEF Ana Higina	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua 19 de Março, nº S/N - Bairro: Roger	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25110926	EEEF Sao Rafael	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Vila São Rafael, nº 701 - Bairro: Castelo Branco	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25114425	EEEF Gov Antonio Mariz	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua Tony Cássio Rodrigues Estrela, nº S/N - Bairro: Funcionários III	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25094041	EEEF Profa Argentina Pereira Gomes	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Avenida Camilo de Holanda, nº SN - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)
25094033	EEEFM Manoel Lisboa de Moura	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua Abdias Genuíno de Lima, nº s/n - Bairro: JOÃO PAULO II	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25094106	EEEFM Luzia Simoes Bartollini	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua Radialista Geraldo Campos, nº Sem número - Bairro: Jardim Planalto	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25093894	EEEM Prof Pedro Augusto Porto Caminha	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua Anúbio Lins Falcão, nº s/n - Bairro: JAGUARIBE	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
25095080	EEEFM Padre Roma	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua Emílio de Araújo Chaves, nº 120 - Bairro: Altiplano	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25094777	EEEFM Profª Debora Duarte	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua Adrisio Mota de Souza, nº 34 - Bairro: Funcionários II	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25094661	EEEF Pedro Lins Vieira de Melo	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua Francisco Pereira de Sousa, nº 130 - Bairro: Mangabeira I	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25094181	EEEFM Papa Paulo Vi	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	AV JOSE TAVARES, nº S/N - Bairro: CRUZ DAS ARMAS	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25094726	EEEFM Prof Celestin Malzac	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	RUA PROFESSORA ZENAIDE BRASILINO, nº S/N - Bairro: VALENTINA	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25094203	EEEFM Dom Jose Maria Pires	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua das Rosas, nº S/N - Bairro: B. das Indústrias	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25094262	EEEF Professor Joao Jose da Costa	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Av: Barão de Mamanguape,, nº 199 - Bairro: Torre	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25093932	EEEFM Prof Daura Santiago Rangel	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	RUA BENÍCIO DE OLIVEIRA LIMA, nº S/N - Bairro: JOSÉ AMÉRICO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25094130	EEEFM Escritor Horacio de Almeida	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua Durval Coutinho, nº s/n - Bairro: Alto do Mateus	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25128337	Ete Pastor João Pereira Gomes Filho	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	AVENIDA HILTON SOUTO MAIOR, nº sn - Bairro: Portal do Sol	Ensino Médio
25093851	EEEFM Profª Liliosa de Paiva Leite	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Av. Dom Bosco, nº s/n - Bairro: Cristo Redentor	Ensino Médio
25093835	EEEFM Comp Luis Ramalho	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	AV. COMERCIANTE ALFREDO FERREIRA DA ROCHA, nº S/N - Bairro: MANGABEIRA I	Ensino Médio
25093878	EEEM Con Luiz Gonzaga de Oliveira	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua Janduí Dantas, nº S/N - Bairro: Mangabeira I	Ensino Médio
25093886	EEEFM Francisca A Cunha	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	RUA LUIZ GONZAGA G. VIEIRA, nº 700 - Bairro: BANCARIOS	Ensino Médio



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
25114484	EEEFM Joao Roberto Borges de Souza	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua Osório Milanez Filho, nº SN - Bairro: Mangabeira	Ensino Médio
25093959	EEEFM Prof Olivina Olivia Carneiro da Cunha	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Av. Duarte da Silveira, nº 450 - Bairro: Centro	Ensino Médio
25094653	EEEF Prof Orlando Cavalcanti Gomes	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Avenida Nereu Ramos, nº SN - Bairro: Cristo Redentor	Ensino Médio
25092316	EEEF Prof Concita Barros	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua Professora Noêmia Ribeiro, nº s/n - Bairro: Ernesto Geisel	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25094700	EEEF Placido de Castro	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua Plácido de Castro, nº 687 - Bairro: Oitizeiro	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25094270	EEEF Prof Mateus Ribeiro	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua Bom Jesus, nº 526 - Bairro: Varjão	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25101516	EEEF Domenica Andrea Magliano	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Sítio Mumbaba, nº S/N - Bairro: Distrito Industrial	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25094530	EEEF Henrique Dias	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua Carlos Borromeu Ribeiro, nº sem numero - Bairro: Alto do Mateus	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25095005	EEEF Gustavo Capanema	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	RUA ADÃO VIANA DA ROSA, nº S/N - Bairro: GROTÃO	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25094220	EEEF Marcilio Dias	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua Frei Albino, nº s/n - Bairro: Padre zé	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25094670	EEEF Padre Azevedo	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Av. Vasco da Gama, nº 909 - Bairro: Jaguaribe	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25094297	EEEF Azorceriz Pires Ferreira	1	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua Isabel Medeiros, nº N/D - Bairro: Mandacaru	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25098632	EEEFM Izaura Falcao de Carvalho	1	01ª GRE (João Pessoa)	Lucena	Urbana	Rua Luis Elói Ramalho, nº 161 - Bairro: centro	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25088971	EEEF Luiz Maria de Franca	1	01ª GRE (João Pessoa)	Mari	Urbana	Rua Manoel Gomes Filho, nº s/n - Bairro: Silvino Costa	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
25101099	EEEFM Durval Guedes	1	01ª GRE (João Pessoa)	Pitimbu	Rural	Vila CEHAP, nº S/N - Bairro: Acaú	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25101072	EEEFM Dr Joao Goncalves	1	01ª GRE (João Pessoa)	Pitimbu	Rural	av humberto Lucena, nº sn - Bairro: centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25099248	EEEF Machado de Assis	1	01ª GRE (João Pessoa)	Santa Rita	Urbana	Rua Ingá, nº S/N - Bairro: Municípios	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25099183	EEEF Andre Vidal de Negreiros	1	01ª GRE (João Pessoa)	Santa Rita	Urbana	PRAÇA CASTELO BRANCO, nº S/N - Bairro: POPULAR	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25099230	EEEF João Úrsulo	1	01ª GRE (João Pessoa)	Santa Rita	Urbana	Praça João Pessoa, nº Nº 02 - Bairro: Centro	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25099124	EEEFM Francisco Leocadio Ribeiro Coutinho	1	01ª GRE (João Pessoa)	Santa Rita	Urbana	LOTEAMENTO SÃO JUDAS TADEU, nº 41 - Bairro: VÁRZEA NOVA	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25099256	EEEFM Maria de Lourdes Araujo	1	01ª GRE (João Pessoa)	Santa Rita	Urbana	Av. João Pessoa, nº 188 - Bairro: Tibiri II	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25099116	EEEFM Prof Luis de Azevedo Soares	1	01ª GRE (João Pessoa)	Santa Rita	Urbana	Avenida Campina Grande, nº 3188 - Bairro: Municípios	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25099299	EEEFM Carlos Chagas	1	01ª GRE (João Pessoa)	Santa Rita	Urbana	AV. CAMPINA GRANDE, nº S/N - Bairro: DOS MUNICÍPIOS	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25099159	EEEFM Eneas Carvalho	1	01ª GRE (João Pessoa)	Santa Rita	Urbana	AVENIDA FLAVIO RIBEIRO COUTINHO, nº 440 - Bairro: CENTRO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25128418	EE Cidadã Integral Helinton Santana	1	01ª GRE (João Pessoa)	Santa Rita	Urbana	Rua Vereador Mailton Wellington, nº sn - Bairro: Nova Trindade	Ensino Médio
25099132	EEEF Aline Silva Madruga	1	01ª GRE (João Pessoa)	Santa Rita	Urbana	Rua professor Pereira Lira, nº sem numero - Bairro: Popular	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25099167	EEEF Jose Mariano	1	01ª GRE (João Pessoa)	Santa Rita	Urbana	Avenida Campina Grande, nº S/N - Bairro: Municípios	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25089773	EEEF Stella da Cunha Santos	1	01ª GRE (João Pessoa)	Sapé	Urbana	AV. DR. NAPOLEÃO LAURERANO, nº 368 - Bairro: CENTRO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
25089811	EEEF Fazenda Buracao	1	01ª GRE (João Pessoa)	Sapé	Rural	Fazenda Buracão, nº s/n - Bairro: sítio	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)
25089820	EEEFM Gentil Lins	1	01ª GRE (João Pessoa)	Sapé	Urbana	Av simplicio coelho, nº 97 - Bairro: centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25090135	Ene Cassiano Ribeiro Coutinho	1	01ª GRE (João Pessoa)	Sapé	Urbana	Rua Manoel Moreira da Silva, nº 135 - Bairro: centro	Ensino Médio
25089781	EEEFM Mons Odilon Alves Pedrosa	1	01ª GRE (João Pessoa)	Sapé	Urbana	RUA PADRE ZEFERINO MARIA, nº 375 - Bairro: centro	Ensino Médio
25122401	EEEFM Severina Ramos de Oliveira	1	01ª GRE (João Pessoa)	Sobrado	Urbana	Rua João Pedro Teixeira, nº 0 - Bairro: Conjunto Paulo Rolim	Ensino Médio
25100041	EEEF Barao do Abiai	2	01ª GRE (João Pessoa)	Alhandra	Rural	AV PRESIDENTE JOÃO PESSOA, nº 365 - Bairro: CENTRO	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25102519	EEEFM Antonio Camelo	2	01ª GRE (João Pessoa)	Alhandra	Rural	RUA JOSE JOAO DA SILVA, nº s/n - Bairro: MATA REDONDA	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25100033	EEEFM Renato Ribeiro Coutinho	2	01ª GRE (João Pessoa)	Alhandra	Urbana	RUA MANOEL GUEDES, nº 70 - Bairro: CENTRO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25090992	EEEF Senador Teotonio Vilela	2	01ª GRE (João Pessoa)	Bayeux	Urbana	Rua Carlos Gomes, nº 244 - Bairro: Imaculada	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25091000	EEEF Tancredo Neves	2	01ª GRE (João Pessoa)	Bayeux	Urbana	RUA BALBINO DE MENDONÇA, nº 336 - Bairro: SÃO BENTO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)
25090976	EEEF Getulio Vargas	2	01ª GRE (João Pessoa)	Bayeux	Urbana	Rua Ivânia Menezes, nº 284 - Bairro: Centro	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25090909	EEEFM Irineu Pinto	2	01ª GRE (João Pessoa)	Bayeux	Urbana	Rua João XXII, nº S/N - Bairro: SESI	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25090879	EEEFM Eng Jose Davila Lins	2	01ª GRE (João Pessoa)	Bayeux	Urbana	RUA ENGENHEIRO DE CARVALHO, nº N/D - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25127594	Ete Erenice Cavalcante Fideles	2	01ª GRE (João Pessoa)	Bayeux	Urbana	Avenida Liberdade, nº 3015 - Bairro: SESI	Ensino Médio



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
25100459	EEEF Alberto Lundgren	2	01ª GRE (João Pessoa)	Caaporã	Urbana	Rua Projetada, nº s/n - Bairro: Conjunto Pereirão	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25091611	EEEFM Professor Pedro Anibal Moura	2	01ª GRE (João Pessoa)	Cabedelo	Urbana	Rua Miramar, nº s/n - Bairro: Ponta de Mato	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25091638	EEEFM Imaculada Conceicao	2	01ª GRE (João Pessoa)	Cabedelo	Urbana	RUA: MARIZEIRO, nº S/N - Bairro: PORTAL DO POÇO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25091549	EEEFM Jose Guedes Cavalcante	2	01ª GRE (João Pessoa)	Cabedelo	Urbana	RUA MUNICIPALISTA PEDRO DA SILVA COUTINHO, nº 120 - Bairro: CAMALAÚ	Ensino Médio
25091646	EEEF Pe Antonio Vieira	2	01ª GRE (João Pessoa)	Cabedelo	Urbana	RUA SÃO PEDRO, nº S/N - Bairro: SALINAS RIBAMAR	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25092111	EEEFM Prof Joao da Cunha Vinagre	2	01ª GRE (João Pessoa)	Conde	Urbana	Rodovia PB 18 km 3,5, nº sn - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25088530	EEEFM Dep Fernando Milanez	2	01ª GRE (João Pessoa)	Cruz do Espírito Santo	Urbana	Rua Dr. João ursulo, nº sn - Bairro: centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25094440	EEEF Dr Joao Navarro Filho	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua Professora Maria Alexandrina de Oliveira Lima, nº 051 - Bairro: valentina figueiredo	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25096702	Ene Profª Maria do Carmo de Miranda	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua João Luiz Ribeiro de Moraes, nº 279 - Bairro: Centro	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) e Ensino Médio
25094564	EEEF Joaquim Nabuco	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua Frei Vicente Salvador, nº S/N - Bairro: Costa e Silva	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25094599	EEEF Jose Vieira	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua Abdias Gomes de Almeida, nº s/n - Bairro: Tambauzinho	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25094173	EEEF Padre Miguelinho	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	AVENIDA DA FRATERNIDADE, nº S/N - Bairro: CRISTO	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25092839	Centro Est Exp de Ens A Sesquicentenario	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua Manoel Franca, nº S/n - Bairro: Conjunto Pedro Gondim	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25094025	EEEFM Tenente	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua Maria Ester Bezerra Mesquita, nº 300 -	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
	Lucena		Pessoa)			Bairro: Dos Ipês	e Ensino Médio
25106830	Funad EEEE Ana Paula Ribeiro Barbosa Lira	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Dr. Orestes Lisboa, nº s/n - Bairro: Conj. Pedro Gondim	Exclusivamente Educação de Jovens e Adultos
25094122	Cpm-Estudante Rebeca Cristina Alves Simões	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua Maria Alves da Silva, nº 00 - Bairro: Mangabeira	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25999991	EEEFM Graciliano Ramos	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua Projetada, nº S/N - Bairro: Mangabeira VIII	Exclusivamente Educação de Jovens e Adultos
25094696	EEEF Padre Ibiapina	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	RUA VISCONDE DE OURO PRETO, nº S/N - Bairro: MANDACARU	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) e Ensino Médio
25094491	EEEF Fernandes Vieira	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Avenida Tancredo Neves, nº S/N - Bairro: Bairro dos Ipês	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25115049	EEEF Prof Paulo Freire	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua Marli do Nascimento Souza, nº 57 - Bairro: João Paulo II	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25097733	INSTITUTO DOM ADAUTO	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	RUA CORONEL ANTÔNIO SOARES, nº 631 - Bairro: JAGUARIBE	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)
25094327	EEEF Almirante Tamandare	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	AV MATOS CARDOSO, nº SN - Bairro: CASTELO BRANCO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)
25094114	EEEIEJAFM Dona Alice Carneiro	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Av. Sapé, nº S/N - Bairro: Manaíra	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25094475	EEEF Epitacio Pessoa	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	avenida monsenhor walfredo leal, nº s/n - Bairro: tambiá	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25094971	EEEF Mons Odilon Coutinho	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Av. Celerina Paiva, nº S/N - Bairro: Mandacaru	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25095013	EEEF Professora Ântonia Rangel de Farias	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	R: Julia Freire, nº s/n - Bairro: torre	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
25104330	EEEF Almirante Saldanha	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	AV SANTA BARBARA, nº S/N - Bairro: BANCARIOS	Exclusivamente Educação de Jovens e Adultos
25094742	EEEFM Professora Maria Jacy Costa	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	RUA: DRAÚZIO FERRER, nº 77 - Bairro: MANGABEIRA II	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25093975	EEEFM Conego Nicodemos Neves	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Praça Doutor Lauro Wanderley, nº 50 - Bairro: Cidade dos Funcionários	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25104071	Nucleo de Educacao de Jovens e Adultos do Ensino Medio	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	ATUALIZAR, nº N/D - Bairro: N/D	Exclusivamente Educação de Jovens e Adultos
25094360	EEEF Borges da Fonseca	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Av. Coronel Calixto, SN, nº N/D - Bairro: mangabeira VIII	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25093819	Escola Estadual de Educacao Especial	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua professor Sizenando Costa, nº sn - Bairro: Roger	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25114506	EEEFM Prof Jose Baptista de Mello	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua Administrador Manoel Ângelo de Oliveira, nº s/n - Bairro: Mangabeira	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25097725	Instituto de Educacao da Paraiba (Iep)	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Av. Camilo de Holanda, nº s/n - Bairro: Centro	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) e Ensino Médio
25126180	EEEM Cineasta Linduarte Noronha	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua Antônio Fernandes, nº S/N - Bairro: Gramame	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25092871	Centro Profis Dep Antonio Cabral	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Avenida Avelina dos Santos, nº S/N - Bairro: Valentina de Figueiredo	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25093843	EEEFM Con Francisco Gomes de Lima	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	RUA PETRONIO DE FIGUEIREDO, nº SN - Bairro: GEISEL	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25093916	EEEFM Prof Raul Cordula	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua Juarez Távora, nº sn - Bairro: Torre	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25097091	EEEFM Audiocomunicacao	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua Francisca Moura, nº S/N - Bairro: Jd. Treze de Maio	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
25094750	EEEFM Prof Olivio Pinto	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua Ulisses Alves Pequeno, nº S/N - Bairro: Valentina de Figueiredo	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25094211	EEEFM Jose do Patrocinio	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua Antônio Correia da Costa, nº s/n - Bairro: Funcionários	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25094637	EEEFM Mons Pedro Anisio Bezerra Dantas	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	RUA GIL FURTADO, nº S/N - Bairro: IPES	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25094459	EEEF Dr Otavio Novais	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	AVENIDA SANTOS STANISLAU, nº 1255 - Bairro: NOVAIS	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25094190	EEEFM Presidente João Goulart	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua Cônego Francisco, nº s/n - Bairro: Castelo Branco III	Ensino Médio
25094157	EEEFM Escritor Jose Lins do Rego	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua Horácio Trajano de Oliveira, nº SN - Bairro: Cristo	Ensino Médio
25095048	EEEM Profª Ursula Lianza	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua Monsenhor Walfredo Leal, nº 476 - Bairro: Tambiá	Ensino Médio
25094688	EEEFM Padre Hildon Bandeira	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Av Caetano Filgueiras, nº S/N - Bairro: Torre	Ensino Médio
25095056	EEEFM Pref Oswaldo Pessoa	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	RUA PROFESSOR JOSE HOLMES, nº S/N - Bairro: ERNANI SATIRO	Ensino Médio
25098357	Lyceu Paraibano	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	AVENIDA GETULIO VARGAS, nº S/N - Bairro: CENTRO	Ensino Médio
25123696	EEEFM Benedita Targino Maranhao	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua João José Seabra, nº s/n - Bairro: Penha	Ensino Médio
25094050	EEEFM Prof Luiz Gonzaga de Albuquerque Burity	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	AVENIDA MONSENHOR WOLFREDO LEAL, nº 440 - Bairro: TAMBIA	Ensino Médio
25094319	EEEF Padre Joao Felix	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua Porto do Capim, nº SN - Bairro: Varadouro	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25094793	EEEF Santos Dumont	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	rua das industrias, nº s/n - Bairro: das	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
			Pessoa)			industrias	
25094254	EEEF Padre Cicero Romao Batista	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	R: José Bethanio, nº S/N - Bairro: Mandacarú	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25094580	EEEF Jose de Alencar	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua José Fernandes Diniz, nº s/n - Bairro: Oitizeiro	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25094718	EEEF Prof Adelia de Franca	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua João Raimundo de Lucena, nº s/n - Bairro: Valentina de Figueiredo	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25093827	EEEF Claudina Mangueira de Moura	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	R- JOÃO MARINHO DA SILVA, nº S/N - Bairro: ALTO DO MATEUS	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25092332	EEEF Professora Dagmar Mendonca Limeira	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	av-Domingos José da Paixão, nº 1465 - Bairro: Mussu Magro	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25093754	EEEF Capistrano de Abreu	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua Aurília Lins Rabelo, nº sn - Bairro: Costa e Silva	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25093967	EEEFM Prof Maria Bronzeado Machado	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua Adaauto Dantas, nº S/N - Bairro: Mangabeira II	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25094351	EEEF Antonio Pessoa	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua: BEAUREPAIRE ROHAN, nº 149 - Bairro: CENTRO	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25094408	EEEF Des Boto de Menezes	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua Professora Rita Miranda, nº 318 - Bairro: 13 de Maio	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25095153	EEEF Profª Rita de Miranda Henriques	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	RUA FRANCISCO PORFÍRIO RIBEIRO, nº s/n - Bairro: MANGABEIRA IV	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25094084	EEEF Capitulina Satyro	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	RUA VALDA CRUZ CORDEIRO, nº SN - Bairro: JOAO AGRIPINO	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25093746	EEEF Prof Tercia Bonavides Lins	2	01ª GRE (João Pessoa)	João Pessoa	Urbana	Rua Vereador Francisco L. Cavalcanti, nº 315 - Bairro: Valentina de Figueiredo	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25089013	EEEFM Jose Paulo de Franca	2	01ª GRE (João Pessoa)	Mari	Urbana	Rua Lídio Galvão, nº 76 - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
25088963	EEEIEF Augusto dos Anjos	2	01ª GRE (João Pessoa)	Mari	Urbana	RUA ANTÔNIO DE LUNA FREIRE, nº 374 - Bairro: CENTRO	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25089838	EEEFM Riachao do Poco	2	01ª GRE (João Pessoa)	Riachão do Poço	Urbana	Rua João Ferreira Alves, nº s/n - Bairro: centro	Ensino Médio
25099205	EEEF Prefeito Antonio Teixeira	2	01ª GRE (João Pessoa)	Santa Rita	Urbana	Avenida Flávio Ribeiro Coutinho, nº 488 - Bairro: Centro	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25099507	Eneefm Anisio Pereira Borges	2	01ª GRE (João Pessoa)	Santa Rita	Urbana	Rua José de Alencar, nº s/n - Bairro: Tibiri Fábrica	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) e Ensino Médio
25099175	EEEF Maria Honorina Santiago	2	01ª GRE (João Pessoa)	Santa Rita	Urbana	Rua Professor Severo Rodrigues, nº S/N - Bairro: Popular	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25099957	EEEFM de Forte Velho	2	01ª GRE (João Pessoa)	Santa Rita	Rural	Rua Professor Antônio Elias, nº s/nº - Bairro: Povoado de Forte Velho	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25116762	EEEFM Luiz Ribeiro Limeira	2	01ª GRE (João Pessoa)	Santa Rita	Urbana	rua Milton Veloso Borges, nº sn - Bairro: tibiri 2	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25099264	EEEF Varzea Nova	2	01ª GRE (João Pessoa)	Santa Rita	Urbana	Rua Coronel Mendes Ribeiro, nº S/N - Bairro: Várzea Nova	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25153218	EEEF Odilon Ribeiro Coutinho	2	01ª GRE (João Pessoa)	Santa Rita	Rural	Povoado engenho Central, nº sn - Bairro: N/D	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25126350	Escola Técnica Estadual de Saúde Professora Cloris Torres de Oliveira	2	01ª GRE (João Pessoa)	Sapé	Urbana	RUA GENIVAL DA SILVA TORRES, nº SN - Bairro: CENTRO	Ensino Médio
25066374	EEEFM Agenor Clemente dos Santos	3	02ª GRE (Guarabira)	Alagoinha	Urbana	Conjunto Sebastião Valdo Pacífico, nº s/n - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25066676	EEEM Francisco Pessoa de Brito	3	02ª GRE (Guarabira)	Araçagi	Urbana	Avenida Olívio Maroja S/N Araçagi - PB, nº N/D - Bairro: São Sebastião	Ensino Médio
25066668	EEEF Rodrigues de	3	02ª GRE	Araçagi	Urbana	Rua Professora Maria do Carmo, nº 02 -	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
	Carvalho		(Guarabira)			Bairro: Centro	
25085875	EEEFM Matias Freire	3	14ª GRE (Mamanguape)	Baía da Traição	Urbana	Rua Matias Freire, nº 1168 - Bairro: Centro	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25120778	EEIEFM Pedro Poti	3	14ª GRE (Mamanguape)	Baía da Traição	Rural	Aldeia São Francisco, nº s/n - Bairro: Zona Rural	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25065513	EEEFM Efigenio Leite	3	02ª GRE (Guarabira)	Borborema	Urbana	Avenida Senador Humberto Lucena, nº sn - Bairro: N/D	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25059629	EEEFM Senador Humberto Lucena	3	02ª GRE (Guarabira)	Cacimba de Dentro	Urbana	Rua Manoel Olegário da Silva, nº S/N - Bairro: Santo Antônio	Ensino Médio
25059610	EEEF Perilo de Oliveira	3	02ª GRE (Guarabira)	Cacimba de Dentro	Urbana	Praça Perilo de Oliveira, nº 40 - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)
25067478	EEEF Doutor Joao Soares	3	02ª GRE (Guarabira)	Caiçara	Urbana	Av. francisco Carneiro,, nº 01 - Bairro: centro	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25080270	EEEFM de Caldas Brandao	3	12ª GRE (Itabaiana)	Caldas Brandão	Urbana	Rua: Manoel Dantas, nº 157 - Bairro: centro	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25087304	EEEF do Distrito de Capim	3	14ª GRE (Mamanguape)	Capim	Urbana	Av. João Mauricio, nº s/n - Bairro: Centro	Ensino Médio
25087355	EEEFM Prof Renato Fonseca Filho	3	14ª GRE (Mamanguape)	Cuité de Mamanguape	Urbana	AVENIDA SEVERINO JORGE DE SENA, nº 980 - Bairro: N/D	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25087673	EEEFM Henrique Fernandes de Farias	3	14ª GRE (Mamanguape)	Curral de Cima	Urbana	TRAVESSA OLEGÁRIO FERNANDES, nº 397 - Bairro: CENTRO	Ensino Médio
25068083	EEEF Francisco Costa	3	02ª GRE (Guarabira)	Duas Estradas	Urbana	Rua Costa Filho, nº 140 - Bairro: centro	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25068717	EEEF Abdon Miranda	3	02ª GRE (Guarabira)	Guarabira	Rural	FAZENDA SÃO JOSÉ DO MIRANDA, nº N/D - Bairro: ZONA RURAL	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25068709	EEEF John Kennedy	3	02ª GRE (Guarabira)	Guarabira	Urbana	John Kennedy, nº 515 - Bairro: Novo	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25068636	EEEFM PROF JOSE	3	02ª GRE	Guarabira	Urbana	Rua: Henrique Pacifico, nº 45 - Bairro:	Anos Finais do Ensino Fundamental



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
	SOARES DE CARVALHO		(Guarabira)			Primavera	(6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25068652	EEEF Professor Antonio Benvindo	3	02ª GRE (Guarabira)	Guarabira	Urbana	RUA: NAPOLEÃO LAUREANO, nº 576 - Bairro: NOVO	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25068725	EEEF Professor Edgardo Julio	3	02ª GRE (Guarabira)	Guarabira	Urbana	Rua Hermenegildo Cunha, nº S/N - Bairro: Nordeste II	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)
25080407	EEEFM Joao Ribeiro	3	12ª GRE (Itabaiana)	Gurinhém	Urbana	Rua Humberto Lucena, nº S/N - Bairro: Centro	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25080873	EEEIF Abel da Silva	3	12ª GRE (Itabaiana)	Ingá	Urbana	RUA PADRE JOSE ALVES, nº S/N - Bairro: CENTRO	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25080849	EEEFM Luiz Gonzaga Burity	3	12ª GRE (Itabaiana)	Ingá	Urbana	RUA DUQUE DE CAXIAS, nº 54 - Bairro: BOA ESPERANÇA	Ensino Médio
25080881	EEEF PROFESSOR RANGEL	3	12ª GRE (Itabaiana)	Ingá	Urbana	Rua Presidente João Pessoa, nº 39 - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)
25081454	EEEF Joao Fagundes de Oliveira	3	12ª GRE (Itabaiana)	Itabaiana	Urbana	Rua São Vicente de Paulo, nº S/N - Bairro: centro	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25081411	EEEF Profª Odete Mendes N Oliveira	3	12ª GRE (Itabaiana)	Itabaiana	Rural	Sítio Campo Grande, nº 51 - Bairro: Campo Grande	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25081462	EEEF Profª Mendonça	3	12ª GRE (Itabaiana)	Itabaiana	Urbana	Rua Araré Duarte do Amaral, nº s/n - Bairro: Conjunto Costa e Silva	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25081403	EEEFM Dr Antonio Batista Santiago	3	12ª GRE (Itabaiana)	Itabaiana	Urbana	ALTO PROFESSOR MACIEL, nº S/N - Bairro: CENTRO	Ensino Médio
25113810	EEEF ISAURA FERNANDES DE SOUZA	3	14ª GRE (Mamanguape)	Itapororoca	Urbana	Rua Projetada, nº S/N - Bairro: Eptácio Madruga	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25086316	EEEFM Alzira Lisboa	3	14ª GRE (Mamanguape)	Jacaraú	Urbana	Rua 7 de setembro, nº 453 - Bairro: Sao Jose	Ensino Médio
25082272	EEEFM DOM ADAUTO	3	12ª GRE (Itabaiana)	Juarez Távora	Urbana	Rua Adalberto Pereira de Melo, nº 18 - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
25088793	EEEF Demetrio Toledo	3	12ª GRE (Itabaiana)	Juripiranga	Urbana	RUA CENTRO CÍVICO, nº 46 - Bairro: CENTRO	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25069357	EEEFM Ivan Bichara Sobreira	3	14ª GRE (Mamanguape)	Lagoa de Dentro	Urbana	RUA SETE DE SETEMBRO, nº 09 - Bairro: CENTRO	Ensino Médio
25087665	EEEF Dr Jose A da Trindade	3	14ª GRE (Mamanguape)	Mamanguape	Rural	sítio Camaratuba, nº S/N - Bairro: ZONA RURAL	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25082493	EEEFM Otavia Silveira	3	12ª GRE (Itabaiana)	Mogeirolândia	Urbana	Rua Antônio de Andrade Sobrinho, nº S/N - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25069721	EEEF D Amaro Beltrao	3	02ª GRE (Guarabira)	Mulungu	Urbana	Rua: Monte Alegre, nº 23 - Bairro: Centro	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25069675	EEEFM Major Antonio de Aquino	3	02ª GRE (Guarabira)	Mulungu	Urbana	ESTRADA DE ACESSO À ALAGOINHA, nº SN - Bairro: CENTRO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25069683	EEEF Jardimilina Cruz Pereira	3	02ª GRE (Guarabira)	Mulungu	Rural	FAZENDA CACHOEIRINHA, nº SN - Bairro: zona rural	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25100696	EEEFM Joao Ursulo	3	12ª GRE (Itabaiana)	Pedras de Fogo	Urbana	RUA SANTO ANTONIO, nº SN - Bairro: SANTO ANTONIO	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25086324	EEEFM MARGARIDA DIAS	3	14ª GRE (Mamanguape)	Pedro Régis	Urbana	Av Senador Ruy Carneiro, nº 193 - Bairro: Centro	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25089269	EEEF Maria Alves de Brito	3	12ª GRE (Itabaiana)	Pilar	Rural	Povoado de Jacare, nº N/D - Bairro: zona rural	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25089250	EEEFM Jose Lins do Rego	3	12ª GRE (Itabaiana)	Pilar	Urbana	RUA JOAO NOLASCO DA CRUZ GOUVEIA, nº N/D - Bairro: SERVENTIA	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25089293	EEEF Dr Jose Maria	3	12ª GRE (Itabaiana)	Pilar	Urbana	Praça João José Maroja, nº s/n - Bairro: centro	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25065742	EEEF Dom Santino Coutinho	3	02ª GRE (Guarabira)	Pilões	Urbana	Rua Norberto Baracuh, nº 269 - Bairro: Centro	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25058991	EEEFM Pedro Ribeiro de Lima	3	02ª GRE (Guarabira)	Riachão	Urbana	Venancio Tomaz de Aquino, nº S/N - Bairro: Centro	Ensino Médio



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
25087878	EEIEFM Guilherme da Silveira	3	14ª GRE (Mamanguape)	Rio Tinto	Urbana	Avenida Rio Branco, nº 5466 - Bairro: Vila Regina	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25082922	EEEFM Ana Ribeiro	3	12ª GRE (Itabaiana)	Salgado de São Félix	Urbana	Rua Eunice Barbosa, nº 10 - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25082949	EEEFM ARNALDO MAROJA	3	12ª GRE (Itabaiana)	Salgado de São Félix	Rural	Fazenda Alagamar, nº S/Nº - Bairro: Zona Rural	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25082957	EEEFM de Dois Riachos	3	12ª GRE (Itabaiana)	Salgado de São Félix	Rural	Distrito Dois Riachos, nº S/N - Bairro: DISTRITO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25070584	EEEF Padre Emidio Fernandes	3	02ª GRE (Guarabira)	Serra da Raiz	Urbana	Largo da matriz, nº 76 - Bairro: Centro	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25070576	EEEFM Maria Jose Miranda Burity	3	02ª GRE (Guarabira)	Serra da Raiz	Urbana	Rua: Major Costa, nº S/N - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25066021	EEEF Francisco Duarte	3	02ª GRE (Guarabira)	Serraria	Urbana	PRAÇA SENADOR GAMA E MELO, nº S/N - Bairro: CENTRO	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25068342	EEEFM Joao de Freitas Mouzinho	3	02ª GRE (Guarabira)	Sertãozinho	Urbana	Rua João de Freitas Mouzinho, nº S/Nº - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25070304	EEEF Belmira Arruda Alcoforado	3	02ª GRE (Guarabira)	Sertãozinho	Urbana	Rua Nova Descoberta, nº Sn - Bairro: Centro	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25060406	EEEFM Arlindo Ramalho	3	02ª GRE (Guarabira)	Solânea	Urbana	RUA CELSO CIRNE, nº 488 - Bairro: CENTRO	Ensino Médio
25060392	EEEF Pe Geraldo da S Pinto	3	02ª GRE (Guarabira)	Solânea	Urbana	Rua João Marcelino Pereira, nº 91 - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)
25060376	EEEFM Dr Alfredo Pessoa de Lima	3	02ª GRE (Guarabira)	Solânea	Urbana	RUA LUIZ FERREIRA DE MELO, nº s/n - Bairro: CENTRO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25061003	EEEF Pedro Targino	3	02ª GRE (Guarabira)	Tacima	Urbana	Praça Pedro Targino, nº s/n - Bairro: Centro	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25060996	EEEFM DR TERCILIO TEIXEIRA DA CRUZ	3	02ª GRE (Guarabira)	Tacima	Urbana	Rua: 31 de março, nº 582 - Bairro: Centro	Ensino Médio



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
25058975	EEEFM Benjamin Maranhao	4	02ª GRE (Guarabira)	Araruna	Urbana	luis targino moreira, nº 300 - Bairro: centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25059017	EEEF Targino Pereira Cepes An1	4	02ª GRE (Guarabira)	Araruna	Urbana	Praça João Pessoa, nº 150 - Bairro: centro	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25101978	EEIEFM Akajutibiro	4	14ª GRE (Mamanguape)	Baía da Traição	Rural	Aldeia Akajutibiró, nº 152 - Bairro: Área Rural	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25064916	EEEF Xavier Junior	4	02ª GRE (Guarabira)	Bananeiras	Urbana	Avenida João Pessoa, nº 665 - Bairro: Centro	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25064894	EEEFM Jose Rocha Sobrinho Cepes Bn-1	4	02ª GRE (Guarabira)	Bananeiras	Urbana	Avenida Governador Pedro Moreno Gondim, nº SN - Bairro: Conjunto Augusto Bezerra	Ensino Médio
25065025	Ene Prof Pedro A de Almeida	4	02ª GRE (Guarabira)	Bananeiras	Urbana	RUA HOMERO ARAUJO, nº 00 - Bairro: CONJUNTO MAJOR AUGUSTO BEZERRA	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25067133	EEEFM Marcia Guedes Alcoforado de Carvalho	4	02ª GRE (Guarabira)	Belém	Urbana	RUA 1º DE MAIO, nº 220 - Bairro: CENTRO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25067141	EEEF Felinto Elizio	4	02ª GRE (Guarabira)	Belém	Urbana	Rua Solon de Lucena, nº 100 - Bairro: Centro	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25122908	EEEFMN Pedro Targino da Costa Moreira	4	02ª GRE (Guarabira)	Cacimba de Dentro	Urbana	Rua José Américo, nº s/n - Bairro: Conjunto Lúcia Braga	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25067460	EEEFM Prof Maria Gertrudes de Carvalho Neves	4	02ª GRE (Guarabira)	Caiçara	Urbana	Rua Antenor Navarro, nº SN - Bairro: Centro	Ensino Médio
25080261	EEEFM Manoel Avelino de Paiva	4	12ª GRE (Itabaiana)	Caldas Brandão	Urbana	AVENIDA SENADOR RUY CARNEIRO, nº S/N - Bairro: CENTRO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25110780	EEEM Professora Beatriz Maria de Abreu	4	02ª GRE (Guarabira)	Casserengue	Urbana	Rua Ayrton Senna, nº 515 - Bairro: centro	Ensino Médio
25067869	EEEFM Odilon	4	02ª GRE	Cuitegi	Urbana	Rua José Marinho de Lucena, nº sem número	Anos Finais do Ensino Fundamental



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
	Nelson Dantas		(Guarabira)			- Bairro: Santo Antonio	(6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25060058	EEEFM Governador Clovis Bezerra Cavalcanti	4	02ª GRE (Guarabira)	Dona Inês	Urbana	Rua Professor Odilon Matias de Araújo, nº 156 - Bairro: centro	Ensino Médio
25068075	EEEFM Sagrado Coracao de Jesus	4	02ª GRE (Guarabira)	Duas Estradas	Urbana	Rua Nova, nº s n - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25068628	EEEFM Monsenhor Emiliano Cristo	4	02ª GRE (Guarabira)	Guarabira	Urbana	RUA JOÃO LORDÃO, nº 125 - Bairro: NORDESTE II	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25068695	EEEF Des Pedro Bandeira	4	02ª GRE (Guarabira)	Guarabira	Urbana	Rua: Coronel José Maurício da Costa, nº s/n - Bairro: conj. Assis Chateaubriand	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25068733	EEEF Joao Francelino da Silva	4	02ª GRE (Guarabira)	Guarabira	Urbana	RUA VIRGÍNIO DOS PRAZERES, nº S/N - Bairro: MUTIRÃO	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25068660	EEEF Dep Gustavo Amorim	4	02ª GRE (Guarabira)	Guarabira	Urbana	RUA OSEAS AMARAL, nº 133 - Bairro: CORDEIRO	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25068644	EEEF ANTENOR NAVARRO	4	02ª GRE (Guarabira)	Guarabira	Urbana	RUA PREFEITO MANOEL LORDAO, nº 161 - Bairro: CENTRO	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25081420	EEEF Profª Maciel	4	12ª GRE (Itabaiana)	Itabaiana	Urbana	Avenida Prefeito Antonio Batista Santiago, nº 416 - Bairro: Centro	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25081438	EEE F Dr Joao Florentino Meira de Vasconcelos	4	12ª GRE (Itabaiana)	Itabaiana	Urbana	Rua José Rodrigues de Lima, nº 16 - Bairro: Centro	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25086049	EEEFM SEVERINO FELIX DE BRITO	4	14ª GRE (Mamanguape)	Itapororoca	Urbana	Rua Sete de Setembro, nº S/N - Bairro: Bairro dos Estudantes	Ensino Médio
25086332	EEEF Castro Pinto	4	14ª GRE (Mamanguape)	Jacaraú	Urbana	Praça Doutor Orestes Lisboa, nº 43 - Bairro: Centro	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25088785	EEEFM Teonas da Cunha Cavalcante	4	12ª GRE (Itabaiana)	Juripiranga	Urbana	Rua Senador Rui Carneiro, nº 122 - Bairro: Centro	Ensino Médio
25069373	EEEF Getulio Vargas	4	14ª GRE (Mamanguape)	Lagoa de Dentro	Urbana	RUA DO COMERCIO, nº 55 - Bairro: CENTRO	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
25067737	EEEF Prof Jose Antonio Neves	4	02ª GRE (Guarabira)	Logradouro	Urbana	Rua: Francico Xavier de Oliveira, nº 21 - Bairro: Centro	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25086910	EEEF Prof Antonio Garcez	4	14ª GRE (Mamanguape)	Mamanguape	Rural	Sitio Pindobal, nº S/N - Bairro: CENTRO	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25127977	Ete do Vale do Mamanguape Joao da Mata Cavalcanti de Albuquerque	4	14ª GRE (Mamanguape)	Mamanguape	Urbana	Av. Aluisio Alves Pereira, nº S/N - Bairro: Areial	Ensino Médio
25087657	EEEF Antonio Pinto Barbalho	4	14ª GRE (Mamanguape)	Mamanguape	Rural	RUA PRINCIPAL, nº S/N - Bairro: PITANGA	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25122533	EEEF Dr Gustavo Fernandes de Lima Sobrinho	4	14ª GRE (Mamanguape)	Mamanguape	Urbana	Rua Benedito Joel Cordeiro, nº N/D - Bairro: Areal	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25086936	EEEF li e Eja Umbelina Garcez	4	14ª GRE (Mamanguape)	Mamanguape	Urbana	Rua Dom Vital, nº s/n - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)
25086901	EEEFM SENADOR RUI CARNEIRO	4	14ª GRE (Mamanguape)	Mamanguape	Urbana	Avenida Senador Rui Carneiro, nº 55 - Bairro: Campo	Ensino Médio
25086928	EEEF Professor Luiz Aprigio	4	14ª GRE (Mamanguape)	Mamanguape	Urbana	Rua Presidente João Pessoa, nº s/n - Bairro: centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25111841	EEEF Indigena Jose Ferreira Padilha	4	14ª GRE (Mamanguape)	Marcação	Rural	ALDEIA VAU RUA PRINCIPAL, nº S/N - Bairro: ZONA RURAL	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25128809	EEIEF Indio Pedro Maximo de Lima	4	14ª GRE (Mamanguape)	Marcação	Rural	Aldeia Três Rios, nº s/n - Bairro: Centro	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25088068	EEIEF Indio Antonio Sinesio da Silva	4	14ª GRE (Mamanguape)	Marcação	Rural	Aldeia Brejinho, nº S/N - Bairro: zona rural	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25120760	EEIEF Cacique Iniguacu	4	14ª GRE (Mamanguape)	Marcação	Rural	Aldeia Tramataia, nº S/N - Bairro: aldeia	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25087983	EEIEF Isaura Soares de Lima	4	14ª GRE (Mamanguape)	Marcação	Rural	ALDEIA JACARÉ DE CÉSAR, nº S/N - Bairro: Zona Rural	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
25087738	EEEFM Pedro Poti	4	14ª GRE (Mamanguape)	Mataraca	Urbana	Av. Dr. Carlos Pessoa de Melo, nº s/n - Bairro: Planalto I	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25069713	EEEF DE LOURENCO	4	02ª GRE (Guarabira)	Mulungu	Rural	povoado de Lourenço, nº SN - Bairro: Zona Rural	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25117521	EEEFM Prof Getulio Cesar Rodrigues Guedes	4	12ª GRE (Itabaiana)	Pedras de Fogo	Urbana	RUA JOSÉ PEREIRA DA SILVA, nº SN - Bairro: MANGUEIRA	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25065726	EEEFM ANTONIETA C DE MENEZES	4	02ª GRE (Guarabira)	Pilões	Urbana	RUA LUIZ GREGORIO DA SILVA, nº N/D - Bairro: N/D	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25070088	EEEFM Silvio Porto	4	02ª GRE (Guarabira)	Pilõezinhos	Urbana	RUA MANOEL ALVES DE SOUZA, nº 309 - Bairro: CENTRO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25070312	EEEFM Augusto de Almeida	4	02ª GRE (Guarabira)	Pirpirituba	Urbana	Rua Solon de Lucena, nº 387 - Bairro: CENTRO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25070290	EEEF Mons Walfredo Leal	4	02ª GRE (Guarabira)	Pirpirituba	Urbana	Rua: Antônio Florentino, nº S/N - Bairro: CENTRO	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25081349	EEEFM Adaauto Cabral de Vasconcelos	4	12ª GRE (Itabaiana)	Riachão do Bacamarte	Urbana	Rua Senador Cabral, nº 172 - Bairro: Centro	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25087894	EEIEFM Drº Jose Lopes Ribeiro	4	14ª GRE (Mamanguape)	Rio Tinto	Urbana	RUA SÃO JOÃO, nº S/N - Bairro: ALDEIA MONTE MOR	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25087908	EEEF Frederico Lundgren	4	14ª GRE (Mamanguape)	Rio Tinto	Urbana	RUA DA AURORA, nº S/N - Bairro: CENTRO	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25087860	EEEFM Prof Luiz Gonzaga Burity	4	14ª GRE (Mamanguape)	Rio Tinto	Urbana	PRAÇA DA VITÓRIA, nº S/N - Bairro: CENTRO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25088220	EEIEF Cacique Domingos Barbosa dos Santos	4	14ª GRE (Mamanguape)	Rio Tinto	Rural	ALDEIA JARAGUÁ, nº S/N - Bairro: ALDEIA JARAGUA	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25082973	EEEF Maria de Melo	4	12ª GRE (Itabaiana)	Salgado de São Félix	Rural	Sítio Maria de Melo, nº S/N - Bairro: Zona Rural	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
25089242	EEEFM Jocelyn Velloso Borges	4	12ª GRE (Itabaiana)	São José dos Ramos	Urbana	AV PIO GONÇALVES CHAVES, nº sn - Bairro: CENTRO	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25089552	EEEFM Maria Lins	4	12ª GRE (Itabaiana)	São Miguel de Taipu	Urbana	Av. Emília Augusta, nº 25 - Bairro: CENTRO	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25089560	EEEFM Severina de Holanda Cavalcanti	4	12ª GRE (Itabaiana)	São Miguel de Taipu	Rural	FAZENDA SANTA LÚCIA, CAFÉ DO VENTO, S/N,, nº SN - Bairro: ZONA RURAL	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25066013	EEEFM ANTONIO BENTO	4	02ª GRE (Guarabira)	Serraria	Urbana	Rua Adalgisa Cavalcante, nº 328 - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25060384	EEEF Celso Cirne	4	02ª GRE (Guarabira)	Solânea	Urbana	Praça 26 de Novembro, nº S/N - Bairro: Centro	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25062670	EEEF de Demonstracao Alagoa Grande	5	03ª GRE (Campina Grande)	Alagoa Grande	Urbana	RUA RUI BARBOSA, nº S/N - Bairro: CENTRO	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25063421	EEEF Prof Cardoso	5	03ª GRE (Campina Grande)	Alagoa Nova	Urbana	AVENIDA SAO SEBASTIAO, nº 266 - Bairro: CENTRO	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25152823	EEEFM Euclides Mouzinho Santos	5	03ª GRE (Campina Grande)	Algodão de Jandaíra	Urbana	Rua Projetada, nº s/n - Bairro: Conjunto Novo	Ensino Médio
25054767	EEEF Anesio Deodonio Moreno	5	03ª GRE (Campina Grande)	Arara	Urbana	Rua Hermes Lira, nº 154 - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)
25064169	EEEF Mons Joao Coutinho	5	03ª GRE (Campina Grande)	Areia	Urbana	Rua Manoel da Silva, nº 374 - Bairro: Centro	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25083490	EEEFM Dep Carlos Pessoa Filho	5	03ª GRE (Campina Grande)	Aroeiras	Urbana	RUA TEREZA BARBOSA DE MOURA, nº 518 - Bairro: CENTRO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25050478	EEEF de Vereador	5	03ª GRE	Assunção	Urbana	Rua:Tereza Balduino da Nobrega, nº 261 -	Anos Iniciais do Ensino



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
	Joao Martiniano dos Santos		(Campina Grande)			Bairro: Centro	Fundamental (1º ao 5º Ano)
25050427	EEEFM Joao Rogerio D Toledo	5	03ª GRE (Campina Grande)	Assunção	Urbana	PIO SALVADOR, nº 126 - Bairro: centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25118579	EEEM Prefeito Severino Pereira Gomes	5	04ª GRE (Cuité)	Baraúna	Urbana	RUA MANOEL RODRIGUES, nº 79 - Bairro: JARDIM PLANALTO	Ensino Médio
25052497	EEEFM Alm Antonio Heraclito do Rego	5	03ª GRE (Campina Grande)	Barra de Santana	Urbana	Rua: Elvira Amorim, nº S/N - Bairro: Centro	Ensino Médio
25075918	EEEFM Teodosio de Oliveira Ledo	5	03ª GRE (Campina Grande)	Boa Vista	Urbana	RUA PREFEITO SEVERINO CABRAL, nº 230 - Bairro: CENTRO	Ensino Médio
25051652	EEEF Professora Terezinha Leal	5	03ª GRE (Campina Grande)	Boqueirão	Rural	Distrito do Marinho, nº N/D - Bairro: Marinho	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25117700	EEEF Severino Barbosa Camelo	5	03ª GRE (Campina Grande)	Boqueirão	Urbana	Projetada, nº s/n - Bairro: Malvinas	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25051580	EEEFM Conselheiro Jose Braz do Rego	5	03ª GRE (Campina Grande)	Boqueirão	Urbana	AV. NOSSA SENHORA DO DESTERRO, nº N/D - Bairro: CENTO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25044362	EEEFM Pedro Bezerra Filho	5	05ª GRE (Monteiro)	Camalaú	Urbana	Rua Antonio Galdino Chaves, nº 23 - Bairro: centro	Ensino Médio
25072056	EEEFM Poeta Carlos Drumond de Andrade	5	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Urbana	ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL POETA CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE, nº S/N - Bairro: BODOCÓNGO 2	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
25120670	EEEFM Major Veneziano Vital do Rego	5	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Urbana	RUA: MARIA A. CÂNDIDA S/N, nº N/D - Bairro: ACÁCIO FIGUEIREDO	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25072315	EEEF Santo Antonio	5	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Urbana	Rua Francisco Antônio do Nascimento, nº 1078 - Bairro: Castelo Branco	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25072285	EEEF Murilo Braga	5	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Urbana	Rua Santa Filomena, nº S/N - Bairro: Liberdade	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25072242	EEEF Jose Pinheiro	5	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Urbana	Praça Joana D'Arc Ferreira de Arruda, nº 937 - Bairro: José Pinheiro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)
25072030	EEEFM Nenzinha Cunha Lima	5	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Urbana	Rua Fernandes Vieira, nº s/n - Bairro: José Pinheiro	Ensino Médio
25072153	EEEFM Severino Cabral	5	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Urbana	Rua Joaquim Amorim Junior, nº S/N - Bairro: Bodocongó	Ensino Médio
25076590	EEEFM Jose Miguel Leao	5	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Rural	RUA JOÃO MIGUEL LEÃO, nº S/N - Bairro: SÃO JOSÉ DA MATA	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25070703	CAIC Jose Jofilly	5	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Urbana	Rua José Marques Ferreira, nº 100 - Bairro: Malvinas	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25072340	EEEF Alceu do Amoroso Lima	5	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Urbana	Rua Conceição B. Santiago, nº sn - Bairro: Malvinas	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25072200	EEEF Augusto dos Anjos	5	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Urbana	RUA PARAIBA, nº 240 - Bairro: LIBERDADE	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
			Grande)				
25072145	EEEFM Dom Luiz Gonzaga Fernandes	5	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Urbana	RUA DAS PITOMBEIRAS, nº SN - Bairro: MALVINAS	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25072412	EEEFM Escritor Virginius da Gama e Melo	5	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Urbana	Rua Penedo, nº sn - Bairro: Malvinas	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25072129	EEEFM Sao Sebastiao	5	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Urbana	Rua Estelita Cruz, nº 307 - Bairro: Alto Branco	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25076400	EEEFM Prof Antonio Oliveira	5	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Urbana	RUA ALBERTO SANTOS, nº S/N - Bairro: SANTA ROSA	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25072064	EEEF Maria Augusta Lucena Brito	5	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Rural	R - Pedro Acácio Galvão, S/N - Sítio Lucas, nº 3339-9455 / 3339 - 9606 - Bairro: Sítio Lucas	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25072404	EEEFM Rubens Dutra li	5	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Rural	RUA ARQUIMEDES SOUTO MAIOR 2, nº S/N - Bairro: zona rural	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25076582	EEEFM Irma Joaquina Sampaio	5	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Urbana	BR 203 KM 8 PRAÇA DO AMOR, nº SN - Bairro: SERROTÃO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25072307	EEEF Solon de Lucena	5	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Urbana	RUA PREFEITO ERNANI LAURITZEN, nº S/N - Bairro: CENTRO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25072099	EEEFM Assis Chateaubriand	5	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Urbana	Avenida Tavares, nº 2500 - Bairro: Santo Antonio	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25072013	EEEFM PROF RAUL	5	03ª GRE	Campina	Urbana	Rua Gábio José de Oliveira Araújo, nº S/Nº -	Anos Finais do Ensino Fundamental



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
	CORDULA		(Campina Grande)	Grande		Bairro: Cruzeiro	(6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25071939	Esc Est Audio Comunicacao de C Grande	5	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Urbana	Rua Sergipe, nº 77 - Bairro: Liberdade	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25072234	EEEF de Monte Santo	5	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Urbana	Rua Diogo da Costa, nº 305 - Bairro: Monte Santo	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)
25072196	EEEF Antonio Vicente	5	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Urbana	RUA SILVA JARDIM, nº 1196 - Bairro: JOSÉ PINHEIRO	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25117858	EEEF Reitor Edvaldo do O	5	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Urbana	Isolda Barros Torquato, nº s/n - Bairro: Bodocongó	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25072374	EEEF Ma Emilia O de Almeida	5	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Urbana	Rua Dr. Francisco Brasileiro, nº S/N - Bairro: Presidente Médici	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)
25044788	EEEFM Manoel Alves Campos	5	05ª GRE (Monteiro)	Congo	Urbana	Rua Senador Rui Carneiro, nº s/n - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25040820	EEEFM Iolanda Tereza Chaves Lima	5	04ª GRE (Cuité)	Cubati	Urbana	Rua Valdemir de Sousa Souto, nº sn - Bairro: CENTRO	Ensino Médio
25127659	EEEFM Pedro Henrique da Silva	5	04ª GRE (Cuité)	Cuité	Rural	Sítio Serra do Bombocadinho, nº N/D - Bairro: N/D	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
20164006	Escola Cidadã Integral Técnica Jornalista José Itamar da Rocha Cândido	5	04ª GRE (Cuité)	Cuité	Urbana	CENTRO, nº S/N - Bairro: N/D	Ensino Médio
25055852	EEEF Andre Vidal de	5	04ª GRE (Cuité)	Cuité	Urbana	Rua Caetano Dantas, nº 222 - Bairro: Centro	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
Negreiros							
25123203	EEEM FRANCISCO MARQUES DE MELO	5	04ª GRE (Cuité)	Damião	Urbana	RUA ROMILDO FERNANDES DE OLIVEIRA, nº S/N - Bairro: TAMBOR	Ensino Médio
25061720	EEEFM Mons Jose da Silva Coutinho	5	03ª GRE (Campina Grande)	Esperança	Urbana	RUA FLORIANO PEIXOTO, nº S/N - Bairro: CENTRO	Ensino Médio
25061739	EEEFM Irineu Joffily	5	03ª GRE (Campina Grande)	Esperança	Urbana	JUVINIANO SOBREIRA, nº 125 - Bairro: CENTRO	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25077147	EEEFM Joana Emilia da Silva	5	03ª GRE (Campina Grande)	Fagundes	Urbana	AV IRINEU BEZERRA, nº SN - Bairro: CENTRO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25118358	EEEF Deputado Pedro Pascoal de Oliveira	5	03ª GRE (Campina Grande)	Juazeirinho	Urbana	Luiz Pedro de Araújo, nº 70 - Bairro: Arnaldo Lafayette	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25041525	EEEFM Marechal Almeida Barreto	5	03ª GRE (Campina Grande)	Juazeirinho	Urbana	Rua Professora Josefa Neta Freire, nº 180 - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25077759	EEEFM Francisca Martiniano da Rocha	5	03ª GRE (Campina Grande)	Lagoa Seca	Urbana	LUCAS DA ROCHA, nº 297 - Bairro: CENTRO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25078135	EEEFM Maria Zeca Souza	5	03ª GRE (Campina Grande)	Massaranduba	Urbana	RUA VEREADOR ADERBAL GOMES DA SILVA, nº S/N - Bairro: CENTRO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25078143	EEEFM Everaldo Agra	5	03ª GRE (Campina Grande)	Massaranduba	Rural	Avenida Brasília, BR230, nº 7558 - Bairro: N/D	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25063405	EEEF Poeta Mario Vieira da Silva	5	03ª GRE (Campina Grande)	Matinhas	Rural	St. Camará, nº s/n - Bairro: Zona Rural	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
			Grande)				
25062069	EEEFM Maria Jose de Souza	5	03ª GRE (Campina Grande)	Montadas	Urbana	RUA JOSÉ VERÍSSIMO DE SOUZA, nº 197 - Bairro: CENTRO	Ensino Médio
25045466	EEEM Bento Tenório de Sousa "Escola do Campo"	5	05ª GRE (Monteiro)	Monteiro	Rural	Sítio Santa Catarina, nº SN - Bairro: Zona Rural	Ensino Médio
25115359	EEEF Joao de Oliveira Chaves	5	05ª GRE (Monteiro)	Monteiro	Urbana	RUA SIZENANDO RAFAEL, nº S/N - Bairro: CENTRO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25045555	EEEF Miguel Santa Cruz	5	05ª GRE (Monteiro)	Monteiro	Urbana	RUA GETULIO VARGAS, nº 61 - Bairro: CENTRO	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25056611	EEEF Dep Jose Pereira	5	04ª GRE (Cuité)	Nova Floresta	Urbana	Rua João Pessoa, nº 271 - Bairro: Centro	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25120859	EEEFM Prof Maria Jose Costa de Albuquerque	5	03ª GRE (Campina Grande)	Olivedos	Urbana	Rua Rondinelle Guimaraes Couto, nº sn - Bairro: centro	Exclusivamente Educação de Jovens e Adultos
25047469	EEEFM Jairo Aires Caluete	5	05ª GRE (Monteiro)	Parari	Urbana	RUA TERTULINO AIRES DE QUEIROZ, nº S/N - Bairro: N/D	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25043269	EEEM Severino Gregorio Dantas	5	04ª GRE (Cuité)	Picuí	Rural	Rua Jose Maria da Costa Lima, nº N/D - Bairro: N/D	Ensino Médio
25043277	EEEFM PROFESSOR LORDAO	5	04ª GRE (Cuité)	Picuí	Urbana	Av Getúlio Vargas, nº s/n - Bairro: Centro	Ensino Médio
25057146	EEEFM Antonio Galdino Filho	5	03ª GRE (Campina Grande)	Pocinhos	Urbana	Rua - Jose Joaquim do Nascimento, nº 91 - Bairro: Ivo Benicio	Ensino Médio
25046969	EEEIEF Plinio Lemos	5	05ª GRE (Monteiro)	Prata	Rural	Assentamento Zé Marcolino, nº S/N - Bairro: Zona Rural	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25078550	EEEFM Plinio Lemos	5	03ª GRE (Campina	Puxinanã	Urbana	Rua: Costa e Silva, nº N/D - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
			Grande)				
25078569	EEEF Severiano Pedro do Nascimento	5	03ª GRE (Campina Grande)	Puxinanã	Rural	Povoado de Jenipapo, nº s/n - Bairro: N/D	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25126415	EEEFM Tereza Alves de Moura	5	03ª GRE (Campina Grande)	Queimadas	Rural	DISTRITO DE LIGEIRO, nº S/N - Bairro: ZONA RURAL	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25078992	EEEFM Francisco e do Rego	5	03ª GRE (Campina Grande)	Queimadas	Urbana	av. Severino Bezerra Cabral, nº Sn - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25057820	EEEFM Jose B Sobrinho	5	03ª GRE (Campina Grande)	Remígio	Urbana	av joaquina cavalcante moraes, nº N/D - Bairro: CENTRO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25054023	EEEFM Dep Alvaro G Queiroz	5	05ª GRE (Monteiro)	Santo André	Urbana	Avenida Aprigio Ribeiro de Brito, nº 175 - Bairro: centro	Ensino Médio
25054180	EEEFM Jornalista Jose Leal Ramos	5	05ª GRE (Monteiro)	São João do Cariri	Urbana	ALTO DO CRUZEIRO, nº s/n - Bairro: centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25047450	EEEFM Bartolomeu Maracaja	5	05ª GRE (Monteiro)	São José dos Cordeiros	Urbana	Rua: Eulâmpia Souza e Silva, nº 26 - Bairro: Centro	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25058371	EEEF e Eja Padre Jose Antonio Maria Ibiapina	5	03ª GRE (Campina Grande)	Soledade	Urbana	RUA: JOSÉ CHAGAS DE BRITO, nº 02 - Bairro: CENTRO	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25056581	EEEFM JOSE VITORINO DE MEDEIROS	5	04ª GRE (Cuité)	Sossêgo	Urbana	Rua Eliezer Francisco dos Santos, nº s/n - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25049496	EEEFM Prof Jose Goncalves de Queiroz	5	05ª GRE (Monteiro)	Sumé	Urbana	Rua Professora Guiomar Coelho, nº 201 - Bairro: Pedregal	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25050486	EEEF e Eja Felix	5	03ª GRE	Taperoá	Urbana	PRAÇA JOAO PESSOA, nº 200 - Bairro:	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
	Daltro		(Campina Grande)			CENTRO	
25050435	EEEFM Melquiades Vilar	5	03ª GRE (Campina Grande)	Taperoá	Urbana	Rua Ismenia Machado, nº 38 - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25123297	EEEFEM Maria Elidia Rangel	5	03ª GRE (Campina Grande)	Tenório	Urbana	Rua Anativa Mota de Azevedo, nº sn - Bairro: centro	Ensino Médio
25084950	EEEFM Presidente Joao Pessoa	5	03ª GRE (Campina Grande)	Umbuzeiro	Urbana	Rua Eptácio Pessoa, nº 141 - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25048368	EEEFM Prof Maria Celeste do Nascimento	5	05ª GRE (Monteiro)	Zabelê	Urbana	Rua João Mizael de Medeiros, nº S/N - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25062654	EEEF Apollonio Zenayde	6	03ª GRE (Campina Grande)	Alagoa Grande	Urbana	Rua Cônego Firmino Cavalcante, nº 959 - Bairro: Centro	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25123319	EEEF Manoel Barbosa de Lucena	6	03ª GRE (Campina Grande)	Alagoa Grande	Urbana	VILA DO CRUZEIRO, nº 98 - Bairro: CENTRO	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25062638	EEEFM Padre Hildon Bandeira	6	03ª GRE (Campina Grande)	Alagoa Grande	Urbana	RUA PRESIDENTE JOAO PESSOA, nº 1485 - Bairro: CENTRO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25062816	Ene Oswaldo T de Albuquerque Melo	6	03ª GRE (Campina Grande)	Alagoa Grande	Urbana	RUA RUI BARBOSA, nº S/N - Bairro: CENTRO	Ensino Médio
25063340	EEEFM Monsenhor José Borges de Carvalho	6	03ª GRE (Campina Grande)	Alagoa Nova	Urbana	Rua Maria Lima Maracajá, nº 85 - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
25051598	EEEFM Professora Maria Cécilia de Castro	6	03ª GRE (Campina Grande)	Alcantil	Urbana	avenida são josé, nº 523 - Bairro: centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25049640	EEEF de Amparo	6	05ª GRE (Monteiro)	Amparo	Urbana	Rua Vereador Cicero Soares, nº 62 - Bairro: Centro	Ensino Médio
25054783	EEEFM Mons Jose Paulino	6	03ª GRE (Campina Grande)	Arara	Urbana	Rua Senador Ruy Carneiro, nº 30 - Bairro: N/D	Ensino Médio
25064126	EEEIEFM Carlota Barreira	6	03ª GRE (Campina Grande)	Areia	Urbana	Praça Monsenhor Ruy Barreira Vieira, nº S/N - Bairro: CENTRO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25064134	EEEFM Min J A Almeida	6	03ª GRE (Campina Grande)	Areia	Urbana	Praça Ministro Josè Americo, nº 321 - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25064142	EEEF Alvaro Machado	6	03ª GRE (Campina Grande)	Areia	Urbana	RUA FLORIANO PEIXOTO, nº N/D - Bairro: N/D	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25061402	EEEFM Francisco A Silva	6	03ª GRE (Campina Grande)	Areial	Urbana	PEDRO GRANGEIRO, nº 540 - Bairro: CENTRO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25083597	EEEF Major Jose Barbosa	6	03ª GRE (Campina Grande)	Aroeiras	Urbana	RUA PADRE LEONEL FRANCA, nº 141 - Bairro: CENTRO	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25055062	EEEF Prof Jose Coelho	6	04ª GRE (Cuité)	Barra de Santa Rosa	Urbana	PRACA FREI MARTINHO, nº 170 - Bairro: CENTRO	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25055046	EEEFM Jose Luiz Neto	6	04ª GRE (Cuité)	Barra de Santa Rosa	Urbana	RUA PREFEITO JOAO INACIO DA SILVA, nº 170 - Bairro: CENTRO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25051296	EEE Fundamental e Medio Melquiades	6	03ª GRE (Campina Grande)	Barra de São Miguel	Urbana	RUA TENENTE PEDROSA, nº 161 - Bairro: CENTRO	Ensino Médio



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
	Tejo		Grande)				
25053159	EEEF Clovis Pedrosa	6	03ª GRE (Campina Grande)	Cabaceiras	Rural	Distrito de Ribeira, nº N/D - Bairro: N/D	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25053124	EEEFM Alcides Bezerra	6	03ª GRE (Campina Grande)	Cabaceiras	Urbana	RUA PRAÇA GENERAL JOSÉ PESSOA, nº 80 - Bairro: CENTRO HISTÓRICO	Ensino Médio
25071394	EEEFM Monsenhor Sales	6	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Rural	RUA VEREADOR ANTONIO ALVES PIMENTEL, nº 317 - Bairro: N/D	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)
25072080	EEEF Nina Alves de Lima	6	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Urbana	Rua Francisco Rosa de Farias, nº S/N - Bairro: Monte Santo	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)
25072293	EEEF Nossa Senhora Aparecida	6	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Urbana	R: Rosa Maria Bandeira da Silva, nº S/N - Bairro: Mutirão	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25072161	EEEF Nossa Senhora do Rosario	6	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Urbana	Rua Nilo Peçanha, nº 250 - Bairro: Prata	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)
25152815	EEEFM Isabel Rodrigues de Melo	6	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Rural	Rua Sergio Antônio de Menezes, nº SN - Bairro: Galante	Ensino Médio
25072692	Ene Pe Emidio Viana Correia	6	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Urbana	AV. SEVERINO BEZERRA CABRAL, nº S/N - Bairro: CATOLÉ	Ensino Médio
25072439	EEEFM Dr Hortensio de Sousa Ribeiro	6	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Urbana	OTACILIO NEPOMUCENO, nº S/N - Bairro: CATOLE	Ensino Médio
25072277	EEEF Monte	6	03ª GRE	Campina	Urbana	Rua Professor Carlos Francisco Medeiros de	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
	Carmelo Cepes Cgi		(Campina Grande)	Grande		Almeida, nº S/N - Bairro: Bela Vista	e Ensino Médio
25072420	EEEM Dr Elpidio de Almeida	6	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Urbana	R- DUQUE DE CAXIAS, nº 235 - Bairro: PRATA	Ensino Médio
25117459	EEEFM Prefeito Williams de Sousa Arruda	6	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Urbana	Rua Bruxelas, nº S/N - Bairro: CUITÉS	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25117866	EEEF Poetisa Vicentina Figueiredo Vital do Rego	6	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Urbana	Rua: São Rafael, nº S/N - Bairro: Jeremias	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25114433	EEEF Senador Humberto Lucena	6	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Urbana	Rua Marcelino Pereira da Costa, nº s/n - Bairro: Novo Cruzeiro	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25072226	EEEF de Aplicacao	6	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Urbana	Avenida Prefeito Severino Bezerra Cabral, nº S/N - Bairro: Catolé	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)
25072021	EEEFM Sen Argemiro de Figueiredo	6	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Urbana	AV. ELPÍDIO DE ALMEIDA, nº 25 - Bairro: CATOLÉ	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25072137	EEEFM Prof Anesio Leao	6	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Urbana	RUA XV DE NOVEMBRO, nº S/N - Bairro: PALMEIRA	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25114808	EEEFM Prof Itan Pereira	6	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Urbana	RUA LUIZ MOTTA, nº S/N - Bairro: BODOCONGÓ	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25072110	EEEFM Felix Araujo	6	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Urbana	SEVERINO PIMENTEL, nº s/n - Bairro: LIBERDADE	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
25123998	Escola Walnyza Borborema Cunha	6	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Rural	SITIO ESTREITO, nº s/n - Bairro: zona rural	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25072218	EEEFM Clementino Procopio	6	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Urbana	Rua: Felipe Camarão, nº 168 - Bairro: São José	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25151401	EEEFM Antonio Guedes de Andrade	6	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Rural	rua severino da costa, nº 200 - Bairro: catolé de zé ferreira	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25072102	EEEFM Dep Alvaro Gaudencio de Queiroz	6	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Urbana	Rua dos Jucás, nº S/N - Bairro: Malvinas	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25072005	EEEFM Ademar Veloso Silveira	6	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Urbana	Rua João Virgolino de Araújo, nº 1043 - Bairro: Bodocongó	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25999992	EEEFM Paulo Freire	6	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Urbana	Alça Sudoeste, nº S/N - Bairro: Serrotão	Exclusivamente Educação de Jovens e Adultos
25114034	EEEF Dom Helder Camara	6	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Urbana	Rua Licioneia Maria da Conceição, nº 125 - Bairro: Santa Rosa	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25251945	EEEF Zuleide Cavalcante Porto	6	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Urbana	Rua Projetada - Qd. G - L. 06, nº Qd. G - L. 06 - Bairro: Glória II	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25117688	EEEF Irma Stefanie	6	03ª GRE (Campina Grande)	Campina Grande	Urbana	HENRIQUE NOBREGA, nº N/D - Bairro: MALVINAS	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25054490	EEEFM Cel Servaliano de Farias	6	05ª GRE (Monteiro)	Caraúbas	Urbana	RUA EXPEDICIONÁRIO LUÍS TENÓRIO LEÃO, nº 574 - Bairro: CENTRO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
Castro							
25052802	EEEFM Felix Araujo	6	03ª GRE (Campina Grande)	Caturité	Urbana	RUA JOÃO QUEIROGA, nº SN - Bairro: CENTRO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25049372	EEEIFM Manoel Honorato Sobrinho	6	05ª GRE (Monteiro)	Coxixola	Urbana	Rua projetada, nº 65 - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25055836	EEEFM Orlando Venancio dos Santos	6	04ª GRE (Cuité)	Cuité	Urbana	RUA 15 DE NOVEMBRO, nº S/N - Bairro: CENTRO	Ensino Médio
25077163	EEEF Frei Alberto	6	03ª GRE (Campina Grande)	Fagundes	Urbana	Rua Plínio Lemos, nº 13 - Bairro: Centro	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25041185	EEEM Prefeito Aguitônio Dantas	6	04ª GRE (Cuité)	Frei Martinho	Urbana	Rua: Professor Luiz Pinheiro, nº N/D - Bairro: centro	Ensino Médio
25084445	EEEFM Joao da Silva Monteiro	6	03ª GRE (Campina Grande)	Gado Bravo	Urbana	Rua Jose Pereira de Aguiar, nº S/N - Bairro: centro	Ensino Médio
25053728	EEEFM Juarez Maracajá	6	05ª GRE (Monteiro)	Gurjão	Urbana	Rua:ALFREDO TEIXEIRA DE FREITAS, nº 281 - Bairro: PEDREGAL	Ensino Médio
25081888	EEEFM Jose R de Ataide	6	03ª GRE (Campina Grande)	Itatuba	Urbana	Rua Antonia de Andrade Cavalcante, nº S/N - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25045059	EEEFM Joao Lelys	6	03ª GRE (Campina Grande)	Livramento	Urbana	RUA PRESIDENTE JOAO PESSOA, nº 54 - Bairro: CENTRO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25063359	EEEFM Desembargador Arthur Virginio de Moura	6	03ª GRE (Campina Grande)	Matinhas	Urbana	Av. Mons. Borges de Carvalho, nº s/n - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25045377	EEEFM Jose Leite de	6	05ª GRE	Monteiro	Urbana	Rua Wagner Augusto Bezerra Japyassu, nº	Ensino Médio



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
	Sousa		(Monteiro)			426 - Bairro: Centro	
25084542	EEEF Dr Carlos Pessoa	6	03ª GRE (Campina Grande)	Natuba	Urbana	AV.: PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, nº 235 - Bairro: CENTRO	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25084526	EEEFM Dr Francisco de Albuquerque Montenegro	6	03ª GRE (Campina Grande)	Natuba	Urbana	AV DRA FRANCISCO DE ALBUQUERQUE MONTENEGRO, nº S/N - Bairro: CENTRO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25056620	EEEFM JOSE ROLDERICK DE OLIVEIRA	6	04ª GRE (Cuité)	Nova Floresta	Urbana	Rua Felinto Florentino, nº 1030 - Bairro: centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25042351	EEEFM Antonio Coelho Dantas	6	04ª GRE (Cuité)	Nova Palmeira	Urbana	Rua: Jorge Mendonça, nº 200 - Bairro: centro	Ensino Médio
25046764	EEEFM Nossa Sra das Gracas	6	05ª GRE (Monteiro)	Ouro Velho	Urbana	Rua José Cassiano, nº SN - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25153200	EEEM MATILDES DE MELO BURUTI	6	04ª GRE (Cuité)	Pedra Lavrada	Rural	DIST CUMARU, nº N/D - Bairro: zona rural	Ensino Médio
25042661	EEEM GRACILIANO FONTINI LORDAO	6	04ª GRE (Cuité)	Pedra Lavrada	Urbana	RUA: PROFESSOR FRANCISCO FERREIRA, nº 13 - Bairro: CENTRO	Ensino Médio
25115723	EEEF Felipe Tiago Gomes	6	04ª GRE (Cuité)	Picuí	Urbana	Rua Aníbal da Cunha Macedo, nº 30 - Bairro: Monte Santo	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25046950	EEEF Francisco de Assis Gonzaga	6	05ª GRE (Monteiro)	Prata	Urbana	Av. Ananiano Ramos Galvão, nº 196 - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25078577	EEEF Conego Antonio Galdino	6	03ª GRE (Campina Grande)	Puxinanã	Urbana	AVENIDA 28 DE JANEIRO, nº S/N - Bairro: CENTRO	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25079115	EEEF Jose Tavares	6	03ª GRE (Campina Grande)	Queimadas	Urbana	rua João Barbosa da Silva, nº S/n - Bairro: centro	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25057839	EEEF Dr Cunha Lima	6	03ª GRE	Remígio	Urbana	Rua Idelfonso Jardelino da Costa, 75, nº 83	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
			(Campina Grande)			3364-1551 - Bairro: CENTRO	
25051660	EEEFM Ana Ferreira da Costa	6	03ª GRE (Campina Grande)	Riacho de Santo Antônio	Urbana	praça santo antonio, nº 80 - Bairro: centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25084992	EEEM Antonio Francisco Gomes	6	03ª GRE (Campina Grande)	Santa Cecília	Urbana	Praça Prefeito Antonio Gomes, nº SN - Bairro: CENTRO	Ensino Médio
25053493	EEEFM Francisco Deodato do Nascimento	6	03ª GRE (Campina Grande)	São Domingos do Cariri	Urbana	AVENIDA AUGUSTO FERNANDES DE OLIVEIRA, nº S/N - Bairro: CRUZEIRO	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25054155	EEEF Severino Medeiros Ramos	6	05ª GRE (Monteiro)	São João do Cariri	Rural	Rua Vicente Meciado, nº N/D - Bairro: N/D	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)
25047116	EEEFM Mario Oliveira Chaves	6	05ª GRE (Monteiro)	São João do Tigre	Urbana	RUA ANANIAS HONORIO DE SOUZA, nº 45 - Bairro: CENTRO	Ensino Médio
25062239	EEEF Elidio Sobreira	6	03ª GRE (Campina Grande)	São Sebastião de Lagoa de Roça	Urbana	Rua José Rodrigues Coura, nº 21 - Bairro: Centro	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25062220	EEEFM Mons Jose Borges	6	03ª GRE (Campina Grande)	São Sebastião de Lagoa de Roça	Urbana	RUA LAURA DONATO DE ARAÚJO, nº S/N - Bairro: CENTRO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25048350	EEEFM MALAQUIAS BATISTA FEITOSA	6	05ª GRE (Monteiro)	São Sebastião do Umbuzeiro	Urbana	Avenida Vicente Pedro., nº 296 - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25043870	EEEF Inacio Claudino	6	04ª GRE (Cuité)	São Vicente do Seridó	Urbana	Rua Manoel Cordeiro, nº 50 - Bairro: Centro	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25043897	EEEFM Cicero dos Anjos	6	04ª GRE (Cuité)	São Vicente do Seridó	Urbana	RUA TIRADENTES,, nº 200 - Bairro: CENTRO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25048848	EEEF Vasconcelos Brandao	6	05ª GRE (Monteiro)	Serra Branca	Urbana	AVENIDA: DEPUTADO ÁLVARO GAUDÊNCIO, nº 054 - Bairro: CENTRO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
25048880	EEEFM Senador Jose Gaudêncio	6	05ª GRE (Monteiro)	Serra Branca	Urbana	Rua Boaventura Cavalcante Neto, nº 79 - Bairro: Centro	Ensino Médio
25048775	EEEFM Maria Balbina Pereira	6	05ª GRE (Monteiro)	Serra Branca	Urbana	Avenida Maria Balbina Pereira, nº S/N - Bairro: N/D	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25080016	EEEFM Dom Adauto	6	03ª GRE (Campina Grande)	Serra Redonda	Urbana	AVENIDA MIGUEL VERÍSSIMO DA SILVA, nº S/N - Bairro: CONJUNTO ANTONIO MARIZ II	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25058304	EEEFM Dr Trajano Nobrega	6	03ª GRE (Campina Grande)	Soledade	Urbana	Jose Rufino de Carvalho, nº S/N - Bairro: Jardim Cruzeiro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25033204	EEEFM Jose Nominando	7	11ª GRE (Princesa Isabel)	Água Branca	Urbana	Rua José Pedro Firmino, nº 41 - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25020374	EEEFM Clovis Satiro	7	06ª GRE (Patos)	Areia de Baraúnas	Urbana	RUA PEDRO LINO, nº 490 - Bairro: CENTRO	Ensino Médio
25000055	EEEF Americo Maia	7	08ª GRE (Catolé do Rocha)	Belém do Brejo do Cruz	Urbana	Rua: Alcindo Olimpio Maia, nº 331 - Bairro: centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)
25000047	EEEMF Nossa Senhora da Conceição	7	08ª GRE (Catolé do Rocha)	Belém do Brejo do Cruz	Urbana	RUA JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA FORTE, nº 411 - Bairro: CENTRO	Ensino Médio
25027573	EEEF Joao Cavalcanti Sula	7	07ª GRE (Itaporanga)	Boa Ventura	Urbana	Rua Padre Luís Gomes, nº 126 - Bairro: Centro	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25006029	EEEFM PROF JOAQUIM UMBELINO	7	09ª GRE (Cajazeiras)	Bom Jesus	Urbana	RUA 05 DE NOVEMBRO, nº 01 - Bairro: ASA BRANCA	Ensino Médio
25000373	EEEF Dr. Jose Paz de Lima	7	08ª GRE (Catolé do Rocha)	Bom Sucesso	Urbana	RUA ANTONIO ALMINO, nº 17 - Bairro: CENTRO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)
25000659	EEEF Antonio Gomes	7	08ª GRE (Catolé do Rocha)	Brejo do Cruz	Urbana	RUA: ANGELINA MARIZ, nº 50 - Bairro: CENTRO	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25001477	EEEFM Profª Diva	7	08ª GRE (Catolé do Rocha)	Brejo dos	Urbana	Rua Apolonio Pereira, nº 150 - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
	Guedes de Araujo		do Rocha)	Santos			(6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25007092	EEEFM PROFº ADALBERTO DE SOUSA OLIVEIRA	7	09ª GRE (Cajazeiras)	Cachoeira dos Índios	Urbana	RUA SERGIO MOREIRA, nº 45 - Bairro: CENTRO	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25033794	EEEFM Pedro Terto da Cunha	7	06ª GRE (Patos)	Cacimbas	Urbana	RUA FERNANDES FERREIRA, nº N/D - Bairro: CENTRO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25007726	EEEFM PROFº CRISPIM COELHO	7	09ª GRE (Cajazeiras)	Cajazeiras	Urbana	Av. Pedro Moreno Gondim, nº s/n - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25007807	EEEF JOAQUIM VICTOR JUREMA	7	09ª GRE (Cajazeiras)	Cajazeiras	Urbana	Rua Luiz Paulo e Silva, nº 148 - Bairro: Capoeiras	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25007785	EEEFM Cristiano Cartaxo	7	09ª GRE (Cajazeiras)	Cajazeiras	Urbana	Av. Júlio Marques do Nascimento, nº 915 - Bairro: Jardim Oásis	Ensino Médio
25007742	EEEF Dom Moises Coelho	7	09ª GRE (Cajazeiras)	Cajazeiras	Urbana	RUA PADRE JOSE TOMAZ, nº 387 - Bairro: CENTRO	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25007904	EEEFM MONS CONSTANTINO VIEIRA	7	09ª GRE (Cajazeiras)	Cajazeiras	Urbana	RUA PADRE ROLIM, nº 457 - Bairro: CENTRO	Ensino Médio
25009214	EEEIF DE AVE MARIA	7	09ª GRE (Cajazeiras)	Carrapateira	Rural	Sítio Ave Maria, nº N/D - Bairro: Rural	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25009192	EEEFM Joel Pereira da Silva	7	09ª GRE (Cajazeiras)	Carrapateira	Urbana	Rua João Bezerra, nº s/n - Bairro: Centro	Ensino Médio
25001914	EEEF Sergina Laura Dantas	7	08ª GRE (Catolé do Rocha)	Catolé do Rocha	Urbana	Rua Antônio Ferreira, nº 155 - Bairro: Corrente	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25001876	Escola Estadual de Ensino Fundamental José de Sá Cavalcante	7	08ª GRE (Catolé do Rocha)	Catolé do Rocha	Rural	Sítio Catolé de Baixo, nº s/n - Bairro: Zona Rural	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25027999	EEEF Calula Leite	7	07ª GRE (Itaporanga)	Conceição	Urbana	Rua: Prefeito João Fausto, nº s/n - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
25028022	EEEF Jose Leite	7	07ª GRE (Itaporanga)	Conceição	Urbana	Avenida Solon de Lucena, nº 140 - Bairro: Centro	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25028065	EEEF NOSSA SENHORA DE FATIMA	7	07ª GRE (Itaporanga)	Conceição	Urbana	AVENIDA VICE PREFEITO MARTINHO FURTADO DE LACERDA, nº S/N - Bairro: NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25013840	EEEFM Dr Trajano Pires da Nobrega	7	13ª GRE (Pombal)	Condado	Urbana	Rua Miguel Fernandes Ferreira, nº s/n - Bairro: Centro	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25024558	EEEFM ADVOGADO NOBEL VITA	7	07ª GRE (Itaporanga)	Coremas	Urbana	Rua Benildo Faustino da Silva, nº 88 - Bairro: Centro	Ensino Médio
25024523	EEEF Ministro Carlos Luiz de Araujo	7	07ª GRE (Itaporanga)	Coremas	Urbana	Rua Raimundo Luiz, nº 360 - Bairro: Pombalzinho	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)
25033786	EEEFM Gertrudes Leite	7	06ª GRE (Patos)	Desterro	Urbana	Julia de Gois S/N, nº SN - Bairro: São Cristóvão	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25030108	EEEF Dr Ernesto de Sousa Diniz	7	07ª GRE (Itaporanga)	Diamante	Rural	Rua do Comercio, nº S/N - Bairro: Centro	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25025368	EEEFM Profª Margarida Remigio Loureiro	7	06ª GRE (Patos)	Emas	Urbana	Av. Dr. José Celino Filho, nº 107 - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25034200	EEEFM Maria do Socorro Ramalho Quirino	7	11ª GRE (Princesa Isabel)	Imaculada	Urbana	RUA DELMIRO DANTAS, nº S/N - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25030647	EEEF Dr Manoel Diniz	7	07ª GRE (Itaporanga)	Itaporanga	Urbana	Travessa Monte Carmelo, nº 148 - Bairro: Centro	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25030655	EEEF PE DINIZ	7	07ª GRE (Itaporanga)	Itaporanga	Urbana	Avenida Monte Carmelo, nº 94 - Bairro: Centro	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25002422	EEEFM Francisco Maia	7	08ª GRE (Catolé do Rocha)	Jericó	Rural	Rua José Mesquita, nº 112 - Bairro: N/D	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25012932	EEEFM SAO JOSE OPERARIO	7	09ª GRE (Cajazeiras)	Joca Claudino	Urbana	RUA CHIQUINHO PEDOCA, nº 01 - Bairro: CENTRO	Ensino Médio



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
25003038	EEEFM Mons Valeriano Pereira	7	13ª GRE (Pombal)	Lagoa	Urbana	Rua Padre Aristides, nº s/n - Bairro: CENTRO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)
25002457	EEEFM Jose Serafim de Lima	7	08ª GRE (Catolé do Rocha)	Mato Grosso	Urbana	RUA ANTONIO SERAFIM DE LIMA, nº 16 - Bairro: CENTRO	Ensino Médio
25037781	EEEFM ANTONIO MOACIR DANTAS CAVALCANTI	7	06ª GRE (Patos)	Maturéia	Urbana	AVENIDA JOSÉ JERÔNIMO, nº 282 - Bairro: CENTRO	Ensino Médio
25014960	EEEF Manoel Mendes	7	10ª GRE (Sousa)	Nazarezinho	Urbana	RUA JOAO LUIZ, nº S/N - Bairro: CENTRO	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25020366	EEEM Conego Machado	7	06ª GRE (Patos)	Passagem	Urbana	Rua Capitão Pedro Rafael, nº 350 - Bairro: Centro	Ensino Médio
25020650	EEEF CAIC Dr Romero Abdon Q da Nobrega	7	06ª GRE (Patos)	Patos	Urbana	PARQUE RESIDENCIAL SÃO SEBASTIÃO, nº S/N - Bairro: FREI DAMIÃO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25020960	EEEF Coriolano de Medeiros	7	06ª GRE (Patos)	Patos	Urbana	Peregrino de Araújo, nº S/N - Bairro: Santo Antonio	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25020900	EEEFM Antonia Araujo	7	06ª GRE (Patos)	Patos	Urbana	Rua Projetada, nº S/N - Bairro: Bivar Olinto	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25020935	EEEFM Mons Manoel Vieira	7	06ª GRE (Patos)	Patos	Urbana	Praça Edvaldo Motta, nº N/D - Bairro: Centro	Ensino Médio
25021427	Ene D Expedito e de Oliveira	7	06ª GRE (Patos)	Patos	Urbana	Rua Cinco de Agosto, nº SN - Bairro: BELO HORIZONTE	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25020986	EEEF Rio Branco	7	06ª GRE (Patos)	Patos	Urbana	AV : FLORIANO PEIXOTO, nº S/N - Bairro: JARDIM CALIF´RNIA	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25015320	EEEFM Francisco de Sa Cavalcante	7	13ª GRE (Pombal)	Paulista	Urbana	Rua Belarmino Fernandes de França, nº S/N - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25031481	EEEFM JOAO DE S PRIMO	7	07ª GRE (Itaporanga)	Pedra Branca	Urbana	Av. José Teotônio dos Santos, nº N/D - Bairro: Centro	Ensino Médio
25026402	EEEIEF ADEMAR	7	07ª GRE	Piancó	Urbana	Rua Cel. João Leite, nº 26 - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
	LEITE		(Itaporanga)				(6º ao 9º Ano)
25026488	EEEF MARIA ELIZA MONTENEGRO DE SOUZA	7	07ª GRE (Itaporanga)	Piancó	Urbana	RUA ANTONIO LEITE MONTENEGRO, nº S/N - Bairro: CAIXA D'ÁGUA	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25012940	EEEFM Jose Nilson Santiago	7	09ª GRE (Cajazeiras)	Poço Dantas	Urbana	RUA ODILON FRANCISCO DE OLIVEIRA, nº S/N - Bairro: CENTRO	Ensino Médio
25015885	EEEF Joao da Mata	7	13ª GRE (Pombal)	Pombal	Urbana	Rua Coronel Josué Bezerra, nº S/N - Bairro: Pereiros	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25016075	EEEF de Estrelo	7	13ª GRE (Pombal)	Pombal	Rural	SITIO ESTRELO, nº S/N - Bairro: ZONA RURAL	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25016024	EEEF Oito de Julho	7	13ª GRE (Pombal)	Pombal	Urbana	Rua Praça da Bandeira, nº 723 - Bairro: Centro	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25016032	EEEF Amelia Maria da Luz	7	13ª GRE (Pombal)	Pombal	Urbana	Travessa Cel. José Avelino, nº s/n - Bairro: Petrópolis	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25015869	EEEFM Monsenhor Vicente Freitas	7	13ª GRE (Pombal)	Pombal	Urbana	Rua Profº Luiz Ferreira Campos, nº 309 - Bairro: Jardim Rogério	Ensino Médio
25118560	EEEF Joana Ivonildes Bandeira	7	13ª GRE (Pombal)	Pombal	Urbana	Rua Cromácio Wanderley, nº s/n - Bairro: Vida Nova	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25036300	EEEFN GAMA E MELO	7	11ª GRE (Princesa Isabel)	Princesa Isabel	Urbana	Avenida Presidente João Pessoa, nº 460 - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)
25036343	EEEFM Ministro Alcides Vieira Carneiro	7	11ª GRE (Princesa Isabel)	Princesa Isabel	Urbana	PRAÇA DR JOSE NOMINANDO DINIZ, nº 52 - Bairro: CENTRO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)
25038796	EEEM Fenelon Nobrega	7	06ª GRE (Patos)	Salgadinho	Urbana	RUA JOSE MACIEL DE SOUZA, nº 56 - Bairro: CENTRO	Ensino Médio
25017080	EEEFM Valdemiro W de Oliveira	7	10ª GRE (Sousa)	Santa Cruz	Urbana	Conjunto Mauricio Gomes, nº S/N - Bairro: São Francisco	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25009931	EEEFM ELAINE SOARES BRASILEIRO	7	09ª GRE (Cajazeiras)	Santa Helena	Urbana	RUA JOANA FERREIRA DE SOUSA, nº 272 - Bairro: CENTRO	Ensino Médio



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
25009923	EEEF Prof Jose Bento	7	09ª GRE (Cajazeiras)	Santa Helena	Urbana	Rua Josias Francisco Diniz, nº 208 - Bairro: Centro	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25028103	EEEFM ENEAS LEITE	7	07ª GRE (Itaporanga)	Santa Inês	Urbana	RUA MANOEL PEREIRA CAMPOS, nº 86 - Bairro: CENTRO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25039075	EEEFM Arlindo Bento de Moraes	7	06ª GRE (Patos)	Santa Luzia	Urbana	RUA ANTONIO MOISÉS, nº 264 - Bairro: SÃO JOSÉ	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25027174	EEEM DR FELIZARDO TEOTÔNIO DANTAS	7	07ª GRE (Itaporanga)	Santana dos Garrotes	Urbana	Rua João Araújo Fonseca, nº 51 - Bairro: CENTRO	Ensino Médio
25003887	EEEF Milton Lucio da Silva	7	08ª GRE (Catolé do Rocha)	São Bento	Urbana	Rua João Pessoa, nº 116 - Bairro: Herculano	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
20168060	Escola Cidadã Integral Técnica de São Bento	7	08ª GRE (Catolé do Rocha)	São Bento	Urbana	Av. Prefeito Pedro Eulampio da Silva, nº S/N - Bairro: São Bentinho	Ensino Médio
25003852	EEEIF Fausto Meira	7	08ª GRE (Catolé do Rocha)	São Bento	Urbana	Rua DR JOÃO AGREPINO, nº 232 - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)
25004999	EEEF de Bandarra	7	09ª GRE (Cajazeiras)	São João do Rio do Peixe	Rural	Distrito de Bandarra, nº 0 - Bairro: Zona Rural	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25004948	EEEIEF Distrito de Umari	7	09ª GRE (Cajazeiras)	São João do Rio do Peixe	Rural	DISTRITO DE UMARI, nº S/N - Bairro: Zona Rural	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25004883	EEEFM CORONEL JACOB GUILHERME FRANTZ	7	09ª GRE (Cajazeiras)	São João do Rio do Peixe	Urbana	RUA PADRE JOAQUIM CIRILO DE SÁ, nº 95 - Bairro: CENTRO	Ensino Médio
25017446	EEEF Genesio Araujo	7	10ª GRE (Sousa)	São José da Lagoa Tapada	Urbana	RUA GENÉSIO ARAÚJO, nº S/N - Bairro: CENTRO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)
25010638	EEEF Prof Luiz Alberto de Paiva	7	09ª GRE (Cajazeiras)	São José de Piranhas	Urbana	RUA EXPEDITO RODRIGUES DE HOLANDA, nº S/N - Bairro: CENTRO	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25010565	EEEFM Prefº Joaquim Lacerda Leite	7	09ª GRE (Cajazeiras)	São José de Piranhas	Urbana	RUA RAIMUNDO ALVES, nº 125 - Bairro: SANTO ANTONIO	Ensino Médio



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
25011669	E EST DE CURSO NORMAL EM NIVEL MEDIO SAO JOSE	7	09ª GRE (Cajazeiras)	São José de Piranhas	Urbana	RUA EXPEDITO RODRIGUES DE HOLANDA, nº 146 - Bairro: CENTRO	Ensino Médio
25010727	EEEF SANTA MARIA GORETE	7	09ª GRE (Cajazeiras)	São José de Piranhas	Urbana	Rua Inácio Lira, nº 543 - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)
25010670	EEEF Bairro Santo Antonio	7	09ª GRE (Cajazeiras)	São José de Piranhas	Urbana	avenida centenaria, nº 239 - Bairro: São Sebastião	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)
25037137	EEEFM Dep Nominando Muniz Diniz	7	11ª GRE (Princesa Isabel)	São José de Princesa	Urbana	rua da boa vista, nº s/n - Bairro: centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25001302	EEEFM Olivia Saraiva Maia	7	08ª GRE (Catolé do Rocha)	São José do Brejo do Cruz	Urbana	Rua Cônego Sandoval, nº 124 - Bairro: Centro	Ensino Médio
25040014	EEEIEF Serafico Nobrega	7	06ª GRE (Patos)	São Mamede	Urbana	Rua José Pequeno de Oliveira, nº 91 - Bairro: Centro	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25032968	EEEFM Prof Josefa Justino Gomes	7	07ª GRE (Itaporanga)	Serra Grande	Urbana	Av. Pref. Ivo Pinto Ramalho, nº 580 - Bairro: Bela Vista	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25018582	Ene Jose de Paiva Gadelha	7	10ª GRE (Sousa)	Sousa	Urbana	Rua José de Paiva Gadelha, nº 127 - Bairro: Gato Preto	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25018183	EEEFM Estevam Marinho	7	10ª GRE (Sousa)	Sousa	Rural	AVENIDA RIO PIRANHAS, nº N/D - Bairro: CENTRO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25018221	EEEF Conego Joao Cartaxo Rolim	7	10ª GRE (Sousa)	Sousa	Urbana	Rua Saul Pedrosa de Sá Melo, nº S/N - Bairro: Alto do Cruzeiro	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25018191	EEEFM Francisco Cicero Sobrinho	7	10ª GRE (Sousa)	Sousa	Rural	Núcleo Habitacional III, nº S/N - Bairro: São Gonçalo	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25018280	EEEM Mestre Julio Sarmiento	7	10ª GRE (Sousa)	Sousa	Urbana	RUA JOSÉ DE PAIVA GADELHA, nº 125 - Bairro: GATO PRETO	Ensino Médio
25018264	EEEF Jaime Meira Fontes	7	10ª GRE (Sousa)	Sousa	Urbana	RUA TENENTE ZUCA, nº 158 - Bairro: SÃO JOSÉ	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25018060	EEEFM Izidra	7	10ª GRE (Sousa)	Sousa	Rural	Núcleo Habitacional I, nº N/D - Bairro: São	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
	Pacifico de Araujo					Gonçalo	e Ensino Médio
25018272	EEEFM Profª Dione Diniz Oliveira Dias	7	10ª GRE (Sousa)	Sousa	Rural	Núcleo Habitacional II, nº S/N - Bairro: São Gonçalo	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25018132	EEEF Bento Freire	7	10ª GRE (Sousa)	Sousa	Urbana	Rua Joaquim Pinto Neto, nº 02 - Bairro: Estação	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25037234	EEEFM Povoado Silvestre	7	11ª GRE (Princesa Isabel)	Tavares	Rural	POVOADO SILVESTRE, nº S/N - Bairro: centro	Ensino Médio
25037226	EEEFM Adriano Feitosa	7	11ª GRE (Princesa Isabel)	Tavares	Urbana	Rua Severino Carlos de Andrade, nº 489 - Bairro: centro	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25037803	EEEFM Sebastiao Guedes da Silva	7	06ª GRE (Patos)	Teixeira	Urbana	Rua Cônego Serrão, nº 21 - Bairro: Centro	Ensino Médio
25037846	EEEF Dr Manoel Dantas	7	06ª GRE (Patos)	Teixeira	Urbana	RUA DR. MANOEL DANTAS, nº 20 - Bairro: CENTRO	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25012185	EEEF Antonio Francisco Duarte	7	09ª GRE (Cajazeiras)	Triunfo	Urbana	AV. JOSE DUARTE DE SA, nº 89 - Bairro: CENTRO	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25012207	EEEFM BERNARDINO JOSE BATISTA	7	09ª GRE (Cajazeiras)	Triunfo	Urbana	Tabelião Antonio Lisboa Lisboa, nº S/N - Bairro: Bela Vista	Ensino Médio
25012967	EEEF MONS CONSTANTINO VIEIRA	7	09ª GRE (Cajazeiras)	Uiraúna	Rural	Distrito de Quixaba de Cima, nº S/N - Bairro: DISTRITO DE QUIXABA	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25012924	EEEFM Jovelina Gomes	7	09ª GRE (Cajazeiras)	Uiraúna	Urbana	RUA JOAO PESSOA, nº 88 - Bairro: SÃO JOSE	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25019740	EEEM Maria Moreira Pinto	7	10ª GRE (Sousa)	Vieirópolis	Urbana	Rua Agripino Fernandes das Chagas, nº s/n - Bairro: Centro	Ensino Médio
25126342	EEEF Antonia Maria Anunciacao Dona Doninha	7	10ª GRE (Sousa)	Vieirópolis	Rural	DISTRITO DE CAMPO ALEGRE, nº S/N - Bairro: N/D	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
25014226	EEEFM Manoel Medeiros de Araujo	7	13ª GRE (Pombal)	Vista Serrana	Urbana	Rua João Francisco Filho, nº 190 - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25023489	EEEM Agenor Mendes Pedrosa	8	07ª GRE (Itaporanga)	Aguiar	Urbana	RUA JOÃO PAULO SOBRINHO, nº S/N - Bairro: EVANDRO CABRAL	Ensino Médio
25018094	EEEFM Dr Jose Gadelha	8	10ª GRE (Sousa)	Aparecida	Urbana	RUA JOÃO AMACIO PIRES, nº 95 - Bairro: CENTRO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25012193	EEEFM Nelson Batista Alves	8	09ª GRE (Cajazeiras)	Bernardino Batista	Urbana	Rua José Estrela Abrantes, nº 245 - Bairro: Centro	Ensino Médio
25000349	EEEFM Padre Aristides	8	08ª GRE (Catolé do Rocha)	Bom Sucesso	Urbana	Rua Francisco Gonçalves Sobrinho, nº S/N - Bairro: Noel Laureano de Lima	Ensino Médio
25006223	EEEFM Monsenhor Moraes	8	09ª GRE (Cajazeiras)	Bonito de Santa Fé	Urbana	RUA APRIGIO PEREIRA DA SILVA, nº 01 - Bairro: ALTO DA BOA VISTA	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25006231	EEEF Joaquim Nabuco	8	09ª GRE (Cajazeiras)	Bonito de Santa Fé	Urbana	Rua Prefeito José Ferreira Caju, nº 204 - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)
25000640	EEEFM Prof Jose Olimpio Maia	8	08ª GRE (Catolé do Rocha)	Brejo do Cruz	Urbana	Rua: Horácio Pimenta, nº 225 - Bairro: Centro	Ensino Médio
25019813	EEEFM Aldo Satiro Xavier	8	06ª GRE (Patos)	Cacimba de Areia	Urbana	RUA CAPITÃO SILVINO XAVIER, nº S/Nº - Bairro: CENTRO	Ensino Médio
25007718	EEEFM Prof Manoel Mangueira Lima	8	09ª GRE (Cajazeiras)	Cajazeiras	Urbana	Rua José Leite de Oliveira, nº 215 - Bairro: Por do Sol	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25007882	EEEF Sinhazinha Ramalho	8	09ª GRE (Cajazeiras)	Cajazeiras	Urbana	RUA: PROJETADA, nº 25 - Bairro: Por do Sol	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25007840	EEEF Monsenhor Joao Milanes	8	09ª GRE (Cajazeiras)	Cajazeiras	Urbana	PRAÇA DOM ADAUTO, nº S/N - Bairro: CENTRO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)
25008951	Esc Profissional Monte Carmelo	8	09ª GRE (Cajazeiras)	Cajazeiras	Urbana	RUA VICENTE BEZERRA, nº 01 - Bairro: ESPERANÇA	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25999993	EEEFM Ariano Suassuna	8	09ª GRE (Cajazeiras)	Cajazeiras	Rural	Sítio Zé Dias, nº S/N - Bairro: Zona Rural	Exclusivamente Educação de Jovens e Adultos



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
25007777	EEEF Cel Joaquim Matos	8	09ª GRE (Cajazeiras)	Cajazeiras	Urbana	Av. Júlio Marques do Nascimento, nº 975 - Bairro: Jardim Oásis	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
20169001	Escola Cidadã Integral Técnica Professora Nicéia Claudino Pinheiro	8	09ª GRE (Cajazeiras)	Cajazeiras	Urbana	BR 230 KM 506, nº S/N - Bairro: N/D	Ensino Médio
25007750	EEEF Desembargador Boto de Menezes	8	09ª GRE (Cajazeiras)	Cajazeiras	Urbana	RUA HIGINO TAVARES, nº 39 - Bairro: CENTRO	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25016059	EEEFM MARIA SOLEDADE ASSIS FREITAS	8	13ª GRE (Pombal)	Cajazeirinhas	Urbana	Rua Antônio Cezario da Silva, nº S/N - Bairro: Centro	Ensino Médio
25024175	EEEFM Inacio da Catingueira	8	06ª GRE (Patos)	Catingueira	Urbana	Rua Tenente Nicolau Lopes, nº s/n - Bairro: centro	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) e Ensino Médio
25002376	EEEF Fabio Mariz Maia	8	08ª GRE (Catolé do Rocha)	Catolé do Rocha	Rural	Distrito Coronel Maia, nº N/D - Bairro: N/D	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25001868	Escola Estadual de Ensino Fundamental Joaquim Valdevino de Lima	8	08ª GRE (Catolé do Rocha)	Catolé do Rocha	Rural	Sítio Cajazerinha, nº S/N - Bairro: Zona Rural	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25001906	EEEF Joao Suassuna	8	08ª GRE (Catolé do Rocha)	Catolé do Rocha	Urbana	Praça Prefeito José Sergio Maia, nº 70 - Bairro: centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)
25001833	EEEFM Obdulia Dantas	8	08ª GRE (Catolé do Rocha)	Catolé do Rocha	Urbana	AVENIDA VENÂNCIO NEIVA, nº 804 - Bairro: CENTRO	Ensino Médio
25027980	EEEF BAIRRO SAO JOSE	8	07ª GRE (Itaporanga)	Conceição	Urbana	rua capitão joão miguel, nº 232 - Bairro: bairro são josé	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25027930	EEEFM Maestro Jose Siqueira	8	07ª GRE (Itaporanga)	Conceição	Urbana	Rua Padre Panoel Otaviano, nº 190 - Bairro: centro	Ensino Médio



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
25029576	EEEFMCORONEL ZUZA LACERDA	8	07ª GRE (Itaporanga)	Curral Velho	Urbana	Rua: Cosmo Alves Barbosa, nº 120 - Bairro: centro	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25033816	EEEF Silveira Dantas	8	06ª GRE (Patos)	Desterro	Urbana	PRAÇA NOSSA SENHORA DO DESTERRO, nº 25 - Bairro: CENTRO	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25029789	EEEFM PROFESSORA ADILINA DE SOUZA DINIZ	8	07ª GRE (Itaporanga)	Diamante	Urbana	Rua Vereador Américo Pereira Gomes, nº 696 - Bairro: Centro	Ensino Médio
25029797	EEEF JOANA ABILIO PEGADO	8	07ª GRE (Itaporanga)	Diamante	Urbana	Rua Antônio Vicente, nº 57 - Bairro: centro	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25030175	EEEF FRANCA LEITE	8	07ª GRE (Itaporanga)	Ibiara	Urbana	RUA OSÓRIO PINTO RAMALHO, nº 430 - Bairro: CENTRO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)
25030167	EEEF DE IBIARINHA	8	07ª GRE (Itaporanga)	Ibiara	Urbana	Rua Santa Maria, nº 641 - Bairro: Ibiarinha	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25030116	EEEFMI Padre Manoel Otaviano	8	07ª GRE (Itaporanga)	Ibiara	Urbana	RUA SANTA MARIA, nº 1000 - Bairro: IBIARINHA	Ensino Médio
25023896	EEEFM Joselita Brasileiro	8	07ª GRE (Itaporanga)	Igaracy	Urbana	RUA CONJUNTO MINEIRO II, nº 00 - Bairro: FREI DAMIÃO	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25034219	EEEFM Santa Catarina	8	11ª GRE (Princesa Isabel)	Imaculada	Rural	Rua Professor Henrique Antônio da Silva, nº - - Bairro: Rural	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25034227	EEEIF Delmiro Dantas	8	11ª GRE (Princesa Isabel)	Imaculada	Urbana	Rua Delmiro Dantas, nº s/n - Bairro: Centro	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25030620	EEEF CHAGAS SOARES	8	07ª GRE (Itaporanga)	Itaporanga	Urbana	RUA MANOEL RUFINO DE SOUSA, nº 217 - Bairro: CHAGAS SOARES	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25030698	EEEF Simeao Leal	8	07ª GRE (Itaporanga)	Itaporanga	Urbana	PRAÇA DEP BALDUÍNO DE CARVALHO, nº 32 - Bairro: CENTRO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)
25030566	EEEM Adalgisa Teodulo da Fonseca	8	07ª GRE (Itaporanga)	Itaporanga	Urbana	RUA JOÃO SILVINO DA FONSÊCA, nº S/N - Bairro: CENTRO	Ensino Médio
25031155	Ene Prof Francelino A Neves	8	07ª GRE (Itaporanga)	Itaporanga	Urbana	Rua: João Firmino Gomes, nº 310 - Bairro: Centro	Ensino Médio



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
25038478	EEEFM Ezequiel Fernandes	8	06ª GRE (Patos)	Junco do Seridó	Urbana	RUA ALCINDO LEITE, nº 490 - Bairro: CENTRO	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25034839	EEEM D Arlinda P da Silva	8	11ª GRE (Princesa Isabel)	Juru	Rural	AVENIDA DALMO TEIXEIRA SETOR SERRA BRANCA, nº S/N - Bairro: N/D	Ensino Médio
25034820	EEEFM America Florentino	8	11ª GRE (Princesa Isabel)	Juru	Urbana	AV. CAPITÃO DALMO TEIXEIRA, nº 626 - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)
25003054	EEEFM Frei Bruno	8	13ª GRE (Pombal)	Lagoa	Urbana	Travessa Simplício Roque, nº 02 - Bairro: Centro	Ensino Médio
25014412	EEEM Nestorina Abrantes	8	10ª GRE (Sousa)	Lastro	Urbana	RUA PEDRO ABRANTES FERREIRA, nº 278 - Bairro: CENTRO	Ensino Médio
25020102	EEEFM Francisco Romano da Silveira	8	06ª GRE (Patos)	Mãe d'Água	Urbana	RUA SÃO SEBASTIÃO, nº 05 - Bairro: CENTRO	Ensino Médio
25014692	EEEFM Dr Antonio F Medeiros	8	06ª GRE (Patos)	Malta	Urbana	Rua, Cel. Antonio de Assis Ferreira, nº S/N - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25036017	Ene Mons Sebastiao Rabelo	8	11ª GRE (Princesa Isabel)	Manaíra	Urbana	Rua Silvério Alves Lisboa, nº S/N - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25035444	EEEF Professora Antonia Diniz Maia	8	11ª GRE (Princesa Isabel)	Manaíra	Urbana	PRAÇA PREFEITO JOAQUIM ANTONIO SIMÃO, nº 06 - Bairro: centro	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25019538	EEEFM Dr Silva Mariz	8	10ª GRE (Sousa)	Marizópolis	Urbana	RUA BELARMINO RUFINO DE CARVALHO, nº 22 - Bairro: CENTRO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25009559	EEEFM BONIFACIO SARAIVA DE MOURA	8	09ª GRE (Cajazeiras)	Monte Horebe	Urbana	Rua Projetada, nº s/n - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25014951	EEEFM Francisco Augusto Campos	8	10ª GRE (Sousa)	Nazarezinho	Urbana	Rua Herculano Vieira, nº S/N - Bairro: Francisco Mendes Campos	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25025627	EEEF MARIA DIONISIA DE SOUSA	8	07ª GRE (Itaporanga)	Nova Olinda	Rural	Rua Jose Cipriano dos Santos, nº sem - Bairro: Distrito de Manguenza	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25025635	EEEFM JOAO LEITE NETO	8	07ª GRE (Itaporanga)	Nova Olinda	Urbana	Rua Jó de Sousa, nº s/nº - Bairro: centro	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
25025830	EEEIFM ANTONIO AVELINO DE ALMEIDA	8	07ª GRE (Itaporanga)	Olho d'Água	Urbana	RUA JOAQUIM AVELINO PEREIRA, nº 0 - Bairro: CENTRO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25025813	EEEF CONEGO MANOEL OTAVIANO	8	07ª GRE (Itaporanga)	Olho d'Água	Urbana	RUA MANOEL DE ALMEIDA COSTA, nº 70 - Bairro: CENTRO	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25103563	EEEFM Professor Jose Gomes Alves	8	06ª GRE (Patos)	Patos	Urbana	Donato Locio, nº s/n - Bairro: Jatobá	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25020889	EEEFM Lucia Wanderley de Freitas	8	06ª GRE (Patos)	Patos	Urbana	RUA VEREADOR JOSÉ CAETANO FILHO, nº 36 - Bairro: DISTRITO SANTA GERTRUDES	Ensino Médio
25020854	EEEFM Dr Dionisio da Costa	8	06ª GRE (Patos)	Patos	Urbana	Rua Francisco Pontes, nº S/N - Bairro: Salgadinho	Ensino Médio
25020927	EEEFM Auzanir Lacerda	8	06ª GRE (Patos)	Patos	Urbana	RUA: LUÍS JOSÉ, nº S/N - Bairro: JARDIM LACERDA	Ensino Médio
25020978	EEEF Profa Maria Nunes	8	06ª GRE (Patos)	Patos	Urbana	Rua Valdemar Vieira, nº S/N - Bairro: São Sebastião	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25031511	EEEF RAIMUNDO EPAMINONDAS DE SOUSA	8	07ª GRE (Itaporanga)	Pedra Branca	Urbana	Rua : Antônio de Sousa Oliveira, nº 384 - Bairro: centro	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25027026	ENE SANTO ANTONIO	8	07ª GRE (Itaporanga)	Piancó	Urbana	Rua Nicolau Loureiro, nº 63 - Bairro: centro	Ensino Médio
25005995	EEEFM Profª Francisca Fonseca Matias	8	09ª GRE (Cajazeiras)	Poço de José de Moura	Urbana	Avenida Frei Damião, nº 61 - Bairro: Centro	Ensino Médio
25015893	EEEFM Arruda Camara	8	13ª GRE (Pombal)	Pombal	Urbana	margem da BR-230, nº s/n - Bairro: Jardim Rogério	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25016083	EEEF de Mundo Novo	8	13ª GRE (Pombal)	Pombal	Rural	ASSENTAMENTO JACÚ, nº S/N - Bairro: ZONA RURAL	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25037129	EEEF Marcal Lima	8	11ª GRE	Princesa Isabel	Rural	Povoado de Várzea, nº S/N - Bairro: Zona	Anos Iniciais do Ensino



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
	Neto		(Princesa Isabel)		Rural		Fundamental (1º ao 5º Ano)
25036335	EEEB Nossa Senhora do Bom Conselho	8	11ª GRE (Princesa Isabel)	Princesa Isabel	Urbana	Rua Solon de Lucena, nº 50 - Bairro: Centro	Ensino Médio
25036297	EEEIF Professora Iracema Marques de Lima	8	11ª GRE (Princesa Isabel)	Princesa Isabel	Urbana	rua presidente suassuna, nº 0 - Bairro: cruzeiro	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25022059	EEEFM Herculano Pereira	8	06ª GRE (Patos)	Quixabá	Urbana	rua:Januncio Candeia, nº s/n - Bairro: Centro	Ensino Médio
25003410	EEEFM Daniel Carneiro	8	08ª GRE (Catolé do Rocha)	Riacho dos Cavalos	Urbana	Rua Dr. Antonio Carneiro, nº 60 - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25017071	EEEF Prof Nestor Antunes	8	10ª GRE (Sousa)	Santa Cruz	Urbana	Rua José Vital de Oliveira, nº 61 - Bairro: Centro	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25039083	EEEIEF Coêlho Lisbôa	8	06ª GRE (Patos)	Santa Luzia	Urbana	AVENIDA JOSÉ AMÉRICO, nº S/N - Bairro: CENTRO	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25039032	EEEFM PE JERONIMO LAUWEN	8	06ª GRE (Patos)	Santa Luzia	Urbana	Rua Dom Quintino, nº S/N - Bairro: São José	Ensino Médio
25039040	EEEF Monsenhor Pedro Anisio	8	06ª GRE (Patos)	Santa Luzia	Urbana	Rua Bonifácio Nóbrega, nº 626 - Bairro: São José	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25022296	EEEFM Professor Joao Noberto	8	06ª GRE (Patos)	Santa Teresinha	Urbana	Rua Eptácio Rodrigues, nº 360 - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25031783	EEEFM PRESIDENTE KENNEDY	8	07ª GRE (Itaporanga)	Santana de Mangueira	Urbana	TRAVESSA ELISA FERREIRA LIMA, nº 00 - Bairro: CENTRO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25027190	EEEF Dr Felizardo Leite	8	07ª GRE (Itaporanga)	Santana dos Garrotes	Urbana	RUA MANOEL BATISTA, nº 52 - Bairro: CENTRO	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25016105	EEEFM Deputado Levi Olimpio Ferreira	8	13ª GRE (Pombal)	São Bentinho	Urbana	RUA ERNANE ROQUE DE ARRUDA, nº S/N - Bairro: CENTRO	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25003844	EEEFM Joao Silveira Guimaraes	8	08ª GRE (Catolé do Rocha)	São Bento	Urbana	RUA ANDREAZZA DE OLIVEIRA, nº 216 - Bairro: DÃO SILVEIRA	Ensino Médio



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
25016164	EEEFM São Domingos	8	13ª GRE (Pombal)	São Domingos	Urbana	Rua Emília Santina de Jesus, nº 00 - Bairro: Bela Vista	Ensino Médio
25019597	EEEFM Dorgival Silveira	8	10ª GRE (Sousa)	São Francisco	Urbana	RUA FRANCISCO ANTONIO DA SILVEIRA, nº 110 - Bairro: CENTRO	Ensino Médio
25004875	Ene Min Jose Americo de Almeida	8	09ª GRE (Cajazeiras)	São João do Rio do Peixe	Urbana	RUA VIDAL DE NEGREIROS, nº 134 - Bairro: CENTRO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25005030	EEEF de Gravata	8	09ª GRE (Cajazeiras)	São João do Rio do Peixe	Rural	DISTRITO DE GRAVATA, nº S/N - Bairro: GRAVATA	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25004972	EEEF Conego Manoel Jacome	8	09ª GRE (Cajazeiras)	São João do Rio do Peixe	Urbana	RUA LACORDERIO FERNANDES DANTAS, nº 120 - Bairro: CENTRO	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25102621	EEEF PROFª FRASSINETE BERNARDO	8	09ª GRE (Cajazeiras)	São João do Rio do Peixe	Urbana	Rua Jacob Frantz, nº 263 - Bairro: Centro	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25017438	EEEFM Antonio Gregorio de Lacerda	8	10ª GRE (Sousa)	São José da Lagoa Tapada	Urbana	Rua Antonio Gregorio de Lacerda, nº S/N - Bairro: Sanhauá	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25032518	EEEFM OTAVIANO L DA SILVA	8	07ª GRE (Itaporanga)	São José de Caiana	Urbana	Rua José Pereira Lima, nº s/n - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25022652	EEEFM Jose Americo de Almeida	8	06ª GRE (Patos)	São José de Espinharas	Urbana	RUA CAPITÃO CAZUZA SÁTIRO, nº 134 - Bairro: centro	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25010646	EEEF SAO SEBASTIAO	8	09ª GRE (Cajazeiras)	São José de Piranhas	Urbana	Av. Centenaria, nº 14 - Bairro: São Sebastião	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)
25023187	EEEFM Maria de Lourdes Meira	8	06ª GRE (Patos)	São José do Bonfim	Urbana	presidente joãoopessoa, nº 50 - Bairro: centro	Ensino Médio
25039504	EEEFM Olavo Bilac	8	06ª GRE (Patos)	São José do Sabugi	Urbana	Rua Severino Arnaldo, nº 325 - Bairro: Centro	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25039997	EEEFM Napoleao Abdon da Nobrega	8	06ª GRE (Patos)	São Mamede	Urbana	ministro joao agripino, nº 175 - Bairro: N/D	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio
25018078	EEEF Andre Gadelha	8	10ª GRE (Sousa)	Sousa	Urbana	Rua Vereador José Vieira de Figueiredo, nº 88 - Bairro: Areias	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)



INEP	Unidade Escolar	Lote	GRE	Município	Zona	Endereço	Ensino Oferecido
25018124	EEEF Batista Leite	8	10ª GRE (Sousa)	Sousa	Urbana	RUA LUIS PEREIRA DA SILVA, nº 22 - Bairro: CENTRO	Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)
25018140	EEEFM Celso Mariz	8	10ª GRE (Sousa)	Sousa	Urbana	Ary Fernandes de Aragão, nº S/N - Bairro: Jardim Sorrilândia III	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25018256	EEEF de Demonstracao de Sousa	8	10ª GRE (Sousa)	Sousa	Urbana	Rua José de Paiva Gadelha, nº 141 - Bairro: Gato Preto	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25019228	EEEF Antonio Teodoro Neto	8	10ª GRE (Sousa)	Sousa	Urbana	RUA VEREADOR JOSÉ GONÇALVES FORMIGA, nº S/N - Bairro: SANTARÉM	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25018639	EEEF Dr Thomaz Pires	8	10ª GRE (Sousa)	Sousa	Urbana	Rua Raimundo Pereira de Oliveira, nº S/N - Bairro: Jardim Sorrilândia I	Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio
25012916	EEEFM Dr Jose Duarte Filho	8	09ª GRE (Cajazeiras)	Uiraúna	Urbana	Rua Manoel Mariano, nº 300 - Bairro: Santo Exedito	Ensino Médio
25012959	EEEF Ernani Satiro	8	09ª GRE (Cajazeiras)	Uiraúna	Urbana	Rua Brasileiro Vieira, nº 34 - Bairro: Alto Bela Vista	Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)
25040600	EEEM Profº Odilon de Figueiredo	8	06ª GRE (Patos)	Várzea	Urbana	RUA ANÍZIO MARINHO DA SILVA, nº 421 - Bairro: CENTRO	Ensino Médio

Informações complementares sobre, quantidade de matrículas, salas de aulas, acesso à Internet, quantidade de profissionais efetivos de apoio, Taxa de Aprovação, Taxa de Abandono, IDEB e IDEPB das unidades escolares serão disponibilizadas em formato PDF no site da SEE – www.paraiba.pb.gov.br/educacao, em arquivos separados.

V – Levantamento Patrimonial

As informações e os relatórios de bens patrimoniais das unidades escolares que compõem o Edital 001/2017, estão disponíveis em arquivos eletrônicos específicos e podem ser acessados por meio do site da Secretaria de Estado de Educação endereço: www.paraiba.pb.gov.br/educacao.

ANEXO II – Diretrizes, indicadores e metas dos serviços da Gestão Pactuada

I - DIRETRIZES DAS ATIVIDADES

Para bem desempenhar as suas atribuições, a Organização Social parceira deverá, durante a vigência do Contrato de Gestão, atender os seguintes compromissos:

1. Suporte à Educação Inclusiva

- 1.1. Assegurar uma educação inclusiva no ensino regular, com a presença de cuidadores de aluno, interprete, instrutor e demais profissionais de apoio ao processo de escolarização, quando verificada a necessidade pela Gestão Escolar e SEE de acordo com a legislação vigente, para alunos com deficiência, como: cegueira, baixa visão, surdez, deficiência auditiva, surdocegueira, deficiência intelectual, deficiência física, deficiência múltipla e Transtorno de Espectro Autista.
- 1.2. Assegurar atendimento educacional especializado como um complemento do ensino regular para os alunos mencionados no item anterior com pessoal devidamente qualificado.
- 1.3. Seguir a nota técnica 19 do MEC que regulamenta a contratação de cuidador de alunos com deficiência.

2. Suporte Pedagógico

- 2.1. Dar suporte à elaboração, execução e monitoramento do Plano Estratégico – Plano de Desenvolvimento Escolar - PDE/MEC, construído pela unidade escolar, conforme orientações do MEC e SEE, do Plano Político Pedagógico (PPP), do Projeto de Intervenção Pedagógica (PIP) e de projetos pedagógicos temáticos, garantindo a participação da comunidade escolar.
- 2.2. Viabilizar e fomentar a participação da Comunidade Escolar na elaboração, atualização e divulgação do Projeto Político Pedagógico - PPP e do Regimento da Unidade Escolar, considerando orientações, recomendações e deliberações da Secretaria de Estado da Educação (SEE), Conselhos Escolares, Conselho Estadual de Educação (CEE), Ministério da Educação (MEC) e outros órgãos competentes.
- 2.3. Dar suporte a atuação do Conselho Escolar e da Gestão Escolar nas decisões administrativas, financeiras e pedagógicas da respectiva unidade escolar, fornecendo insumos para decisões na aplicação dos recursos oriundos do Programa Dinheiro Direto na Escola-PDDE/MEC.
- 2.4. Apoiar a atuação da Gestão Escolar e dos Conselhos Escolares nas unidades escolares, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e orientações do MEC e da SEE.
- 2.5. Manter a Comunidade Escolar bem informada quanto aos processos administrativos, pedagógicos e financeiros, por meio de fixação em mural acessível a todos na unidade escolar, nas reuniões e no site da escola e da Organização Social.
- 2.6. Dar suporte à Gestão Escolar na elaboração do planejamento, no



acompanhamento, e à execução das ações pedagógicas, que deverão ser validadas pela SEE.

- 2.7. Dar suporte à promoção de atividades de desenvolvimento (projetos e ações de incentivo e promoção à leitura, prevenção ao bullying etc.).
 - 2.8. Fomentar práticas de ensino inovadoras e criativas voltadas à investigação e à pesquisa, que deverão ser contempladas na Proposta Técnica.
 - 2.9. Incentivar e viabilizar a participação dos estudantes e docentes em concursos literários e de redação, feiras de ciências, olimpíadas de conhecimento: matemática, física, astronomia, história, ciências, robótica, dentre outros.
 - 2.10. Dar suporte aos gestores e professores no desenvolvimento e manutenção dos projetos específicos que estimulem a participação dos estudantes em práticas pedagógicas inovadoras.
 - 2.11. Apoiar a execução de programas e/ou projetos educacionais implementados nas unidades escolares pela SEE ou em parceria com o Governo Federal e/ou outros parceiros.
 - 2.12. Auxiliar no acompanhamento e avaliação de ações de caráter social, educativo e cívico.
 - 2.13. Apoiar a busca de parcerias que contribuam com a implementação do PDE, PPP e PIP.
 - 2.14. Promover e garantir clima favorável à aprendizagem em sala de aula/turmas.
 - 2.15. Promover ações para o desenvolvimento de sinergia e espírito de equipe e boas relações interpessoais.
 - 2.16. Estimular o pertencimento a Comunidade Escolar com comportamento propositivo promovendo o estabelecimento de vínculos dos estudantes e professores com a unidade escolar.
 - 2.17. Fomentar um ambiente cooperativo e solidário ao promover práticas solidárias.
 - 2.18. Apoiar a disciplina, respeito e o cumprimento às regras, metas e regulamentos acordados entre os estudantes, professores e a unidade escolar, contribuindo para o ambiente propício ao bom aprendizado.
 - 2.19. Promover a clareza dos direitos e deveres de cada parte envolvida na Comunidade Escolar.
 - 2.20. Apoiar a atuação, quando necessário, da equipe multiprofissional da SEE para atuar junto à unidade escolar nas mediações de conflitos da Comunidade Escolar.
 - 2.21. Apoiar a Gestão e Conselho escolar a manterem o quantitativo de estudantes matriculados/frequentes por sala de aula de acordo com as diretrizes operacionais para o funcionamento das escolas da rede estadual, definidas pela SEE.
 - 2.22. Respeitar as possíveis deliberações da SEE referentes ao reordenamento da Rede
3. Acompanhamento pedagógico ao aluno
 - 3.1. Encaminhar os discentes ao ambiente de aula e contribuir para sua permanência nas atividades de aprendizagem.
 - 3.2. Estimular vínculos dos estudantes e professores com a unidade escolar.
 - 3.3. Apoiar a mediação de conflitos entre alunos.



- 3.4. Dar suporte a Gestão Escolar no encaminhamento médico, nutricional, social e psicológico.
- 3.5. Apoiar a promoção de práticas de prevenção e enfrentamento ao bullying.
- 3.6. Apoiar o acompanhamento de alunos infrequentes auxiliando no preenchimento da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI), seguindo o decreto 32.303 de 29 de julho de 2011¹.
- 3.7. Estimular o protagonismo juvenil, promovendo a discussão e a construção de conceitos como cidadania e democracia, fortalecendo e consolidando a gestão democrática.
- 3.8. Garantir o respeito aos Direitos das Crianças e dos Adolescentes.
- 3.9. Garantir a representatividade de estudantes de cada turno de funcionamento nos grêmios estudantis, conselhos de classe e nos Conselhos Escolares.
- 3.10. Apoiar o desenvolvimento de práticas voltadas à inclusão das diversidades: social, cultural, ideológica, étnica, de gênero, de orientação sexual, religiosa, pessoas com deficiência;
4. Suporte ao professor
 - 4.1. Auxiliar na articulação e interação entre o Diretor e os Professores acerca dos processos pedagógicos no interior da escola.
 - 4.2. Incentivar diálogo permanente entre professores e estudantes.
 - 4.3. Apoiar a promoção de ambiente favorável à aprendizagem em sala de aula, estimular a variação das estratégias de ensino-aprendizagem e avaliação.
5. Gestão dos Espaços Pedagógicos
 - 5.1. Gerenciar os laboratórios, acervo bibliográfico, bibliotecas, salas de leitura e quadras de esporte, bem como a manter e auxiliar na utilização de recursos didático-pedagógicos, como recursos audiovisuais.
 - 5.2. Garantir a organização das quadras de esportes, laboratórios, bibliotecas e salas de leitura.
 - 5.3. Preparar, sob supervisão da Gestão Escolar, os espaços de biblioteca e laboratórios para uso.
6. Suporte de Secretariado
 - 6.1. Garantir a realização dos processos administrativos necessário ao bom funcionamento da unidade escolar, como o lançamento de notas, realização de matrículas, atualização de dados e expedição de certificados.
 - 6.2. Realizar os processos de movimentação escolar dos alunos.
 - 6.3. Inserir e manter atualizados os dados dos discentes e docentes, assim como dos equipamentos escolares e outras informações do tombamento nos sistemas da SEE.
 - 6.4. Garantir a entrega no prazo de Relatórios e documentos administrativos da escola, como aqueles relacionados à prestação de contas do PNAE, PDDE, PDDE/PB, PNATE e da Gestão Pactuada.
 - 6.5. Fornecer suporte à confecção de licitações, convênios e outros documentos relacionados aos processos de aquisições de responsabilidade do Conselho Escolar e da SEE, de forma a garantir sua adequação e celeridade.

¹ Decreto publicado no Diário Oficial do Estado do dia 30 de julho de 2011, disponível no endereço <http://www.paraiba.pb.gov.br/wp-content/uploads/2011/08/di%C3%A1riooficial300720111.pdf>.



- 6.6. Dar suporte à compra de alimentos para merenda escolar e, particularmente, apoiar o cumprimento da determinação de compra de alimentos de agricultura familiar.
- 6.7. Realizar atendimento ao público cuja qualidade será verificada por meio de questionários, que serão aplicados em conformidade com o Item 10 dos Indicadores de Desempenho e Metas, deste ANEXO II.
- 6.8. Garantir o serviço de ouvidoria nas unidades escolares, recebendo reclamações, sugestões e elogios quanto ações de responsabilidade da Gestão Escolar, SEE e da Organização Social e encaminhando à Gestão Escolar e às áreas responsáveis da SEE e da OS de forma a solucionar os problemas de forma integrada.
- 6.9. Divulgar a Ouvidoria da SEE, especialmente como canal oficial de reclamações e denúncias.
- 6.10. Apoiar o registro do diário online em cada unidade escolar, nos sistemas da SEE.
7. Gestão de Estoque
 - 7.1. Realizar o gerenciamento e controle patrimonial dos bens móveis, desde o recebimento até o descarte, e imóveis, assim como o controle e monitoramento do estoque disponível na escola, previsão de demanda além de comunicação e alinhamento com a Direção, Conselho Escolar e SEE com relação a compras.
 - 7.2. Comunicar à Direção, Conselho escolar e SEE sobre possível falta de insumos com antecedência de modo a evitar a falta dos mesmos.
 - 7.3. Dar suporte ao recebimento de insumos verificando sua adequação com relação a qualidade e quantidade contratada pela SEE ou Conselho Escolar.
 - 7.4. Prover suporte ao Conselho Escolar na coordenação do Orçamento Democrático Escolar.
 - 7.5. Fornecer insumos para tomada de decisão da Assembleia do Orçamento Democrático Escolar quanto à necessidade de compras das unidades escolares.
 - 7.6. Dar suporte à distribuição gratuita, à totalidade dos estudantes, do material didático-pedagógico, fornecido pelo MEC/SEE.
8. Suporte de Tecnologia da Informação (TI)
 - 8.1. Realizar as atividades envolvidas na manutenção da estrutura física e lógica de rede e comunicação de modo a possibilitar a utilização dos ambientes de hardware e software das instalações.
 - 8.2. Prover suporte técnico, consertar e manter computadores de modo a suportar a infraestrutura de TI das unidades escolares.
 - 8.3. Instalar e dar suporte à utilização equipamentos multimídia de ensino.
 - 8.4. Realizar manutenção de equipamentos audiovisuais.
9. Alimentação
 - 9.1. Dar suporte ao acompanhamento do cumprimento do cardápio escolar e de cardápios específicos para alunos com restrição alimentar, aprovados pela SEE.
 - 9.2. Realizar o preparo, distribuição e controle de qualidade da merenda escolar de acordo com o cardápio escolar.

- 9.3. Apoiar com a previsão de demanda e fornecimento de insumos para tomada de decisão, em conjunto com a Gestão Escolar, os Conselhos Escolares e a SEE, a alimentação em quantidades adequadas, levando em consideração a possível necessidade de alimentação reforçada em áreas carentes.
- 9.4. Evitar perdas, verificar a validade e promover a eficiência na utilização dos insumos (ingredientes, água etc.).
- 9.5. Realizar o controle do recebimento e do estoque de insumos de acordo com o item 8 e seus subitens.
- 9.6. Garantir a higiene na manipulação e preparo dos alimentos, com a utilização de vestuário e equipamentos adequados, conforme legislação pertinente.

10. Limpeza

- 10.1. Realizar os Serviços de asseio, conservação, manutenção, poda, jardinagem, controle de pragas e limpeza das unidades escolares em suas áreas internas e externas.
- 10.2. Assegurar a melhoria e a manutenção dos serviços de asseio, conservação e limpeza das unidades escolares.

11. Segurança

- 11.1. Assegurar a segurança patrimonial das unidades escolares.
- 11.2. Garantir a integridade física das instalações e dos membros da comunidade escolar, garantindo um ambiente seguro e inclusivo.
- 11.3. Realizar o controle de acesso para não membros da comunidade escolar.
- 11.4. Não é necessária a prestação de segurança nas unidades que tiverem os serviços de segurança armada contratados pela SEE, a não ser que explicitamente requisitado pela SEE.

12. Manutenção

- 12.1. Garantir a melhoria e a manutenção da infraestrutura física, logística e funcional necessária ao desenvolvimento das atividades escolares.
- 12.2. Executar a manutenção preventiva e corretiva dos bens, equipamentos, móveis, utensílios e instalações físicas da unidade escolar incluindo as áreas interna e externa do prédio (salas de aula, salas dos setores, espaços culturais, sanitários, quadras de esporte, salas de leitura, laboratórios, cozinha, refeitório, dentre outros), com pintura, reposição de vidros, telhado, pisos, dentre outros, e projetos complementares elétrico e hidráulico para melhor atender a comunidade escolar, observando as regras de acessibilidade quando possível.
- 12.3. Proporcionar instalações físicas adequadas aos estudantes, com conforto visual, térmico e de aeração, compatíveis com uma boa aprendizagem, nos diferentes espaços da unidade escolar.
- 12.4. Realizar pequenas reformas quando necessário, de forma a atender aos itens anteriores. Pequenas reformas são intervenções no ambiente escolar com custo máximo no valor de R\$ 5.000,00.

13. Gestão de Recursos Humanos

- 13.1. Executar o Plano de Desenvolvimento Organizacional, a ser estabelecido pela OS na proposta técnica, para os profissionais sob sua responsabilidade que atuam na unidade escolar, conforme legislação pertinente.



- 13.2. Promover e manter a rotina de formação continuada e capacitação dos profissionais da unidade escolar sob sua responsabilidade, conforme previsto na LDB N° 9394/1996.
 - 13.3. Apoiar a participação dos profissionais da educação nos encontros formativos oferecidos pela SEE.
 - 13.4. Fornecer Ambientação e treinamento inicial aos funcionários da OS.
 - 13.5. Gerir, executar e avaliar treinamentos.
 - 13.6. Gerir cadastro de pessoal, informações da Folha de Pagamento e benefícios aos funcionários da OS, assim como controlar frequência, férias, licenças e garantir atendimento aos mesmos.
14. Prestação de Contas e Gestão Financeira
- 14.1. Realizar as atividades envolvidas na prestação de contas financeiras e patrimoniais aos órgãos de controle, ao Ministério da Educação, ao Conselho Escolar e à sociedade, bem como a coordenação da elaboração de relatórios, em especial, os Relatórios de Gestão e/ou Prestação de Contas. Inclui também a prestação de contas da aplicação dos recursos repassados em decorrência das parcerias celebradas.
 - 14.2. Viabilizar a disponibilização das informações sobre o desempenho dos indicadores definidos nesse edital à SEE, nos prazos definidos pela mesma.
 - 14.3. Viabilizar a disponibilização das informações sobre o desempenho da unidade escolar à SEE nos prazos definidos pela sistemática de avaliação da gestão.
 - 14.4. Possibilitar amplo acesso da Comunidade Escolar aos resultados e trabalhos desenvolvidos em cada unidade escolar, por meio do site da unidade escolar e da Organização Social, reuniões e fixação em mural acessível.
 - 14.5. Manter um sítio eletrônico no qual se disponibilize de forma organizada e padronizada todas as informações sobre prestação de contas, incluindo as notas fiscais relativas aos gastos realizados com recursos advindos da parceria descrita nesse edital, além de resultados das unidades escolares sob Gestão Pactuada, assim como o Contrato de Gestão celebrado e o resultado de seus indicadores.
 - 14.6. Entregar o Balanço Patrimonial da Organização Social semestralmente à SEE.
 - 14.7. Viabilizar a entrada de técnicos da SEE para o acompanhamento, monitoramento e avaliação das atividades.

II – Indicadores e Metas

A avaliação do cumprimento das metas do contrato de gestão será feita a partir dos indicadores a seguir:

1. Integração de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
2. Índice de satisfação do AEE.
3. Alunos infrequentes acompanhados.
4. Índice de Clima Escolar – ICE.
5. Índice de satisfação do Atendimento ao Público.
6. Escolas com dados atualizados.
7. Escolas com acesso à internet.
8. Índice de satisfação da Merenda Escolar – IME.
9. Índice de Equilíbrio Financeiro – IEF.
10. Índice de Suporte de TI.
11. Índice de Limpeza.
12. Índice de Manutenção.
13. Índice de Segurança Escolar.
14. Sistema Estadual de Avaliação da Educação da Paraíba – Avaliando IDEPB.
15. Realização da manutenção predial preventiva.
16. Prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva.
17. Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva.
18. Realização da manutenção preventiva de TI.
19. Prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva de TI.
20. Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva de TI.
21. Acordo de Nível de Serviço de limpeza.

Para os indicadores que dependem da aplicação de questionários, como os índices de satisfação, a aferição poderá ser realizada de forma amostral, caso determinado pela SEE. Nesse caso, a quantidade de estudantes pesquisados deverá ser representativa do universo de alunos presentes na escola de forma a alcançar erro amostral e nível de confiança estatística a serem definidos pela SEE. De forma geral, quanto menos alunos em uma unidade escolar maior a proporção necessária para garantir a representatividade.

A seguir são oferecidas diretrizes gerais com base na quantidade média de alunos de cada porte no ano de 2016, mas é necessário reiterar que a quantidade de alunos a serem pesquisados deverá ser definida para cada unidade escolar.

- 88% para unidade escolar de Porte 1
- 62% para unidade escolar de Porte 2
- 41% para unidade escolar de Porte 3
- 30% para unidade escolar de Porte 4
- 21% para unidade escolar de Porte 5

Além disso, os estudantes pesquisados de cada unidade escolar devem ser selecionados de forma aleatória de forma a garantir a representação de todas as turmas e turnos.

A seguir serão apresentadas a definição e a meta de cada indicador. O item III do

Anexo III traz os pesos de cada indicador para a avaliação da Gestão Pactuada.

1. Integração de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação

Esse indicador busca garantir a integração dos alunos com necessidades especiais ao buscar que eles recebam aulas em classes comuns do ensino regular. O indicador é calculado anualmente para toda a rede de ensino sob Gestão Pactuada de cada Organização Social de acordo com a fórmula a seguir:

$$\frac{\text{Quantidade de alunos com deficiência matriculados na rede estadual de ensino recebendo aulas em classes comuns}}{\text{Quantidade de alunos com deficiência matriculados na rede estadual de ensino}}$$

Esse cálculo retorna a porcentagem de alunos efetivamente integrados na rede de ensino. Visto que a média da rede Pública da Paraíba em 2016, fornecida pelo Observatório do PNE², está avançada em termos nacionais, a meta para esse indicador será manter o desempenho do período anterior.

2. Índice de satisfação do AEE

Será elaborado um questionário para avaliar a qualidade do Atendimento Escolar Especializado (AEE), a partir da perspectiva dos responsáveis dos alunos. O questionário abordará perguntas sobre a qualidade, adequação e integração, entre outros aspectos relevantes, tanto para as aulas integradas do ensino regular quanto para as do atendimento especializado como um complemento do ensino regular. Ele será aplicado semestralmente e será calculado como um índice consolidado das respostas. O questionário e as metas para esse indicador estarão presentes na versão final do contrato de gestão, cuja minuta se encontra no Anexo VII deste edital.

3. Alunos infrequentes acompanhados

Esse indicador busca medir o acompanhamento de alunos infrequentes a partir da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI), regulamentada pelo decreto 32.303 de 29 de julho de 2011. A fórmula do indicador é apresentada a seguir:

$$\frac{\text{Alunos com a FICAI preenchida}}{\text{Total de alunos infrequentes}}$$

O indicador traz a porcentagem de alunos acompanhados e será calculado bimestralmente. O preenchimento da FICAI deve ser realizado seguindo a legislação cabível e o direcionamento da SEE.

Quadro 1. Metas acompanhamento de infrequentes.

Metas		
2017	2018	2019
90%	95%	100%

² Presente no sítio <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/4-educacao-especial-inclusiva/indicadores>, acessado em 19/06/2017 às 16h.

4. Índice de Clima Escolar – ICE

O Índice de Clima Escolar será verificado por meio de questionários, aplicados anualmente. As questões buscarão a visão e o interesse que o estudante tem nas atividades desenvolvidas na unidade escolar e na sala de aula, a organização da unidade escolar, o relacionamento entre os agentes escolares e outros pontos que caracterizem a unidade escolar como um ambiente de acolhimento e propício ao aprendizado. O questionário e as metas para esse indicador estarão presentes na versão final do contrato de gestão, cuja minuta se encontra no Anexo VII deste edital.

5. Índice de satisfação do Atendimento ao Público

Será elaborado um questionário para avaliar a qualidade do Atendimento ao Público realizado pela Organização Social responsável pela Gestão Pactuada, a partir da perspectiva dos atendidos. O questionário deverá ser fornecido pela Organização Social e oferecido a todos atendidos. Ele abordará perguntas sobre a qualidade, receptividade, proatividade e atendimento às demandas entre outros aspectos relevantes. Ele será calculado bimestralmente como um índice consolidado das respostas. O questionário e as metas para esse indicador estarão presentes na versão final do contrato de gestão, cuja minuta se encontra no Anexo VII deste edital.

6. Escolas com dados atualizados

O indicador de escolas com dados atualizados visa medir a atualização dos dados de alunos, professores e turmas da escola no sistema SABER. Uma unidade escolar só será considerada com dados atualizados se não houver pendência para a mesma no sistema SABER. A fórmula do indicador é uma porcentagem simples, definida a seguir:

$$\frac{\text{Quantidade de escolas sem pendências no SABER}}{\text{Total de escolas sob Gestão Compartilhada}}$$

Esse indicador será calculado semestralmente e sua meta será:

Quadro 2. Metas para atualização de dados.

Metas		
2017	2018	2019
90%	100%	100%

7. Escolas com acesso à internet

O objetivo desse indicador é garantir que o funcionamento da internet seja mantido em escolas que já o possuem, visto que a instalação de acesso à internet permanecerá de responsabilidade da SEE. O indicador será calculado a partir da fórmula a seguir:

$$\frac{\text{Quantidade de escolas com internet em funcionamento}}{\text{Quantidade de escolas com acesso a internet no período anterior}}$$

Esse indicador será medido bimestralmente e sua meta será 100% para todo bimestre. Caso a meta não seja atingida esse indicador pontuará 0 (zero) na avaliação presente no Anexo III deste documento.

8. Índice de satisfação da Merenda Escolar – IME

Será elaborado um questionário para avaliar merenda escolar a partir da perspectiva dos estudantes. O questionário abordará perguntas sobre a qualidade, equidade, variedade, disponibilidade e quantidade da merenda escolar de modo a garantir o seu fornecimento de forma adequada. Ele será aplicado semestralmente e será calculado como um índice consolidado das respostas. O questionário e as metas para esse indicador estarão presentes na versão final do contrato de gestão, cuja minuta se encontra no Anexo VII deste edital.

9. Índice de Equilíbrio Financeiro – IEF

Permite avaliar a capacidade de pagamento da organização frente a suas obrigações. Este Indicador se baseia no indicador contábil conhecido como Índice de Liquidez Seca e é relevante para avaliar a sustentabilidade financeira da entidade. As informações para o cálculo deste Índice são retiradas do Balanço Patrimonial, cuja atualização é semestral. O Índice de Equilíbrio Financeiro é calculado a partir da razão entre os direitos a curto prazo da organização, caixa, bancos e recebimentos, e as despesas de curto prazo, fornecedores, impostos, empréstimos e financiamentos. Essas informações são evidenciadas no Balanço Patrimonial como Ativo Circulante, retirado valores de possíveis estoques, e o Passivo Circulante.

$$IEF = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

IEF > 1 – Resultado demonstra folga no disponível para uma possível liquidação das obrigações.

IEF < 1 – Resultado demonstra não haver disponibilidade financeira suficiente para quitar as obrigações a curto prazo, caso seja preciso.

IEF = 1 – Os valores dos direitos e obrigações no curto prazo são equivalentes.

Dessa forma, a meta para esse indicador será $IEF \geq 1$. Esse indicador só pontuará na avaliação, com 100%, caso a meta seja atingida. Caso $IEF < 1$ a pontuação será 0 (zero). Além disso, se o IEF estiver entre 1 e 0,7 a OS será notificada e se exigirá a apresentação de um plano para melhoria desse indicador. Caso seja verificado que o valor desse indicador é igual ou abaixo de 0,7 em qualquer período, se constituirá situação passível de cancelamento do Contrato de Gestão.

10. Índice de Suporte de TI

Será elaborado um questionário para avaliar o suporte de TI a partir da perspectiva dos Gestores Escolares. O questionário abordará perguntas sobre a conservação, organização e funcionamento da infraestrutura de TI. Ele será aplicado semestralmente e será calculado como um índice consolidado das respostas. Esse indicador complementa o indicador de Acordo de Nível de Serviço de Suporte de TI apresentado nos itens 18, 19 e 20 a seguir. O questionário e as metas para esse indicador estarão presentes na versão final do contrato de gestão, cuja minuta se encontra no Anexo VII deste edital.

11. Índice de Limpeza

Será elaborado um questionário para avaliar a limpeza das unidades escolares a partir

da perspectiva dos Gestores Escolares. O questionário abordará perguntas sobre a apresentação, limpeza, organização e colaboração da comunidade escolar nas unidades escolares. Ele será aplicado semestralmente e será calculado como um índice consolidado das respostas. Esse indicador complementa o indicador de Acordo de Nível de Serviço de Limpeza apresentado no item 21 a seguir. O questionário e as metas para esse indicador estarão presentes na versão final do contrato de gestão, cuja minuta se encontra no Anexo VII deste edital.

12. Índice de Manutenção

Será elaborado um questionário para avaliar a manutenção a partir da perspectiva dos Gestores Escolares. O questionário abordará perguntas sobre a conservação, organização e adequação da infraestrutura. Ele será aplicado semestralmente e será calculado como um índice consolidado das respostas. Esse indicador complementa o indicador de Acordo de Nível de Serviço de Limpeza apresentado no item 15 a seguir. O questionário e as metas para esse indicador estarão presentes na versão final do contrato de gestão, cuja minuta se encontra no Anexo VII deste edital.

13. Índice de Segurança Escolar

Será elaborado um questionário para avaliar segurança escolar a partir da perspectiva dos Gestores Escolares. O questionário abordará perguntas sobre a execução do serviço de segurança, sua correta identificação, colaboração com forças policiais entre outros pontos relevantes. Ele será aplicado semestralmente e será calculado como um índice consolidado das respostas. O questionário e as metas para esse indicador estarão presentes na versão final do contrato de gestão, cuja minuta se encontra no Anexo VII deste edital.

14. Sistema Estadual de Avaliação da Educação da Paraíba – Avaliando IDEPB)

Criado em 2012 pela Secretaria de Estado da Educação da Paraíba (SEE/PB), em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd/UFJF), o Sistema Estadual de Avaliação da Educação da Paraíba (Avaliando IDEPB) possibilita, por meio de medidas de desempenho dos estudantes avaliados, a aferição da qualidade do ensino ofertado pela rede estadual da Paraíba. Essas medidas auxiliam não apenas a elaboração de estratégias para a melhora, mas também o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação da Paraíba (IDEPB).

O Índice de Desenvolvimento da Educação da Paraíba (IDEPB) é um indicador que reúne dois elementos importantes para a qualidade da educação na Paraíba: o fluxo escolar e o desempenho nas avaliações em larga escala.

O indicador é calculado com base nos dados sobre aprovação, obtidos através do Censo Escolar, e nos dados de desempenho, obtidos através dos testes padronizados do Avaliando IDEPB.

O Cálculo das metas do Sistema Estadual de Avaliação da Educação da Paraíba – Avaliando IDEPB segue os mesmos procedimentos estabelecidos pelo Ministério da Educação em relação ao IDEB. O IDEPB utiliza a informação de testes próprios e as taxas de aprovação, reprovação e evasão, calculadas pelo INEP.

Para maiores detalhes sobre a definição e construção do IDEPB, consultar portal eletrônico: www.avaliacaoparaiba.caedufjf.net.

As metas do IDEPB para o contrato de gestão serão as mesmas já definidas pela SEE para as unidades escolares, de forma a promover a gestão compartilhada com as unidades escolares.

Os indicadores a seguir se referem ao Acordo de Nível de Serviço (ANS) dos serviços de manutenção predial, limpeza e suporte de TI. Os questionários e as metas para o Acordo de Nível de Serviço estarão presentes na versão final do contrato de gestão, cuja minuta se encontra no Anexo VII deste edital.

15. Realização da manutenção predial preventiva

A OS deverá realizar manutenção predial preventiva pelo menos uma vez por ano abordando os seguintes itens:

- Sistema predial.
- Instalações elétricas.
- Instalações hidráulicas.
- Sistema de combate a incêndio.
- Pintura.
- Marcenaria e serralheria.
- Telhado e calhas.
- Vidros.
- Equipamentos e mobiliário não pedagógico.
- Limpeza de caixa d'água.
- Bebedouros.
- Verificação das lâmpadas, interruptores e tomadas.
- Manter os quadros elétricos limpos.
- Troca de lâmpadas, reatores, interruptores e tomadas, quando necessários.
- Verificação de aquecimento e funcionamento dos disjuntores termomagnéticos.
- Verificação da existência de ruídos anormais, elétricos ou mecânicos.
- Medição da corrente com amperímetro nos alimentadores em todas as saídas dos disjuntores termomagnéticos.
- Verificação de aquecimento nos cabos de alimentação.
- Limpeza externa dos quadros de luz.
- Inspeção nas conexões de saídas dos disjuntores, evitando pontos de resistência elevada.
- Lubrificação das dobradiças das portas dos quadros de luz.
- Controle de amperagem nos cabos de alimentação.
- Controle de carga nos disjuntores monofásicos.
- Verificação de resistência de aterramento, mantendo-a dentro dos limites normalizados.
- Verificação de barramento e conexões.
- Limpeza das luminárias.
- Limpeza das lâmpadas.
- Reaperto dos parafusos de sustentação das luminárias.
- Reaperto dos parafusos das bases soquetes.
- Verificação dos parafusos de contato das tomadas.
- Medição do isolamento dos circuitos, quanto ao estado dos fios.

O Plano de Ação para a execução dos serviços de manutenção deve conter datas previstas para a realização da manutenção predial preventiva para cada unidade escolar. O indicador da Realização da manutenção predial preventiva mede a porcentagem de escolas em que essa manutenção foi realizada até a data prevista no Plano de Ação.

Escolas com manutenção preventiva no prazo

Total de escolas

Esse indicador tem periodicidade anual e terá resultado zero caso a manutenção preventiva não tenha sido realizada em alguma escola.

16. Prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva

Caso ocorra a necessidade de manutenção corretiva predial ou em algum equipamento de uma unidade escolar, a OS deverá realizar atendimento em até 72 horas. Esse indicador mede a porcentagem de atendimentos dentro do prazo.

Atendimentos realizados dentro do prazo

Total de pedidos de atendimento

Esse indicador tem periodicidade semestral.

17. Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva

Caso ocorra a necessidade de manutenção corretiva predial ou em algum equipamento de uma unidade escolar, a OS deverá solucionar a causa do chamado em até 15 dias úteis. Esse indicador mede a porcentagem de soluções dentro do prazo.

Soluções realizados dentro do prazo

Total de pedidos de atendimento

Esse indicador tem periodicidade semestral.

18. Realização da manutenção preventiva de TI

A OS deverá realizar manutenção preventiva da infraestrutura de TI das unidades escolares anualmente constituindo limpeza, realização de testes e manutenção de softwares. O Plano de Ação para a execução dos serviços de manutenção deve conter datas previstas para a realização da manutenção preventiva de TI para cada unidade escolar. O indicador da Realização da manutenção preventiva mede a porcentagem de escolas em que essa manutenção foi realizada até a data prevista no Plano de Ação.

Escolas com manutenção preventiva no prazo

Total de escolas

Esse indicador tem periodicidade anual e terá resultado zero caso a manutenção preventiva não tenha sido realizada em alguma escola.

19. Prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva de TI

Caso ocorra a necessidade de manutenção corretiva em algum equipamento da infraestrutura de TI de uma unidade escolar, a OS deverá realizar atendimento em até

72 horas. Esse indicador mede a porcentagem de atendimentos dentro do prazo.

$$\frac{\textit{Atendimentos realizados dentro do prazo}}{\textit{Total de pedidos de atendimento}}$$

Esse indicador tem periodicidade semestral.

20. Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva de TI

Caso ocorra a necessidade de manutenção corretiva em algum equipamento da infraestrutura de TI de uma unidade escolar, a OS deverá solucionar a causa do chamado em até 15 dias, com a compra de peças no valor máximo de R\$ 300,00 por chamado, se necessário. Esse indicador mede a porcentagem de soluções dentro do prazo.

$$\frac{\textit{Soluções realizados dentro do prazo}}{\textit{Total de pedidos de atendimento}}$$

Esse indicador tem periodicidade semestral.

21. Acordo de Nível de Serviço de limpeza

Será elaborado um acordo do nível de serviço para limpeza a estar presente no contrato de gestão. Esse especificará os serviços a serem realizados e sua periodicidade (diariamente, semanalmente, mensalmente, anualmente etc.). Esse indicador será mensurado bimestralmente.

Anexo III – Sistemática de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação

I – O ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Diante da crescente demanda por transparência na gestão das políticas públicas, para adotar o modelo proposto de Gestão Pactuada com Organizações Sociais (OS) na Educação, é essencial uma sistemática intensiva de monitoramento e avaliação para a aferição dos esforços empreendidos e resultados alcançados pela Gestão Pactuada.

O Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação significa gerar informações relevantes sobre o desempenho que sejam apropriadas ao processo decisório com fins de promover aprendizado, transparência e responsabilização. A Sistemática de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação a ser adotada deverá engajar/comprometer as principais partes interessadas no modelo OS nos ciclos/períodos de coleta, tratamento e disponibilização dos dados e informações sobre o desempenho da unidade escolar.

Os dados dos indicadores deverão ser coletados e comparados com as metas definidas no Contrato de Gestão e devem ser estruturados em relatórios e eventos periódicos de monitoramento do cumprimento de diretrizes e, principalmente, no alcance dos resultados de indicadores estabelecidos. O Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação buscam promover o aprendizado estratégico por meio da apuração, ajustes, mitigação de riscos, desperdícios, gargalos e fornecer maior transparência ao processo de Gestão Pactuada da unidade escolar. As informações prestadas pela OS visam produzir conhecimento sobre boas práticas e subsidiar decisões para fortalecer o modelo de gestão escolar em parceria.

A SEE terá uma Comissão de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação que propiciará o controle estratégico vital para a boa gestão do modelo.

II – ATUAÇÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A atuação da Comissão será de executar um acompanhamento sistematizado das ações da OS e seus resultados para a SEE, possibilitando a geração de um plano de ação operativo/estratégico, com foco na implementação das políticas educacionais. Por meio dessa atuação será dado um ritmo, mantendo-se vivo o plano de evolução da educação nas unidades escolares com Gestão Pactuada, mitigando o risco de que a rotina operacional das unidades escolares prepondere frente às metas pactuadas no Contrato de Gestão.

Na sua atuação, portanto, deverá acompanhar a implantação das políticas administrativa e de apoio pedagógico, na medida em que a experiência evidencia claramente que, para ser efetiva, não é suficiente que a política pública para a área de educação seja apenas bem formulada, mas fundamental e sobretudo, cuidar da sua implementação com maior atenção e intensidade para obtenção dos resultados esperados. Dessa maneira, têm-se o instrumento de acompanhamento, monitoramento e avaliação para incentivar e, em alguma medida, potencializar a execução do projeto educacional da SEE.

Pactuar resultados e esforços com as OS, assim como avaliá-las periodicamente, será a função primordial da Comissão, que sistematizará tais informações, coletadas e/ou disponibilizadas pela OS, para os encaminhamentos e decisões da SEE. Vale destacar que a Proposta Técnica, a ser elaborado pela OS, é um instrumento essencial para que os gestores da OS não sejam capturados pela rotina operacional da unidade escolar, sendo recorrentemente lembrados de que possuem entregas alinhadas às prioridades administrativas e de apoio pedagógico da SEE.

III – ESTRUTURA, REQUISITOS, INDICADORES E PONDERAÇÕES

A sistemática seguida pela Comissão compreenderá aferições periódicas conforme a estrutura, requisitos, indicadores e ponderações definidas a seguir:

1. A avaliação será feita em ciclos bimestrais, semestrais e anuais. Em cada ciclo serão avaliados os seguintes indicadores:
 - 1.1. Bimestral: Alunos infrequentes acompanhados, Escolas com acesso à internet, Índice de satisfação do Atendimento ao Público e Acordo de Nível de Serviço de limpeza.
 - 1.2. Semestral: Índice de satisfação do AEE, Escolas com dados atualizados, Índice de satisfação da Merenda Escolar – IME, Índice de Suporte de TI, Índice de Limpeza, Índice de Manutenção, Índice de Segurança Escolar, Índice de Equilíbrio Financeiro – IEF, Prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva, Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva, Prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva de TI e Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva de TI.
 - 1.3. Anual: Integração de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, Índice de Clima Escolar – ICE, Realização da manutenção predial preventiva, Realização da manutenção preventiva de TI e Sistema de Avaliação da Educação da Paraíba – Avaliando IDEPB.
2. Esses indicadores estão organizados nos seguintes grupos:
 - 2.1. AEE, suporte pedagógico e desempenho escolar – IN 1
 - 2.2. Suporte administrativo – IN 2
 - 2.3. Acordo de Nível de Serviço (ANS) – IN 3
 - 2.4. Índice de Equilíbrio Financeiro – IEF – IN 4
3. A cada um dos grupos de indicadores é atribuído um peso específico, em função da sua importância relativa no contexto da sistemática de avaliação, conforme a seguinte distribuição:

GRUPO	PESO
IN1 – AEE, suporte pedagógico e desempenho escolar	40%
IN2 – Suporte administrativo	20%
IN3 – Acordo de Nível de Serviço (ANS)	35%
IN4 – Índice de Equilíbrio Financeiro (IEF)	5%

4. Após a atribuição individual da nota para cada indicador e/ou meta, Passo 1, referente a cada unidade escolar, será realizada a média aritmética do conjunto de unidades escolares por grupo avaliado e essa será multiplicada pelo peso atribuído ao grupo, Passo 2.
5. As notas ponderadas serão somadas e seu total será dividido por 10, resultando numa nota final a qual será atribuída uma Nota Conceito, conforme tabela abaixo:

PONTUAÇÃO GLOBAL – CONCEITO

PONTUAÇÃO GLOBAL	CONCEITO	IMPACTO
9,1 a 10 pontos	A – ÓTIMO	Aprovado – Sugestão de Renovação
8,1 a 9,0 pontos	B – MUITO BOM	Aprovado – Sugestão de Renovação
7,1 a 8,0 pontos	C – BOM	Aprovado – Sugestão de Renovação
5,1 a 7,0 pontos	D – SATISFATÓRIO	Aprovado – Passível de Renovação após diagnóstico conjunto
4,1 a 5,0 pontos	E – RUIM	Reprovado – Não renova o Contrato
< 4,0 pontos	F – INSUFICIENTE	Reprovado – Não renova o Contrato Sugestão de Desqualificação

6. A Nota Conceito será utilizada para indicar o grau de cumprimento das metas e obrigações contratuais da Organização Social.
7. O Contrato de Gestão deve estipular que a remuneração do Corpo Técnico e Diretivo que atuará nesse Contrato deverá separar uma parcela mensal fixa, da ordem de 70%, e outra variável, vinculada ao cumprimento das metas, em um percentual de 30%. Portanto, em todo período subsequente à Avaliação periódica até a realização de uma nova, a OS só fará jus, em relação à parte variável do Contrato de Gestão, aos percentuais estipulados, conforme a Nota de Conceito.



8. A liberação da parcela variável do Contrato de Gestão será feita a partir do conceito “C – BOM”, levando em consideração a nota de acordo com a tabela a seguir:

Pontuação Global	Parte Variável
7,1	1%
7,2	2%
7,3	3%
7,4	4%
7,5	5%
7,6	6%
7,7	7%
7,8	8%
7,9	9%
8,0	10%

Pontuação Global	Parte Variável
8,1	11%
8,2	12%
8,3	13%
8,4	14%
8,5	15%
8,6	16%
8,7	17%
8,8	18%
8,9	19%
9,0	20%

Pontuação Global	Parte Variável
9,1	21%
9,2	22%
9,3	23%
9,4	24%
9,5	25%
9,6	26%
9,7	27%
9,8	28%
9,9	29%
10,0	30%

9. A fim de evitar a precarização das atividades administrativas e de apoio pedagógico nas unidades escolares, a parte variável incidirá apenas sobre a folha de pagamento do Corpo Técnico e Diretivo da OS.



MATRIZ DE AVALIAÇÃO

IN	DESCRIÇÃO				
	Meta	Nota	Média (a)	Peso (b)	TOTAL DA IN (c) = (a) x (b)
1	Sistema de Avaliação da Educação da Paraíba – Avaliando IDEPB			40%	
	Alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação em classes comuns				
	Índice de satisfação do AEE				
	Alunos infrequentes acompanhados				
	Índice de Clima Escolar – ICE				
2	Índice de satisfação do Atendimento ao Público			20%	
	Escolas com dados atualizados				
	Escolas com acesso à internet				
	Índice de satisfação da Merenda Escolar – IME				
	Índice de Segurança Escolar				
3	Índice de Suporte de TI			35%	
	Índice de Limpeza				
	Índice de Manutenção				
	Realização da manutenção predial preventiva				
	Prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva				
	Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva				
	Realização da manutenção preventiva anual de TI				
	Prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva de TI				
	Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva de TI				
	Acordo de Nível de Serviço de limpeza				
4	Índice de Equilíbrio Financeiro – IEF			5%	
NOTA GLOBAL DA AVALIAÇÃO = $\Sigma(c)$					

ANEXO IV – ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO DA PROPOSTA DE TÉCNICA

Entende-se que a Proposta Técnica é a demonstração do conjunto de elementos necessários, concisos e suficientes, com nível de precisão adequada, para caracterizar as atividades a serem desenvolvidas na parceria, ou seja, os trabalhos técnicos e gerenciais definidos no objeto da seleção, com base nas indicações e estudos preliminares dos informes básicos e a demonstração das experiências da organização social e de seu corpo técnico para a realização dos trabalhos propostos.

I – ITENS QUE DEVERÃO SER APRESENTADOS

1.1. CAPA

1.1.1. Título: “Proposta Técnica para a Gestão Pactuada das ações e serviços de apoio escolar em unidades escolares da Secretaria de Estado da Educação especificadas no Edital nº 001/2017/SEAD/SEE”;

1.1.2. Identificação da Proponente;

1.1.3. Identificação do Lote.

1.2. JUSTIFICATIVA

Demonstração do(s) interesse(s) da Organização Social, qualificada na área de Educação no Estado da Paraíba, na Gestão Pactuada das unidades escolares, com apresentação das expectativas e resultados esperados, bem como a explanação de como a execução do Contrato de Gestão se alinha com seus objetivos institucionais;

1.3. RESUMO EXECUTIVO

Deverá ser elaborado um resumo apresentando, de forma sintética e objetiva, o(s) plano(s) de ação da Organização Social, demonstrando como a proponente atingirá esse(s) objetivo(s)/meta(s), indicando a melhoria da eficiência e qualidade dessa(s) atividade(s), do ponto de vista administrativo, pedagógico, econômico, operacional e o(s) respectivo(s) prazo(s) de execução;

II – ITENS QUE DEVERÃO SER CONTEMPLADOS NA PROPOSTA TÉCNICA

- 2.1. A caracterização, de forma objetiva e concisa, dos métodos de gestão e instrumentos de modernização gerencial que a proponente intenciona adotar, com a apresentação do plano de implantação, baseado nos objetivos desejados, em cronogramas, metas, resultados esperados e na forma com que a Organização Social irá envolver a Comunidade Escolar nessa implantação;
- 2.2. As estratégias que serão adotadas para o sucesso da implementação das diretrizes definidas pela Secretaria de Estado de Educação no Anexo II, considerando o impacto da mudança de paradigma do atual cenário existente, a mudança de clima e cultura organizacional, a gestão de pessoal, a melhoria na eficiência e eficácia na aprendizagem;
- 2.3. Os instrumentos de comunicação e informação que serão adotados para se relacionar com a Secretaria de Estado de Educação e com a Comunidade



Escolar;

- 2.4. Descrição das ações e programas de aplicação e inovações em tecnologia educacional que serão utilizadas nas unidades escolares;
- 2.5. Descrição das estratégias e normas para gerenciamento dos serviços não pedagógicos inerentes ao bom e efetivo funcionamento de uma unidade escolar;
- 2.6. Apresentação dos Recursos Humanos estimados, apontando, por categoria, a quantidade de profissionais e a carga horária de trabalho.
- 2.7. Proposta para sistema de qualificação e formação continuada dos profissionais envolvidos na execução dos serviços.
- 2.8. Descrição sintética do plano de cargos, benefícios e remuneração de seus recursos humanos, incluindo a remuneração dos Diretores, Superintendentes e Gerentes ou seus equivalentes, que tenham seus rendimentos custeados sob o disposto no inc. V do art. 6º, da Lei Estadual 9.454/2011. Para esses últimos profissionais, obrigatoriamente, a remuneração deverá ser definida contendo uma parcela fixa e outra variável, que será vinculada ao cumprimento das metas estipuladas, conforme subitens 7, 8 e 9 do item III do ANEXO III.
- 2.9. A proposta para identificação e uniformização dos recursos humanos;
- 2.10. Descrição sucinta do campo de atuação da instituição no setor Educacional, com ênfase no Ensino Fundamental e Médio, destacando seu diferencial, e como esse pode ser relevante na parceria pretendida;
- 2.11. Deverão ser acrescentadas outras iniciativas e programas de gestão/qualidade que a Organização Social interessada pretenda desenvolver, tais como: novos indicadores de desempenho, programas e ações que promovam a melhora da qualidade, da produtividade, do desempenho gerencial e acadêmico. Nesse caso, deverá apresentar um plano de organização específico com definição de alcance, metodologia, cronograma de implantação, orçamento previsto etc.;
- 2.12. Demonstração pelo parceiro privado e/ou de seu corpo técnico, de sua experiência técnica, com especial atenção às atividades educacionais;
- 2.13. Para os superintendentes, ou cargos correspondentes, profissionais indicados para execução das atividades pedagógicas e administrativas, que atuarão no Contrato de Gestão, deverão ser apresentados, além dos Currículos e as respectivas cartas de aceite;
- 2.14. Currículos de todos os Conselheiros, em exercício de mandato, e dos Diretores, acompanhados das atas de suas nomeações;

Obs. Todo texto, estudo, planilha, gráfico, ou seja, qualquer elemento utilizado na elaboração da Proposta Técnica que seja proveniente de outro autor, sob pena de plágio, e consequente desclassificação, deverá ter sua fonte indicada, mesmo aqueles oriundos de livre pesquisa na Internet. Para os elementos utilizados na Proposta, que possuírem reserva intelectual ou propriedade comercial, também sob risco de desclassificação, deverão ser apresentadas as respectivas autorizações de uso, conforme cada caso.

III – CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA

3.1. ITEM ATIVIDADE - CORRESPONDE A 65 PONTOS

Dentre os itens que deverão ser contemplados na Proposta, relacionados ao Item II deste Anexo, serão pontuados, conforme o roteiro de julgamento abaixo, item a item, de acordo com seguintes parâmetros:

1. Estruturação;
2. Coerência;
3. Exequibilidade;
4. Abrangência;
5. Legalidade.

Dimensão	Item orientador	Roteiro de Julgamento	Pontuação Máxima	
FLUXOS	2.2	Proposta de logística de acesso aos ambientes internos da Unidade Escolar, tais como fluxo de entrada e saída nas dependências escolares.	1	2
	2.3	Fluxos de documentos da Secretaria Escolar, Suporte Pedagógico e Recursos Humanos.	1	
GESTÃO	2.1	Modelo de Gestão a ser implantado, interligando-o aos Planos de Ação mencionados a seguir, com a descrição de como esse Modelo garantirá o alcance das Metas estipuladas.	4	16
	2.2	Propostas com estratégias inovadoras para o acesso, a permanência e a conclusão de estudantes no ensino regular e na Educação de Jovens e Adultos – EJA.	4	
	2.2	Plano de Ação para melhoria do Índice do Clima Escolar, adequado e exequível.	4	
	2.1 e 2.2	Plano de Ação para melhoria dos indicadores educacionais.	4	



Dimensão	Item orientador	Roteiro de Julgamento	Pontuação Máxima	
CIÊNCIA E TECNOLOGIA EDUCACIONAL	2.4	Propostas de inovação em Tecnologia Educacional, com vista à melhoria do aprendizado/atendimento ao estudante, incluindo a utilização dos espaços pedagógicos, com cronograma de implantação.	3	3
RECURSOS HUMANOS	2.8 e 2.11	Proposta para estabelecimento de avaliação de desempenho dos profissionais da unidade escolar vinculados ou cedidos à OS com foco no mérito, e sugestões de condutas para combater o absenteísmo	4	11
	2.9	Proposta para identificação e uniformização dos recursos humanos.	1	
	2.6	Estrutura do organograma da Organização Social para cada porte de unidade escolar (Porte 1, Porte 2, Porte 3, Porte 4 e Porte 5), adequado e compatível com os serviços a serem desempenhados pela OS.	3	
	2.7	Proposta de Plano de Desenvolvimento Organizacional no qual se detalham as ações de treinamento e Formação Continuada dos profissionais e demais colaboradores, prevendo orçamento necessário e explicitando sua conexão com os Planos de Ação e Modelo de Gestão.	3	
PROCESSOS	2.1 e 2.6	Proposta para gestão financeira das unidades escolares, no que convém às responsabilidades da OS.	1	23
	2.5	Plano de Ação para implementação das políticas educacionais para atendimento de pessoas com deficiências, incluindo o AEE.	1	
	2.5	Plano de Ação para acompanhamento pedagógico aos alunos, incluindo principalmente o acompanhamento da ficha FICAI.	2	
	2.5	Plano de Ação de suporte e acompanhamento pedagógico.	2	



Dimensão	Item orientador	Roteiro de Julgamento	Pontuação Máxima	
	2.5	Plano de Ação de Suporte ao Professor com base nas atividades descritas no item II do Anexo II.	1	
	2.5	Plano de Ação para suporte na gestão dos espaços pedagógicos, incluindo, biblioteca, laboratórios e espaços de convivência.	2	
	2.5	Plano de Ação para suporte ao gestor da Unidade Escolar nas atividades administrativas, por exemplo, prestação de contas e licitações das Unidades Escolares e Registro de vida escolar dos alunos.	2	
	2.5	Plano de Ação para a execução dos serviços de estoque, preparação e distribuição da merenda escolar.	2	
	2.5	Plano de Ação para a execução dos serviços de manutenção predial, preventiva e corretiva.	1	
	2.5	Plano de Ação para a execução dos serviços de manutenção, preventiva e corretiva do suporte de TI.	1	
	2.5	Manuais de rotinas para gerenciamento dos bens, existentes ou adquiridos, incluindo o recebimento, a guarda e a distribuição.	1	
	2.5	Minutas dos regulamentos próprios para admissão de pessoal e para contratação de obras, serviços e compras.	3	
	2.5	Minuta de projeto de prevenção de acidentes pessoais e de trabalho.	1	
	2.5	Minuta de projeto de implantação da segurança patrimonial.	1	
	2.5	Minuta de projeto de serviços de limpeza e conservação.	2	



Dimensão	Item orientador	Roteiro de Julgamento	Pontuação Máxima	
PESQUISA DE SATISFAÇÃO	2.11	Proposta de pesquisa de satisfação dos pais ou responsáveis, dos docentes e demais colaboradores, com definição da metodologia adotada e do uso das informações colhidas.	2	2
APRESENTAÇÃO GERAL DO PROJETO	Todos os itens	Nesse item serão considerados os seguintes pontos: a – atendimento a todos os pontos do roteiro proposto pela Secretaria de Estado de Educação b – proposta apresentada de forma objetiva e concisa c – demonstração de planejamento e cronogramas passíveis de execução d – definições claras das estratégias de implantação e implementação da proposta, com resultados factíveis.	1 1 1 1	4
COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	2.3	Proposta de Plano de Comunicação focado no estabelecimento da imagem do Modelo Gestão Pactuada, incluindo estratégia de prestação de contas/transparência, combatendo a desinformação e na comunicação institucional com a comunidade escolar, pais e responsáveis, conselho escolar e comissões escolares.	2	2
EXPERIÊNCIA	2.10	Descrição do campo de atuação da instituição no setor Educacional, com ênfase no Ensino Fundamental e Médio.	2	2

ITEM QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - CORRESPONDE A 55 PONTOS

Neste item, a Proponente deverá demonstrar sua capacidade gerencial, demonstrada por experiências anteriores bem-sucedidas da Organização Social, de sua estrutura diretiva e dos profissionais que irão atuar diretamente no Contrato de Gestão.

3.2.1. ESTRUTURA TÉCNICA - ORGANOGRAMA

Deverá ser apresentado o organograma do Corpo Técnico/Executivo até o segundo nível: Responsável Geral, caso exista, Responsável Pedagógico, Responsável Administrativo e/ou Financeiro (Superintendentes ou cargos equivalentes), bem como o organograma básico da Organização Social para cada porte de unidade escolar (Porte 1, Porte 2, Porte 3, Porte 4 e Porte 5).

3.2.2. PONTUAÇÃO

Para pontuação, a proponente deverá apresentar os documentos, obedecendo às seguintes exigências:

- a) Os integrantes do Corpo Deliberativo/Administrativo, Diretivo e Técnico deverão apresentar, além dos currículos no modelo abaixo especificado, as certificações de sua experiência e qualificação;
- b) Para os integrantes do Corpo Técnico (Superintendente Pedagógico e Administrativo/Financeiro), ainda é necessária a indicação formal do profissional que ocupará esses cargos, por meio de declaração da organização social, com a ciência do indicado;
- c) Não serão aceitas para fins de pontuação a comprovação de experiências que não tenham sido efetivamente exercidas nos últimos 10 anos.



MODELO PARA APRESENTAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Cargo:

Nome:	CPF:

Cursos de formação acadêmica - Curso(s) superior(es) reconhecido(s) pelo MEC:

Curso
Instituição
Período

Curso
Instituição
Período

Cursos de pós-graduação, em nível de Especialização (concluído, com carga horária mínima de 360 horas), reconhecido pelo MEC:

Curso
Instituição
Período
Carga Horária

Curso
Instituição
Período
Carga Horária

Cursos de pós-graduação, em nível de Mestrado, reconhecido pelo MEC:

Curso/Programa
Instituição
Período
Curso/Programa
Instituição
Período

Cursos de pós-graduação, em nível de Doutorado, reconhecido pelo MEC:

Curso/Programa
Instituição
Período
Curso/Programa
Instituição
Período

Experiência em cargos de Direção ou Coordenação de entidades (anos):
Experiência profissional na Administração Pública (anos):

Exercício de atividade profissional de nível superior em emprego/ cargos/ especialidades ou de gestão:

Instituição onde trabalhou
Período
Cargos ocupados, funções exercidas
Experiência adquirida (principais atividades desenvolvidas e realizações)

Instituição onde trabalhou
Período
Cargos ocupados, funções exercidas
Experiência adquirida (principais atividades desenvolvidas e realizações)

3.2.3. - ORIENTAÇÕES DE PREENCHIMENTO E COMPROVAÇÃO:

3.2.3.1 - COMPROVAÇÃO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Formação acadêmica de nível universitário - cópia autenticada do diploma, devidamente registrado, de conclusão de graduação de nível universitário, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.
- Curso de Pós-Graduação em Nível de Especialização - cópia autenticada do certificado de conclusão de curso de pós-graduação ou da declaração de curso acompanhado do histórico do curso, em nível de especialização, com carga horária mínima de 360 horas, e que esteja de acordo com a Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007.
- Curso de Pós-Graduação em nível de Mestrado ou de Doutorado - cópia autenticada do diploma, devidamente registrado, expedido por instituição reconhecida pelo MEC, acompanhado do histórico escolar.
- Curso de Pós-Graduação concluído no exterior - cópia autenticada do diploma, desde que revalidado por instituição de ensino superior no Brasil.

3.2.3.2 - COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Quanto ao Corpo Técnico, poderão pontuar apenas os 02 profissionais indicados (Superintendente Pedagógico e Administrativo/Financeiro), independente da formatação dada ao organograma.

Para o Corpo Diretivo poderão pontuar todos os que estiverem legalmente aptos (mandato vigente/formalmente eleitos).

A comprovação da experiência do Corpo Técnico e Diretivo se dará das seguintes formas:

- Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, das partes referentes à identificação e ao contrato de trabalho, acrescida de declaração do empregador que informe o período, com início e fim, se for o caso, e a espécie do serviço de nível superior realizado, com a descrição das atividades desenvolvidas, incluindo quantitativo de estudantes atendidos pela unidade educacional, se realizado na área privada; ou
- Declaração ou certidão de tempo de serviço que informe o período, com início e



fim, se for o caso, e a espécie do serviço realizado, com a descrição das atividades desenvolvidas, incluindo quantitativo de estudantes atendidos pela unidade educacional, se realizado na área pública; ou

- c) Contrato de prestação de serviços de nível superior ou Recibo de Pagamento de Autônomo - RPA acrescido de declaração do contratante que informe o período, com início e fim, se for o caso, e a espécie do serviço realizado, incluindo quantitativo de estudantes atendidos pela unidade educacional, no caso de serviço prestado como autônomo.

A Organização Social que receber pontos pela capacidade de seu corpo técnico deverá manter o mesmo profissional ou outro com certificações ou capacitações técnicas equivalentes até o final do Contrato de Gestão a ser celebrado.

3.2.3.3 CLASSIFICAÇÃO DOS PORTES DAS EMPRESAS PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA EM GESTÃO PRIVADA

Para fins de comprovação de experiência em gestão privada, as empresas serão classificadas em 3 níveis de acordo com seu porte. Esse é definido com fundamento na Lei Complementar nº 123/2006, Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, sendo que a referência para essa classificação é a receita bruta anual da empresa.

- a) Nível I – Microempresa – faturamento de até R\$ 360.000,00.
- b) Nível II – Empresa de Pequeno Porte – faturamento de R\$ 360.000,01 até R\$ 3.600.000,00.
- c) Nível III – Média e Grande Porte – faturamento superior a R\$ 3.600.000,00.

Dessa forma, para atestar a classificação do porte da empresa, os profissionais, deverão apresentar documentos que comprovem, de forma clara, a classificação da empresa, tais como, a Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – DIPJ, o Balanço Patrimonial da empresa ou qualquer documento oficial e que seja apto a tal comprovação.



MATRIZ DE PONTUAÇÃO

DESCRIÇÃO		MÁXIMO DE PONTOS
Experiência em Gestão pelo Parceiro Privado		7
Comprovação, pelo Parceiro Privado, em Gestão de Unidade Educacional - Pontuação a ser atribuída conforme a demonstração do tempo de experiência e número de unidades gerenciadas		
Em Unidade Educacional de até 500 Estudantes	Máximo 2 pontos (cumulativos)	Máximo 4 Pontos
Até 02 anos	0,5	
De 02 a 05 anos	1	
Mais de 05 anos	1,5	
Em Unidade Educacional acima de 501 Estudantes	Máximo 3 pontos (cumulativos)	
Até 02 anos	1	
De 02 a 05 anos	1,5	
Mais de 05 anos	2	
Comprovação, pelo Parceiro Privado, em Gestão de Unidade Pública	Máximo 2 pontos (cumulativos)	Máximo 2 pontos
Até 02 anos	1	
De 02 a 05 anos	1,5	
Mais de 05 anos	2	
Comprovação pelo Parceiro Privado na execução de Projetos, Ações ou Iniciativas, de caráter contínuo, vinculados à área educacional, realizadas em parceria, ou não, com o poder público	Máximo 2 pontos (não cumulativos)	Máximo 1 ponto
Até 05 ações	0,5	
Acima de 05 ações	1	
DESCRIÇÃO		MÁXIMO DE PONTOS
Experiência do Corpo Deliberativo/Administrativo do Parceiro Privado		5
Comprovação, pelos membros TITULARES do Corpo Deliberativo/Administrativo, de Formação Profissional em Gestão		
	Máximo 2 pontos (cumulativos para formações distintas)	Máximo 2 Pontos
Graduação	0,5	
Especialização/Pós-Graduação	1	
Mestrado	1,5	
Doutorado	2	



Comprovação, pelos membros TITULARES do Corpo Diretivo, de experiência em Gestão Pública e/ou Privada		Máximo 3 Pontos
Gestão Pública		
No caso de Experiência comprovada em Gestão Pública, o profissional será pontuado conforme o cargo que exerceu:		
Se em cargo de Supervisão, Coordenação ou Gerência, pontuará como Nível I		
Se em cargo de Diretor, Superintendente ou cargo equivalente, pontuará como Nível II		
Se em cargo de Presidente, Secretário ou cargo equivalente, pontuará como Nível III		
Gestão Privada		
Se Microempresa - ME pontuará como Nível I		
Se Empresa de Pequeno Porte – EPP pontuará como Nível II		
Se Média e Grande Porte, pontuará como Nível III		
Nível I	1,5	
Até 02 anos	0,5	
De 02 a 05 anos	1	
Mais de 05 anos	1,5	
Nível II	2	
Até 02 anos	1	
De 02 a 05 anos	1,5	
Mais de 05 anos	2	
Nível III	2,5	
Até 02 anos	1,5	
De 02 a 05 anos	2	
Mais de 05 anos	2,5	
DESCRIÇÃO		MÁXIMO DE PONTOS
Experiência do Corpo Diretivo do Parceiro Privado		8
Comprovação, pelos membros TITULARES do Corpo Diretivo, de experiência em Gestão de Unidades Educacionais		Máximo 3 Pontos
Em Unidade Educacional de até 500 estudantes	Máximo 1,5 pontos (cumulativos)	
Até 02 anos	0,5	
De 02 a 05 anos	1	
Mais de 05 anos	1,5	
Em Unidade Educacional acima de 501 estudantes	Máximo 2,5 pontos (cumulativos)	



Até 02 anos	1	
De 02 a 05 anos	1,5	
Mais de 05 anos	2	
Comprovação, pelos membros TITULARES do Corpo Diretivo, de formação profissional em Gestão	Máximo 1 pontos (cumulativos para formações distintas)	Máximo 1 Pontos
Graduação	0,2	
Especialização/Pós-Graduação	0,5	
Mestrado	0,7	
Doutorado	1	
Comprovação, pelos membros TITULARES do Corpo Diretivo, de experiência em Gestão Pública e/ou Privada		Máximo 4 Pontos
Gestão Pública		
No caso de Experiência comprovada em Gestão Pública, o profissional será pontuado conforme o cargo que exerceu:		
Se em cargo de Supervisão, Coordenação ou Gerência, pontuará como Nível I		
Se em cargo de Diretor, Superintendente ou cargo equivalente, pontuará como Nível II		
Se em cargo de Presidente, Secretário ou cargo equivalente, pontuará como Nível III		
Gestão Privada		
Se Microempresa - ME pontuará como Nível I		
Se Empresa de Pequeno Porte – EPP pontuará como Nível II		
Se Média e Grande Porte, pontuará como Nível III		
Nível I	1	
Até 02 anos	0,2	
De 02 a 05 anos	0,5	
Mais de 05 anos	1	
Nível II	2	
Até 02 anos	0,5	
De 02 a 05 anos	1	
Mais de 05 anos	1,5	
Nível III	3	
Até 02 anos	1	
De 02 a 05 anos	1,5	



Mais de 05 anos	2	
Experiência do Corpo Técnico	35 Pontos	
Superintendente Pedagógico	20 pontos	
Comprovação, pelo profissional indicado para atuar no Contrato de Gestão, de experiência em unidade educacional	Máximo 5 pontos (cumulativos)	Total 5 pontos
Em Unidade Escolar de até 500 estudantes	2	
Até 02 anos	1	
De 02 a 05 anos	1,5	
Mais de 05 anos	2	
Em Unidade Escolar acima de 501 estudantes	3	
Até 02 anos	1,5	
De 02 a 05 anos	2	
Mais de 05 anos	2,5	
Comprovação, pelo profissional indicado para atuar no Contrato de Gestão, de experiência em unidade escolar da Educação Básica	Máximo 5 pontos (cumulativos)	Total 5 pontos
Em Unidade Escolar de até 500 estudantes	2	
Até 02 anos	1	
De 02 a 05 anos	1,5	
Mais de 05 anos	2	
Em Unidade Escolar acima de 501 estudantes	3	
Até 02 anos	1,5	
De 02 a 05 anos	2	
Mais de 05 anos	2,5	
Comprovação, pelo responsável indicado para atuar no Contrato de Gestão, de Experiência em Gestão de Rede de Ensino, pública ou privada	Máximo 5 pontos (cumulativos)	Total 5 pontos
Se em cargo de Coordenador ou Gerente	1	
Se em cargo de Diretor de Rede, Secretário Municipal de Educação	2	
Se em cargo de Superintendente Estadual de Educação, Subsecretário Estadual de Educação	3	
Sem em cargo de Secretário de Estado ou Reitor	4	



Comprovação, pelo profissional indicado para atuar no Contrato de Gestão, de formação em área educacional - Superintendente Pedagógico	Máximo 5 pontos (cumulativos para formações distintas)	Total 5 pontos
Graduação	1	
Especialização/Pós-Graduação	2	
Mestrado	3	
Doutorado	4	
Superintendente Administrativo/Financeiro	15 pontos	
Comprovação, pelo profissional indicado para atuar no Contrato de Gestão, de formação em área afim - Superintendente Administrativo/Financeiro	Máximo 5 pontos (cumulativos para formações distintas)	Máximo 5 pontos
Graduação	1	
Especialização/Pós-Graduação	2	
Mestrado	3	
Doutorado	4	
Comprovação, pelo profissional indicado para atuar no Contrato de Gestão, de Experiência, em área afim de Experiência em Gestão Pública e/ou Privada		
Gestão Pública		
Se em cargo de Supervisão, Coordenação ou Gerência, pontuará como Nível I		Máximo 5 pontos
Se em cargo de Diretor, Superintendente ou cargo equivalente, pontuará como Nível II		
Se em cargo de Presidente, Secretário ou cargo equivalente, pontuará como Nível III		
Gestão Privada		
Se Microempresa - ME pontuará como Nível I		Máximo 5 pontos
Se Empresa de Pequeno Porte – EPP pontuará como Nível II		
Se Média e Grande Porte, pontuará como Nível III		
Nível I	1,5	
Até 02 anos	0,5	
De 02 a 05 anos	1	
Mais de 05 anos	1,5	
Nível II	2,5	



Até 02 anos	1,5	
De 02 a 05 anos	2	
Mais de 05 anos	2,5	
Nível III	3,5	
Até 02 anos	2,5	
De 02 a 05 anos	3	
Mais de 05 anos	3,5	

1. Poderão ser apresentadas, tanto para a entidade, e seu Corpo Deliberativo/Administrativo e Corpo Diretivo, quanto para o Corpo Técnico (Superintendentes ou equivalentes), todas as experiências que a proponente possuir, contudo a pontuação se restringirá ao máximo de cada Item avaliado. Essas experiências deverão ser comprovadas da seguinte forma:
 - Para entidade – preferencialmente documento oficial do Órgão Autorizador de funcionamento (MEC, Conselho Estadual de Educação, Conselho municipal de Educação);
 - Para os profissionais – declaração oficial da entidade/unidade educacional na qual houve a prestação de serviço, especificando o porte da unidade, incluindo quantitativo de estudantes atendidos pela unidade educacional, o tempo e o tipo de serviço executado.
2. Para os integrantes do Conselho de Administração a comprovação de experiência e escolaridade será a mesma exigida para o Corpo Técnico, Item 3.2.3;
3. Na avaliação individual em formação (escolaridade) dos profissionais do Corpo Deliberativo/Administrativo, Corpo Diretivo e Corpo Técnico, esses serão pontuados apenas no título de maior nível para cada formação distinta.

3.2. ITEM CERTIFICAÇÃO CEBAS - CORRESPONDE A 30 PONTOS

Neste item, a Proponente que apresentar Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social (CEBAS) ativo e regular terá pontuação de 30 pontos adicionais.

ANEXO V – Estudo de desembolso estimado e modelo de planilha financeira

I – Levantamento do Desembolso estimado por Lote

Com o intuito de determinar o custo de desembolso estimado foi realizado o levantamento dos gastos com escola estaduais em relação ao ano de 2016. Esse estudo foi atualizado com os dados de gasto com pessoal de março de 2017.

Os valores da Folha de Apoio se referem a março de 2017 e já incluem os encargos pagos pela SEE.

Os outros valores foram estimados a partir dos valores de 2016 ajustados pelo IPCA acumulado de 6,29% e pelo IPCA projetado para 2017 de 4,60%, presente no Relatório Focus³.

Os valores de Manutenção e Despesas Gerais foram divididos pelo número de salas de aula na rede estadual de ensino em 2016. A partir dos valores de custo por sala e da folha salarial de cada escola foram calculados o desembolso total e o custo/aluno de cada Lote. Esses resultados são apresentados na Tabela a seguir.

	Folha de Apoio	Manutenção e pequenas reformas	Despesas Gerais	Total	Matrículas	Custo / Aluno
Lote 1	R\$ 1.048.403,83	R\$ 108.164,48	R\$ 172.678,50	R\$ 1.329.246,81	46.168	R\$ 28,79
Lote 2	R\$ 1.128.769,20	R\$ 126.823,99	R\$ 202.467,36	R\$ 1.458.060,55	45.642	R\$ 31,95
Lote 3	R\$ 757.167,54	R\$ 67.659,69	R\$ 108.014,88	R\$ 932.842,11	28.245	R\$ 33,03
Lote 4	R\$ 697.617,59	R\$ 72.059,08	R\$ 115.038,27	R\$ 884.714,94	28.608	R\$ 30,93
Lote 5	R\$ 1.000.981,32	R\$ 134.560,86	R\$ 214.818,83	R\$ 1.350.361,01	49.014	R\$ 27,55
Lote 6	R\$ 959.686,62	R\$ 121.059,26	R\$ 193.264,30	R\$ 1.274.010,18	44.458	R\$ 28,66
Lote 7	R\$ 1.221.937,70	R\$ 131.981,90	R\$ 210.701,68	R\$ 1.564.621,28	35.939	R\$ 43,54
Lote 8	R\$ 1.199.578,82	R\$ 133.802,34	R\$ 213.607,91	R\$ 1.546.989,07	37.112	R\$ 41,68
Total	R\$ 8.014.142,62	R\$ 896.111,60	R\$ 1.430.591,73	R\$ 10.340.845,95	315.186	R\$ 32,81

As Propostas Financeiras para cada lote deverão respeitar os valores máximos mensais apresentados acima.

³ <http://www.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/R20170420.pdf>



II – Modelo de planilha financeira de despesas mensais

Receitas e Despesas operacionais													
Receitas Operacionais	MÊS 1- ANO	MÊS 2- ANO	MÊS 3- ANO	MÊS 4- ANO	MÊS 5- ANO	MÊS 6- ANO	MÊS 7- ANO	MÊS 8- ANO	MÊS 9- ANO	MÊS 10- ANO	MÊS 11- ANO	MÊS 12- ANO	TOTAL
Repasse Contrato de Gestão/Convênio (Fixo + Variável)													
Repasse Programas Especiais/Eventuais													
Total (1)													
Resultado de Aplicação Financeira													
Reembolso de Despesas													
Obtenção de Recursos Externos à SEE													
Demais Receitas (Convênios/FNDE)													
Outras Receitas													
Total (2)													
Total Geral das Receitas (1) + (2)													
Despesas Operacionais													
1. Pessoal													
1.1. Salário Base													
1.2. Encargos Sociais													
1.3. Provisões (13ª+Férias)													
1.4. Benefícios													



1.5. Outras Formas de Contratação (Ex. RPA)													
2. Material Escolar													
2.1. Materiais Pedagógicos													
2.2. Outros													
3. Materiais Diversos													
3.1. Materiais de Higienização													
3.2. Gêneros Alimentícios													
3.3. Materiais de Expediente													
3.4. Combustível													
3.5. GLP													
3.6. Materiais de Manutenção													
3.7. Outras Despesas com Materiais													
4. Seguros/Impostos/Taxas													
4.1. Seguros (Pessoais, Imóvel e Automóvel etc.)													
4.2. Impostos/Taxas (Ex.: IOF, taxas bancárias etc.)													
5. Gerais													
5.1 Telefonia													
5.2 Água													
5.3. Energia Elétrica													
5.4 Outras Despesas Gerais													
6. Depreciação													



7. Prestação de Serviços Terceiros													
7.1. Pedagógicos													
7.1.1. Pessoa Jurídica													
7.1.2. Pessoa Física													
7.1.3. Outros													
7.2. Administrativos													
7.2.1. Pessoa Jurídica													
7.2.2. Pessoa Física													
7.2.3. Outros													
Total Geral das Despesas													
Déficit/Superávit													
8. Investimentos													
8.1. Equipamentos													
8.2. Mobiliários													
8.3. Equipamentos de Tecnologia													
8.4. Veículos													
TOTAL													

ANEXO VI – MODELOS DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO RELATIVA À PROIBIÇÃO DO TRABALHO DO MENOR (item 4.3.o. Edital)

Edital de seleção nº 001/2017/SEAD/SEE

.....(**nome da instituição**), inscrita no CNPJ sob o número....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso no art. 7º, XXXIII da Constituição Federal e demais legislações vigentes, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menor de dezesseis anos, a não ser na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Em de.....de 2017

Assinatura do representante legal da Organização Social e carimbo

VISITA TÉCNICA

AUTORIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA ÀS UNIDADES ESCOLARES

Edital de Seleção nº 001/2017/SEAD/SEE

A Secretaria de Estado de Educação da Paraíba, por meio do titular da pasta, autoriza a

Organização Social _____ a realizar Visita Técnica para esclarecimento de dúvidas sobre particularidades administrativas e pedagógicas, bem como de reconhecimento das instalações físicas, bens patrimoniais e recursos humanos das Unidades Escolares da Rede Pública Estadual de Educação, objeto do presente Edital.

João Pessoa, ...de.....de 2017

Assinatura do Secretário de Estado da Educação (ou responsável substituto)

**RECIBO DE COMPARECIMENTO À VISITA TÉCNICA
(item 3.2. do Edital)**

Edital de seleção nº 001/2017/SEAD/SEE

Declaramos, para fins de participação no Edital de Seleção, cujo objeto é "Contração para a Gestão Pactuada das ações e serviços de apoio escolar em unidades escolares da Secretaria de Estado da Educação", que efetuamos Visita Técnica à Escola..... **(Nome da Escola e código INEP)**, no Endereço município..... pertencente à GRE, e esclarecemos dúvidas acerca de particularidades administrativas e/ou pedagógicas da Unidade, bem como tomamos pleno conhecimento de todas as condições, físicas, estruturais e do mobiliário, existentes na Unidade Escolar.

Em de.....de 2017

Assinatura do Diretor(a) da Unidade Escolar (ou responsável substituto)

**DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA
(item 3.2.2. do Edital)**

Edital de seleção nº 001/2017/SEAD/SEE

Declaramos, para fins de participação no Edital de Seleção, cujo objeto é "Contração para a Gestão Pactuada das ações e serviços de apoio escolar em unidades escolares da Secretaria de Estado da Educação", que assumimos integralmente a responsabilidade decorrente de eventual desconhecimento de informações ou fatos provocados pela não realização da visita técnica nas unidades escolares, alcançadas por este edital.

Em de.....de 2017

Assinatura do representante legal da Organização Social e carimbo

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DAS REGRAS DO EDITAL,
item 4.3 alínea “r”.

Edital de seleção nº 001/2017/SEAD/SEE

.....(nome da instituição), inscrita no CNPJ sob o número....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., **DECLARA** que executará, nas unidades escolares, todas as atividades descritas em sua Proposta de Trabalho, que a validade de suas propostas técnica e financeira é de 180 dias corridos e que, **ACEITA** de forma integral e irretratável os termos, cláusulas, condições e Anexos do presente Instrumento, com lastro na legislação referida no preâmbulo, **CIENTE** que não serão aceitas, sob quaisquer hipóteses, alegações de seu desconhecimento em qualquer fase do processo de seleção ou execução do contrato de gestão.

Em de.....de 2017

Assinatura do representante legal da Organização Social e carimbo

ANEXO VII – Minuta de CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA

MINUTA DO CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA Nº/2017

CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA, que entre si celebram o Estado da Paraíba, por meio da Secretaria de Estado de Educação e, pessoa jurídica de direito privado, qualificada como Organização Social, na área de Educação, objetivando A Gestão Pactuada das ações e serviços de apoio escolar em unidades escolares da Secretaria de Estado da Educação especificadas no Edital nº 001/2017/SEAD/SEE.

CONTRATANTE:

ESTADO DA PARAIBA, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo SECRETARIO DE ESTADO DE EDUCACAO, Aléssio Trindade de Barros, brasileiro, casado, RG 1.146.368 – SSP/PB, CPF 601.796.274-49, residente e domiciliado nesta Capital, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**, com sede na Avenida João da Mata, S/N, Jaguaribe, CNPJ/MF nº 08.778.250/0001-69, neste ato representado por seu titular.

CONTRATADA:

....., pessoa jurídica de direito privado, sem finalidade lucrativa, qualificada como Organização Social de Educação por meio do Decreto Estadual ou Ato de confirmação do Secretário de Estado da Administração nº, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede em, neste ato representada por (qualificação). **RESOLVEM**, na forma da Lei Estadual nº 9.454/2011, celebrar o presente **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, por meio de fomento público, tem por objeto A Gestão Pactuada das ações e serviços de apoio escolar em unidades escolares da Secretaria de Estado da Educação especificadas no Edital nº 001/2017/SEAD/SEE, para a implantação e implementação de políticas administrativas no âmbito educacional definidas pelo CONTRATANTE nas Unidades Escolares da Rede Pública Estadual de Ensino constantes do Anexo XXXX.



1.2. Este **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA** deverá ser executado de forma a garantir eficiência econômica, administrativa e educacional, conferindo eficácia à ação governamental e efetividade às diretrizes e às políticas públicas na área de Educação elaboradas pelo **CONTRATANTE**, com fundamento nos artigos 205 a 214 da Constituição Federal; Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB; Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, Plano Nacional de Educação; Lei Estadual 10.488 de 23 de junho de 2015, Plano Estadual de Educação e demais disposições legais pertinentes à matéria.

1.3. Observada a conveniência e a oportunidade, após manifestação de órgãos técnicos da Secretaria de Estado de Educação, o Secretário de Estado de Educação poderá editar portarias para, de forma complementar, e observado o princípio da eficiência da Administração Pública e demais constante no caput do art. 37, da Constituição Federal, normatizar a execução deste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

2. A **CONTRATADA**, para cumprimento do presente **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, compromete-se a:

2.1. Executar todas as atividades e/ou serviços auxiliares descritos e caracterizados no Edital de Seleção e na Proposta Técnica apresentada pela **CONTRATADA**, zelando pela boa qualidade das ações e serviços ofertados e buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade e economicidade em suas atividades, com o cumprimento das metas e prazos previstos, em consonância com as demais cláusulas e condições estabelecidas neste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**;

2.2. Observar, no transcorrer da execução de suas atividades, as orientações, diretrizes e as políticas públicas na área de Educação advindas do **CONTRATANTE**;

2.3. Utilizar os bens materiais e recursos humanos custeados por este **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA** exclusivamente na execução do seu objeto;

2.4. Conferir o inventário dos bens móveis e imóveis permanentes, que será apresentado no ato da assinatura do Termo de Permissão dos Bens Imóveis e Móveis. Deverá, ainda, apresentar relatórios trimestrais, por meio de arquivo digital, com as especificações de todos os bens que lhe foram permitidos para uso, bem como dos adquiridos com recursos oriundos do **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, observando as normas de gestão de patrimônio editadas pelo **CONTRATANTE**;

2.5. Administrar os bens móveis cujo uso lhe foram permitidos, em conformidade com o disposto no respectivo Termo de Permissão, até sua restituição ao **CONTRATANTE**;

2.6. Adotar todos os procedimentos necessários para a imediata patrimonialização pública dos bens, móveis e imóveis, adquiridos com recursos oriundos deste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**;

2.7. A patrimonialização, a que se refere o item anterior, se efetivará por meio de tombamento dos bens móveis e imóveis no setor competente da Secretaria de Estado

da Administração;

2.8. Comunicar, ao **CONTRATANTE** todas as aquisições de bens móveis que forem realizadas ou doações que forem recebidas, devendo a respectiva titularidade ser transferida de imediato ao Estado;

2.9. Disponibilizar ao **CONTRATANTE**, para que sejam incorporados ao seu patrimônio, nas hipóteses de sua extinção/dissolução ou desqualificação, as doações e os legados eventualmente recebidos em decorrência das atividades executadas neste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, bem como todos os excedentes financeiros gerados ao longo de sua execução, nos termos do inciso IX do art. 4º da Lei Estadual nº 9.454/2011;

2.10. Pôr à disposição do **CONTRATANTE** para que sejam revertidos ao seu patrimônio, nas hipóteses de desqualificação ou extinção da entidade e de rescisão deste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, os bens permitidos ao uso, bem como o saldo de quaisquer dos recursos financeiros recebidos do **CONTRATANTE** em decorrência do **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**;

2.11. Os bens móveis permitidos em uso poderão ser alienados, mediante autorização e com controle patrimonial direto pelo **CONTRATANTE**, devendo os recursos advindos dessas alienações serem aplicados na execução do **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**;

2.12. A **CONTRATADA** poderá, a qualquer tempo e mediante justificativa, propor devolução de bens cujo uso lhe foram permitidos, e que não mais sejam necessários ao cumprimento das metas pactuadas;

2.13. Prover os serviços e equipamentos especificados no Edital de Seleção e na Proposta Técnica apresentada pela **CONTRATADA**, garantindo o bom andamento das atividades educacionais e auxiliares nas unidades escolares sob seu gerenciamento;

2.14. Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso;

2.15. Adquirir todo o material de consumo e peças de reposição dos bens que utilizar na execução dos serviços educacionais e auxiliares;

2.16. Manter limpos e conservados todos os espaços internos e externos das unidades escolares sob o seu gerenciamento;

2.17. Ofertar as atividades de apoio nas unidades escolares indicadas no Edital de Seleção Pública;

2.18. Liberar as dependências das unidades escolares para atividades da comunidade escolar, autorizadas pelo Conselho Escolar, com comunicação imediata ao **CONTRATANTE**, sendo vedada a cobrança de qualquer taxa ou contraprestação;

2.19. Publicar em Diário Oficial do Estado, no prazo máximo de 15 dias contados da outorga deste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, regulamento próprio contendo os procedimentos que, com recursos provenientes do **CONTRATANTE**, serão adotados nas alienações, aquisições de bens e contratações de obras e serviços, bem como para a admissão de pessoal, observados os princípios da impessoalidade, da moralidade, da boa-fé, da probidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade e do julgamento objetivo;



- 2.20. O regulamento, tratado no item anterior, deverá atentar ao disposto no inciso VIII, do art. 6º, da Lei Estadual 9.454/2011, e deverá vedar situações de nepotismo tanto em relação à admissão de pessoal, quanto no que diz respeito à celebração de negócios com pessoas jurídicas;
- 2.21. Disponibilizar recursos humanos com perfil profissional compatível e regularmente treinado e capacitado segundo Proposta Técnica apresentada pela **CONTRATADA**, no prazo máximo de 15 dias, contados da outorga deste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, para exercer as atividades de sua responsabilidade, com observância das disposições constantes em regulamento próprio para a admissão de empregados;
- 2.22. Contratar, por meio de processo seletivo, sob regime de CLT, pessoal administrativo em quantidade necessária e condizente ao adequado cumprimento dos serviços inerentes à gestão de uma ou mais unidades escolares, de acordo com as previsões do Edital de Seleção que é parte integrante deste contrato;
- 2.23. Manter, em seu quadro, os profissionais da Educação administrativos, pertencentes ao quadro efetivo do **CONTRATANTE**, que por interesse da **CONTRATANTE** ou por manifestação do servidor permanecer na unidade escolar sob gerenciamento da **CONTRATADA**;
- 2.24. Garantir o preenchimento dos postos de trabalho necessários à execução das atividades, independentemente de férias de pessoal e das demais ausências previstas na legislação vigente;
- 2.25. Responsabilizar-se integralmente pelo pagamento de remuneração e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros, resultantes da execução do objeto deste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, observados os limites e critérios para a despesa com remunerações e vantagens de qualquer natureza a dirigentes e empregados, nos termos do inciso V, VII e VIII do art. 6º, da Lei Estadual nº 9.454/2011;
- 2.26. Garantir o pagamento do piso salarial dos empregados celetistas, profissionais administrativos, observando a aplicação do índice de reajuste anual do piso salarial;
- 2.27. Observar fielmente a legislação trabalhista, bem como manter em dia o pagamento das obrigações tributárias e previdenciárias relativas aos seus empregados e prestadores de serviços, com o fornecimento de certidões de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, sempre que solicitadas pelo **CONTRATANTE**;
- 2.28. Cumprir a programação anual de formação continuada para os recursos humanos, conforme Proposta Técnica apresentada pela **CONTRATADA**;
- 2.29. Cumprir rigorosamente as normas do Serviço Especializado de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, de acordo com a legislação;
- 2.30. Fornecer os equipamentos de proteção individual e coletivo que se mostrarem necessários ao desempenho das atividades objeto deste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**;
- 2.31. Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade dos recursos humanos, por meio de registro de ponto e de frequência, preferencialmente por meio eletrônico;
- 2.32. Manter, durante a execução deste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**,



estrutura compatível com as obrigações trabalhistas assumidas, bem como todas as condições exigidas e demonstradas no procedimento de Seleção Pública;

2.33. Manter, durante a execução deste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, as certificações e capacitações técnicas do Corpo Deliberativo/Administrativo e Diretivo, da instituição, bem como do Corpo Técnico, atuante direto no **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, de acordo com o apresentado na Proposta Técnica;

2.34. Manter, em perfeitas condições de uso e conservação, os equipamentos e instrumentos necessários à gestão das atividades e/ou serviços, permitidos pelo **CONTRATANTE**;

2.35. Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás, junto às repartições competentes, que eventualmente se fizerem necessárias a regular execução das atividades e/ou serviços constantes deste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**;

2.36. Apresentar, até o dia 10 de cada mês, a prestação de contas referente às atividades desenvolvidas no mês anterior, bem como os relatórios mensais parciais de alcance das metas previstas neste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA** à Comissão de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação, instituída pelo **CONTRATANTE**;

2.37. Empregar a logomarca da Secretaria de Estado de Educação e do Estado da Paraíba, para utilização em todos os signos identificadores, tais como placas, cartazes, documentos oficiais e outros;

2.38. Responsabilizar-se pelo pagamento, com recursos próprios da entidade, de compensações, reparações e indenizações de qualquer ordem (danos morais, materiais e outros), decorrentes de ação ou omissão, dolosa ou culposa (negligência, imprudência ou imperícia), que seus agentes causarem ao Estado, aos destinatários dos serviços, inclusive por falhas relativas à sua prestação, nos termos do art. 14 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), quando aplicável, ou a terceiros, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis. As intercorrências deverão ser comunicadas imediatamente ao **CONTRATANTE**;

2.39. Acolher os destinatários das atividades objeto deste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA** (pais, alunos e demais agentes da comunidade escolar) com dignidade, cortesia e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação dos serviços de relevância pública, com observância das legislações especiais de proteção ao idoso, Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003; à criança e ao adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; e a pessoa com necessidades especiais, Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989;

2.40. Manter em local visível ao público, nas instalações e/ou dependências físicas da unidade escolar, placa indicativa do endereço e telefone em que os usuários do serviço público de educação e/ou seus responsáveis possam apresentar reclamações, críticas e/ou sugestões às atividades ofertadas pela **CONTRATADA**;

2.41. Realizar periódica pesquisa de satisfação junto aos destinatários dos serviços, objeto deste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, com envio semestral de seus resultados ao **CONTRATANTE**;

2.42. Publicar, anualmente, os relatórios financeiros e o relatório de execução do



presente **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, bem como o balanço anual da **CONTRATADA**, no Diário Oficial do Estado, até o dia 30 de abril do ano subsequente;

2.43. Fornecer, prontamente, todas as informações e esclarecimentos solicitados pelo **CONTRATANTE** e pelo Conselho Escolar, por meio da Comissão de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação e/ou demais órgãos e/ou entidades encarregados do controle, da fiscalização e da regulação, relativamente às atividades, operações, contratos, documentos, registros contábeis e demais assuntos que se mostrarem pertinentes;

2.44. Contratar empresa de auditoria independente para auditar ou emitir relatórios especiais sobre as suas atividades e contas, observando as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC, que deverá compor a prestação de contas da **CONTRATADA**. O custo desse serviço deverá estar contemplado na proposta financeira inicialmente apresentada.

2.45. Permitir o livre acesso de pessoal especialmente designado pelo **CONTRATANTE** (Comissões, Grupos de Trabalho ou Unidades Organizacionais), pelo Conselho Escolar, pelos órgãos de controle interno e externo, aos livros contábeis, papéis, documentos e arquivos sobre as atividades e operações objeto deste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, quando em missão de fiscalização, controle, avaliação ou auditoria;

2.46. Restituir, à conta do **CONTRATANTE**, o valor repassado, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável, contados da data do seu recebimento, quando as prestações de contas parciais e finais forem apresentadas extemporaneamente e/ou não forem aprovadas;

2.47. Movimentar os recursos financeiros transferidos pelo **CONTRATANTE** para a execução do objeto deste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA** em contas bancárias específicas e exclusivas, de acordo com as regras de Administração Financeira e Contratos no âmbito do Governo do Estado da Paraíba, de modo que os recursos transferidos não sejam confundidos com os recursos próprios da **CONTRATADA**, conforme normatização do **CONTRATANTE**;

2.48. Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, pelo prazo de 05 anos, contados da aprovação das contas pelo Tribunal de Contas do Estado;

2.49. Comunicar, imediatamente, ao **CONTRATANTE** e à Procuradoria Geral do Estado, o recebimento de quaisquer demandas judicial que figure como parte, com o encaminhamento a este último órgão das informações, dos dados e documentos requisitados para a defesa dos interesses do Estado da Paraíba, em juízo ou fora dele, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e criminal daquele que deixar de fazê-lo.

2.49.1. Também deverão ser encaminhadas à **CONTRATANTE** as solicitações e/ou notificações extrajudiciais, que versem sobre fatos ocorridos relacionados às unidades escolares sob seu gerenciamento, anteriormente ou posteriormente à celebração do presente **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**;

2.49.2. A **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA** a provisão de demandas judiciais específicas, cujos valores serão objeto de aditivo caso essas



despesas extrapolem o valor do contrato.

2.50. Responsabilizar-se totalmente pelo pagamento dos serviços de água, esgoto, energia, telefonia, internet, material de escritório e informática das unidades escolares sob sua gestão, bem como demais encargos sociais e tributários;

2.51. Atender, por meio dos serviços prestados pela CONTRATADA, a demanda de matrícula escolar correspondente à Educação Básica;

2.52. Cumprir as resoluções número 5, de 22 de junho de 2012 e número 8, de 20 de novembro de 2012 do Conselho Nacional de Educação (CNE) que tratam, respectivamente, da educação em unidades escolares indígenas e quilombolas;

2.53. Cumprir a Lei Nº 12.433, de 29 de junho de 2011, a resolução nº 03, de 11 de março de 2009 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), e resolução nº 2, de 19 de maio de 2010 do CNE/CEB, que tratam da educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.

2.54. Responsabilizar-se pela exatidão de todos os dados e informações que vier a fornecer ao **CONTRATANTE**, sendo a inexatidão de referidas informações e/ou dados, será considerada grave infração a este **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**;

2.55. Enviar, por mídia digital, os registros relativos a todas as despesas realizadas, assim que forem pagas, objetivando o controle de custos efetivos e a devida fiscalização, por meio da Comissão de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação;

2.56. Fornecer todas as informações que o **CONTRATANTE** solicitar sobre as ações a serem implementadas, bem como sobre os resultados alcançados durante a vigência deste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, que seja de seu conhecimento e/ou posse;

2.57. Sugerir alterações ou ações ao **CONTRATANTE**, visando atingir os objetivos deste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**;

2.58. Garantir aos alunos o acesso gratuito às ações e atividades descritas no objeto deste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, sendo vedada a cobrança de quaisquer contribuições ou taxas, em conformidade com o inciso IV do art. 206 da Constituição Federal;

2.59. Viabilizar a política de inclusão do **CONTRATANTE** em todas as etapas e modalidades de Educação Básica, promovendo o Atendimento Educacional Especializado (AEE), conforme previsto na LDB nº 9.394/1998;

2.60. Colaborar e/ou auxiliar a execução de programas e/ou projetos educacionais implementados nas unidades escolares pela SEE e/ou em parceria com o Governo Federal e/ou outros parceiros;

2.61. Auxiliar na celebração de convênios e/ou outros afins com o escopo de auferir recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação - FNDE/MEC para as unidades escolares;

2.62. Atuar de forma isenta de qualquer influência partidária, religiosa e/ou filosófica, de acordo com a Constituição Federal;

2.63. Garantir o amplo acesso ao direito à educação, abstendo-se de quaisquer condutas restritivas, tais como a imposição de suspensão da unidade escolar e/ou das



salas de aulas;

2.64. Tomar conhecimento dos contratos, convênios ou outros instrumentos firmados pelo **CONTRATANTE**, manifestando-se quanto ao interesse em mantê-los, excetuados os convênios celebrados com o FNDE/MEC e outros entes públicos;

2.65. Havendo interesse em manter os contratos, e/ou outros instrumentos, conforme mencionado no item anterior, a **CONTRATADA** deverá avaliar a possibilidade de assumi-lo(s), transferindo-o(s) para o seu nome;

2.66. Aderir, implantar e/ou alimentar os sistemas informatizados de gestão escolar e/ou contábil, disponibilizados ou indicados pelo **CONTRATANTE**;

2.67. Empreender meios de obter receitas próprias, complementares aos recursos financeiros transferidos pelo **CONTRATANTE**, para serem aplicadas no melhoramento das unidades escolares sob seu gerenciamento, submetendo a implementação destas previamente ao **CONTRATANTE** para sua aquiescência;

2.68. A movimentação e aplicação dos recursos oriundos do item anterior, será por meio de conta bancária específica e exclusiva, de modo que não sejam confundidas com os recursos provenientes de outras fontes, e cujos extratos de movimentação mensal e balancetes consolidados, da totalidade das despesas e receitas por fontes e categorias, deverão ser encaminhados mensalmente à Comissão de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação para análise;

2.69. A **CONTRATADA** não poderá utilizar, como sede da instituição, os espaços integrantes do patrimônio imobiliário do Estado da Paraíba, nem utilizar recursos oriundos deste CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA para manutenção da sede em outro local;

2.70. Cumprir todas as obrigações descritas na Proposta Técnica apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

3. Para a execução do objeto do presente **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, o **CONTRATANTE** obriga-se a:

3.1. Efetuar repasses mensais conforme Cláusula Oitava deste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**;

3.2. Prestar ao **CONTRATADO** o apoio pedagógico e administrativo necessários para o alcance do objeto deste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, desde que não acarrete em ônus financeiro extra ao **CONTRATANTE**;

3.3. Acompanhar, monitorar e avaliar a execução deste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, conforme a sua Cláusula Quinta;

3.4. Permitir, conforme o caso e a necessidade, o uso de bens móveis e imóveis mediante a edição do correspondente Termo de Permissão, para utilização exclusiva na execução do objeto deste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, observado o seguinte:

3.4.1. A Permissão de Uso de Bem Imóvel e Móveis refere-se ao prédio em que está sediada a unidade escolar e aos móveis nele existentes, contemplada por este



CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA;

3.4.2. A Permissão de Uso de Bem Imóvel e Móveis deverá ser precedida de vistoria realizada pela Secretaria de Estado da Educação mediante relatório e memorial descritivo do prédio, por meio de procedimento próprio, acompanhado do inventário dos bens móveis.

3.5. Ressarcir a **CONTRATADA** por eventuais desembolsos que essa seja obrigada a realizar, em cumprimento de condenações transitadas em julgado, para o pagamento de dívidas líquidas e certas de natureza trabalhista, previdenciária, tributária ou comercial, provenientes de fatos geradores ocorridos anteriormente à data de celebração deste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, e cuja responsabilidade venha a ser imputada à **CONTRATADA**, na qualidade de sucessora;

3.6. Manter, no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Educação e no Portal de Transparência do Governo do Estado, dados sobre o presente **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, sua execução e avaliação para consulta, a qualquer tempo, por qualquer interessado;

3.7. Promover, de acordo com o art. 23 ao 28 da Lei Estadual nº 9.454/2011, a cessão de servidores públicos à **CONTRATADA**, observado o disposto no item 2.21 deste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**;

3.8. Responsabilizar-se pelo pagamento dos vencimentos dos servidores públicos do **CONTRATANTE** colocados à disposição da **CONTRATADA**;

3.9. Promover, em parceria com a **CONTRATADA**, a distribuição de alunos e turmas, tendo em vista a capacidade máxima de atendimento em sala de aula, estabelecida nos termos da legislação em vigor;

3.10. Articular-se com a **CONTRATADA** e a Comunidade Escolar, buscando o fortalecimento da Gestão Democrática, priorizando as ações de melhoria do ensino e a fiscalização da aplicação de recursos;

3.11. Acompanhar sistematicamente os indicadores de sucesso das ações executadas pela **CONTRATADA**, por meio dos dados a serem colhidos;

3.12. Implementar e fomentar a política de ingresso de novos alunos na Rede Estadual de Ensino, mediante atividades junto à Comunidade Escolar, mídia e outros meios afins, em estreita consonância com as diretrizes da Secretaria de Estado de Educação.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES MÚTUAS

4. Para a execução do objeto do presente **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** obrigam-se a:

4.1 Responsabilizar-se pelo acompanhamento dos estudantes na unidade escolar, devendo, obrigatoriamente, acionar os órgãos locais responsáveis pela garantia dos direitos da criança e do adolescente e de apuração de atos infracionais;

4.2 Instituir ações que garantam a presença dos alunos nas unidades escolares, nos turnos de atendimento, no período letivo previsto, e, se necessário, recorrendo a outras instâncias sociais;

4.3 Criar canais de participação e de compromisso para a execução integral deste

CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA, objetivando a divulgação da Política Educacional do Estado junto à Comunidade Escolar.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO, DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

5.1. Por meio de Ato Administrativo do Titular da Secretaria de Estado de Educação, será instituída a Comissão de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação dos Contratos de Gestão Pactuada, composta por especialistas de notória capacidade e adequada qualificação, responsável por realizar a supervisão sistematizada das ações da Organização Social e seus resultados;

5.1.1. As atividades executadas pela **CONTRATADA** terão a parte contábil/financeira monitorada, avaliada e fiscalizada pelo **CONTRATANTE**, sem prejuízo das ações de controle e fiscalização das áreas de controle interno do Estado;

5.1.2. Caso sejam apuradas quaisquer despesas impróprias realizadas pela **CONTRATADA**, essa será notificada para, no prazo máximo de 05 dias úteis após o recebimento, apresentar justificativas ou providenciar as regularizações;

5.1.3. Em casos que as justificativas apresentadas pela **CONTRATADA** dadas no item anterior não forem aceitas, será dado o prazo de 15 dias úteis para a apresentação de recurso endereçado ao **CONTRATANTE**;

5.1.4. Se indeferido o recurso, será formalizado um expediente para que se efetuem as penalidades cabíveis;

5.1.5. Serão consideradas impróprias as despesas que, além de ofenderem os princípios da legalidade, moralidade, economicidade, impessoalidade, boa-fé, probidade, eficiência, isonomia e publicidade não guardarem qualquer relação com os serviços prestados, como por exemplo: festas de confraternização de empregados, repasse de multas de trânsito, distribuição de brindes e custeio de atividades não condizentes com o objeto contratual.

5.2. Os resultados alcançados pela Organização Social deverão ser objeto de avaliação criteriosa da Comissão de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação dos Contratos de Gestão Pactuada da Secretaria de Estado de Educação, que norteará as correções que forem necessárias para garantir à plena eficácia do presente **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**. O não atingimento das metas, conforme decorrências da avaliação, poderá ensejar a desqualificação de Entidade como Organização Social no Estado da Paraíba;

5.3. Ao final de cada exercício financeiro a Comissão de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação dos Contratos de Gestão, elaborará consolidação dos resultados obtidos do **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA** e encaminhará ao Titular da Secretaria de Educação, que, após ciência e aprovação, encaminhará ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, bem como para a Assembleia Legislativa;

5.4. O presente **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA** estará submetido aos controles externo e interno, ficando toda a documentação disponível a qualquer tempo sempre que requisitado;

5.5. A Comissão de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação dos Contratos de Gestão exigirá a apresentação, pela **CONTRATADA**, ao término de cada exercício ou a



qualquer momento, conforme recomende o interesse público, de relatório pertinente à execução do **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro, assim como suas publicações no Diário Oficial do Estado;

5.6. A área de controle interno do Governo do Estado da Paraíba e a Comissão de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação dos Contratos de Gestão poderão exigir da **CONTRATADA**, a qualquer tempo, informações complementares e a apresentação de detalhamento de tópicos e informações constantes dos relatórios;

5.7. Os responsáveis pelo acompanhamento deste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade na utilização de recursos ou bens de origem pública, comunicarão imediatamente ao Titular da Secretaria de Educação, ocasião em que se dará ciência ao Tribunal de Contas do Estado, Assembleia Legislativa e ao Ministério Público Estadual, para as providências cabíveis, sob pena de responsabilidade solidária;

5.8. Sem prejuízo da medida a que se refere o subitem anterior, quando assim exigir a gravidade dos fatos ou o interesse público, havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização informarão imediatamente ao Secretário de Estado da Educação que deverá representar à Procuradoria Geral do Estado, para que requeira ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o sequestro dos bens de seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilicitamente ou causado danos ao patrimônio público, devendo cientificar, além dos entes já previstos no item anterior, a Controladoria Geral do Estado;

5.9. A Prestação de Contas, a ser apresentada pela **CONTRATADA** trimestralmente ou a qualquer tempo, conforme recomende o interesse público, far-se-á por meio de relatório pertinente à execução deste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhados dos demonstrativos financeiros referentes aos gastos e receitas efetivamente realizadas, disponibilizando a totalidade de seus registros contábeis, apresentando as demonstrações financeiras (balanço patrimonial, demonstração do resultado do período, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstrações de fluxo caixa e notas explicativas), conforme Resolução CFC nº 1409/2012-ITG 2002 R1 e atualizações, além dos livros razão, diário do período e balancete devidamente responsável pelo contador responsável e apresentação de Certidão de Regularidade profissional;

5.10. Caberá à Controladoria Geral do Estado realizar as atividades de auditoria, controle e fiscalização dos serviços prestados.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

6.1 A vigência do presente **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA** será de 24 meses, contados a partir de sua outorga, podendo ser renovado, desde que demonstrado o alcance das metas pactuadas, a adequação dos resultados e aprovação das prestações de contas pelo **CONTRATANTE** e pela Controladoria Geral do Estado;

6.2 O **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** convencionam que, até o último dia



do mês de novembro de cada ano, será feita uma avaliação conjunta do desenvolvimento das ações previstas neste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, quando será definida a sua continuidade ou não, tendo em vista as atividades a serem desenvolvidas, bem como os recursos existentes para o desenvolvimento das atividades no período posterior;

6.3 Fica pactuado que o **CONTRATANTE**, a qualquer momento, poderá rescindir o presente **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA** se, em nome do interesse público, verificar o descumprimento de princípios basilares da Administração Pública, com a aplicação das penalidades previstas no presente **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, se for o caso, assegurando à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA SETIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

7.1 Para executar o objeto deste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, especificados no Edital de Seleção e na Proposta Técnica apresentada pela **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** repassará à **CONTRATADA**, nos prazos e condições constantes deste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, a importância global estimada em R\$;

7.2 Essa importância poderá sofrer modificações, observando-se as disponibilidades financeiras de recursos alocados nos orçamentos dos anos subsequentes e a legislação estadual aplicável aos contratos de gestão;

7.3 Os recursos repassados à **CONTRATADA**, enquanto não utilizados, deverão ser aplicados em caderneta de poupança ou fundo de aplicação financeira composto majoritariamente por títulos da dívida pública, observado o disposto no item 7.7, devendo os resultados dessa aplicação ser revertidos exclusivamente ao cumprimento do objeto deste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**;

7.4 Na excepcionalidade da **CONTRATADA** suportar, com recursos próprios, despesas deste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA** em virtude de atraso nos repasses previstos pelo **CONTRATANTE**, e tendo reconhecida as despesas efetivadas, desde que em montante igual ou inferior aos valores ainda não desembolsados e estejam previstas no plano de trabalho, a **CONTRATADA** terá direito ao reembolso, não podendo, nesse caso, depositar os recursos utilizados nas contas específicas e exclusivas de movimentação dos recursos financeiros transferidos pela contratante;

7.5 Sem prejuízo dos repasses efetuados pelo **CONTRATANTE**, a execução do presente **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, poderá ser implementada, complementar e suplementarmente, com recursos advindos de:

- a) Doações, legados, patrocínios, apoios e contribuições de entidades nacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas;
- b) Rendimentos de aplicações de ativos financeiros;
- c) Outros ingressos, devidamente comunicados ao **CONTRATANTE**.

7.6 Poderá o **CONTRATANTE**, na vigência do presente **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, além dos valores mensalmente transferidos, conforme recomende o interesse público, mediante ato fundamentado da Secretaria de Estado de Educação, repassar à **CONTRATADA**, recursos a título de investimento, para ampliação de estruturas físicas já existentes e aquisição de bens móveis



complementares de qualquer natureza que se fizerem necessários para a execução do objeto deste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, mediante termo aditivo específico;

7.7 Os repasses, a título de investimento, serão efetuados pelo **CONTRATANTE**, mediante novo procedimento administrativo específico, onde serão descritas as justificativas e o detalhamento do aporte financeiro a ser realizado, podendo o repasse ser de valor total ou complementar ao investimento realizado pela própria **CONTRATADA**. O referido investimento complementar deve ser previamente aprovado pelo **CONTRATANTE**;

7.8 A **CONTRATADA** somente poderá movimentar e aplicar os recursos, que lhe forem repassados pelo **CONTRATANTE**, em instituições financeiras que possuam, na modalidade “moeda local de curto prazo”, nota mínima “B”, conforme classificação de risco atribuída pela agência de *rating* internacional *Standard & Poor's*, ou, em não havendo aquela, na modalidade “brA-3”;

7.9 As contas bancárias, de movimentação e aplicação, a que se referem o item anterior, além de específicas e exclusivas, deverão fazer referência a este **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, de modo que não sejam confundidas com os recursos provenientes de outras fontes, e cujos extratos de movimentação mensal e balancetes consolidados, da totalidade das despesas e receitas por fontes e categorias, deverão ser encaminhados mensalmente à Comissão de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação para análise;

7.9.1 Em relação às contas bancárias específicas do **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, a **CONTRATADA** deverá renunciar ao sigilo bancário, em benefício dos órgãos e das entidades de controle interno da Administração;

7.9.2 Os pagamentos a serem realizados pelo **CONTRATANTE** deverão ser efetivados por meio de contas correntes do favorecido em instituição bancária contratada para centralizar sua movimentação financeira.

7.10 A **CONTRATADA** deverá instituir um fundo para provisionamento de despesas, constituído com recursos oriundos dos repasses feitos pelo **CONTRATANTE**, no montante de 3% do valor mensal repassado;

7.11 Os recursos, mencionados no item anterior, deverão ser mantidos e aplicados em conta corrente aberta especificamente para esta finalidade, somente podendo ser movimentada por deliberação de três quartos dos membros do Conselho de Administração da **CONTRATADA**, seguido do autorizo do **CONTRATANTE**;

7.12 A **CONTRATADA** fica autorizada, com interveniência do **CONTRATANTE**, a celebrar ajustes com o Poder Público e a iniciativa privada, objetivando captar recursos para a execução do objeto deste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**. Os recursos captados pela **CONTRATADA** deverão ser utilizados complementarmente aos recursos repassados pelo **CONTRATANTE**;

7.13 É vedada a realização de despesas, à conta dos recursos oriundos do presente **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, a título de:

1. Taxa de administração, de gerência ou similar;
2. Publicidade, das quais constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal dos dirigentes da organização social, autoridades ou



servidores públicos;

3. Pagamento de benefícios a empregados da **CONTRATADA** não contemplados no seu Plano de Cargos;

4. Pagamento de custos indiretos, relacionados à existência material da **CONTRATADA** na condição de entidade privada sem fins lucrativos;

7.14 Ao final do **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, depois de pagas todas as obrigações decorrentes da sua execução, eventual saldo financeiro remanescente deverá ser prontamente restituído ao **CONTRATANTE**;

7.15 As verbas oriundas do FNDE/MEC, auferidas pelo **CONTRATANTE**, não serão repassadas diretamente à **CONTRATADA**.

CLÁUSULA OITAVA – DO REPASSE DE RECURSOS

8.1 Para o primeiro ano do presente **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, o valor a ser repassado, pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, será de R\$, sendo R\$ no primeiro mês, e 10 parcelas iguais de R\$ nos meses subsequentes, respeitando o Cronograma de Desembolso Financeiro, devendo o primeiro repasse ocorrer no prazo máximo de 30 dias contados da outorga e os demais até o 1º dia útil de cada mês iniciado.

8.2 As despesas deste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA** correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

22101.12.361.5006.2297.33903900.103

22101.12.362.5006.2146.33903900.103

8.3 Para os próximos exercícios, as despesas correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos respectivos orçamentos-programas, ficando o **CONTRATANTE** obrigado a apresentar, no início de cada exercício, a respectiva nota de empenho e, havendo necessidade, emitir nota de empenho complementar, respeitada a mesma classificação orçamentária.

8.4 No ato do repasse, a Organização Social terá recolhido o percentual de 1,6% (um vírgula seis por cento) do valor total da fatura, para implementação e operacionalização do Fundo Estadual de Apoio ao Empreendedorismo – Fundo Empreender/PB, conforme disposto no inciso II, do art. 7º, da Lei 10.128/2013, de 23/10/2013.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS HUMANOS

9.1 A **CONTRATADA** utilizará os recursos humanos necessários e suficientes para a execução deste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, de acordo com o plano de gestão de recursos humanos apresentado na Proposta Técnica, considerando um modelo misto de trabalhadores, composto por servidores públicos do **CONTRATANTE** e por empregados contratados, em regime celetista, pela **CONTRATADA**, mediante processo seletivo;

9.2 É vedado, à **CONTRATADA**, o pagamento de vantagem pecuniária



permanente a servidor público a ela cedido, com recurso financeiro proveniente deste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**;

93 Aos servidores públicos do quadro de pessoal permanente do **CONTRATANTE**, colocados à disposição da **CONTRATADA**, serão garantidos todos os seus direitos e vantagens estabelecidos em lei. A cessão do servidor público à **CONTRATADA** não gera vínculo empregatício de qualquer natureza com essa, observada a possibilidade prevista no item 9.12;

94 A contratação de empregados e de prestadores de serviços por parte da **CONTRATADA** deverá obedecer às disposições de seu regulamento próprio, observados os princípios da impessoalidade, da moralidade, da boa-fé, da probidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade e do julgamento objetivo;

95 A **CONTRATADA** deverá executar o Plano de Formação Continuada, conforme Proposta Técnica apresentada;

96 A **CONTRATADA** responderá pelas obrigações, despesas, encargos trabalhistas, tributários, securitários, previdenciários e outros, na forma da legislação em vigor, relativos aos empregados e prestadores de serviços por ela contratados, sendo-lhe defeso invocar a existência deste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA** para eximir-se dessas obrigações ou transferi-las ao **CONTRATANTE**;

97 A **CONTRATADA** poderá utilizar, no máximo, 85% dos recursos públicos que lhe forem repassados com despesas de remuneração, encargos trabalhistas e vantagens de qualquer natureza, inclusive os percebidos pela Diretoria e empregados;

98 O teto remuneratório, a título de proventos de qualquer natureza, a ser percebido pelos membros da Diretoria da organização social, estará limitado ao valor da remuneração do Titular da Secretaria de Estado de Educação.

99 Caso a **CONTRATADA** possua mais de um **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA** firmado com o **CONTRATANTE** na qualidade de organização social da educação, para a apuração do limite constante no item 9.7, será considerado o somatório dos montantes percebidos em todos os contratos.

9.10 Atendidos os requisitos previstos nos incisos V, VII e VIII do Art. 6º da Lei Estadual nº 9.454/2011, deverá a **CONTRATADA** criar, para o Corpo Técnico e Diretivo, políticas remuneratórias vinculadas ao cumprimento das metas estipuladas, devendo a parte variável representar 30% da Remuneração Mensal prevista, conforme item III do ANEXO III – Sistemática de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação.

9.11 O não atingimento das metas pactuadas poderá ensejar a aplicação de medidas preventivas, conforme descrito no item III do ANEXO III.

9.12 É vedada a contratação de servidores ou empregados públicos em atividade, ressalvados os casos em que houver previsão legal e compatibilidade de horário;

9.13 É vedada a contratação de cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o 3º grau, do Governador, Vice-Governador, de Secretários de Estado, de Presidentes de autarquias, fundações e empresas estatais, de Senadores e de Deputados federais e estaduais, Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, bem como de Diretores, estatutários ou não, da organização social, para quaisquer serviços relativos ao **CONTRATO DE GESTÃO**



PACTUADA;

9.14 Empregados e prestadores de serviços remunerados pela **CONTRATADA** com recursos oriundos do **CONTRATANTE**, ou obtidos em decorrência deste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, somente poderão exercer as suas respectivas atividades em execução do objeto do presente **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**;

9.15 O **CONTRATANTE** fiscalizará o pagamento dos empregados admitidos pela **CONTRATADA**, visando aferir a compatibilidade da carga horária, o correto recolhimento dos valores dos encargos devidos, assim como evitar pagamentos em duplicidade;

9.16 A **CONTRATADA** não poderá dispor, a qualquer instituição pública ou privada, dos seus empregados contratados com recursos do presente **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**.

9.17 Em caso de transgressão disciplinar dos servidores efetivos cedidos pelo **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá comunicar o fato ao **CONTRATANTE**, no prazo de até 10 dias, para que esse tome as providências cabíveis ao caso, nos termos da legislação vigente;

9.18 Em caso de transgressão disciplinar de empregado da **CONTRATADA**, essa deverá observar as normas da Consolidação da Leis do Trabalho – CLT para o exercício do Poder Disciplinar do Empregador, podendo o **CONTRATANTE**, caso tome conhecimento de fato praticado por empregado da **CONTRATADA** que atente aos princípios da Administração Pública, que promova apologia e/ou pratique fatos tipificados como crime ou promova ações que possam ser caracterizadas como ofensa aos agentes públicos do **CONTRATANTE**, exigir a demissão do empregado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES

10.1 O presente **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA** poderá ser, a qualquer tempo, modificado pelas partes, em aspectos quantitativos ou qualitativos, por meio da celebração de aditivos, desde que as modificações não desnaturem seu objeto;

10.2 As alterações deverão contar com prévia justificativa por escrito, que conterá a declaração de interesse de ambos **CONTRATANTES** e autorização governamental;

10.3 A alteração dos valores repassados poderá implicar na revisão das metas pactuadas, conforme os relatórios das avaliações anuais executadas pelo **CONTRATANTE**;

10.4 Por alterações quantitativas entendem-se as relativas à vigência do **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, bem como ao Projeto Básico e Proposta Técnica apresentada pela **CONTRATADA**;

10.5 Por alterações qualitativas entendem-se as referentes ao atingimento de metas e objetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11. O presente **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA** poderá ser rescindido unilateralmente pelo **CONTRATANTE**, independentemente das demais medidas cabíveis, nas seguintes situações, se:



11.1 Durante a vigência deste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, a **CONTRATADA** perder, por qualquer razão, a qualificação como Organização Social de Educação;

11.2 A **CONTRATADA** utilizar, comprovadamente, os recursos em desacordo com o **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA** e as disposições legais;

11.3 Não for apresentada a prestação de contas nos prazos determinados, salvo justificativa devidamente fundamentada, comprovada e aprovada pelo **CONTRATANTE**;

11.4 A **CONTRATADA** não atingir as metas previstas no **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**;

11.5 Houver o descumprimento de qualquer cláusula deste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA** pela **CONTRATADA**, e estando inadimplente, não regularize o cumprimento da obrigação, no prazo máximo de 30 dias corridos a contar do recebimento de comunicação por escrito do **CONTRATANTE**;

11.6 Houver a ocorrência de caso fortuito ou força maior, na forma como se encontram definidos na legislação em vigor;

11.7 Ocorrendo a rescisão unilateral deste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA** ou em razão do término de vigência, a **CONTRATADA** não poderá mais fazer uso de quaisquer informações, dados ou documentos, tecnologias, materiais, metodologias e sistemáticas de acompanhamento;

11.8 Verificada qualquer hipótese motivadora da rescisão do **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, o **CONTRATANTE** providenciará a imediata revogação do Termo de Permissão de Uso de Bens Imóveis e Móveis, não lhe cabendo direito a qualquer indenização ou retenção;

11.9 A **CONTRATADA** poderá, por ato unilateral, rescindir o presente **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA** na hipótese de atraso superior a 30 dias da data fixada para os repasses devidos pelo **CONTRATANTE**, devendo a **CONTRATADA** notificar o **CONTRATANTE**, com antecedência mínima de 30 dias, acerca do fim da execução do **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**;

11.10 Em caso de rescisão unilateral por parte da **CONTRATADA**, ressalvada a hipótese de inadimplemento do **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** se obriga a continuar executando o objeto deste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA** pelo prazo mínimo de 90 dias, contados de sua denúncia;

11.11 A **CONTRATADA** terá o prazo máximo de 60 dias, a contar da data da rescisão do **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, para quitar suas obrigações e prestar contas de sua gestão ao **CONTRATANTE**;

11.12 Por acordo firmado entre o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, atendido o interesse público em ato devidamente fundamentado, poderá também ser extinto o presente **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA TRANSPARÊNCIA DAS AÇÕES DA CONTRATADA

12. A **CONTRATADA** obriga-se a adotar ações de transparência, mantendo, em



seu sítio eletrônico na internet, obrigatoriamente, as seguintes informações:

- 121 O **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA** e os seus eventuais aditivos;
- 122 Seu Estatuto Social, Organograma, Endereço, constando inclusive e-mail, telefone e horário de atendimento;
- 123 O seu regulamento de alienações, aquisições de bens e contratações de obras e serviços, bem como de admissão de pessoal;
- 124 Os avisos e editais de aquisições e contratações de bens e serviços, alienações, os respectivos resultados e com os contratos firmados, se for o caso;
- 125 Relatórios de repasses recebidos e de recursos gastos;
- 126 Seus registros contábeis, balanços, balancetes e demais demonstrativos contábeis, mensais e anuais ou de outras periodicidades;
- 127 Relatórios mensais e anuais de suas ações e atividades e outros que tenham produzido;
- 128 Atas de suas reuniões, que tenham relação com este **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**;
- 129 Avisos de seleção pública relativos à contratação de pessoal, com critérios técnicos e objetivos para o recrutamento de empregados;
- 1210 Resultados do processo seletivo simplificado, com os nomes dos aprovados;
- 1211 Relação mensal dos servidores públicos cedidos pelo **CONTRATANTE**;
- 1212 Relação mensal dos servidores públicos que foram devolvidos ao **CONTRATANTE**;
- 1213 Relação mensal dos seus empregados com os respectivos salários;
- 1214 Relação dos membros da Diretoria e das Chefias de seu organograma, com os respectivos salários mensais;
- 1215 Respostas às perguntas mais frequentes - FAQ
- 1216 Interpeleções e questionamentos acerca das atividades e/ou serviços executados pela CONTRATADA, formulados por autoridades ou cidadãos, deverão ser respondidas, observado o fluxo determinado pela Ouvidoria do Estado da Paraíba.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PARTES INTEGRANTES DO CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA

- 13. Integram o presente **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**:
 - 1. Anexos Técnicos do Edital de Seleção nº 001/SEAD/SEE;
 - 2. Proposta Técnica apresentada pela **CONTRATADA**;
 - 3. Termo de Permissão de Uso de Bens Imóveis e Móveis.
- 13.1. O Termo de Permissão de Uso de Bens Imóveis e Móveis serão elaborados *a posteriori*, em autos apartados, para cada uma das unidades escolares.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

- 14. A **CONTRATADA** é responsável pela indenização de danos decorrentes de



ação, ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, que seus agentes, nessa qualidade, causarem aos usuários das unidades escolares pelas quais é responsável, bem como aos bens públicos móveis e imóveis os quais lhe foram permitidos o uso, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis. O ressarcimento desses danos deverá ser custeado com recursos próprios da entidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

15. A inobservância, pela CONTRATADA, de cláusula ou obrigação constante deste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA** ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará o CONTRATANTE, garantido o contraditório e ampla defesa, aplicar as penalidades abaixo:

1. Advertência;
2. Multa, proporcional à gravidade do fato, aplicada aos dirigentes da Organização Social;
3. Suspensão temporária de participar de processos de seleção de Organização Social com o Estado da Paraíba;
4. Desqualificação da CONTRATADA, conforme previsão do art. 29 da Lei Estadual nº 9.454/2011.

15.1. A imposição das penalidades previstas nesta cláusula dependerá da gravidade do fato motivador, considerada sua avaliação na situação e circunstâncias objetivas de sua ocorrência, sendo necessária a notificação dessas penalidades à **CONTRATADA**, que terá o prazo de 15 dias para interpor recurso.

15.2. A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta cláusula não elidirá o direito do **CONTRATANTE** exigir indenização integral dos prejuízos que o fato gerador da penalidade acarretar para o **CONTRATANTE**, independentemente das responsabilidades criminal e/ou ética do autor do fato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NA GESTÃO COMPARTILHADA

16.1. Na hipótese de risco à população quanto à continuidade das atividades envolvidas neste **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA**, poderá a CONTRATANTE assumir imediatamente a execução desses serviços;

16.2. Acontecendo o previsto no item 16.1. todas as despesas e custos decorrentes da intervenção passarão a ser de responsabilidade da **CONTRATANTE**, até que a intervenção seja suspensa, quando a situação emergencial for superada e/ou regularizada, com a volta da própria **CONTRATADA**, se for o caso, ou com a contratação de outra Organização Social para substituí-la.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Fica eleito o Foro desta Comarca de João Pessoa para dirimir quaisquer dúvidas ou solucionar questões que não possam ser resolvidas administrativamente, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18. A publicação do presente **CONTRATO DE GESTÃO PACTUADA** no Diário Oficial



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
*o trabalho***

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DOS INDICADORES E METAS DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL *ECOS*

SEMESTRAL AGOSTO/2018 A JANEIRO/2019



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2.	INDICADORES.....	9
2.1	AVALIANDO IDEPB.....	9
2.2	INTEGRAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA; TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO.....	11
2.3	ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO AEE	14
2.3.1	META.....	14
2.3.2	DESEMPENHO.....	15
2.4	ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO.....	17
2.4.1	META.....	18
2.4.2	MÉTRICA.....	18
2.4.3	DESEMPENHO (NOTA).....	18
2.4.4	AVALIAÇÃO QUALITATIVA.....	20
2.5	ESCOLAS COM DADOS ATUALIZADOS.....	21
2.5.1	META.....	21
2.5.2	DESEMPENHO (NOTA).....	21
2.5.3	AVALIAÇÃO QUALITATIVA.....	23
2.6	ESCOLAS COM ACESSO À INTERNET (EAI).....	24
2.6.1	META.....	24
2.6.2	DESEMPENHO (NOTA).....	25
2.6.3	AVALIAÇÃO QUALITATIVA.....	26
2.7	ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR (IME)	27
2.7.1	DESENHO DA PESQUISA E COLETA DE DADOS.....	27
2.7.2	PLANO AMOSTRAL.....	27
2.7.2.1	Dimensionamento da amostra.....	27
2.7.2.2	Amostragem: Tipo de amostra.....	28



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

2.7.2.3	Estratificação.....	29
2.7.3	MÉTRICA (PONTUAÇÃO).....	30
2.7.4	META.....	30
2.7.5	DESEMPENHO (NOTA).....	31
2.7.6	AVALIAÇÃO QUALITATIVA.....	33
2.8	ÍNDICE DE SEGURANÇA ESCOLAR.....	35
2.8.1	META.....	35
2.8.2	DESEMPENHO.....	36
2.8.3	AVALIAÇÃO QUALITATIVA.....	37
2.9	ÍNDICE DE SUPORTE DE TI.....	38
2.9.1	META.....	38
2.9.2	DESEMPENHO (NOTA).....	39
2.9.3	AVALIAÇÃO QUALITATIVA.....	40
2.10	ÍNDICE DE LIMPEZA.....	41
2.10.1	META.....	41
2.10.2	DESEMPENHO.....	42
2.10.3	AVALIAÇÃO QUALITATIVA.....	43
2.11	ÍNDICE DE MANUTENÇÃO.....	44
2.11.1	META.....	44
2.11.2	DESEMPENHO.....	45
2.11.3	AVALIAÇÃO QUALITATIVA.....	46
2.12	REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA	48
2.13	PRAZO DE ATENDIMENTO DE CHAMADOS PARA A MANUTENÇÃO CORRETIVA.....	47
2.13.1	META.....	47
2.13.2	DESEMPENHO.....	47
2.13.3	AVALIAÇÃO QUALITATIVA.....	48
2.14	PRAZO DE SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS NA MANUTENÇÃO CORRETIVA	49



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

2.14.1	META.....	49
2.14.2	DESEMPENHO.....	49
2.15	PRAZO DE ATENDIMENTO DE CHAMADOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA DE TI	51
2.15.1	META.....	51
2.15.2	DESEMPENHO.....	52
2.15.3	AVALIAÇÃO QUALITATIVA.....	52
2.16	PRAZO DE SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS NA MANUTENÇÃO CORRETIVA DE TI	53
2.16.1	META.....	53
2.16.2	DESEMPENHO.....	54
2.16.3	AVALIAÇÃO QUALITATIVA.....	54
2.17	REALIZAÇÃO DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA ANUAL DE TI	55
2.17.1	META.....	55
2.17.2	DESEMPENHO.....	56
2.18	ACORDO DO NÍVEL DE LIMPEZA.....	57
2.18.1	DESENHO DA PESQUISA E COLETA DE DADOS.....	57
2.18.2	MÉTRICA (PONTUAÇÃO).....	57
2.18.3	META.....	58
2.18.4	DESEMPENHO (NOTA).....	56
2.18.5	AVALIAÇÃO QUALITATIVA.....	57
3.	PONTUAÇÃO GLOBAL.....	61
4.	PLANO DE AÇÃO.....	66



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

ANEXOS

ANEXO A	Pontuação do AEE para Necessidades Especiais e Altas Habilidades.....	67
ANEXO B	Instrumento de coleta para o Índice de satisfação de atendimento ao público.....	70
ANEXO C	Instrumento de coleta para o Índice de satisfação da Merenda Escolar.....	71
ANEXO D	Amostra aleatória do Índice de Satisfação da Merenda Escolar (IME).....	72
ANEXO E	Pontuação IME por Unidade Escolar.....	74
ANEXO F	Pontuação da pesquisa de satisfação com os serviços de Segurança Escolar via Organizações Sociais.....	76
ANEXO G	Pontuação da pesquisa de satisfação com os serviços de suporte TI via Organizações Sociais.....	79
ANEXO H	Pontuação da pesquisa de satisfação com os serviços de limpeza via Organizações Sociais.....	82
ANEXO I	Pontuação da Pesquisa de Satisfação com os serviços de Manutenção Predial via Organizações Sociais.....	87
ANEXO J	Lista de Escolas em que foram realizadas manutenção preventiva anual de TI.....	91
ANEXO L	Instrumento de coleta para o Acordo de Nível de Serviço de Limpeza.....	105
ANEXO M	Pontuação por Unidade Escolar do Acordo de Nível de Serviço de Limpeza (AL).....	125



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1	Metas para o IDEPB.....	10
Tabela 2	Exemplos de desempenho para o indicador de integração.....	11
Tabela 3	Censo Escolar da Educação Básica: Comparativo de Matrículas da Rede Estadual de ensino.....	12
Tabela 4	Percentual de cumprimento da meta do índice de integração de alunos com deficiência transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.....	13
Tabela 5	Metas para o Índice de Satisfação do AEE.....	15
Tabela 6	Percentual de cumprimento da meta de desempenho do índice de satisfação de Atendimento Escolar Especializado (AEE) para Necessidades Especiais (NE).....	15
Tabela 7	Percentual de cumprimento da meta de desempenho do índice de satisfação de Atendimento Escolar Especializado (AEE) Altas Habilidades(AH)).....	16
Tabela 8	Metas para o Índice de Satisfação de Atendimento ao Público.....	18
Tabela 9	Resultado Índice de Satisfação de Atendimento ao Público (AP)	19
Tabela 10	Percentual de cumprimento da meta e desempenho do Índice de Satisfação de Atendimento ao Público (AP)	19
Tabela 11	Metas do Indicador Escolas com dados atualizados.....	21
Tabela 12	Resultado do indicador Escolas com Dados Atualizados.....	22
Tabela 13	Percentual de cumprimento da meta Desempenho do Indicador Escolas com dados atualizados.....	22
Tabela 14	Metas do Indicador Escolas com Acesso à Internet.....	24
Tabela 15	Resultado do Indicador Escolas com Acesso à Internet.....	25
Tabela 16	Percentual de cumprimento da meta e desempenho do Indicador Escolas com Acesso à Internet (EAI).....	28
Tabela 17	Definição da Amostra Estratificada Proporcional.....	29
Tabela 18	Metas para o IME.....	31
Tabela 19	Resultado Índice de Satisfação da Merenda Escolar (IME).....	32



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

Tabela 20	Percentual de cumprimento da meta e desempenho do Índice de Satisfação da Merenda Escolar (IME).....	32
Tabela 21	Unidades escolares que atingiram a meta de pontuação.....	32
Tabela 22	Metas para o Índice de Segurança Escolar.....	35
Tabela 23	Percentual de cumprimento da meta e desempenho do Índice de Segurança Escolar.....	36
Tabela 24	Metas para o Índice de Suporte de TI.....	38
Tabela 25	Percentual de cumprimento da meta e desempenho do Índice de suporte de TI.....	39
Tabela 26	Metas para o Índice de Limpeza.....	42
Tabela 27	Percentual de cumprimento da meta e desempenho do Índice de Limpeza.....	42
Tabela 28	Metas para o Índice de Manutenção.....	44
Tabela 29	Percentual de cumprimento da meta e desempenho do índice de Manutenção.....	45
Tabela 30	Metas para o prazo de atendimento de chamados para a manutenção corretiva.....	47
Tabela 31	Percentual de cumprimento da meta para o prazo de atendimento de chamados para a manutenção corretiva.....	48
Tabela 32	Metas para o prazo de solução para problemas na manutenção corretiva.....	49
Tabela 33	Percentual de cumprimento da meta para o prazo de solução dos problemas de manutenção corretiva.....	50
Tabela 34	Metas para o prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva de TI.....	51
Tabela 35	Percentual de cumprimento da meta para o Prazo de atendimento de chamados para a manutenção corretiva em TI.....	52
Tabela 36	Metas para o prazo de solução dos problemas para manutenção corretiva de TI.....	53
Tabela 37	Percentual de cumprimento da meta para o Prazo de solução de problemas na manutenção corretiva de TI.....	53
Tabela 38	Metas de Realização da Manutenção Preventiva anual em TI.....	55



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

Tabela 39	Percentual de Cumprimento da meta de realização de manutenção preventiva anual em TI.....	56
Tabela 40	Metas para o Acordo de Nível de Serviço de Limpeza.....	58
Tabela 41	Resultado Indicador Acordo de Nível de Serviço de Limpeza (AL).....	57
Tabela 42	Percentual de cumprimento da meta e desempenho do Indicador Acordo de Nível de Serviço de Limpeza (AL).....	57
Quadro 1	Peso dos Grupos de Indicadores na Nota Global da Avaliação.....	61
Quadro 2	Pontuação Global – Conceito.....	62
Quadro 3	Pontuação Global INSAÚDE.....	63
Quadro 4	Avaliação qualitativa gerencial.....	65



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

1. INTRODUÇÃO

A metodologia anteriormente utilizada para a seleção das unidades escolares para a Gestão Pactuada foi a aplicação da técnica estatística Análise de Componente Principal (PCA) a partir da priorização das 35 (trinta e cinco) variáveis para as principais dimensões de variáveis das escolas para resumir as variáveis em 4 (quatro) dimensões: Perfil da unidade escolar, Desempenho, Infraestrutura e Ensino Oferecido. Considerando quantidade de unidades escolares e proximidade territorial, foi definida a divisão das 14 GRE em 4 (quatro) grupos: Grupo 1 - escolas da 1ª GRE; Grupo 2 - escolas da 2ª, 12ª e 14ª GRE; Grupo 3 - escolas da 3ª, 4ª e 5ª GRE; e Grupo 4 – escolas da 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 13ª GRE.

Isso permitiu que grupos captassem as características específicas das diferentes regiões da Paraíba. Para estimular a competição administrada dentro de cada grupo entre as Organizações Sociais participantes da Gestão Pactuada, foi definida a divisão de cada grupo em dois lotes, formando oito lotes no total. De forma a garantir o equilíbrio entre os dois lotes de cada grupo, primeiro foi utilizado o *clustering* de Ward. Formaram-se *clusters* de escolas semelhantes em relação às quatro dimensões priorizadas. Cada *cluster* possui características homogêneas internamente e heterogêneas em relação aos outros *clusters* de unidades escolares dentro do mesmo grupo de GRE.

Cada lote foi assim formado pela divisão aleatória de metade das unidades escolares de cada *cluster*. Dessa forma, cada par de lotes do mesmo grupo tem uma proporção semelhante de tipos de escola, garantindo seu equilíbrio e, portanto, estimulando a competição administrada em cada grupo.

Dessa forma, os processos metodológicos utilizados a seguir para mensuração dos indicadores referentes ao semestre contratual compreendido de agosto de 2018 a janeiro de 2019 foram determinados com base na metodologia adotada anteriormente.

Conforme estabelecido na cláusula VII – DOS PRAZOS no item 7.4 do EDITAL Nº 001/2017/SEAD/SEE

7.4 A execução do Contrato de Gestão Pactuada tem previsão de início no mês de agosto/2017 para as Unidades Escolares pertencentes aos lotes 1, 2, 3, 4, 5 e 6, e o mês de dezembro/2017 para as Unidades Escolares pertencentes aos lotes 7 e 8, discriminados no anexo I.

No que se refere à Organização Social ECOS, a execução e os valores repassados correspondentes ao Contrato de Gestão Pactuada dos serviços de apoio das unidades escolares até o mês de janeiro de 2019 correspondem às unidades escolares pertencentes aos lotes 2, 4 6 e 8.

Portanto, com vistas à avaliação dos indicadores referentes ao seguinte período, considerou-se as 325 escolas objeto da Gestão Pactuada sob responsabilidade da Organização Social ECOS até o mês de janeiro/2019.



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

Dos 21 indicadores previstos no Edital e considerando a periodicidade, 18 foram considerados para fins de avaliação, são eles:

1. Avaliando IDEPB
2. Alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação em classes comuns.
3. Índice de Satisfação do AEE
4. Índice de Satisfação do Atendimento ao Público
5. Escolas com dados atualizados
6. Escolas com acesso à internet
7. Índice de satisfação da Merenda Escolar
8. Índice de Suporte de TI
9. Índice de Limpeza
10. Índice de Manutenção
11. Índice de Segurança Escolar
12. Realização de Manutenção Predial Preventiva
13. Prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva
14. Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva
15. Realização da manutenção preventiva anual de TI
16. Prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva de TI
17. Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva de TI
18. Acordo de Nível de Serviço de Limpeza

Em vista de tal desempenho obtido pela OS, prevê o Edital:

Caso algum indicador apresente nota menor que 7,0, a Organização Social deverá apresentar um plano de ação para melhoria à Comissão de Acompanhamento Monitoramento e Avaliação da Secretaria de Estado da Educação. Após avaliação a Comissão pode propor alterações ao Plano de Ação.

O plano de ação deve abranger todas as escolas sob sua gestão pactuada.

Uma descrição detalhada do modelo de plano de ação a ser apresentado à Comissão se encontra na seção 4 deste documento. O prazo para envio é 15 dias após a entrega do relatório.

Ainda conforme previsto no Edital:

A pontuação de cada indicador será complementada por uma avaliação qualitativa pela Comissão de Acompanhamento Monitoramento e Avaliação da Secretaria de Estado da Educação de modo a contextualizar os resultados.



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

2. INDICADORES

A seguir, serão apresentados os indicadores estatísticos da OS, considerando o período de agosto de 2018 a janeiro de 2019.

2.1 AVALIANDO IDEPB

Conforme exposto no Edital:

O Índice de Desenvolvimento da Educação da Paraíba (IDEPB) é um indicador que reúne dois elementos importantes para a qualidade da educação na Paraíba: o fluxo escolar e o desempenho nas avaliações em larga escala. O indicador é calculado com base nos dados sobre aprovação, obtidos através do Censo Escolar, e nos dados de desempenho, obtidos através dos testes padronizados do Avaliando IDEPB. (EDITAL Nº 001/2017/SEAD/SEE, pág. 96).

2.1.1 META

De acordo com o relatório de indicadores e metas de gestão pactuada na Paraíba, o referido índice será calculado utilizando-se da seguinte metodologia:

“Será calculado o desempenho de cada escola tendo como base a nota do IDEPB da escola no período anterior. A partir disso, o desempenho de cada escola será proporcional ao alcance das metas. Por exemplo, se a meta para uma escola for 5 pontos no IDEPB para 2017, tendo essa escola tirado nota 4 no IDEPB em 2016, com um resultado de 4,8 pontos no IDEPB de 2017 será considerado que a OS atingiu 80% da meta nesse período, ou seja, ela terá nota 8 naquela escola” (INDICADORES E METAS, PÁG. 51)

O indicador é auferido como a mediana do desempenho de todas as escolas sob responsabilidade da OS. Dessa forma as metas para a mediana do desempenho das escolas são definidas a seguir:

As metas estão expostas na tabela a seguir:

Tabela 1: Metas para o IDEPB

METAS	
2017	2018
50	60

Fonte: "Indicadores e Metas da Gestão Pactuada da Paraíba"



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

2.1.2 DESEMPENHO (NOTA)

A nota da OS para este índice foi auferida com base na seguinte metodologia:

$$Nota_{escola} = \begin{cases} 100, & IDEPB_t \geq Meta \\ \frac{(Meta - IDEPB_t)}{(Meta - IDEPB_{t-1})} \times 100, & IDEPB_{t-1} < IDEPB_t < Meta \\ 0, & IDEPB_t \leq IDEPB_{t-1} \end{cases}$$
$$Nota = \frac{\widetilde{Nota_{escola}}}{Meta_{mediana}}$$

Sendo $IDEPB_t$ o resultado do IDEPB para uma escola no ano de análise, $IDEPB_{t-1}$ o resultado no ano anterior, $Nota_{escola}$ é o desempenho em uma escola específica, $Nota_{escolã}$ é a mediana do desempenho de todas as escolas sob responsabilidade de uma OS, $Meta$ é a meta do IDEPB para uma escola específica e $Metamediana$ é a meta para a OS definida na tabela 1 (INDICADORES E METAS, PÁG. 52).

Com base nos dados do Censo Escolar enviados para a Gerência de Gestão Pactuada e, considerando as metas estabelecidas no Edital para o referido índice, a OS não atingiu a meta estabelecida, obtendo nota 0,27, conforme consta a seguir:

Mediana da nota da escolas da OS	Meta da Mediana	Nota da OS
16,23	60	0,27

Fonte: Elaboração pela Gerência de Gestão Pactuada a partir dos dados do censo escolar fornecidos pela Subgerência de estatística da SEE.



2.2 INTEGRAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO

Conforme estabelecido no edital, este indicador visa assegurar a integração dos alunos com necessidades especiais, de modo a garantir que estes recebam aulas em classes comuns do ensino regular. O cálculo é realizado anualmente para toda rede de ensino sob gestão pactuada de cada Organização Social (OS), utilizando a fórmula a seguir:

$$\frac{\text{Quantidade de alunos com deficiência matriculados na rede estadual de ensino recebendo aulas em classes comuns}}{\text{Quantidade de alunos com deficiência matriculados na rede estadual de ensino}}$$

Este cálculo mostra a porcentagem dos alunos que efetivamente estão integrados na rede de ensino. A meta deste indicador será manter o desempenho do período anterior. Neste caso, como está presente no observatório PNE, temos que o resultado deste indicador em 2016 para a Paraíba foi de 98,9%.

2.2.1 META

As metas para esse indicador, que foram definidas no Edital, são apresentadas a seguir:

Tabela 1: Exemplos de desempenho para o indicador de integração

Resultado	Meta	Desempenho (Nota)
99%	98,9	10
98,9%		10
98,8%		0

Fonte: Indicadores e Metas da Gestão Pactuada da Paraíba

**Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba****Gerência de Gestão Pactuada**

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

2.2.2 DESEMPENHO (NOTA)

Segundo o Edital, o indicador terá desempenho de nota 10 caso a meta seja atendida ou superada e terá desempenho de nota 0, caso o indicador apresente pontuação menor do que a pontuação do período anterior.

Essa regra é formalmente descrita pela equação a seguir:

$$Nota = \begin{cases} 0, & Int_t < Int_{t-1} \\ 10, & Int_t \geq Int_{t-1} \end{cases}$$

Para mensuração do resultado do indicador, foram coletados dados do censo escolar realizado na Paraíba no ano de 2018. Conforme tabela abaixo:

Tabela 2: Censo Escolar da Educação Básica: Comparativo de Matrículas da Rede Estadual de ensino¹

Ano	Matrículas				Total Anexo I e II	%	Matrículas	%	Total	%
	Anexo I	%	Anexo II	%			AEE			
2017	279.826	98,65	3.835	1,35	283.661	100,00	1.901	49,57	3.835	100
2018	264.742	98,16	4.953	1,84	269.695	100,00	2.089	42,18	4.953	100

Fonte: INEP/DEED/Subgerência de Estatística/SEE - PB

De acordo com informações cedidas pela subgerência de estatística da SEE/PB, o total do anexo II para 2018, corresponde as matrículas de alunos do ensino regular portadores de necessidades especiais, ou seja, 4.953 matrículas. Desse total, 42,18% estão recebendo também Atendimento Escolar Especializado (AEE), o mesmo que 2.089 matrículas. Segundo a subgerência, 100% da quantidade de alunos com deficiência matriculados na rede estadual da Paraíba estão recebendo aulas em classes comuns. Logo, 100% dos alunos com deficiência matriculados, estão inseridos em salas de aula comuns.

Considerando a meta de referência para cálculo do desempenho da OS, temos o seguinte:

¹ Os percentuais dos anexos I e II foram extraídos tendo como referencial o total de sua soma, o percentual do AEE foi extraído tendo como referencial o quantitativo do anexo II.



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

Tabela 3: Percentual de cumprimento da meta do índice de integração de alunos com deficiência transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação

Resultado (a/b)	Meta	Desempenho (Nota)
100%	Manter 98,9% dos alunos com deficiência integrados as salas de aulas comuns	10

Fonte: INEP/DEED/Subgerência de Estatística/SEE-PB

Logo, para o indicador do índice de integração de alunos com deficiência transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, a ECOS obteve nota 10.



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

2.3 ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO AEE

O edital define este indicador da seguinte forma:

Será elaborado um questionário para avaliar a qualidade do Atendimento Escolar Especializado (AEE), a partir da perspectiva dos responsáveis dos alunos. O questionário abordará perguntas sobre a qualidade, adequação e integração, entre outros aspectos relevantes, tanto para as aulas integradas do ensino regular quanto para as do atendimento especializado como um complemento do ensino regular. Ele será aplicado semestralmente e será calculado como um índice consolidado das respostas (EDITAL Nº 001/2017/SEAD/SEE, pág. 93).

Para obter nota positiva, a OS deverá obter pontos de acordo com as metas estabelecidas no edital para cada questionário, conforme explicação a seguir

2.3.1 META

Para cálculo do Índice de satisfação do AEE, foram aplicados dois tipos de questionários para públicos diferentes: um voltado para os pais e/ou responsáveis de alunos com necessidades especiais e outro para os pais e/ou responsáveis de alunos com altas habilidades/superdotação. O indicador será calculado a partir da fórmula a seguir:

$$Pontuação^I = \frac{SOMA - AEE\ min}{AEE\ max - AEE\ min} \times 100$$

A fórmula apresentada será utilizada tanto para os questionários de necessidades especiais (NE), quanto para os questionários de altas habilidades (AH). A *Pontuação^I* resultado de um questionário de Necessidades Especiais se $i = NE$ ou de um questionário de Altas Habilidades caso $i = AH$. Com relação a *SOMA*, esta consiste como a soma dos pontos dos itens respondidos nos questionários., de modo que se algum item for deixado em branco ou se houver marcações para todas as opções, significa que aquele item não se aplica à realidade do respondente. Dito isto, os valores mínimo e máximo do questionário devem ser ajustados desconsiderando aquele item não respondido.

Fica determinado que 75% dos questionários tenham como resultado valores acima ou iguais a 75 para o segundo semestre de 2018. As metas para os outros períodos são apresentadas no quadro a seguir.



Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

Tabela 1: Metas para o Índice de Satisfação do AEE

METAS					
2018				2019	
1º Semestre		2º Semestre		1º Semestre	
Prop.	Pont	Prop.	Pont	Prop.	Pont
75%	67	75%	75	75%	75

Fonte: Indicadores e Metas da Gestão Pactuada da Paraíba

2.3.2 DESEMPENHO (NOTA)

Para o desempenho desse indicador, será calculado a proporção de questionários que atingirem a pontuação da meta. Por exemplo, se 60% dos questionários atingirem a meta de 75 pontos, seu desempenho, ou nota, será 8. Se mais de 75% dos questionários atingirem a meta de pontuação, o desempenho não passará da nota 10.

Esse tipo de medida, é formalizado pela fórmula que segue:

$$Nota = \begin{cases} \frac{Prop_{AEE}}{75\%} * 10, & \text{se } Prop_{AEE} < 75\% \\ 10, & \text{se } Prop_{AEE} \geq 75\% \end{cases}$$

Considere $Prop_{AEE}$ a proporção de questionários que atingiram a meta de pontuação do Índice de Satisfação do AEE. A Tabela a seguir apresenta os resultados para o Índice de Satisfação de Atendimento Escolar Especializado (AEE):

Tabela 2: Percentual de cumprimento da meta e desempenho do Índice de Satisfação do Atendimento Escolar Especializado (AEE) para necessidades especiais (NE)

RESULTADO	META	DESEMPENHO (NOTA)
75%	75% DOS QUESTIONÁRIOS COM PELO MENOS 75 PONTOS	10
82,09%		10

Fonte: Elaboração pela Gerência de Gestão Pactuada a partir dos dados obtidos por meio da aplicação dos questionários com os pais ou responsáveis dos alunos AEE.



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

Conforme dados da tabela acima apresentada, cerca de 82,09% dos questionários para avaliação dos cuidadores atingiram a meta de pontuação. Os dados foram obtidos por meio da aplicação amostral dos questionários com os pais ou responsáveis dos alunos AEE. Logo, a nota será 10 para o desempenho do índice de satisfação do AEE para alunos com necessidades especiais, ou seja, a ECOS atingiu a meta proposta no edital no período considerado.

Considerando a pesquisa de satisfação do AEE para o questionário de Altas Habilidades (AH), temos o seguinte desempenho:

Tabela 3: Percentual de cumprimento da meta e desempenho do Índice de Satisfação do Atendimento Escolar Especializado (AEE) para Altas Habilidades (AH)

RESULTADO	META	DESEMPENHO (NOTA)
75%	75% DOS QUESTIONÁRIOS COM PELO MENOS 75 PONTOS	10
55,56%		7,4

Fonte: Elaboração pela gerência de gestão pactuada a partir dos dados obtidos por meio da aplicação dos questionários com os pais ou responsáveis dos alunos AEE.

Conforme dados da tabela acima apresentada, cerca de 55,56% dos questionários para avaliação dos cuidadores atingiram a meta de pontuação. Os dados foram obtidos por meio da aplicação amostral dos questionários com os pais ou responsáveis dos alunos AEE. Logo, a nota será 7,4 para o desempenho índice de satisfação do AEE para altas habilidades., ou seja, a ECOS não atingiu a meta proposta no edital no período considerado.

No anexo A deste documento, apresentamos as escolas com as respectivas pontuações para o índice de satisfação do AEE necessidades especiais e altas habilidades.



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

2.4 ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO

Seguindo as diretrizes do Edital, o público-alvo desse questionário foram os atendidos pelas escolas da rede pública de ensino estadual da Paraíba sob gestão pactuada da ECOS. Ficou a cargo da OS disponibilizar esse questionário em todas as secretarias de unidades escolares sob sua responsabilidade para o preenchimento pelo público após o atendimento em formato físico e enviar as informações sobre os questionários preenchidos para SEE. O Instrumento de coleta do “Índice de Satisfação do Atendimento ao Público” está disponível no Anexo C.

A avaliação do indicador se refere ao terceiro bimestre de 2018, ou seja, de junho a julho de 2018.

Sobre o Índice de Satisfação do Atendimento ao Público, o edital define:

Será elaborado um questionário para avaliar a qualidade do Atendimento ao Público realizado pela Organização Social responsável pela Gestão Pactuada, a partir da perspectiva dos atendidos. O questionário deverá ser fornecido pela Organização Social e oferecido a todos atendidos. Ele abordará perguntas sobre a qualidade, receptividade, proatividade e atendimento às demandas entre outros aspectos relevantes. Ele será calculado bimestralmente como um índice consolidado das respostas (EDITAL Nº 001/2017/SEAD/SEE, pág. 94).

2.4.1 META

Determina-se que 75% dos questionários tenham como resultado valores acima ou iguais a 65 para o segundo semestre de 2018. Em outras palavras, fica determinado que 75% dos atendimentos tenham um Índice de Satisfação com pontuação maior ou igual a 65 para esse período.

A tabela a seguir apresenta a meta de proporção (Prop.) e de pontuação (Pont.) para o período. A proporção se refere à proporção de questionários que devem ter nota maior ou igual à pontuação para que a meta seja atendida.

**Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba****Gerência de Gestão Pactuada**

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

Tabela 6: Metas para o Índice de Satisfação de Atendimento ao Público

METAS					
2018				2019	
1º Semestre		2º Semestre		1º Semestre	
Porp.	Pont	Porp.	Pont	Porp.	Pont
75%	65	75%	75	75%	75

Fonte: "Indicadores e Metas da Gestão Pactuada da Paraíba"

2.4.2 MÉTRICA (PONTUAÇÃO)

O questionário possui 3 itens com respostas fechadas e um quarto item aberto para comentários. Não será associada pontuação ao item comentários, no entanto ele deverá ser utilizado pela OS e pela SEE como suporte no diagnóstico de possíveis problemas e pontos de melhoria. A pontuação dos 3 primeiros itens irá variar entre 0 e 3 de acordo com os critérios a seguir, sendo atribuídas as seguintes pontuações:

0) Discordo totalmente; 1) Discordo parcialmente; 2) Concordo parcialmente e 3) Concordo totalmente.

Dessa forma, cada questionário terá como valor mínimo 0 e valor máximo 9. A seguir é definida a fórmula de cálculo do resultado de cada questionário. Esse resultado varia entre 0 e 100.

$$Pontuação^{AP} = \frac{SOMA}{Pontuação_{Max}^{AP}} \times 100$$

Sendo $Pontuação^{AP}$ o resultado de um questionário Satisfação do Atendimento ao Público. Define-se $SOMA$ como a soma dos pontos dos itens respondidos no questionário. Caso algum item seja deixado em branco, ou sejam marcadas todas as opções, o que significa que aquele item não se aplica à realidade do respondente, o valor máximo do questionário deve ser ajustado desconsiderando aquele item.

2.4.3 DESEMPENHO (NOTA)

O desempenho desse indicador será de acordo com a proporção de questionários que atingirem a pontuação da meta.

$$Nota = \begin{cases} \frac{Prop_{AP}}{75\%} & * 10, \text{ se } Prop_{AP} < 75\% \\ 10, & \text{se } Prop_{AP} \geq 75\% \end{cases}$$



Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

Sendo *Prop_{AP}* a proporção de questionários que atingiram a meta de pontuação do Índice de Satisfação do Atendimento ao Público. Caso mais de 75% dos questionários atinjam a meta de pontuação, o desempenho não passará da nota 10.

A Tabela a seguir apresenta os resultados para o Índice de Satisfação de Atendimento ao Público:

Tabela 7: Resultado Índice de Satisfação de Atendimento ao Público (AP)

Cumprimento da Meta	Número de Atendimentos analisados para o período	Percentual
Sim	2281	86,96
Não	342	13,04
Total	2623	100%

Fonte: Elaboração pela gerência de gestão pactuada a partir dos dados obtidos por meio da aplicação dos questionários.

Como percebe-se pelos dados da Tabela acima apresentada, 86,96% das unidades escolares analisadas sob gestão pactuada da ECOS atingiram a meta de pontuação de 75 pontos, sendo assim, o desempenho da OS nesse indicador atingiu nota 10 como exposto pela Tabela a seguir.

Tabela 8: Percentual de cumprimento da meta e desempenho do Índice de Satisfação de Atendimento ao Público (AP)

Percentual atendimentos atingiram a meta	de que Meta	Desempenho (Nota)
86,96%	75% dos questionários com pelo menos 75 pontos	10

Fonte: "Indicadores e Metas da Gestão Pactuada da Paraíba"

Logo, para o índice de satisfação de atendimento ao público a ECOS atingiu a meta estabelecida no Edital.

Foram analisados 2765 questionários. Contudo, foram considerados para fins avaliativos 2623 questionários, tendo em vista que, durante a avaliação dos dados enviados a CAMAOS, ficou constatado suspeita de manipulação indevida das informações disponibilizadas em alguns questionários, que em sua maioria, apresentavam idêntica grafia e/ou marcação, sugerindo que uma mesma pessoa respondeu a mais de um questionário ou até mesmo vários ou todos como constatado. As escolas em que foram verificadas tais suspeitas foram as seguintes: ECI Anésio Leão (Campina Grande), ECI Monte Carmelo (Campina Grande), EEFFM José Rolderick de



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

Oliveira (Nova Floresta), ECI Joselita Brasileiro (Igaracy), EEEFM Joao Silveira Guimaraes (São Bento). Deste modo, dos questionários analisados, foram eliminados da avaliação 142 documentos.

2.4.4 AVALIAÇÃO QUALITATIVA

A organização social ECOS entregou no ano de 2018 uma “caixa de sugestão” nas unidades escolares sob sua gestão pactuada, visando ampliar a percepção dos atendidos em relação aos questionários. A visibilidade da caixa ganhou mais aderentes a pesquisa, atingindo um número maior em relação ao período anterior e, por conseguinte sua contribuição para o indicador.

Ademais, o departamento de gestão da qualidade tem realizado acompanhamentos periódicos por meio das visitas de suporte aos colaboradores para orientar e implantar sobre os procedimentos, normas de modo que se estabeleça uma rotina e mapeie as necessidades gerais.

A gerência de gestão pactuada considera o desempenho da ECOS como ótimo, dado a proatividade e a articulação que vêm construindo ações constantes e melhores, a cada resultado.



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

2.5 ESCOLAS COM DADOS ATUALIZADOS

De acordo com o Edital, este indicador consiste em “medir a atualização dos dados de alunos, professores e turmas da escola no sistema SABER”. Uma unidade escolar só será considerada com dados atualizados, caso não haja pendência para a mesma no sistema SABER (EDITAL Nº 001/2017/SEAD/SEE, pág. 94).

O indicador será calculado semestralmente a partir da fórmula a seguir:

$$\frac{\text{Quantidade de escolas sem pendências no saber}}{\text{Total de escolas sob gestão compartilhada}}$$

2.5.1 META

As metas para esse indicador, que foram definidas no Edital, são apresentadas a seguir:

Tabela 9: Metas do Indicador Escolas com dados atualizados

METAS	
2018	2019
100%	100%

Fonte: "Indicadores e Metas da Gestão Pactuada da Paraíba"

O indicador será calculado semestralmente e a Organização social responsável deverá garantir que todos os requerimentos existentes no sistema SABER, relacionado à atualização de dados das unidades escolares sejam devidamente atendidos.

2.5.2 DESEMPENHO (NOTA)

O desempenho será proporcional ao alcance das metas e está formalizado pela fórmula abaixo:

$$Nota = \begin{cases} \frac{ATU}{Meta} * 10, & ALI < 75\% \\ 10, & ALI \geq Meta \end{cases}$$

**Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba****Gerência de Gestão Pactuada**

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

A ATU é o resultado do indicador Escolas com dados atualizados. Isso significa que a OS só receberá nota positiva, caso a nota seja superior ou igual a meta estipulada para o período.

Para mensuração do resultado do indicador, foram extraídas da base de dados da plataforma SABER, utilizando um filtro das variáveis descritivas: escolas com dados faltantes, alunos com dados faltantes, docentes AEE com dados faltantes, docentes com dados faltantes e docentes em sala de atendimento complementar com dados faltantes. Foi realizada a organização dos dados em um único documento, incluindo todas as escolas que possuem algum dado faltante na plataforma SABER. Extraímos do total de escolas sob a responsabilidade da OS, o total de escolas com dados faltantes e obtivemos o número de escolas com os dados atualizados na plataforma SABER.

O resultado do desempenho da OS para este indicador, encontra-se na tabela abaixo:

Tabela 10: Resultado do Indicador Escolas com dados atualizados

Total de escolas com Pendências no Saber (a)	Total de escolas sob responsabilidade da ECOS (b)	Escolas com dados atualizados (c)	Resultado (c/b)
192	325	133	40,92%

Fonte: Elaboração pela gerência de gestão pactuada a partir dos dados obtidos por meio da aplicação dos questionários no sistema SABER

Portanto, o desempenho da ECOS nesse indicador atingiu nota 4,1 visto que a OS conseguiu manter 40,92% das escolas com dados atualizados no sistema saber. Logo, para este indicador, não houve alcance da meta estabelecida no edital.

Tabela 11: Percentual de cumprimento da meta Desempenho do Indicador Escolas com dados atualizados

RESULTADO	META	DESEMPENHO (NOTA)
100%	100% da escolas com dados atualizados	10
40,92%		4,1

Fonte: Elaboração pela gerência de gestão pactuada a partir dos dados obtidos por meio da aplicação dos questionários no sistema SABER



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

2.5.3 AVALIAÇÃO QUALITATIVA

A análise qualitativa do indicador “Escolas com dados atualizados” levou em consideração os seguintes fatos:

A Comissão de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação das Organizações Sociais constatou uma piora do referido indicador em comparação de um semestre para o outro, dado que o percentual de escolas com dados atualizados no sistema Saber passou de 58,46% para 41%, conforme tabela abaixo:

Escolas com Dados atualizados (Fev/2018 a Junho/2018)	Escolas com Dados atualizados (Agosto/2018 a Janeiro/2019)
58,46%	41%

Solicita-se a ECOS que reforce suas ações de forma presencial visando assegurar a institucionalização do processo de atualização contínua dos dados.

Sabendo-se que a nota do referido indicador foi menor que 7,0, a Organização Social deverá apresentar um plano de ação para melhoria à Comissão de Acompanhamento Monitoramento e Avaliação da Secretaria de Estado da Educação. Ressalta-se que, após avaliação a Comissão poderá propor alterações ao Plano de Ação.



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

2.6 ESCOLAS COM ACESSO À INTERNET (EAI)

Esse indicador é definido no edital da seguinte forma: “O objetivo desse indicador é garantir que o funcionamento da internet seja mantido em escolas que já o possuem, visto que a instalação de acesso à internet permanecerá de responsabilidade da SEE” (EDITAL Nº 001/2017/SEAD/SEE, pág. 94).

$$\frac{\text{Quantidade de escolas com internet em funcionamento}}{\text{Quantidade de escolas com acesso a internet no período anterior}}$$

Esse indicador é medido bimestralmente e sua meta é de 100% para todo bimestre. Caso a meta não seja atingida esse indicador pontuará 0 (zero).

Em outras palavras, a instalação de acesso à internet permanece de responsabilidade da SEE e a partir do momento que uma escola têm acesso à internet é de responsabilidade da OS garantir que esse acesso seja mantido nos níveis adequados.

2.6.1. META

As metas para esse indicador, que foram definidas no Edital, são apresentadas a seguir:

Tabela 12: Metas do Indicador Escolas com Acesso à Internet

METAS	
2018	2019
100%	100%

Fonte: "Indicadores e Metas da Gestão Pactuada da Paraíba"

O indicador será calculado bimestralmente. Vale destacar que, a instalação de acesso à internet permanece de responsabilidade da SEE e, após isso, fica sob responsabilidade da OS garantir que esse acesso seja mantido nos níveis adequados.



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

2.6.2 DESEMPENHO (NOTA)

Segundo o Edital, o indicador terá desempenho de nota 10 caso a meta seja atendida ou superada e terá desempenho de nota 0 alguma escola perca o acesso à internet.

Essa regra é formalmente descrita pela equação a seguir:

$$Nota = \begin{cases} 0, & EAI < 100\% \\ 10, & EAI = 100\% \end{cases}$$

Sendo *EAI* o resultado do indicador de Escolas com acesso à internet. Isso significa que a OS só receberá nota positiva caso mantenha o acesso à internet em todas as escolas que já possuíam.

Para mensuração do resultado do indicador, foram extraídas bases de dados da plataforma SABER utilizando um filtro da variável descritiva escolas com acesso à internet para os períodos T3² e T4³. A base de dados tomada como referência para o período T4 consiste na base de dados considerada no período anterior.

A Tabela a seguir apresenta os resultados para o Indicador de Escolas com Acesso à Internet:

Tabela 13: Resultado do Indicador Escolas com Acesso à Internet

Escolas que mantiveram o funcionamento do acesso à internet (T4) (a)	Escolas com acesso à internet em funcionamento (T3) (b)	Resultado (a/b)
318	318	100%

Fonte: Elaboração pela gerência de gestão pactuada a partir de relatórios extraídos da plataforma Saber.

Como percebe-se pelos dados da Tabela acima apresentada, cerca 100% das unidades escolares sob gestão pactuada da ECOS conseguiram manter o funcionamento do acesso à internet nas unidades escolares que possuíam internet no período anterior.

O desempenho ou nota do indicador é apresentado na tabela a seguir:

²Saber - Relatório gerado pela Gerência de Gestão Pactuada.

³Saber - Relatório gerado pela Gerência de Gestão Pactuada.



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

Tabela 14: Percentual de cumprimento da meta e desempenho do Indicador Escolas com Acesso à Internet (EAI)

Resultado (a/b)	Meta	Desempenho (Nota)
100	Manter 100% das escolas com acesso à internet no período anterior no período atual	10

Fonte: Elaboração pela gerência de gestão pactuada

Portanto, o desempenho da ECOS nesse indicador atingiu nota 10, visto que a ECOS conseguiu manter o acesso à internet em 318 escolas da rede estadual que já o possuíam.

2.6.3 AVALIAÇÃO QUALITATIVA

A gerência de gestão pactuada, em sua competência de acompanhamento, averigua grande satisfação nas unidades escolares no atendimento da ECOS. Ademais, a equipe de TI responde com proatividade e organização as demandas da Comissão. Portanto, sua performance é considerada excelente.

É importante destacar que, a ECOS deve estar sempre atenta para os possíveis desafios deste indicador, e seguir o ciclo de melhoria contínua em seus processos.



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

2.7 ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR (IME)

Conforme definido no Edital em sua cláusula II – Indicadores e Metas:

Para os indicadores que dependem da aplicação de questionários, como os índices de satisfação, a aferição poderá ser realizada de forma amostral, caso determinado pela SEE.

Dessa forma, o indicador do Índice de Satisfação da Merenda Escolar (IME) foi auferido de forma amostral visando a limitação de tempo e de recursos dada a impossibilidade de acesso a toda a população de alunos das unidades escolares da rede pública estadual de ensino contempladas até dezembro sob gestão pactuada da ECOS.

2.7.1 DESENHO DA PESQUISA E COLETA DE DADOS

Sobre o Índice de satisfação da Merenda escolar, o edital define:

“O questionário abordará perguntas sobre a qualidade, equidade, variedade, disponibilidade e quantidade da merenda escolar de modo a garantir o seu fornecimento de forma adequada. Ele será aplicado bimestralmente e será calculado como um índice consolidado das respostas. ”

O Instrumento de coleta do Índice de satisfação da Merenda Escolar está disponível no Anexo B.

O procedimento de coleta dos dados utilizado deu-se através de pesquisa de campo com aplicação de questionários estruturados abordando questões acerca da qualidade, equidade, variedade, disponibilidade e quantidade da merenda escolar, como previsto pelo Edital. O público alvo desse questionário foram alunos da rede pública de ensino estadual da Paraíba.

Acerca da periodicidade da avaliação, o indicador foi mensurado para o primeiro semestre de vigência da Gestão Pactuada, compreendido de 01/08/2018 a 31/01/2019.

2.7.2 PLANO AMOSTRAL

2.7.2.1. Dimensionamento da amostra

A meta do Índice de Satisfação da Merenda Escolar (IME) trata-se de uma proporção como indicado pelo Edital. Em relação ao tamanho amostral, conforme previsto no Edital na sua cláusula II – Indicadores e Metas:



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

Nesse caso, a quantidade de estudantes pesquisados deverá ser representativa do universo de alunos presentes na escola de forma a alcançar erro amostral e nível de confiança estatística a serem definidos pela SEE.

Dessa forma, o tamanho da amostra calculado para estimativa da proporção populacional para população finita para o indicador da Organização Social determinado conforme equação a seguir:

$$n = \frac{N \cdot p \cdot q}{(N - 1) \cdot D + p \cdot q}$$

sendo n = tamanho da amostra; p = proporção populacional; $q = (1-p)$, o complementar de p ; N = tamanho da população de 152.479 alunos da rede pública estadual de ensino das unidades escolares sob gestão pactuada da OS e $D = \varepsilon^2/4$, em que ε é o erro amostral considerado de 0,05, isto é, foi considerada a amostra ao nível de 95% de significância ($\alpha=5\%$).

Considerando que nesta expressão, n depende de $p(1-p)$, que é desconhecido e considerando que a função $p(1-p)$ é uma parábola simétrica em torno de $p = 0,5$, em que o máximo de $p(1-p)$ é 0,25, alcançado quando $p = 0,5$, então, na prática, substituímos $p(1-p)$ por seu valor máximo, seguindo uma abordagem conservadora conforme recomendado pela literatura estatística. Sendo assim, para esse indicador, foi determinada uma amostra de 399 entrevistas.

2.7.2.2 Amostragem: Tipo de amostra

A amostragem probabilística foi adotada para fins de avaliação do indicador, por ser este um método rigoroso em termos estatísticos e aceito cientificamente. Amostragens probabilísticas são amostragens em que cada elemento da população tem uma probabilidade conhecida de fazer parte da amostra.

Dentre os tipos de amostragem probabilística, a metodologia da amostragem em múltiplos estágios foi a escolhida como a mais conveniente para fins da seleção dos elementos da população de interesse, visto a indisposição de um sistema de referências completo, a saber de uma listagem das unidades elementares, no caso, de alunos, dispondo-se apenas de informação precisas a nível das unidades escolares (grupos de unidades elementares). Além do mais, pelo fato dos conglomerados ou unidades escolares serem homogêneos, o uso da amostragem por conglomerados, isto é, a coleta de todas as suas unidades elementares (alunos), torna-se inviável. Assim, uma saída para aumentar a eficiência, sem aumentar o tamanho da amostra, é subsortear elementos (alunos) dos conglomerados (escolas) selecionados (as).

É um método muito utilizado por motivos de ordem prática e econômica em populações humanas, onde inicialmente sorteiam-se cidades, depois bairros, quarteirões, domicílios e finalmente moradores. O uso de várias unidades de sorteio define em cada estágio uma diferente unidade amostral. Assim no primeiro estágio, tem-se a Unidade Primária de Amostragem (UPA), no segundo estágio a Unidade Secundária de Amostragem (USA), etc. Para o referido plano amostral, as UPA's foram consideradas as unidades escolares e as USA's os alunos. Dessa forma, primeiro sortearam-se as unidades escolares e, após os alunos.



Dentre as vantagens desse método, pode-se citar a redução do custo de locomoção e acesso, dispensa de uma listagem de todos os elementos da população e uma saída para aumentar a eficiência sem aumentar o tamanho da amostra.

2.7.2.3 Estratificação

Após definição do tamanho amostral, a estratificação foi utilizada para delineamento do plano amostral. A divisão da população de alunos em lotes foi considerada para fins da estratificação. Para estratificação, foi considerado o número de matrículas de alunos de cada respectivo estrato ou lote. Calculou-se a proporção ou peso do número de matrículas de cada estrato/lote (W_h) na população total de alunos das unidades escolares sob gestão pactuada da ECOS. Então, multiplicando o tamanho amostral pela proporção dos lotes obteve-se o quantitativo de alunos amostrados por estrato/lote apresentado na Tabela a seguir:

Tabela 15: Definição da Amostra Estratificada Proporcional

Lotes	Tamanho do estrato (N_h)	Peso (proporção) do estrato (W_h)	Número de alunos alocados por estrato ($n \times W_h$)
L2	46.581	31%	122
L4	26.990	18%	71
L6	41.667	27%	109
L8	37.241	24%	97
Total	152.479	100,00%	399

Fonte: Elaboração pela gerência de gestão pactuada

Na etapa seguinte, foi determinado o número de conglomerados ou de Unidades Primárias de Amostragem (escolas) de cada estrato de onde seriam retiradas as unidades secundárias de amostragem (alunos). Tal número foi determinado proporcionalmente ao número de escolas de cada lote e levando em conta variáveis como custo logístico da aplicação e limitação de tempo. Após determinado tal quantitativo, as unidades escolares foram escolhidas por meio de amostragem aleatória simples sem repetição.

O número de alunos a serem entrevistados por escola foi determinado de forma proporcional ao porte escolar, ou seja, do número de matrículas existentes na unidade escolar, como pode-se verificar em tabela apresentada no Anexo D ao final deste documento.



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

Foram entrevistados 422 alunos de unidades escolares analisadas sob gestão pactuada da ECOS. Os alunos foram escolhidos aleatoriamente nas unidades escolares da amostra⁴ e, o total de alunos entrevistados foi superior ao da amostra inicial, devido a disponibilidade de alunos no ato da aplicação dos questionários. Contudo, isso não compromete a nota final da OS, visto que o cálculo estatístico é realizado proporcionalmente aos dados obtidos.

2.7.3 MÉTRICA (PONTUAÇÃO)

O questionário possui 10 itens nos quais os alunos escolhem o desenho de uma face feliz ou triste. A pontuação dos itens é 1 para a face feliz e 0 para a face triste.

Dessa forma, cada questionário tem como valor mínimo 0 e valor máximo 10. A seguir é definida a fórmula de cálculo do resultado de cada questionário. Esse resultado varia entre 0 e 100.

$$Pontuação^{IME} = \frac{SOMA}{Pontuação_{Max}^{IME}} \times 100$$

Sendo $Pontuação^{IME}$ o resultado de um questionário de Satisfação da Merenda Escolar. Define-se *SOMA* como a soma dos pontos dos itens respondidos no questionário. Caso algum item seja deixado em branco, ou sejam marcadas todas as opções, o que significa que aquele item não se aplica à realidade do respondente, o valor máximo do questionário é ajustado desconsiderando aquele item.

O Índice de satisfação da Merenda Escolar será calculado por escola como a média da pontuação dos questionários respondidos.

2.7.4 META

A meta para este indicador é que 75% das escolas tenham como resultado pontuação acima ou iguais a 77 para o segundo semestre de 2018. Em outras palavras, fica determinado que 75% das escolas tenham um Índice de satisfação com pontuação maior ou igual a 77 para o período de agosto de 2018 a janeiro de 2019.

A meta para o semestre corrente e consequente bimestre são apresentadas no quadro a seguir. O quadro apresenta a meta de proporção (Prop.) e de pontuação (Pont.) para o período. A proporção

⁴Em virtude de algumas dificuldades na aplicação dos questionários, algumas escolas foram substituídas ou tiveram o número de questionários aumentados, de modo a manter o número de aplicações determinado na amostra. Das 42 escolas sorteadas, foram visitadas 39. Contudo, o quantitativo aplicado nas escolas visitadas foi superior ao estabelecido, o que consolida ainda mais a pesquisa.



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

se refere à proporção de escolas que devem ter nota maior ou igual à pontuação para que a meta seja atendida.

Tabela 16: Metas para o IME

METAS					
2018				2019	
1º Semestre		2º Semestre		1º Semestre	
Porp.	Pont	Porp.	Pont	Porp.	Pont
75%	73	75%	77	75%	80

Fonte: "Indicadores e Metas da Gestão Pactuada da Paraíba"

2.7.5 DESEMPENHO (NOTA)

O desempenho desse indicador foi medido de acordo com a proporção de escolas que atingiram a pontuação da meta.

$$Nota = \begin{cases} \frac{Prop_{IME}}{75\%} * 10, & \text{se } Prop_{IME} < 75\% \\ 10, & \text{se } Prop_{IME} \geq 75\% \end{cases}$$

Sendo $Prop_{IME}$ a proporção de questionários que atingiram a meta de pontuação do Índice de Satisfação da Merenda Escolar.

A Tabela a seguir apresenta os resultados para o Índice de Satisfação da Merenda Escolar:

**Tabela 17: Resultado Índice de Satisfação da Merenda Escolar (IME)**

Cumprimento da Meta	Número de Unidades Escolares	Percentual
Sim	15	38,46
Não	24	61,54
Total	39	100,00

Fonte: Elaboração pela gerência de gestão pactuada, a partir dos dados obtidos por meio da aplicação dos questionários.

Como percebe-se pelos dados da Tabela acima apresentada, apenas 38,46% das unidades escolares analisadas sob gestão pactuada da ECOS atingiram a meta de pontuação, o desempenho da OS nesse indicador atingiu nota 5, como exposto pela Tabela a seguir:

Tabela 18: Percentual de cumprimento da meta e desempenho do Índice de Satisfação da Merenda Escolar (IME)

Percentual de unidades escolares que atingiram a meta	Meta	Desempenho (Nota)
38,46	75% dos questionários com pelo menos 77 pontos	5

Fonte: Elaboração pela gerência de gestão pactuada, a partir dos dados obtidos por meio da aplicação dos questionários.

A Tabela abaixo apresenta as unidades escolares que atingiram a meta de pontuação.

Tabela 19: Unidades escolares que atingiram a meta de pontuação

Nome da Unidade Escolar	Média de Pontuação da UE
ECIT Cicero Severo Lopes	92,5
EEIEFM Akajutibiro	92,50
EEEFM Jose Guedes Cavalcante	92
EEEFM Governador Clovis Bezerra Cavalcanti	90,58
EEEIF Delmiro Dantas	90
ECI Padre Jeronimo Lauwen	88,07



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

ECI Estadual de Ensino Fundamental e Médio Jose Paulo de Franca	86,66
ECI Prof Luíz Gonzaga de A. Burity	86,6
EEEM Nestorina Abrantes	82,50
EEEFM Dr Trajano Nobrega	81,86
EEEFM OTAVIANO L DA SILVA	80,59
EEEF Capistrano de Abreu	80
EEEF Mons Odilon Coutinho	79,30
ECI Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Itan Pereira	78,33
EEEF Joaquim Nabuco	77,5

Fonte: Elaboração pela gerência de gestão pactuada, a partir dos dados obtidos por meio da aplicação dos questionários.

2.7.6 AVALIAÇÃO QUALITATIVA

Nota-se que houve um progresso na nota 5, comparado com o resultado do indicador anterior (3).

Em relação às escolas que não atingiram a meta de pontuação estabelecida, os itens mais mal avaliados nos questionários foram os seguintes: ao menos duas vezes na semana frutas cruas, fornecimento de legumes e verduras frescos, a quantidade oferecida é suficiente para todos, fazemos as refeições em lugar apropriado e tomamos água apropriada para consumo, que respectivamente atingiram 59%, 46% , 31%, 45% e 35% de avaliações negativas.

Em relação à qualidade da merenda escolar:

1. 25% dos alunos entrevistados declararam que refeições servidas na escola não são saborosas;
2. 29% afirmaram que o cardápio não é variado, ou seja, a mesma alimentação é servida várias vezes.
3. 23% atestaram que a refeição não é servida no balcão;
4. 59% que não há oferta pelo menos duas vezes por semana de frutas cruas;
5. 46% responderam que não há oferta pelo menos duas vezes por semana de verduras e legumes frescos;
6. 23% responderam que os alimentos não são de boa qualidade;
7. 31% afirmaram que a quantidade de merenda oferecida é insuficiente para todos;
8. 45%. declararam que não faz as refeições em um lugar apropriado (por exemplo, um refeitório).



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
*o trabalho***

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

9. 9% responderam que as (os) merendeiras (os) não usam touca e usam joias ou adornos para servir as merendas;
10. 35% alegaram que falta água potável para consumo.



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

2.8 ÍNDICE DE SEGURANÇA ESCOLAR

Para o índice de segurança escolar, temos a seguinte definição:

“O questionário abordará perguntas sobre a atuação dos funcionários de segurança, sua correta identificação, colaboração com forças policiais entre outros pontos relevantes. Ele será aplicado semestralmente e será calculado como um índice consolidado das respostas” (EDITAL N° 001/2017/SEAD/SEE, pág. 96).

Para obter nota positiva, a OS deverá obter pontos de acordo com as metas estabelecidas no edital para cada questionário, conforme explicação a seguir.

2.8.1 META

O questionário aplicado possui 18 itens com pontuação de 1 a 5. Logo, cada questionário terá como valor mínimo $ISE_{min}=18$ e valor máximo $ISE_{max}=90$. A fórmula de cálculo para cada questionário será:

$$Pontuação^{ISE} = \frac{SOMA - ISE_{min}}{ISE_{max} - ISE_{min}} \times 100$$

O indicador será calculado semestralmente. A $Pontuação^{ISE}$ corresponde ao resultado de um questionário do Índice de Segurança Escolar e define-se *SOMA* como a soma dos pontos dos itens respondidos no questionário.

Fica determinado que 75% das escolas tenham como resultado valores acima ou iguais a 70 para o segundo semestre de 2018, conforme tabela abaixo:

Tabela 20: Metas para o Índice de Segurança Escolar

METAS					
2018				2019	
1º Semestre		2º Semestre		1º Semestre	
Porp.	Pont	Porp.	Pont	Porp.	Pont
75%	65	75%	70	75%	75

Fonte: "Indicadores e Metas da Gestão Pactuada da Paraíba"



2.8.2 DESEMPENHO (NOTA)

O desempenho desse indicador será de acordo com a proporção de escolas que atingirem a pontuação da meta, ou seja, fica determinado que para o ano de 2018, 75% dos questionários deverão atingir pontuação igual ou superior a 65 pontos. Esse tipo de medida, é formalizado pela fórmula que segue:

$$Nota = \begin{cases} \frac{Prop_{ise}}{75\%} * 10, & se Prop_{ise} < 75\% \\ 10, & se Prop_{ise} \geq 75\% \end{cases}$$

Considere $Prop_{ise}$ a proporção de questionários que atingiram a meta de pontuação do índice de segurança escolar.

A seguir tabela com o desempenho da OS para o 2º semestre de 2018:

Tabela 21: Percentual de cumprimento da meta e desempenho do Índice de Segurança Escolar

RESULTADO	META	DESEMPENHO (NOTA)
75%	75% DOS QUESTIONÁRIOS COM PELO MENOS 70 PONTOS	10
55,45%		7,4

Fonte: Elaboração pela gerência de gestão pactuada a partir dos dados obtidos por meio da aplicação dos questionários no sistema SABER

Conforme dados da tabela acima apresentada, cerca de 55,45% das unidades escolares analisadas sob a responsabilidade da ECOS, atingiram a meta de pontuação. O resultado é proveniente dos dados obtidos por meio da aplicação dos questionários no sistema SABER. Logo, a nota para a OS será 7,4, para o desempenho do índice de segurança escolar. Constata-se que a OS, para o período considerado, não atingiu a meta proposta no edital para este índice.



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

2.8.3 AVALIAÇÃO QUALITATIVA

A Gerência de Gestão pactuada diagnosticou, por meio dos questionários, que os pontos mais críticos são: os muros que protegem as escolas, realização de rondas periódicas na área interna e externa das escolas e a segurança da escola no período noturno.

Desta forma, a gerência de gestão pactuada solicita que a ECOS elabore um plano estratégico visando suprir os problemas informados pelos gestores escolares.

São necessárias ações voltadas para a qualificação profissional dos seus funcionários de apoio nas unidades escolares visando o conhecimento dos procedimentos padrões que assegurem o bom funcionamento da escola, e com conteúdo mais direcionado para função.

Ademais, recomenda-se adquirir o caderno de registro de entrada e saída, ocorrências e crachás de identificação para visitantes visando a segurança para a comunidade escolar.



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

2.9 ÍNDICE DE SUPORTE EM TI

Para o índice de suporte em TI, temos a seguinte definição:

Será elaborado um questionário para avaliar o suporte de TI a partir da perspectiva dos Gestores Escolares. O questionário abordará perguntas sobre a conservação, organização e funcionamento da infraestrutura de TI. Ele será aplicado semestralmente e será calculado como um índice consolidado das respostas (EDITAL Nº 001/2017/SEAD/SEE, pág. 95).

Para obter nota positiva, a OS deverá alcançar pontos de acordo com as metas estabelecidas no edital para cada questionário, conforme explicação a seguir.

2.9.1 META

O questionário contém 8 itens com pontuação de 1 a 5 e 12 itens de resposta “SIM” ou “NÃO”. Não será associada pontuação aos itens de resposta “SIM” ou “NÃO”, sendo seu objetivo indicar possíveis fragilidades.

Assim sendo, cada questionário terá valor mínimo $STI_{min}=8$ e valor máximo $STI_{max}=40$, conforme é definida a fórmula de cálculo do resultado de cada questionário abaixo:

$$Pontuação^{STI} = \frac{SOMA - STI_{min}}{STI_{max} - STI_{min}} \times 100$$

Logo, a $Pontuação^{STI}$ consiste no resultado de um questionário de Suporte de TI, em que a $SOMA$ consiste como a soma dos pontos dos itens respondidos no questionário.

Fica determinado que 75% dos questionários, alcancem resultado igual ou superior a 56 pontos para o segundo semestre de 2018, conforme tabela abaixo:

Tabela 22: Metas para o Índice de Suporte de TI

METAS					
2018				2019	
1º Semestre		2º Semestre		1º Semestre	
Porp.	Pont	Porp.	Pont	Porp.	Pont
75%	53	75%	56	75%	60

Fonte: "Indicadores e Metas da Gestão Pactuada da Paraíba"

2.9.2 DESEMPENHO (NOTA)

**Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba****Gerência de Gestão Pactuada**

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

O desempenho desse indicador será de acordo com a proporção de escolas que atingirem a pontuação da meta, ou seja, fica determinado que para o ano de 2018, 75% dos questionários deverão atingir pontuação igual ou superior a 56 pontos. Esse tipo de medida, é formalizado pela fórmula que segue:

$$Nota = \begin{cases} \frac{Prop_{SIT}}{75\%} * 10, & se Prop_{SIT} < 75\% \\ 10, & se Prop_{SIT} \geq 75\% \end{cases}$$

Considere $Prop_{SIT}$ a proporção de questionários que atingiram a meta de pontuação do índice de suporte de TI.

A seguir tabela com o desempenho da OS para o 1º semestre de 2018:

Tabela 23: Percentual de cumprimento da meta e desempenho do Índice de Suporte em TI

RESULTADO	META	DESEMPENHO (NOTA)
75%	75% DOS QUESTIONÁRIOS COM PELO MENOS 56 PONTOS	10
41,82%		5,6

Fonte: Elaboração pela gerência de gestão pactuada, a partir dos dados obtidos por meio da aplicação dos questionários no sistema SABER

De acordo com os dados da tabela acima apresentada, cerca de 41,82% das unidades escolares analisadas sob a gestão pactuada da OS, atingiram a meta de pontuação. O resultado é proveniente dos dados obtidos por meio da aplicação dos questionários no sistema SABER. Neste caso, o desempenho da OS, considerando o indicador índice de suporte de TI atingiu nota 5,6. Logo, constata-se que a ECOS, para o período considerado, não atingiu a meta proposta no edital para este índice.



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

2.9.3 AVALIAÇÃO QUALITATIVA

A gerência de gestão pactuada diagnosticou, por meio dos questionários, que o ponto mais crítico é a “velocidade da internet para ferramentas de aprendizagem”

Desta forma, a Comissão solicita que a ECOS elabore um plano estratégico visando suprir o gargalo informado pelos gestores escolares.

De modo geral, a gerência de gestão pactuada atesta do bom trabalho realizado pela área de TI de forma planejada e organizada.



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

2.10 ÍNDICE DE LIMPEZA

Acerca do índice de limpeza, consta no edital a seguinte definição:

“Será elaborado um questionário para avaliar a limpeza das unidades escolares a partir da perspectiva dos Gestores Escolares. O questionário abordará perguntas sobre a apresentação, limpeza, organização e colaboração da comunidade escolar nas unidades escolares. Ele será aplicado semestralmente e será calculado como um índice consolidado das respostas” (EDITAL Nº 001/2017/SEAD/SEE, pág. 95).

Para obter nota positiva, a OS deverá obter pontos de acordo com as metas estabelecidas no edital para cada questionário, conforme explicação a seguir.

2.10.1 META

Os questionários aplicados, possuem 7 itens com pontuação de 1 a 5, 7 itens pontuação de 1 a 3 em 4 dimensões e 1 item com pontuação de 1 a 3 em 5 dimensões. Considerando cada dimensão de cada item como uma questão temos um total de 39 questões nesse questionário.

Deste modo, cada questionário terá como valor mínimo $IL_{min} = 39$ e valor máximo $IL_{max} = 131$. Abaixo, a fórmula para pontuação de cada questionário:

$$Pontuação^{IL} = \frac{SOMA - IL_{min}}{IL_{max} - IL_{min}} \times 100$$

Em se tratando da *SOMA*, esta remete-se a soma dos pontos dos itens respondidos no questionário. Logo, a *Pontuação^{IL}* consiste no resultado de um questionário do índice de limpeza. Se algum item for deixado em branco ou se todas as opções forem marcadas, significa que aquele item não se aplica à realidade do respondente. Neste caso, os valores mínimo e máximo do questionário precisam ser ajustados desconsiderando aquele item.

Fica determinado que 75% dos questionários, alcancem resultado igual ou superior a 56 pontos para o segundo semestre de 2018, conforme tabela abaixo:



Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

Tabela 24: Metas para o Índice de Limpeza

METAS					
2018				2019	
1º Semestre		2º Semestre		1º Semestre	
Porp.	Pont	Porp.	Pont	Porp.	Pont
75%	53	75%	56	75%	60

Fonte: "Indicadores e Metas da Gestão Pactuada da Paraíba"

2.10.2 DESEMPENHO (NOTA)

O desempenho desse indicador dar-se-á através da proporção de escolas que atingirem a pontuação da meta. Contudo, caso mais de 75% dos questionários atinjam a meta de pontuação, o desempenho não passará da nota 10. Esta medida é formalizada pela seguinte fórmula:

$$Nota = \begin{cases} \frac{Prop_{IL}}{75\%} * 10, & \text{se } Prop_{IL} < 75\% \\ 10, & \text{se } Prop_{IL} \geq 75\% \end{cases}$$

Considere $Prop_{IL}$ a proporção de questionários que atingiram a meta de pontuação do índice de limpeza.

Tabela 25: Percentual de cumprimento da meta e desempenho do Índice de Limpeza

RESULTADO	META	DESEMPENHO (NOTA)
75%	75% DOS QUESTIONÁRIOS COM PELO MENOS 56 PONTOS	10
63,64%		8,5

Fonte: Elaboração pela Gerência de Gestão Pactuada a partir dos dados obtidos por meio da aplicação dos questionários no sistema SABER

Conforme dados expostos na tabela acima, cerca de 63,64% das unidades escolares analisadas, sob gestão pactuada da ECOS, atingiram a meta de pontuação. O resultado é proveniente dos dados obtidos por meio da aplicação dos questionários no sistema SABER. Assim, o desempenho da OS considerando o indicador índice de limpeza atingiu nota 8,5. Logo, constata-se que a ECOS, para o período considerado, não atingiu a meta proposta no edital para índice de limpeza.



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

2.11 ÍNDICE DE MANUTENÇÃO

Com relação ao índice de manutenção, consta no edital a seguinte definição:

Será elaborado um questionário para avaliar a manutenção a partir da perspectiva dos Gestores Escolares. O questionário abordará perguntas sobre a conservação, organização e adequação da infraestrutura. Ele será aplicado semestralmente e será calculado como um índice consolidado das respostas (EDITAL N° 001/2017/SEAD/SEE, pág. 96).

Para obter nota positiva, a OS deverá obter pontos de acordo com as metas estabelecidas no edital para cada questionário, conforme explicação a seguir.

2.11.1 META

No questionário aplicado temos 57 itens com pontuação de 1 a 5. Logo, cada questionário terá como valor mínimo $IM_{min}=57$ e valor máximo $IM_{max}=285$. O cálculo para pontuação de cada questionário é definido pela seguinte fórmula:

$$Pontuação^{IM} = \frac{SOMA - IM_{min}}{IM_{max} - IM_{min}} \times 100$$

Em se tratando da SOMA, esta remete-se a soma dos pontos dos itens respondidos no questionário. Logo, a $Pontuação^{IM}$ consiste no resultado de um questionário do índice de manutenção. Se algum item for deixado em branco ou se todas as opções forem marcadas, significa que aquele item não se aplica à realidade do respondente. Neste caso, os valores mínimo e máximo do questionário precisam ser ajustados desconsiderando aquele item.

Fica determinado que 75% dos questionários, alcancem resultado igual ou superior a 55 pontos para o segundo semestre de 2018, conforme quadro abaixo:

Tabela 26: Metas para o Índice de Manutenção

METAS					
2018				2019	
1º Semestre		2º Semestre		1º Semestre	
Porp.	Pont	Porp.	Pont	Porp.	Pont
75%	50	75%	55	75%	60

Fonte: "Indicadores e Metas da Gestão Pactuada da Paraíba"



2.11.2 DESEMPENHO (NOTA)

Esse indicador levará em consideração a proporção de escolas que atingirem a pontuação da meta. Como exemplo, se 60% das escolas atingirem a meta de 55 pontos, seu desempenho, ou nota, será 8. Logo, se mais 75% dos questionários atingirem a meta de pontuação, o desempenho não passará da nota 10.

$$Nota = \begin{cases} \frac{Prop_{IM}}{75\%} * 10, & \text{se } Prop_{IM} < 75\% \\ 10, & \text{se } Prop_{IM} \geq 75\% \end{cases}$$

Considere $Prop_{IM}$ a proporção de questionários que atingiram a meta de pontuação do Índice de Manutenção.

A seguir tabela com o desempenho da OS para o 2º semestre de 2018:

Tabela 27: Percentual de cumprimento da meta e desempenho do Índice de Manutenção

RESULTADO	META	DESEMPENHO (NOTA)
75%	75% DOS QUESTIONÁRIOS COM PELO MENOS 55 PONTOS	10
23,12%		3,1

Fonte: Elaboração pela gerência de gestão pactuada, a partir dos dados obtidos por meio da aplicação dos questionários no sistema SABER

Cerca de 23,12% das unidades escolares analisadas, sob gestão pactuada da ECOS, atingiram a meta de pontuação. O resultado é proveniente dos dados obtidos por meio da aplicação dos questionários no sistema SABER. Assim, o desempenho da OS, considerando o indicador índice de manutenção atingiu nota 3,1. Logo, constata-se que a ECOS, para o período considerado, não atingiu a meta proposta no edital para este índice.

2.11.3 AVALIAÇÃO QUALITATIVA

Com base no questionário preenchido pelos gestores escolares, os maiores focos de insatisfação estão nas seguintes variáveis:



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

1. Pisos cimentados ou blokret
2. Muros
3. Portões/Grades
4. Vazamento na tubulação entre hidrômetro e cisterna
5. Caixa de gordura da cozinha
6. Manutenção de descargas e assentos sanitários
7. Caixa de esgoto
8. Acesso, condição de carga, lacre, selo, posição do manômetro dos extintores de incêndio semanalmente
9. Extintores
10. Inspeção de nível dos extintores
11. A pintura de placas, murais e quadros de avisos
12. A pintura descascada ou desfeita das superfícies de madeira e/ou concreto
13. Calhas e lajes de cobertura
14. Vazamentos nas emendas
15. Folhas e demais detritos são eliminados das calhas
16. Telhas de barro quebradas ou escorregada
17. Limpeza de caixas d'água.
18. Rachaduras em reservatórios que podem causar vazamentos
19. Equipamentos e mobiliários danificados

A gerência de gestão pactuada solicita revisão imediata das metodologias empregadas nas manutenções.

Por fim, é necessário que a ECOS faça um plano de ação considerando as unidades escolares que apresentam resultados mais baixos.



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

2.12 REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA

Com relação ao índice realização de manutenção predial preventiva, consta no edital a seguinte recomendação:

“A OS deverá realizar manutenção predial preventiva pelo menos uma vez por ano abordando os seguintes itens”:

- Sistema predial.
- Instalações elétricas.
- Instalações hidráulicas.
- Sistema de combate a incêndio.
- Pintura.
- Marcenaria e serralheria.
- Telhado e calhas.
- Vidros.
- Equipamentos e mobiliário não pedagógico.
- Limpeza de caixa d'água.
- Bebedouros.
- Verificação das lâmpadas, interruptores e tomadas.
- Manter os quadros elétricos limpos.
- Troca de lâmpadas, reatores, interruptores e tomadas, quando necessários.
- Verificação de aquecimento e funcionamento dos disjuntores termomagnéticos.
- Verificação da existência de ruídos anormais, elétricos ou mecânicos.
- Medição da corrente com amperímetro nos alimentadores em todas as saídas dos disjuntores termomagnéticos.
- Verificação de aquecimento nos cabos de alimentação.
- Limpeza externa dos quadros de luz.
- Inspeção nas conexões de saídas dos disjuntores, evitando pontos de resistência elevada.
- Lubrificação das dobradiças das portas dos quadros de luz.
- Controle de amperagem nos cabos de alimentação.
- Controle de carga nos disjuntores monofásicos.
- Verificação de resistência de aterramento, mantendo-a dentro dos limites normalizados.
- Verificação de barramento e conexões.
- Limpeza das luminárias.
- Limpeza das lâmpadas.
- Reaperto dos parafusos de sustentação das luminárias.
- Reaperto dos parafusos das bases soquetes.
- Verificação dos parafusos de contato das tomadas.
- Medição do isolamento dos circuitos, quanto ao estado dos fios.



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

Ainda de acordo com o edital:

“O Plano de Ação para a execução dos serviços de manutenção deve conter datas previstas para a realização da manutenção predial preventiva para cada unidade escolar. O indicador da Realização da manutenção predial preventiva mede a porcentagem de escolas em que essa manutenção foi realizada até a data prevista no Plano de Ação”. (EDITAL Nº 001/2017/SEAD/SEE, pág. 97).

2.12.1 META

As metas a serem consideradas no cálculo deste índice estão na tabela a seguir:

Tabela 28: Metas para Realização de Manutenção Predial Preventiva

METAS	
2018	2019
100%	100%

Fonte: "Indicadores e Metas da Gestão Pactuada da Paraíba"

A exigência deste indicador é apenas que a OS cumpra o calendário que ela mesmo sugeriu e que foi acordado junto com a SEE.

2.12.2 DESEMPENHO (NOTA)

“O desempenho desse indicador será proporcional ao alcance das metas. Por exemplo, se a meta for 100% e o resultado do indicador for de 45%, seu desempenho, ou nota, será 4,5” (INDICADORES E METAS DE GESTÃO PACTUADA, PÁG. 55).

O indicador tem periodicidade anual e terá resultado zero caso a manutenção preventiva não tenha sido realizada em alguma escola num período superior a 12 meses, conforme medida formalizada a seguir:

$$Nota = \begin{cases} \frac{MP}{Meta} * 10, & MP \leq Meta \\ 0, & \text{Caso a manutenção preventiva não tenha sido realizada em alguma escola em mais de 12 meses} \end{cases}$$



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

De acordo com os dados enviados para a Gerência de Gestão Pactuada, a ECOS realizou manutenção preventiva em 271 escolas no ano de 2018. A seguir, tabela com o percentual de cumprimento da meta para este índice:

Tabela 29: Percentual de cumprimento da meta e desempenho do Índice Realização de Manutenção predial preventiva

Resultado (%)	Desempenho	Nota
100%	100% das escolas com manutenção predial realizada no prazo	10
84%		0

Fonte: Elaboração pela gerência de gestão pactuada, a partir dos dados obtidos por meio de documentos encaminhados para a gerência.

Considerando que a OS é responsável por um total de 325 escolas, conclui-se que a meta para este índice não foi atingida e, portanto, a nota da OS é zero.



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

2.13 PRAZO DE ATENDIMENTO DE CHAMADOS PARA A MANUTENÇÃO CORRETIVA

Conforme estabelecido no Edital, caso ocorra a necessidade de manutenção corretiva predial ou em algum equipamento de uma unidade escolar, a OS deverá realizar atendimento em até 72 horas. Esse indicador mede a porcentagem de atendimentos dentro do prazo.

$$\frac{\text{Atendimentos realizados dentro do prazo}}{\text{Total de pedidos de atendimento}}$$

Desde a implementação do programa de organizações sociais, o processo definido mapeou todos os registros de abertura de chamado e a Comissão recebeu as ordens de serviços comprobatórias com a assinatura do gestor escolar assegurando o atendimento.

2.13.1 META

As metas para esse indicador são definidas de acordo com a tabela a seguir:

Tabela 28: Metas para o prazo de atendimento de chamados para a manutenção corretiva

METAS	
2018	2019
100%	100%

Fonte: Indicadores e Metas do Contrato de Gestão Pactuada na Educação da Paraíba

Esse indicador apenas exige que a OS cumpra o prazo de atendimento em até 72 horas para todas as escolas sob sua responsabilidade.

2.13.2 DESEMPENHO (NOTA)

De acordo com os dados recebidos pela CAMAOS, a ECOS obteve 2025 aberturas de chamados registrados, sendo que 1631 chamados foram atendidos dentro das 72 horas preestabelecidas, o equivalente a 81% do total de solicitações.



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

Tabela 29: Percentual de cumprimento da meta para o prazo de atendimento de chamados para a manutenção corretiva

RESULTADO AMP	META AMP	DESEMPENHO (NOTA) AMP
100%	100%	10
81%		8,0

Fonte: Elaboração pela Gerência de Gestão Pactuada, a partir dos dados obtidos das ordens de serviços enviadas pela OS.

A nota para a OS para o prazo de atendimento de chamados para a manutenção corretiva foi 8,05. Dito isto, constata-se que a OS, para o período considerado, não atingiu a meta proposta no edital para este índice.

2.13.3 AVALIAÇÃO QUALITATIVA

Apesar da nota da OS ter apresentado uma melhora, quando comparado ao desempenho obtido no período anterior, a gerência de gestão pactuada atesta que existem algumas insatisfações por parte dos gestores com relação ao cumprimento dos prazos. Deste modo, é necessário que a OS aplique políticas estratégicas de modo a melhorar o atendimento dos chamados e garantir o funcionamento das escolas de maneira mais eficiente e eficaz.



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

2.14 PRAZO DE SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA

Conforme estabelecido no Edital, caso ocorra a necessidade de manutenção corretiva predial ou em algum equipamento de uma unidade escolar, a OS deverá solucionar a causa do chamado em até 15 dias úteis. Esse indicador mede a porcentagem de atendimentos dentro do prazo.

$$\frac{\text{Soluções realizados dentro do prazo}}{\text{Total de pedidos de atendimento}}$$

Desde a implementação do programa de organizações sociais, o processo definido mapeou todos os registros de abertura de chamado e a Comissão recebeu as ordens de serviços comprobatórias com a assinatura do gestor escolar assegurando a solução da abertura de chamado.

2.14.1 META

As metas para esse indicador são definidas de acordo com a tabela a seguir:

Tabela 30: Metas para o prazo de solução para problemas na manutenção corretiva

METAS	
2018	2019
100%	100%

Fonte: Indicadores e Metas do Contrato de Gestão Pactuada na Educação da Paraíba

Esse indicador apenas exige que a OS cumpra o prazo de solução do atendimento em até 15 dias úteis para todas as escolas sob sua responsabilidade.

2.14.2 DESEMPENHO (NOTA)

De acordo com os dados recebidos, a ECOS obteve 2025 aberturas de chamados registrados sendo que 1746 chamados foram solucionados em até 15 dias úteis, o equivalente a 86% das solicitações, conforme tabela a seguir:



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

Tabela 31: Percentual de cumprimento da meta para o prazo de solução dos problemas de manutenção corretiva

RESULTADO SMP	META SMP	DESEMPENHO (NOTA) SMP
100%	100%	10
86%		8,6

Fonte: Elaboração pela gerência de gestão pactuada, a partir dos dados obtidos das ordens de serviços enviadas pela OS.

Logo, para o indicador Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva, a ECOS não alcançou a meta estabelecida no edital e obteve nota 8,6.

2.14.3 AVALIAÇÃO QUALITATIVA

A gerência de gestão pactuada, em sua competência de acompanhamento, tem constatado grande satisfação entre os gestores escolares nos serviços de manutenção da ECOS. A atuação da OS tem sido elogiada pela maioria dos gestores escolares, a partir das visitas que são realizadas. No entanto, seu desempenho é abaixo do esperado e, portanto, espera-se uma proposta eficaz da organização social.



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

2.15 PRAZO DE ATENDIMENTO DE CHAMADOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA DE TI

Caso ocorra a necessidade de manutenção corretiva em algum equipamento da infraestrutura de TI de uma unidade escolar, a OS deverá realizar atendimento em até 72 horas. Esse indicador mede a porcentagem de atendimentos dentro do prazo.

$$\frac{\text{Atendimentos realizados dentro do prazo}}{\text{Total de pedidos de atendimento}}$$

Desde a implementação do programa de organizações sociais, o processo definido mapeou todos os registros de abertura de chamado de manutenção corretiva de TI e a Comissão recebeu as ordens de serviços comprobatórias com a assinatura do gestor escolar assegurando a solução da abertura de chamado.

2.15.1 META

As metas para esse indicador são definidas de acordo com a tabela a seguir:

Tabela 32: Metas para o prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva de TI

METAS	
2018	2019
100%	100%

Fonte: Indicadores e Metas do Contrato de Gestão Pactuada na Educação da Paraíba

Esse indicador apenas exige que a OS cumpra o prazo de solução do atendimento em até 72 horas para todas as escolas sob sua responsabilidade.



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

2.15.2 DESEMPENHO (NOTA)

De acordo com os dados recebidos, a ECOS teve 832 aberturas de chamados registrados, sendo que 813 chamados foram atendidos em até 72 horas, o correspondente a 98%, conforme exposto na tabela abaixo:

Tabela 33: Percentual de cumprimento da meta e desempenho para o Prazo de atendimento de chamados para a manutenção corretiva em TI

RESULTADO AMP	META AMP	DESEMPENHO (NOTA) AMP
100%	100%	10
98%		9,8

Fonte: Elaboração pela gerência de gestão pactuada, a partir dos dados obtidos das ordens de serviços enviadas pela OS.

Logo, para o indicador Prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva de TI, a ECOS não alcançou a meta estabelecida no edital e obteve nota 9,8.

2.15.3 AVALIAÇÃO QUALITATIVA

A Gerência de Gestão Pactuada avalia que, apesar do descumprimento de alguns prazos, a cooperação e a transparência do setor de TI da ECOS é exemplar, facilitando o monitoramento da mesma. É necessário que OS busque manter ou melhorar seu desempenho, tendo em vista garantir a efetividade no cumprimento dos prazos.



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

2.16 PRAZO DE SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA DE TI

Conforme estabelecido no Edital, caso ocorra a necessidade de manutenção corretiva de TI a OS deverá solucionar a causa do chamado em até 15 dias úteis. Esse indicador mede a porcentagem de atendimentos dentro do prazo.

$$\frac{\text{Soluções realizados dentro do prazo}}{\text{Total de pedidos de atendimento}}$$

Desde a implementação do programa de organizações sociais, o processo definido mapeou todos os registros de abertura de chamado e a Comissão recebeu as ordens de serviços comprobatórias com a assinatura do gestor escolar assegurando a solução da abertura de chamado.

2.16.1 META

As metas para esse indicador são definidas de acordo com a tabela a seguir:

Tabela 34: Metas para o prazo de solução dos problemas para manutenção corretiva de TI

METAS	
2018	2019
100%	100%

Fonte: Indicadores e Metas do Contrato de Gestão Pactuada na Educação da Paraíba

Esse indicador apenas exige que a OS cumpra o prazo de solução do atendimento em até 15 dias úteis para todas as escolas sob sua responsabilidade.



Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

2.16.2 DESEMPENHO (NOTA)

De acordo com os dados recebidos, a ECOS teve 832 aberturas de chamados registrados, sendo que 827 chamados foram solucionados em até 15 dias úteis, o correspondente a 99%, conforme exposto na tabela abaixo.

Tabela 35: Percentual de cumprimento da meta para o Prazo de solução de problemas na manutenção corretiva de TI

RESULTADO SMP	META SMP	DESEMPENHO (NOTA) SMP
100%	100%	10
99%		9,9

Fonte: Elaboração pela gerência de gestão pactuada, a partir dos dados obtidos das ordens de serviços enviadas pela OS

Logo, para o indicador Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva de TI, a ECOS não alcançou a meta estabelecida no edital e obteve nota 9,9.

2.16.3 AVALIAÇÃO QUALITATIVA

A gerência de gestão pactuada, em sua competência de acompanhamento, observa que apesar da meta não ter sido atingida, a quantidade de chamados atendidos é satisfatória. A cooperação, transparência com ações e documentos do setor de TI da ECOS é excelente.



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

2.17 REALIZAÇÃO DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA ANUAL DE TI

Conforme estabelecido no edital, este indicador é definido da seguinte forma:

“A OS deverá realizar manutenção preventiva da infraestrutura de TI das unidades escolares anualmente constituindo limpeza, realização de testes e manutenção de softwares. O Plano de Ação para a execução dos serviços de manutenção deve conter datas previstas para a realização da manutenção preventiva de TI para cada unidade escolar. O indicador da Realização da Manutenção preventiva mede a porcentagem de escolas em que essa manutenção foi realizada até a data prevista no Plano de Ação”. (EDITAL Nº 001/2017/SEAD/SEE, pág. 98).

O cálculo do indicador dar-se-á da seguinte forma:

$$\frac{\text{Escolas com manutenção preventiva no prazo}}{\text{Total de escolas}}$$

Esse indicador tem periodicidade anual e terá resultado zero caso a manutenção preventiva não tenha sido realizada em alguma escola.

2.17.1 META

O indicador apenas exige que a OS cumpra o calendário que ela mesmo sugeriu e que foi acordado junto com a SEE.

Tabela 36: Metas de Realização da manutenção preventiva anual de TI

METAS	
2018	2019
100%	100%

Fonte: Indicadores e Metas do Contrato de Gestão Pactuada na Educação da Paraíba



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

2.17.2 DESEMPENHO (NOTA)

De acordo com os dados recebidos pela comissão, a ECOS realizou a manutenção preventiva anual de TI em todas as escolas com a Gestão Pactuada sob responsabilidade da OS, conforme consta no Anexo J deste documento.

Tabela 37: Percentual de cumprimento da meta da Realização de Manutenção preventiva anual de TI

Resultado (%)	Desempenho	Nota
100%	100% das escolas com manutenção realizada no prazo	10
100%		10,0

Fonte: Elaboração pela gerência de gestão pactuada, a partir dos dados obtidos das ordens de serviços enviadas pela OS.

Logo, para o indicador realização da manutenção preventiva anual de TI, a ECOS alcançou a meta estabelecida no edital e obteve nota 10.



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

2.18 ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO DE LIMPEZA

Como estabelecido no Edital os indicadores poderiam ser medidos de forma censitária ou amostral, a critério da Gerência de Gestão Pactuada da Secretaria de Estado da Educação Ciência e Tecnologia.

O indicador de Acordo do Nível de Limpeza (AL) foi auferido a partir da aplicação de questionários através da plataforma saber, com os gestores escolares para a população das 327 unidades escolares contempladas até março com a Gestão Pactuada sob responsabilidade da OS.

2.18.1 DESENHO DA PESQUISA E COLETA DE DADOS

Esse indicador é definido no Edital da seguinte forma:

“Esse especificará os serviços a serem realizados e sua periodicidade (diariamente, semanalmente, mensalmente, anualmente etc.). Esse indicador será mensurado bimestralmente.”

O público alvo desse questionário são Gestores Escolares da rede estadual. O procedimento de coleta de dados foi realizado a partir do questionário estruturado enviado aos gestores das unidades escolares amostradas por meio de formulário eletrônico disponibilizado no *SABER*), apresentado no Anexo A ao final do documento. O questionário enviado permitia apenas uma resposta por unidade.

Dessa forma, o indicador foi mensurado para o período de Gestão Pactuada, compreendido entre 01/12/2018 a 31/01/2019.

2.18.2 MÉTRICA (PONTUAÇÃO)

O questionário possui 110 itens com pontuação de 1 a 5. Dessa forma, cada questionário tem como valor mínimo $AL_{min}=110$ e valor máximo $AL_{max}=550$. A seguir é definida a fórmula de cálculo do resultado de cada questionário. Esse resultado varia entre 0 e 100.

$$Pontuação^{AL} = \frac{SOMA - AL_{min}}{AL_{max} - AL_{min}}$$



Sendo *Pontuação^{AL}* o resultado de um questionário do Acordo de Nível de Serviço de Limpeza e define-se SOMA como a soma dos pontos dos itens respondidos no questionário. Para os itens deixados em branco, o que significa que aquele item não se aplica à realidade do respondente, os valores mínimo e máximo do questionário foram ajustados desconsiderando aquele item.

2.18.3 META

A meta para este indicador é que 75% das escolas tenham como resultados pontuação maior ou igual a 67 para o segundo semestre de 2018.

A meta para o semestre corrente e consequente bimestre são apresentadas no quadro a seguir. A tabela apresenta a meta de proporção (Prop.) e de pontuação (Pont.) para o período. A proporção se refere à proporção de questionários que devem ter nota maior ou igual à pontuação para que a meta seja atendida.

Tabela 37: Metas para o Acordo de Nível de Serviço de Limpeza

2º Semestre de 2018	
Prop.	Pont.
75%	67

Fonte: Indicadores e Metas da Gestão Pactuada da Paraíba

2.18.4 DESEMPENHO (NOTA)

O desempenho desse indicador foi medido de acordo com a proporção de escolas que atingiram a pontuação da meta.

$$Nota = \begin{cases} \frac{Prop_{AL}}{75\%} & se\ Prop_{AL} \geq 75\% \\ 10, & * 10, se\ Prop_{AL} < 75\% \end{cases}$$

Sendo $Prop_{AL}$ a proporção de questionários que atingiram a meta de pontuação do Acordo de Nível de Serviço de Limpeza.

A Tabela a seguir apresenta os resultados para o Indicador do Acordo de Nível de Limpeza:



Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

Tabela 38: Resultado do Indicador Acordo de Nível de Serviço de Limpeza (AL)

Cumprimento da Meta	Número	Percentual (%)
Sim	46	45
Não	57	55
Total	103	100,00

Fonte: Elaboração pela Gerência de gestão pactuada a partir dos dados obtidos por meio da aplicação dos questionários.

Como percebe-se pelos dados da Tabela acima apresentada, 45% das unidades escolares da OS atingiram a meta de pontuação, o desempenho da escola atingiu nota 6,0, como exposto pela Tabela a seguir:

Tabela 39: Percentual de cumprimento da meta e desempenho do Indicador Acordo de Nível de Serviço de Limpeza (AL)

Percentual de questionários atingiram a meta (%)	de que Meta	Desempenho (Nota)
45%	75% dos questionários com pelo menos 67 pontos	6,0

Fonte: Elaboração pela Gerência de gestão pactuada, a partir dos dados obtidos por meio da aplicação dos questionários.

Logo, para o índice acordo de nível de serviço de limpeza, a INSAÚDE não atingiu a meta estabelecida pelo edital para o período vigente, conforme consta na Tabela acima, estão as pontuações por unidade escolar para este índice.



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

2.18.5 AVALIAÇÃO QUALITATIVA

A equipe da ECOS tem avançado em relação a limpeza nas escolas, e faz com frequência as limpezas pesadas bem como a instrução adequada aos seus colaboradores.

Para o plano de ação, a ECOS deve considerar os itens críticos abaixo e avaliados pelo gestor escolar:

1) Equipamentos Internos:

- A. Extintores de incêndio
- B. Janelas (face externa)
- C. Janelas (face interna)
- D. Ventiladores Portáteis
- E. Teto

2) Sanitários e Vestiários

- A. Válvulas de descarga;
- B. Janelas

3) Área de Alimentação

- A. Talheres



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

2 PONTUAÇÃO GLOBAL

Dos 21 indicadores previstos no Edital e considerando a periodicidade, 18 foram considerados para fins de avaliação, são eles:

1. Alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação em classes comuns.
2. Índice de Satisfação do AEE
3. Alunos Infrequentes Acompanhados
4. Índice de Satisfação do Atendimento ao Público
5. Escolas com dados atualizados
6. Escolas com acesso à internet
7. Índice de satisfação da Merenda Escolar
8. Índice de Suporte de TI
9. Índice de Limpeza
10. Índice de Manutenção
11. Índice de Segurança Escolar
12. Realização de Manutenção Predial Preventiva
13. Prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva
14. Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva
15. Realização da manutenção preventiva anual de TI
16. Prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva de TI
17. Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva de TI
18. Acordo de Nível de Serviço de Limpeza

Considerando que os indicadores estão organizados em grupos e que a cada um dos grupos de indicadores é atribuído um peso específico em função da sua importância relativa no contexto da sistemática de avaliação, conforme a seguinte distribuição apresentada no Quadro:

Quadro 2: Peso dos Grupos de Indicadores na Nota Global da Avaliação

Grupo	Peso
IN1 – AEE, suporte pedagógico e desempenho escolar	40%
IN2 – Suporte administrativo	20%
IN3 – Acordo de Nível de Serviço (ANS)	35%
IN4 – Índice de Equilíbrio Financeiro (IEF)	5%

Fonte: Edital Nº 001/2017/SEAD/SEE de Gestão pactuada entre as Organizações Sociais e a Secretaria de Estado da Educação.

Como definido em Edital:



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

A Pontuação Global será atualizada assim que algum indicador seja atualizado. Como só se terá todos os indicadores após 12 meses do início da implementação, caso algum indicador ainda não tenha sido calculado devido à sua periodicidade, seu peso deve ser redistribuído igualmente para os outros indicadores de forma a melhor representar o desempenho da OS no período.

Após a atribuição individual da nota para cada indicador e/ou meta, foi calculada a média aritmética do conjunto de indicadores por grupo avaliado (IN) e essa multiplicada pelo peso atribuído ao grupo considerando a redistribuição igualitária do peso dos indicadores não avaliados para os indicadores mensurados no referido ciclo bimestral.

As notas ponderadas foram somadas resultando numa nota final a qual foi atribuída uma Nota Conceito, conforme tabela abaixo:

Quadro 3: Pontuação Global - Conceito

Pontuação Global	Conceito	Impacto
9,1 a 10 pontos	A – ÓTIMO	Aprovado – Sugestão de Renovação
8,1 a 9,0 pontos	B – MUITO BOM	Aprovado – Sugestão de Renovação
7,1 a 8,0 pontos	C – BOM	Aprovado – Sugestão de Renovação
5,1 a 7,0 pontos	D – SATISFATÓRIO	Aprovado – Passível de Renovação após diagnóstico conjunto
4,1 a 5,0 pontos	E – RUIM	Reprovado – Não renova o Contrato
< 4,0 pontos	F – INSUFICIENTE	Reprovado – Não renova o Contrato Sugestão de Desqualificação

Fonte: Edital Nº 001/2017/SEAD/SEE de Gestão pactuada entre as Organizações Sociais e a Secretaria de Estado da Educação.

A partir da sistemática de avaliação definida anteriormente, apresenta-se a Nota Global de Avaliação obtida pela Organização Social na Tabela 13 seguir:



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

Quadro 4: Pontuação Global ECOS - Agosto 18 a Janeiro 19

IN	META	NOTA	MÉDIA (a)	PESO (i)	PESO IN	REPONDERAÇÃO IGUALITÁRIA (b)	TOTAL DA IN (c) = (a) x (b)
1	Sistema de Avaliação da Educação da Paraíba – Avaliando IDEPB	0,27	6,32	8%	40%	42,11%	2,66
	Integração de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação	10		8%			
	Índice de satisfação do AEE	8,7		8%			
	Alunos infrequentes acompanhados	-		8%			
	Índice de Clima Escolar – ICE	-		8%			
2	Índice de satisfação do Atendimento ao Público	10	7,3	4%	20%	21,05%	1,54
	Escolas com dados atualizados	4,1		4%			
	Escolas com acesso à internet	10		4%			
	Índice de satisfação da Merenda Escolar – IME	5		4%			
	Índice de Segurança Escolar	7,4		4%			
3	Índice de Suporte de TI	5,6	6,95	3,5%			2,56



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

	Índice de Limpeza	8,5		3,5%	35%		
	Índice de Manutenção	3,1		3,5%			
	Realização da manutenção predial preventiva	0		3,5%			
	Prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva	8,0		3,5%			
	Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva	8,6		3,5%			
	Realização da manutenção preventiva anual de TI	10		3,5%			
	Prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva de TI	9,8		3,5%			
	Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva de TI	9,9		3,5%			
	Acordo de Nível de Serviço de limpeza	6,0		3,5%			
4	Índice de Equilíbrio Financeiro – IEF	-		5%	5%		
	NOTA GLOBAL DA AVALIAÇÃO = $\Sigma(c)$						6,76



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

Como pode-se observar pelos dados do quadro 3, a Organização Social obteve 6,76 como Nota Global da Avaliação. Dado que essa nota atribuída está entre 5,1 a 7,0 pontos, foi atribuído Conceito D – satisfatório, que confere status de Aprovado – Passível de renovação após diagnóstico conjunto, conforme o estabelecido no Edital e disposto no Quadro 2.

Como definido no Edital, a Pontuação Global determinará a parte variável que incidirá sobre a folha de pagamento do Corpo Técnico e Diretivo da OS pelo período subsequente até sua próxima atualização e a liberação da parcela variável do Contrato de Gestão será feita a partir do conceito “C – BOM”.



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

2.3 AVALIAÇÃO QUALITATIVA

A Gerência de Gestão Pactuada, segundo os valores do Programa de Organizações Sociais, avaliou qualitativamente o desempenho da ECOS nos quesitos gerenciais:

Quadro 5: Avaliação qualitativa gerencial

Valores	Nota	Comentários
Transparência	4,43	Não há relatos.
Equidade	3,86	Necessário melhorar visão da Comissão como parceria
Ética	4,00	Não há relatos
Respeito	4,71	Não há relatos
Compromisso	4,29	Não há relatos
Eficiência	3,43	Necessário melhorar as readequações de plano de ação e relatórios, conforme requerido anteriormente.

Fonte: *Elaboração pela Gerência de Gestão Pactuada*⁵

Nota: 1. Péssimo 2. Ruim 3. Regular 4. Bom 5. Excelente

⁵A avaliação qualitativa foi realizada pela Gerência de Gestão Pactuada através de reunião no dia 10/06/2019. Na oportunidade, a comissão atribuiu notas levando em consideração os aspectos discriminados no quadro 4. A nota final exposta no quadro 4 corresponde à média aritmética das notas atribuídas pela Comissão.



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

3 PLANOS DE AÇÃO

Caso algum indicador apresente nota menor que 7,0, a Organização Social deverá apresentar um plano de ação para melhoria à Comissão de Acompanhamento Monitoramento e Avaliação da Secretaria de Estado da Educação. Após avaliação a Comissão pode propor alterações ao Plano de Ação.

Os Planos de Ação devem identificar:

- I. Ações a serem tomadas;
- II. Prazo de cada Ação;
- III. Responsável por gerenciar cada ação;
- IV. Metodologia a ser utilizada
- V. Divisão da equipe responsável
- VI. Escolas ou áreas prioritárias;

O Plano de Ação deve ser um documento simples com foco em ações que causem impacto positivo em dois meses. Caso se faça necessária uma ação mais estruturada de médio-longo prazo deve-se dividir essa ação em passos menores para adequá-la ao modelo.

A OS com melhor desempenho deverá contribuir, auxiliando a SEE na disseminação de boas práticas.

A Comissão de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação da Secretaria de Estado da Educação pode avaliar mensalmente, ou a qualquer período, a partir de dados e indicadores prévios a serem criados e a partir desses exigir da OS que apresente Planos de Ação caso seja verificada uma tendência de não alcance das metas futuras.



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

ANEXOS

ANEXO A: Escolas que atingiram meta de Pontuação do AEE para Necessidades Especiais e Altas Habilidade

Unidade Escolar	GRE	Pontuação
ESCOLA ESTADUAL DE EDUCACAO ESPECIAL	1ª	100
ESCOLA ESTADUAL DE EDUCACAO ESPECIAL	1ª	100
EEEF DOM HELDER CÂMARA	3ª	100
EEEF DOM HELDER CÂMARA	3ª	100
EEEE ANA PAULA RIBEIRO B LIRA	1ª	100
EEEF PE CICERO ROMAO BATISTA	1ª	100
C EST EXPE ENS APREND SESQ	1ª	98
C EST EXPE ENS APREND SESQ	1ª	95
EEEF MON ODILON COUTINHO	1ª	94
EEEFM PROF PEDRO ANÍBAL MOURA	1ª	94
C EST EXPE ENS APREND SESQ	1ª	93
EEEF SINHAZINHA RAMALHO	9ª	93
EEEFM PROF ANTONIA R DE FARIAS	1ª	93
EEEF ANTONIO PESSOA	1ª	93
EEEF SILVEIRA DANTAS	6ª	93
INSTITUTO DOM ADAUTO	1ª	92
EEEF DR Jose Lopes Ribeiro	14ª	90
EEEF CELSO CIRNE	2ª	90
EEEF RAIMUNDO E. DE SOUSA	7ª	90
EEEFM PROF ANTONIA R DE FARIAS	1ª	90
EEEF ANTONIO PESSOA	1ª	90
EEEF GETÚLIO VARGAS	1ª	89
EEEF ANTENOR NAVARRO	2ª	88
EEEFM TEONAS DA CUNHA CAVALCANTE	12ª	88
EEEFM PADRE MANOEL OTAVIANO	7ª	88
EEEF JOANA ABILIO PEGADO	7ª	88
EEEFM ARRUDA CAMARA	13ª	88
EEEFM CPM EST REBECA CRISTINA A SIMOES	1ª	86
EEEF DE DEMONSTRACAO DE SOUSA	10ª	86
EEEFM MONS WOLFREDO LEAL	2ª	85



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

EEEFM MONS WALFREDO LEAL	2ª	85
EEEFM JOSE GUEDES CAVALCANTE	1ª	84
EEIEFM AKAJUTIBIRO	14ª	84
EEIEFM AKAJUTIBIRO	14ª	84
EEEFM DOM ADAUTO	3ª	84
EEEFM DES. ARTHUR VIRGINIO DE MOURA	3ª	84
ESC PROFISSIONAL MONTE CARMELO	9ª	83
ESC PROFISSIONAL MONTE CARMELO	9ª	83
ECI ANTÔNIO COELHO DANTAS	4ª	83
EEEFM FRANCISCO R. DA SILVEIRA	6ª	83
EEEF JOSÉ VIEIRA	1ª	82
EEEF DE DEMONSTRACAO DE SOUSA	10ª	81
Autismo	1ª	80
EEEF SILVEIRA DANTAS	6ª	80
C EST EXPE ENS APREND SESQ	1ª	80
C EST EXPE ENS APREND SESQ	1ª	80
C EST EXPE ENS APREND SESQ	1ª	80
EEEF DR JOAO F M VASCOLCELOS	12ª	79
EEEF DR JOAO F M VASCOLCELOS	12ª	78
EEIEFM AKAJUTIBIRO	14ª	76
EEIEFM AKAJUTIBIRO	14ª	76
EEEFM PROF ANTONIA R DE FARIAS/EEIEF PROF RITA DE MIRANDA	1ª	75
EEIEF PROF RITA DE MIRANDA	1ª	75
EEIEF PROF RITA DE MIRANDA	1ª	75
EEEF DESEMBARGADOR B. DE MENESES	9ª	75
EEIEF DE GRAVATA	9ª	75
EEEFM ANTONIO TEODORO NETO	10ª	75
EEEF DR JOAO NAVARRO FILHO	1ª	75
EEEFM JOSE AMERICO DE ALMEIDA	6ª	75
EEEFM DANIEL CARNEIRO	8ª	75
EEIEF CACIQUE DOMINGOS BARBOSA DOS SANTOS	14ª	70
EEIEF CACIQUE DOMINGOS BARBOSA DOS SANTOS	14ª	70
EEEFM CONEGO NICODEMOS NEVES	1ª	69
EEEFM ALCIDES BEZERRA	3ª	69
EEIEF PROFESSORA IRACEMA MARQUES DE LIMA	11ª	68
C EST EXPE ENS APREND SESQ	1ª	66



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

EEEF JOSÉ TAVARES	3ª	63
C EST EXPE ENS APREND SESQ	1ª	62
EEEF DR JOAO F M VASCOLCELOS	12ª	62
EEEF CLÓVIS PEDROSA	3ª	59
EEEF GUSTAVO AMORIM	2ª	57
EEEFM CPM EST REBECA CRISTINA A SIMOES	1ª	50
EEEF CONEGO MANOEL JACOME	9ª	50
INSTITUTO DOM ADAUTO	1ª	50
EEEF DR JOAO NAVARRO FILHO	1ª	35
INSTITUTO DOM ADAUTO	1ª	22

Fonte: Elaboração pela Gerência de Gestão Pactuada, com base nos questionários aplicados com os pais ou responsáveis pelos alunos que recebem atendimento escolar especializado



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

ANEXO B – Instrumento de coleta para o Índice de satisfação de atendimento ao público

Avaliação do Atendimento

Para cada item abaixo selecione a opção que melhor descreve sua opinião sobre qualidade dos serviços oferecido. Caso algum item não se aplique à sua realidade deixe a resposta em branco ou risque todos as opções.



1. *Fui tratado(a) com respeito e dignidade pelos representantes da Organização Social e seus contratados em minha escola*

☐ Discordo totalmente ☐ Discordo parcialmente ☐ Concordo parcialmente ☐ Concordo totalmente

2. *Recebi as informações de que necessito no tempo previsto pelos representantes da Organização Social e seus contratados em minha demanda*

☐ Discordo totalmente ☐ Discordo parcialmente ☐ Concordo parcialmente ☐ Concordo totalmente

3. *Recebi os certificados de que necessitava em tempo previsto pelos representantes da Organização Social e seus contratados na escola dos alunos pelos quais sou responsável*

☐ Discordo totalmente ☐ Discordo parcialmente ☐ Concordo parcialmente ☐ Concordo totalmente

4. *Comentários:*



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

ANEXO C - Instrumento de coleta para o Índice de satisfação da Merenda Escolar

SECRETARIA DE ESTADO
DA EDUCAÇÃO E
DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

Pesquisa de Satisfação da Merenda Escolar

Escola: _____

Idade _____

Os: _____

Série _____

Menino ()

Menina ()

Você concorda com as afirmações a seguir?

1. Acho que as refeições servidas na escola são saborosas	☐	☐
2. O cardápio é variado	☐	☐
3. A refeição é servida no balcão	☐	☐
4. Pelo menos duas vezes na semana oferecem frutas cruas	☐	☐
5. Pelo menos duas vezes na semana podemos comer verduras e legumes frescos	☐	☐
6. Todos os alimentos oferecidos têm boa qualidade	☐	☐
7. A quantidade oferecida é suficiente para todos	☐	☐
8. Fazemos as refeições em um lugar apropriado (por exemplo, um refeitório)	☐	☐
9. As(os) merendeiras(os) usam touca	☐	☐
10. Tomamos água adequada para o consumo	☐	☐

Comentários:

**Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba****Gerência de Gestão Pactuada**

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

ANEXO D - Amostra aleatória do Índice de Satisfação da Merenda Escolar (IME)

Lote	Unidade Escolar	Número de matrículas	Quantidade de alunos pesquisados
2	EEEE Odilon Ribeiro Coutinho	96	2
2	Centro Profis Dep Antonio Cabral	1691	42
2	EEEE Mons Odilon Coutinho	327	8
2	EEEFM Professor Pedro Anibal Moura	501	12
2	EEEE Professora Ântonia Rangel de Farias	571	14
2	Escola Cidadã Integral Estadual de Ensino Fundamental e Médio Jose Guedes Cavalcante	342	8
2	EEEE Capistrano de Abreu	104	3
2	EEEE Varzea Nova	412	10
2	Escola Cidadã Integral Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Luiz Gonzaga de Albuquerque Burity	191	5
2	EEEFM Riachao do Poco	259	6
2	Escola Cidadã Integral Estadual de Ensino Fundamental e Médio Jose Paulo de Franca	170	4
2	Escola Técnica Estadual de Saúde Professora Cloris Torres de Oliveira	247	6
2	Subtotal	4911	122
4	EEEFM Manoel Avelino de Paiva	351	16
4	Escola Cidadã Integral Estadual de Ensino Fundamental e Médio Monsenhor Emiliano Cristo	428	14
4	EEEFM Governador Clovis Bezerra Cavalcanti	525	7
4	EEIEFM Akajutibiro	254	14
4	Escola Cidadã Integral Estadual de Ensino Fundamental e Médio Jose Rocha Sobrinho	394	11
4	Escola Cidadã Integral Técnica Estadual do Vale do Mamanguape João da Mata Cavalcanti de Albuquerque	552	9
4	Subtotal	2504	71
6	EEEE Nossa Senhora Aparecida	389	27
6	EEEFM Min J A Almeida	788	16
6	EEIEFM Carlota Barreira	885	20
6	EEE Fundamental e Medio Melquiades Tejo	249	4
6	Escola Cidadã Integral Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Itan Pereira	766	12
6	Escola Cidadã Integral Estadual de Ensino Fundamental e Médio Felix Araujo	813	3
6	Escola Cidadã Integral Estadual de Ensino Médio Doutor Hortencio Sousa Ribeiro (Premen)	708	4
6	EEEE Frei Alberto	168	7



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

6	EEEFM Dr Trajano Nobrega	1175	7
6	EEEFM Maria Balbina Pereira	124	9
6	EEEFM Jose Luiz Neto	778	2
6	Subtotal	6843	109
8	Escola Cidadã Integral Estadual de Ensino Fundamental e Médio Cicero Severo Lopes	143	3
8	EEEF Monsenhor Pedro Anisio	267	6
8	EEEIF Delmiro Dantas	337	8
8	EEEM Nestorina Abrantes	127	3
8	EEEFM OTAVIANO L DA SILVA	625	15
8	EEEFM Napoleao Abdon da Nobrega	217	5
8	EEEFM Professor Joao Noberto	286	7
8	EEEF CHAGAS SOARES	168	4
8	EEEFM Daniel Carneiro	582	14
8	EEEF Fabio Mariz Maia	361	8
8	Escola Cidadã Integral Estadual de Ensino Fundamental e Médio Padre Jeronimo Lauwen	609	14
8	EEEF Maria Dionisia de Sousa	31	1
8	EEEF Joaquim Nabuco	432	10
	Subtotal	4185	97
	TOTAL	18.443	399

Fonte: Elaboração pela Gerência de Gestão Pactuada

**Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba****Gerência de Gestão Pactuada**

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

ANEXO E: Pontuação IME por Unidade Escolar

Unidade Escolar	Pontuação
ECIT Cicero Severo Lopes	92,5
EEIEFM Akajutibiro	92,5
EEEFM Jose Guedes Cavalcante	92
EEEFM Governador Clovis Bezerra Cavalcanti	90,58
EEEIF Delmiro Dantas	90
ECI Padre Jeronimo Lauwen	88,07
ECI Prof Luíz Gonzaga de A. Burity	86,66
ECI Estadual de Ensino Fundamental e Médio Jose Paulo de Franca	86,66
EEEM Nestorina Abrantes	82,5
EEEFM Dr Trajano Nobrega	81,86
EEEFM OTAVIANO L DA SILVA	80,59
EEEF Capistrano de Abreu	80
EEEF Mons Odilon Coutinho	79,3
ECI Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Itan Pereira	78,33
EEEFVárzea Nova	76,36
EEEFM Jose Luiz Neto	75
EEEF Fabio Mariz Maia	73
ECIT José Americo de Almeida	72,51
EEEF Joaquim Nabuco	70,5
EEEF Maria Dionisia de Sousa	70
ECI Estadual de Ensino Fundamental e Médio Felix Araujo	70
Escola Técnica Estadual de saúde Cloris Torres	68,57
EEEFM Napoleao Abdon da Nobrega	68
EEEF Odilon Ribeiro Coutinho	66,66
EEEF Frei Alberto	66
EEEFM Pedro Anibal Moura	65,46
EEEF CHAGAS SOARES	65
EEEFM Professor Joao Noberto	64,28
EEEFM Maria Balbina Pereira	63,2
EEEF Monsenhor Pedro Anisio	60
ECIT Vale do Mamanguape João da Mata C de Albuquerque	59
EEIEFM Carlota Barreira	56,29
Escola Cidadã Integral Estadual de Ensino Fundamental e Médio Monsenhor Emiliano Cristo	53,33
EEEFM Prof(a) Antônia Rangel de Farias	51,33
ECI Estadual de Ensino Médio Doutor Hortencio Sousa Ribeiro (Premen)	50,9
EEEFM Daniel Carneiro	50
CPDAC	49,78
EEEFM Manoel Avelino de Paiva	47,85
EEEF Nossa Senhora Aparecida	45,22

Fonte: Elaboração pela gerência de gestão pactuada



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

ANEXO F – Pontuação da pesquisa de satisfação com os serviços de Segurança Escolar via Organizações Sociais

Nome do Usuário	GRE	Pontuação
Edjane Maria da Silva	12ª GRE (Itabaiana)	100
RUTE RODRIGUES DA SILVA LIMA	1ª GRE (João Pessoa)	100
Sandra Maria da Silva Torres dos Santos	6ª GRE (Patos)	99
Gleydson Farias Rodrigues	3ª GRE (Campina Grande)	97
José Diogens Torres da Silva	6ª GRE (Patos)	96
Gezair França de Melo Silva	2ª GRE (Guarabira)	94
Janaína da Silva	2ª GRE (Guarabira)	94
José Nilton Ribeiro da Silva Júnior	14ª GRE (Mamanguape)	94
Celia Maria Batista de Oliveira	1ª GRE (João Pessoa)	92
Josenilda Soares da Silva Sousa	10ª GRE (Sousa)	90
Paloma Morais Costa	6ª GRE (Patos)	90
Wallas Henrique Araujo Pessoa de Lima	12ª GRE (Itabaiana)	90
Maria de Fátima Carlos da Silva	7ª GRE (Itaporanga)	88
CAIO CESAR RAMOS NELO	12ª GRE (Itabaiana)	86
Carlos Alberto Evaristo Pessoa	1ª GRE (João Pessoa)	85
Joel Cirilo de Souza	2ª GRE (Guarabira)	83
Maria Aparecida Gomes da Silva Mendes	11ª GRE (Princesa Isabel)	83
Patricia Lopes Bila	9ª GRE (Cajazeiras)	83
Josefa Leane Ramos de Andrade	3ª GRE (Campina Grande)	83
Neilda Maria de Castro Costa	9ª GRE (Cajazeiras)	82
Sandra Aparecida de Lima Ferreira Prata	5ª GRE (Monteiro)	82
Maria Jessica Macedo de Carvalho	1ª GRE (João Pessoa)	81
Clevertton Fernandes Cardoso	8ª GRE (Catolé do Rocha)	81
Euline da Conceicao Silva	7ª GRE (Itaporanga)	81
Florisvaldo Alves de Sousa	7ª GRE (Itaporanga)	81
Geovanni de Souza Pereira	1ª GRE (João Pessoa)	81
LEONARDO ANTONIO DE SOUZA NEVES	1ª GRE (João Pessoa)	81
Maria Elpidia Gondim do Amaral	1ª GRE (João Pessoa)	81
Alcione Gregório de Souza	5ª GRE (Monteiro)	79
Aline Clementino da Silva	11ª GRE (Princesa Isabel)	79
Abraao Guedes da Silva	3ª GRE (Campina Grande)	78
Vilma Karla Alves de Oliveira	4ª GRE (Cuité)	78
CÉLIA MARIA DE SOUZA DUARTE	3ª GRE (Campina Grande)	78
Maria Gloriete Barbosa Pereira	1ª GRE (João Pessoa)	78
Yamma Cibelle Candeia de Lucena	1ª GRE (João Pessoa)	78



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

Luciana Maria de Almeida Neves Veloso	1ª GRE (João Pessoa)	76
Luzia Helena Souto Vasconcelos Dantas	4ª GRE (Cuité)	76
Cleide Vania Mangueira	7ª GRE (Itaporanga)	75
Danielle Garcia Barbosa	1ª GRE (João Pessoa)	75
Márcia Marques de Santana	9ª GRE (Cajazeiras)	75
Maria Aparecida Lopes Pinto	7ª GRE (Itaporanga)	75
Maria Francoedes Tavares de Sousa Oliveira	3ª GRE (Campina Grande)	75
Rosa Maria de Santana	14ª GRE (Mamanguape)	75
Teresinha Araújo Almeida	5ª GRE (Monteiro)	75
Ana Maria Dantas do Nascimento	1ª GRE (João Pessoa)	74
RIVÂNIA RAIMUNDO DA SILVA RODRIGUES	9ª GRE (Cajazeiras)	74
sergio ricardo carneiro mendonça	3ª GRE (Campina Grande)	74
MAGDA GUIMARAES ALBUQUERQUE	1ª GRE (João Pessoa)	74
Maria do Socorro Pereira Nascimento	11ª GRE (Princesa Isabel)	73
Maria Estella de Melo Martins	3ª GRE (Campina Grande)	73
Almira Lima Saldanha	13ª GRE (Pombal)	72
Bernadete Pereira da Silva Alves	7ª GRE (Itaporanga)	72
Elva Kelva da Silva	9ª GRE (Cajazeiras)	72
Monica Valeria Marques de Oliveira	2ª GRE (Guarabira)	72
Simone Alice Pereira	14ª GRE (Mamanguape)	72
Creuzinete Alves de Farias Caetano	3ª GRE (Campina Grande)	72
FRANCISCA ROSEANE FRANCO RIBEIRO	1ª GRE (João Pessoa)	72
Carlos Miguel de Paulo Moura	1ª GRE (João Pessoa)	71
ROSELANE APARECIDA NOBREGA DE FARIAS	3ª GRE (Campina Grande)	71
Eliane Ferreira da Silva	2ª GRE (Guarabira)	71
Elvira Cristina Soares de Sousa	7ª GRE (Itaporanga)	70
IVANIA DUARTE DA COSTA	2ª GRE (Guarabira)	69
Lucicleide da Silva	8ª GRE (Catolé do Rocha)	69
maria silvana silva bezerra	3ª GRE (Campina Grande)	69
Myrtes de Lourdes Bezerra dos Santos Perez	14ª GRE (Mamanguape)	69
VISLENE GOMES DE MORAIS	1ª GRE (João Pessoa)	69
William Almeida Cavalcante	9ª GRE (Cajazeiras)	69
Marciely Ramos da Silva	2ª GRE (Guarabira)	69
Zanandrea Andrade Silva	14ª GRE (Mamanguape)	69
Carla Danyela da Silva Oliveira	3ª GRE (Campina Grande)	69
JUCEY ELIAS DINIZ	10ª GRE (Sousa)	69
Kildare Rafaella da Silva	1ª GRE (João Pessoa)	68
FABIO PEREIRA DA SILVA	3ª GRE (Campina Grande)	68



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

Simone Florencio da Silva	14ª GRE (Mamanguape)	68
Diane Gomes de Oliveira	1ª GRE (João Pessoa)	68
ana cristina andrade silva santos	3ª GRE (Campina Grande)	67
Ana Luísa Henrique de Gonçalves Queiroz Coutinho	5ª GRE (Monteiro)	67
José Sales de Aguiar Júnior	3ª GRE (Campina Grande)	67
Gabriel de Paiva Cavalcante	12ª GRE (Itabaiana)	66
Diocelio do Nascimento	3ª GRE (Campina Grande)	66
Aline Danielly Cordeiro Dantas	4ª GRE (Cuité)	65
Antonio Laudivam de Freitas	5ª GRE (Monteiro)	65
Edneide da Silva Carvalho	1ª GRE (João Pessoa)	65
João Crisostomo Nunes Junior	6ª GRE (Patos)	65
Thiago de Souza Araújo	3ª GRE (Campina Grande)	65
LEUSON NUNES DE MORAIS	3ª GRE (Campina Grande)	65
FERNANDA DE SOUZA MAROJA CAVALCANTE DA CUNHA	14ª GRE (Mamanguape)	63
Jusilene Pereira Tiburcio	6ª GRE (Patos)	63
Luciana Marns de Sousa Dantas	13ª GRE (Pombal)	63
Ilivania Rodrigues de Lima	13ª GRE (Pombal)	62
Handerson Goncalves de Souza	1ª GRE (João Pessoa)	60
Jocelio Ferreira de Melo	2ª GRE (Guarabira)	57
Marta Maria de Lima	11ª GRE (Princesa Isabel)	57
Severino Gomes da Silva	14ª GRE (Mamanguape)	56
Lucineide Gonçalves de Moura	9ª GRE (Cajazeiras)	56
Felipe Rodrigues Parrela	1ª GRE (João Pessoa)	55
DVANIA SILVA DE BRITO	14ª GRE (Mamanguape)	54
Gilson José Feliciano de Sá	1ª GRE (João Pessoa)	54
Ivaneide Rosa da Silva Cruz	1ª GRE (João Pessoa)	54
Otavio Ferreira Barros Sobrinho	1ª GRE (João Pessoa)	54
Sueleide Fernandes Carneiro Suassuna	8ª GRE (Catolé do Rocha)	53
NIEDJA CRISTINA FERREIRA DE MENEZES	14ª GRE (Mamanguape)	53
Flavia Augusta Bezerra Ferreira	1ª GRE (João Pessoa)	51
Ligiane Deisy Lelis dos Santos	2ª GRE (Guarabira)	47
Alline Torres Carvalho	11ª GRE (Princesa Isabel)	46
Maria Jakcielma Marcolino Gomes	11ª GRE (Princesa Isabel)	46
Lidiane Cordulino Barbosa	14ª GRE (Mamanguape)	44
Bruno Samuel Santos Oliveira	4ª GRE (Cuité)	44
Erenita Helida Ramalho da Silva	14ª GRE (Mamanguape)	38
Alba Lucia Ferreira Torres	3ª GRE (Campina Grande)	35

Fonte: Elaboração pela gerência de gestão pactuada, com base nos dados coletados dos questionários no sistema Saber.



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

ANEXO G – Pontuação da pesquisa de satisfação com Suporte de TI nas escolas via Organizações Sociais

Unidade do Usuário	GRE	Pontuação
EEEFM Herculano Pereira	6ª GRE (Patos)	94
EEEF Santos Dumont	1ª GRE (João Pessoa)	89
EEEF Manoel Barbosa de Lucena	3ª GRE (Campina Grande)	88
EEEFM Tenente Lucena	1ª GRE (João Pessoa)	83
EEEFM Arruda Camara	13ª GRE (Pombal)	81
Ene Oswaldo T de Albuquerque Melo	3ª GRE (Campina Grande)	78
EEEFM Lucia Wanderley de Freitas	6ª GRE (Patos)	75
Eci José do Patrocínio	1ª GRE (João Pessoa)	75
EEEF Prof Antonio Garcez	14ª GRE (Mamanguape)	75
EEEFM Governador Clovis Bezerra Cavalcanti	2ª GRE (Guarabira)	75
Instituto Dom Aduato	1ª GRE (João Pessoa)	75
EEEIF Delmiro Dantas	11ª GRE (Princesa Isabel)	75
EEEIF Coêlho Lisbôa	6ª GRE (Patos)	75
EEEFM Mons Jose Paulino	3ª GRE (Campina Grande)	72
EEEF Dr Gustavo Fernandes de Lima Sobrinho	14ª GRE (Mamanguape)	72
EEEFM America Florentino	11ª GRE (Princesa Isabel)	72
EEEF de Ibiarinha	7ª GRE (Itaporanga)	71
EEEF Joao Francelino da Silva	2ª GRE (Guarabira)	71
Ecit Vale do Mamanguape João da Mata Cavalcanti de Albuquerque	14ª GRE (Mamanguape)	71
EEEF Joaquim Nabuco	9ª GRE (Cajazeiras)	71
EEEFM Aduato Cabral de Vasconcelos	12ª GRE (Itabaiana)	71
Eci Joselita Brasileiro	7ª GRE (Itaporanga)	71
EEEFM Nossa Senhora Aparecida	3ª GRE (Campina Grande)	71
EEEF Maria Dionisia de Sousa	7ª GRE (Itaporanga)	71
EEEF Sinhazinha Ramalho	9ª GRE (Cajazeiras)	71
EEEFM Luiz Ribeiro Limeira	1ª GRE (João Pessoa)	70
EEEF Elidio Sobreira	3ª GRE (Campina Grande)	69
Eci Nicodemos Neves	1ª GRE (João Pessoa)	69
EEEF Monsenhor Pedro Anisio	6ª GRE (Patos)	69
EEEFM Francisco Romano da Silveira	6ª GRE (Patos)	68
EEEF Alvaro Machado	3ª GRE (Campina Grande)	68
EEEF Des Pedro Bandeira	2ª GRE (Guarabira)	68
EEEF de Demonstracao de Sousa	10ª GRE (Sousa)	68



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

Eci Monte Carmelo	3ª GRE (Campina Grande)	68
EEEF Dr Felizardo Leite	7ª GRE (Itaporanga)	67
EEEFM Ademar Veloso Silveira	3ª GRE (Campina Grande)	66
Eci Luiz Gonzaga de Albuquerque Burity	1ª GRE (João Pessoa)	66
EEEFM Antonio Guedes de Andrade	3ª GRE (Campina Grande)	64
EEEF Prof Tercia Bonavides Lins	1ª GRE (João Pessoa)	64
EEEF Maria de Melo	12ª GRE (Itabaiana)	64
EEEFMI Padre Manoel Otaviano	7ª GRE (Itaporanga)	64
EEEF Bairro Sao Jose	7ª GRE (Itaporanga)	64
EEEF Profª Frassinete Bernardo	9ª GRE (Cajazeiras)	64
EEEFM Alcides Bezerra	3ª GRE (Campina Grande)	64
EEEF Frederico Lundgren	14ª GRE (Mamanguape)	63
Escola Técnica Estadual de Saúde Professora Cloris Torres de Oliveira	1ª GRE (João Pessoa)	63
EEEFM Professor Pedro Anibal Moura	1ª GRE (João Pessoa)	63
EEEF Dr Felizardo Leite	7ª GRE (Itaporanga)	63
EEEFM Jose Rolderick de Oliveira	4ª GRE (Cuité)	63
EEEFM Nelson Batista Alves	9ª GRE (Cajazeiras)	63
EEEF Joaquim Nabuco	9ª GRE (Cajazeiras)	61
Esc Profissional Monte Carmelo	9ª GRE (Cajazeiras)	61
EEEFM Francisco Deodato do Nascimento	3ª GRE (Campina Grande)	61
EEEFM Inacio da Catingueira	6ª GRE (Patos)	61
EEEF de Gravata	9ª GRE (Cajazeiras)	60
Eci Itan Pereira	3ª GRE (Campina Grande)	59
EEEF Prefeito Antonio Teixeira	1ª GRE (João Pessoa)	59
Cpm-Estudante Rebeca Cristina Alves Simões	1ª GRE (João Pessoa)	59
EEEF Conego Manoel Otaviano	7ª GRE (Itaporanga)	59
EEEFM Senador Jose Gaudêncio	5ª GRE (Monteiro)	59
Ene Santo Antonio	7ª GRE (Itaporanga)	58
EEEFM Luiz Ribeiro Limeira	1ª GRE (João Pessoa)	58
EEEF Padre Miguelinho	1ª GRE (João Pessoa)	58
EEEFM Severina de Holanda Cavalcanti	12ª GRE (Itabaiana)	58
EEEF Dr Thomaz Pires	10ª GRE (Sousa)	57
EEEF Mons Odilon Coutinho	1ª GRE (João Pessoa)	57
Ene Mons Sebastiao Rabelo	11ª GRE (Princesa Isabel)	57
EEEFM Pedro Poti	14ª GRE (Mamanguape)	57
EEEFM Felix Araujo	3ª GRE (Campina Grande)	56
EEEFM Benedita Targino Maranhao	1ª GRE (João Pessoa)	55



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

EEEIFM Manoel Honorato Sobrinho	5ª GRE (Monteiro)	54
Escola Cidadã Integral Estadual de Ensino Fundamental e Médio Doutor Dionísio da Costa	6ª GRE (Patos)	54
Eci Graciliano Fontini Lordao	4ª GRE (Cuité)	54
EEEFM Prof Joao da Cunha Vinagre	1ª GRE (João Pessoa)	54
Ecit Oswaldo Pessoa	1ª GRE (João Pessoa)	54
EEEM Profº Odilon de Figueiredo	6ª GRE (Patos)	54
EEEFM Padre Aristides	8ª GRE (Catolé do Rocha)	54
EEEF Prof Nestor Antunes	10ª GRE (Sousa)	54
EEEFM Daniel Carneiro	8ª GRE (Catolé do Rocha)	54
EEEF Cel Joaquim Matos	9ª GRE (Cajazeiras)	53
EEEF Jose de Alencar	1ª GRE (João Pessoa)	53
Ene Prof Pedro A de Almeida	2ª GRE (Guarabira)	50
EEEF Frei Alberto	3ª GRE (Campina Grande)	50
EEEF Antonio Pessoa	1ª GRE (João Pessoa)	50
EEEF Joao Francelino da Silva	2ª GRE (Guarabira)	50
EEEFM Pedro Poti	14ª GRE (Mamanguape)	50
EEIEF Indio Pedro Maximo de Lima	14ª GRE (Mamanguape)	50
EEEFM de Forte Velho	1ª GRE (João Pessoa)	50
Eci Padre Hildon Bandeira	1ª GRE (João Pessoa)	50
EEEF Felinto Elizio	2ª GRE (Guarabira)	50
Ecit José Rocha Sobrinho	2ª GRE (Guarabira)	50
EEEF Dom Helder Camara	3ª GRE (Campina Grande)	50
EEEFM Prof Joao da Cunha Vinagre	1ª GRE (João Pessoa)	47
EEEFM Min J A Almeida	3ª GRE (Campina Grande)	47
Ecit Jose Leite de Sousa	5ª GRE (Monteiro)	47
Eci Arlinda Pessoa da Silva	11ª GRE (Princesa Isabel)	46
EEEF Varzea Nova	1ª GRE (João Pessoa)	46
EEEIFM Antonio Avelino de Almeida	7ª GRE (Itaporanga)	46
EEEF Inacio Claudino	4ª GRE (Cuité)	46
EEEF Prof Jose Coelho	4ª GRE (Cuité)	45
Eci Jose Olímpio Maia	8ª GRE (Catolé do Rocha)	45
EEEFM Juarez Maracajá	5ª GRE (Monteiro)	44
EEEF Monsenhor Joao Milanes	9ª GRE (Cajazeiras)	44
EEIEFM Akajutibiro	14ª GRE (Mamanguape)	44
EEEFM Santa Catarina	11ª GRE (Princesa Isabel)	43
EEEF Dr Thomaz Pires	10ª GRE (Sousa)	43
Eci Graciliano Fontini Lordao	4ª GRE (Cuité)	43



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

Eci Nossa Senhora do Bom Conselho	11ª GRE (Princesa Isabel)	43
EEEF Mons Walfredo Leal	2ª GRE (Guarabira)	42
EEEFM Mons Jose Paulino	3ª GRE (Campina Grande)	42
EEEFM Napoleao Abdon da Nobrega	6ª GRE (Patos)	41
EEEFM Prof Maria Gertrudes de Carvalho Neves	2ª GRE (Guarabira)	40
EEEM Nestorina Abrantes	10ª GRE (Sousa)	40
EEEFM Professora Maria Jacy Costa	1ª GRE (João Pessoa)	40
EEEF Franca Leite	7ª GRE (Itaporanga)	39
EEEFM Padre Aristides	8ª GRE (Catolé do Rocha)	39
EEEFM Olavo Bilac	6ª GRE (Patos)	39
EEEFM Francisco Augusto Campos	10ª GRE (Sousa)	39
EEIEF Cacique Iniguacu	14ª GRE (Mamanguape)	38
EEEFM Felipe Tiago Gomes	4ª GRE (Cuité)	38
EEEFM Augusto de Almeida	2ª GRE (Guarabira)	38
EEEF Indigena Jose Ferreira Padilha	14ª GRE (Mamanguape)	38
EEEF Joaquim Valdevino de Lima	8ª GRE (Catolé do Rocha)	36
EEEFM Joao da Silva Monteiro	3ª GRE (Campina Grande)	36
EEEF Pe Antonio Vieira	1ª GRE (João Pessoa)	35
EEEFM Dr Cunha Lima	3ª GRE (Campina Grande)	35
EEEF Joana Abilio Pegado	7ª GRE (Itaporanga)	34
EEEFM MARIA SOLEDADE ASSIS FREITAS	13ª GRE (Pombal)	34
EEEM Adalgisa Teodulo da Fonseca	7ª GRE (Itaporanga)	34
EEEFM Benjamin Maranhao	2ª GRE (Guarabira)	34
EEEIF Professora Iracema Marques de Lima	11ª GRE (Princesa Isabel)	34
Eci José Paulo de Franca	1ª GRE (João Pessoa)	34
Eci Anesio Leao	3ª GRE (Campina Grande)	34
EEEF Desembargador Boto de Menezes	9ª GRE (Cajazeiras)	34
EEEFM Prof Jose Baptista de Mello	1ª GRE (João Pessoa)	33
EEEF Castro Pinto	14ª GRE (Mamanguape)	33
Eci Ezequiel Fernandes	6ª GRE (Patos)	32
EEEFM Ana Ferreira da Costa	3ª GRE (Campina Grande)	30
EEEFM Profª Francisca Fonseca Matias	9ª GRE (Cajazeiras)	30
EEEFM Profª Francisca Fonseca Matias	9ª GRE (Cajazeiras)	30
EEEFM Mario Oliveira Chaves	5ª GRE (Monteiro)	29
EEEM Professora Beatriz Maria de Abreu	2ª GRE (Guarabira)	29
EEEF Senador Teotonio Vilela	1ª GRE (João Pessoa)	29
EEEF Antenor Navarro	2ª GRE (Guarabira)	29
EEEFMN Pedro Targino da Costa Moreira	2ª GRE (Guarabira)	28



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

Eci Prefeito Williams de Sousa Arruda	3ª GRE (Campina Grande)	28
EEEFM ANTONIETA C DE MENEZES	2ª GRE (Guarabira)	28
EEEF Dep Gustavo Amorim	2ª GRE (Guarabira)	28
Eci Luiz Gonzaga Burity	14ª GRE (Mamanguape)	28
EEEM Antonio Francisco Gomes	3ª GRE (Campina Grande)	25
EEEF Padre Cicero Romao Batista	1ª GRE (João Pessoa)	25
EEEFM Joao Lelys	3ª GRE (Campina Grande)	25
Escola Estadual de Educacao Especial	1ª GRE (João Pessoa)	25
EEEF Professora Dagmar Mendonca Limeira	1ª GRE (João Pessoa)	22
EEEFM Dr Jose Gadelha	10ª GRE (Sousa)	21
Ceeea Sesquicentenario	1ª GRE (João Pessoa)	21
EEEFM Antonio Bento	2ª GRE (Guarabira)	21
Eci Antonio Coelho Dantas	4ª GRE (Cuité)	21
EEEF de Amparo	5ª GRE (Monteiro)	19
EEEFM Manoel Avelino de Paiva	12ª GRE (Itabaiana)	18
EEEFM Antonio Camelo	1ª GRE (João Pessoa)	17
EEEF Professora Antonia Diniz Maia	11ª GRE (Princesa Isabel)	14
Eci Professora Maria Cécilia de Castro	3ª GRE (Campina Grande)	14
Eci Rui Carneiro	14ª GRE (Mamanguape)	11
Eci de Ensino Fundamental e Médio Sagrado Coracao de Jesus	2ª GRE (Guarabira)	0

Fonte: Elaboração pela gerência de gestão pactuada, com base nos dados coletados dos questionários no sistema Saber.



Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

ANEXO H – Pontuação da pesquisa de satisfação com os serviços de limpeza via Organizações Sociais

Unidade do Usuário	GRE	Pontuação do questionário
EEEFM Luiz Ribeiro Limeira	1ª GRE (João Pessoa)	100
EEEFM Professor Pedro Anibal Moura	1ª GRE (João Pessoa)	99
EEEFM Dr Jose Gadelha	10ª GRE (Sousa)	98
EEEFM Prof Jose Baptista de Mello	1ª GRE (João Pessoa)	97
EEEF Maria de Melo	12ª GRE (Itabaiana)	96
EEIEF Indio Pedro Maximo de Lima	14ª GRE (Mamanguape)	92
EEEF Cel Joaquim Matos	9ª GRE (Cajazeiras)	92
EEEIFM Manoel Honorato Sobrinho	5ª GRE (Monteiro)	91
Eci Jose Olímpio Maia	8ª GRE (Catolé do Rocha)	90
EEEF de Demonstracao de Sousa	10ª GRE (Sousa)	90
EEEF Conego Manoel Otaviano	7ª GRE (Itaporanga)	89
Eci Joselita Brasileiro	7ª GRE (Itaporanga)	89
EEEF RAIMUNDO EPAMINONDAS DE SOUSA	7ª GRE (Itaporanga)	88
EEEFMI Padre Manoel Otaviano	7ª GRE (Itaporanga)	86
EEEF Felinto Elizio	2ª GRE (Guarabira)	86
EEEFM Francisco Romano da Silveira	6ª GRE (Patos)	86
EEEF Desembargador Boto de Menezes	9ª GRE (Cajazeiras)	86
EEEF Marcal Lima Neto	11ª GRE (Princesa Isabel)	85
EEEFM Napoleao Abdon da Nobrega	6ª GRE (Patos)	85
EEEFM Profª Francisca Fonseca Matias	9ª GRE (Cajazeiras)	85
EEEF Frederico Lundgren	14ª GRE (Mamanguape)	84
EEEFM Pedro Poti	14ª GRE (Mamanguape)	84
EEEF Jose de Alencar	1ª GRE (João Pessoa)	83
EEEFM Mons Jose Paulino	3ª GRE (Campina Grande)	83
Eci Olivio Pinto	1ª GRE (João Pessoa)	82
EEEF Clovis Pedrosa	3ª GRE (Campina Grande)	82
EEEFM Herculano Pereira	6ª GRE (Patos)	82



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

Eci Prefeito Williams de Sousa Arruda	3ª GRE (Campina Grande)	82
EEEFM Aduino Cabral de Vasconcelos	12ª GRE (Itabaiana)	81
EEEF Prefeito Antonio Teixeira	1ª GRE (João Pessoa)	81
EEEFM Severina de Holanda Cavalcanti	12ª GRE (Itabaiana)	80
EEEF Coêlho Lisboa	6ª GRE (Patos)	79
Escola Técnica Estadual de Saúde Professora Cloris Torres de Oliveira	1ª GRE (João Pessoa)	79
EEEF Des Pedro Bandeira	2ª GRE (Guarabira)	78
EEEFM Nelson Batista Alves	9ª GRE (Cajazeiras)	78
EEEFM Dorgival Silveira	10ª GRE (Sousa)	78
EEEFM Ademir Veloso Silveira	3ª GRE (Campina Grande)	77
EEEF de Ibiarinha	7ª GRE (Itaporanga)	76
EEEFM Monsenhor Moraes	9ª GRE (Cajazeiras)	76
Eci Adilina de Souza Diniz	7ª GRE (Itaporanga)	76
EEEFM America Florentino	11ª GRE (Princesa Isabel)	76
Eci José do Patrocínio	1ª GRE (João Pessoa)	74
Cpm-Estudante Rebeca Cristina Alves Simões	1ª GRE (João Pessoa)	74
EEEFM Antonio Teodoro Neto	10ª GRE (Sousa)	74
EEEF Joao Francelino da Silva	2ª GRE (Guarabira)	73
Esc Profissional Monte Carmelo	9ª GRE (Cajazeiras)	73
EEEFM Dr Francisco de Albuquerque Montenegro	3ª GRE (Campina Grande)	73
EEEFM Arruda Camara	13ª GRE (Pombal)	73
EEEFM OTAVIANO L DA SILVA	7ª GRE (Itaporanga)	72
EEEF DE LOURENCO	2ª GRE (Guarabira)	71
EEEF Augusto dos Anjos	1ª GRE (João Pessoa)	71
EEEF Joaquim Nabuco	1ª GRE (João Pessoa)	71
Escola Cidadã Integral Estadual de Ensino Fundamental e Médio Auzenir Lacerda	6ª GRE (Patos)	71
Eci Rui Carneiro	14ª GRE (Mamanguape)	70
EEEF Nestorina Abrantes	10ª GRE (Sousa)	70
EEEFM PRESIDENTE KENNEDY	7ª GRE (Itaporanga)	68
EEEFM Inacio da Catingueira	6ª GRE (Patos)	68
EEEF de Gravata	9ª GRE (Cajazeiras)	68



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

EEEF Manoel Barbosa de Lucena	3ª GRE (Campina Grande)	68
EEEFM Santa Catarina	11ª GRE (Princesa Isabel)	68
EEEFM Antonio Gregorio de Lacerda	10ª GRE (Sousa)	68
EEEF Franca Leite	7ª GRE (Itaporanga)	67
Ecit José Rocha Sobrinho	2ª GRE (Guarabira)	63
EEEF Joaquim Valdevino de Lima	8ª GRE (Catolé do Rocha)	63
EEEFM Mario Oliveira Chaves	5ª GRE (Monteiro)	62
EEEFM Padre Hildon Bandeira	3ª GRE (Campina Grande)	62
EEEFM Prof Joao da Cunha Vinagre	1ª GRE (João Pessoa)	62
EEEFM Governador Clovis Bezerra Cavalcanti	2ª GRE (Guarabira)	62
EEEFM Juarez Maracajá	5ª GRE (Monteiro)	62
EEEF Padre Cicero Romao Batista	1ª GRE (João Pessoa)	61
EEEF Prof Antonio Garcez	14ª GRE (Mamanguape)	61
EEEFM Tenente Lucena	1ª GRE (João Pessoa)	61
EEEF Sinhazinha Ramalho	9ª GRE (Cajazeiras)	61
EEEFM Prof Maria Gertrudes de Carvalho Neves	2ª GRE (Guarabira)	60
EEEFM Padre Aristides	8ª GRE (Catolé do Rocha)	60
EEEF Vasconcelos Brandao	5ª GRE (Monteiro)	60
EEEF Joaquim Nabuco	9ª GRE (Cajazeiras)	60
EEEFM Felipe Tiago Gomes	4ª GRE (Cuité)	60
EEEF Profª Frassinete Bernardo	9ª GRE (Cajazeiras)	59
Instituto Dom Adauto	1ª GRE (João Pessoa)	59
EEEFM Professora Maria Jacy Costa	1ª GRE (João Pessoa)	59
EEEF Dr Otavio Novais	1ª GRE (João Pessoa)	59
Ene Min Jose Americo de Almeida	9ª GRE (Cajazeiras)	59
EEEF Monsenhor Joao Milanes	9ª GRE (Cajazeiras)	58
EEEFM Senador Jose Gaudêncio	5ª GRE (Monteiro)	58
Escola Cidadã Integral Estadual de Ensino Fundamental e Médio Auzenir Lacerda	6ª GRE (Patos)	58
EEEM Professora Beatriz Maria de Abreu	2ª GRE (Guarabira)	58
EEEFM Felix Araujo	3ª GRE (Campina Grande)	57



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

Ene Mons Sebastiao Rabelo	11ª GRE (Princesa Isabel)	57
EEEF Dr Thomaz Pires	10ª GRE (Sousa)	57
Eci José Paulo de Franca	1ª GRE (João Pessoa)	56
Ecit Jose Leite de Sousa	5ª GRE (Monteiro)	56
EEEF Frei Alberto	3ª GRE (Campina Grande)	56
EEEF Joana Abilio Pegado	7ª GRE (Itaporanga)	56
EEEF Varzea Nova	1ª GRE (João Pessoa)	55
EEEM Antonio Francisco Gomes	3ª GRE (Campina Grande)	55
EEEF Santos Dumont	1ª GRE (João Pessoa)	55
Eci Graciliano Fontini Lordao	4ª GRE (Cuité)	54
EEEFM Deputado Levi Olimpio Ferreira	13ª GRE (Pombal)	54
EEEIF Delmiro Dantas	11ª GRE (Princesa Isabel)	54
Ene Santo Antonio	7ª GRE (Itaporanga)	54
Eci Ezequiel Fernandes	6ª GRE (Patos)	53
Eci Antonio Coelho Dantas	4ª GRE (Cuité)	53
EEEF Getulio Vargas	14ª GRE (Mamanguape)	53
Ene Prof Pedro A de Almeida	2ª GRE (Guarabira)	53
EEEF Padre Miguelinho	1ª GRE (João Pessoa)	53
EEEFM Alcides Bezerra	3ª GRE (Campina Grande)	52
EEEF Dr Felizardo Leite	7ª GRE (Itaporanga)	52
Ecit Oswaldo Pessoa	1ª GRE (João Pessoa)	52
EEEF Major Jose Barbosa	3ª GRE (Campina Grande)	51
EEEFM Odilon Nelson Dantas	2ª GRE (Guarabira)	51
Ceeea Sesquicentenario	1ª GRE (João Pessoa)	51
EEEF Apollonio Zenayde	3ª GRE (Campina Grande)	50
Eci Padre Hildon Bandeira	1ª GRE (João Pessoa)	50
EEEFM Nossa Senhora Aparecida	3ª GRE (Campina Grande)	50
Eci Arlinda Pessoa da Silva	11ª GRE (Princesa Isabel)	50
EEEFM Min J A Almeida	3ª GRE (Campina Grande)	50



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

EEEF Castro Pinto	14ª GRE (Mamanguape)	50
EEEIF Professora Iracema Marques de Lima	11ª GRE (Princesa Isabel)	49
EEEFM Desembargador Arthur Virginio de Moura	3ª GRE (Campina Grande)	49
EEEF Dr Carlos Pessoa	3ª GRE (Campina Grande)	48
EEEFM Jose Rolderick de Oliveira	4ª GRE (Cuité)	48
EEEFM Daniel Carneiro	8ª GRE (Catolé do Rocha)	47
EEEFM Antonio Camelo	1ª GRE (João Pessoa)	47
EEEF Indigena Jose Ferreira Padilha	14ª GRE (Mamanguape)	47
Eci Orlando Venancio dos Santos	4ª GRE (Cuité)	46
EEEFM Dr Cunha Lima	3ª GRE (Campina Grande)	46
EEEFM Antonio Bento	2ª GRE (Guarabira)	46
Eci Padre Jeronimo Lauwen	6ª GRE (Patos)	45
EEEF Alberto Lundgren	1ª GRE (João Pessoa)	43
EEEFM Joao Lelys	3ª GRE (Campina Grande)	43
EEEFM Aldo Satiro Xavier	6ª GRE (Patos)	42
EEEF Dr Gustavo Fernandes de Lima Sobrinho	14ª GRE (Mamanguape)	42
EEEF Prof Jose Coelho	4ª GRE (Cuité)	40
Ecit Vale do Mamanguape João da Mata Cavalcanti de Albuquerque	14ª GRE (Mamanguape)	36
EEEF Des Boto de Menezes	1ª GRE (João Pessoa)	35
Eci Linduarte Noronha	1ª GRE (João Pessoa)	35
Eci Luiz Gonzaga Burity	14ª GRE (Mamanguape)	35
EEEFM de Forte Velho	1ª GRE (João Pessoa)	34
EEEF Antonio Pessoa	1ª GRE (João Pessoa)	31
EEEFM Lucia Wanderley de Freitas	6ª GRE (Patos)	30
EEEF Dep Gustavo Amorim	2ª GRE (Guarabira)	22
EEEF Capitulina Satyro	1ª GRE (João Pessoa)	21

Fonte: Elaboração pela gerência de gestão pactuada, com base nos dados coletados dos questionários no sistema Saber.



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

ANEXO I – Pontuação da Pesquisa de Satisfação com os serviços de Manutenção Predial via Organizações Sociais

Unidade do Usuário	GRE	Pontuação do questionário
EEEFM Mons Jose Paulino	3ª GRE (Campina Grande)	96
EEEFM Herculano Pereira	6ª GRE (Patos)	94
EEEF Padre Miguelinho	1ª GRE (João Pessoa)	83
EEEFM Monsenhor Sales	3ª GRE (Campina Grande)	78
Ene Min Jose Americo de Almeida	9ª GRE (Cajazeiras)	76
Escola Walniza Borborema Cunha	3ª GRE (Campina Grande)	75
EEEF Manoel Barbosa de Lucena	3ª GRE (Campina Grande)	74
EEEF Elidio Sobreira	3ª GRE (Campina Grande)	74
EEEFM Joao Leite Neto	7ª GRE (Itaporanga)	73
EEEF Maria Dionisia de Sousa	7ª GRE (Itaporanga)	72
EEEFM Governador Clovis Bezerra Cavalcanti	2ª GRE (Guarabira)	72
EEEF Sinhazinha Ramalho	9ª GRE (Cajazeiras)	71
Eci José do Patrocínio	1ª GRE (João Pessoa)	71
EEEF de Demonstracao de Sousa	10ª GRE (Sousa)	70
EEEFM Monsenhor Moraes	9ª GRE (Cajazeiras)	69
EEEF Des Pedro Bandeira	2ª GRE (Guarabira)	69
Cpm-Estudante Rebeca Cristina Alves Simões	1ª GRE (João Pessoa)	69
EEEFM Alcides Bezerra	3ª GRE (Campina Grande)	69
EEEF Dr Gustavo Fernandes de Lima Sobrinho	14ª GRE (Mamanguape)	68
EEEFM Inacio da Catingueira	6ª GRE (Patos)	67
EEEF Ernani Satiro	9ª GRE (Cajazeiras)	66
EEEFM Professor Pedro Anibal Moura	1ª GRE (João Pessoa)	65
EEEFM America Florentino	11ª GRE (Princesa Isabel)	65
EEEF Dom Helder Camara	3ª GRE (Campina Grande)	65
EEEFM Pedro Poti	14ª GRE (Mamanguape)	63
EEEFM OTAVIANO L DA SILVA	7ª GRE (Itaporanga)	63



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

EEEF Joao Francelino da Silva	2ª GRE (Guarabira)	63
EEEF RAIMUNDO EPAMINONDAS DE SOUSA	7ª GRE (Itaporanga)	61
EEEF Prefeito Antonio Teixeira	1ª GRE (João Pessoa)	61
EEEFM Adauto Cabral de Vasconcelos	12ª GRE (Itabaiana)	61
EEEFMI Padre Manoel Otaviano	7ª GRE (Itaporanga)	61
EEEFM Prof Joao da Cunha Vinagre	1ª GRE (João Pessoa)	59
EEEF Cel Joaquim Matos	9ª GRE (Cajazeiras)	59
EEEF Conego Manoel Otaviano	7ª GRE (Itaporanga)	58
EEEF Almirante Tamandare	1ª GRE (João Pessoa)	57
EEIEFM Akajutibiro	14ª GRE (Mamanguape)	57
EEEFM Francisco Romano da Silveira	6ª GRE (Patos)	57
Eci Jose Olímpio Maia	8ª GRE (Catolé do Rocha)	57
EEEF Varzea Nova	1ª GRE (João Pessoa)	56
EEEIF Delmiro Dantas	11ª GRE (Princesa Isabel)	55
EEEFM Nossa Senhora Aparecida	3ª GRE (Campina Grande)	55
Eci Graciliano Fontini Lordao	4ª GRE (Cuité)	54
EEEFM Ademar Veloso Silveira	3ª GRE (Campina Grande)	54
EEEF Dr Thomaz Pires	10ª GRE (Sousa)	54
EEEFM Arruda Camara	13ª GRE (Pombal)	53
EEEFM Severina de Holanda Cavalcanti	12ª GRE (Itabaiana)	53
Eci Luiz Gonzaga Burity	14ª GRE (Mamanguape)	53
EEEF de Ibiarinha	7ª GRE (Itaporanga)	52
EEEIFM Manoel Honorato Sobrinho	5ª GRE (Monteiro)	52
EEEFM Luiz Ribeiro Limeira	1ª GRE (João Pessoa)	51
EEEF Dr Felizardo Leite	7ª GRE (Itaporanga)	51
EEEFM Lucia Wanderley de Freitas	6ª GRE (Patos)	50
EEEF Simeao Leal	7ª GRE (Itaporanga)	50
EEEIF Coêlho Lisboa	6ª GRE (Patos)	50
Eci Itan Pereira	3ª GRE (Campina Grande)	49
EEEFM Benjamin Maranhao	2ª GRE (Guarabira)	49
Eci Prefeito Williams de Sousa Arruda	3ª GRE (Campina Grande)	49
EEEF Conego Manoel Jacome	9ª GRE (Cajazeiras)	48



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

EEEFM Padre Aristides	8ª GRE (Catolé do Rocha)	48
EEEF Clovis Pedrosa	3ª GRE (Campina Grande)	48
EEEFM SEVERINO FELIX DE BRITO	14ª GRE (Mamanguape)	48
Escola Técnica Estadual de Saúde Professora Cloris Torres de Oliveira	1ª GRE (João Pessoa)	48
EEEF Getulio Vargas	14ª GRE (Mamanguape)	48
EEEF Maria de Melo	12ª GRE (Itabaiana)	48
Eci Padre Hildon Bandeira	1ª GRE (João Pessoa)	48
Ecit Oswaldo Pessoa	1ª GRE (João Pessoa)	47
Ecit Vale do Mamanguape João da Mata Cavalcanti de Albuquerque	14ª GRE (Mamanguape)	47
EEEF Prof Nestor Antunes	10ª GRE (Sousa)	47
EEEF Prof Jose Coelho	4ª GRE (Cuité)	47
EEEFM Ana Ferreira da Costa	3ª GRE (Campina Grande)	47
EEEFM Felipe Tiago Gomes	4ª GRE (Cuité)	47
EEEFM Professora Maria Jacy Costa	1ª GRE (João Pessoa)	46
EEEF Vasconcelos Brandao	5ª GRE (Monteiro)	46
EEEF Prof Antonio Garcez	14ª GRE (Mamanguape)	46
Ene Santo Antonio	7ª GRE (Itaporanga)	46
EEEF Santos Dumont	1ª GRE (João Pessoa)	46
Eci José Paulo de Franca	1ª GRE (João Pessoa)	45
EEEFM Professor Jose Gomes Alves	6ª GRE (Patos)	45
EEEF Franca Leite	7ª GRE (Itaporanga)	45
EEEFM Antonio Gregorio de Lacerda	10ª GRE (Sousa)	44
EEEF Bairro Sao Jose	7ª GRE (Itaporanga)	44
EEEF Pe Antonio Vieira	1ª GRE (João Pessoa)	44
EEEF Desembargador Boto de Menezes	9ª GRE (Cajazeiras)	44
Escola Cidadã Integral Estadual de Ensino Fundamental e Médio Doutor Dionísio da Costa	6ª GRE (Patos)	44
EEEFM Jose Rolderick de Oliveira	4ª GRE (Cuité)	44
EEEFM Maria Lins	12ª GRE (Itabaiana)	43
EEEFM Francisco Augusto Campos	10ª GRE (Sousa)	43
EEEFM Prof Jose Baptista de Mello	1ª GRE (João Pessoa)	43
EEEFM MARIA SOLEDADE ASSIS FREITAS	13ª GRE (Pombal)	43



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

EEEFM Dr Antonio F Medeiros	6ª GRE (Patos)	42
EEEFMCORONEL ZUZA LACERDA	7ª GRE (Itaporanga)	42
EEEF Indigena Jose Ferreira Padilha	14ª GRE (Mamanguape)	41
EEIEF Indio Pedro Maximo de Lima	14ª GRE (Mamanguape)	41
Ecit José Rocha Sobrinho	2ª GRE (Guarabira)	41
EEEF Senador Teotonio Vilela	1ª GRE (João Pessoa)	40
EEEFM Dorgival Silveira	10ª GRE (Sousa)	40
EEEF Frederico Lundgren	14ª GRE (Mamanguape)	40
EEEF Frei Alberto	3ª GRE (Campina Grande)	39
EEEF Monsenhor Joao Milanes	9ª GRE (Cajazeiras)	39
EEEF Mons Walfredo Leal	2ª GRE (Guarabira)	39
EEIEF Cacique Iniguacu	14ª GRE (Mamanguape)	39
EEEIF Professora Iracema Marques de Lima	11ª GRE (Princesa Isabel)	39
EEEFM Santa Catarina	11ª GRE (Princesa Isabel)	38
EEEFM Senador Jose Gaudêncio	5ª GRE (Monteiro)	38
EEEFM Odilon Nelson Dantas	2ª GRE (Guarabira)	38
Ene Prof Pedro A de Almeida	2ª GRE (Guarabira)	38
Ecit Jose Leite de Sousa	5ª GRE (Monteiro)	38
Eci Professora Maria Cécilia de Castro	3ª GRE (Campina Grande)	38
EEEFM Jose R de Ataíde	3ª GRE (Campina Grande)	38
EEEFM Profª Francisca Fonseca Matias	9ª GRE (Cajazeiras)	37
EEEFM Daniel Carneiro	8ª GRE (Catolé do Rocha)	37
EEEF Felinto Elizio	2ª GRE (Guarabira)	36
EEEM Nestorina Abrantes	10ª GRE (Sousa)	36
EEEFM Min J A Almeida		36
EEEF Castro Pinto	14ª GRE (Mamanguape)	35
Eci de Ensino Fundamental e Médio Sagrado Coracao de Jesus	2ª GRE (Guarabira)	35
EEEF Antonio Pessoa	1ª GRE (João Pessoa)	35
EEEFM Dr Jose Gadelha	10ª GRE (Sousa)	34



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

EEEIEFM Carlota Barreira	3ª GRE (Campina Grande)	34
EEEM Antonio Francisco Gomes	3ª GRE (Campina Grande)	34
EEEF Joaquim Valdevino de Lima	8ª GRE (Catolé do Rocha)	33
EEEF Padre Cicero Romao Batista	1ª GRE (João Pessoa)	32
Eci Orlando Venancio dos Santos	4ª GRE (Cuité)	32
Eci Anesio Leao	3ª GRE (Campina Grande)	32
EEEF Joana Abilio Pegado	7ª GRE (Itaporanga)	32
EEEM Professora Beatriz Maria de Abreu	2ª GRE (Guarabira)	31
EEEFM Antonio Camelo	1ª GRE (João Pessoa)	30
EEEFM Marcia Guedes Alcoforado de Carvalho	2ª GRE (Guarabira)	30
Eci Arlinda Pessoa da Silva	11ª GRE (Princesa Isabel)	30
EEEF DE LOURENCO	2ª GRE (Guarabira)	30
EEEF Joaquim Nabuco	1ª GRE (João Pessoa)	29
EEEFM Antonio Guedes de Andrade	3ª GRE (Campina Grande)	29
Eci Nossa Senhora do Bom Conselho	11ª GRE (Princesa Isabel)	29
Ene Mons Sebastiao Rabelo	11ª GRE (Princesa Isabel)	29
Eci Antonio Coelho Dantas	4ª GRE (Cuité)	28
EEEFM Manoel Avelino de Paiva	12ª GRE (Itabaiana)	27
EEEF Professora Antonia Diniz Maia	11ª GRE (Princesa Isabel)	26
EEEF Profª Frassinete Bernardo	9ª GRE (Cajazeiras)	26
Eci Ezequiel Fernandes	6ª GRE (Patos)	26
EEEFM Mario Oliveira Chaves	5ª GRE (Monteiro)	25
EEEF Joaquim Nabuco	9ª GRE (Cajazeiras)	24
Ene Oswaldo T de Albuquerque Melo	3ª GRE (Campina Grande)	24
Eci Dr Silva Mariz	10ª GRE (Sousa)	24
Esc Profissional Monte Carmelo	9ª GRE (Cajazeiras)	23
EEEFM Sen Argemiro de Figueiredo	3ª GRE (Campina Grande)	23
EEEFM Tenente Lucena	1ª GRE (João Pessoa)	23
EEEFM Prof Maria Gertrudes de Carvalho Neves	2ª GRE (Guarabira)	23
EEEFM Augusto de Almeida	2ª GRE (Guarabira)	23

**Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba****Gerência de Gestão Pactuada**

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

Eci Adilina de Souza Diniz	7ª GRE (Itaporanga)	23
EEEFM Imaculada Conceicao	1ª GRE (João Pessoa)	23
EEEFM Francisco A Silva	3ª GRE (Campina Grande)	22
EEEFM Joao Lelys	3ª GRE (Campina Grande)	22
EEEF Marcal Lima Neto	11ª GRE (Princesa Isabel)	22
EEEFM Juarez Maracajá	5ª GRE (Monteiro)	21
EEEFM Antonio Bento	2ª GRE (Guarabira)	21
EEEFM Joao da Silva Monteiro	3ª GRE (Campina Grande)	20
EEEF Antonio Pinto Barbalho	14ª GRE (Mamanguape)	18
EEEFM Felix Araujo	3ª GRE (Campina Grande)	18
EEEFM Olavo Bilac	6ª GRE (Patos)	18
EEEF Inacio Claudino	4ª GRE (Cuité)	17
EEE F Dr Joao Florentino Meira de Vasconcelos	12ª GRE (Itabaiana)	17
EEEFM Nelson Batista Alves	9ª GRE (Cajazeiras)	16
EEEF Dep Gustavo Amorim	2ª GRE (Guarabira)	16
EEEF Monsenhor Pedro Anisio	6ª GRE (Patos)	14
Escola Estadual de Educacao Especial	1ª GRE (João Pessoa)	14
EEEM Profº Odilon de Figueiredo	6ª GRE (Patos)	14
EEEF Profa Maria Nunes	6ª GRE (Patos)	12
EEEFM Jose Americo de Almeida	6ª GRE (Patos)	11
EEEFM Dr Cunha Lima	3ª GRE (Campina Grande)	11
Eci Rui Carneiro	14ª GRE (Mamanguape)	10
EEEFM ANTONIETA C DE MENEZES	2ª GRE (Guarabira)	9
Ceeea Sesquicentenario	1ª GRE (João Pessoa)	2
EEEM Adalgisa Teodulo da Fonseca	7ª GRE (Itaporanga)	1

Fonte: Elaboração pela gerência de gestão pactuada, com base nos dados coletados dos questionários no sistema Saber.



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

ANEXO J: LISTA DE ESCOLAS EM QUE FORAM REALIZADAS MANUTENÇÃO PREVENTIVA ANUAL DE TI

GRE	Nome	Manutenção Preventiva de TI
07ª GRE (Itaporanga)	EEEF Maria Dionisia de Sousa	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	EEEIEFM Carlota Barreira	REALIZADA
05ª GRE (Monteiro)	EEEFM Mario Oliveira Chaves	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	EEEFM Clementino Procopio	REALIZADA
04ª GRE (Cuité)	EEEF Inacio Claudino	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEFM Professor Pedro Anibal Moura	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEF Odilon Ribeiro Coutinho	REALIZADA
06ª GRE (Patos)	EEEFM Francisco Romano da Silveira	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	Eci Anesio Leao	REALIZADA
04ª GRE (Cuité)	EEEFM Jose Rolderick de Oliveira	REALIZADA
13ª GRE (Pombal)	EEEF de Mundo Novo	REALIZADA
09ª GRE (Cajazeiras)	EEEFM Nelson Batista Alves	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	EEEFM Mons Jose Borges	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	EEEFM Ana Ferreira da Costa	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	Instituto de Educacao da Paraiba (Iep)	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEF Padre Joao Felix	REALIZADA
06ª GRE (Patos)	EEEFM Aldo Satiro Xavier	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEF Borges da Fonseca	REALIZADA
13ª GRE (Pombal)	EEEFM MARIA SOLEDADE ASSIS FREITAS	REALIZADA
02ª GRE (Guarabira)	Eci de Ensino Fundamental e Médio Sagrado Coracao de Jesus	REALIZADA
09ª GRE (Cajazeiras)	EEEFM Prof Manoel Mangureira Lima	REALIZADA
05ª GRE (Monteiro)	EEEFM Maria Balbina Pereira	REALIZADA
12ª GRE (Itabaiana)	EEEFM Aauto Cabral de Vasconcelos	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEFM Graciliano Ramos	REALIZADA
05ª GRE (Monteiro)	Ecit Jose Leite de Sousa	REALIZADA



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

12ª GRE (Itabaiana)	EEEF Profº Maciel	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	EEEF Alvaro Machado	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEF Fernandes Vieira	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	EEEFM Jose R de Ataíde	REALIZADA
12ª GRE (Itabaiana)	EEEFM Manoel Avelino de Paiva	REALIZADA
07ª GRE (Itaporanga)	EEEFM Maestro Jose Siqueira	REALIZADA
02ª GRE (Guarabira)	EEEF Joao Francelino da Silva	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	EEEF Dr Carlos Pessoa	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	EEE Fundamental e Medio Melquiades Tejo	REALIZADA
09ª GRE (Cajazeiras)	EEEF Monsenhor Joao Milanes	REALIZADA
09ª GRE (Cajazeiras)	EEEFM Ariano Vilar Suassuna	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEFM Prof Joao da Cunha Vinagre	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	Cpm-Estudante Rebeca Cristina Alves Simões	REALIZADA
05ª GRE (Monteiro)	EEEF Severino Medeiros Ramos	REALIZADA
11ª GRE (Princesa Isabel)	EEEIF Delmiro Dantas	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	EEEFM Paulo Freire	REALIZADA
07ª GRE (Itaporanga)	EEEM Agenor Mendes Pedrosa	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	EEEFM Nina Alves de Lima	REALIZADA
14ª GRE (Mamanguape)	EEIEF Cacique Iniguacu	REALIZADA
09ª GRE (Cajazeiras)	EEEFM Bonifacio Saraiva de Moura	REALIZADA
05ª GRE (Monteiro)	Eci Francisco de Assis Gonzaga	REALIZADA
07ª GRE (Itaporanga)	EEEFM OTAVIANO L DA SILVA	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEF Dr Joao Navarro Filho	REALIZADA
07ª GRE (Itaporanga)	EEEF Conego Manoel Otaviano	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	Nucleo de Educacao de Jovens e Adultos do Ensino Medio	REALIZADA
08ª GRE (Catolé do Rocha)	EEEF Joaquim Valdevino de Lima	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEF Epitacio Pessoa	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEFM Escritor Jose Lins do Rego	REALIZADA



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

01ª GRE (João Pessoa)	EEEE Santos Dumont	REALIZADA
10ª GRE (Sousa)	EEEFM Antonio Gregorio de Lacerda	REALIZADA
12ª GRE (Itabaiana)	EEEFM Severina de Holanda Cavalcanti	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	Eci Nicodemos Neves	REALIZADA
02ª GRE (Guarabira)	EEEFM Prof Maria Gertrudes de Carvalho Neves	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	Ecit Oswaldo Pessoa	REALIZADA
13ª GRE (Pombal)	EEEFM Frei Bruno	REALIZADA
14ª GRE (Mamanguape)	EEIEFM Drº Jose Lopes Ribeiro	REALIZADA
06ª GRE (Patos)	EEEE Monsenhor Pedro Anisio	REALIZADA
02ª GRE (Guarabira)	EEEM Professora Beatriz Maria de Abreu	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	EEEFM Dr Trajano Nobrega	REALIZADA
14ª GRE (Mamanguape)	EEEE Castro Pinto	REALIZADA
06ª GRE (Patos)	Eci Ezequiel Fernandes	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEE Antonio Pessoa	REALIZADA
02ª GRE (Guarabira)	EEEFMN Pedro Targino da Costa Moreira	REALIZADA
06ª GRE (Patos)	EEEFM Dr Antonio F Medeiros	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	EEEFM Ademar Veloso Silveira	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	Eci Dep Alvaro Gaudencio de Queiroz	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEE Mons Odilon Coutinho	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	EEEE Apollonio Zenayde	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	Escola Estadual de Educacao Especial	REALIZADA
02ª GRE (Guarabira)	EEEFM Governador Clovis Bezerra Cavalcanti	REALIZADA
07ª GRE (Itaporanga)	EEEE Bairro Sao Jose	REALIZADA
09ª GRE (Cajazeiras)	EEEFM Profª Francisca Fonseca Matias	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	EEEM Antonio Francisco Gomes	REALIZADA
09ª GRE (Cajazeiras)	EEEE Joaquim Nabuco	REALIZADA
05ª GRE (Monteiro)	EEEFM Senador Jose Gaudêncio	REALIZADA
13ª GRE (Pombal)	Ecit Cicero Severo Lopes	REALIZADA
14ª GRE (Mamanguape)	EEIEF Indio Antonio Sinesio da Silva	REALIZADA



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

13ª GRE (Pombal)	EEEFM Arruda Camara	REALIZADA
14ª GRE (Mamanguape)	EEEF Professor Luiz Aprigio	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEF Professora Dagmar Mendonca Limeira	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	EEEF Dom Helder Camara	REALIZADA
02ª GRE (Guarabira)	EEEFM Benjamin Maranhao	REALIZADA
11ª GRE (Princesa Isabel)	Ene Mons Sebastiao Rabelo	REALIZADA
14ª GRE (Mamanguape)	EEEF Getulio Vargas	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	Eci Padre Hildon Bandeira	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEF Capitulina Satyro	REALIZADA
12ª GRE (Itabaiana)	EEEFM Maria Lins	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	EEEFM Monsenhor Sales	REALIZADA
05ª GRE (Monteiro)	EEEFM Malaquias Batista Feitosa	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	Eci Monte Carmelo	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEF Almirante Tamandare	REALIZADA
02ª GRE (Guarabira)	EEEF DE LOURENCO	REALIZADA
14ª GRE (Mamanguape)	EEEF Prof Antonio Garcez	REALIZADA
02ª GRE (Guarabira)	EEEF Pref Jose Antonio Neves	REALIZADA
14ª GRE (Mamanguape)	EEEIEF Isaura Soares de Lima	REALIZADA
12ª GRE (Itabaiana)	EEEF Maria de Melo	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	EEEF Clovis Pedrosa	REALIZADA
06ª GRE (Patos)	EEEF Silveira Dantas	REALIZADA
06ª GRE (Patos)	EEEFM Maria de Lourdes Meira	REALIZADA
06ª GRE (Patos)	EEEFM Napoleao Abdon da Nobrega	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	EEEFM Dom Adauto	REALIZADA
09ª GRE (Cajazeiras)	Ene Min Jose Americo de Almeida	REALIZADA
10ª GRE (Sousa)	EEEF Batista Leite	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	Eci Linduarte Noronha	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	EEEF Frei Alberto	REALIZADA



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

06ª GRE (Patos)	EEEFM Lucia Wanderley de Freitas	REALIZADA
04ª GRE (Cuité)	EEEM MATILDES DE MELO BURUTI	REALIZADA
11ª GRE (Princesa Isabel)	EEEF Marcal Lima Neto	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	Eci Prefeito Williams de Sousa Arruda	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	EEEFM Senador Humberto Lucena	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEFM Eng Jose Davila Lins	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	EEEF Jose Tavares	REALIZADA
04ª GRE (Cuité)	EEEFM Felipe Tiago Gomes	REALIZADA
02ª GRE (Guarabira)	EEEFM Marcia Guedes Alcoforado de Carvalho	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	Ecit Alice Carneiro	REALIZADA
02ª GRE (Guarabira)	EEEFM Silvio Porto	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEF Barao do Abiai	REALIZADA
12ª GRE (Itabaiana)	EEE F Dr Joao Florentino Meira de Vasconcelos	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	EEEF Major Jose Barbosa	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEFM Antonio Camelo	REALIZADA
11ª GRE (Princesa Isabel)	Eci Arlinda Pessoa da Silva	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEF Jose Vieira	REALIZADA
07ª GRE (Itaporanga)	EEEF Dr Felizardo Leite	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	EEEFM Conego Antonio Galdino	REALIZADA
08ª GRE (Catolé do Rocha)	Eci Jose Olímpio Maia	REALIZADA
09ª GRE (Cajazeiras)	EEEF SAO SEBASTIAO	REALIZADA
06ª GRE (Patos)	EEEFM Inacio da Catingueira	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEFM Prof Maria Bronzeado Machado	REALIZADA
10ª GRE (Sousa)	EEEF Prof Nestor Antunes	REALIZADA
06ª GRE (Patos)	Eci Padre Jeronimo Lauwen	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	EEEFM Zuleide Cavalcante Porto	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEFM Prof Jose Baptista de Mello	REALIZADA



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

01ª GRE (João Pessoa)	Ecit Bayeux Erenice Cavalcante Fidelis	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	EEEFM Felix Araujo	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	Escola Walniza Borborema Cunha	REALIZADA
07ª GRE (Itaporanga)	EEEF de Ibiarinha	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEFM Professora Maria Jacy Costa	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	EEEFM Francisco A Silva	REALIZADA
06ª GRE (Patos)	EEEFM Professor Joao Noberto	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	Ecit Maria do Carmo de Miranda	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEF Pe Antonio Vieira	REALIZADA
05ª GRE (Monteiro)	EEEFM Juarez Maracajá	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEF Padre Ibiapina	REALIZADA
07ª GRE (Itaporanga)	EEEF Chagas Soares	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	EEEF Nossa Senhora do Rosario	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEF Des Boto de Menezes	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	EEEF de Aplicacao	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEFM Luiz Ribeiro Limeira	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	Eci Irineu Pinto	REALIZADA
07ª GRE (Itaporanga)	Ene Santo Antonio	REALIZADA
07ª GRE (Itaporanga)	EEEFMCORONEL ZUZA LACERDA	REALIZADA
04ª GRE (Cuité)	EEEF Prof Jose Coelho	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	Eci José Paulo de Franca	REALIZADA
02ª GRE (Guarabira)	EEEF Targino Pereira Cepes An1	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEFM Audiocomunicacao	REALIZADA
09ª GRE (Cajazeiras)	EEEF Conego Manoel Jacome	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	Eci Irma Stefanie	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEF Jose de Alencar	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEFM Tenente Lucena	REALIZADA



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

03ª GRE (Campina Grande)	EEEFM Alcides Bezerra	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	EEEF Manoel Barbosa de Lucena	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEF Alberto Lundgren	REALIZADA
11ª GRE (Princesa Isabel)	EEEFM Santa Catarina	REALIZADA
09ª GRE (Cajazeiras)	EEEFM Monsenhor Moraes	REALIZADA
12ª GRE (Itabaiana)	EEEFM Teonas da Cunha Cavalcante	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	Eci Professora Maria Cécilia de Castro	REALIZADA
02ª GRE (Guarabira)	Ecit Emiliano Cristo	REALIZADA
05ª GRE (Monteiro)	EEEIFM Manoel Honorato Sobrinho	REALIZADA
09ª GRE (Cajazeiras)	Esc Profissional Monte Carmelo	REALIZADA
02ª GRE (Guarabira)	EEEF Dep Gustavo Amorim	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEF Maria Honorina Santiago	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEF Padre Cicero Romao Batista	REALIZADA
07ª GRE (Itaporanga)	EEEM Adalgisa Teodulo da Fonseca	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	EEEFM Francisco Deodato do Nascimento	REALIZADA
14ª GRE (Mamanguape)	EEEF Dr Gustavo Fernandes de Lima Sobrinho	REALIZADA
07ª GRE (Itaporanga)	EEEFMI Padre Manoel Otaviano	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	EEEFM Dr Cunha Lima	REALIZADA
04ª GRE (Cuité)	Eci Aguitonio Dantas	REALIZADA
06ª GRE (Patos)	EEEFM Jose Americo de Almeida	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEF Prof Tercia Bonavides Lins	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEFM Dep Fernando Milanez	REALIZADA
07ª GRE (Itaporanga)	Eci Francelino de Alencar Neves	REALIZADA
07ª GRE (Itaporanga)	Eci Adilina de Souza Diniz	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	EEEFM Monsenhor José Borges de Carvalho	REALIZADA
04ª GRE (Cuité)	EEEFM Jose Luiz Neto	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEF Professora Ântonia Rangel de Farias	REALIZADA
08ª GRE (Catolé do Rocha)	EEEFM Padre Aristides	REALIZADA



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

01ª GRE (João Pessoa)	EEEEF Senador Teotonio Vilela	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	Instituto Dom Adauto	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEEF Profª Rita de Miranda Henriques	REALIZADA
10ª GRE (Sousa)	EEEFM Antonio Teodoro Neto	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	EEEFM Isabel Rodrigues de Melo	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	EEEFM Min J A Almeida	REALIZADA
14ª GRE (Mamanguape)	Ecit Vale do Mamanguape João da Mata Cavalcanti de Albuquerque	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	EEEFM Antonio Guedes de Andrade	REALIZADA
08ª GRE (Catolé do Rocha)	EEEFM Joao Silveira Guimaraes	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	Ecit Elpidio de Almeida	REALIZADA
07ª GRE (Itaporanga)	EEEEF Franca Leite	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEEF Padre Miguelinho	REALIZADA
07ª GRE (Itaporanga)	EEEEF Simeao Leal	REALIZADA
10ª GRE (Sousa)	EEEFM Francisco Augusto Campos	REALIZADA
10ª GRE (Sousa)	EEEEF de Demonstracao de Sousa	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	Eci Felix Araujo	REALIZADA
09ª GRE (Cajazeiras)	EEEEF Profª Frassinete Bernardo	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	Centro Profis Dep Antonio Cabral	REALIZADA
10ª GRE (Sousa)	Eci Dr Silva Mariz	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	Eci Olivio Pinto	REALIZADA
14ª GRE (Mamanguape)	EEEFM SEVERINO FELIX DE BRITO	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEFM Benedita Targino Maranhao	REALIZADA
07ª GRE (Itaporanga)	Eci Joselita Brasileiro	REALIZADA
10ª GRE (Sousa)	EEEEF Dr Thomaz Pires	REALIZADA
02ª GRE (Guarabira)	EEEEF Antenor Navarro	REALIZADA
02ª GRE (Guarabira)	EEEFM ANTONIETA C DE MENEZES	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	Ene Pe Emidio Viana Correia	REALIZADA



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

01ª GRE (João Pessoa)	EEEE Prof Paulo Freire	REALIZADA
14ª GRE (Mamanguape)	EEEE Indigena Jose Ferreira Padilha	REALIZADA
05ª GRE (Monteiro)	EEEE de Amparo	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	Escola Técnica Estadual de Saúde Professora Cloris Torres de Oliveira	REALIZADA
14ª GRE (Mamanguape)	EEIEFM Akajutibiro	REALIZADA
14ª GRE (Mamanguape)	Eci Luiz Gonzaga Burity	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	EEEFM Desembargador Arthur Virginio de Moura	REALIZADA
07ª GRE (Itaporanga)	EEEFM Antonio Avelino de Almeida	REALIZADA
06ª GRE (Patos)	EEIEF Coêlho Lisboa	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	Eci Luiz Gonzaga de Albuquerque Burity	REALIZADA
02ª GRE (Guarabira)	EEEE Felinto Elizio	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEFM de Forte Velho	REALIZADA
06ª GRE (Patos)	EEEFM Herculano Pereira	REALIZADA
07ª GRE (Itaporanga)	EEEE RAIMUNDO EPAMINONDAS DE SOUSA	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	Funad EEEE Ana Paula Ribeiro Barbosa Lira	REALIZADA
10ª GRE (Sousa)	EEEFM Dorgival Silveira	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	Eci Hortencio Sousa Ribeiro (Premen)	REALIZADA
09ª GRE (Cajazeiras)	EEEFM Dr Jose Duarte Filho	REALIZADA
02ª GRE (Guarabira)	Ecit José Rocha Sobrinho	REALIZADA
14ª GRE (Mamanguape)	Eci Rui Carneiro	REALIZADA
06ª GRE (Patos)	EEEFM Professor Jose Gomes Alves	REALIZADA
05ª GRE (Monteiro)	EEEFM Nossa Sra das Gracas	REALIZADA
04ª GRE (Cuité)	Eci Antonio Coelho Dantas	REALIZADA
02ª GRE (Guarabira)	EEEE Celso Cirne	REALIZADA
02ª GRE (Guarabira)	EEEFM Odilon Nelson Dantas	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEFM Prof Raul Cordula	REALIZADA
05ª GRE (Monteiro)	EEEFM Cel Serveliano de Farias Castro	REALIZADA
04ª GRE (Cuité)	Eci Orlando Venancio dos Santos	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEE Getulio Vargas	REALIZADA
06ª GRE (Patos)	EEEFM Olavo Bilac	REALIZADA



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

06ª GRE (Patos)	EEEM Profº Odilon de Figueiredo	REALIZADA
08ª GRE (Catolé do Rocha)	EEEF Fabio Mariz Maia	REALIZADA
14ª GRE (Mamanguape)	EEEF li e Eja Umbelina Garcez	REALIZADA
14ª GRE (Mamanguape)	EEIEF Indio Pedro Maximo de Lima	REALIZADA
02ª GRE (Guarabira)	EEEFM Antonio Bento	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	Ecit João Goulart	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	Eci José do Patrocínio	REALIZADA
02ª GRE (Guarabira)	EEEF Des Pedro Bandeira	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	Eci Jose Guedes Cavalcante	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	Ecit Renato Ribeiro Coutinho	REALIZADA
14ª GRE (Mamanguape)	EEEFM Pedro Poti	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	EEEFM Nossa Senhora Aparecida	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEF Tancredo Neves	REALIZADA
09ª GRE (Cajazeiras)	EEEF Desembargador Boto de Menezes	REALIZADA
06ª GRE (Patos)	EEEF Profa Maria Nunes	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEF Joaquim Nabuco	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	EEEFM Sen Argemiro de Figueiredo	REALIZADA
13ª GRE (Pombal)	EEEFM Deputado Levi Olimpio Ferreira	REALIZADA
09ª GRE (Cajazeiras)	EEEF Ernani Satiro	REALIZADA
09ª GRE (Cajazeiras)	EEEF Sinhazinha Ramalho	REALIZADA
10ª GRE (Sousa)	EEEM Nestorina Abrantes	REALIZADA
07ª GRE (Itaporanga)	EEEFM Joao Leite Neto	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	EEEF Elidio Sobreira	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEF Prof Adelia de Franca	REALIZADA
12ª GRE (Itabaiana)	EEEFM Jocelyn Velloso Borges	REALIZADA
04ª GRE (Cuité)	EEEFM Cicero dos Anjos	REALIZADA
12ª GRE (Itabaiana)	EEEFM Prof Getulio Cesar Rodrigues Guedes	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	Ceeea Sesquicentenario	REALIZADA



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

11ª GRE (Princesa Isabel)	Eci Nossa Senhora do Bom Conselho	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	EEEFM Joao Lelys	REALIZADA
06ª GRE (Patos)	Escola Cidadã Integral Estadual de Ensino Fundamental e Médio Doutor Dionísio da Costa	REALIZADA
06ª GRE (Patos)	Escola Cidadã Integral Estadual de Ensino Fundamental e Médio Auzenir Lacerda	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEFM Riachao do Poco	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	EEEFM Mons Jose Paulino	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	Eci Conego Francisco Gomes de Lima	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	EEEFM Dr Francisco de Albuquerque Montenegro	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	EEEFM Poetisa Vicentina Figueiredo Vital do Rego	REALIZADA
10ª GRE (Sousa)	EEEFM Dr Jose Gadelha	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	Ecit Pedro Anísio Bezerra Dantas	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	EEEFM Padre Hildon Bandeira	REALIZADA
14ª GRE (Mamanguape)	EEEF Frederico Lundgren	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	Ene Oswaldo T de Albuquerque Melo	REALIZADA
14ª GRE (Mamanguape)	EEIEF Cacique Domingos Barbosa dos Santos	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEF Claudina Mangueira de Moura	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEF Dr Otavio Novais	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEF Capistrano de Abreu	REALIZADA
09ª GRE (Cajazeiras)	EEEF de Gravata	REALIZADA
11ª GRE (Princesa Isabel)	EEEF Professora Antonia Diniz Maia	REALIZADA
08ª GRE (Catolé do Rocha)	Eci Obdulia Dantas	REALIZADA
07ª GRE (Itaporanga)	EEEF Joana Abilio Pegado	REALIZADA
09ª GRE (Cajazeiras)	Ecit Niceia Claudino Pinheiro	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	Eci Almirante Saldanha	REALIZADA



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

01ª GRE (João Pessoa)	EEEEIEF Augusto dos Anjos	REALIZADA
05ª GRE (Monteiro)	EEEF Vasconcelos Brandao	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	EEEFM Joao da Silva Monteiro	REALIZADA
04ª GRE (Cuité)	Eci Graciliano Fontini Lordao	REALIZADA
11ª GRE (Princesa Isabel)	EEEFM America Florentino	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEF Varzea Nova	REALIZADA
02ª GRE (Guarabira)	EEEFM Augusto de Almeida	REALIZADA
09ª GRE (Cajazeiras)	EEEF Cel Joaquim Matos	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	Liceu Paraibano	REALIZADA
02ª GRE (Guarabira)	EEEF Mons Walfredo Leal	REALIZADA
11ª GRE (Princesa Isabel)	EEEEIF Professora Iracema Marques de Lima	REALIZADA
14ª GRE (Mamanguape)	EEEF Antonio Pinto Barbalho	REALIZADA
08ª GRE (Catolé do Rocha)	EEEFM Daniel Carneiro	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	Eneefm Anisio Pereira Borges	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEFM Imaculada Conceicao	REALIZADA
07ª GRE (Itaporanga)	EEEFM PRESIDENTE KENNEDY	REALIZADA
01ª GRE (João Pessoa)	EEEF Prefeito Antonio Teixeira	REALIZADA
10ª GRE (Sousa)	EEEF Andre Gadelha	REALIZADA
02ª GRE (Guarabira)	Ene Prof Pedro A de Almeida	REALIZADA
03ª GRE (Campina Grande)	Eci Itan Pereira	REALIZADA
10ª GRE (Sousa)	EEEFM Celso Mariz	REALIZADA
08ª GRE (Catolé do Rocha)	EEEEIEF Joao Suassuna	REALIZADA

Fonte: Elaboração pela Gerência de Gestão Pactuada



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

ANEXO L - Instrumento de coleta para o Acordo de Nível de Serviço de Limpeza

Título: Avaliação do Nível de Serviço de Limpeza nas Escolas (ANS) - Referente aos meses de Abril/Maio (2018)

Atualizado em 04 de Junho, 13:23

Descrição

Avaliação do Nível de Serviço de Limpeza nas Escolas (ANS) - Referente aos meses de Abril/Maio (2018)

Instruções

Para cada item abaixo marque a opção que melhor descreve sua opinião sobre a QUALIDADE dos SERVIÇOS DE LIMPEZA de de acordo com a escala a seguir:

- 1 - Péssimo: Não atende e agrava a situação
- 2 - Ruim: Não atende à demanda
- 3- Regular: Atende medianamente
- 4 - Bom: Atende com qualidade
- 5 - Excelente: Supera as expectativas

Caso algum item não se aplique à realidade da sua escola selecione a opção "Não se aplica".

Dados do Gestor

Questões

1. Nome do Gestor Escolar

2. RG:

3. CPF:

4. Você confirma ser o gestor escolar? (Preenchimento é somente permitido pelos gestores escolares)

- ☐ Sim
☐ Não

5. Você se compromete em fornecer informações verdadeiras, precisas e atuais?

- ☐ Sim
☐ Não

6. Qual OS tem gestão pactuada com a referida escola?

- ☐ ECOS
☐ Insaúde

6. Qual GRE?

- ☐ 1º GRE (João Pessoa)
☐ 2º GRE (Guarabira)
☐ 3º GRE (Campina Grande)
☐ 4º GRE (Cuité)
☐ 5º GRE (Monteiro)
☐ 6º GRE(Patos)
☐ 7º GRE (Itaporanga)
☐ 8º GRE (Catolé do Rocha)
☐ 9º GRE (Cajazeiras)
☐ 10º GRE (Sousa)
☐ 11º GRE (Princesa Isabel)
☐ 12º GRE (Itabaiana)
☐ 13º GRE (Pombal)
☐ 14º GRE (Mamanguape)



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

7. Nome da Escola

Avalie os serviços de limpeza dos itens abaixo

Para cada item abaixo marque a opção que melhor descreve sua opinião sobre qualidade dos serviços de limpeza oferecidos de acordo com a escala a seguir:

1 - Péssimo: Não atende e agrava a situação

2 - Ruim: Não atende à demanda

3 - Regular: Atende medianamente

4 - Bom: Atende com qualidade

5 - Excelente: Supera as expectativas

Caso algum item não se aplique à realidade da sua escola selecione a opção "Não se aplica"

Questões

1. Aparelhos de TV

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

2. Mesas

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

3. Armários (face externa)

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

4. Murais

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

5. Balcões

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

6. Móveis em geral

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

7. Batentes

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

8. Prateleiras

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

9. Bebedouros

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

10. Paredes

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

11. Cadeiras

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

12. Pias

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

13. Carteiras

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

14. Torneiras

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

15. Cestos de Lixo

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

16. Placas indicativas

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

17. Cortinas

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

18. Tomadas

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

19. Corrimãos

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

20. Pisos

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

21. Divisórias

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

22. Peitoril das Janelas

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

23. Dispensadores de papel toalha

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

24. Poltronas

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

25. Dispensadores de papel higiênico

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

26. Portas

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

27. Escadas

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

28. Persianas

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

29. Extintores de Incêndio

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

30. Quadros em geral

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

31. Elevadores

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

32. Ralos

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

33. Espelhos de interruptores

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

34. Rodapés

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

35. Espelhos de tomadas

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

36. Saídas de ar condicionado

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

37. Gabinetes (pias)

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

38. Saboneteiras (face externa)

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

39. Interruptores

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

40. Teto

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

41. Janelas (face externa)

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

42. Telefones

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

43. Janelas (face interna)

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

44. Ventiladores portáteis

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

45. Lousas

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

46. Ventiladores de teto

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

47. Luminárias (similares)

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

48. Vidros internos

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

49. Luzes de Emergências

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

50. Vidros externos (face externa)

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

51. Maçanetas

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

52. Vidros externos (face interna)

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

53. Abastecimento de material higiênico

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

54. Pisos

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

55. Azulejos

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

56. Portas (batentes, maçaneta)

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

57. Box

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

58. Ralos

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

59. Chuveiros

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

60. Rodapés

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

61. Cestos de Lixo

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

62. Saboneteiras face externa

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

63. Dispensadores de papel toalha

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

64. Saídas de ar condicionado

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

65. Dispensadores de papel higiênico

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

66. Tomadas

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

67. Divisórias

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

68. Torneiras

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

69. Espelhos

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

70. Teto

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

71. Gabinetes

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

72. Válvulas de descarga

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

73. Interruptores

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

74. Vasos sanitários

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

75. Janelas

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

76. Vidros Box

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

77. Luminárias e similares

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

78. Vidros externos (face externa)

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

79. Parapeitos

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

80. Vidros externos (face interna)

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

81. Pias

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

82. Vidros internos

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

Área de alimentação (Cozinha, refeitório, etc.)

Para cada item abaixo marque a opção que melhor descreve sua opinião sobre qualidade dos serviços de limpeza oferecidos de acordo com a escala a seguir:

1 - Péssimo: Não atende e agrava a situação

2 - Ruim: Não atende à demanda

3- Regular: Atende medianamente

4 - Bom: Atende com qualidade

5 - Excelente: Supera as expectativas

Caso algum item não se aplique à realidade da sua escola selecione a opção "Não se aplica".

Questões

83. Mesas

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

84. Pias

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

85. Cadeiras

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

86. Torneiras

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

87. Prateleiras

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

88. Cestos de Lixo

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

89. Tomadas

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

90. Vidros externos (face externa)

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

91. Pisos

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

92. Vidros externos (face interna)

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

93. Talheres

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

94. Utensílios de cozinha

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

95. Louça

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

Áreas de circulação, Pátios e Quadras

Para cada item abaixo marque a opção que melhor descreve sua opinião sobre qualidade dos serviços de limpeza oferecidos de acordo com a escala a seguir:

1 - *Péssimo: Não atende e agrava a situação*

2 - *Ruim: Não atende à demanda*

3 - *Regular: Atende medianamente*

4 - *Bom: Atende com qualidade*

5 - *Excelente: Supera as expectativas*

Caso algum item não se aplique à realidade da sua escola selecione a opção "Não se aplica".

Questões

96. Elevadores

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

97. Pisos

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

98. Escadas

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

99. Rampas

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

Equipamentos, utensílios de limpeza, apresentação e uniformes

Para cada item abaixo marque a opção que melhor descreve sua opinião sobre qualidade dos serviços de limpeza oferecidos de acordo com a escala a seguir:

1 - Péssimo: Não atende e agrava a situação

2 - Ruim: Não atende à demanda

3- Regular: Atende medianamente

4 - Bom: Atende com qualidade

5 - Excelente: Supera as expectativas

Caso algum item não se aplique à realidade da sua escola selecione a opção "Não se aplica".

Questões

100. Baldes

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

101. Panos (chão, paredes e manuais)

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

102. Equipamentos

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

103. Produtos de Limpeza

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

104. Mopp e balde com prensa de torção

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

105. Equipamentos de Proteção Individual – EPI

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

106. Uniformes

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

107. Postura e comportamento com funcionários, docentes e alunos

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

108. Apresentação das medidas adotadas para redução do consumo de água e energia

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

109. Apresentação dos documentos que comprovam que os produtos utilizados, EPIs, aparelhos e instrumentos respeitam as especificações técnicas e socioambientais requeridas

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

110. Comprovação dos treinamentos realizados no período

- ☐ Não se aplica
- ☐ Péssimo
- ☐ Ruim
- ☐ Regular
- ☐ Bom
- ☐ Excelente

111. Comentários Gerais



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

ANEXO M – Pontuação por Unidade escolar do Acordo de Nível de Serviço de Limpeza (AL)

Nome da Escola	PONTUAÇÃO
CAPISTRANO DE ABREU	100
EEEFM PROFESSOR JOSÉ BAPTISTA DE MELLO	95
EEEFM Dr José Gadelha	95
ECI JOSÉ DO PATROCÍNIO	94
ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO PROFESSOR JOSÉ OLÍMPIO MAIA	87
EEEFM Profª Francisca Fonseca Matias	82
E.E.E.F. M. INÁCIO DA CATINGUEIRA	80
EEEF Raimundo Epaminondas de Sousa	80
E.E.E.F.Fernandes Vieira	79
ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL FRANÇA LEITE	79
Escola Estadual de Ensino Fundamental João Francelino da Silva	78
E.E.E.F.VÁRZEA NOVA	77
Escola Profissional Monte Carmelo	76
EEEFM ADEMAR VELOSO DA SILVEIRA	76
E.E.E.F.M. MONS. JOSÉ PAULINO	76
ECITE DR DIONISIO DA COSTA	76
Escola Joaquim Nabuco	75
ECI ANTONIO COELHO DANTAS	75
E.E.E.F.CEL. JOAQUIM MATOS	75
ECI FRANCISCO DE ASSIS GONZAGA	75
eeef cônego manoel otaviano	75
EEEF JOAQUIM VALDEVINO DE LIMA	75
Escola Estadual de Ensino Fundamental Maria de Melo	75
INSTITUTO DOM ADAUTO	75
Escola Cidadã Integral de Ensino Fundamental e Médio Padre Aristides	74
ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO PADRE MANOEL OTAVIANO	74
ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL FREDERICO LUNDGREN	74
ECI JOSE PAULO DE FRANÇA	74
ESCOLA ESTADUAL CIDADÃ INTEGRAL D ENSINO MÉDIO PROFESSORA ADILINA DE SOUZA DINIZ	74
ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SILVEIRA DANTAS	73
E.E.E.F.M. MARIA LINS	73
EEEFM JUAREZ MARACAJÁ	72
E.E.E.F.M. ANTONIETA CORREIA DE MENEZES	72
ECIT Monsenhor Emiliano de Cristo	72



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

EEEFM SENADOR JOSÉ GAUDÊNCIO	72
ECI ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO AUGUSTO DE ALMEIDA	72
E.E.I.E.F.M. ÍNDIO PEDRO MAXIMO DE LIMA	72
ESCOLA ESTADUAL INDIGENA DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO CACIQUE INGUACU	72
ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PREFEITO ANTONIO TEIXEIRA	71
E. E. E. F. PROFERSOR ANTONIO GARCEZ	71
EEEF Targino Pereira Cepes An1	71
E.E.E.F. DE DEMONSTRAÇÃO DE SOUSA	71
EEEFM ESCRITOR JOSÉ LINS DO RÊGO	70
ESCOLA ESTADUAL ENSINO FUNDAMENTAL BORGES DA FONSECA	69
E.E.E.F Elídio Sobreira	68
ECIT-José Rocha Sobrinho	68
ANTONIO FRANCISCO GOMES	67
EEEM SANTO ANTONIO	67
EEEFM JOSÉ ROLDERICK DE OLIVEIRA	67
ECITE PROFESSOR RAUL CORDULA	65
Escola Estadual De Ensino Fundamental Delmiro Dantas	65
EEEFM Nelson Batista Alves	64
EEEF.JOSÉ TAVARES	64
Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Augusto dos Anjos	64
EEEF DE IBIARINHA	63
ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE SAÚDE PROFª CLÓRIS TORRES DE OLIVEIRA	63
ECI PREFEITO AGUITONIO DANTAS	61
EEEF FREI ALBERTO	61
Escola Estadual de Ensino Fundamental Padre João Félix	61
E.E.E.I.E.F.M. ROTARY DR. THOMAZ PIREZ	60
EEEF Sinhazinha Ramalho	60
Escola estadual de ensino fundamental e médio Félix Araújo	59
EEEFM LÚCIA WANDERLEY DE FREITAS	59
EEEF SIMEÃO LEAL	59
Escola Estadual do Ensino Fundamental e Médio Olavo Bilac	58
Escola Normal Estadual Monsenhor Sebastião Rabêlo	58
ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO IRINEU PINTO	57
EEEFM OtavianoLopes da Silva	56
EEEF PADRE MIGUELINHO	56
NOSSA SENHORA APARECIDA	56
ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL TÉCNICA MARIA DO CARMO DE MIRANDA	54



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gerência de Gestão Pactuada

Centro Administrativo Integrado

Av. João da Mata, s/n - Bloco I – 4º Andar – Jaguaribe

João Pessoa-PB CEP 58019-900

ECI EEEFM ESTADUAL ORLANDO VENÂNCIO DOS SANTOS	53
EEEFM ANTÔNIO TEODORO NETO	53
ECIEEFM. GRACILIANO FONTINI LORDAO	51
ECI PADRE HILDON BANDEIRA	51
EEEFM CORONEL ZUZA LACERDA	51
EEEFM Professora Beatriz Maria de Abreu	51
ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO MAESTRO JOSÉ SIQUEIRA	50
EEEFM FRANCISCO ROMANO DA SILVEIRA	50
ECI JOÃO LELYS	48
ESCOLA NORMAL OSWALDO TRIGUEIRO DE ALBUQUERQUE MELO	48
Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Antônio Bento.	47
ECIT Oswaldo Pessoa	47
Sesquicentenário	47
ECI-Senador Rui Carneiro	46
E.E.E.MÉDIO NESTORINA ABRANTES	46
EEEF PROFESSOR JOSE COELHO	45
EEEFMN PEDRO TARGINO DA COSTA MOREIRA	45
ECITE NOSSA SENHORA DO BOM CONSELHO	45
EEE F JOANA ABILIO PEGADO	44
EEEFM Napoleao Abdon da Nóbrega	44
EEEFM DR FRANCISCO DE ALBUQUERQUE MONTENEGRO	43
ECI CINEASTA LINDUARTE NORONHA	42
Escola Cidadã Integral de Ensino Fundamental e Médio Sagrado Coração de jesus	41
E.E.E.F Castro Pinto	39
E.E.E.F. ANTONIO PINTO BARBALHO	33
EEEF ANTENOR NAVARRO	33
E.E.E.F.M. CELSO MARIZ	32
ESCOLA ESTADUAL DEPUTADO GUSTAVO AMORIM DA COSTA	24
ECIT EM ARLINDA PESSOA DA SILVA	23
ENE PROFº PEDRO AUGUSTO DE ALMEIDA	20
Escola Estadual de Educação Especial	18
Escola Estadual de Ensino Fundamental e médio Dr Gustavo Fernandes de Lima Sobrinho	11

Fonte: Elaboração pela Gerência de Gestão Pactuada